

3. Palavras prévias	Clementino Amaro / Santiago Macías
7. Arqueologia na grande cidade	Paulo Pereira
11. No 850º aniversário da conquista de Lisboa	José Mattoso
15. La société d' al-Andalus a l'époque de la reconquête	Pierre Guichard
23. Le Ġarb al-Andalus à l'époque des secondes taifas (539-552/1144-1157)	Abdallah Khawli
37. Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes	Adel Sidarus / António Rei
73. Lisboa Muçulmana: um espaço urbano e o seu território	Cláudio Torres
79. Lisboa Islâmica	José Luis de Matos
89. Les Mozarabes de Lisbonne: Le problème de l'assimilation et des la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l'exemple de Lisbonne	Christophe Picard
95. Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge	Alexandra Gaspar / Ana Gomes
103. Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva	Ana Gomes / Maria José Sequeira
111. O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira	Jacinta Bugalhão / Deolinda Folgado
147. Vestígios da Santarém Islâmica – um silo no Convento de S. Francisco	Maria M. Ramalho / Carla Lopes/ Jorge Custódio / Mª João Valente/ Isabel Cristina Ferreira Fernandes
185. A península de Setúbal em época islâmica	
197. Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoelli	António Cavaleiro Paixão / João Carlos Faria / António Rafael Carvalho
211. Fragmento de um tabuleiro de jogo de «alquerque de nove» proveniente do Castelo de Alcácer do Sal	António Rafael Carvalho / João Carlos Faria
217. A conquista de Lisboa revisitada	Maria João Branco
235. Lisboa nos dois primeiros séculos após a «Reconquista»	António Borges Coelho
243. A comuna muçulmana de Lisboa: paradigma institucional	Maria Filomena Lopes de Barros

Director: Cláudio Torres • **Coordenação:** Clementino Amaro, Santiago Macías • **Conselho Científico:** António Borges Coelho, Cláudio Torres, José Luís de Matos, José Mattoso, Manuel Luís Real • **Conselho de Redacção:** Abdallah Khawli, Artur Goulart, Carlos Manuel Pedro, Fernando Branco Correia, João Carlos Garcia, Joaquim Manuel Boiça, José Carlos Oliveira, Manuel Passinhas da Palma, Maria de Fátima Barros, Miguel Rego, Rui Mateus, Susana Gómez Martinez, Virgílio Lopes • **Apoios:** Câmara Municipal de Mértola, Associação de Defesa do Património de Mértola, Comissão de Coordenação da Região Alentejo



Projecto Portos Antigos do Mediterrâneo
Acção piloto Portugal / Espanha / Marrocos
sobre Ordenamento do Território e Património Cultural
Artigo 10 FEDER

2

Capa e Design Gráfico: Gil Maia

Fotografia da capa: Pilastra decorada em baixo-relevo, século X (Casa dos Bicos, Lisboa)

Fotografia da contracapa: Portal em ferro forjado, século XIV (Sé de Lisboa)

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 749

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. – Rua Costa Cabral, 859 – 4200 Porto – Portugal

Telefone: 22 5074220 – Fax: 22 5074229

Impressão: Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data de publicação: Abril 2001

PALAVRAS PRÉVIAS

CLEMENTINO AMARO

SANTIAGO MACIAS

LISBOA, A RECONQUISTA E O CASTELO

Nos dias 23, 24 e 25 de Outubro de 1997 realizou-se, no Teatro Taborda, em Lisboa, um colóquio a que se deu o título «Lisboa, encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos».

A iniciativa partiu de um de nós (Clementino Amaro) e tinha como objectivo assinalar os 850 anos da Reconquista de Lisboa, ponto fundamental da história da cidade e um dos grandes marcos da reconquista cristã no ocidente. Se a comemoração do oitavo centenário, em 1947, fora pretexto para uma espantosa festa centrada na exaltação dos valores do nacionalismo, que correspondiam à cartilha política de então, foi nossa intenção procurar novas leituras dos acontecimentos que levaram à passagem da cidade de Lisboa da área de influência islâmica para a cristã.

Centrou-se, por isso, a estrutura do colóquio em torno de vários objectivos que procuravam fomentar o diálogo entre investigadores que usam bases de trabalho tão diferentes como os dados arqueológicos e a leitura dos manuscritos, na tentativa de fazer um ponto da situação no que respeita aos seguintes domínios:

1. A arqueologia medieval na cidade de Lisboa e o seu contributo para a compreensão do passado islâmico.
2. O território de Lisboa, entendido de forma alargada e abrangendo a área entre Santarém e o extremo Sul da Península de Setúbal.
3. Os moçárabes e as origens do mudejarismo.
4. A cidade de Lisboa no pós-Reconquista, num leque temporal que se estenderia às influências árabo-islâmicas nos Descobrimentos.

Uma das novidades do colóquio consistiu na divulgação pública de várias intervenções arqueológicas que tinham o passado islâmico como principal protagonista e que permitiram conhecer elementos novos sobre um período ainda mal conhecido da história da cidade. Refira-se que esse recentramento da óptica segundo a qual pretendíamos que se abordasse a cidade de Lisboa (cujos acontecimentos de 1147 sempre foram vistos pelos olhos dos conquistadores) acabou por ser acentuada pelo facto de a maior parte dos historiadores «cristãos» não ter entregue os respectivos textos.

Seguindo um modelo habitual nesta revista, os trabalhos foram agrupados em várias áreas, relacionando-se, sempre que possível, entre si.

Num primeiro domínio situam-se os textos que utilizam sobretudo fontes escritas, tendo em vista o estudo de aspectos sociais (no caso dos textos de Pierre Guichard e Abdallah Khawli) ou a releitura de textos conhecidos mas nem sempre analisados de forma sistemática (abordagem preparada por Adel Sidarus e António Rei).

Com a excepção de Christophe Picard, que tratou um tema ao qual tem dado particular atenção (o do papel dos cristãos nas áreas de domínio muçulmano), a maior parte dos estudos seguintes ocupou-se de questões que têm a ver com a cidade e o seu território. Os de Cláudio Torres, José Luís de Matos e Isabel Cristina Ferreira Fernandes avançam por esses caminhos, fazendo sobretudo novas leituras topográficas, onde se cruzam os elementos fornecidos pela Geografia, pela História e pela Arqueologia.

No âmbito arqueológico há novidades resultantes de um conjunto de trabalhos realizados ao longo da última década. Um passado islâmico outrora votado ao esquecimento ressurgiu, por essa via, em cidades como Lisboa, Santarém ou Alcácer do Sal. Escavações conduzidas de forma sistemática, por vezes em condições de trabalho bastante difíceis, permitem-nos ter dados inovadores sobre o urbanismo de Lisboa (cujo relato podemos seguir nos trabalhos de Alexandra Gaspar, Ana Gomes, Maria José Sequeira, Jacinta Bugalhão e Deolinda Folgado), sobre aspectos da ocupação medieval de Santarém (como resultado da intervenção de Maria Ramalho, Carla Lopes, Jorge Custódio e Maria João Valente) ou no que toca a Alcácer do Sal (abordada por António Cavaleiro Paixão, João Carlos Faria e António Rafael Carvalho).

Encerram o livro três trabalhos (de Maria João Branco, António Borges Coelho e Maria Filomena Lopes de Barros) sobre a cidade nos tempos pós-Reconquista, baseados na releitura dos textos escritos.

Por razões que nos são alheias, não foi possível contar com a contributo dos outros participantes no colóquio, cujas intervenções contribuíram, no Outono de 1997, para alargar perspectivas, fornecendo outras leituras sobre a história da cidade de Lisboa na Idade Média.

O colóquio de Lisboa acabou por estender o seu âmbito de intervenção para além do domínio mais estrito da investigação para se alargar aos terrenos da intervenção cívica. Durante o encontro foi denunciado publicamente um projecto que a Câmara de Lisboa tinha então na forja e que previa a construção de um parque de estacionamento subterrâneo no Castelo de S. Jorge (junto à Igreja de Santa Cruz). Independentemente da «autenticidade» daquilo que hoje se vê no castelo (e que é, em parte, resultado das obras de restauro do Estado Novo) e dos danos que uma tal intervenção causaria numa zona tão sensível em termos patrimoniais, o que pareceu absurdo aos participantes no colóquio foi a simples ideia de que se facilitaria o acesso ao castelo criando condições para que mais e mais autocarros passassem a chegar ao ponto mais alto da cidade. Mandaria o mais elementar bom senso que se procurasse afastar o trânsito de uma área de Lisboa já de si complicada em termos de circulação e para a qual qualquer solução que comportasse mais trânsito deveria, no mínimo, merecer a mais profunda reserva. Para mais quando o acesso ao parque de estacionamento subterrâneo se deveria localizar junto à Igreja do Menino Deus, num local onde ainda é visível um dos torreões mais antigos da cerca moura de Lisboa. A divulgação do projecto na imprensa e a pressão da opinião pública acabaram por levar ao adiamento de tal plano.

Quatro anos volvidos, surgiu nova tentativa de assalto ao castelo, agora por via do famigerado projecto do elevador-com-torre-e-passadiço-e-tudo. Começado de forma excessivamente voluntarista, desastrosamente conduzido e, sobretudo, mal amado desde o início por uma opinião pública lisboeta tantas vezes adormecida, o projecto do elevador acabaria por ser abandonado antes que produzisse outros e irremediáveis danos.

O problema de um acesso ao Castelo de S. Jorge, simples e prático e que não comporte mais trânsito, mantém-se. Nada que não possa ser superado por técnicos nacionais (ou estrangeiros) que em mais de uma ocasião têm dado sobejas provas de engenho e criatividade. Espera-se que tal venha a ser possível num futuro próximo e numa perspectiva de valorização do monumento e da cidade.

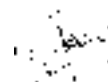
ACTAS DO COLÓQUIO

«LISBOA, ENCRUZILHADA DE MUÇULMANOS, JUDEUS E CRISTÃOS» (850º ANIVERSÁRIO DA RECONQUISTA DE LISBOA)

Organização:



Colaboração:



Patrocínio:



Local: Teatro Taborda • Rua Costa do Castelo, nº 75 – 1100 / Lisboa • 23, 24 e 25 de Outubro de 1997

ARQUEOLOGIA NA GRANDE CIDADE

PAULO PEREIRA

A percepção histórica do tecido urbano antigo não dispensa, hoje, os contributos da arqueologia urbana.

O tema em si é vasto e complexo. Porque, de início, a arqueologia «em cidade» começa por ser uma espécie de «mal menor», nascendo de intervenções de grande escala com impactes previsíveis nas estruturas de cuja presença se suspeita no subsolo da cidade ou de projectos de investigação motivados por iniciativas pontuais.

Em Portugal, um dos primeiros exemplos de arqueologia urbana propriamente dita data de 1960, mais precisamente quando da abertura da estação de Metro do Rossio-Praça da Figueira, que interferiu com os testemunhos arqueológicos do pretérito Hospital de Todos-os-Santos e de uma necrópole romana. Este exemplo não foi esquecido e bem se pode dizer que através deste exemplo lisboeta, conduzido pioneiramente por Irisalva Moita, se entrou precocemente no ciclo da arqueologia urbana qualificada. Mas também, convém dizê-lo, a infra-estruturação do subsolo lisboeta foi tardia, fruto das conjunturas políticas e sociais da altura, ao contrário do que aconteceu nas outras grandes capitais europeias, que foram objecto de grande planos de fomento viário e de ampliação de redes durante os anos 60 e 70 mediante um grande *boom* desenvolvimentista que atingiu o seu termo quando da primeira crise petrolífera. Daí em diante, assistiu-se a um esfriamento destas iniciativas; e Portugal, país deprimido, não abriu frentes de trabalho em número suficiente ao ponto de se poder falar na consolidação daquela experiência precoce.

Certo é que tudo isto se passou numa altura em que a maior parte das cidades europeias (com a excepção de Londres que instituiu o seu Museu da Cidade impulsionado em grande medida pelos trabalhos levados a cabo no seu subsolo) não dispendiam ainda uma atenção preocupada e prioritária para com os vestígios arqueológicos. Aliás, é ainda possível entrever (e rever) as passagens memoráveis desse filme de Fellini em que a cada passo os promotores do metro local se deparam com achados arqueológicos inestimáveis que logo se perdem ou tragicamente se esfumam – construindo assim uma «mitologia» moderna e urbana que acabaria por dar os seus frutos.

Pelo menos desde meados dos anos 80, e acompanhando a implantação e consolidação dos estudos de impacte ambiental e as respectivas avaliações, mas também momentos de crispação bem situados no tempo e no espaço (quando se corria o risco

de perder importantes testemunhos arqueológicos, como foi o caso de Bracara Augusta) as grandes intervenções nas cidades com reflexos no subsolo passam a ser sistematicamente condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos, por via da aplicação dos dispositivos legais elementares (tais como a Lei 13/85) e através de um sistema de pareceres vinculativos devidamente estribado numa forte prática administrativa assegurada pelo IPPC e pelo IPPAR, que lhe sucedeu institucionalmente, e a que se juntou o IPA.

Mas estas actuações eram e continuam a ser em si mesmas problemáticas. A maior parte das vezes não se consegue ainda proceder a uma verdadeira actuação que privilegie uma filosofia de trabalhos arqueológicos *preventivos* que substituam e antecipem uma arqueologia de emergência e de salvamento – esta muito mais condicionado ponto de vista científico e do ponto de vista dos seus resultados práticos.

É evidente que a classificação de imóveis e de conjuntos com a respectiva instituição de servidões administrativas permite tomadas de posição que salvaguardam o património arqueológico, quer por parte da administração central, quer por parte das autarquias. Também, a cada vez maior qualificação do poder autárquico tem possibilitado o enquadramento de trabalhos arqueológicos, que acompanham o interesse que o poder local passou a dispensar ao património em geral. Naturalmente que a extensão desta práticas ao todo territorial exige uma pedagogia patrimonial mais activa, bem como a constituição, nos próprios municípios, de gabinetes apetrechados para acções deste tipo – o que só se tem verificado em grandes cidades. Os pequenos municípios, porém, podem igualmente atingir este desiderato através da sua associação mutual, criando «bolsas» de investigadores sustentados em regime de pare-

ceria, e que possam responder em regime ambulatorio a situações supervenientes. Uma política nacional de arqueologia deverá contemplar a forma de contratualização entre os municípios e a administração central de modo a assegurar a existência desta unidades de pesquisa e de acompanhamento.

A criação de empresas de arqueologia tem sido, também, um suporte importante e corrente para a contratação e adjudicação de trabalhos arqueológicos, entendidos não já como uma excepção ou um capricho, mas como uma componente indissociável da preservação do património e dos próprios empreendimentos que os possam afectar. E a disponibilidade destas equipas tem igualmente contribuído para a *profissionalização da arqueologia*, entendida esta, cada vez, mais como uma *função operatória* no âmbito mais vasto do urbanismo e do território.

Outras acções de carácter pedagógico são outros tantos exemplos de como a arqueologia urbana, longe de se ser um obstáculo, se pode constituir como uma mais-valia na intervenção na cidade, encontrando-se neste caso as experiências bem sucedidas de musealização *in situ* de vestígios importantes. Mas também aqui há que agir com cautela. Uma intervenção arqueológica é, pela sua natureza, fracturante, indutora de «falhas» e interrupções no tecido urbano consolidado ou de nexos coerentes pré-existentes, pelo que a musealização *à outrance* só deve ser encarada caso não prejudique a qualidade do ambiente urbano. Preservar por preservar pode ser prejudicial para a homogeneidade de um conjunto arquitectónico, e pode prejudicar a própria leitura de um determinado conjunto patrimonial. O mesmo é dizer que o fundamentalismo (como qualquer fundamentalismo, aliás...) pode ser prejudicial caso seja essa a via escolhida, sendo que a criação de conhecimento através do registo arqueológico pode também, em boa medida, ser uma posição legítima – desde que, claro está, resulte de uma intervenção preventiva e não de um mero e precipitado salvamento motivado por desleixo ou laxismo.

Uma das formas de ultrapassar as dificuldades crescentes que os ciclos de obras públicas nas grandes cidades tem criado decorre de um novo regime de *conceptualização do espaço urbano*. Efectivamente, através dos instrumentos administrativos das urbes, passam a existir parcelas de cidade consideradas em si mesmas um monumento. Assim acontece, por exemplo, com a Baixa de Lisboa a qual, independentemente da sua variabilidade e da sua dinâmica própria se encontra classificada como Imóvel de Interesse Público. Ora, da mesma forma que num monumento homogéneo e solidário fisicamente – como um conjunto monástico, por exemplo – é impensável proceder a qualquer intervenção que não seja precedida de investigação arqueológica, o mesmo deverá acontecer nos conjuntos urbanos classificados, que devem ser entendidos como «monumentos» eles-mesmo, unos e indivisíveis. Então será possível conceber todo esse conjunto como uma área de intervenção delicada (e dedicada), com pressupostos arqueológicos determinantes e condicionantes da suas alterações eventuais. E, este esforço de conceptualização deve estender-se

não apenas ao aparente, mas também ao inaparente e ao que existe em potência, não revelada.

Nesta conformidade, será possível promover cartas de *patrimônio arqueológico* urbano, para além de dispositivos já contemplados em alguns PDM's, com maior ou menor eficácia, como seja a classificação funcional de áreas (como de potencial arqueológico 1, 2 ou 3). (Tais cartas terão o mesmo valor que uma planta de redes soterradas, nas quais qualquer alteração é cuidadosamente estudada). E terão outra consequência: a de levar a assumir que determinadas partes da cidade não são pura e simplesmente passíveis de qualquer intervenção em obra, ou seja, deverão ser consideradas *reservas absolutas* de informação arqueológica. Eis o que poderia contornar com muito maior felicidade, os problemas causados pelo ciclo, sensível nos anos 90, da criação de parques subterrâneos e do alargamento da rede do metro (para mencionar apenas as grande promoções).

A inscrição da arqueologia na história das cidades e na sua dinâmica não é, por isso mesmo, coisa fácil. Em permanente mutação, a cidade convive mal com os estaleiros arqueológicos. Mas a experiência acumulada, a atenção dos media (uma mediatização, às vezes exagerada, há que convir)

da arqueologia, permite afirmar que a arqueologia passou a ocupar um lugar incontornável no desenvolvimento da memória das cidades antigas e modernas, sobretudo se se tiver em conta que a arqueologia não se restringe a uma esfera disciplinar hermética e impenetrável.

A arqueologia, especialmente em ambiente urbano, é hoje entendida de uma forma integrada, sendo o testemunho arqueológico não apenas o que jaz soterrado mas também tudo aquilo que, acima da «cota 0», como se costuma dizer na gíria patrimonial, é informação arqueológica – e histórica e arquitectónica – ou seja, um modo de enriquecer o conhecimento do nosso habitat e das suas múltiplas dimensões – incluindo, entre estas, uma *quarta dimensão*, a da memória, imaterial.

NO 850º ANIVERSÁRIO DA CONQUISTA DE LISBOA

JOSÉ MATTOSO

Quero começar a apresentação deste Encontro, confessando que tenho muita pena por não ter podido aqui apresentar nenhuma investigação original, juntando-me assim ao notável conjunto de especialistas de história medieval que aqui se reuniram para tratarem de vários temas relativos à conquista de Lisboa em 1147. Não preciso de explicar as razões da minha impossibilidade nem as da minha pena. Creio que elas se podem imaginar facilmente. Quis todavia dar o meu apoio a esta iniciativa, antes de mais pela amizade que me liga à maior parte dos seus participantes, mas também pelo inegável interesse do tema e sobretudo pela maneira como os organizadores lhe imprimiram uma determinada orientação.

Creio, portanto, ir ao encontro dos seus objectivos fazendo nesta apresentação do Encontro uma breve reflexão sobre o significado daquilo mesmo que aqui se procura. A melhor maneira de o tomar evidente parece-se ser partindo de uma breve comparação da temática privilegiada pelos autores das comunicações com a maneira como se comemorou há 50 anos o 8º Centenário deste mesmo acontecimento. De facto, em natural que, sendo então um Centenário pleno e não apenas um aniversário, se tivesse dado a maior solenidade e o maior relevo às comemorações de então. E todavia, não ficou delas senão a lembrança de um grande cortejo histórico organizado, se não me engano, por Leitão de Barros. Não sei se houve também alguma iniciativa de carácter científico, mas, se existiu, deve ter ficado circunscrita às salas das Academias, e deve ter consistido antes em algum discurso de predominantemente laudatório ou meramente evocativo. Não me lembro de nessa altura se ter apresentado nenhum texto histórico inovador sobre o facto que então se comemorava.

Era esse, de resto, o tom habitual das comemorações nacionalistas, como se tomou evidente em 1940 e nos anos seguintes: o trabalho científico produzido nessa época tem de se considerar quase insignificante face ao esforço do governo, que se concentrou, como se sabe, na Exposição do Mundo Português, na reconstrução de castelos e nas cerimónias comemorativas que deixaram dezenas de lápides evocativas por esse país fora. Como é evidente, o propósito de situar os factos históricos no seu contexto e para os compreender em si mesmos era muito menor do que para desenvolver em torno deles uma retórica exortatória centrada nas virtudes nacionais, para desenrolar rituais colectivos de que se esperava como efeito o reforço da coesão social e política, para explorar e popularizar mitos, muitas vezes de forma artificial e forçada.

Hoje, os rituais e os mitos demasiado presos a glórias passadas perderam a sua eficácia social, entre outras razões porque o

carácter propagandístico demasiado pronunciado lhes retirava credibilidade e revelava propósitos que não podem, hoje, deixar de se considerar alienantes. O uso e abuso dos mitos e glórias nacionais tomou-se assim um instrumento de degradação da sua própria eficácia social.

Hoje deixou de ser possível falar do passado sem partir de uma análise objectiva historicamente fundamentada e desprendida de intenções ideológicas. Os mitos e rituais continuam, obviamente, a constituir uma componente fundamental da vida social, mas deixaram de se basear nas glórias passadas. Não sabemos bem quais são esses mitos: talvez um deles seja o de que a nossa salvação colectiva depende da integração na Europa comunitária. Seja como for, os sucessos do passado deixaram de ser penhor das vitórias que desejamos alcançar no momento presente. O presente impõe-se-nos como um desafio e obriga-nos a sermos racionais e realistas. Nesta conjuntura, apercebemo-nos cada vez mais de que a compreensão do passado se tomou ela própria forma privilegiada de construir o presente. Parte-se do princípio de que a percepção dos factores de que dependeu outrora o desenrolar dos acontecimentos decisivos no devir histórico permitirá também orientar as nossas escolhas perante a complexa realidade que nos envolve. Apercebemo-nos de que há nela fenómenos e estruturas que só se podem compreender devidamente quando os colocamos num contexto histórico.

Acontece isto mesmo, até para factos são longínquos como a conquista de Lisboa em 1147. Trata-se, na verdade, de um acontecimento decisivo não só para a história nacional, mas também para a história europeia. É preciso, portanto, analisá-lo e tentar compreendê-lo em todos os seus aspectos e condicionantes, assim como em todas as suas consequências.

Tal é a melhor justificação para o Encontro que hoje iniciamos. As comunicações previstas concentram-se na sua quase totalidade sobre o mundo e a época islâmicas. Também este facto é significativo de uma alteração fundamental em relação com o que aconteceu há cinquenta anos. Nessa altura, o que chamava a atenção era o ponto de vista dos conquistadores, e portanto a inclusão da cidade no espaço cristão, assim como o papel que passou a desempenhar na construção do País. Em 1947 considerava-se que a conquista de Lisboa tinha sido como que um ponto zero. Um começo absoluto. Reduzia-se, assim, a nada, ou a aspectos puramente negativos o passado muçulmano. A vitória sobre os Mouros teria esmagado por completo o passado islâmico. Portugal não devia nada à civilização árabe. Pelo contrário, a construção da Nação só teria sido possível devido ao esmagamento da barbárie sarracena.

Hoje considera-se, com razão, que esta interpretação da conquista de Lisboa é puramente absurda. Em História não há começos absolutos. A ignorância histórica acerca do passado muçulmano, que se verifica na historiografia portuguesa é, portanto, demasiado gritante para que não se considere urgente preenchê-la. Mas a quase total ausência de uma tradição científica nesta área tomou a tarefa especialmente difícil e morosa. Foram necessário passarem mais de vinte anos depois do 25 de Abril, ou seja depois da data em que desapareceu a opressão política, consciente ou inconsciente, sobre a investigação universitária, para que finalmente se pudesse reunir um número considerável de investigadores capazes de trabalharem sobre esta área. Esperamos, pois, que este Encontro constitua um importante contributo para se desenvolverem os estudos e os conhecimentos nesta área tão carenciada. De facto não se trata apenas de reconstituir o passado muçulmano de Lisboa. O mais importante consiste em esclarecer o papel efectivamente desempenhado pela cultura e os costumes islâmicos na formação de Portugal.

É preciso, porém, não ser unilateral. Como é evidente, os muçulmanos e moçárabes que permaneceram em Lisboa depois de 1147, ficaram numa situação de dependência. Não podemos esquecer que o poder social, económico e político passou para as mãos dos cavaleiros do Norte, e que estes o utilizaram de forma diferente do dos seus antecessores. O desenvolvimento constante de Lisboa, desde as suas origens mais remotas até 1147 não foi interrompido. Pelo contrário, de cidade secundária que era na época romana, quando não alcançava ainda a categoria de sede de um convento jurídico, passou a desempenhar um papel cada vez mais importante entre todas as cidades do ocidente ibérico, primeiro em paralelo com Santarém, e depois superando-a em tudo.

Neste Encontro haverá poucas comunicações sobre o período cristão e sobre o desenvolvimento de Lisboa a partir de meados do século XII. Não serei eu a tentar alargar este campo de pesquisas, onde, de resto já contávamos com alguns trabalhos importantes. Queria, no entanto, chamar a vossa atenção para um aspecto muito genérico, e que de resto vem confirmar o interesse dos estudos sobre a época muçulmana, porque representa o prolongamento de estruturas

criadas antes da conquista. Refiro-me ao facto de Lisboa, na minha opinião, ter permanecido dentro da área económica meridional e mediterrânica, demorando séculos a incluir-se plenamente na área atlântica, apesar de o poder político ter caído nas mãos da gente do Norte.

Com efeito creio que Lisboa continuou a manter um cunho mediterrânico praticamente até ao fim da Idade Média. A tradição marítima da costa portuguesa manteve-se como um prolongamento da herança romana e mediterrânica do ponto de vista das técnicas de navegação e dos circuitos comerciais. Para salientar apenas um outro indício concordante com o mesmo fenómeno, acrescente-se que os portos portugueses, depois da conquista cristã, passaram a ser frequentados por marinheiros e mercadores das diversas cidades italianas, e por catalães ou valencianos, mas muito pouco por ingleses e franceses ou alemães e flamengos (exceptuando os cruzados). Eram os portugueses e mediterrânicos que procuravam os portos do Atlântico Norte, e não tanto os mercadores daí que vinham fixar-se em Lisboa e noutras povoações da costa portuguesa para aqui apresentarem os seus produtos. O desenvolvimento do comércio atlântico enquanto prolongamento da economia europeia do Norte só se tomou uma realidade com os Descobrimentos e a abertura da Atlântico para Este, depois de um período em que Lisboa e Sevilha dominaram os mares, não já como entrepostos entre o comércio do Norte e do Sul, mas como polos de amplos circuitos comandados por sua iniciativa e que se estendiam à América, à África e à Ásia.

Esta longa ligação ao Sul justifica, portanto, a prevalência do acento islâmico nos estudos apresentados a este Encontro. Não se trata apenas de preencher uma lacuna historiográfica, o que, como disse também é da maior importância, mas também de adoptar o ponto de vista mais pertinente para compreender as estruturas económicas e sociais em que Lisboa medieval de facto se insere.

Convém, todavia, não esquecer também que esta perspectiva não explica tudo, na medida em que não atribui a devida importância às transformações sofridas por Lisboa depois da conquista, nem as suas consequências do ponto de vista da História de Portugal. Estas, todavia não decorrem tanto do simples facto da conquista, mas sobretudo de o rei ter acabado por escolher Lisboa como capital. Sem dar ainda a esta designação um significado técnico, é evidente que Lisboa foi fixando cada vez mais os órgãos da administração central, e que este

facto lhe conferiu uma influência ímpar sobre os destinos de todo o País e sobre os factores de que resultou o desenvolvimento nacional. São factos tão óbvios que nem sempre se avaliam devidamente. E todavia muitos dos fenómenos que vieram a constituir os mais mercantes das estruturas económicas e sociais de Portugal foram fortemente marcados pela peculiar relação de Lisboa com todo o resto do seu território. Para compreender estes factos seria preciso acompanhar de perto o próprio processo de desenvolvimento da cidade e todas as componentes sociais e económicas que nele intervieram.

Não será este Encontro que virá esclarecer todas estas questões. Já não é pouco que aqui se trate de aspectos até há pouco tempo inteiramente desconhecidos. Se lembro aqui essas questões, é para colocar os nossos trabalhos sob uma perspectiva tão ampla quanto possível, e para lhes atribuir o seu lugar exacto numa problemática histórica verdadeiramente pertinente.

Resta-me fazer votos para que as comunicações que vamos ouvir correspondam às expectativas que aqui exprimi e para que o público que a elas assiste possa descobrir o seu interesse para compreender uma realidade tão complexa como o papel histórico da cidade de Lisboa. Será esta a maneira mais digna de comemorar o grande acontecimento que foi a conquista de Lisboa aos Mouros em 1147.

LA SOCIÉTÉ D'AL-ANDALUS À L'ÉPOQUE DE LA RECONQUÊTE

PIERRE GUICHARD

N'étant pas spécialiste du Gharb al-Andalus, je ne peux présenter qu'une vision assez générale, où je prendrai comme espace chronologique les XI^e-XIII^e siècles, correspondant à la reconquête du Portugal, mais aussi à celle d'autres parties de la péninsule, en particulier la région de Valence et Murcie qui est celle que je connais le mieux.

LES SOURCES

On sait que les progrès dans l'histoire sociale et économique de l'Andalus sont ralentis non seulement par l'obstacle que représente la méconnaissance de l'arabe et par le nombre assez faible des chercheurs, mais aussi par la relative pauvreté des sources. Celles qui concernent la vie intellectuelle et culturelle sont beaucoup plus abondantes. L'une des difficultés est qu'il n'existe pratiquement pas d'archives, en dehors de quelques documents concernant surtout l'irrigation, conservés pour des raisons très spécifiques dans des archives chrétiennes, comme les documents du Marquesado del Cenete de Guadix. On connaît ainsi un accord sur les eaux d'irrigation entre deux villages daté de 1187, conservé à l'Archivo Histórico Nacional de Madrid, et publié dans la revue *Al-Andalus* en 1940¹. Plus récemment Emilio Molina López a publié dans l'*Homenaje a Bosch*

Vilá un autre document du même type de 1139². Pour une période plus tardive, on possède un lot plus abondant d'une centaine de documents grenadins, qui ont été édités par Luis Seco de Lucena dans ses *Documentos arabigo granadinos*³. Mais ce ne sont que des exceptions malheureusement très ponctuelles.

Pour les pays de l'Occident malikite, cependant, il faut signaler l'importance des *Nawâzil* ou recueils jurisprudentiels de consultations juridiques ou *fatwâ-s*. Un catalogue récent de plus de deux mille analyses de documents de ce type tirés du *Minyân* d'Al-Wansharisi, le plus riche de ces recueils, qui date de la fin du XIV^{ème} siècle, a été publié par Vincent Lagardère sous le titre *Histoire et société en Occident musulman au Moyen Âge*⁴. On peut attendre beaucoup de l'étude de ces ouvrages, qui peuvent suppléer dans une certaine mesure à l'absence d'archives qui a toujours rendu problématique l'approche des réalités sociales et économiques des pays musulmans au Moyen Âge.

* Université Lumière-Lyon 2

La Péninsule ibérique, se trouve quant-à elle, par rapport à d'autres pays musulmans, dans une situation particulière du fait de la Reconquête: la documentation chrétienne nous apporte en effet un regard indirect sur la société musulmane au moment où elle passe sous la domination des monarchies chrétiennes ibériques. Cela peut éclairer des faits que les sources arabes ne nous permettaient certainement pas de connaître. Cette documentation est dans l'ensemble plutôt administrative que descriptive. Il existe cependant un certain nombre de textes narratifs, dont l'un des plus remarquables est certainement la Chronique autobiographique du roi d'Aragon Jacques Ier, qui relate en détail la conquête des Baléares et surtout de la région valencienne; mais il existe aussi quelques sources susceptibles de servir l'histoire des régions occidentales, comme la «lettre» du croisé anglais Osbern sur la conquête de Lisbonne en 1147⁵.

Pour la même zone orientale de la péninsule, on possède en revanche un nombre important de traités de capitulation qui fournissent plus ou moins de détails, et qui concernent aussi bien les villes (ainsi la capitulation de Tortosa de 1148), que les localités rurales (par exemple Ascó et d'autres châteaux de la rive de l'Ebre en amont de Tortosa, et surtout de nombreuses localités de l'actuelle province de Castellón ainsi que quelques unes de celle de Valence)⁶. Utilisés avec la prudence nécessaire, des documents de la période immédiatement postérieure à la Reconquête peuvent aussi nous apporter quelque lumière sur certaines institutions de l'époque antérieure, comme les institutions fiscales que les sources arabes laissent presque totalement dans l'ombre. Il est vrai que cette richesse relative des documents chrétiens existe surtout pour la zone aragonaise où les archives sont anciennes et bien organisées. C'est principalement de cette zone que proviennent les Repartimientos ou Repartiments.

On peut y rattacher, bien qu'il concerne la zone castillane, celui de Murcie, publié par Juan Torres Fontes, qui présente un intérêt particulier du point de vue des allusions aux réalités antérieures puisqu'il fut rédigé en se servant des registres fiscaux ou *azimenes* de l'époque musulmane⁷.

Un autre moyen d'information auquel on recourra sans doute de plus en plus est l'archéologie. Les recherches sur le passé musulman de la péninsule sont très nombreuses en Espagne et au Portugal. Il faudrait signaler de nombreux travaux monographiques d'un grand intérêt (pour le Portugal on retiendra évidemment en premier lieu les publications déjà nombreuses sur Mértola, et les articles publiés dans l'excellente revue *Arqueologia Medieval* éditée par le centre archéologique de cette ville). Il faut peut-être mettre à part, pour la dimension problématique des travaux qui s'y rattachent, le secteur de l'archéologie hydraulique, avec les recherches importantes de Miquel Barceló et son équipe sur les Baléares⁸ principalement, mais aussi sur diverses régions d'al-Andalus, et ceux de P. Cressier en Andalousie⁹. Sur ces problèmes, il existe quelques ouvrages de synthèse dont la liste s'enrichira sans doute au cours des prochaines années¹⁰. On pourrait signaler enfin qu'un considérable ensemble de données matérielles, relevant de l'archéologie et de l'histoire de l'art, a été réuni dans la série de magnifiques publications parues sous l'égide de la fondation *El Legado andalusi*¹¹.

Je crois que l'on peut faire ressortir que les informations que nous apporte l'archéologie peuvent être d'ordre positif ou négatif. La structure des maisons par exemple, leurs plans, donnent une idée de l'organisation sociale et de la mentalité. Par exemple on voit s'imposer sur de multiples sites le plan de maison à *patio* et entrée coudée, avec un *zaguán* ou vestibule qui protège l'intimité des habitants de la maison, selon la pratique habituelle du sud de la Méditerranée: à Mértola par exemple «desde la puerta se accedia a un pequeño atrio o zaguán, pasillo de entrada en ocasiones con dos o très puertas sucesivas. Originario de la arquitectura del mundo clásico, este pasadizo en zig-zag, con varios recodos, era el lugar de recepción de la casa y donde se trataban algunos negocios. El zaguán, antecámara de entrada a la vivienda, se destinaba también a proteger la intimidad del hogar de las miradas indiscretas de la calle»¹². Quant aux informations d'ordre négatif, on peut donner, me semble-t-il, l'exemple de la rareté des trouvailles monétaires sur les sites de la péninsule occupés à l'époque musulmane. C'est ainsi que sur le site d'alqueria de Torre Bufilla, sur la bordure de la huerta de Valence, occupé du X^e au moins au milieu du XIV^e siècle par une population musulmane, on trouve 2 monnaies romaines (sur un site où il n'y a pratiquement aucun matériel romain) une seule monnaie (et encore fatimide!) pour la période musulmane (X^e?-1238), puis 13 monnaies pour le seul siècle chrétien (1238-milieu XIV^e)¹³. A l'appui de la même absence de monnaie, difficilement explicable pour une société apparemment aussi fortement monétarisée que la société musulmane médiévale, on peut apporter le résultat des remarquables fouilles du palais des Cortes de Valence, où l'on a trouvé, pour un matériel céramique qui s'étend de l'époque romaine au XV^e siècle, 14 monnaies ibériques et du haut

empire (pour trois siècles), 41 monnaies du bas empire (pour trois siècles environ aussi), seulement un fragment de dirhem d'époque musulmane (pour plus de cinq siècles!), et enfin 5 monnaies de Jacques Ier d'Aragon pour la période qui suit immédiatement la Reconquête¹⁴.

Cette rareté pose incontestablement un problème, non résolu pour l'instant, d'autant plus qu'elle est «relative» plutôt qu'absolue; on ne trouve que rarement des monnaies musulmanes en fouille, ce qui ne veut pas dire que l'on n'en trouve pas d'une façon plus générale. Ainsi dans l'utile inventaire de Stéphane Boisselier, «Archéologie rurale islamique dans le sud du Portugal. Recension bibliographique», publié dans *Archéologie islamique*, 6, 1996, apparaissent plusieurs trésors¹⁵. Le problème de la nature des trésors monétaires est posé par José Rodrigues Marinho, «The islamic coins in the portuguese territory», *Problems of medieval coinage in the iberian area*, Santarém, 1984. On pourrait donner comme modèle d'étude numismatique régionale l'inventaire très intéressant vient d'être réalisé pour la région valencienne par Carolina Doménech Belda dans sa thèse soutenue à Alicante en décembre 1997 sur *La Circulación monetaria durante el periodo islámico en el país valenciano*. Mais le problème ne me paraît pas vraiment avoir été posé à l'échelle de la péninsule toute entière alors que l'on devrait commencer à pouvoir le faire.

LA SOCIÉTÉ URBAINE

Outre la pauvreté générale des sources, ce qui rend difficile l'approche de la société d'al-Andalus à la veille de la conquête, c'est aussi la disparité des informations entre villes et campagnes. En principe, comme l'a écrit Claude Cahen, la civilisation musulmane «est fondamentalement urbaine: non que la majeure partie des gens n'y habitent sur la terre et n'y vivent de la terre, même aux moments d'essor commercial maximum, mais parce que le siège de toutes les institutions est en ville, qu'une grande partie de la terre appartient à des gens des villes, et que par conséquent la littérature dont nous dépendons est une littérature de citadins, qui méprisent ou oublient le paysan ou ne s'intéressent à lui que par le côté où il leur apporte vivres et impôts ou redevances».

Si l'on suit ces affirmations, on devrait être beaucoup mieux renseignés sur la société urbaine que sur la société rurale. Cela est exact pour l'ensemble du monde musulman, mais ne l'est que jusqu'à un certain point pour l'Andalus. Il est vrai que le point de vue des sources arabes classiquement utilisées est un point de vue infiniment plus «urbain» que «rural», même lorsque ces sources traitent des campagnes et de la vie rurale. Il en va ainsi par exemple des traités d'agronomie des XI^e-XII^e siècles, qui ont largement attiré l'attention. On renverra évidemment à leur sujet en premier lieu aux travaux devenus classiques de Lucie Bolens¹⁶, ainsi qu'aux études plus récentes d'Expiración García Sánchez et de l'école de Grenade¹⁷. On sait qu'ils ont été réalisés pour la plupart d'entre eux

dans l'entourage des souverains des taifas de Tolède et de Séville, et s'ils apportent beaucoup de données sur les techniques et les productions, ils ne disent pas quels secteurs de l'économie rurale se trouvaient concernés, et surtout n'apportent pratiquement rien sur la société rurale elle-même.

Il en va jusqu'à un certain point de même des ouvrages de nature juridique, même s'ils fournissent davantage d'informations, comme les formulaires notariaux et surtout les recueils de *fatwā-s* (*naẓẓ*) déjà cités. Un bon exemple de vision de la campagne par les gens des villes serait le célèbre traité du Sévillan de la fin du XI^e siècle 'Ibn 'Abdūn, souvent qualifié de traité de *hisba* (c'est à dire de police du marché), mais qui contient en fait des informations bien plus étendues que la réglementation du souk et l'urbanisme. Il est l'un des rares textes à laisser entrevoir quelques aspects des rapports d'une grande ville avec les campagnes environnantes. On y trouve en premier lieu des informations d'ordre fiscal, à travers les conseils donnés au *cadi* de Séville d'avoir à veiller à ce que les percepteurs d'impôts ne se livrent pas à des abus. On y trouve aussi quelques indications témoignant d'une certaine tension entre société urbaine et société rurale: les autorités urbaines doivent veiller à contrôler les jeunes gens des villages qui se transforment facilement en voleurs et en maraudeurs; on évitera de leur vendre des armes, et l'on confisquera celles que l'on trouvera en leur possession; s'il se produit de leur fait une affaire grave, vol ou meurtre, on en rendra responsables tous les habitants du village (*qarya*) concerné qui ont un fils célibataire «et ce seront les parents qui ont de l'âge qui seront punis et condamnés à l'amende». Le *cadi* devra aussi «ordonner aux habitants des *qurā* (villages) de désigner dans chacune de ces localités un garde, qui devra empêcher que les propriétés privées ne soient traitées comme les biens de la collectivité: les

campagnards ont en effet tendance à considérer comme une chose licite de mettre la main sur ce qui est la propriété des gens de la ville (*ahl al-h□dar□*)¹⁸.

Une autre difficulté serait de définir précisément la «ville» dans une région assez différente à cet égard des autres provinces du monde musulman médiéval, où il y a un réseau de centres de peuplement très diversifié et hiérarchisé. Il y a sans doute des localités incontestablement rurales. Pour le Portugal on peut renvoyer entre autres aux travaux de terrain de James Boone sur Alcaria Longa, petite localité villageoise des environs de Mértola; de même les recherches d'Helena Catarino sur les châteaux de Salir et Paderne, d'époque almoravide-almohade¹⁹, et les *concelhos* de Alcútim et Castro Marim pour lesquels a été étudiée extensivement une zone rurale²⁰. Le problème se pose pour toutes les régions de la péninsule; il a embarrassé les géographes eux-mêmes (ainsi Idrīsi parle-t-il à plusieurs reprises d'«une *qarya* importante comme une ville»). Pour prendre des exemples portugais étudiés récemment, on pourrait réfléchir sur le cas de Moura, observé par S. Macias²¹, où l'on trouve de la céramique commune typique de la production du Gharb, et de la céramique de luxe qui semble à cet auteur attester la présence d'une bourgeoisie urbaine aisée. On peut relever sur ce point la réflexion de Stéphane Boisselier, qui, tout en disant que «l'étude est l'une des plus complètes du genre», souligne que «les rapports entre la fortification et les *qarya/s* ne sont pas évoqués, et le choix d'une aire d'étude restreinte aboutit surtout à souligner les caractères urbains de l'organisation islamique».

Dans le même ordre d'idées, Mértola est-elle une «ville», ou une sorte de chef-lieu de district immergé dans un espace profondément rural? je crois qu'il faut dans chaque cas tenir compte de tous les facteurs, archéologiques et textuels²². Je relève encore le résumé que donne

Boisselier d'un article d'Abdallah Khawli sur les céramiques estampées de Mértola²³: la céramique étudiée «témoigne d'un artisanat de qualité au service d'une clientèle riche». Mais si Mértola joue à certains moments le rôle d'une capitale politique, ce qui lui donne apparemment une dimension urbaine, quelle est sa dimension de centre culturel, fondamental pour la définition de la ville? Dans le *Uns al-Muhadj* d'al-Idrīsī, alors que Béja, Badajoz, Mérida, Trujillo, apparaissent expressément désignées comme villes (*mad□nes*), Mértola n'est qualifiée que de *hisn*, au même titre que par exemple Portela²⁴. Dans l'est de la péninsule, on pourrait invoquer l'exemple comparable de la localité très bien connue archéologiquement de Cieza, apparemment d'importance comparable, qui semble de la même façon présenter des caractères urbains alors que les sources arabes restent pratiquement silencieuses à son sujet²⁵.

On pourrait distinguer dans les villes musulmanes plusieurs types d'élites «urbaines» dont la présence dans une localité détermine, il me semble, son statut de ville/*madīna*. En premier lieu l'aristocratie du pouvoir, qui tend à être de plus en plus, en Orient à partir des X^e/XI^e siècles, d'origine étrangère à la ville; le cas le plus évident, parce que poussant à l'extrême la logique d'un système socio-politique que Patricia Crone a défini dans un titre d'ouvrage (*Slaves on horses*, 1980) serait celui du groupe dirigeant mamluk dans l'Égypte du bas Moyen Âge. Ce groupe militaire d'origine servile est complètement distinct de la société autochtone et se reproduit par l'achat à chaque génération d'un nouveau contingent d'esclaves étrangers au pays. Un phénomène analogue, bien que moins extrême dans ses modalités, se produit avec l'«importation» dans la péninsule d'une aristocratie étrangère, *saqāliba* sous les taifas, tribale maghrébine à l'époque des empires africains, appuyés sur des garnisons berbères, aussi bien à l'époque almoravide qu'à l'époque almohade. On peut évoquer à cet égard le cas très intéressant de Béja sous les Almohades, rapporté par le *k□tib*(secrétaire) almohade andalou Ibn Sāhib al-Salā, qui critique vivement les agissements abusifs d'un gouverneur berbère qu'il estime responsable de la prise de la ville par les chrétiens en 1172²⁶.

A côté de cette aristocratie étrangère, existe une aristocratie urbaine locale, qui est sans doute moins qu'en Orient marginalisée par rapport aux activités de direction politico-administratives. Dans le cas de Béja on a la chance de voir évoquée cette *kh□ssa* andalouse, bien désignée comme telle, par le même Ibn Sāhib al-Salā qui en faisait partie. Il cite dans d'autres passages de son livre, tels que nous les retransmet aussi le *Bayān*, des familles comme les Banū Wazīr et les Banū 1-Ansāri. La nature exacte de cette catégorie est difficile à cerner. La seule catégorie «socioprofessionnelle» que nous connaissions bien est celle des juristes ou *fuqah□*, qui sont catalogués par centaines, avec des indications sur leur éducation, leurs carrières et leurs ouvrages, dans les dictionnaires bio-bibliographiques de savants. D'après Ibn Sāhib al-Salā toujours, le «mauvais gouverneur» almohade de Béja, ʿUmar b. Sahnūn, dont il villipende la conduite, aurait fait exécuter «le pieux faqih Abū Djaʿfar al-Ansāri» qui s'opposait à lui, et plusieurs autres habi-

tants de la ville. Cette catégorie des *fuqah* fait l'objet, quant à son histoire intellectuelle, de l'ouvrage classique de Dominique Urvoy²⁷, et l'on possède maintenant à son sujet des études de plus en plus nombreuses, études réalisées principalement dans le cadre des équipes espagnoles du CSIC, à Madrid et à Grenade²⁸.

Il est beaucoup plus difficile de cerner les bases économiques de cette aristocratie intellectuelle. Elle vivait sans doute des revenus que lui procuraient ses fonctions juridico-religieuses (salaires payés sur les revenus de l'impôt); mais on peut penser qu'elle avait aussi des activités commerciales, souvent associées dans la civilisation musulmane médiévale aux activités intellectuelles. Nous avons très peu d'informations à ce sujet, pour ne pas dire pas du tout. Par ailleurs elle devait posséder des propriétés foncières. Mais sur ce point aussi, on manque cruellement de données, les sources arabes, et en particulier les dictionnaires bio-bibliographiques déjà cités, se centrant presque exclusivement sur l'exercice des fonctions juridico-religieuses et sur la vie intellectuelle (enseignement, production d'ouvrages). Les informations un peu précises sont très rares et n'apportent pas beaucoup. Exceptionnelle est par exemple l'indication donnée par Ibn al-Abbār sur la famille des Banū Nūh de Saragosse, qui émigre à Valence après l'occupation de la vallée de l'Ebre par les chrétiens au XII^e siècle: ils étaient originellement implantés dans une *munya* qui portait leur nom, située dans la *qarya* de Nubālish, près de Saragosse, sur la route de Daroca²⁹.

Parmi les rares documents susceptibles de nous apporter quelque information sur les assises foncières des classes aisées urbaines il faut sans doute mettre au premier plan les *Repartimientos* déjà cités, en englobant sous ce vocable l'ensemble des documents de répartition des terres aux différentes catégories de conquérants et de colons chrétiens, même s'ils ne se présentent pas formellement comme des registres. J'ai essayé d'étudier ce type de sources dans ma thèse sur *Les Musulmans de Valence et la Reconquête*. Ainsi que je l'ai dit plus haut, l'un des documents les plus intéressants est le *Repartimiento* de Murcie, en dépit de sa date tardive (plus de vingt ans après l'établissement du protectorat castillan sur le royaume de Murcie). Il ne concerne d'autre part que la seule partie des terres restée jusque là aux mains des musulmans qui n'ont pas encore quitté la ville et les alquerías de la huerta, et qui semblent être une minorité – encore importante sans doute – des anciens habitants. On y trouve deux types principaux de propriétés aristocratiques: une catégorie désignée par le terme de *real*, qui désigne, semble-t-il, une sorte de résidence périurbaine d'agrément assortie d'un jardin (on trouve parfois *ortum sive reallum*), et une autre désignée du nom de *rahal*, qui s'applique à un domaine d'un seul tenant, beaucoup plus vaste que le type précédent, situé très généralement plus loin de la ville, à la périphérie de la huerta ou, plus rarement, dans une campagne plus lointaine³⁰.

Les mêmes réalités existaient à Valence, où l'on trouve par exemple dans le *Repartiment* un personnage sans doute de condition élevée (il possède une maison dans le quartier aristocratique près du gasr musulman) du nom d'Alarif

(*al-ʿarīf* peut-être en réalité une fonction); on mentionne comme lui appartenant un *real* situé dans la zone de la porte de la Xarea (*Sharḥa*) et un *rahal* dit *rahal Alarif* situé plus loin de la ville, près de la mer. De nombreux *rahals* sont bien identifiables dans les textes contemporains de la conquête, et certains semblent avoir été assez vastes, éventuellement plusieurs dizaines d'hectares de superficie, car on y répartit un nombre important de *javatas* de terre, en les divisant souvent en plusieurs lots de colonisation. Dans quelques cas on peut identifier l'ancien possesseur, comme dans celui d'un *rahal* dit de Na Binsalmo, nom qui était en réalité la déformation d'Avin Salmo ou Ibn Salmūn, nom d'un vizir des derniers temps de l'époque musulmane. Une de ses propriétés, un *rahal* proche de Silla, constitue encore un grand domaine vendu 3000 sous au début du XIV^e siècle, dont on possède la description³¹.

LES CAMPAGNES

Avec cet exemple, on touche la structure des propriétés foncières dans les zones rurales. Dans la documentation valencienne et murcienne, on identifie assez bien un certain nombre de grandes propriétés, telles que celles que l'on vient d'évoquer, dont on se rend bien compte, si l'on tente de prendre une vue d'ensemble de l'organisation foncière, qu'elles ne constituent qu'un secteur, sans doute minoritaire, de la détention de la terre. Contrairement à une idée longtemps très répandue en effet, il ne semble pas que la structure générale de l'agriculture andalouse avant la conquête chrétienne ait été «latifondiaire» comme le pensaient très généralement les historiens jusqu'à il y a une vingtaine d'années. Ambrosio Huici, par exemple, l'un des meilleurs de ces historiens, écrivait dans son *Historia musulmana de Valencia*, publiée en 1970 (mais posthume),

dans un paragraphe intitulé: «La agricultura y los latifundios»: «La situación del proletariado rural no debía ser tan pobre como la del resto de al-Andalus, ya que la fertilidad del suelo y la excepcional paz de que disfrutaba, al no estar envuelto en sublevaciones internas y verse alejado de razzias e invasiones cristianas, lo libraba del hambre y de la ruina, pero no lograba la posesión de la tierra que cultivaba; aunque por nacimiento era en la mayoría de los casos de condición servil, como en la época romana y visigoda, se hallaba ligado al dueño del predio, que contribuía a hacer fructífero su trabajo, mediante un contrato tácito y permanente de aparcería, tradición que se ha conservado hasta nuestros días»³². Le seul type de propriété auquel on ait par ailleurs prêté attention jusqu'alors était le *madjshar* andalou, considéré comme l'équivalent du *cortijo* sévillan moderne³³.

De la même façon, *l'alquería* valencienne, terme dérivé de l'arabe *qarya*, était volontiers considérée comme désignant un domaine foncier privé, plus ou moins l'héritier des villae romaines de l'Antiquité. On peut reproduire à cet égard ce qu'écrivait Manuel Sanchis Guarner dans une vision de synthèse sur l'époque musulmane publiée en 1965: «En produir-se la invasió àrab canviaren molts dels propietaris rural, pero els conreadors de la terra seguiren essent els descendants dels mateixos llauradors indigènes que ja l'havien cultivada en la societat hispano-romana. Es cert que molts dels nous senyors, àrabs de nissaga enriquits per la guerra, preferiren de viure a les ciutats i no es preocupaven gaire de llurs propietats agràries, cultivades generalment per parcers... A diverses regions d'al-Andalus subsistí el latifundisme després de la invasió sarraïna... les grans heretats rurals eren les munyat, amb un palau central per al senyor, envoltat de construccions per als pagesos... La unitat rural important en terres de regadiu, era la qariya, que tenia una casa de conreu amb habitacions per a quan

vingués el propietari, que normalment habitava a la ciutat... »³⁴. Les nombreux châteaux d'origine musulmane qui parsèment les campagnes valenciennes étaient intégrés à cette vision latifondiste: «Tots els castells rurals havien estat erigits pels propietaris dels latifundis i no pas per l'erari públic. No és, doncs, estrany que llur possessió fos hereditària, igual que, per altra banda, havia esdevingut aleshores a l'Europa feudal després de la descomposició de l'Imperi carolingi ...»³⁵.

Cette vision latifondiste et féodaliste de la structure socio-économique des campagnes andalouses a été fondamentalement modifiée au cours des vingt ou vingt-cinq dernières années par tout un ensemble de travaux, portant aussi, du moins dans un premier temps, principalement sur les zones orientales de la péninsule. Je crois avoir montré, pour ma part, que la documentation chrétienne contemporaine de la Reconquête ne justifiait absolument pas les interprétations ou affirmations qui viennent d'être évoquées. Il est clair qu'une grande partie du sol appartenait non pas à des latifondistes, mais à des petits et moyens propriétaires, et cela semble-t-il aussi bien aux alentours des villes que dans les campagnes plus éloignées. Le *Repartimiento* de Murcie est toujours à cet égard le document probablement le plus éclairant, mais on peut faire les mêmes constatations dans les traités de capitulation passés entre les ruraux musulmans et les chrétiens au moment même de la conquête. Nulle part n'apparaît de «seigneur», et tout indique au contraire que ce sont des communautés de paysans libres et propriétaires de leurs terres qui traitent avec le roi ou avec les ordres militaires.

L'un des faits les plus remarquables est que ces communautés ou *aljamas* (*djamā'a/s*), qui ont à leur tête des conseils de notables ou anciens (*shuy...kh vells* dans les textes catalans qui, comme la Chronique du roi Jacques Ier sont à cet égard les plus explicites) apparaissent dans beaucoup de cas comme propriétaires de leurs châteaux, qu'elles rendent elles-mêmes aux conquérants. Nous avons, avec André Bazzana et Patrice Cressier, consacré pas mal de temps et d'efforts à l'étude de ces châteaux, dont les plus caractéristiques sont de grandes enceintes «vides», sans aucune sorte de construction résidentielle de type seigneurial (donjon), où les communautés rurales pouvaient se réfugier en cas de danger. Dans d'autres cas, ces châteaux ou *hus...s* sont en fait des villages de hauteur, défendus par la topographie et éventuellement par une muraille d'enceinte. Souvent, enfin apparaît accolée à la zone d'habitat et à la partie proprement castrale une vaste enceinte refuge que les textes chrétiens nomment «albacar», terme évidemment emprunté à l'arabe local, et désignant sans doute étymologiquement un enclos destiné à mettre le bétail (*baqqar*) à l'abri³⁶. Les travaux du même genre se sont, depuis, multipliés, sans remettre en cause, me semble-t-il, l'interprétation d'ensemble que nous avons initialement donnée de ces constructions.

D'autres recherches ont été menées à un autre niveau de l'organisation des communautés paysannes, celui de l'organisation des terroirs irrigués. Ils ont concerné initialement, et de façon très approfondie, les espaces irrigués baléares. Une affirmation de principe du droit musulman selon laquelle l'eau est un bien commun à tous n'empêche certes pas son appropriation privative et sa vente.

Cependant sa répartition, dans la plupart des sociétés rurales, et en particulier dans celles dont la base économique n'est pas la grande propriété domaniale, mais la petite et moyenne exploitation, comme cela semble bien être le cas de la société d'al-Andalus, suppose le développement de systèmes organisés de façon collective. L'importante équipe de Miquel Barceló, à l'Université Autonome de Barcelone, s'est attachée depuis une dizaine d'années à établir les lignes directrices d'une «archéologie hydraulique» appliquée concrètement aux «Iles orientales» d'al-Andalus, mais aussi à diverses régions de l'Espagne orientale. Ces travaux ont pour axe principal la mise en rapport de l'organisation des espaces irrigués et des systèmes et réseaux d'irrigation en al-Andalus avec un mode d'organisation de type segmentaire. Dans cette perspective, l'accent est mis avec insistance sur l'héritage «tribal» arabo-berbère de la société d'al-Andalus, dans la ligne des hypothèses d'histoire anthropologique que j'avais présentées dans mon *Al-Andalus* publié en 1976. Mais en poussant beaucoup plus loin l'analyse des aménagements hydrauliques et des terroirs irrigués. Un rapport étroit est établi avec l'abondante toponymie gentilice (toponymes en Beni) qui caractérise ces régions. Selon ces interprétations, la logique des sociétés rurales de l'Espagne orientale, qui ont collectivement créé ces espaces irrigués et ont maintenu jusqu'à la Reconquête ces modes communautaires d'organisation des systèmes d'irrigation reste très proche de celle des sociétés tribales du Maghreb³⁷.

Il y a, comme on le voit, encore beaucoup d'hypothèses dans l'historiographie récente sur les sociétés rurales d'al-Andalus. Mais la recherche a beaucoup progressé depuis quelque années, et assez radicalement renversé les idées courantes sur la question. L'exploitation des recueils de jurisprudence, la progression des recherches archéologiques, ainsi d'ailleurs que le renouvellement actuel de domaines de connaissance anciennement cultivés mais que les chercheurs traitent dans une perspective historique susceptible de renouveler sensiblement nos connaissances, comme la numismatique, font espérer de sérieux et rapides progrès dans notre interprétation de la société d'al-Andalus.

NOTAS

- 1 A. González Palencia, «Documentos árabes del Cenete», *Al-Andalus*, 5, pp. 321-327.
- 2 E. Molina López, «El documento árabe de Guadix (s. XII)», in: *Homenaje al prof. Jacinto Bosch Vilá*, Grenade, 1991, t. I, pp. 271-292.
- 3 Madrid, 1961.
- 4 Madrid, Casa de Velázquez, 1995.
- 5 *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, texte latin et traduction portugaise par le dr. J. A. de Oliveira, Lisbonne, 1936.
- 6 Le texte de la capitulation de Tortosa a été publié par P. de Bofarull y Mascaró dans Colección de documentos inéditos del Archivo General de la Corona de Aragón, t. IV, Barcelone, 1849, doc.LVI; la capitulation des communautés musulmanes du bas Ebre se trouve dans J.M.Font Rius, «La carta de seguridad de Ramón Berenguer IV a las morerías de

Ascó y ribera del Ebro (siglo XII)», in *Homenaje a don José María Lacarra de Miguel en su jubilación del profesorado. Estudios medievales*, t.I, Saragosse, 1977, pp. 261-284. Pour les *aljamas* musulmanes de la province de Castellón voir P. Guichard, *Les Musulmans de Valence et la Reconquête*, Institut Français d'Etudes Arabes de Damas, 2 vol., 1990-1991, passim.

- 7 J. Torres Fontes (éd.), *Repartimiento de Murcia*, Murcia, 1960, et *Repartimiento de la huerta y campo de Murcia en el siglo XIII*, Murcia, 1971.
- 8 M. Barceló, M.A. Carbonero et al., *Les aigües cercades. Els qan□(s) de l'illa de Mallorca*, Palma de Mallorca, 1986)
- 9 P. Cressier et al., *Estudios de arqueología medieval en Almería*, Instituto de estudios almerienses, 1992.
- 10 On citera, sans prétentions à l'exhaustivité, A. Bazzana, P. Cressier, P. Guichard, *Les châteaux ruraux d'al-Andalus. Histoire et archéologie des husûn du Sud-Est de l'Espagne*, Madrid, 1988; A.Bazzana, *Maisons d'al-Andalus*, Madrid, 1992; Thomas F. Glick, *From Muslim fortress to christian castle. Social and cultural change in medieval Spain*, Manchester University Press, 1995; M. Barceló, H. Kirchner, C. Navarro, *El agua que no duerme. Fundamentos de la arqueología hidráulica andalusí*, El Legado andalusí, Grenade, 1996.
- 11 On signalera particulièrement les volumes consacrés à *La arquitectura del Islam occidental*; *El agua en la agricultura de al-Andalus*; *Casas y palacios de al-Andalus. Siglos XII y XIII*; *El Zoco: vida económica y artes tradicionales en al-Andalus y Marruecos*, tous parus en 1995.
- 12 Cl. Torres et S. Macias, «El barrio almohade de la alcazaba de Mértola», in: *Casas y palacios de al-Andalus*, El Legado andalusí, 1995.
- 13 P. López Elum, *La alquería islámica en Valencia: Estudio arqueológico de Bofilla, siglos XI a XIV*, Valence, 1994.
- 14 Isabel López García, Carmen Marín Jordá, et al., *Hallazgos arqueológicos en el Palau de les Corts*, Valence, 1994.
- 15 A. Viana, «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do baixo Alentejo», *Arquivo de Beja*, XII, 1955, évoque un trésor monétaire rural dans la zone de Mértola, très vite dispersé, avec description de 91 monnaies du IX^e au XII^e s; J. Figanier, «Monedas arabes do século XII encontradas no concelho de Sesimbra», *Academia portuguesa de historia; Anais*, 8, 1958, mentionne 77 quirates trouvés dans une grotte, pour la plupart frappés par les émirs indépendants du Gharb à l'époque des secondes taifas.

- 16 *Les méthodes culturales au Moyen Age d'après les traités d'agronomie andalous: traditions et techniques*, Genève, 1974, et *Agronomes andalous du Moyen Age*, Genève, 1981.
- 17 E. García Sánchez (éd.), *Ciencias de la Naturaleza en al-Andalus*, 3 vol., Grenade-Madrid, CSIC, 1990-1994.
- 18 E. Lévi-Provençal, *Séville musulmane au début du XII^e siècle: le traité d'Ibn Abd... sur la vie urbaine et les corps de métiers*, Paris, 1947.
- 19 Voir: 5^e *Congreso do Algarve. Comunicações*, 1988, ainsi que 7^e *Congreso*, 1992.
- 20 Polycopié, Lisbonne, 1988.
- 21 «Moura na baixa Idade Media», *Arqueologia medieval*, 2, 1993.
- 22 S. Macías, *Mértola islámica. Estudio Histórico arqueológico do Barro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Campo arqueológico de Mértola, 1996.
- 23 *Arqueologia medieval*, 2, 1993.
- 24 *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII según «Uns al-muhay wa rawd al-furay»*, éd. J. A. Mizal, Madrid, CSIC, 1989.
- 25 Voir entre autres: J. Navarro Palazón, P. Jiménez Castillo, «La decoración almohade en la arquitectura doméstica: la casa n° 10 de Siyâsa», in: *Casas y palacios de al-Andalus* (Siglos XII y XIII), El Legado andalusí, 1995.
- 26 J'ai donné une traduction française de ce texte, extrait du *Bayân d'Ibn Idhârî*, qui reproduit un passage perdu du *Mann bi l-imâm* dans mon livre sur *L'Espagne et la Sicile musulmanes aux XI^e et XII^e siècles*, Preses Universitaires de Lyon, 1990, pp. 188-193.
- 27 *Le monde des ulémas andalous du V/XI^e au VII/XIII^e siècle. Etude sociologique*, Genève, 1978.
- 28 Voir la série des *Estudios onomástico-bibliográficos de al-Andalus* (EOBA) publiée par le CSIC. En particulier le t.V, *Familias andalusíes*, éd. par M. Marín et J. Zanón, Madrid, 1992.
- 29 M.A. Avila, «La Sociedad», in: *Los reinos de taifas*, t. VIII/1 de la *Historia de España* Menéndez Pidal, Madrid, 1994, p. 347.
- 30 P. Guichard, *Les Musulmans de Valence et la Reconquête (XI^e-XIII^e siècles)*, t. 2, Institut Français d'études Arabes de Damas, 1991, pp. 374-379.
- 31 *Ibid.*, mêmes pages. et pp. 380-385.
- 32 A. Huici, *Historia musulmana de Valencia*, t., Valence, 1970, p. 61.
- 33 J. Oliver Asín, «Maysar = cortijo: orígenes y nomenclatura del cortijo sevillano», *Al-Andalus*, X, 1945.
- 34 M. Sanchís Guarner, *História del País Valencià*, Valence, 1965, pp. 341-342.
- 35 *Ibid.*, p. 352.
- 36 Je renverrai évidemment à notre ouvrage sur les Châteaux ruraux mentionné précédemment.
- 37 Ces travaux se sont échelonnés sur une période assez longue. On pourra voir à titre d'exemples: M. Barceló, «Vespres de feudals. La societat de Sharq al-Andalus just abans de la conquesta catalana», in: *La formació i expansió del feudalisme català, (Estudi General, 5-6, any 1985-1986)*, Gérone, pp. 237-249, et H. Kirchner, *La construcció de l'espai pagès a Mayurqa: les valls de Bunyola, Orient, Coanegra i Alaró*, Palma, 1997.

LE ĠARB AL-ANDALUS À L'ÉPOQUE DES SECONDES TAIFAS (539-552/1144- 1157)

ABDALLAH KHAWLI

INTRODUCTION

L'Espagne musulmane, vers le milieu du XII^{ème} siècle, connaît une situation d'instabilité socio-politique qui résulte de la disparition du régime almoravide. L'absence d'un pouvoir central a contribué à l'émergence de pouvoirs locaux qu'on désigne sous le nom de «secondes taifas». En effet, la situation d'anarchie politique, caractérisée par la fragmentation d'al-Andalus en pouvoirs régionaux antagonistes, est comparable à celle qui s'était établie à la suite de la chute du califat omayyade au début du XI^{ème} siècle. Les taifas du XII^{ème} siècle n'ont pas, toutefois, atteint les mêmes dimensions territoriales, chronologiques et culturelles qui avaient distingués l'époque des premières taifas. En fait, sous la pression des Almohades, d'une part, et de la «Reconquête» chrétienne d'autre part, les pouvoirs éclatés du XII^{ème} siècle n'atteignent qu'une dimension territoriale très réduite et ne persistent que pour une durée très éphémère.

La révolte anti-almoravide éclate d'abord dans la partie occidentale d'al-Andalus, le Ġarb. L'originalité de cette insurrection consiste dans son caractère idéologiquement basé sur le soufisme. En effet, à la suite de la rupture nette avec le système almoravide, toute la région est soumise à l'autorité de l'instigateur de la révolte, Abu al-Ĥusayn Aĥmad Ibn Qasī, un soufi d'origine muwallade. Après une éphémère expérience politique, celui-ci est évincé par l'un de ses alliés et principal responsable de l'expansion de la révolte, Abu Muĥammad Sidrāy Ibn Wazīr, chef militaire à Évora, au service des autorités almoravides.

À la suite de l'intervention de l'armée almohade en Espagne, on assiste à une

nouvelle division du Ġarb marquée par l'émergence de nombreux centres de pouvoir. Corrélativement à cette fragmentation, la frontière des territoires contrôlés par les musulmans recule, définitivement, au profit du jeune royaume de Portugal. Le souverain Alphonse Henri, saisissant l'occasion des troubles qui suivent la disparition de l'autorité almoravide dans l'occident d'al-Andalus, étend son autorité sur les villes de Santarem puis Lisbonne. Son pouvoir affirmé dans la vallée du Tage, le roi portugais, ne manque pas une occasion pour diriger des incursions vers les zones frontalières où les détenteurs du pouvoir, réduits à la défensive, n'hésitent pas à capituler afin de sauvegarder leur indépendance. Le pouvoir almohade, n'arrivant pas à s'imposer efficacement dans la région, se contente alors d'accepter la reconnaissance nominale de son autorité par les chefs indépendants du Ġarb.

Entre 1144 et 1157, dates qui correspondent à la disparition du régime almoravide et à la consolidation de l'autorité almohade dans le

Ġarb, les sources mentionnent un ensemble de personnages dont le rôle politique a été déterminant dans l'évolution de l'histoire de la région à cette époque. Il faut encore insister sur la grande fragmentation politique de cette région, conséquence de l'apparition de nouveaux centres de pouvoir. En plus des traditionnelles capitales des taifas du XI^{ème} siècle (Silves, Mértola, Faro, Niebla et Badajoz), les localités de Tavira, Évora et, peut-être, Alcacer do Sal émergent, pendant l'époque des secondes taifas, comme de nouveaux centres politiques.

Les réalités socio-politiques de ces royaumes de taifas ne sont pas faciles à cerner dans la mesure où les informations dont on dispose se limitent à quelques brefs passages dans les sources arabes médiévales. En fait, la chute du régime almoravide et l'émergence du pouvoir almohade, événements qui caractérisent, par excellence, l'histoire de l'Occident musulman au XII^{ème} siècle, laissent dans l'ombre les particularités locales de ces «taifas». Ces deux événements majeurs, comme il est d'usage dans l'historiographie arabe médiévale, accaparent l'attention des auteurs musulmans. Les circonstances régionales, bien qu'elles soient effectivement liées à la «grande histoire des dynasties», ne disposent que d'une place secondaire.

La plupart des informations disponibles proviennent de chroniques attachées à l'histoire du califat almohade. Les principaux ouvrages susceptibles de mieux nous informer sur les circonstances du Ġarb à l'époque des «secondes taifas», sont malheureusement perdus. Il s'agit des ouvrages du grand historien au service des Almohades, 'Abd al-Malik Ibn Šāhib al-Šalāt (m. 594 / 1198), originaire de la ville de Beja. Son ouvrage intitulé *Qawrat al-Murūd* dont le contenu est destiné à l'histoire des «secondes taifas» du Ġarb, est malheureusement perdu, ainsi que deux parties (la pre-

mière et la dernière) de sa chronique *al-Mann bā al-Imāma*. La première partie de cette chronique, dont le contenu est consacré aux événements marquant l'histoire de l'Occident musulman depuis le début de l'apparition des Almohades jusqu'à 1159, et l'ouvrage *Qawrat al-Murūd* sont en fait les principales sources qui ont fourni aux auteurs arabes ultérieurs les informations relatives à l'époque des «secondes taifas»¹.

Hormis Ibn Qasī, dont le parcours politique est relativement bien décrit par les auteurs musulmans, on ne connaît presque rien sur les expériences politiques des autres souverains des taifas. Les données de la numismatique et de quelques épigraphies, bien qu'elles apportent de précieux détails sur l'évolution politique de certains pouvoirs locaux, notamment ceux d'Ibn Qasī et d'Ibn Wazīr, ne comblent guère les lacunes des textes arabes médiévaux. Le premier personnage, a émis durant les années de son gouvernement (539 – 546 / 1144 – 1151) des monnaies qui illustrent nettement les diverses phases de l'évolution de sa politique en particulier, et de celle des autres chefs du Ġarb d'une façon générale. Une première analyse de ces monnaies, recoupée avec les informations des textes arabes, nous permet de distinguer trois périodes différentes de l'histoire du Ġarb au milieu du XII^{ème} siècle.

- La première phase commence en 1144, lors de la révolte anti-almoravide, et s'achève vers la fin de 1146 lors de l'intervention des Almohades en Espagne.
- La seconde phase (1146 – fin de 1147) correspond au moment de la reconnaissance du mouvement almohade par les divers révoltés du Ġarb.
- Enfin une troisième phase d'indépendance se situe entre 1147, date de l'insurrection des divers chefs de l'Occident d'al-Andalus, et 1157, année qui marque la soumission définitive de la plupart de ces taifas à l'autorité des Almohades.

Les vicissitudes marquant cette période ainsi que la nature des éphémères pouvoirs qui se sont constitués dans l'Occident d'al-Andalus, sont les grands axes qui orientent cette étude. Les données des diverses sources arabes médiévales (chroniques, recueils géographiques et dictionnaires biographiques) ainsi que les renseignements de la numismatique, sont les éléments de base exploités pour éclairer cette partie obscure de l'histoire du Ġarb à la veille de sa domination par les Almohades.

1. LA RÉVOLTE DES MURĪDUN ET LA DISPARITION DE L'AUTORITÉ ALMORAVIDE DU ĠARB

Circonstances politiques de l'Espagne musulmane à la fin de la domination almoravide

Au moment où l'autorité almoravide est sérieusement menacée au nord de l'Afrique à cause des incessantes incursions des tribus almohades, la situation en al-Andalus se dégrade rapidement. En fait, pour faire face au danger almohade,

les souverains almoravides, ‘Alī Ibn Yūsuf (500/1106 – 537/1143) puis son fils Tāsīfīn (537/1143 – 540/1145), ont dû évacuer la plupart de leurs effectifs militaires mobilisés en Espagne, n’y gardant que quelques garnisons sous l’ordre de leurs gouverneurs maghrébins. Ces agents dépendent de l’autorité du représentant du pouvoir almoravide en al-Andalus, Yaḥyā Ibn Gāniya. Cependant, ce légendaire chef militaire qui a fait ses preuves lors des combats contre les chrétiens, est, désormais, incapable de maintenir l’unité d’al-Andalus et d’assurer son attachement à un pouvoir agonisant. Les incessantes incursions chrétiennes mettent en évidence l’incapacité des autorités almoravides d’assurer efficacement la protection d’al-Andalus, raison principale qui légitime leur présence dans la Péninsule.

Au cours des années 1144-1145, l’Espagne musulmane se débarrasse facilement de la tutelle des Almoravides. Leur dernier représentant, Ibn Gāniya, bien qu’il réussisse à contrôler certaines villes importantes (Séville, Cordoue puis Grenade), est finalement débordé par la vague d’insurrection qui gagne rapidement toutes les régions d’al-Andalus, notamment après l’insurrection du Ġarb en 1144 et celle de Cordoue en 1145.

Les fondements sociaux de la révolte des Murīdūn dans le Ġarb

La révolte éclate d’abord, en août – septembre 1144, dans la partie occidentale d’al-Andalus, à un moment où le système almoravide lutte difficilement au Maghreb pour sa survie. L’emplacement périphérique du Ġarb et l’absence de menaces effectives de la part du jeune royaume de Portugal, ne semblaient guère justifier aux yeux des Almoravides une grande mobilisation militaire dans cette province. La défense des zones frontalières de la Marche inférieure incombe à des chefs militaires locaux. Les places d’Évora et de Santarém, qui représentent, avec Badajoz, les principales bases de défense de la frontière occidentale d’al-Andalus², apparaissent, lors de la révolte, administrées respectivement, par Sidrāy Ibn Wazīr et Labīd Ibn ‘Abdallāh. Le «chevalier» (Fīrī) Ibn ‘Inān, quand à lui, contrôle une forteresse quelconque dans la région d’Évora³. Des petites garnisons almoravides sont alors mobilisées dans les principales villes et dans quelques *ūwān* du Ġarb, comme Badajoz, Beja, Mértola, Silves, Maraḡīq (Castro da Cola) et Monteaqūt (Monteagudo). Il semble que leur mission, à la fin de la domination almoravide, réside davantage à surveiller ses territoires contre les éventuelles révoltes internes plutôt que de les défendre contre les menaces chrétiennes, très rares, sinon inexistantes, dans ces régions.

En fait, c’est à cause de ce contrôle imposé par les responsables almoravides dans les centres urbains, que les élites locales, malgré leur opposition au système lamtunien, ne jouent qu’un rôle secondaire pendant la révolte. Ces élites, formées généralement par des docteurs en droit musulman (*fuqahā*) qui contrôlaient les administrations urbaines attachées surtout à la judicature, ont acquis, sous

les Almoravides, une grande influence. Ils disposèrent ainsi d’importants moyens, moraux et économiques, qui leur permettent de substituer le pouvoir défaillant. Dans les grands centres d’al-Andalus, ce sont, en fait, de riches familles de *cadi* qui ont contrôlé le pouvoir politique après la disparition du régime almoravide. Aucune occurrence de ce fait n’est pourtant signalée dans le Ġarb où la concentration en grandes villes est infime par rapport au reste de l’Espagne. Ici, l’opposition s’organise autour du mouvement des Murīdūn auquel s’adhèrent la plupart des notables (*al-Aḡyā*)

C’est le cas de la famille des Banū Ḥabīb dont l’un des membres, ‘Abdallāh Ibn ‘Īsā Ibn Ḥabīb (1091-1156-57), fut destitué de sa fonction de *cadi* de Silves et emprisonné à Séville, «à cause de son amour de la justice», précise Ibn al-Abbār⁴. Libéré, Ibn Ḥabīb quitte définitivement al-Andalus vers l’Orient où il meurt en 1156-1157. Des membres de sa famille adhèrent à la révolte des Murīdūn contre les Almoravides. L’antagonisme entre l’élite locale et le système almoravide est d’ailleurs plus claire dans les réactions des deux instigateurs de la révolte des murīdūn, Ibn Qasī et Ibn al-Munḏir, qui, l’un comme l’autre, ont renoncé aux charges administratives de contrôleur de fisc (*Muḏīr*) et de conseiller juridique (*faqīh muḏīr*)⁵. Tout cela confirme donc la permanence d’une relation antagoniste entre l’élite urbaine, au moins celle de Silves, et le système almoravide. C’est au nom d’une idéologie religieuse, basée sur le soufisme et le mahdisme d’Ibn Qasī, que la population du Ġarb et son élite urbaine se débarrassent de la tutelle almoravide.

La révolte d’Ibn Qasī (539-541/1144-1146)

Le mouvement des murīdūn⁵ désigne en al-Andalus un groupe de soufis qui se consacre à

la pratique mystique selon le modèle des maîtres de l'époque, Ibn Barraġān de Séville, Ibn al-'Arīf d'Almería et Aḥmad Ibn Qasī dans le Ġarb⁶. La disparition des deux premiers soufis (en 1141 ou 1143)⁷ laisse la porte ouverte devant Ibn Qasī, non seulement pour la direction du mouvement des muridūn, mais pour proclamer la guidance (*al-Hidāya*) de la société andalouse.

L'expérience politique et messianique d'Aḥmad Ibn Qasī, en somme analogue à celle attribuée au Mahdī Ibn Tūmart⁸, a attiré l'attention de l'historiographie aussi bien médiévale que contemporaine. Ses ambitions politiques, sa doctrine mystique et surtout sa prétention au mahdisme, en dépit de son origine muwallade, ont fait l'objet de divers commentaires, émanant en général, d'auteurs musulmans ayant vécu à l'époque du califat almohade. Étant donné que l'idéologie de ce dernier se base essentiellement sur la personne d'Ibn Tūmart, vénérée en tant que Mahdi et *imām* infaillible, au moins jusqu'au règne de al-Māmūn (1226-1232), il est naturel qu'on réfute toute tentative mahdiste en dehors de celle du Mahdī Ibn Tūmart.

Ainsi, l'expérience mahdiste d'Ibn Qasī est souvent bafouée par les auteurs musulmans. Pour 'Abd al-Wāḥid al-Marrākūṣī, fervent adepte et courtisan des princes almohades, Ibn Qasī n'est qu'un «illusionniste astucieux» (*Saḥib ḥiyal wa rabb ḥaḥwa*)⁹. Ibn al-Abbār, de sa part, estime qu'il «réclame frauduleusement la guidance (*hidāya*) de la population»¹⁰, alors qu'Ibn al-Ḥaṭīb, tout en reconnaissant «qu'il est l'un des grands maîtres de soufisme dont la compétence, dans ce domaine, est incontestable», ne s'abstient guère de ridiculiser sa prédication messianique¹¹. Des chercheurs modernes ont aussi montré un grand intérêt pour l'expérience, aussi bien mystique que politique d'Ibn Qasī¹². Les commentaires concernant son mouvement

divergent et laissent apparaître des jugements parfois audacieux, présentant Ibn Qasī tantôt comme un simple aventurier en quête de pouvoir politique sous une couverture religieuse¹³, tantôt en un héros luso-muwallad¹⁴. Or, une lecture attentive des données dont on dispose sur ce personnage ne nous permet guère d'aboutir à telles conclusions, surtout, si on rattache son entreprise religieuse et politique aux circonstances de son époque.

L'opposition à un pouvoir défaillant exige, généralement, l'élaboration d'une propagande antagoniste, basée surtout sur des fondements religieux, de la part des nouveaux prétendants au pouvoir politique. Cette idéologie, qui sert en fait à légitimer l'action des opposants au pouvoir établi, ne doit pas s'éloigner de l'ambiance religieuse prédominante dans la région de leur révolte. Ainsi dans les villes orientales où le malékisme élu par les Almoravides est profondément implanté, ce sont les cadis, conformément au prestige social et religieux dont ils bénéficient, qui se font désigner par la population pour substituer le pouvoir almoravide. Dans la partie occidentale, dépourvue d'une classe urbaine de *fuqahā*, aussi influente que celles d'al-Andalus orientale, et où les tendances ascético-mystiques sont amplement diffusées, au moins dans le milieu rural, c'est le mouvement soufi d'Ibn Qasī qui fait prévaloir son projet politique basé, notamment, sur le mahdisme¹⁵.

Parmi la correspondance envoyée par Ibn al-'Arīf au soufi du Ġarb, Ibn Qasī, une lettre apporte quelques éléments nouveaux qui illustrent mieux les préparatifs de celui-ci avant de se proclamer *imām* *Mahdī bi Aḥl* à Mértola. L'éventuelle apparition d'un Mahdī et l'attitude que doivent prendre les mystiques vis-à-vis du système défaillant des Almoravides, étaient les questions posées par Ibn Qasī au mystique d'Almería. Celui-ci lui répond: «la diffamation du pouvoir politique et l'attente d'un Mahdī pour la réforme (est une illusion) jamais admise par quelqu'un de raisonnable; seul un homme vulnérable peut y croire» («*Wa al-qad fī al-Dduwal wa Intīr Mahdī yūāla u bihi lī yaṭtaqiduhu āāf wa lī yaḥnu miḥlahu bimuslimin illāha*»)¹⁶. Après avoir cité les néfastes tentatives des Mahdī(s) chez les Abbasides et chez les Fatimides, Ibn al-'Arīf se montre plus objectif dans ses conseils à Ibn Qasī: «reste comme tu es; respectueux envers les notables, secourant pour les pauvres; ne te préoccupe pas de quiconque t'importune injustement, car Dieu t'en protégera; Sa promesse est exécutable» («*Fakun kamā qanta fī ikrāmi al-Kubar wa ināi al-Fuqarā, wa tub ḥiḥkan ḥiḥkan laka, fainna Aḥlha mudayyiluka minhu, wa dan minhu maf*»)...lan

S'il n'est pas possible de déterminer, d'après ce texte, la personnalité du Mahdī, il est en revanche clair que le soufi du Ġarb prévoit l'apparition d'un réformateur à une époque, entre 525 et 529 / 1131-1135 (période de la rédaction des lettres d'Ibn al-'Arīf)¹⁷, où la doctrine du Mahdī Ibn Tūmart est bien implantée chez les tribus berbères des Masmuda. Dans une autre optique, on peut penser qu'Ibn Qasī prépare le terrain pour se débarrasser de l'autorité almoravide selon une stratégie qui consiste à se concilier l'élite locale tout en gagnant la confiance du reste de la population. C'est en fait le secret de la réussite de la révolution des muridūn en 1144.

En *Ṣifār* 539 / août 1144, Muḥammad Ibn Yaḥyā Ibn al-Qābila surprend la garnison almoravide de Mértola et contrôle la forteresse (□iā) au nom d'Ibn Qasī. Trois mois après, celui-ci s'y proclame *im□m* en exhortant les populations des autres régions à la révolte contre les Almoravides¹⁸. Le fait de déclarer la révolte dans ce □iā n'est pas issu du hasard: outre les excellentes conditions de défense qu'offre Mértola, les *muridūn* ont pu compter sur l'appui des populations de ses environs qui professent, sans doute, leur doctrine. C'est au moins le cas des Banū al-Suna, groupe clanique établi dans la *qarya* d'al-Ġawzā□ (l'actuel petit village de Alcaria dos Javazes?) dans le terme (Qu□) de Mértola, qui ont abrité Ibn Qasī et ses compagnons fuyant la vigilance almoravide¹⁹.

Ce soulèvement s'étend ensuite grâce, notamment, à l'adhésion au mouvement des *muridūn* du chef militaire d'Évora, Abu Muḥammad Sidrāy Ibn Wazīr²⁰. C'est en effet l'armée de ce dernier qui permet l'extension de l'autorité d'Ibn Qasī à Silves, Maraġīq (Castro da Cola) et Beja. D'autres villes cèdent successivement au mouvement: Faro, Niebla et Huelva. Rendus plus ambitieux par ces victoires, les *muridūn* cherchent à s'emparer de Séville, secourue par Yaḥyā Ibn Gāniya qui pourchasse ensuite l'armée des *Muridūn* jusqu'à Niebla²¹. La population de Cordoue, profitant de l'absence du gouverneur almoravide, se révolte et porte le *cadi* Ibn Ḥamdīn au gouvernement de la ville. À la nouvelle de cette dissidence, Ibn Qasī envoie ses généraux, Ibn al-Munḍir et Ibn al-Qābila, s'emparer de Cordoue: «il invite ses habitants à adhérer à son ordre et les incite à reconnaître sa mission»²². Mais l'entreprise finit par un échec car Sayf al-Dawla Ibn Hūd, un autre prétendant au pouvoir, vient d'être investi à Cordoue²³. La fragilité de l'armée d'Ibn Qasī et l'inconsistance de son projet politique, qui ne vise pas seulement la partie occidentale mais l'ensemble des régions d'al-Andalus, sont à l'origine de l'insuccès de son entreprise.

L'émergence sur la scène politique de nouveaux prétendants au pouvoir et les mésententes qui surgissent au sein de son mouvement mettent fin à l'aventure d'Ibn Qasī. En fait, son fervent partisan et secrétaire, Muḥammad Ibn al-Qābila semble avoir reconnu la souveraineté d'Ibn Gāniya²⁴, attitude qui lui coûta la vie²⁵. D'autre part, Ibn Wazīr qui proclame l'obédience au *cadi* Ibn Ḥamdīn, reconnu *im□m* à Cordoue, parvint même à vaincre l'armée des *Muridūn*, et à expulser son ancien maître Ibn Qasī de sa capitale, Mértola.

Sidrāy Ibn Wazīr devient alors le chef incontesté du Ġarb. Son autorité s'étend sur la majeure partie des régions de Silves, Béja, Évora et Badajoz. Il frappe des monnaies qui portent son nom associé à celui d'Ibn Ḥamdīn²⁶. Mais après l'éviction de ce dernier, Ibn Wazīr revient à l'autorité nominale du pouvoir almoravide, comme l'atteste l'une de ces pièces de monnaie qui porte le nom de Iṣḥāq Ibn 'Alī, dernier souverain almoravide (1145-1147)²⁷. Cette attitude, illustre son souci de légitimer son autorité, à un moment (fin de 1146) où tous les régimes locaux basés sur une légitimité religieuse ont échoué: la plupart des *cadis* qui exerçaient un pouvoir de fait ont été destitués²⁸.

La dépossession d'Ibn Ḥamdīn par Ibn Gāniya semble inaugurer une nouvelle

phase où le pouvoir est désormais dévolu à des chefs militaires. Ceux-ci, au début de la crise du système almoravide, semblèrent ne manifester aucune ambition de s'emparer du pouvoir. Ils se contentaient, effectivement, de soutenir les chefs religieux lors de leurs insurrections. Le cas le plus évident à cet égard est celui du chef de la flotte d'Almería, Abu 'Abdallāh Muḥammad Ibn Maymūn, auquel les habitants proposent la *Riy□sa* (le gouvernement) de la ville. Il la refuse en se justifiant ainsi, selon le *Mu□□lib*: je ne suis que l'un d'entre vous, et je ne connais que le métier de marin qui m'a valu ma notoriété; je serai avec vous contre tout qui vous viendra de la mer; placez à votre tête qui vous voudrez, mais pas moi»²⁹.

On peut ainsi comparer la tentative d'Ibn Wazīr dans le Ġarb à celles de deux autres chefs militaires, en l'occurrence, 'Abdallāh Ibn 'Iyād à Murcie et al-Ġamr Ibn 'Azzūn à Jérez et Ronda. Tous les trois ont participé à des révoltes dirigées par des hommes de religion: Ibn Wazīr a soutenu la révolte d'Ibn Qasī, Ibn 'Iyād celle du *cadi* de Valence Ibn 'Abd al-'Azīz et Ibn 'Azzūn gouverna sa ville Ronda au nom d'Ibn Ḥamdīn³⁰. Mais au cours de l'année 1146, en conséquence de l'éviction de leurs souverains respectifs, ces chefs militaires se déclarent indépendants. Ils gouvernèrent tous au nom d'une autorité religieuse et politique: quand Ibn Wazīr se soumet à la tutelle des Almoravides, Ibn 'Azzūn reconnaît celle des Almohades³¹, alors qu'Ibn 'Iya≈ favorise la reconnaissance nominale de l'autorité des Abbasides³². L'intervention des Almohades en Espagne va influencer l'attitude de ces chefs indépendants, en particulier, celle d'Ibn Wazīr et celle d'Ibn 'Azzūn.

2. LE ĠARB À LA VEILLE DE LA DOMINATION ALMOHADE

La première intervention almohade en al-andalus et le ralliement du Ġarb

À la suite des revers qu'avait subi le mouvement des Muridūn et en l'absence d'une force militaire, ou, selon Ibn Ḥaldūn d'une *qāābiyya*³³, susceptible de donner force à son projet mahdiste, Ibn Qasī s'était vu contraint de se déplacer au Maroc, pour demander officiellement l'appui du calife 'Abd al-Mūmin Ibn 'Alī³⁴. L'intervention de l'armée almohade en Espagne, en *muḥarram* 541/juin 1146, visa surtout la région méridionale d'al-Andalus et, en particulier, sa partie auparavant ralliée à l'autorité d'Ibn Qasī. En fait, le général almohade, Abū Ishāq Barrāz al-Massufī, après avoir obtenu l'obéissance d'al-Ġamr Ibn 'Azzūn, le «seigneur» de Jérez, domine successivement les villes de Niebla, Mértola, Silves et Beja. Tous les «seigneurs» du Ġarb ralliés aux Almohades, participent ensuite, aux côtés de l'armée almohade, à la conquête de Séville en *ṣābān* 541/janvier 1147. La capitale almoravide en Espagne, devient alors le centre d'établissement des représentants du pouvoir almohade, dont la principale mission est de réorganiser les services fiscaux sous l'autorité de Barrāz.

Les autres provinces rattachées aux Almohades demeurent, cependant, sous le contrôle des chefs locaux. Ibn Qasī, désigné pour le gouvernorat de Silves (en collaboration avec Ibn al-Munḍir), a émis des monnaies au nom des Almohades. Contrairement aux légendes employées dans ses anciens *qurʿān* à Mértola, où figure le nom d'Ibn Qasī avec ses titres honorifiques à consonance messianique: «*al-Imām ou al-Mahdī al-Qāsim Bi Amr Allah*» (le chef spirituel établi par l'ordre de Dieu), ses nouvelles frappes ne portent aucun nom de

souverain. Elles mentionnent cependant *al-Imām al-ūaq* (le vrai imām) ou simplement *al-Imām*, référence, sans doute, au Mahdī Ibn Tūmart, chef spirituel des Almohades³⁵. Ibn Wazīr, gouvernant, avec son frère Abu al-Ḥasan Muḥammad, les régions de Beja, de Évora et de Badajoz, mentionne aussi dans ses frappes monétaires le nom du Mahdī Ibn Tūmart et sa titulature messianique: *al-Mahdī al-Imām Muḥammad Ibn Abdaḥ*

Détachement du Ġarb de l'autorité almohade

Mais ce rattachement à l'autorité almohade fut éphémère du fait que les soulèvements des tribus berbères, survenus au Maroc à la fin de 542 / 1147-1148, suscitent une nouvelle vague de dissidence dans le Ġarb³⁷. En Espagne, hormis la ville de Jérez dont le gouverneur Ibn 'Azzūn se maintient fidèle à l'autorité almohade, les villes de Cadiz, Algésiras, et de tout le Ġarb se déclarent indépendantes. Ibn 'Iḍārī attribue les causes de ces soulèvements aux malversations de certains responsables almohades en Espagne.

En fait, l'établissement de nouveaux groupes berbères, appartenant à l'aristocratie almohade, déstabilise la situation en al-Andalus et notamment dans la capitale, Séville. Selon Ibn 'Iḍārī, les deux frères d'Ibn Tūmart, 'Abd al-'Azīz et 'Isā, ont semé la terreur à Séville et ses environs à cause des déprédations et des massacres perpétrés contre la population³⁸. Muḥammad al-Baṭruḡī, principale victime du despotisme des frères d'Ibn Tūmart, entre en dissidence contre les Almohades à Niebla. Bientôt la rupture avec le système maghrébin se vérifie dans les autres parties du Ġarb, où on assiste à une nouvelle fragmentation, à partir de 542/fin de 1147. En plus des grands rivaux Ibn Qasī et Ibn Wazīr, d'autres personnages s'imposent dans les localités de Faro, Tavira, Badajoz, et Mértola.

Pendant la même année de 1147, alors que tout le Ġarb se détache de l'autorité maghrébine, les principales places de la vallée du Tage, Santarém (mars) puis Lisbonne (octobre), sont perdues définitivement au profit du royaume de Portugal. L'événement que constitue la perte de ces deux villes, en dépit de leur importance stratégique et économique, a été paradoxalement ignoré, tant par les chroniqueurs arabes contemporains que par les chefs musulmans du Ġarb. La passivité de ces derniers semble s'expliquer par l'absence d'une idéologie de guerre sainte, phénomène attesté à plusieurs reprises chez d'autres chefs andalous qui, pour affermir leur autorité, ne se gênent pas de faire appel aux armées chrétiennes³⁹.

Si on accorde foi à la chronique d'Osbern, lors du siège de Lisbonne, les habitants de la ville ont sollicité, en vain, l'appui de «Abu Muḥammad, le roi d'Évora»⁴⁰. En fait, Sidrāy Ibn Wazīr, en guerre continuelle avec les seigneurs des taifas voisines: Ibn al-Ḥaḡḡām à Badajoz, Ibn Qasī à Silves, et al-Baṭruḡī à Niebla⁴¹, ne semble pas avoir été en mesure de s'aventurer dans une telle

entreprise qui, en plus de l'affaiblir face à ses rivaux musulmans, était susceptible de le mettre en conflit direct avec son puissant voisin chrétien, Alphonse Henri. Le souverain d'Évora, selon le témoignage de la chronique d'Osbern, était d'ailleurs en convention de paix avec le roi portugais, convention qui pouvait, effectivement, pallier son isolement politique dans l'occident andalou.

Les régions de Beja et Évora qui formaient la taifa des Banū Wazīr, se trouvent délimitées par des territoires contrôlés par des souverains adverses. Mértola, port traditionnel de Beja, avait été livrée par Ibn Qasī à un certain Tāsfīn al-Lamtunī qui la contrôle en son nom⁴²; la ville de Badajoz était contrôlée par son cadī Ibn al-Ḥaġġām qui en avait expulsé Ibn Wazīr; Les régions méridionale et orientale du Ġarb étaient dirigées par Ibn Qasī à Silves et par ses alliés Ibn Maymūn à Faro, Ibn Mahīb à Tavira, et al-Baṭruġī à Niebla.

En dépit de cet isolement politique et du recul de ses possessions, Sidrāy Ibn Wazīr se proclame souverain en utilisant les titres de *Amīr al-Muslimīn* et celui de *al-Manā...rbi-Li* titres identiques à ceux portés auparavant tant par les souverains almoravides que par le cadī Ibn Ḥamdīn. Ces titres d'ordre «sultanien» sont attestés sur les monnaies émises par Ibn Wazīr ainsi que sur une stèle de fondation d'Évora⁴³.

Ibn Qasī, le principal instigateur de l'ingérence des Almohades en al-Andalus, rompt nettement avec ces anciens alliés. En effet, sur l'unique exemplaire de dinār, connu pour l'instant, émis à Silves en 544/1149-50, Ibn Qasī mentionne le symbolique *al-Imām Abdallāh Amīr al-Mumīnīn* invoqué auparavant par les rois des taifas et ensuite par les souverains almoravides⁴⁴. Les autres formules de ce dinār sont identiques à celles des dinars émis par ces derniers, à l'exception de la mention de *al-Mahdī bi-Li* qui occupe l'endroit où figurait normalement le nom des souverains ou des gouverneurs almoravides. En revanche, sur les frappes monétaires d'Ibn Qasī: *Allāh Rabbun Muḥammad Nabīyyun* (ou *Rasulun*), *al-Mahdī Imāmun* associée à la simple mention de *Al-Imām* qui s'applique probablement à Ibn Qasī.

Il est difficile de déterminer, à partir de ces formules, les prétentions d'Ibn Qasī. Maintient-il les revendications mahdistes qu'il avait reniées pour reconnaître l'autorité almohade? Ou s'agit-il d'une simple prétention à la guidance de la communauté de Silves tout en reconnaissant la souveraineté suprême des Abbasides? De toute façon, on ne dispose pas d'informations précises qui nous permettraient de mieux comprendre la nature du pouvoir d'Ibn Qasī. Cependant, il est possible de penser que la mention de Mahdī, d'une part, et celle du fictif calife abbaside, d'autre part, était une stratégie d'Ibn Qasī pour légitimer son pouvoir aussi bien auprès de ses adeptes murīdūn que chez les élites juridico-religieuses que représentent les *fuqahān* alikites. En effet, ceux-ci continuent à occuper des charges administratives sous l'autorité d'Ibn Qasī, comme c'est le cas par exemple du savant de Silves, 'Abd al-Malik b. Muḥammad b. Hisām b. Sa'd al-Qaysī, surnommé Ibn al-Ṭallā' (475-551 / 1082-1156), qui

occupe la fonction de cadī du *Qānā* Maraġīq⁴⁵. Pourtant, sous la pression des Almohades, ce sont notamment les notables de Silves qui mettent un terme à l'aventure politique d'Ibn Qasī en l'assassinant en 546/1151, sous prétexte de ses intelligences avec le roi portugais Alphonse Henri⁴⁶. Cet élimination se déroule à un moment où la plupart des chefs du Ġarb reconnaissent l'autorité des Almohades.

La soumission des chefs du Ġarb à l'autorité almohade

La ville portuaire de Qanta Mariyya al-Ġarb, comptait, avec Loulé, parmi les premières cités à s'être soumises au pouvoir masmodien. La ville se trouve alors gouvernée par l'amiral 'Isā Ibn Maymūn, membre de la célèbre famille originaire de Dénia responsable de la direction de la flotte almoravide. C'était son fils 'Alī, le "seigneur" de Cadiz, qui s'était rallié le premier aux Almohades et avait escorté ensuite Ibn Qasī, qui, à partir de Mértola, était allé solliciter une intervention militaire de 'Abd al-Mu'min Ibn 'Alī⁴⁷. Cependant, en 1147, 'Alī entre en dissidence et aide le révolté almoravide Yaḥyā Ibn al-Ṣaḥrāwī à passer en Espagne, à condition qu'il intervienne pour la libération du père d'Ibn Maymūn, emprisonné alors à Carmona sur l'ordre de Ibn Gāniya⁴⁸. Après sa libération, 'Isā Ibn Maymūn s'installe à Faro qu'il dirige, sans doute, sous l'autorité d'Ibn Qasī, l'allié de son fils. À la suite de la grande campagne de 543 / 1149, dirigée par le général almohade 'Abdallāh Ibn Sulaymān contre les régions du Ġarb, 'Isā Ibn Maymūn se soumet pacifiquement à l'autorité des Almohades en les aidant même à attaquer la région de Silves, où s'était réfugié Yūsuf al-Baṭruġī, le seigneur de Niebla et grand partisan d'Ibn Qasī.

Lors de cette incursion, les forces almohades dévastent aussi la région de Tavira sans pouvoir la conquérir. Cette localité portuaire reste indépendante, sans doute, depuis la première révolte anti-almoravide. La puissante famille des Banū Mahīb s'y impose en adhérant, peut être, au mouvement d'Ibn Qasī. D'après Ibn al-Ḥaṭīb⁴⁹, ce fut 'Abd al-Raḥmān Ibn Mahīb qui, le premier, s'y déclare indépendant, éventuellement lors de la révolte des muridūn. Ses deux fils, Ḥasan puis 'Āmir, contrôlent la ville à la suite de la dissidence contre les Almohades. C'est en fait le second qui s'autoproclama *Ra'īs* (chef politique) avant de se déplacer à Salé en 545 / 1150-51, pour y prêter le serment d'obédience au souverain almohade⁵⁰.

L'enclave de Tavira et la résistance à la domination almohade

Alors que les différents chefs du Ġarb adhèrent au pouvoir almohade (1151)⁵¹, la plupart des régions se maintiennent indépendantes, au moins jusqu'au 551 / 1157. En effet, les Almohades bien qu'ils aient réussi à imposer leur autorité dans les principales capitales des taifas comme Beja, Silves et Badajoz, ne parviennent pas à dominer le reste des régions du Ġarb dont l'autonomie ne semble pas être touchée. Les places de Mértola et Tavira, citées par les chroniques arabes à l'occasion de l'intervention de l'armée almohade de 1157, ne représentent que des cas particuliers qui illustrent la situation d'indépendance que connaît le reste du Ġarb. Si le chef almoravide Tāṣfīn abandonne la forteresse de Mértola au profit des Almohades, Tavira demeure, en revanche, imprenable et ne se rallie définitivement au système maghrébin qu'en 1168 à la suite d'une grande campagne contre un chef de pirates, du nom de 'Abdallāh Ibn 'Ubaydallāh⁵².

Mais bien avant l'activité de ce dernier, Tavira s'était toujours distinguée par son autonomie, assurée par des chefs attachés surtout à la marine militaire. Ce fut le cas d'un 'Umar Ibn Abī Ṭūṭ Walḡuṭ, cité par al-Baydaq comme l'un des révoltés «dans les eaux de Talabira (Tavira)», qui fut évincé puis exécuté, probablement en 1152, par l'amiral de la flotte de Ceuta, 'Abdallāh Ibn Sulaymān et par le futur gouverneur de Grenade, Abu Sa'id 'Utmān Ibn 'Abd al-Mu'min⁵³. Mais la cité ne cède pas au système almohade puisqu'elle est ensuite contrôlée par un nouveau chef indépendant, en l'occurrence 'Alī al-Wahībī ou al-Wuhaybī.

Ce personnage semble descendre des Banū Waḥīb ou Wuhayb, famille originaire de Lisbonne, qui revendiquait une origine ethnique arabe. Yaḥyā Ibn Wahīb b. Aḥmad b. 'Āmir b. Yumn b. Sa'd al-Azdī, savant du XI^{ème} siècle, est le premier personnage de cette famille à s'illustrer dans le domaine des sciences religieuses. Selon Ibn al-Abbār, Yaḥyā Ibn Wahīb quitta Lisbonne pour s'installer à Séville puis à Silves où il fut le maître d'al-Mu'tamid Ibn 'Abbād, alors gouverneur dans cette ville (1048-1069)⁵⁴.

Un autre descendant de cette famille est le *faqīh* Abu 'Abdallāh Mālik Ibn Wuhayb, qui acquit une grande notoriété sous les souverains almoravides pour lesquels il fut conseiller. Lors de l'entretien entre Ibn Tūmart et les *fuqahā* malikites, personne parmi ses derniers «ne compréna les propos d'Ibn Tūmart à l'exception d'un homme des gens d'al-Andalus nommé Mālik Ibn Wuhayb qui maîtrise toutes les sciences, mais n'en expose que celles qui, à cette période, rapportent profit»⁵⁵. Mālik est rendu célèbre à cause de ces conseils préventifs au souverain almoravide 'Alī Ibn Yūsuf contre le danger que représentait Ibn Tūmart⁵⁶. Son neveu 'Īsā b. Ḥabīb b. Lubb Ibn Hayba (469-549 / 1076-1154) occupa la charge de *cadi* et celle de conseiller juridique dans sa ville natale, Silves⁵⁷. 'Alī al-Wahībī a donc su tirer profit de l'influence dont jouissait sa famille pour imposer son autorité sur l'enclave de Tavira.

Cette localité dispose d'excellentes conditions défensives qui lui ont permis une résistance durable face à l'extention de l'autorité des Almohades. En effet, outre sa fortification inexpugnable, elle bénéficie d'une position géographique exceptionnelle qui rend difficile l'accès à la cité aussi bien par mer que par terre⁵⁸. Al-Wahībī disposait donc de bonnes conditions pour constituer une sorte de «république maritime» indépendante qui incluait, outre Tavira, la petite forteresse de Cacula (*ūiān Qas'allā*) qui représentait un point d'avant garde dominant l'entrée du bras maritime qui relie le port de Tavira à l'océan atlantique⁵⁹. Les domaines de cette taifa pouvaient toucher au Guadiana, limite naturelle entre les provinces d'Uksūnuba et de Niebla.

En 1154, les habitants de cette dernière ville, agacés par les abus des agents almohades, font appel à al-Wahībī pour libérer leur cité et d'en expulser les représentants du régime maghrébin. L'entreprise d'al-Wahībī échoue lorsque les troupes almohades, dirigés par Abu Zakariyyā' Ibn Yūmur, interviennent pour porter secours à leurs confrères assiégés dans la *Qaāba* (citadelle). Cet événement devenu fameux à cause de l'extravagante cruauté du général almohade qui

massacre la plupart des habitants de la ville et de ses environs (12000 victimes)⁶⁰. Parmi ces victimes figurent des personnalités notoires comme Abu 'Āmir Aḥmad b. Faraġ, membre de la puissante famille des Banu al-Ġadd, accusé de complicité avec al-Wahībī. Abandonnant Niebla, celui-ci se replie dans son «fief» où il résiste aux attaques réitérées des Almohades. Ceux-ci, en 1157, après un siège de deux mois devant Tavira, se consentent d'admettre l'autonomie d'al-Wahībī à condition qu'il reconnaisse l'autorité nominale du califat almohade par le biais de la proclamation du nom du calife 'Abd al-Mu'min lors de la prédication de vendredi (*Ūm al-ḥadīth*)⁶¹.

Cependant, Ibn 'Abd al-Malik al-Marrākūsi précise que 'Alī al-Wahībī était de connivence avec Alphonse Henri qui s'engagea à lui accorder une trêve dans ses possessions. C'est notamment à cause de ce rapprochement avec les Portugais que al-Wahībī est sollicité par les habitants de Qaṣr Abī Dānis (Alcacer do Sal) pour diriger leur ville⁶². L'abandon de Tavira et l'établissement à Alcacer s'effectue sans doute en 1158, année pendant laquelle les chroniques portugaises situent la prise de la nouvelle capitale d'al-Wahībī⁶³. La permanence de celui-ci dans cette cité, selon Ibn 'Abd al-Malik⁶⁴, ne dure que peu de temps puisqu'il est bientôt exécuté par ses sujets probablement peu avant 1160, date de la conquête d'Alcacer do Sal par les Portugais⁶⁵.

CONCLUSION

Le détachement prématuré du Ġarb al-Andalus de l'autorité des Almoravides est la conséquence logique de la condition marginale qui caractérise la région par rapport au reste d'al-Andalus. La même condition est vérifiée avec les Almohades dont les interventions militaires sont destinées plutôt à soumettre les insurgés musulmans qu'à libérer les territoires conquis par les Portugais. Face à cette situation, certains chefs indépendants du Ġarb optent alors pour l'adhésion au royaume portugais qui représente, effectivement une menace réelle contre leur territoire, plutôt que de se soumettre aux Almohades qui, en fin de compte, n'offrent au début de leur établissement dans le Ġarb, aucune garantie concrète pour sauvegarder l'intégrité territoriale de cette région face à la pression chrétienne.

Les pouvoirs éclatés du XII^{ème} siècle, dépourvus d'une force militaire susceptible d'assurer une autonomie plus ou moins durable, ne tardent pas à adhérer à l'autorité des Almohades. Ceux-ci, durant leur domination en al-Andalus, sans réussir à récupérer l'ensemble des possessions musulmanes gagnées par les royaumes chrétiens, parviennent néanmoins à attarder la progression de ces derniers.

NOTAS

- 1 'Abd al-Ḥadī al-Tāzī, Introduction au *Mann bi al-Imāma* p. 37.
- 2 Ibn al-Qaṭṭān, *Nuṣūṣ al-ḥammīya*, Beyrouth, 1990, pp. 241 et 266.

- 3 Ibn al-Ḥaṭīb, *Aḥqāb al-Andalus*. É. Lévi-Provençal, Rabat, 1956, p. 249.
- 4 Ibn al-Abbār, *al-Takmila*, Le Caire, 1955, n° 2031; M. Marin, «A l'extrémité de l'Islam médiéval: élites urbaines et islamisation en Algarve», *Annales E.S.C.*, n° 2, 1998, pp. 361-381, p. 372.
- 5 pluriel de *murīd* désignant dans le vocabulaire des soufis tout initié à une pratique mystique, est le nom que portent les soufis en al-Andalus. Cependant, il peut aussi désigner tout musulman qui pratique une ascèse modérée comme on peut le vérifier chez le souverain almoravide Tāsāfīn Ibn 'Alī qui, selon Ibn Iḏārī, «était enclin à la doctrine des ascètes (*al-Mustaḥḥib*) et à la lecture des ouvrages des *murīd*». *al-Bayḥān al-Muḥrib*, IV, éd. I. 'Abbās, Beyrouth, 1967, p. 79. Le célèbre grand cadī de Séville au service des Almoravides, Abū Bakr Ibn al-'Arabī (m. 1147), a, pour sa part, rédigé un ouvrage intitulé «*Sirāt al-Murīdīn fī Sabīl al-Muḥribīn* (illumination des Murīdīn dans la voie des bien guidés): Ibn Baṣkuwāl, *Kitāb al-Ṣiḥḥa*, Le Caire, 1966, n° 1297; V. Lagardère, «Abu Bakr B. al-'Arabī, grand cadī de Séville», *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, 40, 1985, pp. 91-102.
- 6 Ibn al-Ḥaṭīb, *Aḥqāb al-Andalus*, p. 249.
- 7 Abu al-Ḥakam Ibn Barragān, surnommé le Gazālī d'al-Andalus, fut maître de plusieurs soufis andalous. Cependant, à cause de sa popularité et, probablement, de ses prétentions politiques, il fut exécuté à Marrakech par les Almoravides. Son disciple Abu al-'Abbās Ibn al-'Arīf, professant un soufisme modéré, fut acquitté lors de sa déportation au Maroc: Ibn Baṣkuwāl, *al-Ṣiḥḥa*, n° 176; Ibn al-Zubayr, *Ṣiḥḥa al-Ṣiḥḥa*, IV, éd. A. al-Harrās et S. A'rab, Rabat, 1994, n° 43; Ibn Ḥallikān, *Wafayāt al-A'yan*, éd. I. 'Abbās, Beyrouth, 1968, n° 67; P. Nwiya, «Notes sur quelques fragments inédits de la correspondance d'Ibn al-'Arīf avec Ibn Barragān», *Hespéris*, 43, 1956, pp. 217-221; M. Fierro, «El Sufismo», in *Historia de España*, vol VIII, pp. 485-500.
- 8 M. Fierro, «El Mahdī Ibn Tumart y al-Andalus: la elaboración de la legitimidad almohade», in *R.E.M.M.*, 1999, (sous presse), estime qu'il existe une différence entre le Mahdī (avec majuscule), qui correspond au personnage eschatologique auquel prétend Ibn Tumart, et le mahdī (avec minuscule) proclamé par Ibn Qasī, qui s'applique à un réformateur dont l'apparition s'impose dans un temps et un lieu déterminés.

- 9 'Abd al-Wāhid al-Marrākūsi, *al-Muḥāsib* éd. M. S. al-'Aryān et M. Al-'Alamī, 7^{ème} éd., Casa-blanca, 1978, p. 309.
- 10 Ibn al-Abbār, *al-ūllā al-Siyar* éd. H. Mu'nis, Le Caire, 1963, T. II, p. 197.
- 11 *Aḥm* p. 248.
- 12 A. 'Afifī, «Abu al-Qāsim Ibn Qasī wa Kitābuhu Hal' al-Na'layn», *Ma'allat Kulliyat al-ġd* IX Université d'Alexandrie, 1957, pp. 53-87; J. Dreher, «L'Imamat d'Ibn Qasī à Mértola (automne 1144- été 1145), légitimité d'une domination soufie?», in *Mélanges de l'Institut Dominicain d'Études orientales du Caire*, 18, 1988, pp. 195-210; V. Lagardère, «La Ṭarīqa et la révolte des Murīdūn» en 539 H / 1144 en al-Andalus, in *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, 35, 1983, pp. 157-170; A. Goulart, «Ibn Qasī, rei de Mértola et Mahdi luso-muçulmano» *Arqueologia medieval*, n° I, Porto, 1992, pp. 209-216; I. A. Dandaš, *AL-Andalus Fī Nihāyat al-Murūbi'n wa Mustahall al-Muwa'id* Beyrouth, 1988, pp. 49-75.
- 13 H. Mu'nis, «Sab' Waṭā'iq Gadīda», *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos*, II, Madrid, 1954, pp. 99-129, p. 104.
- 14 A. Sidarus, «Novas perspectivas sobre o Gharb Al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques», *Actas do II congresso de Guimarões 1997, separata*, p.19.
- 15 À cette époque les dictionnaires biographiques signalent la présence dans le Ġarb d'un nombre relativement important de savants adonnés à la vie mystique et au soufisme en particulier. On peut citer, entre autres, Muḥammad Ibn al-Munḍir, Ibn al-Qābila de Saltes (*Al-ūllā*, pp. 198 et 202-211), Abū 'Abdallah Muḥammad Ibn Sālim al-Ḥalī (Ibn al-Zayyāt, *Al-Taḥwuf II Riḥl al-Taḥwuf*, éd. A. Tawfiq, Rabat, 1984, n° 130), Abu al-Ḥasan 'Alī Ibn Gālib de Silves (*Al-Taḥwuf* n° 81; Ibn al-Zubayr, *Ṣlat al-Ṣla*, T. 4, Rabat, 1993, n° 213); 'Abd al-Gafur Ibn Ismā'il Ibn Ḥalaf al-Sukuni de Niebla (*Ṣlat al-Ṣla*, T. IV, n° 50). On peut aussi signaler l'existence d'un ensemble de Rābiṭat, de Ribāṭ et de Zāwiya, attesté aussi bien dans la documentation écrite que dans la toponymie. Le Mont de la Rābiṭa mentionné par al-Rāzī («la description de l'Espagne musulmane», *Al-Andalus*, vol. XVIII, p. 90) garde encore son ancien nom dans l'actuelle presqu'île de Setúbal. Les auteurs d'une récente étude sur le passé musulman de cette région ont mis en évidence l'existence d'un système défensif établi depuis le IX^{ème} siècle pour la surveillance de la côte maritime entre les estuaires de Sado et du Tage (Ch. Picard et I. C. Ferreira, «La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal» in *Archéologie Islamique*, 8-9, 1999, pp. 67-94). Dans la région de Lisbonne, et plus précisément dans la qarya de Ḥaqabān, qu'on peut identifier à l'actuelle localité de Sacavém, quelques sources arabes signalent l'existence d'une Rābiṭat fondée par le mystique (*al-Zhiḥ*) 'Alī b. Ismā'il al-Fihri connu par al-Ṭayṭal, nom que portait sa Rābiṭat (Ibn 'Abd al-Malik, *Al-Ḍayl wa al-Takmila*, V-I, n° 390; Yāqut, *Muḥam al-Buld* III, p. 354). Le Ribāṭ d'al-Rayḥāna, situé quelque part dans les environs de l'actuel village de Arrifana, fut le lieu de retrait d'Ibn al-Munḍir. Il est probable que ce Ribāṭ ait fonctionné comme un poste de surveillance de la côte atlantique avant de se transformer en un «couvent» pour les soufis. Quand à la Rābiṭat fondée par Ibn Qasī dans son village natal, Ġilla, elle constitua un centre de préparation et de concentration des nouveaux adeptes du mouvement des Murīdūn où ils s'initient aux principes de soufisme et aux pratiques militaires (*Aḥm* p. 249). On peut aussi signaler, dans cette région de l'Algarve, l'existence de Zāwiya dont la fonction est identique à celle des Rābiṭat en tant que lieu de retrait de mystiques et de soufis: à l'ouest de Silves, al-Idrisī mentionne la qarya de Ḥalq al-Zāwiya, l'actuelle localité de Lagos, la même que Yāqut indique sous le seul nom de al-Zāwiya; l'une des portes de la ville de Silves est aussi connue par ce nom (al-Idrisī, *Nuḥat al-Muḥ* 1975, p. 543; Yāqūt, *Muḥam al-Buld* p. 128). D'ailleurs, la toponymie portugaise actuelle conserve, sous la forme de Azoia (7 cas), le souvenir de l'existence en d'autres points du Ġarb, d'ermitages où s'étaient retirés des ascètes.
- 16 Ibn al-'Arif, *Miftāḥ al-Sa'da wa Taḥqīq "arḥ al-Sa'da* Dandaš, Beyrouth, 1993, p. 213. La lettre en question est classifiée par l'éditeur de l'ouvrage parmi la correspondance adressée à Ibn al-Munḍir. Or, il est tout à fait plausible qu'elle ait été adressée plutôt à Ibn Qasī, du fait que son auteur prie son correspondant (Ibn Qasī) de transmettre ses salutations à Ibn al-Munḍir: («Tuqriḥ bifāika salām muḥamdan alayka wa al-Ab al-Walid Ibn Ḥajar
- 17 Lagardère, «La Ṭarīqa», *op. cit.* p. 63; Dandaš, *Miftāḥ* p. 50-61.
- 18 *Aḥm* p. 250.
- 19 *ibidem*.
- 20 On a discuté la question de l'origine d'Ibn Wazir dont le nom Sidrāy ne figure pas dans l'onomastique berbère ni latine et qu'il est très rarement attesté chez certains personnages prétendants une ethnique arabe, ayant tous vécu au XI^{ème} et XII^{ème} siècles. Cependant si on accorde foi à H. Pérès qui attribue une origine juive au poète Abū Bakr Ibn Sadrāy, cité par al-Maqqarī comme vizir du souverain de la taifa d'Albarracin, 'Abd al-Malik Ibn Razīn (1045-1053), on peut admettre une éventuelle origine juive de Sidrāy Ibn Wazir. A. Khawli, «La famille des Banu Wazir dans le Ġarb al-Andalus», *Arqueologia medieval*, V, Porto, 1996, pp. 103-115; Al-Maqqarī, *Nafḥ al-Ḥadīd*. M. A. 'Abd al-Ḥamid, IV, Beyrouth, 1949, p. 376; H. Pérès, «Les éléments ethniques de l'Espagne musulmane et la langue arabe, au V^e/XI^e siècle», *Études d'Orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*, T. II, Paris, 1962, pp. 717-731, p. 728.
- 21 *al-ūllā*, II, p. 203-204.
- 22 *ibidem*, p. 206.
- 23 Il s'agit d'un descendant des Banū Hūd, les princes de Saragosse, qui avait fini par se replier, avec le consentement du roi castillan Alphonse VII, dans la forteresse de Rueda de Jalon après la prise de Saragosse par les Almoravides en 1108. Sayf al-Dawla (le «Zafadola» des chroniques chrétiennes), allié d'Alphonse VII, s'était établi dans la région occidentale de Tolède d'où il dirigea, à la tête d'une milice chrétienne, des incursions contre le Ġarb. Son investiture à Cordoue ne dure en fait que quelques jours. Les sources arabes ne donnent aucune explication pour justifier le repli inattendu de l'armée

- d'Ibn Qasī à la nouvelle de l'investiture d'Ibn Hud. Toutefois, on peut justifier cet abandon par l'existence d'une éventuelle alliance entre le chef soufi et le souverain hudide si on prend en considération le dinar frappé par Ibn Hud à Murcie en 540 / 1146, sur lequel on peut lire le nom d'Ibn Qasī assorti de ses titres mahdistes: *al-Imam al-Qasim bi Amr Allah* agit-il d'une reconnaissance de la mission d'Ibn Qasī même que l'autorité de ce dernier est à ce moment contestée dans le Ġarb? De toute façon il est important de signaler que Ibn Hud, durant son règne éphémère à Murcie (de 18 raġab au 20 sa'bān 540 / 4 janvier – 5 février 1146), invoque aussi sur ces monnaies, en signe de reconnaissance de la légitimité des Abbasides, le symbolique calife l'imām 'Abdallāh Amr al-Mumin. Rodriguez Llorente, *Numismática de la Murcia musulmana*, Madrid, 1984, p. 54; J. Marinho, «Moedas de Aḥmad Ibn Qasī batidas em Silves», *O Arqueólogo Português*, IV-3, 1985, pp. 177-196.
- 24 Ibn Sa'īd, *al-Muṣṣabih fī 'uṣūl al-Ma'rib* T. I, p. 352; On a déduit cette hypothèse en s'appuyant sur le récit d'une lettre d'Ibn al-Qābila dirigée à Ibn Gāniya dont un extrait est reproduit dans l'ouvrage mentionné.
- 25 Ibn al-Abbār, *al-ūilla*, II, p. 198.
- 26 A. Vives Y Escudero, *Monedas de las dinastías árabe-españolas*, Madrid, 1989, n° 1909 et 1910.
- 27 Antunes, M. et Sidarus, A., «Fracção de dinar de Ibn Wazīr...», *NUMMUS*, 14-15, Porto, 1992, pp. 41-51.
- 28 P. Guichard, *Les Musulmans de Valence et la Reconquête*, Damas, 1990, T. I, pp. 104-124; M. J. Viguera, «Taifas post-almorávides», in *História de España*, VIII, Madrid, 1997, pp. 65-72.
- 29 *al-Muṣṣabih* op. cit. p. 307; P. Guichard, *Les Musulmans de Valence*, p. 114.
- 30 *al-ūilla*, op. cit., p. 220-222 et 242; P. Guichard, *Les Musulmans de Valence*, pp. 112-115.
- 31 *al-Bayān* op. cit. p. 41; F. Codera, *Decadencia y desaparición de los Almorávides*, Saragosse, 1899, p.156-158; Dandaš, *al-Andalus*, op. cit. p. 79.
- 32 Les monnaies frappées à Murcie au nom de l'émir 'Abdallah Ibn 'Iyā, datées de 541 et 542/1146-1147, mentionnent l'imām 'Abdallāh, prétendument, le calife abbaside. Rodriguez Llorente, *Numismática de la Murcia musulmana*, p. 57, 69-70. Guichard, *les Musulmans de Valence*, p. 115.
- 33 Ibn Ḥaldūn justifie l'échec de la tentative d'Ibn Qasī par l'absence d'un esprit de clan ('*aābiyya*), susceptible de soutenir sa mission à l'instar des tribus maṣmuda qui ont fait prévaloir la doctrine d'Ibn Tumart au Maghreb et en Espagne. *Al-Muqaddima*, Beyrouth, 1993, IV^{ème} chapitre, 126-127.
- 34 *Al-Bayān al-Muṣṣabih (Qism al-Muwaṣṣat)* éd. M. I. al-Kattānī et alī, Casablanca, 1985, p. 34; Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères*, trad. De Slane, Alger, 1956, T. II, p. 184.
- 35 La typique formule messianique des monnaies d'Ibn Qasī (*Allāh rabbun Muḥammad nabīyyun wa al-Mahdī Imḥamud*) est reproduite par les Almohades sur leurs émissions, dinār et dirham: J. Marinho, «Moedas de Aḥmad Ibn Qasī», p. 179.
- 36 *ibidem*, p. 189.
- 37 Au nord de l'Afrique, seules les villes de Fès et Marrakech demeurent sous le contrôle des Almohades, alors que toute les autres régions adhèrent à la révolte d'un nouveau prétendant Mahdī, Muḥammad Ibn 'Abdallāh Ibn Hud al-Māssī, *al-Bayān* p. 30.
- 38 *idem*, p. 36 et 38.
- 39 On a déjà signalé le cas d'Ibn Hud et son alliance avec Alphonse VII. Ce même souverain participe au siège de Cordoue en 1146 à la demande d'Ibn Ḥamdīn dépossédé par Ibn Gāniya. Celui-ci, à son tour, n'assure son autorité dans la capitale andalouse que grâce à son alliance avec le souverain castillan. On peut ajouter à cette liste les cas d'Abū al-Ḥakam Ibn Ḥassūn à Malaga et surtout le célèbre émir de Murcie, Ibn Mardaniš: Ibn al-Ḥaṭīb, *Al-Bayān* pp. 252-255 et 259-262; *idem*, *Al-Ḥaṭīb al-Andalusī* Aḥmad b. 'Ārn, éd. A. 'Inān, Le Caire, 1973-78, vol. IV, pp. 343-347; P. Guichard, *Les Musulmans de Valence*, p.117-118; D. Urvoy, «Sur l'évolution de la notion de Ġihād dans l'Espagne musulmane» *Mélanges de la Casa de Velazquez*, V, 1973, pp. 334-371.
- 40 *Crónica de Osbern*, éd. et tr. J. A. De Oliveira, Lisbonne, 1936, p. 87.
- 41 *al-Bayān* p. 43.
- 42 Ibn Ḥaldūn, *Histoire des Berbères*, trd. De Slane, Paris, 1956, p.
- 43 Vives Y Escudero, *Monedas*, n° 1913; Borges, Artur, «Duas inscrições árabes inéditas do Museu de Évora», *A Cidade de Évora*, n° 67-68, pp. 21-32;
- 44 J. R. Marinho, «Moedas de Aḥmad Ibn Qasī batidas em Silves», *O Arqueólogo Português*, série IV, 3, 1985, pp. 177-196.
- 45 Ibn al-Abbār, *Al-Takmila li Kitāb al-Ḥaṭīb*, éd. A. al-Harrās, Casablanca, s.d., n° 192; Ibn 'Abd al-Malik al-Marrākūšī, *al-Dayl wa al-Takmila*, éd. I. 'Abbās, V-I, Beyrouth, 1965, n° 92.
- 46 L'instigateur de cette opération fut le principal allié d'Ibn Qasī, Muḥammad Ibn al-Munḍir qui adhère à l'autorité des Almohades. *Al-Bayān* p. 251; *Al-ūilla*, p. 200.
- 47 *Al-Bayān* p. 35; *Histoire des Berbères*, p. 187.
- 48 *Al-Bayān* p. 33.
- 49 La famille des Banū Mahīb qui se distingue par son prestige économique et sociale dans la région de Tavira et Loulé s'installe ensuite dans la ville d'Oriheula. L'un de ses descendant, Muḥammad Ibn Mufaṣṣal b. Ḥasan b. 'Abd al-Raḥmān b. Muḥammad b. Mahīb al-Laḥmī (581-645 / 1185-1247), né à Orihuela, s'établit à Alméria, ville qu'il dirige au nom de roi de Grenade Muḥammad Ibn al-Aḥmar (1237-1273); Ibn al-Abbār, *Al-Takmila*, éd. I. A. Al-Ḥusaynī, vol. II, Bagdad, 1956, n° 1682; Ibn al-Ḥaṭīb, *Al-Bayān* p. 425.
- 50 *Al-Bayān* p. 45; Ibn Ḥaldūn, *Histoire des Berbères*, T. II, p. 188.
- 51 Ibn Wazīr, al-Baṭruġī, Ibn Mahīb et Ibn al-Ḥaġġām sont convoqués par le calife almohade à Salé pour lui prêter officiellement le serment d'obédience. Ils s'engagent tous d'abandonner leurs possessions au profit du pouvoir almohade. Ibn Wazīr est cependant nommé gouverneur à Silves alors que la direction de ses anciennes provinces, Beja et Évora, incombe au gouverneur almohade, Mu'nīs Ibn Yaḥyā al-'Arabī.

- Muhammad Ibn al-Ḥaǧǧām et Yūsuf al-Baṭruǧī se sont intégrés dans l'armée almohade. *Al-Bayḥān* p. 45; A. Khawli, «La famille des Banū Wazīr», p. 110.
- 52 Ibn Ṣāhib al-Ṣalāt, *Al-Mann Bi al-Imḡama* éd. A. Al-Tāzi, Beyrouth, 1987, pp. 283-284; Trad. esp. Huici Miranda, Valencia, 1969, p. 134; *Al-Bayḥān* p. 103.
- 53 Al-Baydaq, *Al-Mahdī Ibn T... mart*, Rabat, 1971, p. 88.
- 54 Ibn al-Abbār, *Al-Takmila*, éd. M. Bencheneb et A. Bel, Alger, 1919, n° 2750.
- 55 *Al-Muḡib* p. 271.
- 56 *Al-Mahdī* p. 27; Al-Muḡib, pp. 271-272; Al-Ḥulla, II, pp. 87-88.
- 57 *Al-Takmila*, n° 2311; *Ṣlat al-Ṣlat*, n° 86; *Al-Ḍayl*, V-I, n°
- 58 C. Torres et S. Macias, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, 1998, p. 214.
- 59 *idem*, p. 217.
- 60 *Al-Bayḥān* p. 54; Ibn 'Abd al-Malik, *al-Ḍayl wa al-Takmila*, I-I, p. 186-187.
- 61 *Al-Bayḥān* p. 57.
- 62 *Al-Ḍayl*, p. 187.
- 63 A. Huici Miranda («Los Almohades en Portugal», *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. V, Lisboa, 1946, pp. 11-74, p. 19 et 71) a démontré le paradoxe de cette proposition avancée par les sources portugaises. Toutefois on peut estimer que cette date (1158) coïncide avec l'établissement d'al-Wahibī à Alcacer do Sal, place qu'il gouverne, en tant qu'allié du roi Alphonse Henri, au nom de celui-ci.
- 64 *Al-Ḍayl*, p. 187.
- 65 *ibidem*; *Al-ūlla*, II, p. 273.
- Beyrouth, 1964, 1965 et 1973; vol. I (2 vol), éd. M. Ben Qurifa, Beyrouth, 1971 et Rabat, 1984.
- Ibn 'Abd al-Malik al-Marrākūšī, *al-Ḍayl wa al-Takmila*, éd. I. 'Abbās, V-I, Beyrouth, 1965.
- Ibn 'Idāri, *Al-Bayḥān al-Muḡrib (Qism al-Muwaḡḡid)*, éd. M. I. al-Kattānī et alii, Casablanca, 1985.
- Ibn 'Idāri, *Al-Bayḥān al-Muḡrib*, T. IV, éd. I. 'Abbās, Beyrouth, 1967.
- Ibn al-'Arif, *Miftāḥ al-Saḡḡa wa Taḡḡiq Tarḡiq al-Saḡḡa* éd. I. A. Dandaš, Beyrouth, 1993.
- Ibn al-Abbār, *al-ū ulla al-Siyāra* éd. Ḥ. Muḡnis, 2 vol., Le Caire, 1963.
- Ibn al-Abbār, *Al-Takmila li Kitāb al-Ṣla*, éd. partielle de F. Codera, Madrid, 1887-89; éd. part., M. Alarcón et A. González Palencia, *Apḡndice ḡ la ediciḡn Codeḡa* Madrid, 1915; éd. part., M. Bencheneb et A. Bel, Alger, 1919; éd., part., I. A. Al-Husaynī, Le Caire-Bagdad, 1956; éd. A. al-Harrās, Casablanca, s.d.
- Ibn al-Ḥaṭīb, *Al-Muḡrib al-Ḥamī*, éd. É. Levi-Peovençal, Rabat, 1934.
- Ibn al-Ḥaṭīb, *Al-Ḥikm al-Fikr al-Ḥamī* éd. A. 'Inān, 4 vol., Le Caire, 1973-78.
- Ibn al-Qaṭṭān, *Nuḡm al-Ḥamm*, Beyrouth, 1990.
- Ibn al-Zayyāt, *Al-Taḡḡwuf li Riḡḡ al-Taḡḡwuf*, éd., A. Tawfiq, Rabat, 1984.
- Ibn al-Zubayr, *Ṣlat al-Ṣla*, T. 3 et 4, éd. A. al-Harrās et S. Aḡrab, Rabat, 1994.
- Ibn Baṣkuwāl, *Kitāb al-Ṣla fī Tḡḡiq al-Ḥamm al-Andalus* Caire, 1966.
- Ibn Ḥaldūn, *Al-Muqaddima*, Beyrouth, 1993.
- Ibn Ḥaldūn, *Histoire des Berbères* trad. De Slane, Alger, 1956, T. II.
- Ibn Ḥallikān, *Wafayḡt al-Ayḡn* éd. I. 'Abbās, 8 vol., Beyrouth, 1968-1977.
- Ibn Saḡid, *al-Muḡrib fī ūlḡ al-Maḡrib* éd. Ōwqī Ḍayf, Le Caire, 1953-55.
- Ibn Ṣāhib al-Ṣalāt, *Al-Mann Bi al-Imḡama* éd. A. Al-Tāzi, Beyrouth, 1987; traduit à l'espagnole par Huici Miranda, Valencia, 1969.
- Yāqut, *Muḡam al-Buldḡ*, 5 vols., Beyrouth, 1955-57.

Études

'AFĪFĪ, A., «Abū al-Qāsim Ibn Qasī wa Kitābuhu Ḥal' al-Na'layn», *Maḡallat Kulliyat al-ḡḡdḡb*

IX, Université d'Alexandrie, 1957, pp. 53-87.

ANTUNES, M. et Sidarus, A., «Fracção de dinar de Ibn Wazīr...», *NUMMUS*, 14-15, Porto, 1992, pp. 41-51.

CODERA, F., *Decadencia y desaparición de los Almorávides*, Saragosse, 1899.

DANDAŠ, I. A., *Al-Andalus Fī Nihḡyat al-Murḡbiḡn wa Mustahall al-Muwaḡḡid* Beyrouth, 1988.

DREHER, J., «L'Imamat d'Ibn Qasī à Mértola (automne 1144 – été 1145), légitimité d'une domination soufie?», in *Mélanges de l'Institut Dominicain d'Études Orientales du Caire*, 18, 1988, pp. 195-210.

FIERRO, M., «El Sufismo», in *História de España*, vol. VIII, Madrid, 1997, pp. 485-500.

FIERRO, M., «El Mahdī Ibn Tumart y al-Andalus: la elaboración de la legitimidad almohade», in *R.E.M.M.*, 1999, (sous presse).

GOULART, Artur, «Ibn Qasī, rei de Mértola et Mahdī luso-muçulmano», *Arqueologia Medieval*, n° I, Porto, 1992, pp. 209-216.

GOULART, Artur, «Duas inscrições árabes inéditas do Museu de Évora», *A Cidade de Évora*, n° 67-68, pp. 21-32.

GUICHARD, Pierre, *Les Musulmans de Valence et la Reconquête (XI^e-XIII^e siècles)*, 2 T, Damas, 1990.

HUICI MIRANDA, A., «Los Almohades en Portugal», *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. V, Lisboa, 1946, pp. 11-74.

KHAWLI, A., «La famille des Banū Wazīr dans le Ġarb al-Andalus», *Arqueologia Medieval*, V, Porto, 1996, pp. 103-115.

BIBLIOGRAPHIE

Sources

'Abd al-Wāḡid al-Marrākūšī, *al-Muḡrib fī ḡalḡ al-ḡḡal-Andalus wa al-Maḡrib*, éd. M.S. al-'Aryān et M. Al-'Alamī, 7^{ème} ed., Casablanca, 1978.

Al-Baydaq, *Al-Mahdī Ibn T... mart*, Rabat, 1971.

Al-Maqqarī, *Nafḡal-ḡ*, ed. M.A. 'Abd al-Ḥamid, t. IV, Beyrouth, 1949.

Al-Idrisi, *Nuzhat al-Muḡḡib fī ḡḡiq al-ḡḡ*, Rome – Naples, 1975.

Crḡnica de Osborn, éd. et tr. J. A. De Oliveira, Lisbonne, 1936.

Ibn 'Abd al-Malik al-Marrākūšī, *Al-Ḍayl Wa al-Takmila*, vol. IV, V (2 vol.) VI, éd. I. 'Abbās,

- LAGARDÈRE, V., «La Ṭarīqa et la révolte des Murīdūn» en 539 H / 1144 en al-Andalus, in *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, 35, 1983, pp. 157-170.
- MARIN, M., «A l'extrémité de l'Islam médiéval: élites urbaines et islamisation en Algarve», *Annales E.S.C.*, n° 2, 1998, pp. 361-381.
- MARINHO, J., «Moedas de Aḥmad Ibn Qasī batidas em Silves», *O Arqueologo Português*, IV-3, 1985, pp. 177-196.
- MU'NIS, Ī., «Sab' Waṭā'iq ḡadida», *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos*, II, Madrid, 1954, pp. 99-129.
- NWIYA, P., «Notes sur quelques fragments inédits de la correspondance d'Ibn al-'Arif avec Ibn Barrajān», *Hespéris*, n° 43, 1956, pp. 217-221.
- PÉRÉS, Henri, «Les éléments ethniques de l'Espagne musulmane et la langue arabe, au V^e/XI^e siècle», *Études d'Orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*, T. II, Paris, 1962, pp. 717-731.
- PICARD, Ch. et Ferreira, I. C., «La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal», *Archéologie islamique*, 8-9, 1999, pp. 67-94.
- RODRIGUEZ LLORENTE, J., *Numismática de la Murcia musulmana*, Madrid, Ω
- SIDARUS, A., «Novas perspectivas sobre o Gharb Al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques», *Actas do II congresso de Guimarães* 1997, (tiré à part).
- TORRES, C. et S. Macias, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, 1998.
- URVOY, D., «Sur l'évolution de la notion de Ḡihād dans l'Espagne musulmane» *Mélanges de la Casa de Velasquez*, V, 1973, pp. 334-371.
- VIGUEIRA, M. J., «Taifas post-almorávides», in *Historia de España*, VIII, Madrid, 1997, pp. 65-72.
- VIVES Y ESCUDERO, A., *Monedas de las dinastías árabe-españolas*, Madrid, 1989.

LISBOA E SEU TERMO SEGUNDO OS GEÓGRAFOS ÁRABES

ADEL SIDARUS (*)

ANTÓNIO REI (**)

PREÂMBULO

No âmbito do projecto PRAXIS XXI «O Sudoeste Peninsular na época árabo-islâmica: estudo e tradução de fontes e literatura» (Sidarus 1999), estamos a desenvolver o levantamento sistemático e crítico da literatura geográfica árabe referente ao território hoje português.

Trabalhos antigos de David Lopes (1911; 1968) e Garcia Domingues (1960; 1967a), assim como a importante compilação de A. Borges Coelho (*PEA I*, p. 41-91), chegaram a vulgarisar entre nós, com maior ou menor qualidade e sucesso, parte desse precioso espólio de textos. Mais recentemente, Pacheco (1991) e Pérez (1992, p. 15-85) empreenderam compilações similares em relação à vizinha Extremadura espanhola, cujo território – convém sempre lembrá-lo – estava outrora estreitamente, senão estruturalmente, ligado com o nosso *Garb al-Andalus*.

O nosso objectivo pretende, sem ignorar os méritos desses trabalhos e explorando ao máximo a recente investigação científica em torno dessa rica literatura, incluindo as novas edições de textos e traduções anotadas, ir directamente aos originais árabes, analisá-los em termos comparativos e contrastivos, elucidá-los e anotá-los criticamente.

Tendo constatado, entre outros, que os autores repetiam quase sempre as mesmas informações, mesmo as que eram manifestamente erradas, e sabendo que os autores «orientais», geralmente tardios, eram tributários de autores maioritariamente andaluzes, dividimos os textos em unidades informativas para avaliar correctamente estas dependências complexas e cruzadas, e poder datar, com o mínimo de rigor, cada um dos dados registados. De facto, houve evoluções nos tecidos urbanos e desenvolvimentos ou recuos nas dinâmicas regionais; importava, pois, oferecer um

instrumento de trabalho relativamente seguro para os arqueólogos e os historiadores do urbanismo e das realidades sociais e económicas.

Na obra que estamos a ultimar, onde cada fonte é sistematicamente analisada e avaliada, poder-se-á adquirir uma ideia clara da rede dessas interdependências e da sedimentação progressiva dos textos. Mas para chegar a isso foi necessário também ler transversalmente, a partir de cada um dos grandes centros urbanos e regionais, o conjunto das obras. É assim que apresentamos, nestas páginas, o capítulo referente à Lisboa islâmica, cujo estudo histórico-arqueológico conheceu nesta última década dimensões inovadoras e que os organizadores do Colóquio «Lisboa – encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos» pretenderam, em boa hora, divulgar e pôr à discussão. Agradecemos-lhes dum modo particular por terem acolhido nas respectivas *Actas* este trabalho algo marginal, mas que terão porventura julgado relevante na perspectiva de abrangência e multidisciplinaridade que caracteriza o volume.

Lisboa é uma cidade antiga, alcandorada numa colina, da qual teria recebido, de acordo com um autor, o nome árabe correspondente de *Q...dya* Espraia-se na margem do rio Tejo, perto de onde este, em largo estuário, entra no mar, outrora chamado Envolve (al-Baḥr al-Muḥim) ou Tenebroso (*Muḥim*). Chega a cidade mesmo até à borda d'água, de tal forma que as marés entram numa das suas portas e sobem pelas suas muralhas.

Tem uma alcáçova (*qaāba*) forte, no topo setentrional da colina, e umas muralhas poderosas, que se abrem em várias portas: a Porta Grande, onde ainda existiam arcadas de mármore, talvez romanas; a Porta do Postigo (*Bḥr al-Ōawḥa* > Alfafa), que dominava uma vasta pradaria (*marḥ* > Almagem) onde, de norte para sul, corriam dois arroios, que desaguavam no Tejo; a Porta do Mar (*Bḥr al-Baḥr*), onde as marés entravam, de tão perto que estava da água; a Porta das Termas (*Bḥr al-ū amma* > Alfama), onde, junto a ela, jorravam as nascentes de água quente e fria que alimentavam as termas, que davam o nome à porta. Haveria também mais duas portas com os nomes de Porta do Cemitério (*Bḥr al-Maqbara*) e de Porta do Estreito ou do Furdouro (*Bḥr al-Maḥḥ*), nomes esses que poderiam ser apenas alternativos para a mesma porta.

Cidade bela, estava encastada numa extensa região de terrenos férteis e de águas generosas, obtendo as suas gentes todos os benefícios da terra e do mar. Para além das boas frutas e legumes que se produziam, eram aquelas terras pródigas em caça, e as costas abundantes em peixe. Mas a generosidade do mar ia muito mais além, depositando nas praias atlânticas um excelente e incomparável âmbar. E o próprio rio tingia de ouro as areias da margem sul, dando-se assim origem ao topónimo e à povoação de Almada (< *al-maḍin* 'jazida, mina').

Com uma costa recortada, podiam testemunhar-se: a oeste da cidade, em alguns lugares, espantosos espectáculos de luta do oceano contra as falésias da costa; e a norte da cidade, onde as águas já eram mais mansas, braços de mar, que entrando pela terra, formavam albufeiras salgadas, onde existiriam salinas.

Também as montanhas em redor se desentranhavam em generosidade: do seu solo extraía-se o ónix e uma espécie de carbúnculo ou granada, e quiçá o mármore também. Nas suas encostas, afanosas abelhas, elaboravam um mel tão excelente e característico que se tornou famoso em todo o Andaluz, e mesmo no Oriente. Pairavam sobre todo esse espaço falcões, de excelente raça, os melhores para adestrar para a caça, e que também deram fama à região.

Situada na rota dos exércitos e das trocas comerciais, Lisboa era também ponto final em itinerários que vinham: por terra, desde Badajoz, passando por Elvas e Santarém; por mar, desde Algeciras, passando por Cádiz, Qantamariya al-Ḡarb (Faro), Silves, Alcácer do Sal; e por rio, desde Toledo, mais tarde – após a conquistada desta cidade por Afonso VI de Leão e Castela – apenas desde Talavera, passando por Alcántara (da Espada) e Santarém.

Era uma das capitais provinciais (*k...rās*) de al-Andalus, cujo termo confina simultaneamente com os de Santarém, Beja e Ossónoba. Dela dependiam vários povoados, como a vila (*qarya*) de Alcabideche e sobretudo Sintra, a povoação mais importante, logo depois de Lisboa. Imerosa numa névoa eterna, tinha dois castelos e uma flora característica, tendo sido celebrada em todo o território islâmico por causa das suas enormes maçãs. Encontramos ainda *Munt Q...n* não sabendo se corresponderia a Monsanto ou a Monte Sião, no Seixal, já na margem sul do Tejo. Aí contavam-se também Almada, já atrás referida, e Palmela (segundo as fontes históricas), além de outras fortalezas (*ḥim/s*) e aldeias. Nos limites setentrionais do alfoz de Lisboa, onde este partia com o de Santarém, iniciava-se a fértil campina de *al-Balḥ* (> Alvalade?). Aí se situava, em lugar privilegiado pela natureza, a Azóia ou Arrábida de Sacavém, conhecida com *Rḥbiḥat* "ayḥ (al Azóia de Santa Iria?). A sul, a limitar com a província de Beja, erguiam-se os montes chamados *ḥabal Ban... Maḥ* muito provavelmente a Serra da Arrábida.

(*) Professor da Universidade de Évora, requisitado no Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, Lisboa.

(**) Bolseiro BIC do PRAXIS XXI no IICT/CEAA.

Quadro sinóptico das fontes e das siglas utilizadas neste estudo

	<i>Autor</i>	Sigla	<i>Título da Obra</i>	Sigla
			Fontes andaluzas e originais	
I	<i>Al-R</i>	RZ	<i>A mul...k al-Andalus</i>	AA
II	<i>Ibn A lib</i>	GL	<i>Far al-Anfus</i>	FA
III	<i>Ibn Sa id</i>	SD	<i>Al-Mu rib f ul l-Ma rib</i>	MH
IV	<i>Ibn Sa id</i>	SD	<i>Bas al-A</i>	BA
V	<i>Al-U dr</i>	UD	<i>Tars al-A</i>	TA
VI	<i>Al-Bakr</i>	BK	<i>Al-Mas lik wal-Mam lik</i>	MM
VII	<i>Al-Zuhr</i>	ZH	<i>Kit b ar fiya</i>	KG
VIII	<i>Al-Idr</i>	ID	<i>Nuz at al-Mu t q</i>	NM
			Autores orientais e compilações	
IX	<i>Y q...t</i>	YQ	<i>Mu am al-Buld n</i>	MB
X	<i>Al-Qazw</i>	QZ	<i>g r al-Bil d</i>	AB
XI	<i>Al-ü imyar</i>	HM	<i>Raw al-Mi r</i>	RM
XII	<i>Ab... l-Fid</i>	AF	<i>Taqw al-Buld n</i>	TB
XIII	<i>Al-Qalqa n</i>	QL	<i>Sub al-A</i>	SA
XIV	<i>Ibn al-Ward</i>	WR	<i>Öar at al-A</i>	HA
XV	<i>An nimo</i>	—	<i>Δikr bil d al-Andalus</i>	DA
XVI	<i>Al-Maqqar</i>	MQ	<i>Naf al-“B</i>	NT

Na **Análise textual** da cada fonte, atente-se ao seguinte:

- Os autores e as suas obras são ordenados de acordo com critério cronológico, mas também de filiação ou de afinidade literárias.
- Na 1ª coluna, os asteriscos apontam para notas explicativas, que figuram sob o número dos respectivos parágrafos ou unidades informativas em que se subdividem os textos. As letras que podem seguir-se a tais números (1a, 1b, 1c), correspondem a um, dois ou três asteriscos no mesmo parágrafo.
- A 2ª coluna esquematiza as informações sob a forma de palavras-chaves e topónimos, com o fim de facilitar a consulta e a pesquisa.
- Na 3ª coluna, assinalam-se paralelismos e dependências textuais por intermédio das siglas constantes do *Quadro sinóptico*. Para os textos secundários ou tardios, é óbvio que o que interessa principalmente é o seu confronto com os textos originais e antigos. Em *itálico* aparecem os textos que serviram de fontes a outros. Em **negrito**, aqueles que utilizaram um determinado texto.
- Quando a sigla referente a um autor aparece a seguir a uma fonte, depois da barra, isto indica que este autor é mencionado explicitamente na fonte em causa: «MH/RZ» indica que o *Mu rib* d'Ibn Sa'id cita explicitamente al-Rāzī na passagem invocada. O hífen que liga duas fontes, indica um caso de interdependência textual: «NM-RM» significa que o *Raw al-Mi r* depende directamente da *Nuz at al-Mu t q*.
- As referências bibliográficas das fontes figuram neste estudo sob uma forma simplificada. Remetemos à obra em preparação para mais pormenores, assim como para a apresentação crítica de cada fonte.

I. (RZ, AA) – ABŪ BAKR AḤMAD IBN MUḤAMMAD AL-RĀZĪ (Córdova, 274/888? – 344/955)
DO TERMO DE LISBOA (*LIXBOA*)

Análise textual

1	O termo de Santarém parte com o de Lisboa.*	limites; Santarém	FA; MB; AB
2	E Lisboa jaz a ocidente de Beja e a ocidente de Córdova.*	localização; Beja; Córdova	MH/RZ-TB-SA; MB; AB
3	E o termo de Lisboa é cumprido de muitos bens, ca há aí muitas saborosas frutas.	fertilidade agricultura	FA; AB; MH/RZ-TB-SA; KG; DA
4	E juntou em si as bondades do mar e da terra.	caça; pesca	FA; AB; MH/RZ; DA
5	E em todo o tempo no seu termo criam mui bons açores que aí tomam de sáfara, que usam mais caça e são melhores que os outros e são mui formosos.*	falcões caça	FA; MB; AB; MH/RZ-TB-SA; DA
6	E há aí muito mel e mui bom, e é tão branco que não assemelha se não açúcar, e sabe melhor que o açúcar. E tanto é bom por natureza que, pero o pusessem no pano do linho, não ficaria molhado nem faria aí sinal, tanto como se fosse pedra.	mel; açúcar	FA; MB; AB; MH/RZ; DA
7	A cidade de Lisboa jaz sobre o rio Tejo, muito perto de onde entra no mar.	geografia; mar; Tejo	KB-TB-SA; KG; DA
8	E em Lisboa há vilas do seu senhorio, das quais uma é Almada (<i>Almadãa</i>) e outra é Ossumo* e a outra é Sintra.	termo; Almada; Sintra; Ossumo (?)	FA; MB; RM
9	E em Almada há um vieiro de fino ouro.*	ouro; Almada	FA; MB; AB; etc.
10	E entre Lisboa e Almada vai um braço de mar que entra em Tejo.	geografia; Tejo; Almada	
11	E em o partimento de Beja e de Lisboa há uns montes que dizem os montes dos filhos de Benamocer,* e chamam-lhe[s] os moradores Arrábida.	montes; Arrábida; Benamocer	
12	E, como vai a ribeira* até acima do Algarve, podem achar muito bom âmbar (<i>alambar</i>), melhor que todos os outros, e não semelha o da Índia, antes é doutra guisa feito.**	âmbar; litoral; Índia	FA; MB; AB; NT
13	E de Santarém a Lisboa há quarenta e duas milhas.*	distâncias; Santarém	NM

1 O termo de Santarém parte com o de Lisboa. 2 E Lisboa jaz a ocidente de Beja e a ocidente de Córdova. 3 E o termo de Lisboa é cumprido de muitos bens, ca há aí mui saborosas frutas. 4 E ajuntou em si as bondades do mar e da terra. 5 E em todo o tempo em seu

termo criam mui bons açores, que aí tomam de sáfara, que usam mais caça e são melhores que os outros e são mui formosos. 6 E há aí muito mel e mui bom, e é tão branco que não semelha senão açúcar, e sabe melhor que o açúcar. E tanto é bom por natureza que, pero o pusessem no pano do linho, não ficaria molhado nem faria aí sinal, tanto como se fosse pedra. 7 A cidade de Lisboa jaz sobre o rio de Tejo, mui perto de onde entra em o mar. 8 E em Lisboa há vilas do seu

senhorio, das quais uma é Almada e outra é Ossumo e a outra é Sintra. ⁹ E em Almada há um vieiro de fino ouro. ¹⁰ E entre Lisboa e Almada vai um braço de mar que entra em Tejo. ¹¹ E em o partimento de Beja e de Lisboa há uns montes que dizem os montes dos filhos de Benamocer e chamam-lhe[s] os moradores Arrábida. ¹² E, como vai a ribeira até acima do Algarve, podem achar muito bom âmbar, melhor que todos os outros, e não semelha o da Índia, antes é doutra guisa feito. ¹³ E de Santarém a Lisboa há quarenta e duas milhas.

NOTAS

Preliminar – É sabido que o texto árabe original é dado por perdido, assim como a versão portuguesa original de trezentos. Reproduz-se a versão portuguesa medieval da *C1344*, com ortografia modernizada. A versão castelhana consubstanciada na *CMR*, encontra-se grandemente truncada (§§ 2-3 e a partir de §7); de resto, a formulação é praticamente idêntica. Para a sua reconstituição (exclusivamente em língua francesa), Lévi-Provençal não dispunha ainda da série de obras de autores andaluzes que se reclamam implícita ou explicitamente dessa obra fundadora da geografia andaluz, e que a seguir se transcrevem. Com base nelas e nalguns autores orientais (dependentes das mesmas) poder-se-ia hoje reconstituir a quase totalidade do texto árabe original de al-Rāzī.

- 1 Na *CMR* temos: «Parte el termino de Lisbona con el de Exitania e con el de Santa Aren».
- 2 Na *C1344* aparece erradamente «o(u)riente» as duas vezes.
- 5 «Tomam de sáfara» isto é «apanham em estado selvagem». «Usam mais caça» quer dizer «são bons caçadores».
- 8 Há variantes na transmissão do topónimo, entre elas a forma «Osuno». Seria possivelmente a corruptela de «(A/U) siyūn» que figura juntamente com o elemento «Munt» (< *monte*) em *FA* (II-8) e é transmitida em notícia separada em *MB* (IX-D).
- 9 Esta informação é uma constante nos geógrafos árabes. Contudo, e apesar de usarem a mesma palavra *maḍdin* («mina, jazida, pedreira; metal»), alguns falam claramente duma jazida de pepitas de ouro, nas margens do rio (*MM* – VI-7; *KG* – VII/2-3; *NM* – VIII/8-9; *RM* – XI-A-12), enquanto os outros mencionam a existência duma mina /jazida, sem mais. Assinale-se a este respeito a existência duma verdadeira mina, no lugar da Adiça, junto à Fonte da Telha, no Concelho de Almada, explorada na idade média portuguesa até ao reino de D. João III (Lopes 1968, p. 161-62). Sobre o ouro em al-Andalus, ver J. Vallvé Bermejo, «La Industria en al-Andalus», *Al-Qantara* 1 (1980), p. 209-41.
- 11 O nome «Benamocer» deve ser a transcrição corrompida de «Banū Maṭrī», clã provavelmente yahsubita referido em conexão com uma serra (□abal Ban□Ma□□) dependente de Lisboa na primeira metade do século X; ver Ibn Ḥayyān, *Muqtabas* V,

p. 241 e 284 (do ms. original: ed. de P. Chalmeta *et al.*, Madrid/Rabat, 1979; trad. de M.^a J. Viguera & F. Corriente, *Crónica del Califa ‘Abdarra□□n□□n III*. Saragoça/Madrid, 1981; v. tb. p. 190). – Não conseguimos explicar a sugestão feita por E. Lévi-Provençal (*loc. cit.*) de identificar esses montes com uma «Serra de S. João», ausente de corografias e mapas modernos. Perguntamos se se tratará da serra referida numa carta de 1662, da autoria de Pedro Teixeira Albernaz (*Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. IV, est. 519, Lisboa, 1987), situada na região entre Alcácer do Sal, Alcáçovas e o Torrão, sendo cruzada pelo rio Xarrama, antes de este entrar no Sado.

- 12 Quer dizer «margem (marítima), costa, litoral».
- 12b Parágrafo a pôr em paralelo com uma informação do próprio Rāzī inserida numa breve introdução genérica sobre as características e riquezas de al-Andalus, transcrita por al-Maqqarī no *Naf□* (MQ, *NT* – XVI, p. 140; v. tb. Vallvé 1986, p. 75-76) e que diz o seguinte: «Do seu mar [de al-Andalus], pelos lados do Ocidente, sai o bom âmbar, o qual é superior (*muqaddam* □al□) aos demais tipos em termos de excelência (□□) e de resistência ao fogo». Mais pormenores sobre o âmbar na costa «portuguesa», no *Apêndice I*.
- 13 Al-Idrīsī (*NM* – VIII-11) dá valores divergentes para esta distância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- C1344** = *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. L.F. Lindley Cintra (Lisboa, 1951), vol. II, p. 66-67.
- CMR** = *Crónica del Moro Rasis*, ed. Diego Catalán & M.^a Soledad de Andrés (Madrid, 1975), p. 87.
- E. LÉVI-PROVENÇAL, «La “Description de l’Espagne” d’Ahmad al-Razi. Essai de reconstitution de l’original arabe et traduction française», *Al-Andalus*, 18 (1953), p. 90-91 (§ 53).

II. (GL, FA) – MUḤAMMAD IBN AYYŪB IBN ĠALIB AL-ĠARNĀTĪ (m. Granada, 571/1175-76)
CIDADE DE LISBOA (MADĪNAT UṢB » NA)

Análise textual

1	Confina com o alfoz* da cidade de Santarém.	limites; termo; Santarém	AA; MB
2	É uma cidade antiga (<i>qadīma</i>).	antiguidade	MH/RZ; MB; AB; etc.
3	E tem uma qualidade manifesta na excelência dos seus frutos,	fertilidade	AA; AB; etc.
4	e pelas potencialidades que dispõe para a caça e para a pesca.	caça; pesca	AA; AB; etc.
5	Os seus falcões (<i>buzū</i>) são os melhores de todos.	falcões; caça	AA; MH/RZ; MB; AB; etc.
6	E nos seus montes há colmeias de mel (<i>ḥawrat al-ʿasal</i>), (um mel) de um branco puro (<i>al-abyaṣ al-ḥiā</i>) que se assemelha ao açúcar no sabor.	mel; montes	AA; MH/RZ; MB; AB; NT; etc.
7	Tem uma jazida (<i>maʿdīn</i>) rica em ouro puro (<i>al-tibr al-ḥiā</i>).	ouro	AA; MB; AB; NT; etc.
8	Entre as suas cidades (<i>mudun</i>) contam-se Sintra (<i>Ḥintara</i>) e Monte Sião (<i>Munt Ḥy...</i>)*.	termo; Sintra; Monte Sião, Monsanto	AA; MB; NT
9	Recolhe-se na costa marítima (<i>rīḥ</i>) de Lisboa o excelente e incomparável âmbar,* que ultrapassa (<i>yaf...</i>) todos os outros âmbares, não se lhe assemelhando senão o âmbar da Índia (<i>al-hind</i>)**.	âmbar; litoral; Índia	AA; MB; AB; NT; etc.
10	Apoderaram-se os cristãos (<i>naḥḥarā</i>) de Santarém (<i>Ḥintarā</i>), Sintra (<i>Ḥintara</i>) e Lisboa (<i>Uḥb...</i>) no ano de 541.* Eram treze mil homens.** Todos morreram no combate, sobrevivendo apenas pouca gente.	cristã; conquista Santarém; Sintra	MB; AB

1 Confina com o alfoz da cidade de Santarém. 2 É uma cidade antiga. 3 E tem uma qualidade manifesta na excelência dos seus frutos. 4 e pelas potencialidades que dispõe para a caça e para a pesca. 5 Os seus falcões são os melhores de todos. 6 Nos seus montes há colmeias de mel, (um mel) de um branco puro, que se assemelha ao açúcar no sabor. 7 Tem uma jazida rica em ouro puro. 8 Entre as suas cidades contam-se Sintra e Monte Sião. 9 Recolhe-se na costa marítima de Lisboa o excelente e incomparável âmbar, que ultrapassa em qualidade todos os outros âmbares, não se lhe assemelhando senão o âmbar da Índia. 10 Apoderaram-se os cristãos de Santarém, Sintra

e Lisboa no ano de 541 [1146/47]. Eram treze mil homens. Todos morreram no combate, sobrevivendo apenas pouca gente.

NOTAS

Preliminar – O confronto dos textos indica uma grande dependência em relação a este texto da 2ª notícia sobre Lisboa em MB (IX-B) e em AB (X-B).

- 1 Em árabe *al-ḥawz* pl. de *ḥawz* (> port. *alfoz*). Curiosamente, na brevíssima notícia sobre Santarém (*loc. cit.*), usando os mesmos termos (*tattaʿil bi-ḥawz...*), o autor não refere Lisboa, mas Beja, o que se justificaria do ponto de vista do interior (Alentejo não atlântico). Para ele (*loc. cit.*), é Ocsónoba que confina com Lisboa, manifestamente pelo lado do litoral atlântico. Esta perspectiva parece confirmada por al-Rāzī (AA – I-12; v. contudo §11), assim como pelo geógrafo Ibn Ḥawqal, do mesmo século, no seu *Kitāb Ṣumrat al-aṣṣ / Liber Imaginis terrae* (ed. J.H. Kramers, B.G.A. II, Leida, 1873), p. 62.
- 8 Sobre este topónimo, v. *infra* a notícia que lhe dedica Yāqūt (MB, IX-D).

- 9a Em árabe *al-ʿanbar al-fīq al-mutanakkāʿīn*. Suspeitamos uma falha de copista na última ou penúltima palavra.
- 9b Parágrafo a pôr em paralelo com a informação integrando generalidades sobre al-Andalus, no fim da obra (p. 308), na linha raziana acima mencionada (I-12b): «No mar de Lisboa há o âmbar excelente (*al-kaʿb al-ḥalī*) e que se encontra na maioria das costas marítimas do Ocidente». Ver de resto o *Apêndice I*.
- 10a Este ano da Hégira iniciou-se a 13/06/1146 e terminou a 2/06/1147. Se para a tomada de Santarém (Março de 1147) estes parâmetros cronológicos acertam, não é o caso para Lisboa e Sintra (Outubro de 1147). Manifestamente foi a queda da cidade ribatejana que determinou a memória islâmica de toda a conquista do Baixo Tejo. Atente-se ao facto de o início da época guerreira ter coincidido com o trágico evento de Santarém (ainda no ano islâmico de 541), e o seu término ter acabado em Outubro do mesmo ano cristão, mas já no ano islâmico seguinte. Os outros autores que evocam os mesmos acontecimentos, dão uma data divergente; v. *infra* IX-12.

10b Que saibamos, Ibn Ġālib seria o único autor, entre historiadores e geógrafos, a fornecer este número, que se aplicaria na verdade apenas aos intervenientes na conquista de Lisboa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBN ĠĀLIB, *FARŪ AT AL-ANFUS* – Ed. parcial de L. ʿAbd al-Badī, «Naṣṣ andalusī ġadīd», *Revue de l'Institut des Manuscrits Arabes* 1/2 (1955), p. 291. Trad. de J. Vallvé Bermejo, «Una Descripción de España de Ibn Ġālib», *Anuario de Filología* (Barcelona, 1975), p. 380.

III – (SD, MH) – ABŪ L-ḤASAN ʿALĪ IBN MŪSA IBN SAʿĪD [1] (Granada, 610/1213 – Tunes, 685/1286) A) LISBOA (UḤBUNA)

Análise textual

1	Do livro de al-Rāzī: «Cidade antiga (<i>qadīma</i>),	fonte; antiguidade	TB-SA; FA; MM; etc.
2	a ocidente de Beja.	localização; Beja	AA; TB; MM; etc.
3	Tem grande fama (<i>aʿara fīla</i>) na bondade dos seus produtos agrícolas (<i>al-ʿamar</i>)	fertilidade; agricultura	AA; TB-SA; etc.
4	e nas potencialidades (<i>tamakkun</i>) para a caça e a pesca.	caça; pesca	AA; FA
5	Os seus falcões monteses (<i>al-buzʿat al-ʿabaliyya</i>) são os mais velozes e capazes de todos (<i>aʿyaṭ aʿtaq</i>).	falcões; montanhas; caça	AA; TB-SA; etc.
6	E nos seus montes há colmeias de abelhas (<i>ḥwrat al-naʿ</i>) (cujo mel é de um branco puro (<i>ḥlis al-bayḥ</i>), tal como o açúcar, e é embrulhado em pano (<i>ḥrqa</i>) por não haver nele humidade.»*	mel; montes; açúcar	A; FA; MQ; etc.

1 Do livro de al-Rāzī: «Cidade antiga, 2 a ocidente de Beja. 3 Tem grande fama na bondade dos seus produtos agrícolas, 4 e nas potencialidades para a caça e a pesca. 5 Os seus falcões monteses são os mais velozes e capazes de todos. 6 Nos seus montes há colmeias de abelhas (cujo mel é de um branco puro, tal como o açúcar, e é embrulhado em pano por não haver nele humidade».

NOTAS

Preliminar – A descrição da cidade abre o capítulo sobre o «Senhorio (*mamlaka*) de Lisboa», na nomenclatura da antologia poética em análise. Fala-se também de Sintra, nos termos da notícia seguinte, e ao mencionar Alcabideche (*Al-Qabḍīq < caput*

acquae = «mãe d'água», p. 413), diz-se que é uma das vilas ou povoados (*qarya min qur*) de Lisboa. Ibn Bassâm de Santarém precisa, na sua própria antologia literária, que está «no litoral (*s*) de Sintra»; ver *al-Da*, ed. I. Abbās (Tunes, 1978), vol. II/2, p. 787.

6 O texto árabe, que nos parece algo defeituoso, considerando os textos paralelos e o sentido da ideia em si, tem literalmente: «... pelo que não

há...». Continua com uma notícia histórica sobre Lisboa, que é parcialmente transcrita nas obras de Abū l-Fidā (AF, TB – XII-8) e al-Qalqasāndī (QL, SA – XIII-11) e cujo teor é o seguinte: «Foi, no tempo dos reis de taifas, de al-Mutawwaqil Ibn al-Afṭas. Este fê-la governar (durante um certo tempo) por Abū Muḥammad Ibn Hūd, que se tinha refugiado junto dele, vindo de Saragoça. Tomaram-na os cristãos no fim do período dos Almorávidas (*al-Mula*).» Ver PEA II, p. 232-33; Picard 1991, p. 206.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBN SA'ĪD, *Al-Mu'rib f* *l-Ma'rib*, ed. Ṣawqī Dayf (Cairo, 1964), vol. I, p. 411.

B) SINTRA (SINTARA)

¹ É cidade famosa pela (sua) fertilidade. ² Lá existem as extraordinárias maçãs, acerca das quais conta Ibn Alisa^c, entre outros, que não se carrega alimária alguma com mais de três unidades. ³ É agora dos cristãos.

Análise textual

¹ É cidade famosa pela (sua) fertilidade (<i>qāb</i>).	fertilidade; agricultura	
² Lá existem as extraordinárias maçãs (<i>tuffāḥ aḡīb</i>), acerca das quais conta Ibn Alisa ^c , entre outros, que não se carrega alimária (<i>bbā</i>) alguma com mais de três unidades (<i>bbā</i>).*	fontes; maçãs	TB-SA; etc.
³ É agora dos cristãos (<i>naḍra</i>).	conquista cristã	FA; MB; AB

NOTAS

Preliminar – Como referimos na notícia anterior, esta descrição de Sintra vem no capítulo sobre o «Senhorio de Lisboa».

2 Por causa das suas extraordinárias dimensões, conforme explicado no *Apêndice I*. Ver também as informações sobre a fonte invocada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, p. 415.

IV. (SD, BA) – ABŪ L-ḤASAN ʿALĪ IBN MŪSA IBN SAʿĪD [2] (Granada, 610/1213 – Tunes, 685/1286)

Análise textual

¹ [...] Desde aqui [Alcácer do Sal] até à desembocadura do grande rio de Lisboa, o mesmo que cruza Toledo, há quarenta milhas, e desde o mar até Lisboa (<i>Lu</i> ...) q trinta.*	itinerário; distâncias; Tejo; Toledo; Alcácer do Sal	TB-SA; NM
² Esta situa-se na margem meridional (<i>sic</i>) do rio,*	localização; rio	TB-SA
³ onde a longitude é de 7° 0' e a latitude de 42° 40'.*	coordenadas	TB-SA

4	Defronte dela, a norte, há uma albufeira salgada, e a oeste há outra.	albufeiras; sal	TB-SA
5	Os viajantes dizem que o Tejo se vai alargando na sua desembocadura (<i>maāabb</i>) até chegar a medir dez milhas.*	distâncias; Tejo; foz	NM
6	A norte desta desembocadura, a trinta milhas de distância, encontra-se a cidade de Sintra.	distâncias; Sintra; foz; Tejo	
7	Há muito âmbar na sua costa.*	âmbar; litoral	RM
8	Ela constituía a mais extrema marca islâmica, na costa, antes da cega guerra civil. [...]	marca; litoral	

[...]

¹ Desde aqui [Alcácer do Sal] até à desembocadura do grande rio de Lisboa, o mesmo que cruza Toledo, há quarenta milhas, e desde o mar até Lisboa, trinta. ² Esta situa-se na margem meridional (*sic*) do rio, ³ onde a longitude é de 7^o 0' e a latitude de 42^o 40'. ⁴ Defronte dela, a norte, há uma albufeira salgada, e a oeste há outra. ⁵ Os viajantes dizem que o Tejo se vai alargando na sua desembocadura até chegar a medir dez milhas. ⁶ A norte desta desembocadura, a trinta milhas de distância, encontra-se a cidade de Sintra. ⁷ Há muito âmbar na sua costa. ⁸ Ela constituía a mais extrema marca islâmica, na costa, antes da cega guerra civil. [...]

saltou toda a frase, parecendo-nos seguir aqui e no parágrafo seguinte a versão de *TB*.

3 Na tradução, há 6^o 50' para L, que é a lição de *TB*, como assinalado na nota anterior.

4 Estas albufeiras salgadas seriam as que se situavam na zona da Sacavém, Camarate, Frielas e Unhos, a norte, e as de Alcântara e de Hortanavia, a oeste. Salinas essas que se exploraram desde antes da nacionalidade e até aos finais do século XVIII. Ver *DHL*, p. 36-37 (Alcântara) e 440-41 (Hortanavia); *GEPB*, vol. 22, p. 803.

5 Em *NM* (VIII-3) este número é de seis milhas.

7 Ver *Apêndice I*.

NOTAS

Preliminar – Esta notícia é o excerto relativo a Lisboa e Sintra, da 1^a Parte do Clima VI da obra.

- 1 Aachamos esta última medição errada. Comparar estes números, e os outros do mesmo contexto, com os fornecidos por al-Idrisi no *Uns* (p. 51/83; v. *infra* VIII).
- 2 O texto tem *□□nib al-nahr al-□an.□□* não podendo tratar-se de um mero erro gráfico. Curiosamente, no *TB* (XII-12) e no *SA* (XIII-9), que depende deste, já numa sequência textual diferente, *al-□m. . □□* foi substituído por *b/γ. . □□ni(v. infra)*. Na sua tradução, Vernet

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBN SA'ĪD AL-MAGRIBĪ, *Bas□ al-A* = Kit□b al-□u r□fīya*, ed. Juan Vernet (Tetuão, 1958), p. 111; ed. Ismā'īl al-'Arabī (Beirute, 1970), p. 178. Trad. parcial de JUAN VERNET, «Espana en la Geografía de Ibn Sa'īd al-Magribī», *Tamuda*, 6 (Tetuão, 1958), p. 317.

V. (UD, TA) – ABŪ L-^cABBĀS AḤMAD IBN ^cUMAR IBN ANAS AL-^cUΔRI (Almeria, 393/1002 – 476/1085)

Análise textual

1	[...] Numa das portas de Lisboa (<i>al-U□b. . □□</i>) conhecida por Porta das Termas (<i>B□b al-ī amma</i>), há umas termas (<i>□amma</i>) perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as.* [...]	portas; termas; maré	AB/UD; MM; RM; DA
2	Perto de Lisboa há uma grande gruta (<i>□r</i>) na qual penetram as ondas do mar. Sobranceiro à boca da gruta está um monte alto. Assim, pois, quando afluem as	montanhas; gruta; mar; Sintra; Cascais;	AB/UD; DA

ondas do mar à dita gruta, vê-se o monte a mover-se ao mesmo tempo que elas. Quem o observa, vê-o, uma vez subir outra vez baixar.* [...]	litoral; Boca do Inferno	
3 (Acerca da montanha perto de Lisboa, onde se encontra a pedra que brilha à noite),* informou-me** quem subira a essa montanha de noite, que a pedra que lá se encontra brilha como um luzeiro (<i>miāb</i> □□).	guerras; ónix; montanhas	AB/UD; MM
4 Essa montanha é (toda ela) uma pedreira de ónix (<i>maʿdin al-□az</i>). * [...]	ónix; montanhas	AB/UD; DA

[...]

1 Numa das portas de Lisboa, conhecida por Porta das Termas, há umas termas perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as.

[...] **2** Perto de Lisboa há uma grande gruta na qual penetram as ondas do mar. Sobranceiro à boca da gruta está um monte alto. Assim, pois, quando afluem as ondas do mar à dita gruta, vê-se o monte a mover-se ao mesmo tempo que elas. Quem o observa, vê-o, uma vez subir, outra vez baixar. [...] **3** (Acerca da montanha perto de Lisboa, onde se encontra a pedra que brilha à noite), informou-me quem subira a essa montanha, de noite, que a pedra que lá se encontra brilha como um luzeiro.

4 Essa montanha é (toda ela) uma pedreira de ónix. [...]

NOTAS

Preliminar – Do confronto sistemático dos textos, pensamos que estes trechos de al-ʿUḏrī chegaram al-Qazwīnī através da obra de al-Bakrī (*MM* – VI). Neste sentido, o título da sua obra mencionado por aquele (*al-Mamalik wal-masalik al-andalusiyya*), título de resto desconhecido, dever-se-ia a este.

- 1 Com base no testemunho dos textos paralelos, corrigimos a lição □amma (palavra rara para 'nascente') em □amma, aqui e na passagem relativa às duas águas, como se explicou demoradamente no *Apêndice II* sobre as Portas de Lisboa.
- 2 Trata-se provavelmente do conhecido sítio da Boca do Inferno (Cascais), com a Serra de Sintra em pano de fundo, numa visão certamente obtida a partir do mar.
- 3a Esta oração retoma o teor do §7 de *AB*, parágrafo este que a sequência textual não nos permite considerar como fazendo parte das citações explícitas de UD, ao contrário da interpretação de F. Roldán. Sobre a pedra, ver a notícia seguinte VI-6.
- 3b Corrigimos a□bara por a□bara-n□houve uma aplogia devido à palavra *man*, cuja escrita é próxima do elemento graficamente isolado n□
- 4 «Toda ela» ou «De facto», conforme a pedra em causa ser aparentada ao ónix ou ser o próprio ónix; ver a discussão em VI-6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABŪ L-ʿABBĀS AL-ʿUḌRĪ, *Tars□al-A□b□*; ed. de fragmentos por ʿA. ʿA. al-Ahwānī, *Fragmentos geográfico-históricos de...*, Madrid, 1965 (na falta da notícia sobre Lisboa, recorreu-se às citações explícitas de al-Qazwīnī, *AB* – XII-A).

VI. (BK, MM) – ABŪ ʿUBAYD ʿABD ALLĀH IBN ʿABD AL-ʿAZĪZ AL-BAKRĪ (Huelva, 405/1014 – Sevilha, 487/1094) LISBOA (U□B » NA)

Análise textual

1 A cidade de Lisboa está a ocidente de Beja.	localização	RM; AB; MH/RZ
2 É uma cidade antiga (<i>qad□na</i>),	antiguidade	RM; DA; MH/RZ
3 situada à beira-mar,* quebrando-se as ondas na sua muralha.	geografia; rio; muralha	<i>TA</i> ; AB/UD; RM

<p>4 E a sua muralha é de construção admirável e imponente.*</p>	muralha	RM ; DA
<p>5 A sua porta ocidental está sobrepujada por arcadas sobre colunas de mármore, fixas em pedras (também) de mármore.</p> <p>– Tem outra porta ocidental, conhecida por Porta do Postigo (<i>Bāb al-Ḫawāḫ</i>), abrindo para uma vasta pradaria (<i>mar</i>), atravessada por dois cursos de água que se lançam no mar.</p> <p>– Tem uma porta meridional chamada Porta do Mar (<i>Bāb al-Baḥr</i>), por onde entram as ondas do mar quando da maré cheia, a qual sobe na sua muralha três pés.</p> <p>– E também uma porta oriental, conhecida por Porta das Termas (<i>Bāb al-ūamma</i>). As termas estão próximas dela, (assim como) do mar, e [correm nelas] duas águas: água quente e água fria; quando a maré enche, encobre-as.</p> <p>– E mais uma porta oriental, conhecida por Porta do Estreito (<i>Bāb al-Maḥḥ</i>).* [...]</p>	portas; pradaria; ribeira; rio; termas; marés; muralha; mármore; urbanismo	TA; AB/UD; RM ; DA
<p>6 A pedra <i>biḥḥ</i> encontra-se na região da cidade de Lisboa, numa montanha, onde ela cintila de noite como um luzeiro.* [...]</p>	ónix; montanhas	TA; AB/UD; DA
<p>7 O ouro recolhe-se (nas margens) do Rio de Lérida em abundância, e recolhe-se ainda nas margens fluviais (<i>sāḥl</i>) de Lisboa.*</p>	ouro; rio; Lérida	KG; NM-RM; NM-HA

¹ A cidade de Lisboa está a ocidente de Beja. ² É uma cidade antiga, ³ situada à beira-mar, quebrando-se as ondas na sua muralha. ⁴ E a sua muralha é de construção admirável e imponente. ⁵ A sua porta ocidental está sobrepujada por arcadas sobre colunas de mármore, fixas em pedras (também) de mármore. Tem outra porta ocidental, conhecida por Porta do Postigo, abrindo para uma vasta pradaria, atravessada por dois cursos de água que se lançam no mar. Tem uma porta meridional chamada Porta do Mar, por onde entram as ondas do mar quando da maré cheia, a qual sobe na sua muralha três pés. E também uma porta oriental, conhecida por Porta das Termas. As termas estão próximas dela, (assim como) do mar, e [correm nelas] duas águas: água quente e água fria; quando a maré enche, encobre-as. E mais uma porta oriental, conhecida por Porta do Estreito. [...] ⁶ A pedra *biḥḥ* encontra-se na região da cidade de Lisboa, numa montanha, onde ela cintila de noite como um luzeiro. [...] ⁷ O ouro recolhe-se (nas margens) do Rio de Lérida em abundância, e recolhe-se ainda nas margens fluviais de Lisboa.

NOTAS

Preliminar – Considerando que a obra original não nos chegou completa, esta notícia está composta de duas partes. Enquanto os §§ 6-7 provêm do texto original, no discurso sobre os recursos de al-Andalus, os §§ 1-5 provêm da citação explícita que dela faz Ibn al-Ḥabbāṭ (Constantina, 618/1221 – Tozeur, 681/1282; ver E. Santiago Simón, in *CHI* 5, 1978, p. 7-93), e cuja autenticidade podemos verificar nas obras que sabemos serem dependentes de al-Bakrī (ver a coluna das fontes).

³ Em árabe: *sāḥl al-baḥr*, entendendo a palavra *baḥr* para rio, neste e noutros textos árabes. Uso que permaneceu na nomenclatura topográfica lisboeta até aos nossos dias.

⁴ Em árabe: *rāḥiq al-bunyah ad-dal-ḥḥ*

⁵ Sobre o conteúdo deste parágrafo, ver o *Apêndice II* sobre as Portas de Lisboa. Como aí se explicou, com base no testemunho dos textos paralelos, corrigimos a passagem relativa às duas águas no parágrafo sobre a Porta das Termas.

⁶ A mesma informação aparece no *Ḍikr* (DA – XV, p. 14; trad. 20) e em al-Maqqarī (*NT* – XVI, p. 142), num texto que retoma quase literalmente a exposição de *MM* aqui excerpida no que toca a Lisboa. Estes textos pertencem ao género laudatório («Elogio de al-Andalus») na linha dos textos latinos do tipo das *Laudes Hispaniae*, que eles retomam e ampliam; ver Vallvé 1986, p. 77-86). Também Ibn Ḡālib, no texto acima referido na nota II-9, mesma página, reproduz literalmente a informação. – Em árabe, o nome da pedra aparece também com *i* longo na primeira sílaba ou com *z* em vez de *ḥ* como em *AB* (X-7). Tem-se traduzido de maneiras diferentes o nome desta pedra preciosa: bezoar (Vidal); ónix (Roldán); turquesa (Molina); car-

búnculo ou rubi (Vallvé). Dozy (*Suppl.* I, p. 81a), baseando-se no prestigiado dicionário de Lane, dá três correspondentes: ágata; berilo; jacinto. J. Clément-Mullet (*Essai sur la minéralogie arabe*, Paris, 1868, p. 92), identifica o *bi*□□□□ com a granada, falando da existência de confusões com o zircão (p. 94). Não temos qualificações para propor uma solução definitiva. O importante é que seja uma gema capaz de brilhar/cintilar à noite e, de acordo com o texto de al-^cUṭrī (*TA* – V/3-4) transmitido por al-Qazwīnī (*AB* – X/7-9), ser aparentado ao ónix. A este propósito, atente-se ao facto de *DA* (XV-15) só referir o ónix como pedra preciosa a encontrar na região de Lisboa. A pedra tem que ser identificada em articulação com as outras pedras mencionadas no texto de *laudes* acima referido. A proposta de Vallvé parece-nos adequada por causa da natureza da pedra (cintilação nocturna e afinidade com o ónix) e por ela estar mencionada nos textos latinos antigos em conexão com Lisboa (p. 81, n. 44). Finalmente, esta gema não deverá ser muito diferente da granada, que é a correspondência estabelecida por Clément-Mullet. – Sobre a localização da montanha em causa, sem dar muito crédito às respectivas fontes, o *Δikr* (*DA* – XV/14-15) parece situá-la na margem sul do Tejo, enquanto al-Ḥimyarī (*RM*, p. 33a) – num trecho truncado, mas inspirado por um texto aparentado àqueles mencionados no início da nota – fala duma montanha situada entre Lisboa e Sintra, a 50 milhas a oeste de Santarém, e que era antigamente uma fortaleza (□ān). Seria Monsanto? Ver sobre este monte *MB* – IX-D.

7 Para a menção de Lérida neste contexto, ver *ZH, KG* (VII/2-3).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-BAKRĪ, *Al-Mas*□□*lik wal-Mam*□□*li*ked. Adrien van Leuwen & André Ferré (Cartago, 1992), vol. 2, p. 897.
- Ed. parcial de °A.-R. °A. al-Ḥāgḡī, *K.M.M.* □uṛ□fīyat *al-Andalus wa-Urubba*, Beirute, 1968 (não consultado).
- Trad. parcial (a partir da ed. de al-Ḥāgḡī) de E. Vidal Beltrán (Saragoça, 1982), p. 37-38.
- Excertos de Ibn al-Qabbāt, *Ōlat al-sim*□ed. A.M. al-^cAbbādī, *apud T*□□□*h al-Andalus li-Ibn Kardab...s.* (Madrid, 1971), p. 163.

VII. (ZH, KG) – MUḤAMMAD IBN ABĪ BAKR AL-ZUHRI

LISBOA (*U*□*B* »*NA*)

(m. entre 549/1154 e 556/1161)

Análise textual

1	Está no final deste rio* conhecido como Tejo, onde desemboca no mar.	geografia; Tejo; mar; foz	DA
2	Nela situa-se o segundo local onde se encontra ouro.*	ouro	DA; etc.
3	E não há ouro em al-Andalus a não ser em três lugares, sendo mencionado adiante o terceiro, se Deus Altíssimo quiser.*	ouro; al-Andalus	
4	Esta cidade tem muitos víveres: produtos hortícolas, cereais e outros.	agricultura	DA; etc.
5	Nela há maçãs, iguais às maçãs da Arménia, sendo o diâmetro de cada uma de três palmos, mais ou menos.*	maçãs; Arménia	DA; etc.
6	Entre esta cidade e a cidade de Talavera está a grande ponte conhecida como Ponte da Espada, que é uma das maravilhas do mundo. [...]*	itinerário; Tejo; Talavera; Alcántara; Ponte da Espada	DA; NM

1 Está no final deste rio conhecido como Tejo, onde desemboca no mar. 2 Nela situa-se o segundo local onde se encontra ouro. 3 E não há ouro em al-Andalus a não ser em três lugares, sendo mencionado adiante o terceiro, se Deus Altíssimo quiser. 4 Esta cidade tem muitos víveres: produtos hortícolas, cereais e outros. 5 Nela há maçãs iguais às maçãs da Arménia, sendo o diâmetro de cada uma de três palmos, mais ou menos. 6 Entre esta cidade e a cidade de Talavera está a grande ponte conhecida como Ponte da Espada, que é uma das maravilhas do mundo. [...]

NOTAS

Preliminar – Ao contrário da conclusão de B. Fernández Capel-Baños no referente a Granada («Un Fragmento del *Kitab al-Guṛafīyya* de al-Zuhri sobre Granada», *CHI* 3, 1971, 113), a presente notícia de al-Zuhri não depende de al-^cUṭrī, como se pode comparar com o seu texto (*supra* V) e os dos outros que dele são tributários.

- 1 O autor acabara de falar do rio Tejo na notícia anterior sobre Toledo.
- 2 Este parágrafo foi restituído no texto de Hadj-Sadock, de acordo com o aparato crítico e a ed. de Basset.
- 3 O número *três* foi restituído da mesma maneira que na nota anterior. O autor já mencionara o caso do rio de Lérida (§ 212, p. 225/82) e mencionará mais à frente o caso do rio Darro, em Granada (§ 248, p. 212/95). No mesmo contexto, em *MM* (VI-7), fala-se apenas de Lérida e Lisboa.
- 5 Para estas maçãs extraordinárias, ver o *Apêndice I*. As «maçãs da Arménia» vêm referidas na obra no § 193 (p. 231/76).
- 6 Redacção idêntica no *Δικρ* (XVI-16), prosseguindo com uma descrição da própria Ponte da Espada. Trata-se obviamente da via fluvial do Tejo que ligava originalmente Lisboa a Toledo, via Santarém, *Qunayḡarat Mān...d* Alcántara (de Espanha), *Maḡḡa* e Talavera (cf. al-Idrisī, *NM*, fasc.V, p. 553; trad. p. 34). Esta via, após a queda de Toledo, em 1085, já só ligaria Lisboa a Talavera, «o ponto mais afastado das marcas dos muçulmanos», nas palavras de al-Bakrī, na notícia escrita, ou reescrita, depois de 1085, sobre Talavera (*MM*, p. 908, trad. p.25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-ZUHRI, *Kitāb al-ḡarḡfiyya* ed. M. Hadj-Sadock (Damasco, 1968), § 219 (p. 222/85; há dupla paginação, europeia e árabe).
- Trad. de Dolores Bramón, *El mundo en el siglo XII. Estudio de la versión castellana y del «original» árabe de una geografia universal: «El tratado de al-Zuhrī»* (Barcelona, 1992), p. 147-48 e 247.
- Ed./trad. parcial de René Basset, «Extrait de la Description de l'Espagne tiré de l'ouvrage du Géographe anoyime d'Almeria», in *Homenaje a Codera* (Saragoça, 1904, pp.619-47), p. 638-39; trad. p. 646 (texto reproduzido *apud* Mu'nis 1967, p. 383).

VIII. (ID, *NM*) – ABŪ ʿABD ALLĀH MUḤAMMAD IBN ʿABD ALLĀH AL-ʿARĪF AL-IDRISĪ

(Ceuta, 493/1099 – Sicília, 560/1166)

Análise textual

1 [...] De Alcácer [do Sal], atrás mencionado, à cidade de Lisboa,* são duas jornadas (<i>marḡala</i>).**	distâncias	BA
2 A cidade de Lisboa está a norte do rio chamado Tejo, que é o rio de Toledo.	Tejo; Toledo	HA
3 A sua largura diante da cidade é de seis milhas*, e a maré faz-se aí sentir muito.	Tejo; maré	KB
4 É uma cidade primorosa (<i>ḡasana</i>), que se estende ao longo do rio.	rio; urbanismo; paisagem	RM; HA
5 Tem uma muralha e uma alcáçova (<i>qaāba</i>) inexpugnável.	muralha; alcáçova	RM; HA; MM; etc.
6 No centro da cidade há termas, quentes no inverno (como) no verão.*	termas; estações	RM; TA; MM; etc.
7 Lisboa está nas proximidades do Mar Tenebroso.*	Atlântico	RM; HA
8 Na margem do rio, a sul, em frente a Lisboa, está o Castelo de Almada (<i>ū iān al-Maʿdin</i>), que é assim chamado porque o mar alteroso atira (para a margem) pepitas de ouro puro.*	ouro; pepitas; rio; Almada	RM; HA; MM; KG.
9 Assim, quando chega o inverno, deslocam-se para esse castelo os habitantes da região (<i>biḡḡ</i>) para trabalharem na jazida até ao fim do inverno. É uma das maravilhas desta terra, que vimos pessoalmente.*	ouro; estações; maravilhoso	RM; HA

<p>10 É da cidade de Lisboa que saíram os Aventureiros (<i>maṛr...r...</i>); navegando o Mar Tenebroso, para conhecerem o que nele havia e onde eram os seus limites, como referimos antes.* Têm na cidade de Lisboa, em lugar próximo das Termas, uma rua com o seu nome, conhecida por Rua dos Aventureiros, até ao fim dos tempos.** [...]</p>	<p>aventureiros; Atlântico; urbanismo</p>	<p>RM</p>
<p>11 Da cidade de Lisboa, pelo rio (<i>maṛa al-nahr</i>), à cidade de Santarém, para leste, são oitenta milhas.* E o caminho entre ambas faz-se em alternativa por rio ou por terra.</p>	<p>rio; itinerário; Santarém; distâncias</p>	
<p>12 E entre ambas há a campina (<i>faḥḥ</i>) de <i>al-Balata</i> da qual os habitantes de Lisboa e de todo o <i>Āarb</i> contam (as maravilhas).* [...]</p>	<p>Gharb; al-Balata; campina</p>	

[...]

1 De Alcácer [do Sal], atrás mencionado, à cidade de Lisboa, são duas jornadas. **2** A cidade de Lisboa está a norte do rio chamado Tejo, que é o rio de Toledo. **3** A sua largura diante da cidade é de seis milhas, e a maré faz-se aí sentir muito. **4** É uma cidade primorosa, que se estende ao longo do rio. **5** Tem uma muralha e uma alcáçova inexpugnável. **6** No centro da cidade há termas, quentes no inverno (como) no verão. **7** Lisboa está nas proximidades do Mar Tenebroso. **8** Na margem do rio, a sul, em frente a Lisboa, está o Castelo de Almada, que é assim chamado porque o mar alteroso atira (para a margem) pepitas de ouro. **9** Assim, quando chega o inverno, deslocam-se para esse castelo os habitantes da região para trabalharem na jazida até ao fim do inverno. É uma das maravilhas desta terra, que vimos pessoalmente. **10** É da cidade de Lisboa que saíram os Aventureiros, sulcando o Mar Tenebroso, para conhecerem o que nele havia e onde eram os seus limites, como referimos antes. Têm na cidade de Lisboa, em lugar próximo das Termas, uma rua com o seu nome, conhecida por Rua dos Aventureiros, até ao fim dos tempos. [...] **11** Da cidade de Lisboa, ao longo do rio, até à cidade de Santarém, para

leste, são oitenta milhas. E o caminho entre ambas faz-se em alternativa por rio ou por terra. **12** E entre ambas há a campina de *al-Balata* da qual os habitantes de Lisboa e de todo o *Āarb* contam (as maravilhas). [...]

NOTAS

Preliminar – Uma apreciação recente das informações fornecidas nesta fonte em Hermenegildo Fernandes, «Uma cidade no imaginário medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville», *Estudos Medievais* 7 (Porto, 1986), p. 3-27.

- 1a No texto editado, temos *Luḥḥ...na* com a variante *Uḥḥ...na* em dois manuscritos sistematicamente, lembrando a alternativa explícita avançada em *MB* (IX-A-1 e B-1). Mas também em dois outros trechos da obra idrissiana, Lisboa é mencionada sobre a forma *Uḥḥ...na* sem variante do tipo *Luḥḥ...na*
- 1b Seriam 40 milhas, de acordo com o *Uns* (p. 49/82). Comparar com as distâncias divergentes, por via marítimo-fluvial, em *BA* (IV-1).
- 2 É a mesma medida dada no *Uns* (p. 51/83). Em *BA* (IV-5) referem-se dez milhas para a largura do estuário do Tejo.
- 6 Mais pormenores sobre estas termas e a sua localização, no *Apêndice II*.
- 7 Em árabe: *al-ḥḥ al-Balata al-Muḥḥim*
- 8 Na edição: *al-ḍahab wal-tibr*, havendo dois mss. que omitem a conjunção *wa*, o que representa uma lição mais consentânea com o articulado na generalidade das outras fontes, incluindo *RM* – XI-A-12.
- 9 Esta nota de carácter pessoal pode não ser do próprio autor, mas vir de um seu informador, pelo que não é seguro que al-Idrisi tenha viajado por essas terras, como se diz correntemente. Atente-se a este respeito às discrepâncias com o resto dos testemunhos quanto às termas (*Apêndice II*).
- 10a No capítulo sobre a descrições das ilhas do Atlântico, *Clima III*, p. 220 e 240.
- 10b Segue-se o relato do famoso episódio dos Aventureiros na alta navegação atlântica. Além da supra citada trad. de J. Pedro Machado, o texto pode ser lido também em *PEA I*, p. 69-70, e no estudo de J.J. da Costa de Macedo, *Memória em que se pretende provar que os Arabes não conhecerão as Canarias antes dos Portuguezes* (Lisboa, 1844), p. 87-89; v. tb. Lopes/Castelo-Branco 1968, p. 75. Na senda do seu uso do

texto idrissiano, al-Ḥimyarī (*RM* – XI-A) reproduz quase literalmente o mesmo relato. Embora de forma reduzida, encontramos a mesma notícia em Ibn al-Wardī (*HA*, p. 24-25; trad. port. Macedo, p. 89-91). Sobre este e outros tipos de relatos sobre a navegação atlântica, além de Macedo, *op. cit.*, ver Picard 1997, p. 33-35.

- 11 No *Uns* (p. 50/82), o autor dá 60 milhas para essa distância. A divergência deve-se à natureza da rota, que aqui é por terra, atravessando a campina de al-Balāṭa (ver nota seguinte). De qualquer modo, estes números são exagerados, sendo a indicação de 42 milhas avançada por al-Rāzī (*AA* – I-13) mais perto da realidade.
- 12 Tratamos de *al-Balāṭa* no âmbito das descrições de Santarém e seu espaço. A este respeito, é curioso observar que, ao apresentar as grandes divisões do território andaluz (*NM*, p. 538; trad. p. 24), al-Idrīsī considera esse topónimo como uma província (*iqṭāʿ*!), a qual integra Santarém, Lisboa e Sintra. De facto, a nomenclatura que o autor usa neste contexto é muito *sui generis*, pois que, além do uso da palavra *iqṭāʿ* para «província», Córdova por exemplo encontra-se englobada na província de La Campiña (*Kambṭaniya*) e Sevilha na de Sidónia. E para voltar ao Gharb, é a província de Alcácer (do Sal) que compreende: Évora, Badajoz, Mérida, Jerez (de los Caballeros?), Alcántara da Espada e Coria!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-IDRĪSĪ, NUZHAT AL-MUṢṬĀʿĪQ I OPUS GEOGRAPHICUM*, ed. de Enrico Cerulli *et al.* (Napoli/Roma/Leiden, 1970-1984), fasc.V, p. 547-49.
- Trad. parcial de J. Pedro Machado, «A Península Hispânica segundo um geógrafo arábico do século XII», *Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa*, 82ª sér. (1964), p. 30-31.
- Edições e traduções parciais compiladas por A. UBIETO ARTETA: Al-Idrīsī, *Geografía de España*. Valencia, 1974 (*passim*).
- UNS* = AL-IDRĪSĪ, *Uns al-Muḥṭab* ed./trad. de Jassim Abid Mizal, *Los Caminos de al-Andalus...*, Madrid, 1989 (*passim*).

IX. (YQ, MB) – ABŪ ʿABD ALLĀH YĀQŪT IBN ʿABD ALLĀH AL-ḤAMĀWĪ

A) LISBOA [I] (UṢB »NA)

(Ásia Menor, 575/1179 – Alepo, 626/1229)

Análise textual

1	É uma cidade de al-Andalus, também chamada <i>Luṭb...nā</i>	nome	
2	Confina com Santarém.	limites; Santarém	AA; FA; etc.
3	Está perto do Mar Envolvente.	Atlântico	TB-SA; RM; DA
4	Existe no seu litoral um âmbar excelente (<i>fṭṭḥ</i>)	âmbar; litoral	AA; FA; AB
5	Diz Ibn Hawqal: «Está junto à desembocadura no mar do rio de Santarém.»*	fonte; foz; Tejo; Santarém	
6	Diz ainda: «Da boca do rio, que é em Almada (<i>al-Maʿdin</i>), a Lisboa, [um dia (<i>yawm</i>), e de Lisboa] a Sintra, dois dias.»*	fonte; itinerários; Tejo; foz; distâncias; Almada; Sintra;	

1 É uma cidade de al-Andalus, também chamada *Luṭb...nā*. 2 Confina com Santarém. 3 Está perto do Mar Envolvente. 4 Existe no seu litoral um âmbar excelente. 5 Diz Ibn Ḥawqal: «Está junto à desembocadura no mar do rio de Santarém.» 6 Diz ainda: «Da boca do rio, que é em Almada, a Lisboa, [um dia, e de Lisboa] a Sintra, dois dias.»

NOTAS

- 1 Apesar desta constatação – confirmada p. ex. em *NM* – VIII-1, *TB* – XII-2 e *SA* – XIII-A-1 – o autor trata de «*Luṭb...nā*» numa notícia separada, onde se repete a mesma coisa, em sentido contrário, mas com elementos diferentes (*v. infra*). O mesmo fenómeno de uma notícia dupla baseada

em grafias diferenciadas e com teores diferentes se encontra também *infra* em AB (X).

- 5 Citação não literal de *Kitāb al-Ṣiṣṣat al-ʿArabīya / Liber Imaginis terrae* (ed. J.H. Kramers, B.G.A. II, Leida, 1873), p. 66.
- 6 Ver *ibidem*, p. 115, com base na qual se completou a citação (houve um claro caso de aplogia na transmissão do texto!). Em sentido contrário, o texto original não tem a precisão relativa à Almada. A notícia de Yāqūt acaba

com a menção do conhecido al-Zāhid al-Uṣbūnī («O asceta de Lisboa»), falecido em 360/970-71 e identificado com elementos bibliográficos na dupla tradução da fonte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

YĀQŪT, *Muṣṣam al-Buldān* 7 vols., 2ªed. de Dar Sader, (Beirute, 1995), vol. I, p. 195. Trad. castelhana parcial de GAMAL ʿABD AL-KARĪM, em *CHI* 6 (1974), p. 69-70. Trad. franc. parcial de E. VANDENDRIESSCHE & M. PLANCKE, em *Studia* 39 (Lisboa, 1974), p. 250.

B) LISBOA [II] (LUSB » NA)

Análise textual

1	Diz-se também <i>Uḫb...na</i> com <i>alif</i> .*	nome	
2	É uma cidade de al-Andalus, cujo termo (<i>ʿamal</i>) confina com o de Santarém.	localização; termo; limites; Santarém	AA; FA
3	É uma cidade antiga (<i>qadīma</i>),	antiguidade	FA; MH/RZ; AB; etc.
4	próxima do mar e situada a oeste de Córdova.	localização; mar; Córdova	AA; AB
5	Nas suas montanhas há falcões genuínos.*	caça; falcões; montanhas	AA; FA; MH/RZ-TB-SA; AB; DA
6	O seu mel é superior a todo o mel e é chamado em al-Andalus <i>al-laḍarn</i> .* Parece-se com o açúcar, pelo que embrulhado em pano, não chega a manchá-lo.	mel; açúcar	AA; FA; MH/RZ; AB; DA
7	A cidade está edificada sobranceira ao rio Tejo, sendo o mar próximo dela.	geografia, mar; Tejo	TB-SA; DA
8	No seu solo há jazidas de ouro puro (<i>maʿdin al-tibr al-ḫalī</i>),	ouro	AA; FA; AB; etc.
9	e no seu litoral encontra-se um âmbar excelente.*	âmbar; litoral	AA; FA; AB; etc.
10	Os cristãos (<i>al-ifranj</i>) apoderaram-se dela no ano de 573*, e creio que continua em seu poder.	conquista; cristã	FA; AB

1 Diz-se também *Uḫb...na* com *alif*. 2 É uma cidade de al-Andalus, cujo termo confina com o de Santarém. 3 É uma cidade antiga, 4 próxima do mar e situada a oeste de Córdova. 5 Nas suas montanhas há falcões genuínos. 6

O seu mel é superior a todo o mel e é chamado em al-Andalus *al-laḍarn*. Parece-se com o açúcar, pelo que embrulhado em pano, não chega a manchá-lo. 7 A cidade está edificada sobranceira ao rio Tejo, sendo o mar próximo dela. 8 No seu solo há jazidas de ouro puro, 9 e no seu litoral encontra-se um âmbar excelente. 10 Os francos apoderaram-se dela no ano de 573 (1177/78), e creio que continua em seu poder.

NOTAS

Preliminar – O confronto dos textos indica uma grande dependência desta 2ª notícia sobre Lisboa em relação à versão de Ibn Gālib (II – FA) do texto raziano (I – RZ, AA). A nossa tradução diverge em alguns pontos da tradução de G. °Abd al-Karīm.

- 1 Ver supra em A-1 a leitura inversa.
- 5 Em árabe: *buzr*□□*illaā*, tendo corrigido a primeira palavra, que por erro tipográfico, na edição usada, apareceu sob a forma *al-TBR*°T.
- 6 Este nome, que pode ser lido também *ladurn*□□ não vem registado nos dicionários consultados.
Única fonte a apresentar uma denominação para o famoso mel da zona de Lisboa.
- 9 Sobre este produto marítimo, ver o *Apêndice I*.

- 10 Correspondendo a 1177/78, tratando-se com certeza de um lapso de copista a corrigir por 543 (1148/49), de acordo com a indicação que surge no mesmo autor, já na notícia a seguir sobre Sintra (C-4), e em al-Qazwīnī (QZ, AB – X-B-7 e C-4), o qual depende de uma fonte comum. Note-se que há uma diferença de um ano em relação à data dos acontecimentos; v. *supra* IG, FA – II-10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, vol. V, p. 16; trad. cast. p. 271.

C) SINTRA (SANTARA)

Análise textual

1 Com vogal <i>a</i> e depois ausência de vogal, e <i>r</i> □□ com dois pontos encima, e <i>r</i> □□ sem qualquer ponto diacrítico.*	pronúncia	
2 Cidade do termo (° <i>ama</i>) de Lisboa, em al-Andalus.	termo; Lisboa	AA-FA; MH-TB-SA; RM
3 Diz-se que nela há maçãs, sendo o perímetro de cada maçã de três palmos. Deus sabe se isso é verdade!*	maçãs; medidas	AB; MH-TB-SA; MA; RM
4 Está agora em poder dos cristãos (<i>al-ifran</i> □□, que a conquistaram no ano de 543.*	conquista cristã	FA; AB; MH

1 Com vogal *a* e depois ausência de vogal, e *r*□□ com dois pontos encima e *r*□□ sem qualquer ponto diacrítico. 2 Cidade do termo de Lisboa, em al-Andalus. 3 Diz-se que nela há maçãs, sendo o perímetro de cada maçã de três palmos. Deus sabe se isso é verdade! 4 Está agora em poder dos cristãos, que a conquistaram no ano de 543 (1148/49).

NOTAS

- 1 Não sabemos donde é que o autor tirou estas indicações fonéticas. Os outros geógrafos não enunciam qualquer vocalização, como nota al-Qalqašāndī (QL, SA – XIII-B-3) a propósito das observações de Abū I-Fidā e, indirectamente, de Ibn Sa°id. Já para não falar da origem pré-árabe do topónimo, por ter passado ao português muito cedo com um *i* na primeira sílaba (*DOELP*, s.v.), pensamos mais correcta, na senda de reconhecidos editores, a forma árabe *Santara*, que optámos nas demais referências. –

Para voltar à vocalização avançada por Yāqūt, terá havido contaminação por parte dos vários topónimos ibero-romances iniciados por *Sant(a)* (< *santo/a*) e que o autor tenta explicar por ocasião do topónimo «Santa Olaliyā» (< «Santa Olalia»; vol. III, p. 327; trad., p. 206), dizendo que lhe parecia significar algo como «povoado» (*balda*) ou «distrito rural» (*n□□ya*).

- 3 Em árabe, a fórmula de costume perante uma informação extraordinária ou dubiosa: *wa-All□□hu ālam*. Sobre as maçãs, ver *Apêndice I*.
- 4 Ver supra B-10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, vol. V, p. 16; trad. cast. p. 209.

D) MUNT A/UCYŪN (MONTE SIÃO OU MONSANTO ?)

Análise textual

1	(Primeira letra da primeira palavra) com vogal <i>u</i> , depois sem vogal (para a segunda letra), e <i>ṛ</i> com dois pontos. (Na segunda palavra), depois do <i>alif</i> , com pontos diacríticos, <i>y</i> debaixo da qual (há) dois pontos, e no fim <i>n...n</i>	pronúncia	
2	É uma cidade do termo (<i>aṣm</i>) de Lisboa, em al-Andalus.	termo; Lisboa	AA-FA
3	Diz al-ʿAbdārī*: « <i>Munt</i> é o nome para “monte” (<i>ḥaba</i>); e estão relacionados com ele todos os lugares [montanhosos], como dizendo-se monte tal e tal.»	fonte; monte; romance; onomástica	

1 (Primeira letra da primeira palavra) com vogal *u*, depois sem vogal (para a segunda letra), e *ṛ* com dois pontos. (Na segunda palavra), depois do *alif*, com pontos diacríticos, *y* debaixo da qual (há) dois pontos, e no fim *n...n*.² É uma cidade do termo de Lisboa, em al-Andalus. ³ Diz al-ʿAbdārī: «*Munt* é o nome para “monte”; e estão relacionados com ele todos os lugares [montanhosos], como dizendo-se monte tal e tal.»

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, vol. V, p. 16; trad. cast. p. 290.

E) SACAVÉM (ṢAQABĠN)

Análise textual

1	É um dos povoados (<i>qur</i>) de Lisboa, a oriente dela.	termo; Lisboa
2	Relaciona-se com ela Ṭayṭal Ibn Ismaʿil al-Ṣaqabānī, de quem há alguma poesia.*	Ṭayṭal; al-Ṣaqabānī

1 É um dos povoados de Lisboa, a oriente dela. ² Relaciona-se com ela Ṭayṭal Ibn Ismaʿil al-Ṣaqabānī, de quem há alguma poesia.

NOTAS

Preliminar – O topónimo aparece em *FA* (II-8) sob a forma de «Munt Ṣayūn» e na versão portuguesa de al-Rāzī (*AA* – I-10) sob a forma «Ossum/no». Tratar-se-ia de Monte Sião, no actual Seixal (*DOELP*, p. 1019), ou talvez de Monsanto, cuja grafia árabe lhe é muito próxima (*Munt Ṣant...*). Sobre este último monte, ver a nota *ad MM* – VI-6.

3 Muito provavelmente o autor maiorquino Abū ʿĀmir Muḥammad ibn Saʿdūn al-Quraṣī al-Mayūrḳī (m. 524/1130), biografado no artigo sobre Maiorca (ed. vol. V, p. 207; trad. p. 296-98). Um possível membro da mesma família, da 2ª metade do século XIII, noticiado por Pons 1898, nº 261. Pergunta-se em que medida algumas das referências aduzidas nesta última notícia não diriam respeito ao nosso autor e à sua obra geográfica.

NOTAS

2 Este poeta e místico da região de Lisboa, depois de ter vivido e estudado em Córdova, veio, mais tarde, a escolher a zona da albufeira (*buḥayr*) de Sacavém para seu local de retiro espiritual, tendo lá edificado uma arrábida ou azóia. Lá permaneceu, até ao fim dos seus dias, dedicando-se às práticas espirituais. A sua fama perpetuou-se, tendo a arrábida ficado conhecida, durante bastante tempo, como a Arrábida de Ṭayṭal (*Rḥībat aṣayḥ*). As antologias e fontes bibliográficas recolheram dele alguma

poesia de cariz místico; ver: Ibn Bassam, *Ḍaḡīḡa*, II/2, p. 797-98; al-Ḍabbī, *Buḡya*, nº 1212; al-Ḥumaydī, *Ḥaḏwa*, nº 294; al-Marrākūšī, *Ḍaḡl*, V/1, nº 390; Ibn Saʿīd, *Rḡyḡt* (ed./trad. E.García Gómez), nº 39. Pomos a possibilidade de que a citada arrábida ou azóia tivesse permanecido até hoje na região, concretamente no topónimo Azóia, próximo de Santa Iria da Azóia. Sobre estas construções islâmicas, ver Picard 1997, p. 82-90 (com bibliografia mais antiga).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, vol. III, p. 354.
Trad. de J.A. RODRÍGUEZ LOZANO, «Nuevos topónimos...», *CHI* 8 (1977), p. 73-74.

X. (QZ, AB) – ABŪ YAḤYĀ ZAKARIĀ’ IBN MUḤAMMAD AL-QAZWĪNĪ

A) LISBOA [I] (AL-*UṢḌ* »NA)

(Qazwīn, 600/1203 – Ḥilla, 682/1283)

Análise textual

1	Cidade em al-Andalus, próxima de Beja.	localização; Beja	MM; NM-RM
2	É generosa (<i>Ḥayyib</i>), havendo nela vários tipos de produtos agrícolas (<i>Ḥamar</i>) e muita variedade na caça e na pesca.	fertilidade; agricultura; caça; pesca	AA-MH/RZ; AA-FA; DA
3	Está à beira-mar, rebentando as ondas do mar no pano das suas muralhas (<i>Ḥit s...riḡt</i>)	localização; rio; muralhas	MM; NM-RM; DA
4	Diz Aḥmad ibn ʿUmar al-ʿUḏrī, autor de <i>al-Mamḡlik wal-masḡlik al-andalusīyya</i> .	fonte;	
5	«Numa das portas de Lisboa (<i>al-Uḡb...ḡa</i>) conhecida por Porta das Termas, há umas termas perto do mar onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as.»*	portas; termas; mar; maré	TA; MM; RM; DA
6	Diz também: «Perto de Lisboa há uma grande gruta na qual penetram as ondas do mar. Sobranceiro à boca da gruta está um monte alto. Assim, pois, quando afluem as ondas do mar à dita gruta, vê-se o monte a mover-se ao mesmo tempo que elas. Quem o observa, vê-o, uma vez subir, outra vez baixar.»	fonte; montanhas; gruta; maravilhoso; litoral; Sintra; Cascais; Boca do Inferno	TA; DA
7	Perto dela (também) está a montanha onde se encontra a pedra <i>bizḡḡ</i> * que é uma pedra que brilha, à noite, como um luzeiro.*	gemas; montanhas	MM; etc.
8	Diz (al-ʿUḏrī): «Informou-me* quem subira a essa montanha de noite, que a pedra que lá se encontra brilha como um luzeiro.»	fonte; montanhas; gemas; maravilhoso	TA
9	Diz (ainda): «Essa montanha é uma pedreira de ónix (<i>maḡḡin al-ḡaḡ</i>).»	fonte; gemas; ónix; montanhas	TA; DA

¹Cidade em al-Andalus, próximo de Beja. ²É generosa, havendo nela vários tipos de produtos agrícolas e muita variedade na caça e na pesca. ³Está à beira-mar, rebentando as ondas do mar no pano das suas muralhas. ⁴Diz Aḥmad ibn ʿUmar al-ʿUḏrī, autor de *al-Mamālik wal-masālik al-andalusīyya*: ⁵«Numa das portas de Lisboa (*al-Uḫ...nā*), conhecida por Porta das Termas, há umas termas perto do mar onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as.» ⁶Diz também: «Perto de Lisboa há uma grande gruta na qual penetram as ondas do mar. Sobranceiro à boca da gruta está um monte alto. Assim, pois, quando afluem as ondas do mar à dita gruta, vê-se o monte a mover-se ao mesmo tempo que elas. Quem o observa, vê-o, uma vez subir, outra vez baixar.» ⁷Perto dela (também) está a montanha onde se encontra a pedra *bizḫḫ* que é uma pedra que brilha, à noite, como um luzeiro. ⁸Diz (al-ʿUḏrī): «Informou-me quem subira a essa

montanha de noite, que a pedra que lá se encontra brilha como um luzeiro.» ⁹Diz (ainda): «Essa montanha é (toda ela) uma pedreira de ónix.»

NOTAS

Preliminar – Sobre esta notícia, v. *supra* UD, TA – V.

- 3 Sobre o fenómeno, ver o que se disse em TA –V–2.
- 4 No texto editado há *al-BR'DY*. Sobre esta correcção e a própria pedra, ver BK, MM –VI–6.
- 5 Com base no testemunho dos textos paralelos, corrigimos a lição *ḫamma* ('nascente') em *ḫamma*, assim como passagem relativa à duas águas, como se explicou demoradamente no *Apêndice II* sobre as Portas de Lisboa.
- 7 A sequência textual não nos permite considerar esta oração como fazendo parte das citações directas de al-ʿUḏrī, como interpretado na tradução castelhana.
- 8 Corrigimos *aḫbara* por *aḫbara-n* houve uma aplogia devido à palavra *man*, cuja grafia lhe é próxima. Sobre o nosso aditamento, ver TA – V-4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-QAZWĪNĪ, *ḡṭḫr al-biḫḫ* (Beirute, 1380/1960), p. 496-97.
 Trad. parcial de FÁTIMA ROLDÁN CASTRO, *El Occidente de al-Andalus en el ḡṭḫr al-biḫḫ*.
 (Sevilha, 1990), p. 91-93 (cap. 1).

B) LISBOA [II] (*LUḫB* » *NA*)

Análise textual

¹ Cidade antiga (<i>qadḫna</i>) de al-Andalus,	antiguidade	FA; MH/RZ; MB; etc.
² que está situada a oeste de Córdoba, perto do mar.	localização; mar; Córdoba	AA; FA; MH/RZ; MB; DA
³ No seu território há montanhas onde se encontram ninhos dos mais genuínos falcões (<i>buzḫḫḫḫḫḫ</i>), que não se encontram fora desta região.	falcões; caça; montanhas	AA; FA; MH/RZ; MB; DA
⁴ O seu mel é superior a qualquer outro mel de al-Andalus, parece-se com o açúcar e, quando envolvido num pano, não o mancha.	mel; açúcar;	AA; FA; MH/RZ; MB; DA
⁵ Há (também) jazidas de ouro puro (<i>maḫḫḫḫḫḫ al-tibr al-ḫḫḫḫ</i>).	ouro	AA; FA; MB; DA; etc.
⁶ E encontra-se no seu litoral um âmbar excelente.	âmbar; litoral	AA; FA; BA; MB
⁷ Apoderaram-se dela os cristãos (<i>al-faranḫ</i>) no ano de 543*; e ela está, até agora, nas mãos deles.	conquista cristã	FA; MB

1 Cidade antiga de al-Andalus, **2** que está situada a oeste de Córdoba, perto do mar. **3** No seu território há montanhas onde se encontram ninhos dos mais genuínos falcões, que não se encontram fora desta região. **4** O seu mel é superior a qualquer outro mel de al-Andalus, parece-se com açúcar e, quando envolvido num pano, não o mancha. **5** Há (também) jazidas de ouro puro. **6** E encontra-se no seu litoral um âmbar excelente. **7** Apoderam-se dela os cristãos no ano de 543 (1148/49); e ela está, até agora, nas mãos deles.

NOTAS

Preliminar – Esta notícia parece provir de Ibn Ġālib (FA – II) ou um texto similar. Apontamos

para essa fonte e não para al-Razi, porque Ibn Ġālib menciona a conquista cristã (§7), de que foi contemporâneo ao contrário do historiador e geógrafo do século X.

7 Correspondendo a 1148/49; v. *infra* C-4 e *supra* YQ, MB – IX-B-10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, p. 555; trad. p. 159-61 (cap. 2).

C) SINTRA (سِنْتَارَا)

Análise textual

1 Cidade em al-Andalus nas proximidades de Lisboa, no litoral marítimo (‘ <i>al</i> □ <i>s</i> □□□□ <i>al-ba</i> □□’).	localização; geografia; litoral; Lisboa	RM
2 Sobre ela há uma névoa (‘ <i>ab</i> □□□’)* persistente que não se dissipa.	nevoeiro; clima	RM
3 Entre as suas maravilhas (‘ <i>a</i> □□□□’) estão as suas maçãs, pois lá existem maçãs com um perímetro, cada uma, de três palmos.*	maravilhoso; maçãs; medidas	MH-TB-SA; RM; MB; etc.
4 Está agora em poder dos cristãos (<i>al-faran</i> □). Apoderaram-se dela no ano de 543*.	conquista cristã	FA; MB

1 Cidade em al-Andalus nas proximidades de Lisboa, no litoral marítimo. **2** Sobre ela há uma névoa persistente que não se dissipa. **3** Entre as suas maravilhas estão as suas maçãs, pois lá existem maçãs com um perímetro, cada uma, de três palmos. **4** Está agora em poder dos cristãos. Apoderaram-se dela no ano de 543 (1148/49).

NOTAS

2 Apenas este autor e al-Ĥimyarī referem o nevoeiro que, ainda hoje, se costuma abater sobre Sintra.

3 Sobre estas maçãs, ver *Apêndice I*.

4 Correspondendo a 1148/49; v. *supra* B-7 e YQ, MB – IX-B-10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, p. 542; trad. p. 123-24.

XI. (HM, RM) – ABŪ ʿABD ALLĀH MUḤAMMAD IBN ʿABD AL-MUNʿIM
A) LISBOA (UṢB »NA)

AL-HIMARI (Magrebe, Séc. XIII?)

Análise textual

1	Em al-Andalus. É uma das coras (<i>kuwar</i>) de Beja, cujo (território) se mistura ao seu.	localização; Beja termo; limites	
2	É uma cidade situada na rota dos exércitos e a estrada de Beja para Lisboa atravessa (<i>yaʿtari</i>) a cidade de Lisboa.*	Beja; defesa; rotas militares	
3	Lisboa está situada a oeste de Beja.	localização; Beja	MM; AB; MH/RZ
4	É uma cidade antiga (<i>qaḍīma</i>),	antiguidade	MM; MB; MH/RZ
5	situada à beira-mar, quebrando-se as ondas do mar na sua muralha.	localização; mar; muralha	MM; TA-AB/UD; DA
6	O seu nome é <i>Q...dyā*</i>	nome; Alcúdia	
7	A sua muralha é de construção admirável e imponente.	muralha	MM; DA
8	A sua porta ocidental está sobrepujada por arcadas duplas (<i>ḥamḥayyā fawqa ḥamḥayyā</i>) sobre colunas de mármore, fixas em pedras (também) de mármore. É a maior das suas portas. – Lisboa tem uma outra porta que se abre a Oeste: chamam-na Porta do Postigo (<i>Bāb al-Ōawḥ</i>); ela domina uma vasta pradaria que é atravessada por dois cursos de água que se lançam no mar. – No sul, encontra-se outra porta, a Porta do Mar (<i>Bāb al-Bāḥ</i>), na qual penetram as ondas, ao subir e descer da maré, subindo na muralha a uma altura de três braças (sic)*. – A leste, a chamada Porta das Termas (<i>Bāb al-Hamm</i>). As termas estão perto dela e do mar, e nelas [correm] duas águas: água quente e água fria; e quando a maré sobe encobre-as. – E uma outra porta oriental, conhecida como Porta do Cemitério (<i>Bāb al-Maqbar</i>).**	portas; pradaria; termas; ribeira; mar; medidas; cemitério; urbanismo; maré; mármore	MM; TA-AB/UD; DA
9	A cidade de Lisboa é, em si mesma, uma cidade primorosa (<i>ḥasana</i>), que se estende ao longo do rio.	beleza; rio; geografia	MM-HA
10	Tem uma muralha e uma alcáçova (<i>qaāba</i>) inexpugnável.	muralha; alcáçova	MM-HA; etc.
11	Lisboa está à beira do Mar Tenebroso (<i>al-Bāḥ al-Muḥlin</i>).	Atlântico; litoral	MM-HA
12	Na margem meridional do mar, em frente a Lisboa, está o Castelo de Almada (<i>al-īn al-Maḍīn</i>), que é assim chamado porque o mar atira (para a margem) pepitas de ouro (<i>al-ḍahab al-tibr</i>).	ouro; litoral; Almada	MM-HA; etc.
13	Assim, quando chega o inverno, deslocam-se para esse castelo os habitantes da região (<i>bilād</i>) para trabalharem na jazida até ao fim do inverno. É uma das maravilhas (<i>ʿaḥḥad</i>) do mundo [...]*.	ouro; estações; maravilhoso	MM-HA

¹ Em al-Andalus. Uma das coras de Beja, cujo (território) se mistura ao seu. ² É uma cidade situada na rota dos exércitos e a estrada de Beja para Lisboa atravessa a cidade de Lisboa. ³ Lisboa está situada a oeste de Beja. ⁴ É uma cidade antiga, ⁵ situada à beira-mar, quebrando-se as suas ondas na sua muralha. ⁶ E seu nome é *Q...dya*. ⁷ A sua muralha é de construção admirável e imponente. ⁸ A sua porta ocidental está sobrepujada por arcadas duplas sobre colunas de mármore, fixas em pedras (também) de mármore. É a maior das suas portas. Lisboa tem uma outra porta que se abre a Oeste: chamam-na Porta do Postigo; ela domina uma vasta pradaria, atravessada por dois cursos de água que se lançam no mar. No sul, encontra-se outra porta, a Porta do Mar, na qual penetram as ondas, ao subir e descer da maré, subindo na muralha a uma altura de três braças (*sic*). A leste, a chamada Porta das Termas. As termas estão perto dela e do mar e nelas [correm] duas águas: água quente e água fria; e quando a maré sobe encobre-as. E uma outra porta oriental, conhecida como Porta do Cemitério. ⁹ A cidade de Lisboa é, em si mesma, uma cidade primorosa que se estende ao longo do rio. ¹⁰ Tem uma muralha e uma alcáçova inexpugnável. ¹¹ Lisboa está nas proximidades do Mar Tenebroso. ¹² Na margem do mar, a sul, em frente a Lisboa, está o Castelo de Almada, que é assim chamado porque o mar atira (para a margem) pepitas de ouro. ¹³ Assim, quando chega o inverno, deslocam-se para esse castelo os habitantes da região para trabalharem na jazida até ao fim do inverno. É uma das maravilhas do mundo. [...]

NOTAS

Preliminar – Os §§ 3-8 provirão de al-Bakrī; os §§ 9-13 vêm claramente de al-Idrisī, *v. supra*. David Lopes traduziu e comentou esta notícia no âmbito do artigo publicado em 1940 na revista *Liceus de Portugal*; ver agora: Lopes/Castelo-Branco 1968, p. 69-73.

2 Passagem só existente na ed. I. de °Abbās, sendo o único caso conhecido em que se referem itinerários militares.

B) SINTRA (سِنْتَارَا)

Análise textual

¹ Das cidades de Lisboa, em al-Andalus.	termos; Lisboa	AA-FA; MB; MH-TB-SA
² Nas proximidades do mar.	mar	AB
³ Cobre-a um nevoeiro perene (سَابِقُهَا الَّذِي لَا يَنْقُصُ) que não se corta.	nevoeiro; clima	AB
⁴ É de saudáveis ares (أَيُّهَا الْهَوَاءُ) que alongam a vida dos seus habitantes (تَأْمِنُ عَلَى أَهْلِهَا).	clima; saúde	

3 Caso único é o desta denominação de *Q...dya* ('colina') usada para Lisboa, quando é conhecida antes para uma das colinas da cidade de Santarém (*DOELP*, s.v. *Alcúdia*).

8a Em árabe *qiyam*, como no *Δikr* (*DA* – XV-12). É uma altura bastante exagerada, que se deve, na nossa opinião, a uma má leitura da palavra original *aqd* (‘pés’), como no texto de al-Bakrī (*MM* – VI-5).

8b Sobre as Portas de Lisboa, ver o *Apêndice I*. Confrontando os diferentes textos, que remontam a um original comum, corrigimos o texto referente à Porta do Postigo, lendo *mar* em vez da palavra dubiosa *SRū* (*sar* = ‘espaço’?). Quanto à necessidade do aditamento no período relativo às Termas, foi fundamentada no citado *Apêndice*. Com a lição *bi-m* fixada na ed. de I. °Abbās e apoiada pelo testemunho dos textos discutidos neste *Apêndice*, ficam sem efeitos as ingeniosas elucubrações de Lévi-Provençal acerca da duvidosa lição *d*.

13 Segue-se, o mesmo texto que em *MM* – VIII-10, mais o episódio dos Aventureiros no Atlântico, ao qual se fizera alusão no artigo sobre o Oceano (*Uqiy*, sp. 52b; trad. nº 24).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-ḤIMYARĪ, *Al-Rawḥ al-Miḥr*, red. Iḥsān °Abbās (Beirute, 1980), p. 61.
Ed./trad. parcial de E. LÉVI-PROVENÇAL, *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge...* (Leiden, 1938), nº 13 (texto árabe reimpr. em Beirute, 1988, *idem*).

5	Tem dois castelos (القلاع) extremamente inexpugnáveis (فالقلاع al-mirfa).	castelo; fortificações	
6	Entre ela e o mar poderá haver uma milha.	mar; distâncias	
7	Lá existe um rio, cujas águas se lançam no mar, e donde são regados os seus vergéis.*	rio; agricultura	
8	É uma das regiões onde mais se produzem maçãs. E crescem tanto ali que atingem os seus contornos quatro palmos.*	maçãs; medidas	AA; MH; TB; MB; AB; SA
9	E de igual forma as peras (kumma) r.	peras	
10	Na serra de Sintra crescem espontaneamente as violetas (banafsa).	violetas; montanhas	
11	Extrai-se em Sintra um âmbar excelente.	âmbar	BA
12	E também em Sidónia, de entre as regiões de al-Andalus.*	Sidónia	

1 Das cidades de Lisboa, em al-Andalus. 2 Nas proximidades do mar. 3 Cobre-a um nevoeiro perene que não se corta. 4 É de saudáveis ares que alongam a vida dos seus habitantes. 5 Tem dois castelos extremamente inexpugnáveis. 6 Entre ela e o mar, poderá haver uma milha. 7 Lá existe um rio, cujas águas se lançam no mar, e donde são regados os seus vergéis. 8 É uma das regiões onde mais se produzem maçãs. E crescem tanto ali que atingem os seus contornos quatro palmos. 9 E de igual forma as peras. 10 Na serra de Sintra crescem espontaneamente as violetas. 11 Extrai-se em Sintra um âmbar excelente. 12 E também em Sidónia, de entre as regiões de al-Andalus.

NOTAS

Preliminar – Ao não haver informações de al-Idrisi sobre Sintra, cremos que toda esta notícia virá de al-Bakri. Como se pode constatar na coluna das fontes, *RM* traz-nos várias informações originais.

7 O texto árabe deste parágrafo apresenta várias anomalias, que se analisam no *Apêndice I*, pois parece haver contaminação com uma notícia qualquer referente a Santarém que terá chegado ao autor truncada.

8 Sobre as maçãs, ver *Apêndice I*.

12 Sobre o âmbar, e a presente menção de Sidónia, ver também o *Apêndice I*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, ed. I. °Abbās, p. 347; ed. trad. Lévi-Provençal, nº 102 (texto árabe reimpr. em Beirute, 1988, *idem*).

XII. (AF, TB) – ABŪ L-FIDĀ ISMAʿĪL IBN ʿALĪ AL-AYYŪBĪ (Hamā, 672/1273 – 734/1334)
LISBOA (UΩB »NA)

Análise textual

1 De Ibn Saʿīd: «6º 50' de longitude e 42º 40' latitude. Nos confins do Clima V*.»	fonte; coordenadas	BA; SA
2 Em al-Andalus. Com a vogal <i>u</i> no <i>hamza</i> ; ausência de vogal no □□; vogal <i>u</i> no <i>b□</i> com um ponto (por baixo); segue-se <i>w□we n...h</i> e no fim <i>h□</i> Segundo alguns viajantes, o seu início é com <i>l□m*</i>	pronúncia	SA
3 A norte de Lisboa existe uma albufeira salgada (<i>bu□ayra m□/□□</i>), e a ocidente outra de igual natureza.*	albufeiras; sal	BA; SA
4 É a capital (<i>q□ida</i>) de um reino situado sobre o Mar Envolvente, a noroeste de Sevilha*.	capital; localização; Atlântico; Sevilha	SA
5 Lisboa é uma cidade muito antiga,* a ocidente de Beja.	antiguidade; localização; Beja	MH/RZ; SA
6 Lisboa tem hortas (<i>bas□□</i>) e produtos agrícolas (□ <i>im□</i>) superiores aos demais,	fertilidade; agricultura	MH/RZ; SA
7 e os seus falcões são os melhores de todos.*	falcões; caça	MH/RZ; SA
8 Esteve (Lisboa) nos últimos tempos, dependente de Badajoz e do seu soberano Ibn al-Afṭas.*	termo; Badajoz; Aftácidas	MH; SA
9 De entre os distritos fiscais (<i>ar□m□</i>) de Lisboa está a cidade de Sintra (<i>macl□at Ωntara</i>).	termo; Sintra	SA; etc.
10 E em Sintra há umas maçãs (<i>nuff□□</i>) de grandeza e perfeição extraordinárias (<i>mufra□□</i> <i>l-kibar wal-nab□lā</i>).	Sintra; maçãs	MH; SA
11 Diz Ibn Saʿīd: «De Lisboa ao Mar Envolvente são trinta milhas,	fonte; distâncias; Atlântico	BA; SA
12 e ela está sobre a margem (<i>ʿala □□nī</i>) do rio Būdānis.»*	geografia; Tejo	BA; SA

1 De Ibn Saʿīd: «6º 50' de longitude e 42º 40' latitude. Nos confins do Clima V.» **2** Em al-Andalus. Com a vogal *u* no *hamza*; ausência de vogal no □□; vogal *u* no *b□* com um ponto (por baixo); segue-se *w□we n...h* e no fim *h□* Segundo alguns viajantes, o seu início é com *l□m** **3** A norte de Lisboa existe uma albufeira salgada, e a ocidente outra de igual natureza. **4** É a capital de um reino situado sobre o Mar Envolvente, a noroeste de Sevilha. **5** Lisboa é uma cidade muito antiga, a ocidente de Beja. **6** Lisboa tem hortas e produtos agrícolas superiores aos demais, **7** e os seus falcões são os melhores de todos. **8** Esteve nos últimos tempos, dependente de Badajoz e do seu soberano Ibn al-Afṭas. **9** De entre os distritos fiscais de Lisboa conta-se a cidade de Sintra. **10** E em Sintra há umas maçãs de grandeza e perfeição extraordinárias. **11** Diz Ibn Saʿīd: «De Lisboa ao Mar Envolvente são trinta milhas, **12** e ela está sobre a margem do rio Būdānis (*sic*)».

NOTAS

Preliminar – Fundamentalmente, a obra está redigida em forma de tabelas, em torno de cidades importantes ou seus termos. Estão precedidas, para cada região do globo, por um texto corrido que descreve globalmente a mesma: mares, rios, itinerários, etc. Lisboa abre a tabela das cidades ibéricas (p. 172-73), havendo, contudo, uma ou outra informação suplementar no final do capítulo introdutório sobre a Península Ibérica (*Δikr □az□at al-Andalus*, p. 170). Tudo indica que o autor teve nas mãos, não tanto um «manuscrito diferente» do BA(IV) de Ibn Saʿīd (SD), tal como nos chegou, mas antes uma versão com alguma informação divergente e onde as partes geográficas de MH (III) figuravam.

- 1 No texto corrido, como aliás no próprio *BA* (IV-3), temos o Clima VI.
- 2 Sobre a alternativa da primeira letra, ver nota *ad YQ, MB* – IX-A-1.
- 4 Como tal, este parágrafo não figura nas obras de *SD*, apenas elementos dele.
- 5 O texto editado tem *madīna awwaliyya*, devendo o qualitativo ser corrigido em *azaliyya*, de acordo com o geralmente utilizado, inclusivé em *SA* (XIII-A-6), que se reclama desta nossa fonte.
- 7 Em árabe: *al-buz* como também em *SA* (XIII-10).
- 8 Informação tirada com certeza de *MH*, nas referências à taifa aftácida, no capítulo sobre Badajoz (vol. I, p.

360-78). Contudo, há a referência «nos últimos tempos» que deveria provir duma fonte ainda mais antiga, mais próxima do século XI. No texto, *Af* vem erradamente escrito com *af* final, tratando-se de um mero erro de copista, dado que *SA* (XIII-11) tem a boa leitura.

- 12 No texto da tabela temos *Y...dini* como aliás em *SA* (XIII-9). Corrigimos de acordo com o texto corrido (p. 169). Entende-se que é o Sado, também denominado em árabe *Nahr al-Baq* (p. 121). Evidentemente trata-se de um erro de leitura da palavra *al-an...ba* que está no texto original do *BA*, como vimos atrás (IV-2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABŪ L-FIDĀ, *Taqwīm al-Buldān* ed./trad. de M. Reinaud & M.G. de Slane, *Géographie d'Aboulféda* (Paris, 1840), p. 170-73.

XIII. (QL, SA) – QHĀB AL-DĪN ABŪ L-^cABBĀS AĤMAD IBN ^cALĪ AL-QALQA^cANDĪ (Egipto, 756/1355 – 821/1418) A) LISBOA (U^cB »NA)

Análise textual

1	Diz o <i>Taqwīm al-buldān</i> «Com a vogal <i>u</i> no <i>hamza</i> ; ausência de vogal no <i>ā</i> ; vogal <i>u</i> no <i>b</i> com um ponto (por baixo); segue-se <i>w</i> <i>n...h</i> e no fim <i>h</i> . Segundo alguns viajantes, o seu início é com <i>l</i> <i>m</i> »*	fonte; pronúncia	TB
2	É uma cidade do ocidente de al-Andalus.	localização	TB
3	Situa-se nos limites do quinto dos sete Climas.	geografia	BA-TB
4	Diz Ibn Sa'īd: «A sua longitude é de 6° 50', e a sua latitude de 42° 40' ».*	fonte; coordenadas	BA-TB
5	Diz o <i>Taqwīm al-buldān</i> «É a capital de um reino situado sobre o Mar Envolvente, a noroeste de Sevilha, e a ocidente de Beja.	fonte; capital; Atlântico; Sevilha; Beja	MH/RZ-TB
6	Lisboa é uma cidade muito antiga.	antiguidade	MH/RZ-TB
7	Tem hortas e produtos agrícolas superiores aos demais.»	fertilidade; agricultura	MH/RZ-TB
8	Diz Ibn Sa'īd: «De Lisboa ao Mar Envolvente são trinta milhas,	fonte; distâncias	BA-TB
9	e ela está sobre a margem do rio Būdānis.»*	geografia; Tejo	TB
10	Diz o <i>Taqwīm al-buldān</i> «Os seus falcões são os melhores de todos.	fonte; falcões; caça	MH/RZ-TB
11	Esteve (Lisboa) nos últimos tempos, dependente de Badajoz e do seu soberano Ibn al-Afṭas.»	dependência; Badajoz; Aftácidas	MH/RZ-TB

<p>12 E refere-se no <i>‘Ibar</i>, que agora ela é a capital de um dos reinos cristãos (<i>mamlak al-naār</i>) em al-Andalus, a que chamam Reino de Portugal (<i>mamlakat al-Burtuq</i>), e que é uma pequena província.*</p>	<p>fonte; capital; Portugal</p>	
<p>13 Está agora anexada aos distritos fiscais (<i>‘am</i>) da Galiza (<i>‘ilīqiyā</i>), como se referirá na notícia sobre os reis de al-Andalus.*</p>	<p>termo; Galiza</p>	

1 Diz o *Taqwīm al-buldān* «Com a vogal *u* no *hamza*; ausência de vogal no *‘*; vogal *u* no *b* com um ponto (por baixo); segue-se *w* e *n*... e no fim *h*. Segundo alguns viajantes, o seu início é com *l*» **2** É uma cidade do ocidente de al-Andalus. **3** Situa-se nos limites do quinto dos sete Climas. **4** Diz Ibn Sa‘īd: «A sua longitude é de 6º 50’, e a sua latitude de 42º 40’ ». **5** Diz o *Taqwīm al-buldān* «É a capital de um reino situado sobre o Mar Envolvente, a noroeste de Sevilha, e a ocidente de Beja. **6** Lisboa é uma cidade muito antiga, **7** e tem hortas e produtos agrícolas superiores aos demais.» **8** Diz Ibn Sa‘īd: «De Lisboa ao Mar Envolvente são trinta milhas, **9** e ela está sobre a margem do rio Būdānis.» **10** Diz o *Taqwīm al-buldān* «Os seus falcões são os melhores de todos. **11** Esteve (Lisboa) nos últimos tempos, dependente de Badajoz e do seu soberano Ibn al-Afṭas.» **12** E refere-se no *‘Ibar*, que agora ela é a capital de um dos reinos cristãos em al-Andalus, a que chamam Reino de Portugal, e que é uma pequena província. **13** E ficou agora anexada aos distritos da Galiza, como se referirá na notícia sobre os reis de al-Andalus.

NOTAS

Preliminar – Confrontando este texto com o anterior, de Abū I-Fidā (*TB* – XII), chega-se à conclusão que as referências a Ibn Sa‘īd são apenas indirectas.

- 1 Sobre esta alternativa, v. *supra* à propósito da respectiva fonte citada (*TB* – XII-2).
- 4 O autor cita Ibn Sa‘īd através do *TB* (XII-1).
- 9 Para a correcção de *Y...dīm B...dīm* a confusão entre o Sado e o Tejo, v. *supra* XII-12.
- 12 Em árabe: *‘u/āim la sa‘ā*. Tratar-se-ia antes de uma capital «com reduzida recaudação fiscal»? Ver a notas seguinte. A obra mencionada é a celebrada história universal de Ibn Haldūn (732/1332 – 808/1406).
- 13 Entenda-se «reis cristãos», cujos estados são brevemente tratados no cap. 3, onde o autor repete praticamente as mesmas informações, extraídas muito provavelmente da citada obra khaliduniana. Analisamos o respectivo texto na obra em preparação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-QALQAĀNDĪ, *Ṣub al-A* (Cairo, 1913-19), vol. V, p. 222.
Trad. parcial de LUIS SECO DE LUCENA (Valência, 1975), p. 30-31.

B) SINTRA (‘INTARA)

Análise textual

<p>1 É uma cidade que aparece referida com recorrência no <i>Taqwīm al-buldān</i> na propósito de Lisboa, sendo atribuída ao seu termo (<i>‘am</i>).</p>	<p>fonte; termo; Lisboa</p>	<p><i>MH-TB</i></p>
<p>2 Não enuncia (o autor) a sua vocalização, nem dá a sua longitude nem a sua latitude.</p>	<p>pronúncia</p>	
<p>3 Diz (apenas): «Lá há maçãs de grandeza e perfeição extraordinárias.»</p>	<p>fonte; maçãs</p>	<p><i>MH-TBH</i>; etc.</p>

1 É uma cidade que aparece referida com recorrência no *Taqwīm al-buldā* na propósito de Lisboa, sendo atribuída ao seu termo. **2** Não enuncia (o autor) a sua vocalização, nem dá a sua longitude nem a sua latitude. **3** Diz (apenas): «Lá há maçãs de grandeza e perfeição extraordinárias».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, p. 223; trad. p. 32.

XIV. (WR, HA) – QIRĀĠ AL-DĪN ABŪ ḤAFS ʿUMAR IBN AL-WARDĪ (Médio Oriente, m. 861/1457)

Análise textual

[...]		
1 É uma cidade primorosa (<i>madīna ḡasana</i>),	beleza	M-RM
2 a norte do rio chamado Tejo,* o qual é o rio de Toledo.	geografia; Tejo; Toledo	NM
3 A cidade estende-se ao longo do rio,	geografia	NM
4 e encontra-se junto ao Mar Tenebroso (<i>Baḥr Muḡlin</i>).	Atlântico	NM-RM
5 Dispõe de mercados permanentes, de albergarias cheias* e de muitos banhos públicos (<i>ḡammam</i>).	urbanismo; banhos; albergarias	
6 Tem uma muralha poderosa (<i>s...r maḡ</i>),	muralha	NM-RM
7 defronte à qual, à beira-mar, está o Castelo de Almada (<i>ā iām al-Maḡdin</i>). É chamado assim porque o mar, ao espraiar-se no seu movimento, atira pepitas de ouro (<i>al-ḡahab al-tibr</i>) em direcção àquele castelo e aos seus arredores.	ouro; Almada	NM-RM; etc.
8 Quando a água retrocede, dirigem-se as gentes daquelas terras em direcção ao castelo, onde acham o ouro, [recolhendo-o] até ao (próximo) movimento (da maré).* [...]	ouro; maré	NM-RM; etc

[...]

1 Lisboa [...] é uma cidade primorosa, **2** a norte do rio chamado Tejo, o qual é o rio de Toledo. **3** A cidade estende-se ao longo do rio, **4** e encontra-se junto ao Mar Tenebroso. **5** Dispõe de mercados permanentes, de albergarias cheias e de muitos banhos públicos. **6** Tem uma muralha poderosa, **7** defronte à qual, à beira-mar, está o Castelo de Almada. É chamado assim porque o mar, ao espraiar-se no

seu movimento, atira pepitas de ouro em direcção àquele castelo e aos seus arredores. **8** Quando a água retrocede, dirigem-se as gentes daquelas terras em direcção ao castelo, onde acham o ouro, [recolhendo-o] até ao (próximo) movimento (da maré). [...]

NOTAS

Preliminar – Com excepção do §5, todas as outras informações se encontram em al-Idrīṣī (NM–VIII).

- 2 No texto está *B* em vez de *T* Trata-se de um lapso muito comum (de copista ou de editor!), devido a que o mesmo «esqueleto» gráfico (*rasm*) serve de suporte à escrita de ambas as palavras.
- 5 Em árabe: *asw q qima wa-fan dī qmira*
- 7 A transmissão do texto árabe parece-nos aqui algo deficiente. No fim, segue-se o episódio dos Aventureiros nos termos indicados supra em VIII-11.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IBN AL-WARDĪ, *Ōarḍat al-ʿArab wa fātāt al-ʿarab* (Cairo, 1939), p. 22-24.
Trad. parcial de RAFAELA CASTRILLO MÁRQUEZ, «Descripción de al-Andalus según un manuscrito de la Biblioteca del Palacio», *Al-Andalus* 34 (1969), pp. 92-95 (v. tb. nº 40, 1975, p. 221-24).

XV. (DA) – ANÓNIMO, *ΔΙΚΡ ΒΙΛῆΔ ΑΛ-ΑΝΔΑΛΟΥΣ* (Magrebe, séc. XIV-XV) **NOTÍCIA SOBRE A CIDADE DE LISBOA (AL-USB » NA) DO OCIDENTE DE AL-ANDALUS – QUEIRA DEUS, O ALTÍSSIMO, QUE SEJA POR NÓS (RE)CONQUISTADA**

Análise textual

1 Lisboa é uma cidade grandiosa (<i>kaḥḥ</i>) muito antiga (<i>azaliyya</i>) e com muitos distritos (<i>kaḥḥ rat al-quḥur</i>)	antiguidade; tamanho; termo	MH/RZ; FA; MM; etc.
2 Assoma-se ao Mar Envolvente,	Atlântico	MB; etc.
3 e está no final do rio conhecido como rio Tejo, onde este se lança no mar. Assim, é terrestre e marítima.	Tejo; foz; mar	FA; KG; etc.
4 Nela há muitos víveres (<i>arḥḥ</i>) e amplos proveitos (<i>ḥayr</i>) ao ter campos de lavoura, plantações agrícolas e frondosos arvoredos.	fertilidade; floresta; agricultura	KG
5 Lá existem maçãs enormes, com um perímetro de três palmos cada.	maçãs; medidas	MH; KG; etc.
6 Nela há também falcões (<i>buzḥ</i>) excelentes para a caça.	falcões; caça	AA-FA; MH/RZ; etc.
7 A muralha desta cidade está sobranceira ao mar e as ondas rebentam nela.	localização; mar; muralha	MM; etc.
8 Nela dão-se muitos produtos agrícolas e boa fruta,*	fertilidade; agricultura	AA-MH/RZ; KG; etc.
9 e há variedade na caça e na pesca.	caça; pesca	AA; FA; MH/RZ
10 Construção imponente, admirável e fortificada é a das suas muralhas e a da sua alcáçova (<i>qaāba</i>).	muralhas; alcáçova	MM; RM
11 É uma das capitais regionais (<i>qida</i>) de al-Andalus.	capital	MH/RZ; TB
12 Tem seis (<i>sic</i>) portas, dispostas numa ordem curiosa. – Entre elas, a Porta Grande, que é ocidental, sobrepujada por arcadas duplas (<i>hanḥ yḥalay-hḥ hanḥ yḥḥ</i>), assentes sobre colunas de mármore, sendo estas colunas fixadas (também) sobre bases de mármore branco. – Outra porta, também a oeste, conhecida como Porta do Postigo (<i>Bḥb al-Ōawḥ</i>), que se abre para uma extensa e verde pradaria (<i>marḥ</i>) onde, no meio de água a cruzam até se lançarem no mar. – De entre as suas (outras) portas, há uma porta da qual, dois cursos meridional chamada Porta do Mar (<i>Bḥb al-Baḥ</i>); por onde entram as ondas, que sobem pelas suas muralhas cerca de três braças (<i>sic</i>).* – Entre elas também, uma porta oriental, conhecida como Porta das Termas (<i>Bḥb al-ūamma</i>), estando as termas próximas dela; nelas correm duas águas: uma água quente e uma água fria, e ambas próximas do mar;	portas; ribeiras mar; maré; termas; medidas	MM; RM; etc.

quando a maré enche, encobre-as, e quando baixa, descobre-as. – Outra porta, também oriental, é a chamada Porta do Estreito (<i>Bāb al-Maṣmūṭ</i>)**		
13 E perto da cidade de Lisboa, junto ao mar, há uma montanha enorme e muito alta, onde se encontra uma gruta (□r) gigantesca onde entram as ondas do mar; quando as ondas afluem à gruta, a montanha eleva-se, e move-se com o movimento das ondas: vê-se-a, alternadamente, erguendo-se e baixando. Isto é visível para quem o queira observar.*	montanhas; gruta; mar; Sintra; Cascais; Boca do Inferno; litoral	TA; AB/UD
14 Nas proximidades de Lisboa está a península de “...z□r* onde há jazidas de ouro (<i>maḍīn al-ḍahab</i>),	ouro; Tuzira; Trafaria	
15 e pedreiras (<i>maḡṭa</i>) de ónix (□az) e de mármore (<i>ru□□h</i>)*	ónix; mármore	TA; AB/UD
16 Entre a cidade de Lisboa e a cidade de Talavera (pelo rio acima), está a grande ponte conhecida como Ponte da Espada (<i>Qan□arat al-Sayf</i> [...])*	itinerário; rio; Alcântara; Ponte da Espada; Talavera	KG
17 E entre a cidade de Lisboa e a de Córdova há uma distância de catorze dias.	distâncias; Córdova	
18 Em redor de Lisboa há muitos montes (□aba/s), castelos e fortalezas (□iā/s) inexpugnáveis, e vilas e aldeias (<i>qarya/s</i>) dispersas.	termo; montes; castelos; vilas; aldeias	
19 E lá se produz um mel magnífico, que se pode transportar, como o açúcar, em tecido ou em papel sem que escorra.	mel; açúcar	AA; FA; MH/RZ; etc.

1 Lisboa é uma cidade grandiosa, muito antiga e com muitos distritos. **2** Assoma-se ao Mar Envolvente, **3** e está no final do rio conhecido como Rio Tejo, onde este se lança no mar. Assim, é terrestre e marítima. **4** Nela há muitos viveres e amplos proveitos ao ter campos de lavoura, plantações agrícolas e frondosos arvoredos. **5** Lá existem maçãs enormes, com um perímetro de três palmos cada. **6** Nela há também falcões excelentes para a caça. **7** A muralha desta cidade está sobranceira ao mar e as ondas rebentam nela. **8** Nela dão-se muitos produtos agrícolas e boa fruta, **9** e há variedade na caça e na pesca. **10** Construção imponente, admirável e fortificada é a das suas muralhas e a da sua alcáçova. **11** É uma das capitais regionais de al-Andalus. **12** Tem seis (*síc*) portas, dispostas numa ordem curiosa. Entre elas, a Porta Grande, que é ocidental, sobrepujada por arcadas duplas, assentes sobre colunas de mármore, sendo estas colunas fixadas (também) sobre bases de mármore branco. Outra porta, também a oeste, conhecida como Porta do

Postigo, que se abre para uma extensa e verde pradaria, no meio da qual dois cursos de água a atravessam até se lançarem no mar. De entre as suas (outras) portas, há uma porta meridional, chamada Porta do Mar; por onde entram as ondas, que sobem pela sua muralha cerca de três braças. Entre elas também, uma porta oriental, conhecida como Porta das Termas, estando as termas próximas dela; nelas correm duas águas: uma água quente e uma água fria, e ambas próximas do mar; quando a maré enche, encobre-as, e quando baixa, descobre-as. Outra porta, também oriental, é a chamada Porta do Estreito. **13** E perto da cidade de Lisboa, junto ao mar, há uma montanha enorme e muito alta, onde se encontra uma gruta gigantesca onde entram as ondas do mar; quando as ondas afluem à gruta, a montanha eleva-se, e move-se com o movimento das ondas: vê-se-a, alternadamente, erguendo-se e baixando. Isto é visível para quem o queira observar. **14** Nas proximidades de Lisboa está a península de Tuzira, onde há jazidas de ouro, **15** e pedreiras de ónix e de mármore. **16** Entre a cidade de Lisboa e a cidade de Talavera (pelo rio acima), está a grande ponte conhecida como Ponte da Espada. [...] **17** E entre a cidade de Lisboa e a de Córdova há uma distância de catorze dias. **18** Em redor de Lisboa há muitos montes, castelos e fortalezas inexpugnáveis, e vilas e aldeias dispersas. **19** E lá se produz um mel magnífico, que se pode transportar, como o açúcar, em tecido ou em papel sem que escorra.

NOTAS

Preliminar – Notícia muito compósita, em consonância com a característica geral da obra

anónima. Nela encontram-se semelhanças e paralelismos com praticamente todas as outras fontes, destacando-se, nos dizeres do editor/tradutor, *TA-MM* e *KG*. É de notar a invocação relativa a uma «reconquista» islâmica, que figura no título da notícia e que encontramos em outras notícias da obra, sem se poder vislumbrar uma lógica consistente para a existência ou ausência deste tipo de fórmulas. Poder-se-ia ver nelas indícios numa estratificação textual apontando a datas diferenciadas das fontes inseridas na compilação final? Neste caso, o texto original em análise, parcial ou integralmente, deveria pertencer a uma obra da segunda metade do século XII, quando ainda os Almóadas tentavam recuperar a linha do Tejo.

Assinale-se também que Vallvé (1986, p. 318-19) encontra uma segunda descrição de Lisboa na notícia intitulada «Cidade de Portugal (*Burtuq*)» (*Δikr*, p. 55/61), enquanto o editor/tradutor quis ver nesta notícia uma descrição do Porto. Pensamos tratar-se antes de Coimbra, enquanto capital do Reino de Portugal, como fundamentamos no respectivo capítulo da obra em preparação.

8 Em árabe: *im ka ra wa-faw kih ayyiba*

12a Em árabe *qiyam*, como no texto de *al-ūimyar* (*RM* – XI-A-7). É uma altura bastante exagerada, que se deve, na nossa opinião, a uma má leitura da palavra original *aqd m* ('pés'), como no texto de al-Bakrī (*MM* – VI-5).

12b Sobre as Portas de Lisboa, ver o *Apêndice II*, onde se discute também o facto de serem mencionadas aqui seis portas, sendo apenas cinco identificadas e descritas.

13 Ver a este propósito V-2 e X-6.

14 O único topónimo da península em frente a Lisboa, onde se recolhia ouro, e com uma grafia que

se poderá correlacionar com *Tūzira*, é o de Trafaria. Deve tratar-se de uma má leitura ou de uma corrupção gráfica do topónimo híbrido "*araf Ariya* = «Cabo da Areia», de acordo com a etimologia proposta por Lopes (1968, p.173-74). Em reforço à hipótese do sábio arabista, atente-se à persistência do topónimo.

15 Sobre o ónix e outros recursos minerais, ver a nota *ad BK, MM* – VI-6. Para o mármore, esta é única fonte a mencioná-lo para Lisboa ou Portugal (cfr. *FA*, p. 308; *NT*, p. 187; Vallvé 1986, p. 77).

16 Entre os §§ 16 e 17 da nossa análise textual, a fonte insere a notícia sobre a Ponte da Espada (actual ponte de Alcântara, sobre o Tejo, em Espanha); o editor, deixou os §§ 17-20 ligados à esta notícia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Δikr Bil al-Andalus Una Descripción Anónima de al-Andalus, ed./trad. de Luis Molina, 2 vols. (Madrid, 1983), I, p. 51-53; trad. II, p. 56-58.

XVI (MQ, NT) – AḤMAD IBN MUḤAMMAD AL-MAQQARĪ AL-TILIMSĀNĪ (Magrebe, 986/1578 – Egipto, 1042/1632) A) (SOBRE LISBOA)

Análise textual

1	Na cora de Lisboa (<i>U b...</i>) que confina com [a de] Santarém, há jazidas de pepitas de ouro (<i>maḍdin al-tibr</i>).	limites; ouro; Santarém	AA-FA; etc.
2	E nela há (também) um mel que se conserva em sacos de linho, o qual fica seco, como se fosse açúcar.	mel; açúcar	AA-FA; MH/RZ; etc.
3	No seu litoral (<i>r f</i>) encontra-se o âmbar que não tem igual a não ser o (tipo) <i>sihr</i> [...]	litoral; âmbar; al-Shih	AA-FA; etc.
4	De entre as dependências (<i>a m</i>) de Lisboa há Sintra e outros (lugares).*	termo; Sintra	AA-FA; MH; etc.

¹ Na cora de Lisboa, que que confina com [a de] Santarém, há jazidas de peitas de ouro.
² Nela há (também) um mel que se conserva em sacos de linho, o qual fica seco, como se fosse açúcar. ³ No seu litoral encontra-se o âmbar que não tem igual a não ser o (tipo) *sihr* [...]
⁴ De entre as dependências de Lisboa há Sintra e outros (lugares).

NOTAS

Preliminar – Esta passagem de *NT* segue-se a uma série de apontamentos geográficos tirados de vários autores, geralmente identificados. Não é o caso deste. Contudo, do

confronto dos textos, pensamos que o autor os deve a **Ibn Ġalib** (GL, FA – II), citado na obra noutros contextos.

3 Relativo (*nisba*) a **al-Qāhira**, cidade portuária de Hadramaute, no Sul do Iémen, e onde se recolhia de facto âmbar (*El*, s.v. *Shi*). **Ibn Ġalib** (FA – II-9), que segue certamente o texto raziano (cf. RZ, AA – I-12), fala genericamente de âmbar *hind*

adjectivo que se pode relacionar tanto com a Índia, como com o Oceano Índico.

Acerca desse produto, ver *Apêndice I*.

4 Este parágrafo é tirado dum breve trecho sobre as divisões administrativas de al-Andalus, aqui precisamente, do **Ġarb** (p. 167).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-MAQQARĪ, *Nafh al-“ābid*. I. “Abbās, 2ª ed. (Beirute, 1988), vol. I, p. 152.

B) (SOBRE SINTRA)

Análise textual

<p>1 Diz Ibn Alīsa^c, ao falar da cidade de Sintra: «Entre as suas especificidades, está a de que o trigo e a cevada semeados nas suas terras, são ceifados quando passam quarenta dias da sua sementeira.»*</p>	<p>fontes; fertilidade; trigo; cevada; Santarém; agricultura</p>	<p>MH</p>
<p>2 E as maçãs de lá, o diâmetro de cada uma é de três palmos e mais.</p>	<p>maçãs; medidas</p>	<p>MH; etc.</p>
<p>3 Contou-me Abū “Abd Allāh al-Bakūrī, um homem fiável: «Vi, na (corte de) al-Mu“tamid Ibn “Abbād, um morador de Sintra que o presenteava com quatro maçãs das que não se pode carregar sobre a cabeça mais do que essas, (pois que) o diâmetro de cada uma era de cinco palmos.</p>	<p>fontes; maçãs; medidas; al-Mu“tamid</p>	
<p>4 E disse o homem (na presença de Ibn “Abbād)* que o normal, na sua terra, era (um tamanho) mais pequeno. Quando queriam que tivessem aquele tamanho, podavam o pé (da árvore),** deixando uns dez (ramos) ou menos e colocando-lhes por baixo suportes (<i>da“a□in</i>) de madeira» (Fim de citação!).</p>	<p>maçãs; agricultura; agrotecnia</p>	

1 Diz **Ibn Alīsa**^c, ao falar da cidade de Sintra: «Entre as suas especificidades, está a de que o trigo e a cevada semeados nas suas terras, são ceifados quando passam quarenta dias da sua sementeira.» **2**

E as maçãs de lá, o diâmetro de cada uma é de três palmos e mais. **3** Contou-me **Abu “Abd Allah al-Bakūrī**, um homem fiável: «Vi, na (corte de) **al-Mu“tamid Ibn “Abbād**, um morador de Sintra que o presenteava com quatro maçãs das que não se pode carregar sobre a cabeça mais do que essas, (pois que) o diâmetro de cada uma era de cinco palmos. **4** E disse o homem (na presença de **Ibn “Abbad**) que o normal, na sua terra, era (um

tamanho) mais pequeno. Quando queriam que tivessem aquele tamanho, podavam o pé (da árvore), deixando uns dez (ramos) ou menos e colocando-lhes por baixo suportes de madeira .» (Fim de citação!).

NOTAS

Preliminar – Para esta notícia e a respectiva fonte, v. *Apêndice I*. Atente-se em relação a Sintra o que o autor disse acerca da sua dependência ao termo de Lisboa (*supra* A-4).

1 Como explicado e discutido no *Apêndice I*, esta descrição costuma dizer respeito a Santarém.

4a Aditamento de um manuscrito.

4b Em árabe: *qa□ā... aāla-h□*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBIDEM, p. 164.

APÊNDICE I

SINTRA OU SANTARÉM ?

(âmbar e maçãs)

Nos textos árabes há uma constante confusão entre Sintra e Santarém por causa das grafias muito semelhantes: *SNTR/t* vs. *SNTR/YN*. Produtos como o âmbar e as maçãs que em textos antigos são atribuídos à segunda cidade-espço, são-nos atribuídos à primeira em fontes mais tardias.

No *Muṣrib* (SD, *MH*, III – B-2), ao afirmar que em Sintra existem «maçãs extraordinárias», o autor menciona Ibn Alīsa^c (v. *infra*) para explicar a natureza do atributo: seriam tão grandes estas maçãs «que não se carregaria alimária alguma com mais de três unidades». Com base na mesma fonte, que transcreve literal e integralmente, al-Maqqarī (MQ, *NT* – XVIII-B) alonga-se sobre o fenómeno, substituindo as alimárias por «cabeça de homem» (§3) e fornecendo elementos quantitativos acerca do tamanho daquelas espécies: entre três e cinco palmos, tal como avançam outros autores (v. *infra*). Logo se nos afigura mais perto da realidade falar-se de cabeça de homem e não de alimária, que, mesmo com aquele tamanho, três peças duma fruta de árvore não podiam ter um peso excessivo. Por outro lado, Ibn Alīsa^c invoca o testemunho «fidedigno» de um certo Abū^c Abd Allāh al-Bakūrī, que contava um episódio relativo a esse produto, passado com um habitante da região na corte do rei-poeta al-Muṣtamīd – não se sabe se em Sevilha, entre 461/1069 e 484/1091, ou uns anos antes, em Silves, quando o dinasta abádida era aí vice-rei.

Ora, apesar de mencionar Sintra (*Ṣntara*), o texto em causa atribui ao seu solo uma fertilidade (§1) em termos que nas outras fontes são o apanágio do território de Santarém. Daí que é legítimo suspeitar uma transmissão textual deficiente da obra do geógrafo e antologista Ibn Alīsa^c, a não ser que se lhe devesse a ele próprio a origem da confusão. De facto, Abū Yaḥyā Alīsa^c ibn ʿĪsā Ibn Alīsa^c, era um andaluz da Valência levantina, que emigrara para o Egipto, onde faleceu em 575/1179. É ali que dedica a Saladino a obra geográfica e literária intitulada *al-Muṣrib fī maṣāḥib al-Maṣrib* (Exposição acerca das virtudes da gente do Ocidente [islâmico]). Hoje perdida, encontra-se contudo citada precisamente por SD e MQ (*MH* II, p. 88 e *passim*; *NT* I, p. 127 e *passim*; ver também Pons 1898, nº 196), tendo inspirado no título e no conteúdo o *Muṣrib* do próprio SD. Pois bem, afastado que era das terras do extremo ocidental do Andaluz, não seria de estranhar que o autor tivesse confundido ambas as localidades, num sentido ou noutro.

Qualquer coisa de parecido, em contexto diferente, terá acontecido com o tão citado Ḥimyarī. No seu texto sobre Sintra (*HM*, *RM* – XI-B-7), pode-se detectar uma contaminação vinda da notícia de al-Idrīsī sobre Santarém (*NM*, p. 550), retomada quase literalmente pelo autor na descrição desta cidade (*RM*, p. 346b). Já tínhamos estranhado a menção, naquelas bandas, de «um rio cujas águas se lançam no mar» e a frase árabe a seguir (*wa-min-hu ḥurb ḥamṭi-himlitt*. «e dele bebem (!) os seus vergéis») não está correcta: além do uso dum verbo impróprio, falta ao pronome um antecedente nas orações anteriores. Compare-se agora a frase com o texto idrissiano: «*wa-ḥurb ahlui-h min miyḥ āley...n wa-min al-nahr ayṣan, wa-la-h basṭr n kaḥra*» («e os seus [de Santarém] habitantes

bebem das fontes, e da água do rio também, e (Santarém) tem muitos jardins...»

Voltando ao assunto das maçãs, para além das duas fontes atrás referidas, e das que se reclamam directamente das obras de SD, isto é, *TB* (XII-B-9) e *SA* (XIII-B-3), temos mais outras fontes a atribuírem a Sintra esse prodigioso produto agrícola: *MB* – IX-C-3; *AB* – X-C-3; *RM* – XI-B-8. Há também a indicação do viajante de origem andaluza Abū Ḥāmid al-Ġarnāṭī (473/1080 – 565/1169-70), que refere o assunto no seu *Muṣrib*, redigido também no Oriente (ed./trad. de Ingrid Bejarano, Madrid, 1991, p. 14, trad. p. 66). Mais a referência enfatizada do alexandrino Abū Ṭāhir al-Silafī (c. 478/1085 – 576/1180), na sua enciclopédia anecdótico-biográfica (ed. parcial de I. ʿAbbās, *Aḥbār wa-tarīkh al-andalusīyya*, 2ª ed., Beirute, 1979, p. 49, nº 19, s.v. Abū I-Rabī Ibn Asad al-Isbīlī).

Em *KG* (VII-5) o mesmo facto é atribuído a Lisboa, e em *DA* (XV-5) ao «seu território». Mas como estas duas obras não dedicam uma notícia especial a Sintra, e esta vila fazia parte do termo daquela cidade, as suas informações não são necessariamente contraditórias em relação às outras.

Perante esta unanimidade, e não conhecendo nenhuma fonte que mencionasse Santarém em conexão com a produção de maçãs, se houve confusão por parte de Ibn Alīsa^c, seria sómente no que toca às características de fertilidade que as fontes relacionam com esta cidade-território e que ele atribuíra à vila costeira. Sendo assim, não é lícito corrigir o seu texto em *NT*, substituindo Sintra por Santarém, como o faz A. Borges Coelho em *PEA* (I, p. 76). Ainda menos, na passagem anterior recolhida nessa colectânea (p. 75), pois que nenhuma das duas localidades, do mesmo modo que Évora, fizeram parte da taifa abádida de Sevilha; manifestamente al-Maqqarī extrapolara neste texto as suas fontes – a não ser que a confusão venha da versão de P. Gayangos (afinal uma compilação algo parafraseada!), que serviu de base às traduções portuguesas, pois que não encontramos o original correspondente às versões desse trecho na edição moderna standard.

Uma das razões que parecem ter levado Borges Coelho a pensar em Santarém, prende-se com o facto de a versão de Gayangos – não sabemos com que fundamentos – falar de «melões» em vez de «maçãs», originando uma associação natural com os «famosos melões de Almerim». Nós mesmos, ficámos seduzidos, uns tempos, com a ideia e quisémos, por exemplo, entender a expressão *qaḥal-aāl* no sentido da «poda dos pés», associando isso à conhecida técnica de «capar o meloal». Só que os dicionários não nos permitiram, de modo nenhum, interpretar *ruff* no sentido de «melão», apesar duma possível ligação semântica entre essa palavra (< *r*□□*l*) e o □*amm*□*h* (melão).

Por outro lado, olhando bem para a questão, se se tratasse de uma planta rasteira como é o melão, não se explicaria a necessidade daqueles «suportes de madeira» (*daḥim min al-□□abu* seja, «forcados», de que o texto fala. E depois, três a cinco palmos (□*ib*) para um fruto desse não é tão extraordinário. Finalmente, *KG* compara as maçãs de Sintra com as também famosas maçãs da Arménia, produzidas em terras altas e frias. E em *RM* mencionam-se as peras como produtos também especiais de Sintra (§9).

Não há dúvida, pois, que de maçãs se trata. E na Península Ibérica de então, Sintra destacara-se, e até se projectara internacionalmente, juntamente com «*Ġilyānat al-tuffāḥ*» (prov. de Guádix; cf. *MHII*, p. 148; *NT I*, p. 149; *MB II*, p. 157; trad. p.152; etc.), pela bondade e tamanho das suas maçãs. Porventura o topónimo «Praia das maçãs» representará um vestígio remoto duma produção que terá perdurado sob domínio cristão?

Quanto ao **âmbar**, o âmbar cinzento de origem animal (*El*, s.v. *anbar*), de celebrada qualidade e exportado até às terras do Oriente, a sua existência nas fontes árabes, ocidentais e orientais, é referida para uma multiplicidade de localidades lusas: Lisboa, Sintra, Santarém, Alcácer do Sal, Setúbal, Ossónoba, Silves – além de (Medina) Sidónia, no sudoeste da Andaluzia (Lopes 1968, p. 120-21; Vallvé 1986, p. 78; Picard 1997, p. 362-65).

Esta proliferação de lugares deixa suspeitar eventuais confusões gráficas, por exemplo, entre Lisboa (*U□b...n*) a Sidónia (*Ḥd...n*) e Ossónoba (*Uk□...nuba/Uk□...n*); por um lado, ou Santarém (*Ḥntar□h*) e Sintra (*Ḥntara*), por outro. Contudo, sem excluirmos casos pontuais de confusões desse tipo, é para toda a costa ocidental, isto é, atlântica, da Península que se assinala a existência do produto; ver nomeadamente as indicações de al-Razi (*AA* – I-12, com a respectiva nota), retomadas de um modo ou outro em textos de *laudes Hispaniae* de *FA* (p. 309; cf. nota *ad* § II-9) e *DA* (p. 13). Por outro lado, quando se fala do litoral de Lisboa em especial (*FA* – II-9; *MB* – IX-A-4 e B-9; *AB* – X-B-6; *NT* – XVI-A-3), é óbvio que Sintra está implicitamente visada.

A primeira e única vez que a vila serrana do Atlântico aparece explicitamente ligada ao âmbar, é no século XIII, em *BA* (IV-7) e *RM* (XI-B-11). Nesta última referência, contudo, aparece associada a Sidónia (§12), pelo que se poderá suspeitar de uma confusão gráfica com Santarém, porque é ela que as fontes orientais do século X, com especial destaque para al-Masʿūdī, costumam citar em junção com Sidónia. Por outro lado, não parecem existir indícios de que al-Himyārī tenha consultado as obras de Ibn Saʿīd.

Mas neste ponto, de novo, poderá haver confusão entre Sidónia e Lisboa, como sugere Vallvé, ao traduzir o referido texto de al-Masʿūdī (*ibidem*, n. 32; v. tb. n. 39). De facto, em versões daquele texto de *laudes* mencionado umas linhas atrás, podemos constatar uma semelhante confusão: o «Mar de Lisboa» aparece como «Mar de Sidónia» nas versões de al-Bakrī (*MM*, p. 896; trad. p. 36) e do anónimo citado por al-Maqqarī (*NT*, p. 141). De resto, esta cidade do Sudoeste da Andaluzia é mencionada nesse mesmo texto como local de recolha do electro (*kahraba*; ver *El*, q.v.), isto é, do âmbar amarelo de origem mineral...

APÊNDICE II

As portas e termas de Lisboa

As portas da muralha portentosa da *medina* de Lisboa, vêm referidas nas seguintes fontes: *UD*, *TA* – V-1; *BK*, *MM* – VI-5; *QZ*, *AB* – X-A-5; *HM*, *RM* – XI-A-8; *DA* – XV-12.

Falam de duas portas ocidentais e duas orientais, mais uma ou duas (!) meridionais, dominando, claro, a norte, no alto da colina, a Alcáçova, mencionada explicitamente em *XI-A-10* e *XV-10*, além de *VIII-5* (*ID*, *MM*).

Se os fragmentos de al-ʿUḥrī (*UD*) transmitidos por al-Qazwīnī (*QZ*) falam apenas da Porta das Termas (ou da Alfama), fazem-no nos mesmos termos que as outras fontes e identificam-na como sendo «uma de entre as portas» da cidade. Em consonância com os parâmetros literários que caracterizam a obra de *QZ*, a saber, os *ḥaḥ*□□□*hois* extraordinárias/maravilhosas), este autor interessou-se apenas pelo lado extraordinário das termas que, dando o nome à Porta, correm nelas águas naturalmente quentes e frias. Se, além disso, há indícios de que *QZ* teve acesso ao texto de *UD* por intermédio da obra do seu discípulo al-Bakrī (*BK*), poderíamos concluir que a longa relação das portas de Lisboa se deve, em última análise, ao «fundador da nova geografia andaluza» (séc. XI).

A última fonte anónima (*DA*) menciona seis portas, falando contudo apenas de cinco, como as outras fontes. As portas estão descritas de igual modo em todos os textos, havendo divergência apenas no nome da última: «do Estreito (*al-Maṣṣa*)» vs. «do Cemitério (*al-Maqbara*)». Será que esta divergência se deve a uma simples confusão gráfica duma única palavra, ou antes ao salto alternativo de cada texto da outra porta, explicando deste modo a menção de seis portas de *DA*? Analisaremos a questão mais adiante.

A propósito das termos, cada uma das fontes em presença apresenta, na sua descrição, uma lacuna textual própria. *MM* e *RM* têm: *wal-ḥammaʿ al-maqriba min-hu[al-bāb] wa-min al-baḥr bi-ma[ay(sic, sem transição!): m[ay] wa-m[ay] h[ay] madda al-baḥr war[ay]-hum[ay]*, por sua vez, reclamando-se de *UD*, tem: ... *ḥamma qar[ay]ba min al-baḥr ya[ay]*, no singular e sem sujeito semanticamente aceitável) *bi-m[ay] wa-m[ay]* conjugando as diferentes lições, onde casos de aplologia diferenciados terão ocorrido, deve-se restituir o texto original (remontando porventura a *UD*) em todas as obras da seguinte maneira: *ta[ay]-[ay]ḥamma] bi-m[ay] wa-m[ay] wa-m[ay] wa-m[ay]**DA*, que costuma sempre retocar e parafrasear as suas fontes, apresenta a seguinte versão: *wal-ḥamma qar[ay]ba min-hu[al-bāb], wa-hiya ta[ay]-[ay]bi-m[ay] wa-m[ay] wa-m[ay] qar[ay]ba min al-baḥr* etc.

Também a descrição de *al-Idrīsī* (*NM* – VIII-6), refere as termos, situando-as contudo no meio da cidade (*f[ay] wasa[ay] al-mad[ay]*) sem ligação com porta alguma, ainda menos com o mar e o fenómeno das marés. Em vez de referir duas águas com temperaturas diferentes, diz sómente que elas «são quentes no Inverno (como) no Verão». *Ibn al-Wardī* (*HA* – XV-5), pelo seu lado, fala de «muito banhos públicos (*ḥammam[ay] ka[ay]*)»

Para a localização e a correspondência dessas portas na Lisboa cristã e nos tempos modernos, remetemos ao valioso estudo de A. Vieira da Silva (1939, p. 64-160 *passim*), utilizado e complementado por Lopes/Castelo-Branco (1968, p. 67-83; v. tb. Lopes 1968, p. 187-89). Graças a recentes escavações e outros estudos histórico-documentais (Amaro 1997; Barros 1994; 1998, p. 141-44), pode-se ir hoje um pouco mais além. Brevemente, alguns apontamentos:

1. A primeira porta ocidental vem referida com o nome de Porta Grande (*al-B[ay]b al-Kab[ay]*) apenas em *DA*. Contudo, *RM* considera-a como «a maior das portas». É a Porta Férrea ou do Ferro, conhecida também como Arco da N.S. da Consolação e sita no Largo de Sto. António da Sé. De notar a dupla arcadaria de mármore que a encimava na época islâmica: possíveis vestígios do antigo forum romano.

2. Mais a norte, a Porta do Postigo conservou em português o nome de Porta ou Portas de Alfafa (< *al-Ōaw[ay]*) até aos tempos modernos. Situava-se onde as Escadinhas de S. Crispim entroncavam na Rua da Costa do Castelo, sendo os «dois arroios» referidos nas fontes analisadas os cursos de água que atravessavam os talvegues que hoje são a Av. da Liberdade / Os Restauradores, a oeste, e a Av. Almirante Reis / Martim Moniz, a leste, e que se encontravam algures onde hoje é a Rua do Ouro antes de desembocarem no rio. O nome de *Almargem* dado a uma freguesia da Sé, podia estar relacionado com este amplo espaço identificado nas fontes como «pradaria» (*mar[ay]*; ver Lopes/Castelo-Branco 1968, p.160 + 196-97. Para o nome árabo-português de *Alfofa*, ver *ibidem*, p. 155-56 + 191-93,

3. A porta meridional dita «do Mar», com o nome actual de «Arco das Portas do Mar», abre ainda hoje para o Campo das Cebolas, onde antigamente só corriam as águas do Rio.

4. A primeira porta oriental, no canto SE da muralha, muito próximo das águas do Rio, é a Porta de Alfama (< *al-ūamma*), também denominada de S. Pedro. Situava-se em local actualmente a meio da Rua de S. João da Praça, existindo ainda hoje, no Terreiro do Trigo próximo, uns banhos públicos com o nome de Alcaçarias (< *al-qayāriyya*), que continuam a utilizar as águas quentes das velhas nascentes. Este último nome, se bem de origem árabe, não vem mencionado nas nossas fontes. O seu uso nesse contexto aponta para a existência duma antiga indústria de peles, em consonância com a evolução da palavra em português (*DOELP*, s.v.). À cerca do nome árabe *ḥammaq* consulte-se *ibidem* e Lopes/Castelo-Branco 1968, p. 153-54 + 190-91.

Até aqui, a identificação das quatro primeiras sacadas da muralha islâmica, referidas nas fontes, parece estabelecida. Os estudos histórico-arqueológicos da «cerca moura» identificam a existência de mais uma porta a leste, a Porta ou Portas do Sol, no extremo septentrional do percurso oriental da muralha, no actual largo do mesmo nome. Como se assinalam vários cemitérios islâmicos nas encostas da Graça e de S. Vicente de Fora a que dava acesso essa porta, o nome de Porta do Cemitério referido em *RM* enquadrar-se-ia muito bem e poderíamos supor que o nome de Porta do Estreito (*maṣṣa*) dado à segunda porta oriental pelos outros dois textos, derivaria duma má leitura da grafia de *maqbara* («cemitério»). É de lembrar, a este propósito, que o texto de *al-Bakrī* (*MM* – VI) é o transmitido por um autor do século XIII, isto é, não mais antigo nem mais fiável que *al-Ḥimyarī*.

E contudo, *DA* fala de seis portas, e existiu de facto uma sexta porta, chamada Porta do Furadouro, isto é, um nome similar ao «do Estreito», se bem que pelos lados meridionais da muralha. Estava, mais a leste que a Porta do Mar e, por sinal, numa reentrância da muralha, que a deixava direccionada para o oriente (!).

Neste caso, poder-se-ia pensar na eventual queda, por aplogia gráfica, da menção duma das portas referidas no fim do rol das seis portas da cidade de Lisboa, explicando deste modo a descrição apenas de cinco portas nas três versões materiais de que dispomos hoje.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- AMARO, Clementino (1997). «Arqueologia islâmica em Lisboa: Um percurso possível». *Portugal Islâmico, Os últimos sinais do Mediterrâneo*, p. 61-71. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de (1994). «Mouraria (sécs. XII a XV)». *DHL*, p. 590-92.
- IDEM (1998). *A Comuna Muçulmana de Lisboa – Sécs. XIV-XV*. Lisboa: Hugin (Biblioteca de Estudos Árabes,4).
- CHI = *Cuadernos de Historia del Islam*. Granada.
- DHL = *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Ass., 1994.
- DOELP = José Pedro Machado. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols. Lisboa: Confluência, [1984].
- DOMINGUES, J. D. Garcia (1960). «O Garb Extremo do Andaluz e “Bortuqal” nos historiadores e geógrafos árabes». *Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa*, 78, p. 327-62. [Reed. em Idem 1997, p.79-116].
- IDEM (1967a). «Conceitos e limites do Ocidente Extremo do Andaluz nos geógrafos, historiadores e antologistas árabes». *Atti del Terzo Congresso di Studi Arabi e Islamici* (Ravello, 1966), p. 331-48. Nápoles: Istituto Universitario Orientale.
- IDEM (1967b). «Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana». *Revista Municipal*, XXVIII/112-113, p. 7-13. Lisboa. [Reed. em Idem 1997, p. 117-30].
- IDEM (1997). *Portugal e o al-Andalus*. [Colectânea de estudos organ. por Adalberto Alves]. Lisboa: Hugin (Biblioteca de Estudos Árabes, 2).
- DOZY, *Suppl.* = R. Dozy, *Supplément aux dictionnaires arabes*, 2 vols. Leiden: E.J.Brill & Paris: Maisonneuve et Larose, 1881 (reprint. 1967).
- El = *Encyclopédie de L’Islam*, nouv. éd., vários vols. Leiden: E.J. Brill & Paris: Maisonneuve et Larose, 1956 ss.
- GEPB = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols. Lisboa & Rio de Janeiro: Editorial Enciclop., 1935 ss.
- LOPES, David (1911). *Os Árabes na obra de Alexandre Herculano*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. [Separata do *Boletim da Segunda Classe*; parcialmente reproduzida em Idem 1968 e Lopes/Castelo-Branco 1968].
- IDEM (1968). *Nomes árabes de terras portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa & Círculo David Lopes.
- LOPES/CASTELO-BRANCO (1968) = David Lopes, *Páginas olisiponenses*. Introd., selecção e notas de Fernando Castelo-Branco. Lisboa: Câmara Municipal. [Para o nosso propósito, os antigos trabalhos de D.L. ficam nesta edição valorizados pelas importantes notas críticas do editor].
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine (1996). *Villes d’al-Andalus. L’Espagne et le Portugal à l’époque musulmane (VIII^e-XV^e siècles)*. Rennes: Presses Universitaires.
- MONÉS, Hussein (1967). *La geografía y los geógrafos en la España Musulmana*. Madrid: Instituto Egipcio de Estudios Islámicos (em árabe).
- OLIVEIRA, José Augusto (trad.) (1936). *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal.
- PACHECO PANIAGUA, Juan Antonio (1991). *Extremadura en los geógrafos árabes*. Badajoz: Diputación Provincial.
- PEA = *Portugal na Espanha Árabe*, [Colectânea de textos originais, organ. e trad. por] António Borges Coelho, 2ªed., 2 vols. Lisboa: Caminho, 1989.
- PÉREZ, M^a Ángeles (1992). *Fuentes árabes de la Extremadura*. Cáceres: Universidade de Extremadura.
- PICARD, Christophe (1991). *Histoire du Portugal et de l’Espagne occidentale à l’époque musulmane (début VIII^e siècle – milieu XIII^e siècle)*. Paris: Geuthner.
- IDEM (1997). *L’océan Atlantique musulman de la conquête arabe à l’époque almohade*. Paris: Maisonneuve et Larose; Éditions UNESCO.
- PONS BOIGUES, Francisco (1898), *Los historiadores y geógrafos árabe-españoles*. Madrid (reimpr. Amsterdão: Philo Press, 1972).
- PRADALIÉ, Gérard (1975). *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas Editores.
- SIDARUS, Adel (1999). «Um projecto português sobre o Gharb al-Andalus». F. Díaz Esteban (ed.), *Bataliús II. Nuevos estudios sobre el reino taifa de Badajoz*, p. 135-47. Madrid: Letrúmero.
- SILVA, Augusto Vieira da (1939). *A cerca moura de Lisboa e o esteiro do Rio Tejo*, 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal. [Súmula em *A cerca moura de Lisboa e o esteiro do Rio Tejo*, publ. no mesmo ano pela mesma entidade; reprint da obra original, 1987].
- VALLVÉ BERMEJO, Joaquín (1986). *La división territorial de la España musulmana*. Madrid: CSIC.

LISBOA MUÇULMANA

UM ESPAÇO URBANO E O SEU TERRITÓRIO

CLÁUDIO TORRES *

I. UM TERRITÓRIO

O Cabo da Roca com as suas alcantiladas arribas batidas pelo vento, hoje apenas ponto simbólico do extremo ocidental da Europa, foi na antiguidade um limite para os navegadores mediterrânicos que arriscavam dobrar o cabo de São Vicente. Para norte, estendia-se um mar inseguro e uma costa agreste e brumosa onde os abrigos de Óbidos ou Alcobaça, já em processo de assoreamento na alta Idade Média, apenas acolhiam populações lagunares que pouco se aventuravam no mar aberto. Para sul, protegidos por este promontório que se alonga nas praias amenas do Estoril, abrem-se e penetram profundamente pela terra dentro os dois estuários do Tejo e do Sado, formando no seu conjunto um vasto e emaranhado mar interior. Desde os limites navegáveis do Tejo, para além de Abrantes, até ao alto Sado em Porto de Rei, incluindo as duas grandes enseadas de Cascais e de Sesimbra, este pequeno mediterrâneo espraído por cerca de cinco mil quilómetros quadrados de águas mansas formava a rede de artérias vitais do termo de Lisboa. Um dia curto de navegação a favor da maré bastava para perfazer os 80 quilómetros que separam Santarém ou Coruche do Mar da Palha. Um rápido *varino*, sem ter de se fazer ao mar para contornar o perigoso cabo Espichel, levaria o mesmo tempo a atingir Alcácer do Sal, seguindo pelos esteiros do interior que por essa altura ainda ligavam os sapais da Moita – Montijo às praias do Sado. Uma extensa rede de vias fluviais com algumas

incursões fora da barra, ligava estreitamente e nunca a mais de um dia de viagem, a cidade de Lisboa a uma série de outros centros urbanos dela dependentes económica e politicamente. Podemos citar, entre outras, Tomar, Torres Novas, Abrantes, Santarém, Coruche, Alenquer, Almada, Palmela, Sezimbra, Setúbal, Alcácer do Sal e mesmo Sines – Santiago do Cacém. Excluindo a cidade de Santarém, que no século XI poderia alcançar os 4 mil habitantes, e Alcácer, com um pouco mais de 2.000, as outras povoações, embora atingindo raramente o milhar de cidadãos, administravam a região certamente mais densamente povoada de todo o Garb-al-Andaluz.

Além deste complexo sistema fluvial, Lisboa era também a plataforma natural de encontro e redistribuição de uma série de grandes vias terrestres já utilizadas durante o Império Romano. A estrada do Norte partia certamente da zona portuária do actual Rossio, atravessava os campos e hortas de Alvalade – cujo topónimo

(*) Campo Arqueológico de Mértola

albalat significa em árabe *o caminho* – dirigindo-se a Santarém, com passagem por Arruda. Da antiga Scalabis, utilizando a calçada romana de Tomar, seguia para Coimbra, Gaia e Braga. Duas outras importantes estradas convergiam na margem esquerda do estuário do Tejo, provavelmente em Alcochete. Uma delas, vinda do extremo sul, com origem em Mértola e Beja divergia para Alcácer ou seguia directamente para Évora onde entroncava na calçada principal oriunda de Mérida e Badajoz. Esta grande estrada Leste-Oeste, por alturas de Montemor o Novo, bifurcava-se em dois ramais: um que prosseguia em direcção ao Mar da Palha, e um outro que se encaminhava aos portos fluviais de Coruche e Santarém. Além destas vias principais, desdobrava-se um denso reticulado de caminhos secundários com destaque para o eixo norte-sul que até há pouco mais de uma centúria, era ainda a grande artéria de escoamento agrícola de Leiria, Alcobça, Óbidos, e Torres Vedras. Num arco mais reduzido de 30 a 40 quilómetros e onde podemos incluir as terras férteis de Mafra-Malveira e Sintra-Colares, pequenas veredas eram percorridas por dezenas de mueres que diariamente abasteciam com fruta e legumes frescos os mercados da capital.

O termo de Lisboa, devido a esta complexa e eficaz rede de comunicações terrestres e fluviais, parece ter sido bastante extenso em época islâmica. Em meados do século XII, quando da entrega da cidade e purificação da mesquita, o recém empossado bispo inglês Gislebert Hasthings passa a ter sob o seu domínio, além da cidade, todos *os seus termos que vão do castelo de Alcácer ao de Leiria e do mar ocidental até à cidade de Évora*. (Oliveira, 1936, p.109).

Se a extensão territorial do termo de Lisboa era considerável, nos seus 15 mil quilómetros quadrados e com uma população peri-urbana a rondar os 40.000 habitantes, a sua riqueza

não era menor. Por alturas do século XI, nenhuma outra cidade ou região do Garb-al-Andaluz se lhe podia comparar em importância económica. Todos os autores árabes, desde al Razi do século X, até Edrisi do sec. XII, são unânimes em destacar as férteis terras de pão da *Balata* (Ribatejo), onde *as éguas emprenham com o vento*; a frescura das hortas e jardins das terras saloias; o tamanho anormal dos melões de Almeirim ou das maçãs e pêras de Sintra.

A exploração do ouro retirado do Mar da Palha e das minas de Almada são também uma referência constante em todos os autores da época, assim como umas pedras semi-preciosas (a pedra judaica) e os açores da serra de Sintra.

Porém era das águas que vinha a maior riqueza. No seu relato da conquista de Lisboa, dizia Osberno do rio Tejo: «*Há nele tanta abundância de peixe, que os habitantes acreditam que dois terços da sua corrente são de água e o outro terço de peixes*». (Oliveira, 1936, p. 58) De facto, os estuários do Tejo e do Sado, se excluirmos os últimos anos de poluição industrial, podem certamente comparar-se às maiores bolsas piscatórias da Europa.

Na Lisboa muçulmana, além do sempre citado âmbar, extraído do cachalote (em língua árabe este grande cetáceo chamava-se precisamente *âmbar*), com utilização muito difundida na farmacopeia e cosmética da época, seria muito intensa a actividade pesqueira, dada a variedade de barcos, apetrechos e artes da pesca ajustadas a estas águas e que ficaram na nomenclatura da construção naval e no vocabulário marítimo. Da língua árabe provêm, entre tantas outras os vocábulos *xávega*, *tarrafa*, *fateixa*, e *arraís*. Aliás, seguindo uma velha tradição mediterrânica ainda vivaz em época islâmica, no estuário do Tejo várias embarcações conservaram antigos nomes de animais e mantinham em finais do século passado as mesmas formas e funções de carga ou de pesca. Entre outros exemplos, destacam-se a *muleta* (pequena mula) com a sua forma e velame característicos, bem adaptada aos ventos instáveis do estuário e boca da barra, especializada nas artes da pesca por arrasto lateral, assim como a ágil *falua* (potra em árabe dialectal), que a sua enorme vela latina fazia chegar a todos os portos do interior.

Esta actividade pesqueira desenvolvera desde tempos antigos uma próspera indústria salineira representada em época romana pela própria designação de Salacia para a actual Alcácer do Sal. Dessa época e espalhadas pelas margens dos dois estuários, datam algumas dezenas de grandes salinas e várias centenas de tanques para o fabrico de salmoura. O peixe em pasta ou simplesmente salgado foi durante vários séculos, quase até aos nossos dias, uma importante mercadoria e apreciado alimento das zonas do interior. Descarregados em Coruche, Alenquer ou Tomar os potes e anforetas do peixe alimado, os cestos e seirões da sardinha, as *catraios* e os *barcos de riba-Tejo* embarcavam, de regresso a Lisboa, além de rezes e gado miúdo para o abate diário nos açougues, cal tijolo e telha para as obras da cidade, lenha e carvão para alimentar as forjas, ferrarias e fornos, armações de madeira, tabuado e breu para a construção naval.

Desde meados do século X, quando os califas omíadas reorganizam a sua marinha de guerra para responder aos ataques dos *majos* ou normandos, que há referência expressa a estaleiros navais no estuário do Sado. No entanto, não quer isso dizer que as tradições construtivas de barcos mercantes e de pesca não fossem anteriores a essa época. Devido à endémica escassez de boas madeiras no Mediterrâneo seriam certamente procuradas as matas de pinheiro manso que nessa altura rodeavam os dois estuários e, também, as boas madeiras de sobre e carvalho que desciam o Tejo. Aliás, na Lisboa muçulmana, ao fundo do esteiro que então chegava às imediações da Praça da Figueira, há notícia de estaleiros navais, as *Tercenas* (dâr-as-sinã), que no século XIV viriam a localizar-se à beira rio no local ainda hoje chamado de Arsenal.

II. TOPOGRAFIA HISTÓRICA

Na história das cidades do Ocidente Mediterrânico e nomeadamente no al-Andaluz Ocidental, a viragem dos séculos IX e X é quase tão decisiva como a revolução urbana de finais do século III. Com um notável desenvolvimento comercial e maior segurança das grandes rotas marítimas com o Oriente, é sensível por todo o lado uma aproximação urbana das zonas portuárias. Como já sucedera anteriormente com o abandono de Itálica a favor de Sevilha, o mesmo acontece pelos finais do primeiro milénio com a escolha de Almeria em detrimento de Pechina, ou de Coimbra às custas da moribunda Conímbriga.

Na bacia do Tejo o fenómeno é semelhante. Os caminhos da romanização destas terras do sol poente pouco arriscaram sobre as rotas oceânicas, optando quase sempre pelo interior, ao longo da pré-romana *Via da Prata*. Desta forma não admira que quase todas as grandes cidades romanas da Lusitânia tenham surgido viradas para o interior onde se localizava Mérida, a sua capital. Assim sucedeu com Mértola, Beja, Évora, Moron e Scalabis-Santarém. Mérida, implantada neste eixo Norte-Sul, foi também o cruzamento de uma outra via que, bordejando o vale do Tejo ou navegando sobre as suas águas, vem desembocar nos grandes estuários do Ocidente. Em parte beneficiando da decadência do transporte terrestre dos minérios, que até ao século III, justificou as rotas do Norte, o interesse pelo eixo Leste-Oeste começa por manifestar-se no abandono da antiga e pré-romana Moron, hipoteticamente localizada no pequeno ilheu de Almourol, com uma fixação em Scalabis, mais a jusante, ao encontro das grandes águas e marés do Tejo. Durante muito tempo, foi Scalabis-Santarém a capital de todo o território dos estuários até que, no decurso dos séculos IX-X, Lisboa começa a afirmar-se como pólo regional.

Quando em meados do século IX os emires omeias de Córdova lançam as primeiras campanhas de centralização do poder, encontram no Garbe algumas cidades já consolidadas na sua autonomia, assim como vários e intermitentes movimentos regionalistas cujo paradigma é a família dos Ibn Marwan. Este

poderoso clã familiar de *muladis* (convertos ao islamismo) certamente originário do povoado de Marvão e que durante quase cem anos impôs o seu movimento autonomista às zonas de Idanha, Évora e mesmo Alcácer do Sal, foi o fundador da cidade de Badajoz, acentuando o esvaziamento do antigo poder urbano de Mérida e transferindo-o no sentido de uma maior aproximação ao vale do Tejo. A vizinha cidade imperial, ao entrar nessa altura em irreversível decadência, acompanha o declínio das outras duas capitais de *conventus* do Ocidente, Pax Julia-Beja e Scalabis-Santarém. A partir do século XI todos os caminhos do interior convergem nos acessos ao mar, numa aproximação das grandes rotas de navegação marítima que, neste período da civilização islâmica ocidental, determinam o apogeu das cidades-estado. É o tempo em que Lisboa começa a afirmar o seu poderio regional e a servir de porto de abrigo a uma serie de veleiros que iniciam timidamente as difíceis rotas dos mares do Norte.

III. A CIDADE

Se excluirmos os Majos ou Magos, como chamavam os andaluzes aos piratas normandos dos séculos IX e X e que, certamente, nunca escreveram as suas impressões de viagem, a memória dos primeiros olhares de um nórdico sobre Lisboa chegou-nos do suposto cruzado Osberno que acompanhou os vencedores durante as operações de cerco e conquista da cidade: «*Ao norte do rio está a cidade de Lisboa, no alto dum monte arredondado e cujas muralhas, descendo a lanços, chegam até à margem do Tejo, dela separado apenas pelo muro. Ao tempo que a ela chegámos, era o mais opulento centro comercial de toda a África e duma grande parte da Europa... tinha a cidade sessenta mil famílias que pagavam tributos,*

incluídos os dos subúrbios em volta, mas excluídos os homens que não estavam sujeitos à tributação de ninguém» (Oliveira, 1936, pp. 58 e 60).

Este inglês chega certamente pela primeira vez a uma cidade do sul, a uma cidade mediterrânica e fica impressionado com a concentração arquitectónica e principalmente com o formigueiro de tantas e desvairadas gentes. Só desta forma é justificável o número exagerado de 60.000 famílias que pensava habitarem o aglomerado urbano.

Em finais do século XI, Lisboa não era uma cidade do tamanho e importância de Córdoba, Sevilha ou Granada porém, não há dúvida que, por essa altura, já era, claramente, o maior aglomerado populacional do Garb-al-Andaluz. Apenas Coimbra e Badajoz com cerca de uma dezena de hectares muralhados e, talvez, Santarém, atingissem os 4 ou 5 mil habitantes. As outras cidades principais do Garbe – Elvas, Alcácer, Évora, Beja, Aroche, Mértola, Silves e Faro – nuncam ultrapassam os 7 hectares de perímetro urbano, com 2 a 3 mil habitantes. Em Lisboa, se juntarmos os 15 hectares de espaço intra-muros com os dois arrabaldes da Alfama e do Ocidente teremos um total de 30 hectares para a sua área urbana. Contando com um denso povoamento espalhado pelos subúrbios e beira-rio, não será descabido admitir uma concentração populacional a rondar as 20 ou 30.000 pessoas. A Lisboa islâmica, no seu apogeu, é comparável aos grandes portos de Málaga e Almeria.

A estrutura urbana de Lisboa enquadra-se perfeitamente nas tradições mediterrânicas, tendo absorvido no seu emaranhado viário ou reutilizado para novas funções, os teatros, pórticos e plataformas artificiais da anterior cenografia imperial romana. Como nas outras cidades-porto semelhantes, são claramente perceptíveis os dois pólos geradores principais: no ponto mais elevado do cerro e sobre uma

possível acrópole, refúgio dos antigos deuses e senhores, esguia-se uma alcáçova – palácio residência de uma elite de funcionários e militares. Na beira rio foi-se acumulando uma profusão de pescadores, artesãos e comerciantes, formando a cidade baixa. Se em povoados urbanos do mesmo tipo como Almeria, Alcácer ou Santarém, devido ao abrupto das encostas, os dois pólos geradores nunca chegam a unificar-se, nos casos de Coimbra e Lisboa a aproximação é facilitada pelo aproveitamento de uma plataforma central como pequeno *forum-suaq-mesquita* e, finalmente, sé catedral. No caso de Lisboa, a fusão num único casco foi confirmada com os dois quilómetros de sólida muralha da chamada cerca moura.

A Alcáçova, com amuralhamento próprio, ocupava o topo da colina numa área de 4 hectares. Além dos paços do alcaide ou do senhor e dependências da sua corte, o resto do espaço, hoje bairro de Santa Cruz, seria ocupado pelas habitações de funcionários e militares.

A Medina do século XI, no seu apertado emaranhado urbano, seria, toda ela, bem povoada, embora certamente com maior densidade nas proximidades do rio. Diz Osberno: «*Os seus edifícios estão aglomerados tão apertadamente que, a não ser entre as dos comerciantes, dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura*» (Oliveira, 1936, pp. 60/61).

Da parte do Ocidente, nas imediações da grande mesquita saía-se da Medina pela monumental Porta Férrea e penetrava-se num outro labirinto urbano que descaía rapidamente pela encosta até ao esteiro que servia de porto de abrigo da cidade. Nos seus areais, carpinteiros e calafates construíam e reparavam embarcações. Ladeando os caminhos íngremes que davam acesso à Porta da Alfafa (do Postigo), sobre um possível templo funerário paleo-cristão, mais tarde substituído pela ermida de S. Mamede, deveria localizar-se um dos cemitérios cristãos-moçárabes da cidade. Estas comunidades habitariam o sopé da colina, junto ao esteiro, numa zona confinante com a sua necrópole.

Para os lados de nascente, a chamada Porta do Sol, abria para o *almocavar* muçulmano que se estendia pelas encostas fronteiras de S. Vicente, certamente ladeando e sobrepondo-se a outras antigas necrópoles paleo-cristãs. Ainda da parte oriental, mas junto ao rio, uma grande torre albarrã protegia a porta da Alfama, onde se situavam as lojas dos prateiros e ourives, das sedas e brocados. Eram as *alcaçarias*, onde também eram cobradas as taxas alfandegárias. Aqui começava um outro e populoso arrabalde.

A norte da cidade e fronteiro à Alcáçova, no actual cerro da Graça, então conhecido pelo topónimo de *Almofala* – do árabe *almahalla* que tanto pode significar acampamento como aldeamento ou bairro – não é improvável a existência de um outro arrabalde. A sua protecção estaria a cargo de uma torre atalaia erguida na colina da actual Penha de França e cujo topónimo medieval era *Alvorge*, ou seja torre ou pequeno forte – *bordj* em árabe. Nas vertentes das colinas de Almofala e de S. Gens – dada a sua persistência até finais do século XV – haveria, certamente, mais campos mortuários, um muçulmano e outro judaico.

Sobre estes bairros periféricos de Lisboa diz-nos o sempre atento Osberno: *«Ao sopé dos muros existem arrabaldes alcandorados nos rochedos cortados a pique, e são tantas as dificuldades que os defendem, que se podem ter em conta de castelos bem fortificados»*.

IV. CONCLUSÃO

A Lisboa muçulmana, em finais do século XI, era a mais importante cidade do Ocidente Ibérico e não era das mais pequenas de todo o al Andalus. No entanto, através

das referências das crónicas árabes, nunca o seu papel político parece ter-se ajustado a essa imagem.

Aberta ao grande oceano de todas as tormentas, foi sempre, desde os tempos mais remotos, o último porto de abrigo dos mares do Sul. Hoje ainda, apesar de tantas e por vezes tão violentas agressões, consegue manter-se uma cidade profundamente mediterrânica na sua escala, estrutura urbana e topografia.

LISBOA ISLÂMICA

JOSÉ LUÍS DE MATOS

O tecido urbano de Lisboa renova-se geração após geração, mas a configuração fundamental do Centro Histórico da cidade de Lisboa mantém muitas características herdadas do período islâmico.

As indicações literárias acerca da Alcáçova árabe, da Mesquita Aljama, ou da Cerca e das portas da Medina islâmica correspondem de forma imprecisa a elementos materiais existentes ainda no interior do Centro Histórico. No entanto o urbanismo muçulmano estrutura o essencial dessa área urbana e constitui a matriz básica do seu espaço actual¹.

A primitiva cidade de Lisboa ocupava a actual colina do Castelo e estendia-se, desde o alto da sua acrópole até ao Rio. Lisboa tem as características de uma cidade portuária nascida junto da ribeira do Tejo; «Olisipo» fenícia e romana desenvolveu-se na retaguarda das suas praias e do seu sistema portuário.

A zona histórica da Medina de Lisboa localiza-se no interior da chamada «Cerca Moura», uma muralha construída pelos romanos, e, como o nome indica, refeita e reutilizada em época islâmica. Após a Reconquista Cristã o núcleo central da Cidade ficou defendido pela Cerca.

A Acrópole fortificada, alguns panos de muralhas, algumas vias e a própria globalidade urbana é tudo o que resta como vestígio atribuível a épocas anteriores à Reconquista no interior da Cerca Moura. A urbe fenícia e romana não é hoje imediatamente visível à excepção de alguns vestígios urbanos, vias ou espaços que recordam «*fora*» ou praças públicas ou o traçado urbano modelado por alguns grandes edifícios anteriores ao século IV².

OLISIPO PRÉ-ISLÂMICA

Há evidências de povoamentos de época fenício-púnica junto ao sapal que ocupava o esteiro do Tejo na actual Baixa da Cidade e que possuía acesso directo ao rio e ao Mar. Em 218 a.C. ainda permanecia na foz do Tejo uma frota cartaginesa.

Em 138 a.C. os romanos tinham substituído os cartagineses e o general Décimo Júnio Bruto ocupava e fortificava a zona portuária de «Olisipo». O grande desenvolvimento de indústrias pesqueiras na área da Baixa actual forneceu certamente a base económica para o desenvolvimento da Cidade em época de Augusto nos inícios da era cristã

Conhecemos a Cidade pré-Islâmica através de trabalhos arqueológicos feitos em Lisboa, antigos e recentes, com realce para «poços de sondagem» praticados há poucos anos ao longo de duas linhas de pesquisa. Uma delas vai do Teatro Romano à Sé de Lisboa e à Casa dos

Bicos sondando a colina monumental. Uma segunda estende-se pela Ribeira e pelo esteiro da Baixa desde a Casa dos Bicos ao Rossio e à Praça da Figueira passando pelas ruas da Prata, dos Correiros, dos Sapateiros etc³. Esta última permite identificar a velha zona portuária e industrial romana, no local onde estão ainda hoje implantados arruamentos de ofícios medievais e modernos.

Do conjunto de trabalhos arqueológicos destacam-se, em primeiro lugar, as escavações realizadas na Sé de Lisboa. Uma grande via pedonal de época romana, uma «*Cardo*» monumental, atravessa de norte a sul o claustro da Sé. Ligava o Teatro romano que lhe fica a montante na encosta da colina com a zona da Casa dos Bicos, a jusante, na área da Ribeira⁴.

Junto ao antigo porto romano os arqueólogos encontraram marcas de um povoamento que já existia cerca de 1.500 anos antes da ocupação muçulmana e que é visível no «Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros», vestígios de época fenícia e parte do enorme conjunto de fábricas de salga de peixe de época romana, incluindo estruturas industriais e objectos de época islâmica encontrados no local⁵.

LUXBUNA – A MEDINA E OS ARRABALDES

No alto da Medina onde se localiza o Castelo, de origem árabe-islâmica, ficava a Alcáçova, residência do «alcaide» e lugar central da defesa do aglomerado urbano. Foi conquistado pelo rei Afonso Henriques (Ibn-Anrriq) em 1147. Desde as suas muralhas tem-se uma visão ampla da Medina e seus arrabaldes, nomeadamente da antiga zona industrial de Lisboa situada na zona baixa da Cidade.

Descendo para a área oriental da Cerca Moura, junto às portas do Sol, podem observar-se panos da muralha. Alguns dos seus vestígios são de época islâmica mas as pesquisas

arqueológicas feitas ultimamente em outros locais da Cidade permitem identificá-la globalmente como Cerca tardo-romana refeita em época islâmica, possivelmente no século X após o saque de Ordonho III a Luxbuna.

Percorre-se depois o eixo viário principal da Medina, a antiga «decumana» da cidade tardo-romana que vai das Portas do Sol até à Porta do Ferro perto da Catedral, igreja cristã construída sobre a antiga «Mesquita Aljama» de Luxbuna. Nos claustros da Catedral foi recentemente descoberta uma parte dos muros pertencentes à Mesquita.

O alinhamento dos prédios no Campo das Cebolas à Ribeira Velha, onde a Casa dos Bicos é o edifício mais prestigioso da frente urbana, deve-se ao facto de todos eles terem sido construídos sobre a Cerca Moura que lhes fica no interior. As portas da cidade antiga interrompem ainda hoje a linha de edifícios, e todo o conjunto materializa a presença das antigas muralhas⁶.

Mas é sobretudo a ocupação do território na área da Cerca Fernandina, (um muro de defesa datado do século XIV erguido para proteger os antigos arrabaldes púnicos, romanos e islâmicos de Lisboa), que mostra características mais antigas. Os velhos povoamentos de época islâmica possuem dentro desta Cerca exterior da Cidade maior visibilidade que os do interior da Cerca Moura.

Os subúrbios que a muralha tardo-romana deixou de fora, constituíam já na antiguidade vastas áreas urbanas. A fortificação protegia apenas o núcleo mais importante da «civitas» imperial, já que muitos templos, armazéns portuários, balneários, o «Circo» ou hipódromo, e sobretudo a extensa zona industrial do esteiro da Baixa – uma área onde a actividade fabril existia desde pelo menos trezentos anos antes de Olisipo ter sido ocupada pelos romanos – foram excluídas⁷.

Essas áreas, porém, nunca se perderam para a Cidade. As fábricas romanas de salga de peixe do esteiro da Baixa continuaram a laborar, pelo menos, até ao século V. Sobre elas os arqueólogos encontraram olarias e ferrarias de época muçulmana que faziam certamente parte dos arrabaldes mencionados pelo cruzado que escreveu a Osberto acerca da conquista de Lisboa aos Mouros⁸.

O antigo porto romano e islâmico já referido acima, localiza-se na foz de um esteiro onde desaguam duas das ribeiras que configuraram, em toda a extensão, os povoados suburbanos, a margem ocidental de Olisipo e Luxbuna.

Perto do porto localizou-se a mancha urbana das judiarias que ocupavam em época medieval uma área vasta. Unicamente através de testemunhos literários conhecemos hoje os espaços ocupados na antiguidade pelas judiarias mas elas continuam presentes na Cidade através dos «negativos urbanos».

A norte das judiarias, existiu em época islâmica um porto fluvial na confluência das ribeiras da Baixa, e, na Costa do Castelo, o núcleo cristão de Santa Maria de Alcamim-Santa Justa e Rufina.

Mais a norte, sobre o vale da ribeira de Arroios junto ao Martim Moniz, ergueu-se a Mouraria, provável núcleo urbano de época islâmica com uma história longa e complexa em época cristã⁹.

No arrabalde oriental, no alto da encosta da Mouraria, localiza-se o núcleo

urbano de S. Vicente, separado fisicamente da comuna de Alfama-Alcaçarias que fica mais abaixo.

Alfama é, segundo o viajante árabe Edrisi, o centro da cidade islâmica onde existiam banhos quentes («Alhama», termo que originou o topónimo Alfama) à beira do porto. Este bairro mantém ainda hoje, juntamente com a Mouraria, características que têm sido classificadas como islâmicas. Permita-se-nos desde já uma breve análise do assunto.

Alfama e Mouraria entram na categoria lisboeta de «bairros populares». Essa é uma designação aplicável a conjuntos urbanos que se configuram exteriormente como entidades individualizadas e quase autónomas, que utilizam interiormente grande diversidade de soluções na ocupação do espaço, e sistemas construtivos dotados de uma autonomia interna que escapa à lógica do ordenamento racional do espaço urbano como um todo. Aí coexistem na verdade variados tipos de edificações ao longo de ruas e ruelas estreitas e tortuosas e em torno de pátios, muitas vezes privados, ou dos adros das igrejas que organizam o domínio público – domínio religioso.

Deve acrescentar-se que Alfama e Mouraria não são diferentes por terem tido uma origem islâmica ou por serem mouras. São-no por adoptarem uma lógica de ocupação do espaço que efectivamente ainda hoje possuem as populações do Norte de África. Nada nos permite porém afirmar que se trata de uma característica própria de populações islâmicas. Independentemente da matriz original, talvez o que mais importe é saber quais os motivos da permanência actual do «sok» árabe, ou, dito de modo diverso, o aspecto próprio de «bairro popular» que possuem.

LYXBONA CRISTÃ

A Reconquista transformou o espaço interior da «Cerca Moura» numa estrutura de povoamento marcadamente feudal. A «Cerca» é presidida desde então, na sua acrópole, pela Alcáçova de um «rei castelão» e pontuada de edifícios religiosos e de espaços administrativos e militares localizados em áreas topograficamente distintas entre si. De alto a baixo, configura-se uma divisão tripartida do espaço (bem patente ainda na estrutura urbana do século XVI). São elas: a Alcáçova Real, uma zona administrativa e aristocrática, uma zona de serviços.

Os antigos núcleos de povoamento dos arrabaldes islâmicos foram tutelados desde o século XII pelo novo dispositivo cristão-feudal implantado na Cerca Moura. As antigas moçarabias de época islâmica parece terem evoluído antes das demais comunas no sentido de uma integração feudal-cristã que as transformou, a prazo, no «Concelho» cristão, detentor de larga autonomia social e política. «Concelho» que, então como hoje, permanece sob a protecção de S. Vicente, bandeira de moçarabes. As mourarias e judiarias mantiveram autonomias «de facto» (e de direito) que as identificam como entidades sociais

autónomas até ao século XVI, no caso das judiarias, e pelo menos ao século XVIII no que respeita às mourarias¹⁰.

À excepção das judiarias (transformadas no século XVI e desaparecidas no XVIII), os conjuntos edificados correspondentes às comunas de época islâmica mantiveram até ao presente características significativas de identidade e de autonomia urbana.

Os antigos arrabaldes, as zonas periféricas da antiga Medina são, a partir do século XIII, enquadrados nas vias de saída por grandes mosteiros ou conventos, estruturas religiosas que se constituem em aro urbano definidor da muralha fernandina. Materialmente falando a chamada «Cerca Fernandina» foi concebida e realizada, quase inteiramente e numa lógica de defesa própria, por cinco grandes mosteiros e conventos. O muro protector contornava as cercas de São Vicente de Fora, de Nossa Senhora das Graças, de S. Domingos, do mosteiro da Santíssima Trindade, e do convento de S. Francisco.

Conhecemos os «tratos» que os vizinhos das comunas fizeram com os representantes do Rei para a construção, necessariamente limitada, de muros de defesa nos seus sectores, e a requisição Real de trabalhadores dos Concelhos vizinhos para auxiliar a construção dos muros nas áreas das comunas mais pobres, mas podemos também legitimamente subentender os que se fizeram com os mosteiros e conventos referidos e que a Crónica omitiu¹¹.

A diversidade urbana existente em Lisboa nos períodos islâmico e medieval cristão é uma marca original da Cidade e permite entender porque razão coexistem hoje em Lisboa muitas «cidades» distintas, cada uma delas com a sua personalidade própria e inconfundível, onde os elementos de que se compõem revelam, de forma clara, a estrutura social, as características da vida económica, as ideologias de quem as concebeu e habitou.

LISBOA FEUDAL – A CIDADE DAS COMUNAS

Permita-se-nos uma palavra mais acerca da diversidade urbana de Lisboa. A identificação do espaço ocupado pelas comunidades pode ser feita através da análise da simbólica espacial, marca perene deixada efectivamente no território da Cidade pelos grupos que aí se instalaram no período pós-reconquista. As igrejas e conventos implantados nessa ocasião em Lisboa, o culto aí realizado, a área territorial e social de influência dos oragos e patronos celestiais permitirá estabelecer substantivamente a localização, a identidade e o funcionamento social dos grupos em presença no período pós-islâmico.

Efectivamente cada comunidade que se instala num território desenvolve formas específicas de adaptação às condicionantes geográficas, explora de forma original o terreno, desenvolve uma estrutura própria que lhe permite o relacionamento com as comunidades vizinhas. Por outro lado materializa o domínio do espaço através da implantação de marcos simbólicos que se tornam demonstração ou retórica de poder dos grupos em presença, revelação da idiosincrasia das comunidades, sua própria representação simbólica.

São de referir expressamente dois tipos de marcação simbólica do espaço: por um lado, as próprias tipologias do «habitat» que resultam de uma «forma de estar na vida» as quais nem sempre são elaboradas conscientemente, constituindo do ponto de vista territorial as marcações simbólicas básicas dos grupos humanos; por outro, a utilização por cada um deles de determinados tipos de estruturas sagradas, edifícios e espaços religiosos que ocupam e organizam, física e ideologicamente, o espaço de cada uma das comunidades e revelam o que cada uma delas assume ser a sua identidade ou o seu próprio modelo de estrutura de vida e as necessidades materiais e ideológicas que são as suas.

É que a legitimidade da ocupação do espaço deriva, para as comunas medievais, do beneplácito de Deus e dos poderes celestes que concedem e sancionam a posse do terreno e defendem as comunidades. Não nos pode por isso escapar o significado político e social dos topónimos religiosos ou «hagiónimos» existentes no território das comunas e da côrte. No caso de Lisboa nos períodos anterior e posterior à Reconquista o estudo dos critérios que terão presidido à sua implantação, a data em que surgem assim como o território de influência estrita e lata de cada uma das entidades celestes é essencial para a compreensão da Cidade de todos os tempos e das suas autonomias urbanas antigas e recentes.

Os «hagiónimos» que foram implantados após a Reconquista no espaço da Cerca Moura e seus arrabaldes, podem classificar-se em três categorias que não aparecem necessariamente separadas: ou são elementos distintivos constituindo símbolos de identidade e agentes de protecção de uma comuna ou grupo populacional, ou são entidades cuja existência revela o tipo de pressão ou imposição de poderes exteriores, (políticos, militares, religiosos), a uma dada comunidade. Podem, em certos casos, indiciar a preponderância social de um grupo familiar num espaço determinado. O estudo das duas primeiras categorias possui grande interesse, dado que, se a primeira identifica as áreas e os grupos que aí se estabelecem, a segunda constitui um indício do funcionamento interno e das tensões externas a que cada comunidade está sujeita.

Este tipo de entidades urbanas são cidades dentro de cidades. Podem ter, ou não, muros de protecção e portas que filtram as entradas e saídas, mas o controlo social de protecção e domínio é geralmente forte. A traço grosso podemos identificá-las como sociedades de tipo patriarcal, ou como sociedades feudais. Certamente Alfama e a Mouraria, como outros bairros da Cidade – S. Vicente, S. Cristóvão, Santana –, começaram por ser unidades urbanas de tipo comunal-feudal e não perderam até hoje, globalmente, essas características.

As sociedades feudais caracterizam-se pela distribuição de poderes por senhorios de vários tipos, com um grau elevado de autonomia própria, económica, judicial, militar. A vida social vive-se tendencialmente em autarcia. São geralmente sociedades orgânicas, fechadas, possuindo um horizonte, social e territorial, que pode ser apelidado de «horizonte tribal». Todo o poder reside no chefe nuclear, seja ele o Patriarca, o Senhor, o «Caid» (Alcaide)¹².

Neste contexto é muito específica e limitada a noção moderna de Nação ou mesmo de Bem Público, conceitos relacionados historicamente com o desenvolvimento tardio da Administração Real¹³. Igualmente estranha é a noção de Cidade tal como a concebemos hoje. A Cidade confunde-se, na Idade Média em grande parte com o Concelho, ou seja com a comuna urbana dominante que toma para si, paulatinamente, o espaço das outras comunidades.

A independência de cada um dos núcleos urbano-feudais e a sua autonomia são, relativamente a todos os outros núcleos, um perigo evidente. Existe, por isso um sistema tensional de forças, mas a «paz social» só virá a ser assegurada pelo Rei-árbitro medieval.

Não é uniforme a caracterização dos núcleos: importará identificar «grosso modo» no seu interior, ou o sistema republicano caracterizado por uma distribuição de poderes sociais alargada e uma individuação notória dos seus elementos, ou os sistemas tribais, por vezes extremamente fechados, com dependências sociais e pessoais de tipo patriarcal e paternal.

Entende-se melhor «a contrario» a especificidade dessa ocupação espacial quando se toma consciência da ideologia dos espaços urbanos unitários das sociedades contemporâneas, ou quando se entendem correctamente os conceitos de unificação urbana relacionados historicamente com a centralização do poder dos Reis nas sociedades pós-medievais europeias e com o surto das ideologias nacionalistas nas Sociedades de Côrte dos séculos XVI a XVIII na Europa.

Historicamente a unificação urbana é consequência da centralização e «totalitarização» de poderes, nomeadamente do Poder Real e Papal. Torna-se evidente quando se constituíram os «tércios» profissionais dos Habsburgos, quando se convocou o Concílio de Trento, quando se instaurou a Inquisição de influência castelhana, quando se decretou a expulsão ou conversão mais ou menos forçada de judeus e mouros, se fez o combate aos hereges e outras não-pessoas do universo europeu. Foi então que se operou a unificação de espaços físicos e ideológicos e nasceu a percepção, que é ainda a nossa, do que é a Cidade.

RECONQUISTA – HERANÇAS E RECONFIGURAÇÕES

Lisboa herdou de época islâmica uma estrutura urbana directamente relacionada com a existência de grupos familiares e tribais, senhores de uma larga margem de autonomia social e territorial.

Na época imediatamente posterior à Reconquista, período acerca do qual temos alguns testemunhos literários, as comunas urbanas que podemos identificar como sendo anteriores à tomada de Lisboa pelos cruzados, são de três tipos: as de cristãos moçárabes, as judaicas e as mouras. Teremos de juntar às comunas antigas o núcleo feudal posterior à Reconquista, um espaço ocupado pela corte, pela nobreza feudal e por algum clero que substituíram no interior da Cerca Moura a antiga administração almorávide. São por isso em número de quatro as áreas de ocupação por núcleos urbanos, quase inteiramente autónomos social e juridicamente, quatro autênticas cidades, tuteladas pelo Rei e pelos forais.

Nesta conjunção social e urbana o papel do Rei é, em grande parte, o de um árbitro de conflitos intercomunitários, submetendo as comunas à «Justiça Maior» e impondo, paulatinamente, «Juizes de Fora» e outras justiças reais, até lhe ser possível utilizar os instrumentos de unificação do território, politicamente primeiro, social e ideologicamente depois, com recurso a variadas inquirições e «inquisições». Note-se que o confinamento urbano imposto pelo poder real a judiarias, mourarias e moçarabias, configura, conforme as épocas, ou espaços de liberdade e autonomia, ou uma intolerável «guetização».

A Zona central do poder e administração cristã, o interior da Cerca Moura, foi forçadamente desocupada pelos muçulmanos após a Reconquista. Os textos referem a saída durante vários dias seguidos das populações islâmicas.

As marcas simbólicas ainda existentes permitem vislumbrar a realidade social existente no interior da Cerca Moura no período posterior à Reconquista. O Castelo ou castelejo, a Alcáçova ou Pálacio Real, a zona militar – actual bairro de Santa Cruz – mudaram de mãos, mas não de funções. Ficou intacta a estrutura urbana, símbolo material de poder.

A zona aristocrática povoada de palácios e edifícios administrativos que vai do Castelo até Santa Luzia e S. Martinho, passou a ficar tutelada essencialmente pela igreja de S. Tiago que o mesmo é dizer, pelos cristãos do norte do território português que tinham o santo como patrono e bandeira.

A igreja de S. Martinho ocupava a única porta existente na imensa arriba que divide a zona aristocrática da área baixa da Cerca. S. Martinho, patrono dos cristãos do centro da Europa congregava certamente alguns dos grupos de vencedores vindos das costas do norte da Europa, mas não todos; fora de muralhas, S. Cristóvão, da especial devoção dos Normandos, substituiu-se à velha Santa Maria de Alcamim dos moçárabes.

Passado o Arco de S. Martinho, os ingleses da Reconquista congregaram-se, sem dúvida, em torno da Igreja de S. Jorge (desaparecida no século XVIII), e do bispo inglês D. Gilberto que ficou na Sé muito perto do patrono dos anglo-saxões.

Finalmente S. João da Praça ou S. João, o Degolado, patrono dos condenados à morte, presidia à praça dos enforcamentos na zona mais baixa da Cerca, zona de serviços nomeadamente do foro judicial¹⁴.

Alfama tinha sido, como se infere da leitura dos textos de Edrisi, o centro portuário e

mercantil de Luxbuna islâmica. Do ponto de vista urbano esta comuna não foi substancialmente transformada pela ocupação do espaço pelos cristãos. A população islâmica deve, em larga medida, ter permanecido em Alfama após a Reconquista.

Os marcos simbólicos implantados aí pelos cristãos são sinais de confronto e de luta, estratégia evidente quando se observa a implantação de igrejas em Alfama no século XII: S. Pedro que na Idade Média é notoriamente o símbolo do Papa, foi certamente um centro cristão que veiculou o cristianismo papal ou o poder da Igreja Romana; S. Miguel, arcanjo da especial devoção da Corte, terá sido o símbolo falante do poder real e representou o domínio do Rei sobre os infiéis impondo-se também ao mesmo tempo ao poder eclesiástico presente na antiga comuna. Mas nem as lutas pela ocupação do espaço mourisco, nem as inquisições do século XVI ou os terremotos do XVIII fizeram perder a Alfama o aspecto de «*suk*» islâmico que ainda possui.

O espaço mais evidente de ocupação islâmica de Lyxbona é a Mouraria. Conhecêmo-lo como bairro pobre de agricultores, de oleiros, de comerciantes, mas é provável que existisse como bairro autónomo antes do século XII e não foi objecto de muita cobiça por parte dos cristãos. A história da Mouraria em época cristã é muito complexa e foi recentemente objecto de uma investigação cuidadosa¹⁵. Em todo o caso, e na perspectiva que nos interessa de momento, o núcleo urbano da Mouraria de Lisboa mantém grande parte das características primitivas: identidade global enquanto espaço habitado, equipamento urbano, vias e parte dos edifícios etc... Um padrão de autonomia de tipo medieval anterior às concepções unitaristas do espaço que modularam a Lisboa moderna.

As judiarias tiveram um papel muito importante na Lisboa cristã até ao século XVI. Dominaram quase sempre o sistema portuário,

financeiro e mercantil da Cidade. Existiam judeus em Lisboa em época islâmica e provavelmente na área da Judiaria Grande junto ao antigo Porto Romano. A importância desta comunidade foi muito grande, social e urbanisticamente, em época cristã, mas desapareceram quase totalmente as marcas urbanas das comunas judaicas, desfeitas pelas remodelações introduzidas pelas Vilas Novas de época manuelina e pelos terremotos telúricos e urbano-pombalinos do século XVIII. A documentação acerca das judiarias de Lisboa está publicada, mas não é, pelo menos até ao momento, muito abundante¹⁶.

Tem havido recentemente um grande interesse pelas comunidades de cristãos moçarabes existentes nas Espanhas em época islâmica¹⁷. O estudo dessas comunidades permitiu rever muitos conceitos acerca dos processos e âmbito das «reconquistas cristãs» na Península que aparecem agora sobretudo como reconquistas de tipo papal e europeu e não tanto como reconquistas cristãs propriamente ditas. Estudos recentes permitem concluir que o fundo populacional da Península é, ainda no século XII, fundamentalmente romano e cristão. Este facto permite-nos de resto afirmar, com novos dados, que a convivência pacífica de cristãos e mouros faz parte de uma contínua tradição peninsular. À excepção de períodos agudos de fundamentalismo cristão e islâmico a chamada luta entre mouros e cristãos pertence ao domínio da mitologia histórica¹⁷.

Relativamente a Lisboa a arqueologia logrou até ao momento identificar um número significativo de comunidades moçarabes. Materiais pertencentes a igrejas moçarabes foram identificados em cinco locais de Lisboa, S.^{ta} Cruz do Castelo, S. Mamede, Sé Catedral no núcleo urbano de Luxbuna, bem como nos núcleos suburbanos, Santuário de Santos, e Convento de Chelas¹⁸. Mas se aplicarmos a grelha de leitura própria da arqueologia espacial e das marcações simbólicas do espaço torna-se mais clara a localização das comunidades moçarabes na Luxbuna islâmica. Note-se, uma vez mais que o estudo dessas comunidades só é actualmente possível a partir dos vestígios deixados por elas nos períodos tardios posteriores à Reconquista e através dos fenómenos de resistência e assimilação de que foram protagonistas.

S. VICENTE E AS COMUNAS CRISTÃS

Chegados aqui torna-se fundamental dirigir a atenção para o significado e a importância que a figura de S. Vicente tem para o estudo das moçarabias peninsulares e nomeadamente para as moçarabias de Lisboa. A importância do fenómeno vicentino para a identificação das comunidades cristãs existentes na Cidade em época islâmica e após a Reconquista, exige alguma reflexão sobre o patrocínio e o culto do Santo antes da tentativa de localização das moçarabias em Lisboa.

O culto a este santo é anterior ao século VII no sul de Espanha, em Valência, Saragoça, Sevilha, Toledo, Cadiz. Sem data precisa, mas em período anterior ao ano Mil, está documentado em Córdova e Loja, em Pigastro, em Ecija e Carmona.

Com a invasão muçulmana o culto emigra para o alto Vale do Ebro (zona de Oviedo), para o Algarve, e para fora da Península: França (Metz nomeadamente) e Itália¹⁹.

Uma das características da difusão do culto é a emigração de vários exemplares conhecidos do corpo do santo, da túnica e de outras relíquias. Como veremos no caso de Lisboa, em período imediatamente posterior à época islâmica, as relíquias que justificam o culto são trazidas por duas vezes e depositadas em locais diferentes.

Essa larga diáspora do corpo e das relíquias acompanha, em casos documentados (Oviedo, Saragoça, Algarve), a emigração de moçarabes, caso igualmente de Lisboa pois aí residiam os dois religiosos moçarabes que no relato de Estevão, Chantre da Sé de Lisboa, estiveram na origem da primeira remessa de relíquias para Lisboa²⁰.

A área fulcral do culto do Santo é o sul da Península e a documentação indica expressamente, ou insinua, que o culto vicentino permaneceu aí em quase todos os locais mencionados durante o período islâmico. Em Córdoba a Basílica de S. Vicente foi inclusive partilhada, nos primeiros tempos da ocupação islâmica, entre cristãos e muçulmanos²¹.

Três igrejas reivindicam em Lisboa a presença de relíquias vicentinas e do seu culto no período posterior à Reconquista: a Igreja de Santa Justa e Rufina, a Sé-Catedral e S. Vicente de Fora, localizadas em áreas urbanas onde a arqueologia exumou materiais moçarabes de época islâmica.

Santa Justa e Rufina foi uma das primeiras freguesias fundadas em Lisboa após a Reconquista e localiza-se no porto fluvial que servia as antigas igrejas de Santa Maria de Alcamim e S. Mamede, situadas acima na (en)Costa do Castelo²². As duas santas são de origem sevilhana e patronas de oleiros²³. Vêm do sul moçarabe, e apadrinharam provavelmente as olarias, aparentemente muçulmanas, que os arqueólogos têm descoberto na zona baixa da Cidade.

Santa Maria de Alcamim, ou das hortas, é uma Santa Maria a Velha que os Reconquistadores quiseram esquecer adicionando-lhe o nome de uma espécie de Hércules normando, S. Cristóvão, já que o rito latino reivindicava para a nova Igreja de Santa Maria Maior, a Sé-Catedral, a primazia do antigo hagiónimo. O mesmo aconteceu em Toledo com a disputa entre Santa Maria de Alfizem dos moçarabes e a Catedral «romana» de Santa Maria²⁴. Soa-nos ao ouvido, depois da leitura da Carta a Osberto, a exclamação dolorida de «Maria Boa» com que os moçarabes de Lisboa morriam «de peste» pelas hortas, pelas «alcamim». Peste pode talvez ter sido apelido de Normando...²⁵

Nos vestígios da velha igreja de S. Mamede apareceram pedras de época islâmica com uma tipologia moçarabe²⁶. As três igrejas: Santa Justa, Santa Maria e S. Mamede, localizam-se numa área restrita e o conjunto de elementos referenciados identificam seguramente uma moçarabia.

O segundo local de culto moçarabe, referenciado pela existência de materiais arqueológicos, é a zona da Igreja de Santa Cruz do Castelo onde foram encontradas pedras lavradas pertencentes a um templo moçarabe de época islâmica. É uma

área que confina com a muralha e com a porta de Martim Moniz e não custa admitir que a lenda do guerreiro entalado na porta tenha origem numa tentativa visando franquear as portas da moçarabia aos cristãos do norte. Uma convivência e um gesto que teve inúmeros precedentes em toda a Península, nomeadamente em Santarém, sete meses antes, quando Afonso Henriques foi à conquista da cidade²⁷.

Mas a moçarabia estender-se-ia pelo arrabalde contíguo, perto do qual se estabeleceu igualmente o acampamento do Rei Conquistador. É também nessa área que o Rei, provavelmente em sinal de gratidão por ajuda prestada, implanta o Mosteiro de S. Vicente. Chama-se «de Fora» porque permanecia fora da autoridade do bispo e, provavelmente, servindo uma comunidade dotada de autonomia que expressou uma independência quase feroz nos episódios da disputa das relíquias do Santo, quando não na forte identidade e poder que o próprio mosteiro exibiu posteriormente. De qualquer modo, nem os cristãos do norte, cuja bandeira era, não o pacífico S. Vicente mas o batalhador Santiago, nem os cruzados coloneses que acampam um pouco abaixo do acampamento de Afonso, tinham, na altura da Reconquista, relação íntima de protecção e identidade social com o Santo dos moçarabes do sul a justificar a construção (ou reconstrução?) do Mosteiro.

O terceiro lugar de culto vicentino é, sem qualquer dúvida, a própria Sé-Catedral. Nas paredes da Sé existem pedras lavradas que, aparentemente, pertenceram a um templo cristão-moçarabe e cujos relevos são datáveis do século IX, anteriores portanto à construção da própria mesquita que veio a erguer-se no actual claustro da Sé nos finais do século XI. O grande culto lisboeta a S. Vicente foi, desde o século XII até à actualidade, prestado na Sé onde permanecem, de resto, as relíquias do Santo²⁸.

A descrição do Chantre Estevão acerca da chegada das primeiras relíquias do Santo à

Igreja de Santa Justa e Rufina é muito significativa pelo que diz e pelo subentende. As relíquias sobem o esteiro, a ribeira da Baixa, de noite e são depositadas em segredo em Santa Justa para, como diz Estevão, «impedir a violência de alguns». Ao romper da manhã, e conhecida a presença do corpo do Santo na Igreja das santas moçarabes, Estevão refere a violenta disputa entre os fregueses de S. Justa, os de S. Vicente de Fora e os da Sé pela posse do corpo. Gonçalo Egas capitaneando um grupo armado e com o auxílio do Deão da Sé, Roberto, arrebatam «manu militare» as relíquias e levam-nas para a Sé²⁹.

A S. Vicente de Fora não resta mais que procurar, numa segunda expedição ao Algarve, novas relíquias que possam credibilizar o culto no Mosteiro. A devoção a S. Vicente continua apesar de tudo a ser muito intensa em Santa Justa o que justifica o facto de, no século XIV, a porta da Cerca Fernandina que dá acesso ao bairro cristão se chamar ainda Porta de S. Vicente.

Mas S. Vicente revela verdadeiramente ser bandeira de moçarabes noutra registo, o da liturgia ou culto cristão. A liturgia de S. Vicente é, desde a Reconquista, realizada em rito moçarabe ou isidoriano, em Toledo, em Lisboa e provavelmente em outros locais da Península. E no entanto as Cruzadas fizeram-se para, do ponto de vista eclesiástico, unificar os rituais religiosos impondo o rito romano do Papa de Roma, garantia de ortodoxia contra heresias e divisões e símbolo da unificação religiosa e política da cúria papal. Isso era expresso pelo axioma que justificava a imposição do rito romano: «lex orandi lex credendi» que pode traduzir-se livremente por «a forma de rezar é o modo de crer».

Mas até há cinquenta anos atrás a Sé de Lisboa enchia-se, no dia 22 de Janeiro, dia de S. Vicente, de uma profusão, muito justamente dita, bizantina de, velas, sinos, incenso, cânticos

moçarabes. A Sé pode ter arrebatado as relíquias, mas os moçarabes de Lisboa só lá iam nos velhos tempos desde que o culto fosse feito nos termos que eram os seus, na liturgia moçarabe que fora utilizada durante o período da ocupação islâmica de Lisboa³⁰.

Não devemos esquecer, por fim, que o Concelho de Lisboa, nascido da união das comunas cristãs da Cidade pós-Reconquista, tem ainda hoje por «ex libris» a bandeira dos moçarabes, S. Vicente.

BIBLIOGRAFIA E NOTAS

- 1 Para uma perspectiva geral sobre o tema, vd. TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, *Lisboa, O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, 1995, pag. 96 a 105. COELHO, António Borges, *O Domínio Germânico e Muçulmano, Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, pags. 75 a 88.
- 2 CF. MOITA, Irisalva, *Das origens pré-históricas ao Domínio Romano, Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, pags. 35 a 68.
- 3 CF. AMARO, Clementino, *A Indústria de Salga de Peixe na Baixa de Lisboa, Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, pags. 69 a 74. MATOS, José Luís de, *A Romanização inicial, os Mares e os Rios. Miscelânea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, 1996, pags. 331 a 338.
- 4 MATOS, José Luís de, *As Escavações no interior dos Claustros da Sé, Livro de Lisboa*, Lisboa 1994, pags. 32 a 34.
- 5 CATÁLOGO DAS PEÇAS, NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO B.C.P., (Coordenação de Clementino Amaro), Lisboa, 1995.
- 6 SILVA, A.Vieira, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 1, 3ª ed., Lisboa, 1984, pags. 183 a 220. O tema é tratado globalmente em, ID. *A Cerca Moura de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, 1939.
- 7 AMARO, 1994, id.. MATOS, 1996, id.
- 8 CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS – NARRAÇÕES PELOS CRUZADOS OSBERNO E ARNULFO, (Complemento ao vol II de Lisboa Antiga de Júlio de Castilho, tradução do latim de José Augusto de Oliveira), 2ª ed., Lisboa, 1936, pag. 78. Esta obra teve nova tradução e comentário por: ALVES, José da Felicidade, *Conquista de Lisboa aos Mouros*, Lisboa, 1989.
- 9 Perspectiva geral sobre Lisboa após a Reconquista em: MARQUES, Oliveira, *Depois de Reconquista – a Cidade na Baixa Idade Média, Livro de Lisboa*, Lisboa 1994. Referências muito pertinentes à Mouraria de Lisboa nos séculos XII e XIII: BARROS, Filomena Lopes de, *A Comuna Muçulmana de Lisboa, sec. XIV e XV*.
- 10 BARROS, op. cit., pags. 20 a 22. TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, 1995, pags. 17 a 19.
- 11 FERNÃO LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Porto, 1979, pags. 233 a 235.
- 12 GURVITCH, Georges, *Traité de Sociologie* (trad. Portuguesa: *Tratado de Sociologia*, 1, Lisboa, 1968, pags. 302 a 308). O texto fornece a base conceptual para uma análise das Sociedades Patriarcal e Feudal.
- 13 Numa perspectiva de Sociologia Política ver, SMITH, Anthony, *The National Identity*, (trad. Portuguesa: *A Identidade Nacional*, Lisboa, 1997, pags. 13 a 33.
- 14 Vd. ARAÚJO, Norberto, *Peregrinações em Lisboa*, 2ª ed., 10, Lisboa 1993, pag. 31.
- 15 CF. BARROS, op. cit. id.
- 16 Vd. SILVA, Vieira, op. cit., pags. 202 a 239. O texto globalmente mais completo sobre o tema é o de: TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*, 1 e 2, Lisboa, 1982-1984.
- 17 De entre a bibliografia sobre este assunto avulta a obra: EDDÈ, Anne Marie, MICHEAU, Françoise, PICARD, Christophe, *Communautés Chrétiennes en Pays de l'Islam, du debut du VI^{ème} siècle au Milieu du XI^{ème} siècle*, (Sedes), Paris, 1997.

- 18 Sobre o tema merece inegavelmente destaque o texto de: REAL, Manuel, *Inovação e Resistência: dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular, I V reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, 1995, pags. 17 a 68. Cf. igualmente: TORRES, Cláudio, *O Islão do Ocidente – Fenómenos de Permanência e Descontinuidade, Portugal Islâmico – os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, pags. 57 a 60.
- 19 Vd. – SAXER, Victor, Le culte de S. Vincent dans la Peninsule Hispanique avant l’an Mil, IV reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, Barcelona, 1995, pags. 141 a 149. REAL, op. cit. id., e ID. Os *Moçarabes do Gharb Português, Portugal Islâmico – os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, pags. 35 a 56.
- 20 Da bibliografia disponível preferiu-se o texto publicado por: NASCIMENTO, Aires Augusto, GOMES, Saúl António, *S. Vicente de Lisboa e Seus Milagres Medievais* (com tradução e comentário do texto de «*Miracula S. Vicentii*» de Mestre Estevão, Chantre da Sé Ulissiponense), Lisboa, 1988, pags. 33 a 37.
- 21 SAXER, op. cit. id. id.
- 22 SILVA, Vieira, op. cit. pag. 14 a 16.
- 23 ROIG, Juan Fernando, *Iconografia de los Santos*, Barcelona, 1984, pags. 164 a 166.
- 24 REAL, Manuel, 1995, pag. 41.
- 25 CONQUISTA DE LISBOA..., 1936, pags. 108 e 109. Cf. igualmente: COELHO, António Borges, *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, 1986, pags. 66 a 69.
- 26 Agradecemos a comunicação oral feita por Manuel Real sobre este tema que veio completar os seus próprios textos: REAL, Manuel, 1995 e 1998.
- 27 Referências ao assunto em SANTARÉM CIDADE DO MUNDO (Coordenação de Jorge Custódio), I, Santarém, 1997, pag. 71.
- 28 REAL, Manuel, 1995, pags. 53 a 55.
- 29 NASCIMENTO, Saúl, 1988, id. id..
- 30 FALCÃO, José, *O Mártir S. Vicente e a Sua Liturgia*, Lisboa, 1974, pags. 5 a 18.

LES MOZARABES DE LISBONNE: LE PROBLÈME DE L'ASSIMILATION ET DE LA CONVERSION DES CHRÉTIENS SOUS DOMINATION MUSULMANE À LA LUMIÈRE DE L'EXEMPLE DE LISBONNE

CHRISTOPHE PICARD

Les données concernant les chrétiens sous domination musulmane-mozarabes – de Lisbonne, semblent bien connues et, en dehors des éléments fournis par les trouvailles archéologiques récentes, les sources n'ont pas livré d'informations nouvelles. Aussi, est-ce à la lumière des travaux sur les mozarabes d'al-Andalus qu'il convient de revisiter le problème de la conversion des chrétiens de Lisbonne et du maintien d'une communauté mozarabe importante dans la cité jusqu'à la conquête de 1147.

Les travaux, déjà anciens, avaient mis en doute les propos contenus dans la source principale concernant Lisbonne au Moyen Age, la chronique dite d'Osbern. En particulier R. Ricard et Ch. A. Dufourcq, répondant à F.J. Simonet, pensaient impossible qu'un évêque mozarabe ait pu être présent sur les murs de la cité pour aider les musulmans à négocier contre les assaillants portugais et croisés¹. Simonet avait pourtant déjà montré toute la vraisemblance de cette présence. Les travaux plus récents ont précisé le cadre d'existence des communautés mozarabes en al-Andalus en général. Pour la partie occidentale, après les travaux pionniers de R. Dozy et J. Vasconcellos², J. Mattoso, plus particulièrement, a dressé un panorama complet et suggestif de nos connaissances sur la question des mozarabes au Portugal, tant du côté musulman que de celui, chrétien³. Ces travaux font l'état des connaissances textuelles et toponymiques sur les mozarabes sous domination musulmane. Dans le même temps se poursuivait en Espagne, le débat entre les tenants d'un mozarabisme ayant trouvé une place dans la société andalouse et ceux qui, au contraire, montraient la très rapide désagrégation du

clergé mozarabe et, parallèlement, la profondeur et la rapidité de l'islamisation d'al-Andalus⁴. Par l'étude des sources, P. Guichard à propos de Valence et V. Lagardère, étudiant un passage d'Ibn 'Idhārī sur l'expédition d'Alphonse Ier d'Aragon en 1124-26, ont montré le maintien de communautés mozarabes jusqu'à l'époque almohade, tout en soulignant la faiblesse de leur représentation et de leur activité au sein de la société d'al-Andalus⁵. Cette voie médiane, à peu près acceptée par tous, fut renforcée par les nombreux travaux, anglo-saxons surtout, sur la crise des martyrs de Cordoue, montrant une rupture au milieu du IX^e siècle avec le sentiment des membres de la communauté de se trouver minoritaires, non par le nombre mais par leur position et leur influence face aux musulmans⁶.

Ce contexte évoqué par les travaux récents permet de mieux rendre compte de la situation des chrétiens sous domination musulmane à Lisbonne. Il convient d'énumérer les principales informations en notre possession qui montrent

les conditions d'évolution de cette communauté. Toutefois, auparavant, il convient de rappeler la situation de la communauté mozarabe quand la ville fut prise en 1147.

L'évolution générale d'al-Andalus indique le maintien de communautés mozarabes dans plusieurs régions, durant toute la période musulmane. De même, jusqu'à l'avènement des Almohades, les sièges épiscopaux étaient demeurés pourvus dans plusieurs cités métropolitaines, y compris après l'offensive d'Alphonse le Grand d'Aragon en 1126 et l'exil au Maroc de plusieurs communautés chrétiennes, accusées d'avoir rompu le pacte de la *dhimma*⁷. Ce n'est qu'en 1147 que disparurent les évêchés de Niebla, Séville et Cordoue en particulier. C'est pourquoi, la même année, les Portugais et les croisés attaquant Lisbonne, y trouvaient tout-à-fait normalement la présence d'un évêque servant d'intermédiaire entre musulmans et chrétiens.

Le passé de Lisbonne explique l'importance de la communauté mozarabe encore en 1147. Son poids est impossible à évaluer du fait de chiffres totalement irrecevables du pseudo Osbern. En 1109, le Norvégien Sigurd affirmait, sans donner de chiffre, que la population était à moitié musulmane (païens) et à moitié chrétienne⁸. C'est son étonnement à voir autant de chrétiens vivre aux côtés des musulmans qui amena le croisé anglais à gonfler les chiffres. L'auteur chrétien distingue parfaitement les deux communautés, différenciées par leur statut juridique: les mozarabes soumis à la capitation (*djizya*) et les «libres», musulmans n'en payant pas (*Constitit vero sub nostro adventu civitas IX milia familiarum aurum reddentium, summatis circumquaque suburbiis, exceptis liberis nullius gravedinis subjacentibus*)⁹. Le même auteur indique la présence, à deux reprises, du chef de cette communauté, l'évêque (*Dato utrimque signo, ipso civitatis alcaie (le caïd) super murum cum episcopo et*

primiciis utrimque sancctur)¹⁰ qui se fait massacrer par les Flammands au moment de la prise de la cité. Auparavant, dans le discours invitant les musulmans à se rendre, l'archevêque de Porto se plaignait de la presque disparition de la communauté chrétienne sous le joug musulman. Il n'indiquait pas leur extermination. Le terme *episcopus* ou archiepiscopus est le même pour désigner les deux hommes ou l'évêque de Coimbra. Par ailleurs, l'auteur exprime son incompréhension devant le fait qu'il puisse y avoir plusieurs confessions dans le même lieu, rejoignant l'étonnement du Norvégien Sigurd en 1109 (*Causa tantae multitudinis erat, quod nullus ritus religionis inter eos erat*)¹¹.

D'autres témoignages comme celui de saint Theotonio confirment le maintien des mozarabes à Lisbonne jusqu'en 1147, mais on y perçoit aussi leur rôle secondaire dans la cité. Cette constatation pose la question de leur évolution depuis 713.

Le premier acte qui conditionna la vie des chrétiens de Lisbonne, fut celui de la conquête, dans la mesure où la région bénéficia, selon Ibn Muzayn (XI^e siècle), cité par un ambassadeur marocain de l'époque moderne, de traités de capitulation équivalents à celui de Tudmîr. Un passage de l'Hagiographie de saint Idacio rappelle que 'Abd al-'Azîz ibn Mūsā conquiert pacifiquement cette région alors que plus au nord, de Coimbra à Orense, la conquête fut menée de vive force (*Era 754 (716), Abdelazin cepit Olisbonam pacifice, diripuit Colimbriam et totam regionem quam tradidit Mahamat Alhamar iben Tarif, Deinde Portucale...*)¹². Cette mention recoupe l'information sur le caractère particulier de la conquête de la région entre Tage et Mondego, sanctionnée par un traité. Il est probable, comme le supposait déjà Simonet, que la région était demeurée sous l'autorité d'une famille liée à la royauté wisigothe, se présentant comme les descendants de Witiza. On retrouve, en effet, dans la ville la plus importante de la région, Conimbriga, le gouvernement d'Aidulfo, auquel succéda son fils Athanagilde puis le fils de ce dernier, Theodus dont la trace se retrouve par une donation faite au monastère de Lorzão en 760¹³. Ce gouvernement fut légué à ce lignage par 'Abd al-'Azîz après son passage dans la région, le même qui avait signé le traité de Tudmîr. Comme pour Tudmîr, Lisbonne, Santarém et Coimbra avaient conservé un certain temps un pouvoir autonome chrétien, hors du cadre gouvernemental mis en place par les Arabes, contre versement d'un tribut; l'organisation ecclésiastique antérieure avait pu se maintenir, avec les évêchés de Coimbra et de Lisbonne alors que la population chrétienne restait soumise à l'autorité du comte. Nous ignorons où se trouvaient les garnisons arabes dont la présence était prévue par ces traités. Les découvertes archéologiques récentes, sous la direction de C. Amaro, semblent confirmer cette situation de continuité à Lisbonne, la zone du port romain ayant révélé, par le matériel et l'utilisation des bassins de salaison, non seulement une poursuite, même déprimée, des activités maritimes, au moins locales, mais également le maintien avant et après la conquête arabe, des mêmes sites d'occupation, pour la pêche et l'artisanat, d'origine antique¹⁴.

La deuxième étape fut celle un peu mieux connue du IX^e siècle, marquée par

le passage réel de Lisbonne, à une tutelle musulmane et à ses débuts en tant que cité musulmane proprement dite. Ce changement s'amorça dès le règne de 'Abd al-Rahmān Ier (756-788) qui attaqua la région en 763, et procéda, selon la chronique d'al-Rāzī, à la destruction de nombreux sanctuaires chrétiens, semblant indiquer une remise en cause du statut issu des traités de la conquête¹⁵. Empêtrés dans les problèmes internes, le premier émir omeyyade et son fils Hishām (788-796) ne purent réagir contre les offensives de Fruela Ier (757-768) et surtout Alphonse II (791-842) au sud du Douro. Pour Lisbonne, ces offensives connurent un paroxysme avec l'attaque d'Alphonse II d'Asturies et la prise de la cité en 798, rapportée par Eginhard, puis la présence à la tête de la cité d'un personnage nommé Tumlus jusqu'en 806, avant la reprise en mains de la ville par l'émir de Cordoue en 813¹⁶.

Ce furent les règnes d'al-Hakam Ier (796-822) et de 'Abd al-Rahmān II (822-852) qui marquèrent la fin du statut d'autonomie de la région de Lisbonne avec l'installation permanente d'un représentant du pouvoir omeyyade à Lisbonne, le 'Amīl. Les débuts de la reconquista, dont la pression fut particulièrement forte dans la région, les attaques des Vikings à partir de 844, obligèrent le pouvoir omeyyade à s'impliquer militairement et administrativement dans la région. Nous savons que cette phase, durant la première moitié du IX^e siècle, marqua un grand changement d'ordre social. Dans l'ensemble du Gharb, au nord de Beja surtout, plusieurs exemples montrent la remise en cause et la modification du statut des chefs autochtones ayant conservé jusque là l'autorité déléguée par Cordoue. Le cas le mieux connu est celui des Banū Marwān al-Jilliqī, mais il n'est pas le seul. La situation des grandes familles «wisigothiques» de la région qui jouèrent un rôle dans la période mouvementée-la fitna-de la fin du IX^e siècle, le plus souvent en lutte contre les Berbères, présente des caractères communs. Comme les Banū Marwān, possédant des biens ou une autorité de type seigneurial, dans des zones comme Marvão ou Badajoz¹⁷, les Surunbāqi possédaient également des biens et une autorité, dans une zone mal définie, entre Lisbonne et Évora, probablement vers Setúbal (Monte Sacro?). Plus au sud, Adel Sidarus avait signalé également l'importance de la famille de Fāraj b. Khayr al-Tutāliqī, possédant des terres près d'Aroche, à Tutalica précisément. Nous retrouvons là, dans cette zone, une mosaïque très incomplète de familles d'origine wisigothique, à la tête de domaines, soit depuis, soit avant la conquête. Bien que placée sous l'autorité des Yéménites Yahsūbi, l'actuelle Algarve avait également conservé une quantité importante de propriétés aux mains des autochtones qui étaient encore assez riches au XII^e siècle pour faire don de leurs terres, en biens *waqf*, au monastère de Saint-Vincent¹⁸.

Ces bribes d'informations montrent un moment essentiel de l'évolution des élites de la région: d'une part ils voient leur statut «socio-politique» se modifier profondément entre la fin du VIII^e et le milieu du IX^e siècle; d'autre part, sans que l'on en connaisse les étapes précises, ces mêmes élites, descendants de Wisigoths chrétiens, se convertissent.

Leur statut social et politique se modifie sous la pression du pouvoir. La présence à Lisbonne du 'Amīl Wāhib Allāh Ibn Hazm annonçant l'arrivée des Vikings aux pieds des remparts de Lisbonne est le premier témoignage direct de cette présence gouvernementale. Par la suite, 'Abd al-Rahmān II, pour défendre le littoral, met en place une zone défensive articulée autour de la construction de Ribats et la fortification des zones exposées, comme l'embouchure du Sado, avec le ou les ribats de la région d'Arrábida, dont la présence est signalée par al-Rāzī, et, surtout, la fortification d'Alcácer do Sal qui servira de refuge aux Berbères Banū Dānis au cours du règne de Muhammad. C'est durant la première partie du règne de ce dernier que se renforce l'emprise du pouvoir sur la région: Ibn Hayyān et Ibn 'Idhārī rendent compte de ce mouvement. En particulier, ils rapportent, de manière épisodique, le renforcement de la présence de la flotte omeyyade dans les eaux de l'Atlantique. Il est question, selon al-Himyari, d'une exploration de l'Océan et, au même moment, chez Ibn 'Idhārī, de la patrouille régulière des navires et d'une tentative d'attaque de la Galice par l'Océan. Ce ne fut pas l'échec de cet essai, mais les troubles à partir de 868 qui mirent fin à cette prise de possession de l'Océan. Dans le même temps, et pas seulement dans le Gharb al-Andalus, les émirs agissent directement sur le tissu social des cités, proches de la frontière. Nous savons qu'à Mérida et Tolède il joua la carte de la collaboration des *muwallad*... pour tenter de faire cesser les dissidences dans les cités séditieuses. Ailleurs, à l'image de Farāj b. Khayr ou de Sa'dūn al-Surunbāki, les élites *muwalladūn*, furent intégrées au cercle des notables dans les cités provinciales ou directement dans la capitale. Après la révolte de Mérida, Ibn Marwān al-Jilliqī se retrouva à Cordoue, occupant des fonctions importantes, à l'époque même où s'y trouvait 'Umar ibn

Hafsūn, pour les mêmes raisons. Nous savons que ce fut l'échec de cette politique d'intégration, largement suscitée par la réaction des élites arabes, qui fut l'une des causes de la dissidence de la fin du IX^e siècle.

Dans le même temps, les élites s'étaient converties. Le texte d'al-Bakrī sur la fondation de Badajoz par Ibn Marwān al-Jilliqī, comme les témoignages des luttes entre muwalladūn et Berbères, dans la zone du Gharb mais également vers Saragosse, confirment l'importance des liens personnels entre les chefs autochtones et les populations de convertis. L'effet d'entraînement des populations, converties ou non, derrière ces chefs apparaît évident et constitue l'essence même des mouvements de populations que P. Guichard a étudiés, tant chez les Berbères que chez les muwalladūn, lorsque ces élites, profitant de la faiblesse des Omeyyades, se taillaient des sortes de principautés régionales¹⁹. Ainsi, il est clair que, plus que l'évolution d'un clergé qui n'a jamais joué un rôle moteur dans la société d'al-Andalus, y compris à Cordoue et malgré la présence de quelques individualités, ce fut l'attitude des ces «seigneurs» qui motiva, en des proportions qui demeurent impossibles à évaluer, la conversion des masses, citadines et rurales. Au cours du X^e siècle, la dilution des lignages autochtones dans un cadre social islamisé et orientalisé en grande partie, acheva d'entraîner la majorité dans le mouvement de conversion.

C'est à ce moment, et pas seulement du fait de l'augmentation des sources à notre disposition, qu'apparaissent les premières mentions, dans les dictionnaires biographiques, de savants *fūqah*□□ en particulier à Lisbonne. Yâqūt, par exemple, témoigne de cet essor en parlant d'un berbère originaire de la cité, al-Zāhid al-Ushbūnī mort en 970, ou en rappelant le nombre important de savants musulmans, issus de cette région, en particulier de Sintra. Dans l'ensemble des ouvrages biographiques,

cette tendance d'une emprise de l'islam et de l'arabisation, apparaît très nette dès la deuxième moitié du X^e siècle²⁰. Au XI^e siècle, la cité semble avoir atteint sa plus grande maturité intellectuelle. C'est ce que semble montrer la présence de grandes autorités intellectuelles et religieuses, dont le plus célèbre fut assurément Muqānā al-Ishbūnī, l'un des grands poètes de la cour des Abbades de Séville et originaire d'Alcabideche²¹. Comme dans le reste d'al-Andalus, l'acculturation arabo-musulmane semble avoir laissé de côté le christianisme mozarabe, toujours présent mais silencieux.

Ainsi, à trois reprises, le destin des mozarabes de Lisbonne a basculé: lors de la conquête, un traité de paix leur offre l'opportunité, sous la houlette du seigneur wisigoth et du clergé de conserver les conditions de vie héritées de l'époque wisigothique. A partir du début du IX^e siècle, la situation a changé avec l'emprise réelle des autorités cordouanes sur la région et, surtout, la conversion des élites qui s'achève: au moment où les émirs omeyyades décident d'associer au pouvoir, dans les cités provinciales, les seigneurs autochtones qui avaient conservé une autorité sur des populations nombreuses, ceux-ci semblent tous convertis à l'islam: tous les acteurs des révoltes de la région, à l'exception de l'appel des gens de Mérida à Louis Le pieux en 822, sont des seigneurs *muwallad*...□□ à côté des Berbères et des Arabes. L'atonie politique des mozarabes, dès cette époque, ne peut s'expliquer, justement, que par la césure provoquée par l'adhésion des seigneurs muwalladūn à l'islam et à l'arabisme, entraînant avec eux de nombreuses conversions et qui cherchent à se faire reconnaître, comme musulmans, par les autorités cordouanes. Par ailleurs, une partie de la population était demeurée chrétienne, conduite par un clergé, lui-même décimé par de nombreuses migrations vers le nord. L'atonie des chrétiens explique également la relative indifférence des autorités à l'égard des mozarabes à partir du X^e siècle. Du coup, au moment de l'offensive chrétienne, ils étaient intégrés et marginalisés au sein de la société arabo-musulmane de Lisbonne.

On a souvent glosé sur l'attitude équivoque de l'évêque mozarabe en 1147, s'associant à la réponse des musulmans aux chrétiens de ne pas se rendre²². On peut l'expliquer par la menace probable des garnisaires et du caïd musulmans. Il faut aussi se pencher, pour expliquer ce sentiment, sur l'attitude des assaillants à leur endroit. Comme à Coimbra en 1064 et à Santarém, la communauté mozarabe se trouvait prise entre deux feux et comme elle participa activement à la défense de la cité, elle souffrit de l'attitude des conquérants.

Cette attitude reflétait probablement aussi l'agacement des assaillants devant la résistance des défenseurs. Le massacre de l'évêque mozarabe est à mettre en parallèle avec l'attitude d'Alphonse-Henri vis-à-vis des mozarabes, très différente de celle d'Alphonse VI concernant Tolède plus un demi-siècle plus tôt. Au retour de la campagne d'Alphonse Henri vers Séville, saint Theotonio reprocha au souverain de ne pas considérer les mozarabes (*fizeram escravos a uns certos Christãos, que em vulgar se chamavam Muzarabes*)²³ comme des chrétiens et d'avoir fait de plus de mille d'entre eux des esclaves. Cette attitude recoupe les

informations d'Osbern qui montre bien la réaction de certains assaillants, n'admettant pas l'existence de ces chrétiens. Ceux-ci participèrent à la défense, dans la mesure où les chroniques indiquent que les défenseurs expiraient en prononçant le nom de la Vierge, rendant dubitatifs les croisés qui croyaient à une sorte de conversion miraculeuse. San Theotonio est obligé de rappeler aux rois et barons portugais que, bien que sujets des païens, ceux-ci observaient la religion chrétienne (*alli detidos na sujeição aos pagãos, mas que em algum modo observaram o rito do nome Chistão*)²⁴. Après la prise de la cité, un évêque de rite romain est intronisé, sans qu'il ne soit plus question du rite mozarabe.

L'attitude d'Alphonse-Henri, comme celle des croisés, fut d'abord l'étonnement de constater l'existence et l'importance relative de la communauté mozarabe de Lisbonne. Dans un deuxième temps, on constate le refus d'intégrer à la société chrétienne ces gens ayant vécu sous domination musulmane, expliquant en particulier, la disparition immédiate dans toutes les villes reconquises par les Portugais du rite mozarabe; seule Coimbra, reprise par Ferdinand le Grand en 1064, avait connu un sort différent; mais dès les années 1120, cette situation était remise en cause²⁵. A Lisbonne la mutation fut facilitée par la disparition brutale de l'évêque.

CONCLUSION

C'est au IX^e siècle que bascula le destin des mozarabes, non à cause du nombre de convertis, ni même à cause de la disparition de la hiérarchie épiscopale, mais à cause de leur effacement comme acteurs et animateurs de la société. Au moment où éclatait à Cordoue, au milieu du IX^e siècle, le mouvement des martyrs, réaction crispée de quelques mozarabes voyant disparaître le christianisme en tant que force au sein de la société d'al-Andalus, les communautés chrétiennes comme celle de Lisbonne, après avoir perdu leur autonomie relative, purent poursuivre leur existence et leurs activités sous la houlette d'un clergé, par ailleurs totalement inconnu. Toutefois, dès le règne de 'Abd al-Rahmān II (822-852), ces communautés apparaissent marginales, sans effet sur l'évolution d'al-Andalus. Par la conversion de leurs élites ainsi que le départ de nombreux clercs vers le nord, les chrétiens perdent, en quelque sorte, le contact avec les élites et le mouvement intellectuel, pratiquement inexistant, ne permet aucune passerelle. Seules les œuvres des intellectuels arabes et musulmans nous sont parvenues.

Il semble qu'au moment où Lisbonne était conquise, les chrétiens du nord n'avaient plus véritablement de contact avec les mozarabes. Les traces des archives de Coimbra en particulier, montrent l'afflux important de clercs et de chrétiens civils, particulièrement au IX^e et au X^e siècle. J. Mattoso a montré pour le Portugal, comme dans le reste de la Péninsule Ibérique, que les mozarabes apparaissent nombreux dans les archives. En conséquence, la césure semble totale lorsque se forme le royaume du Portugal au moment même où la campagne

d'Alphonse le Batailleur remet en question l'existence des communautés mozarabes du sud d'al-Andalus. Cette situation explique l'étonnement des croisés et, surtout, l'attitude du roi portugais conduisant à la non reconnaissance du christianisme mozarabe. Le transfert négocié des reliques de Saint-Vincent en 1173, de la zone mozarabe vers Lisbonne, montre, au contraire, un changement d'attitude du pouvoir vis-à-vis des derniers groupes mozarabes pendant la deuxième moitié du XII^e siècle, au moment où ils pouvaient être un soutien à la royauté face aux Almohades.

BIBLIOGRAFIA E NOTAS

- 1 *Moyen Age latin*, 3, Lyon-Strasbourg, 1947, p. 251-2 et «Episcopus et cadī», *ibid*, 7, p. 117-8. Ch. E. DUFOURCQ, «Les mozarabes du XII^e siècle et le prétendu "évêque" de Lisbonne», *Revue d'histoire et de civilisation du Maghreb*, juillet 1968, p. 125-130. F.J. SIMONET, *Historia de los mozarabes de España*, Madrid, 1967 (1^{ère} éd. 1897-1903), particulièrement, p. 766-7.
- 2 R. DOZY, *Recherches sur l'histoire et la littérature d'Espagne pendant le Moyen Age*, 2^e éd., 2 vols, Leyde (1^{ère} éd. 1869), 1968; J. L. de VASCONCELLOS, *Etnografía Portuguesa*, IV, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1958, p. 254-298.
- 3 J. MATTOSO, «Os Moçárabes», *Revista Lusitana, Nova Série*, 6, 1985, p. 5-24. Voir également C. PICARD, «Les mozarabes dans l'Occident ibérique (VIII-XII^e siècles)», *Revue des Etudes Islamiques*, 51, Paris, 1983, p. 77-88.
- 4 Travaux de M. de EPALZA: «La islamización de al-Andalus: mozarabes y neomozarabes», *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos*, 13, 1985-6, p. 171-9; «Les mozarabes. Etat de la question», *Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée*, 63-4, 1992, p. 39-50; «Falta de obispos y conversión al Islam de los cristianos de al-Andalus», *Al-Quantara*, 15, 1994, 2, p.385-400; *Encyclopédie de l'Islam 2 (E.I.2)*, «Mozárabe» (P. CHALMETA), vol. IV, p. 248-251.
- 5 IBN 'IDHẒRĤ, *Kitāb al-Bayān al-Mughrib fī Akhbār mul. k al-Andalus wa l-Maghrib*; «Un fragmento inédito de Ibn 'Idhāri sobre los Almorávides», éd. A. HUICI MIRANDA, separata de *Hespéris-Tamuda*, 2, 1961,

- pp. 43-111. (1961); particulièrement, p. 82-85. P. GUICHARD, «Les mozarabes de Valence et d'al-Andalus entre l'histoire et le mythe», *Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée*, 40, 2, 1985, p. 17-27; V. LAGARDERE, «Communautés mozarabes et pouvoir almoravide en 519 H./1125 en Andalus», *Studia Islamica*, 67, 1988, p. 99-119. Voir également B. BENNASSAR *et alii*, *Histoire des Espagnols, VI-XX^e siècle*, Paris, A. Colin, 1985, nvlv éd. R. Laffont 1992 (P. Guichard, p. 67-84) et A.M. EDDE, F. MICHEAU, Ch. PICARD, *Communautés chrétiennes en pays d'Islam*, SEDES, Paris, 1997.
- 6 Essentiellement, E. P. COLBERT, *The Martyrs of Córdoba (850-859); A Study of the Sources*. Washington, 1962; J. A. COOPE, *The Martyrs of Córdoba. Community and Family Conflict in an Age of Mass Conversion*, Un. of Nebraska Press, Lincoln et Londres, 1995; K. B. WOLF, *Christian Martyrs in Muslim Spain*, Cambridge Univ. Press, 1988. Voir également Dominique MILLET-GÉRARD, *Chrétiens mozarabes et culture islamique dans l'Espagne des VIII^e-IX^e siècles*, Paris, Etudes Augustiniennes, 1984. Sur le problème de la conversion, voir R. W. BULLIET, *Conversion to Islam in the Medieval Period*, Cambridge (Mass.), 1979
- 7 P. GUICHARD, V. LAGARDERE, «La vie sociale et économique de l'Espagne musulmane aux XI-XII^e siècles à travers les *Farwa/s* du *Mi* d'al-Wansharishi», *Mél. Casa de Velazquez*, Madrid, p. 197-236.
- 8 DOZY, *Recherches sur l'histoire et la littérature d'Espagne pendant le Moyen Age*, 2^e ed., 2 vols., Leyde 1881, II, p. 324.
- 9 *Crónica de Osbern*, éd. et tr. J.A. De OLIVEIRA, Lisbonne, 1948, p. 41.
- 10 *Ibidem*, p. 51-2
- 11 *Ibidem*, p. 42. J. P. MOLÉNAT, «Sur le rôle des Almohades dans la fin du christianisme local au Maghreb et en al-Andalus», *al-Qantara*, 18/2, 1997, p. 389-413
- 12 P. SANDOVAL, *Historias de Idacio*, Pampelune, 1615, p.85.
- 13 F. SIMONET, *op. cit.*, p. 181.
- 14 C. AMARO (*et alii*), *Núcleo arqueológico da rua dos correiros* (Lisbonne), Lisbonne, Fundação Banco Comercial Português, 1995.
- 15 *Crónica del moro Rasis*, R. de GAYANGOS, Memoria de la Academia de Historia, VIII, Madrid, 1852, p. 93-94.
- 16 Tous ces aspects peuvent être vus essentiellement dans E. LEVI-PROVENÇAL, *Histoire de l'Espagne musulmane*, T. I, 1950, Ch. PICARD, *Le Portugal musulman*, Maisonneuve et Larose, Paris, 2000; P. GUICHARD, *Structures sociales «orientales» et «occidentales» dans l'Espagne musulmane*, Paris-La Haye.
- 17 A. SIDARUS, «Amaia de Ibn Maruan: Marvão», *Ibn Marwān* I, Marvão, 1991, p. 13-26; Ch. PICARD, «La fondation de Badajoz par 'Abd al-Rahmān Ibn Yūnus al-Jilliqī», *Revue des Etudes Islamiques*, 49, 1991 (1981), p. 215-229.
- 18 AL-IDRĪSĪ, *Nuzhat al-mushtāq fi Ikhtirāk al-afaḳ* éd. Istituto Universitario Orientale di napoli e Istituto per il Medio e Estremo oriente, *Al-Idrīsī opus geographicum*, Naples-Rome, 1975; tr. R. DOZY et M. De GOEJE, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, nvlv éd. Leyde, 1968. Ed. p. 544, tr. p. 218-9.
- 19 P. GUICHARD, *Structures sociales «orientales» et «occidentales» dans l'Espagne musulmane*, Paris-La Haye, 1977, p. 195 et suiv.
- 20 YĀQŪT, (XIII^e s.) *Muḥjam al-buld* éd. F. WUSTENFELD, *Jacuts geographisches Wörterbuch*, 6 vol., Leipzig, 1866-1873; tr. esp. G. 'ABD AL-KARIM, des passages relatifs à la Péninsule ibérique, La España musulmana en la obra de Yāqūt (s. XII-XIII). tx. I, 274, tr. p. 69-70.
- 21 H. PERES, *La poésie andalouse en arabe classique au XI^e siècle : ses aspects généraux et sa valeur documentaire*, Paris, 1937, p. 200-201.
- 22 OSBERN, *op. cit.*, p. 54-56.
- 23 A. PIMENTA, *Fontes Medievais da História de Portugal*, Lisbonne, I, 1982, p. 90.
- 24 *Ibidem*.
- 25 G. PRADALIÉ, «les faux de la cathédrale de Coimbra», *Mélanges de la Casa de Velazquez*, 1974.

RESULTADOS PRELIMINARES DAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CASTELO DE S. JORGE

ALEXANDRA GASPAR

ANA GOMES

INTRODUÇÃO

As escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge, iniciadas em meados de 1996, surgem no âmbito do Projecto Integrado do Castelo, tendo sido assinado um protocolo entre a CML e o IPPAR.

Vários tipos de intervenção são então programados – escavações e acompanhamentos – tendo em conta, por um lado todas as previsões de alteração do subsolo em grandes áreas e em ruas e, por outro, o interesse científico inerente a esta área privilegiada de ocupação em diferentes épocas.

As escavações e acompanhamentos em curso ou já realizadas são as seguintes (ver Fig. 1):

- O Pátio das Cozinhãs onde se irá instalar um estabelecimento hoteleiro;
- O Caminho da Ronda – projecto da DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e da CML (Câmara Municipal de Lisboa) – que prevê a intervenção em cinco diferentes terrenos situados entre a Porta de S. Jorge e os lavadouros públicos e que pretende repor o caminho de ronda nesta extensão.
- A intervenção nas traseiras da Rua do Espírito Santo, realizada no sentido de se criarem áreas de arejamento para os prédios desta rua; fez-se ainda o acompanhamento da instalação de cabos e canos na rua e no interior das casas.
- A Praça Nova, onde a CML prevê instalar um parque de estacionamento de 4 andares subterrâneos, levou a uma intervenção em área com o objectivo

de se fazer o registo das diferentes ocupações e de se elaborar um parecer sobre a importância das ruínas aí existentes.

Estão ainda previstas as intervenções na Casa do Governador e no Pátio das Pascácias e o acompanhamento da remodelação dos arruamentos da freguesia.

Áreas de interesse científico foram também previstas no âmbito do protocolo, como por exemplo o Castelejo, embora a realização desta intervenção não tenha sido possível até ao momento.

PRAÇA NOVA PRIMEIROS RESULTADOS

Esta comunicação irá centrar-se na área da Praça Nova onde se atingiram níveis de ocupação do âmbito cronológico deste congresso.

Localizada a Norte da Igreja de Santa Cruz é limitada a Leste e a Norte pela muralha onde

se abre a Porta do Moniz e a Oeste pelo Castelojo (Fig. 1).

A área a intervirer alcançar os 2600 m² e a potência arqueológica, registada por sondagens geológicas é, em média, de 6m.



Fig. 1 – Planta de localização das áreas de intervenção arqueológica

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Para além das referências tradicionais à existência de uma mesquita sob a actual Igreja de S^{ta} Cruz (Silva, p. 14), os dados históricos sobre épocas anteriores à conquista de Lisboa são muito escassas.

Após a conquista de Lisboa, D. Afonso Henriques terá doado a D. Gilberto, bispo de Lisboa, propriedades localizadas na Praça Nova (Andrade, p. 91). Os bispos ficariam aqui instalados (Andrade, p. 91) até 1467 quando «os seus paços e casas grandes e pequenas... com seus pomares e logradouros» são aforados ao vigário de S^{ta} Cruz, Pero de Machado (Andrade, p. 92).

Posteriormente o palácio será habitado pelos condes de Santiago (Andrade, p. 93) e com o terramoto entra em ruína (Andrade, p. 97).

Na planta de 1761 (Fig. 2) há uma representação sumária do palácio que se desenvolvia, então, desde a Igreja de Sta Cruz até à muralha a Norte e ocupava, no sentido E/W, a área actualmente em escavação.



Fig. 2 – Planta de 1761. «Planta com configuração de partes das fortificações antigas da cidade de Lisboa. 1761». A. Viera da Silva, *Plantas topográficas de Lisboa*, (GEO)

Esta planta, embora sumária, mostra que o palácio, no século XVIII, teria dois grandes pátios à volta dos quais se desenvolvia o edifício.

No século XIX este terreno é ocupado por instalações da Casa Pia, (Andrade, p. 98) nomeadamente por uma cordoaria.

Finalmente, no século XX a intervenção da DGEMN, consistiu essencialmente no desaterro desta praça tendo, então, sido descoberto algumas das estruturas agora escavadas, levando portanto a uma ausência de informação sobre as ocupações mais recentes desta zona.

OCUPAÇÃO ISLÂMICA

As escavações arqueológicas a decorrer na Praça Nova do Castelo de S. Jorge permitiram identificar uma área residencial com dimensões razoáveis, a que correspondem provavelmente várias casas.

Não nos é possível estabelecer o programa construtivo desta área residencial dada a fase dos trabalhos em que nos encontramos.

No entanto a escavação parcial de algumas zonas desta área permitem-nos avançar com algumas hipóteses de trabalho:

É visível, em diferentes zonas, que esta área residencial terá sido construída sobre um aterro de dimensões razoáveis, até ao momento com uma espessura de 1,60 metros. A construção deste aterro, não parece ter a ver com fenómenos naturais de depósito e acumulação de sedimentos, mas sim corresponder a uma construção rápida, dada quer a quantidade de lareiras com restos faunísticos associados a este aterro, quer alguma coincidência existente entre alinhamentos

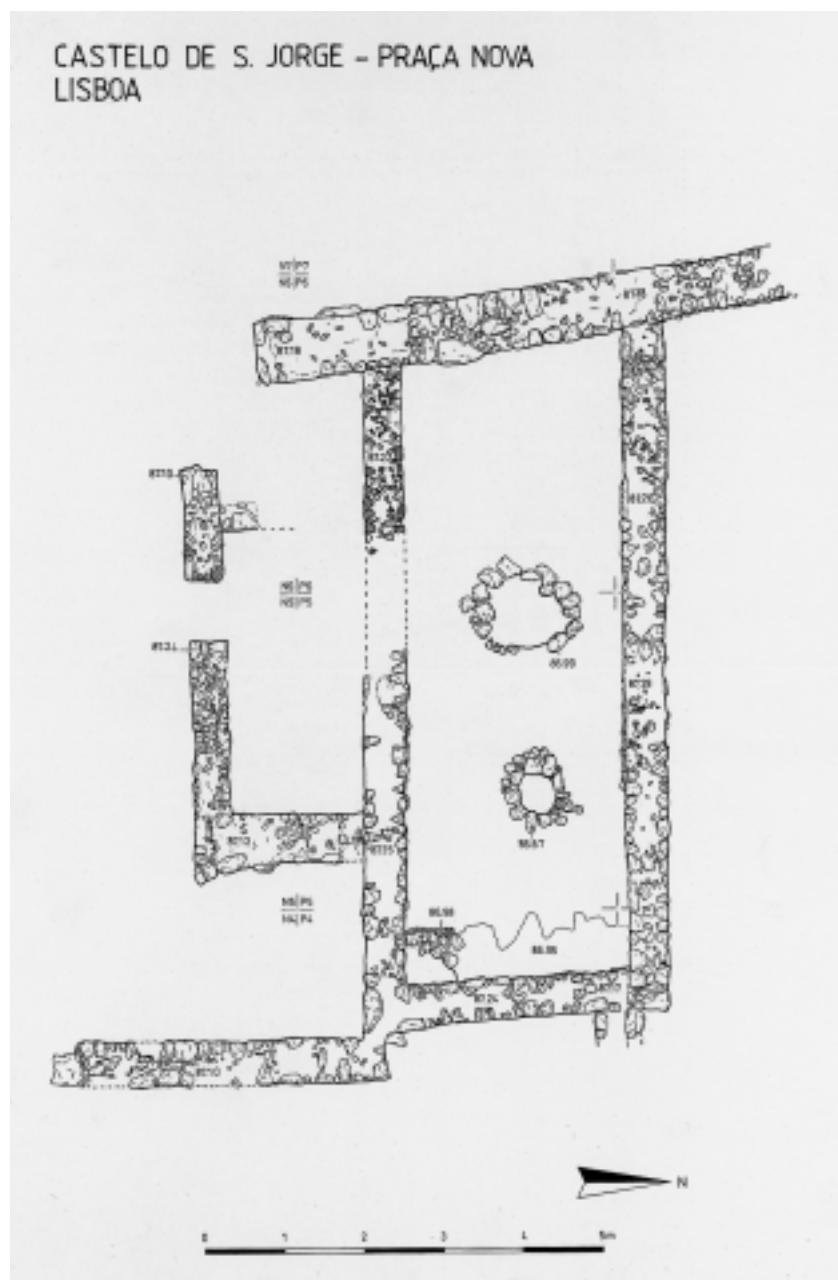


Fig. 3 – Compartimento da área habitacional (P5/P6) – Planta das estruturas

de muros que correspondem a diferentes fases de ocupação para as quais não é ainda viável avançar qualquer cronologia.

Não nos é ainda possível apresentar uma cronologia para a construção deste aterro, uma vez que, os materiais associados são pouco característicos. No entanto, o mesmo terá sido construído em época islâmica. Trata-se de um aterro bastante característico, onde em conjunto com material islâmico foram exumadas grandes quantidades de fragmentos de ânforas e cerâmica da Idade do Ferro; inclusive, existe um muro que reaproveita, na sua construção, fragmentos de ânforas.

A escavação de um compartimento de uma habitação identificada nesta área, (P5/P6) (Fig. 3, Fot. 2) permite-nos avançar com alguns dados sobre a ocupação a que, pelo menos esta casa foi sujeita. É obvio que, e sem cairmos no erro de a partir de uma pequena área generalizar para toda uma zona, não podemos deixar de referir que nas restantes áreas em escavação, os diferentes vestígios exumados, evidenciam grandes semelhanças em termos ocupacionais.



Foto 2 – Compartimento da área habitacional (P5/P6)

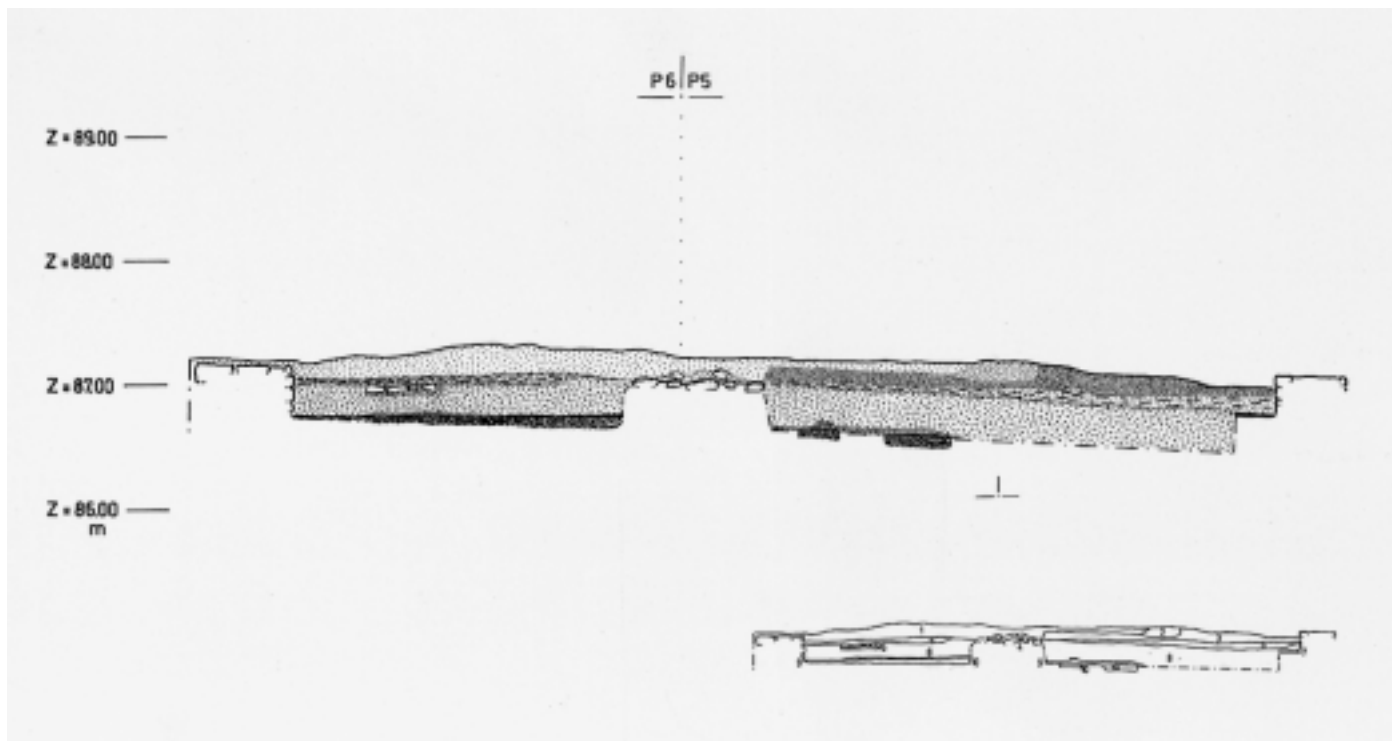


Fig. 4 – Compartimento da área habitacional (P5/P6) – Perfil E/W

Relativamente à 1ª fase de ocupação apenas foi identificado um muro de reduzidas dimensões que assenta directamente sobre o aterro e que provavelmente será contemporâneo deste (Fot. 1).

A 2ª fase de ocupação corresponde à construção da casa que não reaproveita – pelo menos no caso do compartimento escavado – os muros da época anterior e é construído um novo compartimento com cerca de 8 metros

de comprimento por 2,60 metros de largura (Fot. 2) com um pavimento provavelmente em tijoleira (Fig. 4 – cam. 10). A funcionalidade desta área não é muito clara, dado o estado de destruição do mesmo (Fig. 3 e 4) (Fot. 2, 3).

Na 3ª fase de ocupação este compartimento funciona como área de cozinha reaproveitando, a argamassa da preparação do pavimento anterior (Fig. 4 – cam. 9). Nesta área foram ainda identificadas uma lareira e uma área de fossa (Fot. 3). Esta ocupação parece ser bastante mais precária do que as anteriores.



Foto 1 – P5/P6 – Muro da 1ª fase de ocupação



Foto 3 – P5/P6 – 3ª fase de ocupação



Foto 4 – P5/P6 – Aspecto do derrube do telhado (cam. 5)

Posteriormente a esta fase, esta área é abandonada e nivelada (Fig. 4 – cam. 8) e sobre este nivelamento é construído um novo pavimento em argamassa esbranquiçada (Fig. 4 – cam. 7) que corresponde à 4ª fase de ocupação desta área. De referir que os materiais exumados na camada de nivelamento, parecem-nos contemporâneos dos materiais da fase anterior.

Após o abandono e destruição do pavimento esbranquiçado, sobre o qual acaba por cair o telhado (Fig. 4 – cam. 5; Fot. 4), a 5ª fase de ocupação corresponde à construção de uma estrutura de pedra cuja funcionalidade não está ainda esclarecida (Fig. 4 – cam. 4), cuja data de construção aponta para o reinado de D. Sancho I, datação essa, obtida a partir de uma moeda de D. Sancho I (uma mealha/bolhão)* que parece indiciar que aquele compartimento já estava abandonado nos finais do séc. XII inícios do séc. XIII.



Foto 5 – Dinheiro de D. Dinis

No entanto, o abandono da área residencial parece apontar para o reinado de D. Dinis entre os finais do séc. XIII / inícios do séc. XIV, datação esta obtida a partir de um dinheiro de D. Dinis (Fot. 5), e confirmado pelo espólio cerâmico associado a esta camada. (Fig. 4 – cam. 1).

Se a construção do aterro bem como a 1ª fase de ocupação ocorrem em época islâmica, a construção e reestruturações das fases seguintes parecem corresponder em termos cronológicos ao séc. XII onde reutilizam inclusivamente o mesmo telhado pelo menos até uma data próxima dos finais do séc. XII inícios do séc. XIII, altura em que a estrutura de pedra é construída, numa época em que, Lisboa já havia sido integrada no domínio cristão.

Todos os dados obtidos até agora parecem apontar para cronologias de ocupação muito finas e que, só a escavação de outras áreas, bem como o estudo do espólio, podem esclarecer.

OCUPAÇÃO MEDIEVAL

Na área localizada mais a Leste, onde foi posto a descoberto o palácio do século XVIII, que inclui uma série de estruturas mais antigas (séculos XV e XVI), foram realizadas duas sondagens abaixo dos níveis do século XVIII (MN2 e N3) com o objectivo de registar a evolução ocupacional deste espaço. (Fig. 5; Fot. 6).

De época islâmica apenas foi para já identificado um muro (N3) e duas camadas (Fig. 6 – cam. 10 e 11) – esta última ainda não totalmente escavada. Este registo poderá indicar a existência de níveis islâmicos nesta área.

Do século XIII/XIV foi identificada uma soleira de porta constituída pelo reaproveitamento de um muro de época islâmica, e de um elemento arquitectónico onde se encontra bem visível o respectivo gonzo (N3) (Fig. 5); a sua orientação diverge das estruturas posteriores que se lhe sobrepõem parcialmente e também do compartimento da área residencial. A camada 9 (Fig. 6) corresponde também a níveis desta época.

O compartimento em P5/P6, como se referiu, encontra-se, então, já abandonado. Poder-se-ia pôr a hipótese, embora seja ainda uma questão a confirmar pela continuação da escavação, de esta área se ter transformado num pátio, uma vez que não se identificaram aí outras estruturas posteriores e que, no documento de 1467 (Andrade, p. 92) se refere a existência de pomares. Ainda, alguns muros postos a descoberto a Oeste das estruturas apresentadas poderão também pertencer a esta fase, embora estejam reduzidas ao alicerce e não tenham para já sido datadas.

De cronologia anterior ao século XV foi identificado um muro rebocado com argamassa branca que se articula com um pavimento constituído por tijoleiras não vidradas (MN2) (Fig. 5); este muro encontra-se subjacente a um muro do século XV que mantém a mesma orientação.

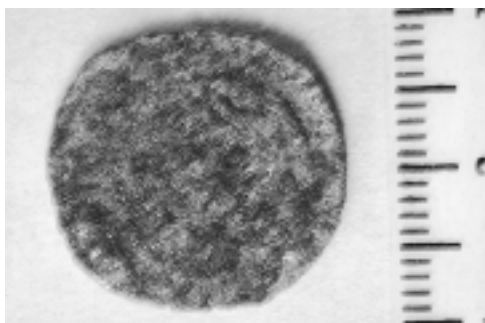


Foto 7 – Ceitil de D. Afonso V.

A estas estruturas sobrepõem-se muros dos inícios do século XV (MN3-N2) (Fig. 5) que vão ser reparados (N2-N3) ainda durante este século (Fig. 5); a data de reparação aponta para o reinado de D. Afonso V, datação obtida a partir de um ceitil deste reinado (Fot. 7); um pavimento de finais do XV inícios do XVI (NP3) com um motivo central em estrela de David encontra-se relacionado com este muro. (Fig. 5; Fot. 8 e 9).



Foto 6 – Palácio. Aspecto das estruturas vistas de Oeste

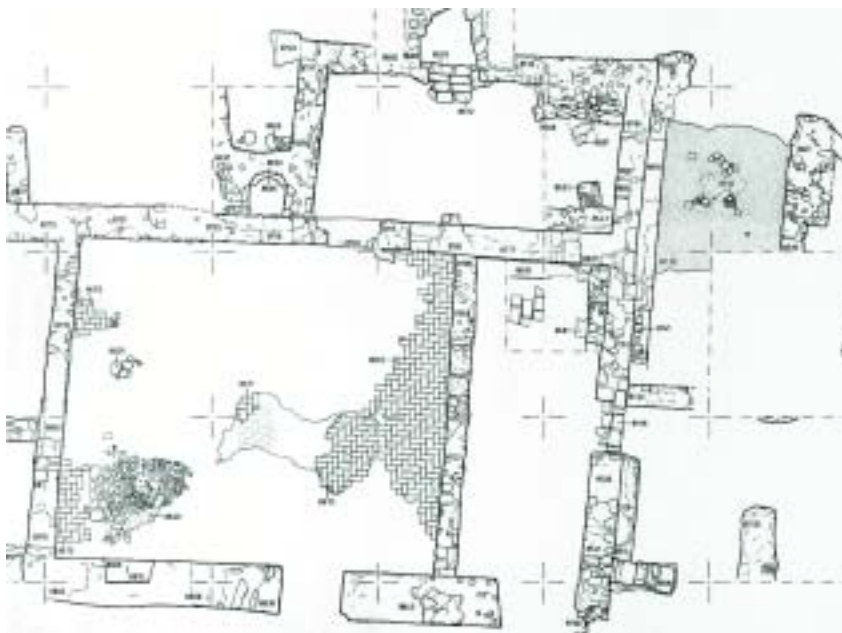


Fig. 5 – Palácio – Planta das estruturas

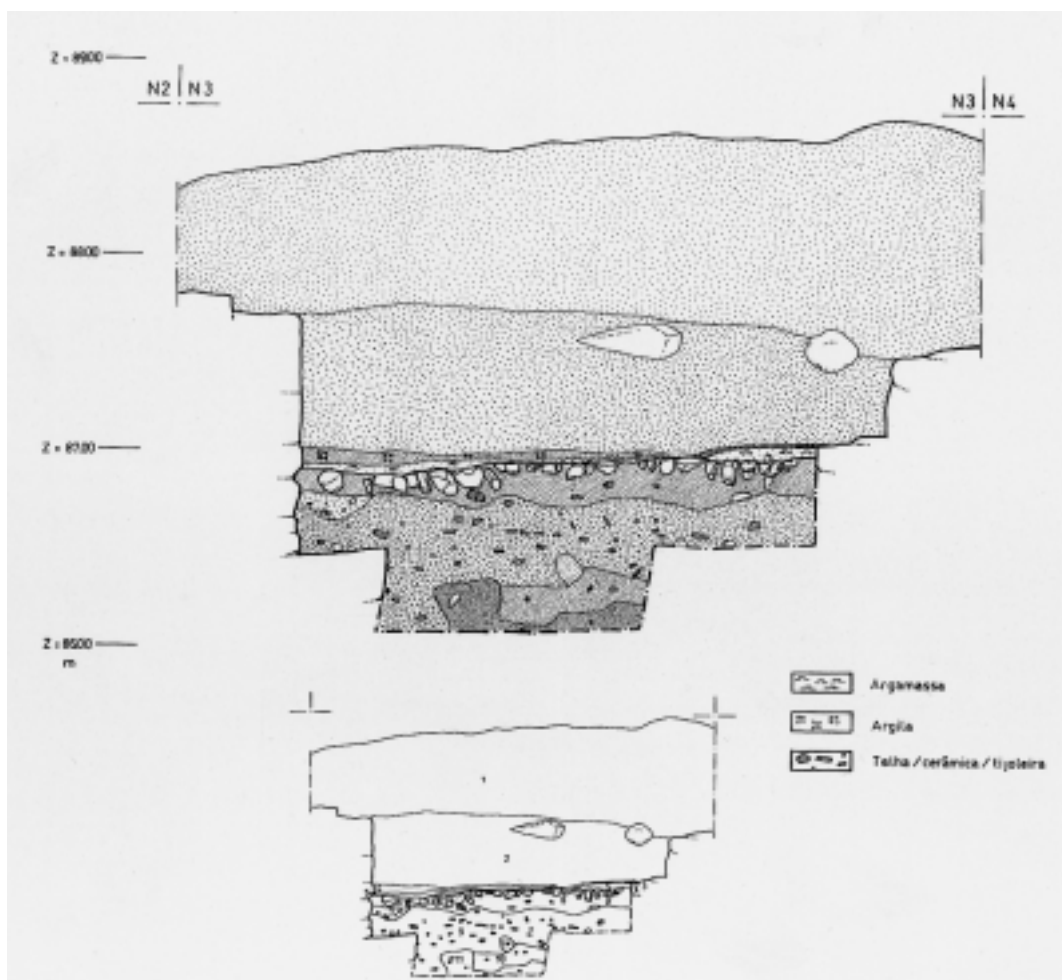


Fig. 6 – N3 – Perfil Sul



Foto 8 – N3 – Pavimento



Foto 9 – Pormenor do pavimento

Relativamente às obras do século XV não nos foi possível afinar a sua cronologia pelo que não sabemos se estarão relacionadas com as obras da primeira metade do século levadas a cabo pelo arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, (Andrade, p. 92) que habitaria então neste paço. Em relação às reparações destas estruturas, assim como do pavimento, poderiam eventualmente corresponder a obras realizadas após o aforamento a Pero de Machado ou já pelos condes de Santiago (Andrade, p. 93).

O palácio do século XVIII vai reaproveitar estas estruturas do século XV e XVI que se mantêm em funcionamento até à data do terramoto de 1755. Com elas se relacionam pavimentos datados de D. João V (Fig. 6 – cam. 8) assim como a camada de destruição do edifício (Fig. 6 – cam. 2) identificada em toda esta área localizada a Leste.

Os resultados obtidos até ao momento são muito reduzidos, embora as pistas levantadas sobre a ocupação e a planta deste edifício coloquem questões pertinentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como referimos, esta escavação encontra-se ainda em fase inicial e a interpretação que apresentamos é passível de correcções.

Podemos, no entanto, para já salientar que nesta fase de transição se verifica:

- uma reutilização dos espaços habitacionais, embora não possamos afirmar se verificam alterações de funcionalidades;
- uma ausência, até ao momento de níveis de incêndio ou de grandes destruições associadas a esta época;
- que o espólio cerâmico é nesta fase muito idêntico.

O facto de se terem identificado sucessivos níveis de ocupação que apontam para cronologias muito finas, faz-nos antever um estudo aprofundado deste material, extremamente enriquecedor.

As continuidades para já identificadas, embora não sejam inéditas, tornam-se aqui mais interessantes uma vez que, aparentemente, uma alteração de poder político, militar e religioso, não se reflecte, nem nesta área habitacional nem na cultura material a ela associada.

NOTA

Agradecemos a Rodrigo Banha da Silva a classificação dos numismas apresentados neste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ACIÉN ALMANSA, Manuel et alli (1995), Evolución de los tipos cerámicos en el S.E. de Al-Andalus, V *Colloque sur la Céramique Médiévale, Rabat, 1991*, pp.125-140.
- ANDRADE, Ferreira de (1954), *A freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, Lisboa, 1954.
- BAZZANA, André (1992), *Maisons d'Al-Andalus – habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne Orientale*, Coli. Casa de Velázquez, 37, Archéologie XVII, Madrid.
- Boletim da DGEMN* – O Castelo de S. Jorge, nº 25-26, Set. – Dez 1941.
- FERNANDES, Isabel C. et alli, (1997), Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Palmela, *La Céramique Médiévale en Méditerranée, VI Congrès de l'AIIECM2, Aix-en-Provence, 1995*. (no prelo)
- GASPAR, Alexandra, AMARO, Clementino (1997), Cerâmicas dos séculos XIII-XIV da cidade de Lisboa, *La Céramique Médiévale en Méditerranée, VI Congrès de l'AIIECM2, Aix-en-Provence, 1995*. (no prelo)
- JANEIRO, Helena Pinto (1992), *Lisboa – Freguesia do Castelo*, Lisboa, C.M de Lisboa.
- MECO, José (1985), *Azulejaria Portuguesa*, Lisboa.
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1978), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe en Mallorca*, Palma de Mallorca.
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1991), *En nombre de las cosas en Al Andalus: una propuesta de terminología cerámica*, Palma de Mallorca.
- SILVA, A. Vieira (1987), *O Castelo de S. Jorge. Estudo Histórico Descritivo*, Lisboa, C.M. Lisboa, 2ª Edição.
- SILVA, A. Vieira (1987), *A cerca moura de Lisboa*, Lisboa, C.M. de Lisboa, 3ª Edição.
- VAZ, J. Ferraro e SALGADO, Javier (1987), *Livro das moedas de Portugal*, Ed.Barbosa e Xavier Lda, Braga.
- ZOZAYA, J. (1980), Aperçu général sur la céramique espagnole, *Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale, Valbonne, 1978*, pp.265-296.

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA ARQUITECTURA DOMÉSTICA DO PERÍODO ISLÂMICO E APÓS A CONQUISTA DA CIDADE DE LISBOA: ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPÍRITO SANTO SILVA

ANA GOMES

MARIA JOSÉ SEQUEIRA

As escavações arqueológicas que decorreram na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva resultam das obras de ampliação e restauro do edifício desta Fundação, cujas implicações a nível de subsolo levaram a que ali decorressem escavações de emergência.

A área onde estes trabalhos decorreram situa-se no exterior do pano oriental da «Cerca Moura», tal como foi identificado por Vieira da Silva (Vieira da Silva, 1987).

Este espaço encontra-se limitado a norte pelo terraço do palácio de Belmonte; a sul e este pela muralha e respectiva torre e a oeste pelo edifício do museu da Fundação, o qual integra a torre tradicionalmente associada à porta do sol (fig. 1).

Quando se iniciaram os trabalhos arqueológicos esta zona do terreno, encontrava-se a uma cota inferior à cota do afloramento rochoso, sobre o qual assenta a muralha. Pelo que não podemos avançar com propostas sobre a cronologia da construção deste pano; pese embora, o facto de se tratar de um troço relativamente bem conservado e bastante uniforme, onde as grandes reparações são visíveis, sobretudo na parte superior da muralha; com reaproveitamentos posteriores por prédios adossados à mesma.

As obras a decorrer no edifício da Fundação bem como a derrocada de uma das paredes exteriores do Palácio Belmonte que confina com o pátio do Fradique, permitiram o reconhecimento deste troço oriental da «Cerca Moura», desde a torre situada no ângulo onde a muralha da alcáçova se encontra com este pano

oriental, torre esta, localizada no interior do já referido Palácio (e que ficou visível, pelo menos durante algum tempo – na sequência das obras ali a decorrer) até à torre localizada no interior do museu da Fundação e à qual o troço oriental parece encostar.

A escavação foi dividida em duas áreas, denominadas pátio Superior e Pátio inferior, correspondendo esta designação a uma ligeira diferença altimétrica da plataforma sobre a qual foram instaladas as estruturas exumadas. Constituinte esta plataforma um terraço situado imediatamente abaixo do afloramento rochoso sobre o qual assenta a muralha.

Este trabalho refere-se apenas à área denominada Pátio Superior, onde foi identificado um conjunto de estruturas arqueológicas (fig. 2) que, irão posteriormente, constituir uma unidade museológica.

As escavações arqueológicas permitiram-nos definir 4 fases de ocupação desta área:

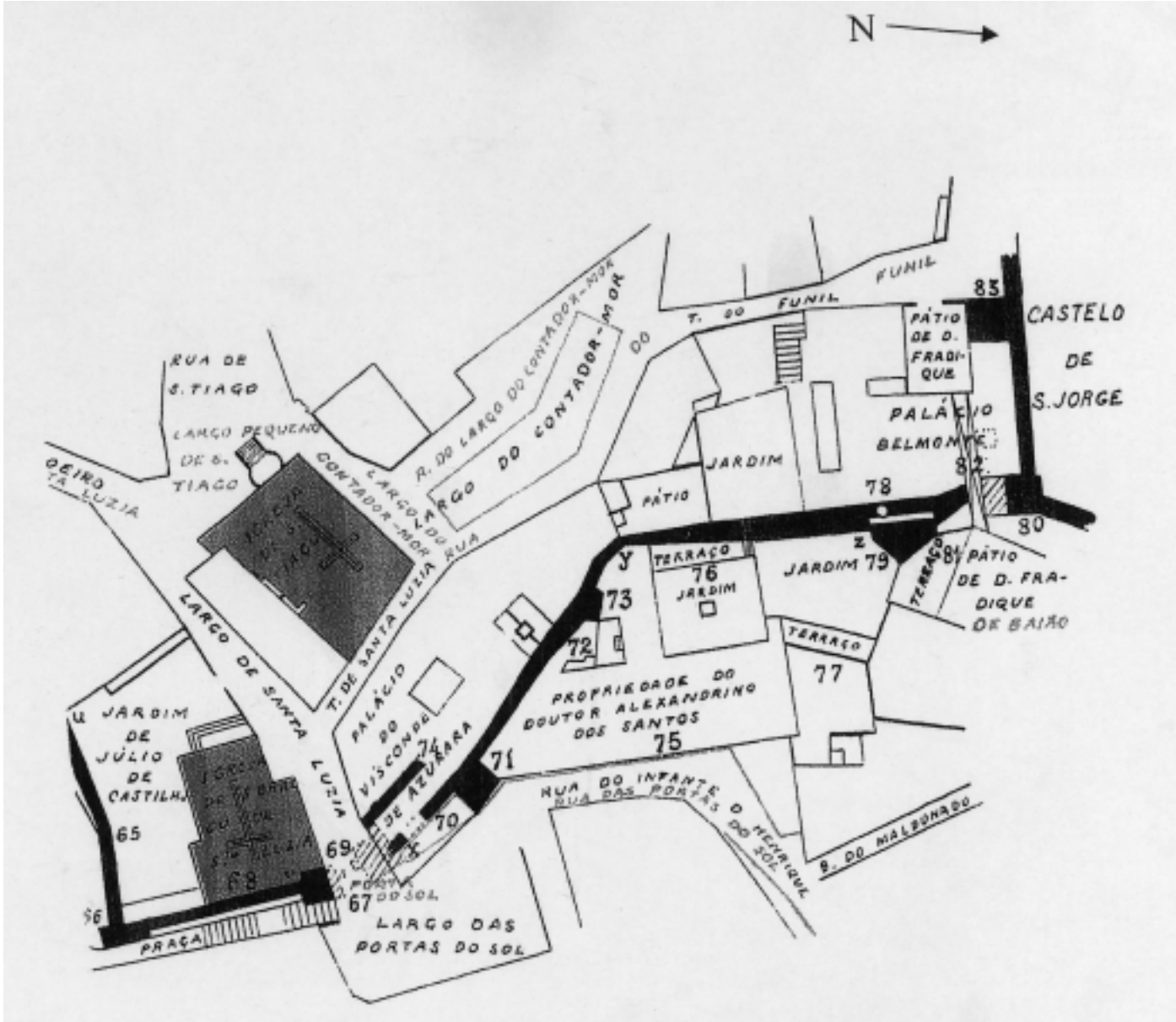


Fig. 1 – Aspecto geral da área segundo Viera da Silva. Esc. 1:1000 – 0 79 corresponde à área intervencionada.



Fig. 2 – Aspecto geral da estrutura habitacional

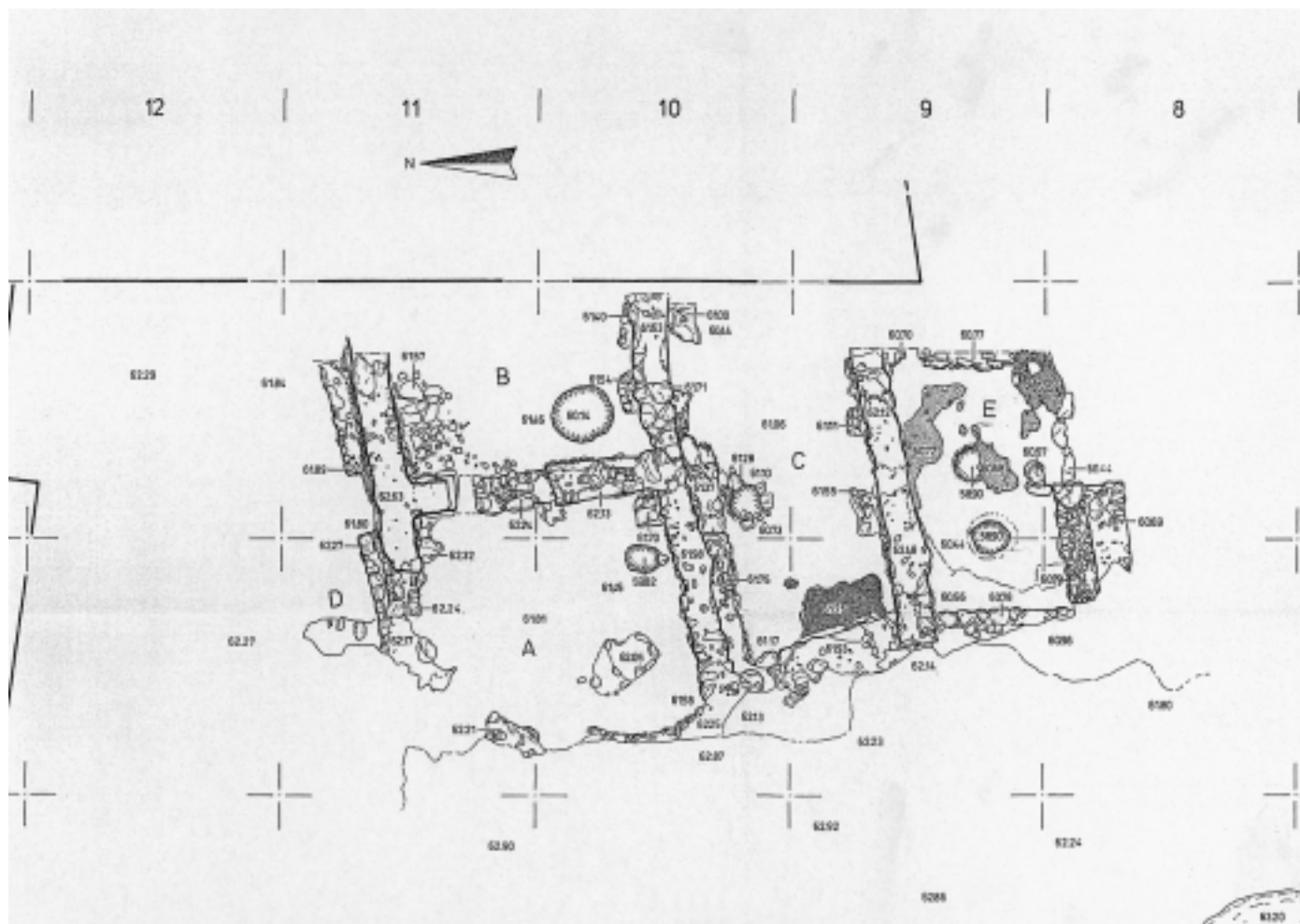


Fig. 3 – Planta 1:1000 da estrutura habitacional

1ª FASE DE OCUPAÇÃO

A identificação de um conjunto de silos levou-nos a caracterizar esta área como uma área de armazenagem à qual se encontram associados alguns muros (fig. 3).

Todos os silos foram escavados no afloramento rochoso sendo o seu interior revestido com uma mistura de sedimento geológico (calco arenitos) amassado com cal.

A identificação, no silo nº 1 (fig. 3), de uma camada de cinzas, parece indiciar uma utilização temporária deste silo como fossa numa altura compreendida entre o seu abandono como local de armazenagem e o seu entulhamento. No entanto, não

foram encontrados materiais que nos permitam ilustrar cronologicamente esta ocupação.

Não é possível, todavia, atribuir uma cronologia quer à construção quer à sua utilização como silos. Apenas é possível situar cronologicamente o abandono desta área, com este tipo de funcionalidade, em meados do séc. XI, altura em que este espaço passa a ter uma funcionalidade diferente, como área residencial, na qual estes silos não são reutilizados.

2ª FASE DE OCUPAÇÃO

Durante esta fase é construída uma casa antecedida do já referido entulhamento dos silos e da preparação do terreno através de uma camada de nivelamento cuja espessura varia consoante a topografia do terreno.

Apenas foi possível reconstituir parcialmente a planta original desta casa, devido às construções do palácio do séc. XVIII (fig. 3).

Foram identificados os seguintes compartimentos:

A. Uma área de cozinha com um pavimento lajeado.

B. Um pátio central com um pavimento lajeado.

C. Uma área com um pavimento de argamassa com pintura vermelho ocre almagre; que pode eventualmente corresponder a um salão.

D. Acesso em cotovelo.

Esta fase de construção e de utilização parece corresponder a uma cronologia que se situa entre meados do séc. XI e meados do séc. XII.

Este tipo de casa corresponde ao padrão da casa de pátio central. Neste caso específico com acesso a partir de uma possível ruela – D (fig. 3).

Apesar de bastante fragmentado o espólio cerâmico proveniente deste nível de ocupação é muito variado. Assim, documenta-se a presença de cerâmica comum de tonalidade avermelhada e acastanhada com pastas que parecem típicas da região de Lisboa. Regista-se ainda a presença de cerâmica comum estampilhada e incisa, ambos os tipos ocorrem essencialmente em grandes potes de armazenagem ou talhas; de

assinalar ainda a presença de pequenos fragmentos que poderão corresponder a alguidares (fig. 4).



Fig. 4 – Fragmento de cerâmica estampilhada e incisa

A cerâmica comum pintada a branco é depois da cerâmica comum a que surge em maior quantidade. Os fragmentos exumados apontam para grande variedade tipológica de serviço de mesa e cozinha – pratos, copos, jarrinhas, panelas, cantâros etc (fig. 5).

A cerâmica comum com pintura a vermelho (mais rara do que a com pintura a branco) surge sobretudo associada às grandes malgas com pintura sobre o bordo e paredes internas.

A cerâmica vidrada é constituída sobretudo por grandes malgas com vidrados de tom melado escuro decorados com círculos concêntricos em óxido de manganés (fig. 6).

Surgem também vidrados de tom amarelado sobre tigelas carenadas com cartela estampilhada a delimitar a área do fundo também com motivos florais – flor de lótus (fig. 7).

Registe-se ainda a presença de algumas formas fechadas vidradas com as pequenas bilhas (fig. 6).

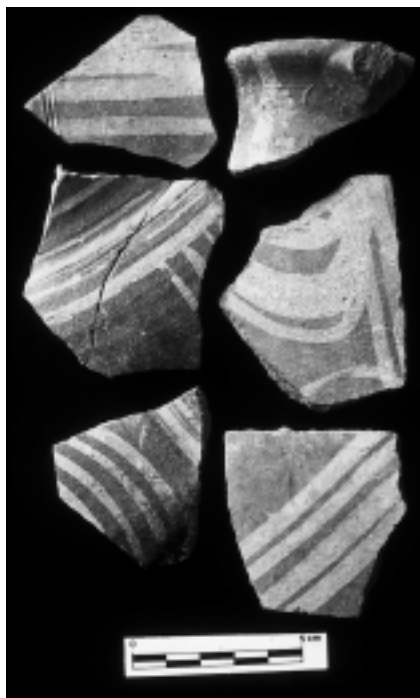


Fig. 5 – Fragmentos de cerâmica pintada

3ª FASE DE OCUPAÇÃO

Nesta 3ª Fase de ocupação foram identificadas diversas reparações da casa anterior tendo sido mantidos os seguintes compartimentos cujos muros sofreram algumas reparações:

A. a área de cozinha onde é reutilizado o pavimento lajeado e construída uma lareira;

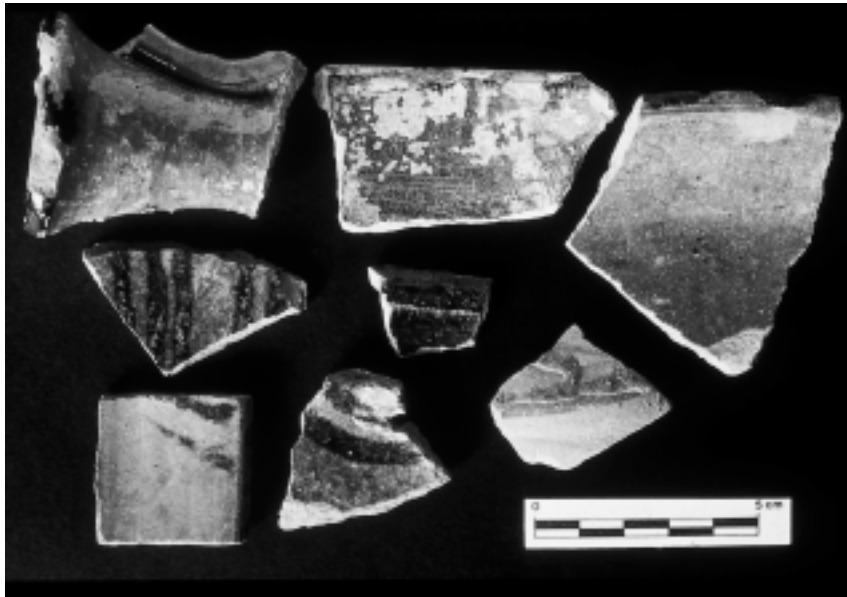


Fig. 6 – Fragmentos de cerâmica vidrada

B. a área com o pavimento de argamassa com pintura vermelho ocre almagre;

Nesta fase foram ainda identificadas as seguintes remodelações:

O antigo pátio lajeado é coberto por uma camada de nivelamento onde vai assentar um pavimento com tijoleira e transforma-se num compartimento interior com o entaipamento das antigas entradas (fig. 8) e com a construção de um muro que vai desactivar o antigo acesso à casa (fig. 9, 10) que se passa a fazer por um átrio construído a sul da casa junto ao primitivo salão – compartimento E (fig. 3).



Fig. 7 – Pormenor de uma tigela vidrada com cartela de estampilha

Esta remodelação foi efectuada no reinado de Afonso Henriques já após a conquista da cidade de Lisboa. A cronologia é-nos dada por uma mealha de Afonso Henriques¹ (fig. 11 e 12).

O espólio associado a esta fase parece não diferir muito do da fase anterior.

Regista-se o predomínio da cerâmica pintada a branco parecendo notar-se uma maior profusão de decoração, um aumento da presença das superfícies cinzentas e acastanhadas em detrimento das superfícies avermelhadas mantendo-se, no entanto, a grande variedade formal – pratos, copos, malgas, frigideiras cantâros panelas e tampas, etc (fig. 13).

A presença de cerâmica com pintura vermelha é residual.

A cerâmica vidrada surge em menor quantidade continuando a registar-se a presença dos vidrados de tonalidade melada escura e dos esverdeados alguns apresentando manchas de uma tonalidade ligeiramente diferente (fig. 14).



Fig. 8 – Pormenor do entaipamento do acesso ao pátio



Fig. 9 – Pormenor do entaipamento do primitivo acesso à estrutura habitacional com a construção do muro que se sobrepõe

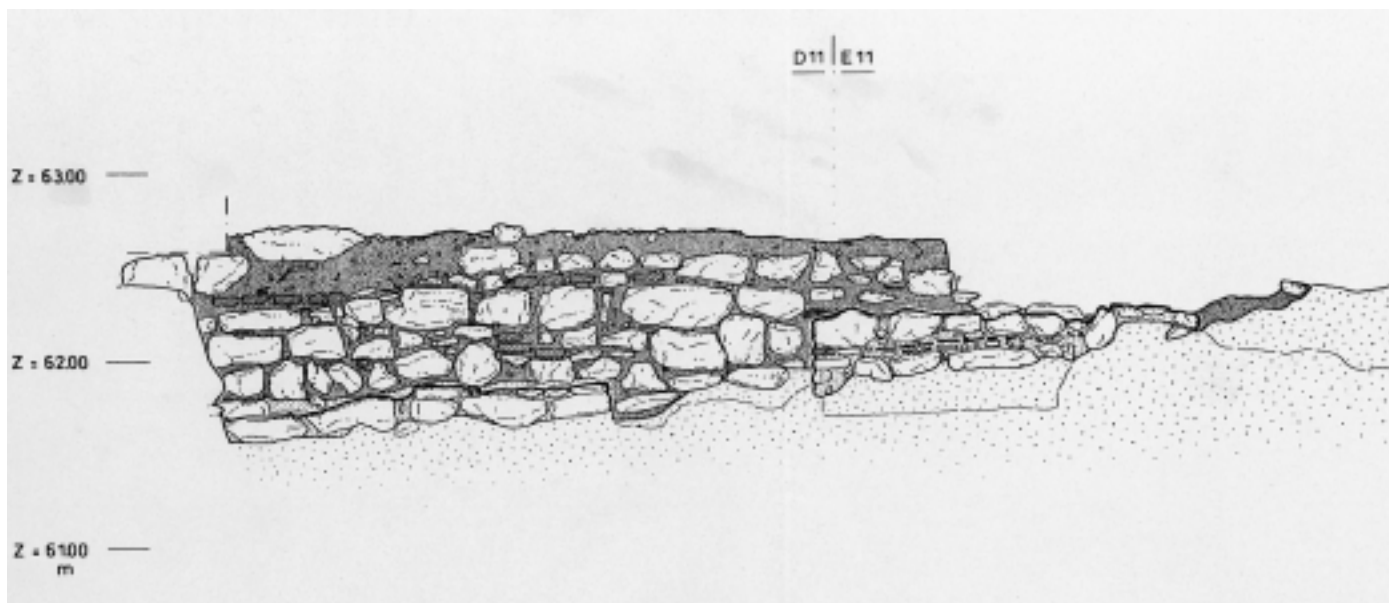


Fig. 10 – Pormenor do entapamento do primitivo acesso à estrutura habitacional com a construção do muro que se sobrepõe



Fig. 12 – Mealha/Bulhão de Afonso Henriques

Fig. 11 – Mealha/Bulhão de Afonso Henriques



Fig. 13 – Diversos fragmentos de asas cerâmica pintada

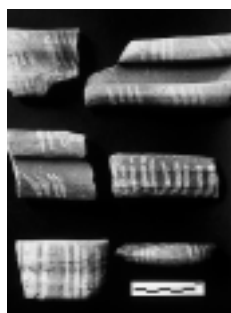


Fig. 14 – Diversos fragmentos de cerâmica vidrada



4ª FASE DE OCUPAÇÃO:

Nesta fase de utilização a área residencial de época afonsina é abandonada e coberta por uma camada de lascas de calcário extremamente compacta sobre foram identificados diversos blocos de calcário semelhantes aos do pano de muralha (fig. 15).



Fig. 15 – Pormenor da área de estaleiro em escavação

No decorrer desta fase, é ainda construído um muro, cuja funcionalidade não é perceptível e que, retoma parcialmente o traçado de um muro mais antigo (fig. 16).

A cronologia da última fase de ocupação deste local, situa-se algures entre o reinado de D. Afonso Henriques – altura em que foi remodelada a 1ª casa e o reinado de D. Sancho, altura em que esta área é abandonada. Esta última datação é fornecida por um dinheiro daquele rei (fig. 17, 18).

A existência dos blocos de calcário levou-nos a ponderar a hipótese de estarmos perante uma área de reparações da base da muralha.

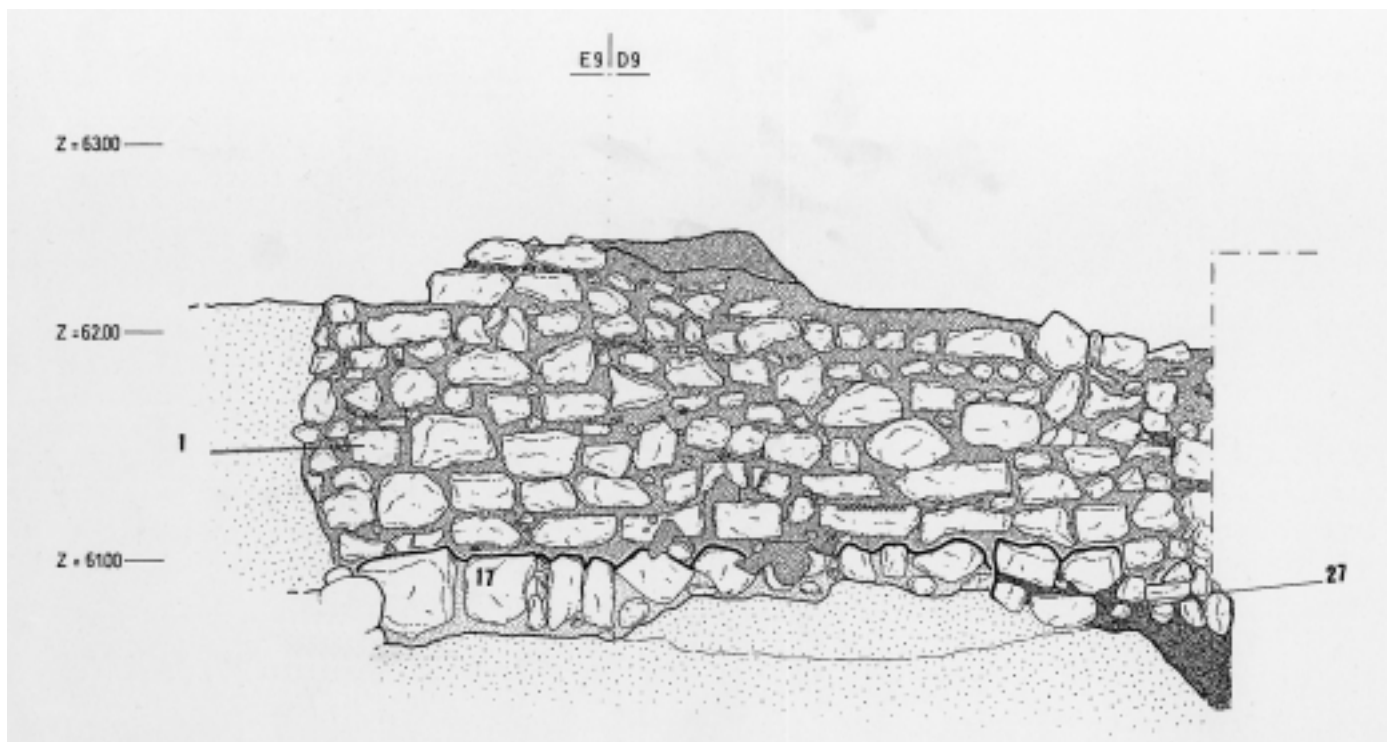


Fig. 16 – Pormenor do muro associado ao estaleiro que retoma outro de uma fase mais antiga

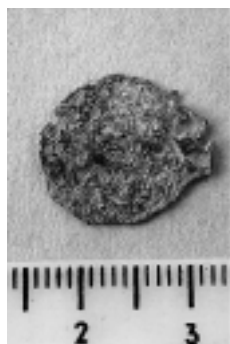


Fig. 17 – Verso da Mealha/Bulhão de Sancho I

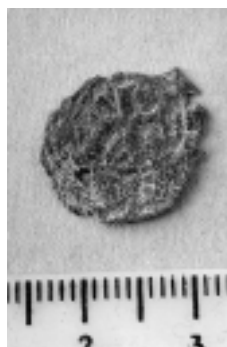


Fig. 18 – Anverso da Mealha/Bulhão de Sancho I

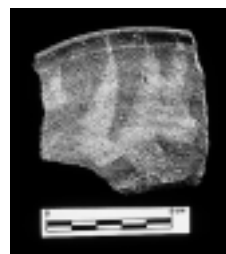


Fig. 19 – Pormenor de uma tampa pintada

Após o abandono na época de D. Sancho I, toda a área se mantém sem sinais de ocupação até finais do séc. XVI, inícios do séc. XVII, quando, provavelmente a construção de prédios adossados à muralha, (do lado interno) transformam em lixeira esta zona. Até que, no séc. XVIII, é transformada em área de terraços ajardinados.

O espólio exumado nesta fase de ocupação é muito reduzido. Regista-se a presença de cerâmica com pintura a branco e cerâmica comum semelhante à fase anterior (fig. 19). Regista-se uma total ausência de cerâmica com pintura a vermelho surgindo ainda alguns vidrados melados escuros e alguns vidrados de tonalidade verde escura e castanho (fig. 20, 21).

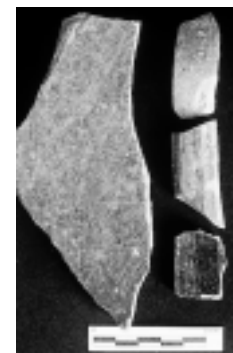


Fig. 20 – Diversos fragmentos de cerâmica vidrada

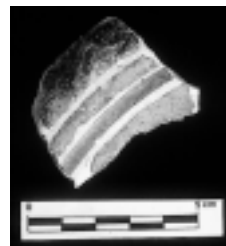


Fig. 21 – Fragmentos de cerâmica vidrada

CONCLUSÕES

As escavações arqueológicas realizadas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, têm vindo a revelar dados importantes que contribuem, para o estudo da arquitectura doméstica num período de transição tão mal conhecido em Lisboa como é o da conquista cristã.

Ao nível dos padrões construtivos da casa islâmica e da casa cristã, as grandes diferenças vão-se situar ao nível do esquema interno de organização da casa; com a substituição do pátio central da casa islâmica – à volta do qual se organizam os diversos compartimentos – por um compartimento interno que, parece indiciar uma filosofia de vida doméstica diferente da anterior.

Durante a época afonsina parece manter-se não só, a funcionalidade dos compartimentos islâmicos, identificados como cozinha e salão; como também perpetua os padrões construtivos da casa islâmica reparando a mesma e recorrendo a técnicas construtivas semelhantes.

A existência de numismas vem ilustrar cronologicamente uma ocupação caracterizada por uma grande continuidade não só nas técnicas construtivas mas também nas produções cerâmicas.

A continuidade em termos de arquitectura doméstica parece encontrar também expressão na manutenção da muralha como elemento essencial da defesa da cidade – a confirmar-se a existência de um estaleiro de reparação na época de D. Sancho I – e na longa tradição *non aedificanti* no espaço exterior onde não são adossados quaisquer edifícios pelo menos até ao séc. XVIII.

NOTAS:

- 1 Agradecemos a colaboração de Rodrigo Banha da Silva na leitura dos numismas aqui apresentados.

BIBLIOGRAFIA:

- A Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um cruzado inglês*, apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, 1989.
- ACIÉN ALMANSA, Manuel et alii (1995), Evolución de los tipos cerámicos en el S.E. de Al-Andalus, *La Céramique Médiévale en Méditerranée, Actes du V Colloque sur la Céramique Médiévale*, Rabat, 1991, pp. 125-140.
- BAZZANA, André (1992) *Maisons d'Al-Andalus. Habitats médiévaux et structures du peuplement dans l'Espagne orientale*. 2 Vols; Collection de la Casa Velázquez, nº 37, Madrid.
- FERNANDES, Isabel C. et alii (1997), Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Palmela, *La Céramique Médiévale en Méditerranée, Actes du VI^{ème} Congrès de l'AIECM2, Nov. 1995*, Aix-en-Provence, 1995 (no prelo).
- GASPAR, Alexandra, AMARO, Clementino (1997), Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa, *La Céramique Médiévale en Méditerranée, Actes du VI^{ème} Congrès de l'AIECM2, Nov. 1995*, Aix-en-Provence, 1995 (no prelo).
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1978), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe en Mallorca*, Palma de Mallorca
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1991), *En nombre de las cosas en Al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*, Palma de Mallorca
- SILVA, A. Vieira (1987), *A cerca moura de Lisboa*, Lisboa. C.M. de Lisboa, 2ª Edição.
- SILVA, A. Vieira (1987a), *O Castelo de S. Jorge. Estudo Histórico-Descriutivo*, Lisboa, C.M. de Lisboa, 2ª Edição.
- ZOZAYA, J. (1980) Aperçu général sur la céramique espagnole, *Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*, Valbonne, 1978, pp. 265-296.

O ARRABALDE OCIDENTAL DA LISBOA ISLÂMICA: URBANISMO E PRODUÇÃO OLEIRA

JACINTA BUGALHÃO

DEOLINDA FOLGADO

1. CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO URBANO

A génese da cidade de Lisboa alicerça-se na sua implantação geográfica: a ligação com o estuário do Tejo e com o mar. O carácter marítimo da cidade, há muito reconhecido para períodos históricos mais recentes, vem-se adivinhando, mercê de novos avanços da investigação histórica e arqueológica, para tempos mais remotos, na segunda Idade do Ferro, no período romano e também sob dominação islâmica. Esta característica, de cidade voltada para o exterior, expressou-se com intensidades diferentes ao longo destes períodos, mas pode considerar-se uma constante diacrónica longa. Desta forma, a cidade integrou-se nas grandes civilizações mediterrânicas, encontrando-se frequentemente no limite deste horizonte geográfico e cultural.

Lisboa é assim uma cidade mediterrânica, marítima e de transição, constituindo-se por vezes em fenómeno original conforme a história lhe vai ditando que se aproxime mais deste ou daquele modelo civilizacional, se vire para o seu estuário e vasto hinterland, ou se debruce para o oceano, se assuma como centro de decisão política ou se integre, devido à sua marginalidade, em contextos políticos mais ou menos longínquos.

A cidade vive, ao longo do período tardo – romano e essencialmente após a sua tomada definitiva pelos povos do Norte, um momento de regressão urbana que se reflecte, não só na sua extensão e densidade populacional, como na intensidade das suas funções económicas de mercado e polo redistribuidor de produtos de natureza vária. Assim, o urbanismo regride, as transacções comerciais diminuem

de intensidade, o «poder» no sentido lato da palavra, decresce. Devido à situação de instabilidade político-militar, a população refugia-se dentro do pano de muralhas, que a cidade já possuiria desde o século III.

Após a tomada islâmica da cidade, em 714, e a primeira fase de estabilização militar e também social e demográfica, este movimento altera-se sendo o período o final do século X apontado pelos historiadores como de crescente expansão urbana (TORRES, 1992: 392), relacionada, de perto, com um aumento de intensidade nas transacções comerciais, em todo o território do al-Andaluz. Este fenómeno produz um recrudescimento do perímetro urbano e do papel da cidade nos aspectos político, económico e social. A expansão urbanística referida para este período reflecte-se, essencialmente, nas cidades marítimas, provocando um regresso, reaproximação, ou mesmo deslocação dos principais centros urbanos para o litoral. Simultaneamente, a cidade altera-se: do modelo ainda essencialmente enformado pelos heranças

clássicas de urbanismo planificado e ortogonal, ou pelo menos organizado em torno de edifícios públicos, intimamente ligados a um poder que se exerce do exterior, de uma forma centralizada e altamente estruturada, é progressivamente substituído por uma cidade distinta. Aí, a unidade organizadora do espaço centra-se essencialmente na família, em sentido alargado, materializada num urbanismo de aspecto mais desordenado, espontâneo e labiríntico, em que a casa familiar é o principal elemento definidor dos espaços interurbanos, enquadrados por uma estrutura defensiva alargada (TORRES, 1992: 394). No núcleo histórico da cidade de Lisboa podem ainda observar-se estas características urbanísticas, islâmicas e medievais.

É esta Lisboa islâmica que retoma gradualmente o seu carácter mediterrânico, ou seja marítimo e comercial, que já a tinha caracterizado em épocas anteriores. Assim, quando o aumento demográfico motiva o extravasar da área muralhada, é na direcção do rio que a cidade se espraia, constituindo-se, por volta do século X, dois arrabaldes virados essencialmente, para as actividades piscatória, artesanal e comercial (TORRES, 1994: 83): Alfama e o arrabalde ocidental – parte da actual Baixa da cidade. Nesta época, nalgumas cidades que vivem fenómenos idênticos de crescimento verifica-se o muralhamento dos arrabaldes (TORRES BALBAS, Tomo I: 173). Em Lisboa, tal só se viria a verificar após a Reconquista. Uma das características destes novos corpos urbanos era o agrupamentos dos ofícios, em ruas e bairros (TORRES BALBAS, Tomo I:173).

Entre os séculos X e XII, Lisboa torna-se, segundo alguns autores, na maior, mais populosa e florescente cidade de todo o Garb al-Andaluz (TORRES, 1992; MARQUES, 1993; COELHO, 1994; CATARINO, 1995; TORRES et al. 1998), unidade geográfica real, herdeira das solidariedades territoriais da anterior província

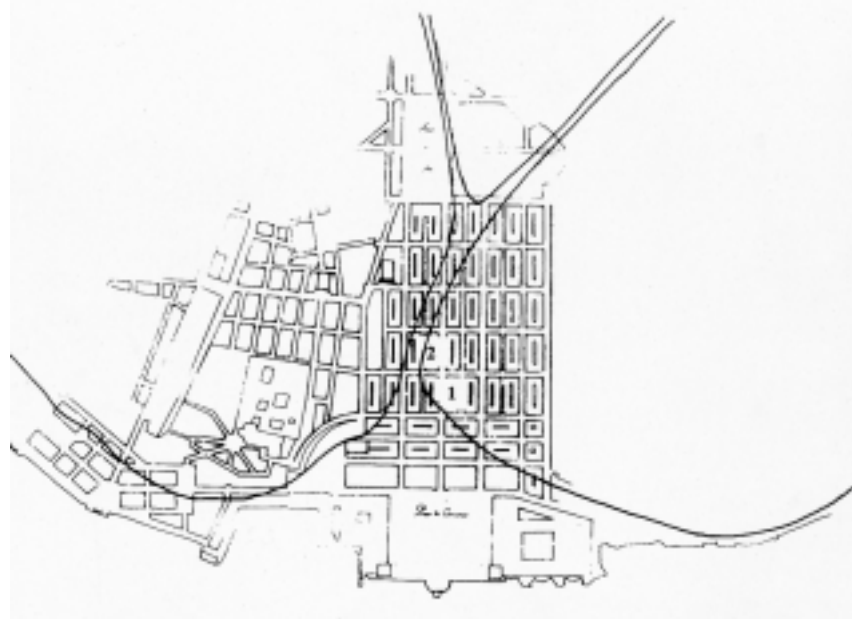


Fig. 1 – Baixa de Lisboa, com localização do esteiro e dos dois sítios intervencionados: 1– Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros; 2 – Mandarin Chinês.

latina da Lusitânia, com contornos políticos apenas esporádicos e variados ao longo do tempo. Causa e consequência deste poderio, assim como da sua situação geográfica marginal, é o estatuto de autonomia política e administrativa que lhe atribuem e que é referido frequentemente, pelos autores que se debruçam sobre as estruturas de poder da época, de cujos jogos e episódios Lisboa se apresenta sistematicamente afastada (CATARINO, 1995: 79). Esta aliás seria uma característica distintiva acentuada pela distância dos centros de decisão (TORRES, 1992: 396; COELHO, 1994: 82). Lisboa no século X, chegou a ser capital de «kura», unidade administrativa que englobava uma cidade e um território de si dependente. Mais tarde, sob o domínio almorávida, Lisboa pertencia à província da «Balata», à qual também pertencia a cidade de Santarém (COELHO, 1994: 79). Durante os séculos XI e XII, os de maior expansão urbanística, a cidade assume-se como centro de um poder regional (COELHO, 1994: 84). De qualquer forma, os contornos da região de influência da cidade foram sempre mais económicos que políticos (MATTOSO, 1985: 304), não se tendo verificado em Lisboa qualquer movimento autónomo declarado, como aconteceu noutras cidades de menor influência e dimensão, nos vários momentos de desagregação do poder central que se viveram neste período (TORRES, 1992: 397).

Assim, Lisboa encontra-se numa posição intermédia entre as grandes cidades andaluzes do sul, que disputam a primazia política, como sejam, Córdova, Sevilha e Granada – mais extensas e populosas – e as cidades do interior da península e do Garb litoral – de menor importância económica e demográfica (TORRES, 1992:

396). Trata-se pois de um valor baseado no estatuto autonómico e no poderio económico. Em relação a este último, duas correntes se confrontam e complementam: aquela que atribui mais valia à cidade como centro de trocas de longo curso, onde mercadores de todo o Mediterrâneo afluíam e mercadejavam em permanente itinerância marítima; e uma segunda que atribuí o seu poderio económico ao vasto, rico e densamente povoado (para a época) território que a cidade domina e no qual desempenha o papel de polo aglutinador e redistribuidor regional de todos os produtos agrícolas, pecuários, piscícolas, de extracção mineira, etc, produzidos regionalmente. Encarnam de forma peculiar estas duas tendências os dois principais documentos históricos que nos falam da Lisboa de meados de século XII: Osberno/Ranulfo e Idrisi, sendo que, em relação ao segundo aspecto, relacionado com a riqueza do território envolvente da cidade, é valorizado por ambas testemunhas, sendo por isso mais pacífica a sua aceitação (FERNANDES, 1996). O amplo alfoz de Lisboa, organizado em torno do estuário produzia em quantidade razoável grande diversidade de produtos. Era à cidade que os produtores viriam comerciar os excedentes, abastecer-se de produtos artesanais que a cidade crescentemente produz e distribui. A importância do comércio e produção artesanal da cidade é assim consequência da riqueza das actividades agrícola, principalmente, pesqueira e extractiva, do seu território de influência. Trata-se igualmente de uma cidade de encruzilhada de itinerários viários clássicos que, em grande parte se mantiveram em utilização em período islâmico (CATARINO, 1995: 79).

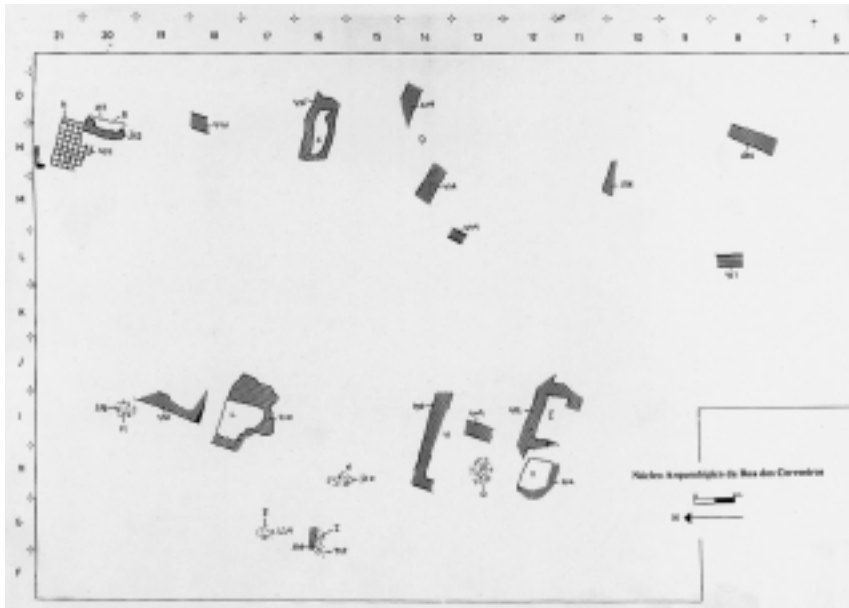


Fig. 2 – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros – planta das estruturas islâmicas.

Desta realidade surgiria seguramente, uma grupo de ricos comerciantes que, juntamente com a elite política e religiosa, seriam potenciais consumidores de artigos de prestígio importados.

Em relação, à integração frequente de Lisboa nas rotas comerciais do Mediterrâneo islâmico, a arqueologia oferece como disciplina de pesquisa histórica, especiais potencialidades, pois através da identificação em abundância de vestígios materiais de origem ou produção distante, em intervenções arqueológicas da cidade, poder-se-ia confirmar de forma mais ou menos categórica esta corrente. O contributo deste trabalho será o de tentar caracterizar urbanisticamente, um dos arrabaldes da cidade, o ocidental, nas suas vertentes cronológica e funcional, a partir dos elementos recolhidos em duas intervenções arqueológicas na Baixa Pombalina: o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (BCP) e o Mandarim Chinês.

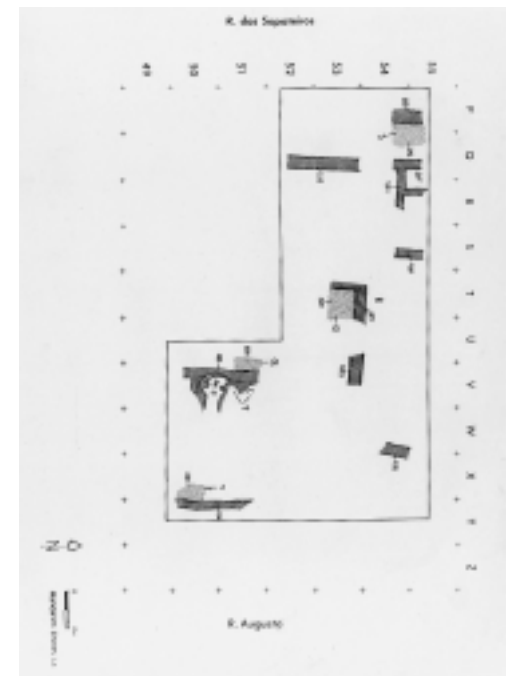


Fig. 3 – Mandarim Chinês – planta das estruturas islâmicas.

2. AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS: O NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREIROS (BCP)¹ E O MANDARIM CHINÊS²

Os contextos islâmicos destas duas intervenções encontram-se ainda, na sua quase totalidade inéditos, revestindo-se os trabalhos já publicados de características muito preliminares (BUGALHÃO, et al. 1994; AMARO, 1995; AMARO et al., 1995).

As duas intervenções distinguem-se pela metodologia adoptada. No Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros realizou-se uma escavação em área em que, de uma forma faseada, em todo o espaço disponível, se atingiram os níveis islâmicos. No Mandarim Chinês realizou-se uma escavação por sondagem, embora com ambições, frustradas, a escavação em área, em que nem sempre se atingiram os contextos cronológicos aqui em estudo. Outra das distinções entre as duas intervenções relaciona-se com a altimetria em que se inscrevem os contextos islâmicos. Se tivermos em conta que a Baixa, plana apenas desde a reconstrução pombalina, era uma praia fluvial, que descia até à margem de um esteiro do Tejo, será fácil entender que o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, mais a montante na colina, conserva os seus níveis estratigráficos a cotas sensivelmente mais altas que o Mandarim Chinês. Assim, enquanto no primeiro caso, os vestígios se encontravam em terreno seco, no segundo, encontravam-se, já próximos ou abaixo do nível freático do Tejo, factor que contribui igualmente para a dificuldade de intervenção e interpretação dos mesmos.

Mas, as duas intervenções apresentam essencialmente, ao nível arqueológico, algumas analogias. A sua principal característica é a diacronia quase contínua de ocupação do espaço desde cerca do século V a.C. (identificado apenas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros) até aos nossos dias, numa estratifi-

cação densa e complexa que não favorece, normalmente, a boa conservação de estruturas e estratos arqueológicos mais antigos, nomeadamente os islâmicos.

Por outro lado, verifica-se que em ambos os casos as estruturas islâmicas se alicerçam sobre construções pré-existentes romanas, respeitando geralmente a sua orientação. Tal facto não é extraordinário se se tomar em consideração que, tanto na periferia industrial romana como no arrabalde islâmico, a linha orientadora do urbanismo é o esteiro. Este funcionava como porto de abrigo, pelo menos para embarcações fluviais de pequena e média dimensão, provavelmente as mais abundantes, que asseguravam a ligação do vasto território de influência à cidade.

Os contextos islâmicos de ambas as intervenções, como já foi referido, inserem-se numa mesma área urbana: o arrabalde ribeirinho, «fora de portas», intimamente ligado à circulação fluvial, à produção artesanal e comércio. Esta localização marginal poderá explicar, em parte, a fraca qualidade da generalidade dos vestígios estruturais identificados, que não facilita a interpretação dos mesmos.

Foram identificados essencialmente três tipos de estruturas islâmicas nestas duas intervenções arqueológicas: as estruturas habitacionais ou domésticas, os espaços públicos ou semiprivados e estruturas ligadas à produção artesanal. A distinção entre estas categorias é meramente formal, uma vez que, como se verá, na cidade islâmica a casa, a oficina e a rua de acesso à habitação não são espaços claramente separados (MAZZOLI-GUINTARD, 1996: 75; MACÍAS, 1996: 93).

Por estruturas habitacionais ou domésticas designam-se as construções diversas relacionadas com a casa urbana, uma vez que não foi possível observar qualquer estrutura desta natureza em estado completo.

Os vestígios mais frequentes são constituídos por fundações e paredes com pouca altura conservada, de casas, na sua generalidade de planta ilegível e funcionalidade indeterminada (contextos A, D, E e H, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros; contexto R, Mandarim Chinês). As fundações são em alvenaria tosca de pedra mal aparelhada de calibre diverso e elementos esporádicos de cerâmica de construção, ligados com argamassa à base de argila. Acima do nível do pavimento, as paredes, quando se conservam, apresentam o mesmo tipo de aparelho mas mais regular. Em ambos os casos, se verifica por vezes, a reutilização de elementos construtivos e arquitectónicos romanos (TORRES, 1998: 54). Nos dois exemplos em que é permitido vislumbrar as dimensões dos compartimentos (contextos E e H), estas não se afastam muito das identificadas na alcáçova de Mértola (MACÍAS, 1996). Quanto às paredes destas estruturas pouco se pode avançar uma vez elas se encontram muito desmontadas. Foram identificados alguns níveis de derrube de telhado relacionados com estas estruturas, sendo as telhas de canudo, apresentando frequentemente decoração digital.

Ainda nesta categoria de estruturas habitacionais ou domésticas, foram igualmente identificados alguns pavimentos ligados à casa. Em primeiro lugar, há a destacar, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, um pavimento em tijoleira quadrangular (26X26 cm), conservado num canto de um compartimento de que se desconhecem as dimensões e funcionalidade (contexto A).

Em Mértola, é frequente este tipo de pavimentos em pátios (MACÍAS, 1996: 76), mas neste caso não se pode alcançar uma conclusão definitiva, dada a descontinuidade que a estrutura apresenta.

Foi igualmente identificado, no Mandarim Chinês, um extenso pavimento em argamassa rosada, elaborada à base de brita calcária local, pequenos fragmentos cerâmicos, areia e cal (contexto Q). Na parede em sua conexão, pôde observar-se um característico reboco pintado a almagre, que poderia constituir um lambrim decorativo (TORRES, 1995: 35 e 37). Dadas as dimensões da área aparentemente abrangida por este pavimento, coloca-se a hipótese de se tratar de um salão, frequentemente pavimentados desta forma, em Mértola (MACIAS, 1996: 87), ou mesmo de um espaço exterior: pátio ou rua semiprivada.



Fig. 4 – Mandarim Chinês – contexto Q; aspecto do lambrim pintado a vermelho.

Á semelhança do que se passa noutros contextos, é provável que a maioria dos pavimentos fossem em terra batida, o que explica a pouca abundância deste tipo de vestígios.

No Mandarim Chinês, foi identificado o único exemplo de esgoto ou canal de escoamento de águas. Localizava-se sob o compartimento dos fornos e sob o pavimento argamassado acima descrito e tinha uma orientação aproximada de Este-Oeste. A sua estrutura reutilizava um elemento arquitectónico romano: uma placa de mármore, como cobertura no atravessamento de uma parede. O canal é de perfil rectangular, com dimensões de 18X12 cm, e deveria desembocar no esteiro.

Ainda relacionadas com as estruturas habitacionais ou domésticas, contam-se as estruturas de despejo, identificadas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, que se dividem em dois tipos. Em primeiro lugar, as lixeiras domésticas, estruturas escavadas no subsolo doméstico, ou nas suas proximidades onde se despejavam utensílios cerâmicos danificados, restos de alimentação, cinzas, etc. No Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros foram identificadas quatro lixeiras – contextos G, I, J e N –, dais quais uma – contexto I – possuía uma estrutura construída. Estes contextos devido ao facto de serem infra-estruturados, destruíram, por vezes, as estruturas romanas.

Em segundo lugar, distinguem-se as fossas, eventualmente ligadas a latrinas. Tratam-se de estruturas igualmente escavadas no subsolo que reutilizam estruturas

romanas, por exemplo paredes de cetária, escavando na alvenaria, e reorganizando o espaço, construindo pequenos muretes de forma a delimitar estas estruturas à dimensão desejada (contextos B e F, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros). Estas estruturas apresentam algumas semelhanças com as fossas de latrinas identificadas em Mértola (MACÍAS, 1996, p. 95). O facto de não possuírem revestimento afastou a hipótese de se tratarem de estruturas de armazenamento de alimentos (silos). A interpretação como fossas, não tendo sido identificada qualquer comprovação estrutural, apoia-se na sua localização sob estruturas habitacionais ou domésticas e no seu preenchimento estratigráfico mais pobre em fragmentos cerâmicos (o que as distingue das lixeiras domésticas).

No que respeita aos espaços públicos ou semiprivados, foram identificados, no Mandarim Chinês, pavimentos, provavelmente exteriores que inicialmente se interpretaram como arruamentos, mas que dadas as características do urbanismo e habitação islâmicos, poder-se-ão tratar de espaços exteriores semiprivados, ligados à casa familiar (TORRES, 1992: 377; TORRES, 1995: 36; MACÍAS, 1996: 73). A impossibilidade de observação em área destes contextos limita as conclusões. O primeiro exemplo (contexto S), trata-se de um espaço situado entre duas possíveis estruturas habitacionais ou domésticas, pavimentado com seixos de basalto, blocos calcários e tijolo, sendo os espaços intermédios preenchidos por argamassa rosada integrando pequenas pedras, fragmentos cerâmicos, areia e cal. O segundo caso (contexto T) situa-se na zona fronteira à olaria e trata-se de um pavimento constituído por pequenas lajes calcárias. Devido à sua posição em relação aos fornos, pode considerar-se a hipótese de se tratar da zona de apoio às actividades artesanal ou comercial, uma vez que os planos de produção

e comercialização, em contextos medievais, costumam coincidir no espaço.

Por fim, foram identificadas algumas estruturas ligadas à produção artesanal. Destaca-se pela sua singularidade um reaproveitamento islâmico de estruturas romanas, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros – contexto L. Uma cetária foi compartimentada por um sólido muro em pedra aparelhada, tijolo e argamassa, diminuindo a capacidade original do tanque, tendo este espaço sido utilizado para processamento (secagem ou algum outro tipo de transformação), armazenamento ou despejo de frutos (essencialmente figo, mas igualmente uva e ameixa), tipo de alimento apreciado e muito difundido em época islâmica³.

A utilização continuada desta estrutura com esta funcionalidade é observável na forte coloração escura que permaneceu impressa indelevelmente no *opus* de revestimento da cetária. Dada a capacidade considerável desta estrutura – ligeiramente superior a 5 metros cúbicos – considerou-se a hipótese de não se tratar de uma estrutura doméstica para consumo familiar, mas sim ligada a uma actividade de características artesanais, destinada à comercialização.

Mas inseridas neste tipo de estruturas destacaram-se essencialmente as estruturas e contextos ligados produção oleira que pela sua importância e raridade no contexto da arqueologia nacional, vão ser objecto de análise especialmente pormenorizada.

3. PRODUÇÃO OLEIRA

«O forno é o último utilizado numa cadeia de operações que vai permitir transformar a argila num produto finito para comercializar»⁴.

Quando se fala de produção oleira pensa-se automaticamente na sua materialização, ou seja, no objecto cerâmico. Mas para a sua

obtenção são necessários gestos ritualizados de gerações que mecanizaram empiricamente o saber anónimo. Pensando a produção cerâmica de uma forma diacrónica registam-se constantes ao longo dos séculos, que a própria industrialização assimilou e aperfeiçoou, de forma a qualificar e a quantificar o produto.

Desde a selecção das argilas nos barreiros, a sua extracção, composição e preparação plástica para trabalhar na torneta, roda, torno de pé, torno rápido, etc., até à secagem, cozedura no forno e respectivo armazenamento, são tudo fases do mesmo processo produtivo, do qual não se deve perder a noção de conjunto.

Assim, quando em arqueologia se fala de olaria não se pode pensar em um ou dois momentos desse processo. Jacques Thirirot alerta que *rechercher toutes les installations du potier demande un investissement plus important et parfois alléatoire mais indispensable* (THIRIROT, 1992: 144). Em escavação, no entanto, é difícil encontrar vestígios de um *atelier* de oleiro com as várias infra-estruturas associadas, como os tanques da preparação da argila ou as bases de torno ou de rodas, não só porque são mais vulneráveis à acção do homem e do tempo, como também são mais difíceis de identificar em trabalhos arqueológicos de carácter urgente. A arqueologia preventiva e um programa científico de longa duração são condições fundamentais para uma intervenção mais atenta a esta realidade produtiva, pois ter-se-ia muito mais tempo para proceder-se a uma recolha minuciosa de elementos indispensáveis ao reconhecimento de uma olaria.

A identificação destes mundos produtivos, ainda que sejam de importância capital para a história das técnicas, que entre nós se encontra por fazer, ultrapassa largamente esta esfera. Pois, o conhecimento de um *atelier*, neste caso de olaria, contribui simultaneamente para a compreensão dos hábitos de consumo e de quotidiano, bem como da economia e das tendências estéticas. Tanto em Espanha como em França já existe um número significativo de intervenções arqueológicas e respectivos estudos, em estruturas de olaria de época medieval islâmica, que permitem ilustrar objectivamente o que atrás se referiu (THIRIROT, 1990).

Os vestígios materiais das olarias que mais resistem ao tempo são os fornos, devido aos materiais de construção utilizados e à sua forma mais robusta. Sem dúvida são as persistências físicas mais quantificáveis.

No presente estudo, também a evidência que nos permite falar mais solidamente da presença de olarias na baixa de Lisboa é o forno. A intervenção do Mandarim Chinês revelou a presença de quatro fornos. É possível que as estruturas da olaria associadas se organizassem para a área que não foi escavada e para a qual se desenvolveria operacionalmente o conjunto dos fornos.

Em relação à escavação do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros foi identificado um forno que se encontra isolado, enquanto elemento pertencente a uma cadeia de produção. O sector onde se localiza o forno apresenta estratigraficamente muitas intrusões e destruições, com alguma constância para todas as épocas. Poder-se-á inferir que a permanência dos vestígios da olaria nos quais se insere este forno seria extremamente improvável, explicando de algum modo o seu isolamento.

Para uma análise mais sistemática e objectiva do conjunto dos cinco fornos far-se-á uma abordagem individualizada dos aspectos morfo-tipológicos.



Fig. 5 – Mandarim Chinês – Forno 1 (contexto 0).

FORNO 1 (Mandarim Chinês: contexto 0)

a) Planta – Tem uma forma circular, desenhando um pequeno corredor de acesso com orientação Oeste – Este. Localiza-se junto a dois muros de um compartimento, mais particularmente num dos seus cantos. As suas dimensões máximas são de 162 cm de comprimento x 160 cm de largura, sendo a câmara de combustão de 100 cm x 115 cm.

b) Materiais de construção – O material base é o adobe constituído por argila e elementos vegetais. A amostra retirada da parede do forno tem uma coloração vermelha revelando o contacto com altas temperaturas⁵ e um aspecto muito poroso, que permitiria uma oxigenação nas operações de cozedura e pós-cozedura. Um dado importante relaciona-se com o facto da estrutura de combustão (espessura – 10-12 cm) se encaixar nas duas paredes do compartimento, compostas por pedras e argamassas (cerca de 28-30 cm de largura). Este muro «*servía de refuerzo a la propia estructura del horno*» (GISBERT SANTONJA, 1990: 87) nas suas diversas operações de aquecimento e arrefecimento, as quais necessitam de estruturas com maior solidez.

c) Características morfológicas e técnicas – A maioria das suas estruturas encontravam-se destruídas. A câmara de combustão apresentava uma altura de 40 cm, não se verificando vestígios intensos de queimado como regista o forno do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Durante os trabalhos arqueológicos não foram identificados elementos que permitam afirmar que este forno se compunha por duas câmaras, uma de combustão e outra de cozedura. A ausência destes elementos colocaram-nos algumas dúvidas de interpretação e de aproximação a paralelos da mesma época. Dos diversos fornos analisados a estrutura que nos parece mais próxima é o forno

El 16 da olaria de Denia (GISBERT SANTONJA, 1990: 87-88) devido às características da sua câmara (massames semelhantes, ainda que dois e ao topo um pouco achatado), para além de se localizar próximo das paredes do compartimento. No entanto, tendo presente as características morfológicas dos fornos islâmicos de cerâmica deste período e atentando nos dois massames que arrancam das paredes centrais do forno com dimensões aproximadas de 30 cm-38 cm, leva-nos a dizer que seriam pilares de arranque de um arco de sustentação da grelha, separando assim a câmara de combustão da de cozedura.

O acesso ao forno também é uma área que se encontra muito destruída, podendo-se apenas referir que parece haver um pequeno corredor onde se desenvolveriam as operações laborais.

d) Estratigrafia – As camadas encontradas no interior do forno são argilo-arenosas, detectando-se igualmente a presença de muitas cinzas e carvões. Aparecem também muitos fragmentos de cerâmica calcinados e vitrificados, por se encontrarem em contacto directo com altas temperaturas e cujo aspecto é o de pequenas lascas, com forma indefinida e definida, como asas de panela ou de bilha, bordos de caçoila e panelas. Todos estes elementos revelam a actividade do forno e elucidam sobre o tipo de produção desenvolvida.

Dentro da câmara apareceu ainda barro cru proveniente de objectos que deveriam ter caído da grelha e um grupo significativo de peças pertencente à última produção do forno. Trata-se de um conjunto de cinco peças inteiras – púcaros (Catálogo n^o 66-70) – e de um fragmento de panela com asa e bordo e pança (Catálogo n^o 7). São formas atribuíveis ao século XII, o que desde já nos indica o final da laboração da presente estrutura.

Exumaram-se, simultaneamente, outros fragmentos de asas e de panças que juntamente

com as peças referenciadas acima, podem contribuir para uma aproximação do tipo de cozedura feita por este forno. Tendo em conta a sua coloração pouco homogénea, com manchas escuras e mais claras, com tonalidades pouco vivas (raiano o rosado, o castanho ou o bege) ou mesmo com ambas as paredes cinzentas (caso da peça nº 7 do catálogo, que será totalmente de cozedura redutora), pensamos que as condições de cozedura desenvolvidas neste forno se aproximariam mais de um ambiente redutor, ainda que a pós cozedura fosse oxidante⁶. O que não significa que esta estrutura não fabricasse também cerâmica com características mais oxidantes, tudo dependia da quantidade de oxigenação existente durante o período de laboração⁷, no entanto, este forno teria sempre características mais redutoras⁸.



Fig. 6 – Mandarim Chinês – Fornos 2 e 3 (contextoP)



Fig. 7 – Reconstituição de um forno de barras do bairro oleiro de Marselha (La Vert et le Brun, 1995)

FORNO 2 (Mandarim Chinês: contexto P)

a) Planta – A área escavada parece adivinhar uma forma circular, cujas dimensões em corte são de 147 cm de largura máxima e 97 cm da câmara.

b) Materiais de construção – Este forno é constituído por tijolos de adobe no seu embasamento, formando uma base plana que alicerça

o arranque da própria estrutura. As paredes do forno têm uma espessura de cerca de 25 cm e são, igualmente, constituídas por adobe (fragmentos de cerâmica, pedras de pequena e média dimensão e areia, tendo argamassa como ligante). Os primeiros 20 cm apresentam uma coloração esverdeada – abejada e situam-se numa zona mais afastada do lume, enquanto que os restantes 5 cm caracterizam-se por uma cor vermelha. Em toda esta área o adobe cozeu, visto encontrar-se em contacto com o calor.

c) Características morfológicas e técnicas – Conservaram-se cerca de 100 cm de altura das paredes da câmara e toda a área interna manteve orifícios que distam horizontalmente cerca de 10 cm, sendo mais variável a sua colocação vertical que oscila entre 20-15 cm. Estamos em presença de um forno de barras, pois estes orifícios seriam utilizados para a colocação de barras, sobre as quais as cerâmicas se depositavam. Estas barras substituíam a grelha que geralmente divide a área de combustão da de cozedura e sobre a qual se arruma a louça cerâmica para o enforamento. Esta característica tecnológica é simultaneamente atestada pelo embasamento em adobe da única câmara do forno.

Muitos fornos islâmicos de barras, localizados na bacia do Mediterrâneo, foram já intervencionados e estudados, caso das estruturas encontradas em Córdova, Valência, Saragoça e Marselha⁹ o que permite estabelecer paralelos tecnológicos. Alguns destes fornos também não apresentam a grelha que separa a área de combustão da de cozedura, esta função é substituída pelos pequenos orifícios das suas paredes nos quais se colocam as barras. Uma característica morfológica geralmente associada a estes fornos relaciona-se com uma zona mais baixa, comumente escavada no sub-solo e com acesso próprio, na qual se coloca a lenha. A separação física entre a área de combustão e a de cozedura é marcada por uma banquetta a partir da qual arranca a parede com os orifícios. O sistema de tiragem presente nestas estruturas de fabricação cerâmica é vertical, tal como pensamos ser a do presente forno.

Os fornos acima descritos parecem ter em comum com o forno 2 (e com os fornos 3 e 4) a ausência de grelha, os orifícios para as barras e a tiragem vertical, no entanto, o local da combustão não se encontra tão definido face à área de cozedura, característica que releva o carácter regional e local deste conjunto de fornos de barras, ainda que estejam presentes os mesmos princípios técnicos e funcionais.

d) Estratigrafia – No interior da câmara encontravam-se camadas argilosas e muitos fragmentos de cerâmica de construção. Não se registou a presença de cerâmica pertencente ao último enforamento que identificasse de imediato a sua produção. Os materiais exumados com alguma abundância relacionavam-se com a cerâmica de produção oleira, atestada pela presença de inúmeras trempes de dimensões algo diferentes, e de rolos na sua maioria com muitos vestígios de vidro, geralmente melado e por vezes verde. Os rolos apresentavam também impressões digitais e negativos de fundos de peças (tigelas por exemplo).

Uma das funções deste forno parece relacionar-se com a vidragem das peças,

para além da sua normal cozedura¹⁰. A própria tonalidade dos vestígios de vidro depositado na superfície das barras, predominantemente melada, consolida esta hipótese, visto o óxido de chumbo¹¹ não necessitar de temperaturas muito elevadas para cozer. Por outro lado, na área de influência dos fornos cerâmicos apareceu uma escória de vidro, o que testemunha a actividade de um outro forno existente no local para a fabricação e preparação dos óxidos¹².

FORNO 3¹³

a) Planta – Parece ser o forno de menor dimensões, pois a sua câmara não ultrapassa os 47 cm de largura, desenvolvendo-se circularmente. Regista a altura de 80 cm. Uma das características mais peculiares desta estrutura de combustão relaciona-se com a sua localização na olaria, visto desenvolver-se no interior da câmara do forno 2 e tal como este também a sua orientação é indefinida, não tendo sido revelado em escavação o seu acesso.

b) Materiais de construção – O adobe é também o material de construção utilizado, caracterizando-se por uma coloração diferenciada. O seu interior tem uma cor vermelha, indiciando o contacto com temperaturas elevadas¹⁴, enquanto que no seu exterior formou-se uma camada quase negra¹⁵.

c) Características morfológicas e técnicas – A sua localização no interior de uma outra câmara dificultou a identificação de algumas características tecnológicas. No entanto pela similitude dos materiais de construção, pelo desenvolvimento da própria planta e pelo contexto estratigráfico pensamos que se trata de outro forno de barras (não se conseguiram identificar os orifícios para a colocação das barras), também com tiragem vertical.

d) Estratigrafia – Tal como no interior da câmara do forno 2 encontraram-se camadas argilosas, acentuando-se a presença de inúmeros fragmentos de cerâmica de produção oleira.

FORNO 4

a) Planta – Este forno, tal como os dois anteriores, também não foi escavado na sua totalidade. As estruturas reveladas parecem, no entanto, desenhar uma forma circular. Em corte a sua largura máxima é de 90 cm, revelando as suas paredes uma espessura de cerca de 20-24 cm. O limite interior da parede, cerca de 5 cm, regista uma cor vermelha, à semelhança do forno 2, indiciando o contacto directo com o fogo. É importante salientar que a parede Norte do forno quatro é simultaneamente a parede Sul do forno dois. Assim, todo o sistema de alicerces do forno dois serviu, igualmente, para o três e quatro, como se pode constatar no perfil. O acesso a esta estrutura permaneceu indefinido.

b) Materiais de construção – O material utilizado é o adobe.

c) Características morfológicas e técnicas – Trata-se de um forno de barras, pois a sua parede interna (cerca de 77 cm) tinha os mesmos orifícios presentes no forno dois. Não apresenta grelha nem uma segunda câmara quer no seu interior quer a uma cota mais baixa.

d) Estratigrafia – É semelhante à descrita no forno dois. Do seu interior destaca-se a presença de um número significativo de rolos e algumas trempes.



Fig. 8 – Conjunto de púcaros recolhidos no interior da câmara de combustão do Forno 1 (contexto 0)



Fig. 9 – Cerâmica de produção oleira: trempes e rolos, recolhidas no Mandarim Chinês relacionadas com os fornos 2, 3 e 4 (contexto P)

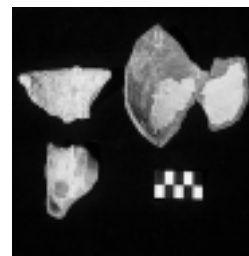


Fig. 10 – Recipientes com vestígios de engobes, recolhidos no Mandarim Chinês

Atelier oleiro do Mandarin Chinês

Num espaço com cerca de 300 cm de largura encontram-se localizados os quatro fornos acima descritos. Uma das características comuns entre eles relaciona-se com a instalação de uma parede localizada a Oeste, mais visível no forno 1, inserindo estas estruturas de combustão num compartimento, provavelmente o dos fornos. Ainda que os acessos aos fornos 2, 3 e 4 não tenham sido diagnosticados nos trabalhos arqueológicos, parece-nos lógico que a sua orientação fosse similar à do forno 1, ou seja a Oeste-Este.

O primeiro forno analisado encontra-se numa cota superior em relação às três outras estruturas, intervindo com a câmara do forno 4, da qual subsistiram 77 cm de parede. A base do forno 1 construiu-se sobre parte da área do forno 4, parecendo deixar intactos os fornos 2 e 3, e sobre um muro islâmico que ladeava a parede Sul do forno 3.

Parece-nos que tanto o forno 2 como o 4 podiam ter laborado em simultâneo. Quanto ao forno 3, como já se referiu anteriormente, teria sido instalado após a desactivação do forno 2¹⁶. Ainda que o forno 2 tivesse dado lugar ao 3, a opção pela construção desta estrutura no interior do forno 2 não fica muito esclarecida. A tecnologia utilizada para a construção foi a mesma, caracterizando-se o forno 3 pelas mesmas condições tecnológicas, logo o tipo de produção devia ter continuado. A substituição do forno 2 pelo 3 poderia simplesmente relacionar-se com problemas estruturais do primeiro forno de barras analisado, resultando mais fácil a sua substituição. No entanto, a construção do forno 3 aproveitou parte das estruturas do forno antecedente.

O forno 4 representa outra situação de abandono de actividade e de desactivação para dar lugar à construção do forno 1. Neste caso concreto optou-se por uma tecnologia

diferente, pois o forno de barras foi substituído por um forno de duas câmaras, podendo de algum modo indiciar uma mudança na fabricação dos produtos. Será que esta alteração se prenderia com as necessidades do mercado e a resposta manifestou-se pela construção num mesmo espaço do forno 1? Mas em relação ao forno 3 não se adivinham hipóteses tão claras, mantendo-se as dúvidas pela opção da construção de um forno com a mesma tecnologia do pré-existente e ao que tudo indica com dimensões inferiores.

Para além desta sobreposição de fornos num espaço tão exíguo existem outras evidências que atestam a laboração de uma olaria nesta área. Tratam-se de utensílios utilizados para o fabrico das peças cerâmicas, onde se preparavam engobes-argilas mais líquidas – ou onde simplesmente se armazenavam óxidos para os vidrados, como a presença de um conjunto de recipientes contendo restos de vidro e de barbotina, são vasilhas com uma funcionalidade vocacionada para a contentorização ou para verter os produtos de acabamento das cerâmicas. A presença de barro verde na câmara do forno 1 é uma das evidências já referenciadas.

Outro elemento extremamente importante, indiciador da laboração de uma olaria, revelador, não só da metodologia técnica utilizada como das várias fases de cozedura aplicadas às peças vidradas, relaciona-se com a presença de fragmentos de tigelas (Catálogo n^{os} 42-46) e bico de candil em biscoito¹⁷. Um dos exemplos mais interessantes parece-nos ser um fragmento de fundo no qual se aplicou a técnica da estampilha (Catálogo n^{os} 43 e 44), tinha já sido submetido à primeira cozedura e estaria pronto para a vidragem. No Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros aparece precisamente um fundo de tigela vidrada com a mesma estampilha (Catálogo n^o 54)¹⁸.

A atestar a presença de uma oficina de produção cerâmica encontraram-se, ainda, abundantes materiais ligados à própria laboração dos fornos. A já referenciada cerâmica de olaria identificada com os rolos e as trempes.

FORNO 5

a) Planta – Este forno encontrava-se bastante destruído, aproximando-se a sua forma à de um rectângulo. As suas dimensões máximas de comprimento são de 300 cm e de largura 156 cm. Durante a escavação identificou-se uma estrutura circular que corresponderia à área das câmaras (110 cm x 73 cm) e um corredor com cerca de 190 cm de comprimento e 45 cm de largura, área relacionada com o acesso e com a funcionalidade da câmara de combustão. Tem uma acessibilidade e orientação Oeste-Este como o forno 1.

b) Materiais de construção – O material utilizado na sua construção é o adobe¹⁹ (são visíveis tijolos no desenho de perfil e no topo da câmara de combustão). Apesar de não terem sido detectadas paredes a envolverem os espaços da cozedura e da alimentação do calor colocamos a hipótese da existência de uma estrutura de pedra que envolvesse a área das câmaras.

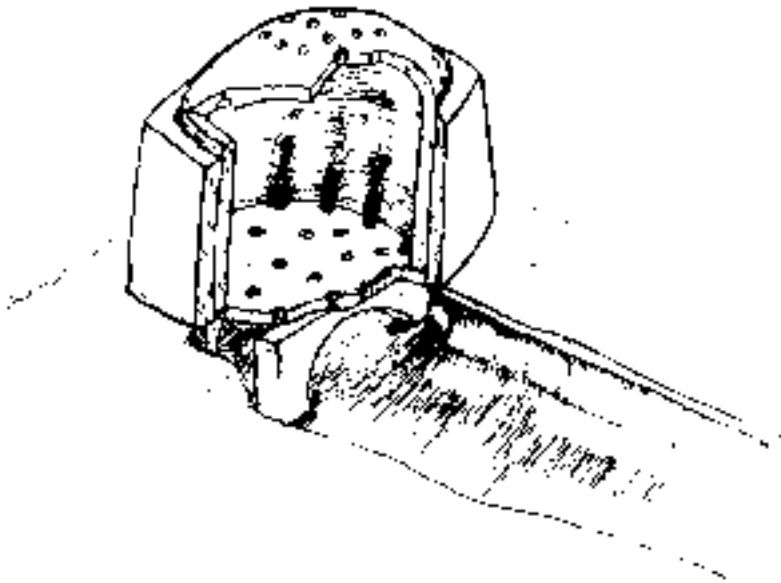


Fig. 11 – Reconstituição hipotética do Forno 5 (desenho de António José Cruz)

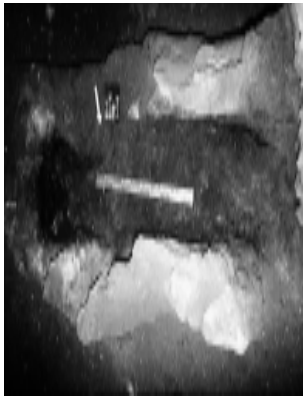


Fig. 12 – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros – Forno 5 (contexto C)



Fig. 13 – Agulheiro pertencente ao Forno 5 (contexto C) do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

c) Características morfológicas e técnicas – É um forno escavado directamente no solo argilo-arenoso, ao contrário dos descritos anteriormente. As suas paredes apresentam medidas na ordem dos 40 cm e as do topo cerca de 50 cm de largura, estando conservados 64 cm de altura. A parede Sul encontra-se muito derrubada, mas a Norte destacam-se dois pilares (c. 20x20cm), que se desenvolveriam para a área da câmara. Denota-se também a existência de outros pilares, mas de menor dimensão. Estes integravam a parede do acesso ao forno o que permitiria desenvolver uma abóbada à altura da câmara de combustão.

Outro dos elementos fundamentais para a compreensão desta estrutura

são os vestígios dos agulheiros da grelha, encontrados na zona da câmara de combustão, testemunhos de uma característica técnica essencial na passagem do calor para as peças.

Através da análise dos dados acima descritos e por comparação com outros fornos avançamos uma hipótese de reconstrução. Assim, este forno do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros seria um forno constituído por duas câmaras. A confirmar esta hipótese existe por um lado, a presença dos dois pilares que sustentariam os arcos de suporte da grelha, da qual existem os agulheiros e por outro, as paredes do corredor de acesso totalmente vitrificadas, com uma coloração muito escura, quase negra. Aliás, estes vestígios tão fortes da presença e contacto directo com o fogo é ainda mais acentuada neste corredor²⁰ do que na câmara inferior.

Este forno seria composto por:

- Uma zona onde se colocaria a lenha para a cozedura – câmara inferior, na qual também se poderiam depositar algumas peças de cerâmica para cozer. Se esta laboração se realizasse dever-se-ia construir em cada fornada uma separação em barro entre as peças e o lume.

- A área descrita seria instalada numa cota abaixo do solo²¹, ao seu nível e numa cota superior desenvolver-se-ia a câmara de cozedura. Esta teria uma entrada própria para a colocação das peças no seu interior.

- A grelha poderia ser construída em adobe, por isso, mais perecível.

- A câmara de cozedura teria uma forma circular, mas no seu exterior existiria uma «cintura» quadrangular, provavelmente em pedra, que acompanharia a quase totalidade das suas paredes.

- A cúpula da câmara de cozedura deveria ter vários orifícios para controlar a entrada de oxigénio e a saída de fumos.

- A saída de fumos seria vertical.

O forno 5, ainda que muito destruído é o que do conjunto analisado se aproxima mais facilmente dos paralelos tecnológicos existentes. A maioria dos fornos estudados na bacia do mediterrâneo ocidental aproximam-se desta tipologia salvo as diferenças regionais e locais. Por outro lado, este forno é o que mantém as marcas construtivas ou tecnológicas mais clássicas, aproximando-se dos modelos romanos herdados pelos islâmicos.

d) Estratigrafia – No interior desta estrutura existiam camadas argilosas, na sua maioria misturadas com cinzas, para além da presença de camadas constituídas exclusivamente por cinzas e carvões.

Em relação aos materiais encontrados no forno compõem-se por: panela *in situ* (Catálogo nº 5) bordos de caçoilas, panelas, jarrinhas, fragmentos de bilha, alguidar, púcaro. São cerâmicas maioritariamente decoradas com pintura branca e apresentam colorações mais vivas do que as provenientes da área dos fornos anteriores. Parece-nos que as atmosferas de cozedura deste forno seriam de tendência oxidante²², possibilitando o aparecimento das componentes ferrosas nas pastas dos seus produtos.

As camadas próximas da área funcional do forno apresentam cerâmicas que estiveram expostas a um calor intenso, encontrando-se toda estalada, vitrificada ou lascada²³.

Área de olarias de tradição islâmica?

Como já se disse os quatro fornos do M.C. integram uma olaria, que ainda poderá vir a ser revelada no seu conjunto. Em relação ao B.C.P. temos um forno isolado, enquanto elemento pertencente a um conjunto de estruturas produtivas, mas que se integra na mesma área geográfica de laboração dos anteriores.

Trata-se de um conjunto de fornos de

pequena dimensão e com características tecnológicas com alguma peculiaridade, o que lhes confere um carácter local. O forno 5 parece o mais universal, tanto nas dimensões (ainda que menores) como na tecnologia empregue.

4. OS CONTEXTOS CERÂMICOS

A apresentação preliminar dos contextos cerâmicos exclusivamente islâmicos, identificados *in situ* nas duas intervenções, não sujeitos a perturbações estratigráficas demasiado destrutivas, efectuar-se-á apelando para a sua possível correlação com a produção dos fornos que acabamos de descrever.

A caracterização das produções dos núcleos oleiros é dificultada, principalmente no Mandarim Chinês, pelo facto de não ter sido identificada qualquer fossa de despejo de peças rejeitadas, frequentes em *ateliers* de olaria.

Como já foi referido, os fornos identificados produziam essencialmente dois géneros de peças cerâmicas: os fornos 1 e 5, produziam cerâmica comum, com ou sem pintura branca, fabricando essencialmente recipientes de utilização doméstica: louça de cozinha, mesa e armazenamento, como sejam: panelas (Catálogo nºs 5-7, 11-12), caçoilas, cântaros e púcaros (Catálogo nºs 65-70). Os fornos 2, 3 e 4 terão produzido cerâmica vidrada, essencialmente tigelas (Catálogo nºs 40, 42-46), tendo sido identificados fragmentos de um candil e um texto (Catálogo nº 22).

Em relação ao primeiro grupo de produção, o da cerâmica de utilização doméstica, é constituído por tipos cerâmicos largamente predominantes (MACIAS, 1998: 115), em quase todos os contextos, de uma forma mais ou menos abundante, facto lógico se considerarmos que se tratam de peças de uso corrente e generalizado. Este facto não leva a concluir que as peças deste tipo recolhidas nos dois sítios tenham sido produzidas na sua totalidade nos fornos 1 e 5. Este tipo de produção será o mais frequente existindo, por isso, seguramente em Lisboa numerosos oleiros que se dedicavam a ela. Não parece legítimo recorrer à semelhança formal ou mesmo ao mesmo tipo de pastas, pois eventualmente as olarias de Lisboa não apresentariam grandes distinções a este nível entre si. No entanto, devido à proximidade dos contextos não será arrojado afirmar que grande parte das peças em cerâmica comum recolhidas em níveis islâmicos nas duas intervenções arqueológicas, terão provavelmente sido produzidas nestes dois fornos²⁴.

Em relação às produções dos fornos de barras aqui caracterizados, relativas a peças vidradas tão características da cultura material islâmica, há a salientar que em quase todos os contextos se identificam tigelas vidradas (Catálogo nºs 47-54), sendo a técnica decorativa mais frequente a pintura a óxido de manganês, da qual não se verificaram indícios de produção nos nossos fornos. A única técnica decorativa da qual se observou com evidência vestígios de produção é a estampilhagem vidrada, com motivos florais ou arquitectónicos (Catálogo nºs 43-45) e



Fig. 14 – Tigela de decoração incisa (Catálogo nº 61)

vidrado parcial (Catálogo nº 46), e que aparecem nos contextos escavados de forma muito pontual, parecendo esta baixa frequência indicar que se tratavam de peças de utilização seleccionada.



Fig. 15 – Tigela de decoração estampilhada (Catálogo nº 45)

No que diz respeito aos candis, eles são relativamente abundantes nos contextos do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, apresentando razoável diversidade de formas e técnicas decorativas: em cerâmica comum (Catálogo nº 27-31), com pintura de barbotina clara (Catálogo nº 32) decorados a verde e manganês (Catálogo nº 39), decorados com vidrado parcial (Catálogo nº 38) e simplesmente vidrados (Catálogo nº 33-37). Destes últimos, três exemplos apresentam semelhanças formais com o fragmento inacabado proveniente das camadas relacionadas com os fornos de barras (Catálogo nº 33, 34 e 38).

Assim, e precisamente devido à diversidade do conjunto, não recolhemos elementos que nos permitam afirmar que a maioria dos candis exumados fosse fabricada naquele *atelier* oleiro.

Alterando agora a abordagem, da positiva para a negativa, existem tipos de produções dos quais se pode afirmar, com elevado grau de segurança, que não terão sido fabricados nestas olarias.

Essencialmente provenientes de contextos do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, foram identificados alguns conjuntos de peças finas, que se podem considerar de utilização restrita e que não eram produzidas nas olarias analisadas, nem mesmo na cidade ou sua região de influência. Tratam-se de peças, provavelmente, provenientes das olarias de produção mais especializada do Sul. Distinguímos três grupos nestas condições: peças de pasta clara com pintura vermelha (Catálogo nº 55, 56 e 64); peças decoradas a verde e manganês (Catálogo nº 57, 58 e 62); e por fim, peças em corda seca total (Catálogo nº 59 e 60) e parcial (Catálogo nº 71 e 72).



Fig. 16 – Tigela pintada a vermelho (Catál. nº 56)



Fig. 17 – Tigela de verde e manganês (Catál. nº 57)

Estes grupos de peças ilustram o cosmopolitismo da cidade – a existência de contactos com as grandes capitais do sul al-Andaluz e do Magreb, de onde provavelmente eram originários este tipo de artigos de luxo (CATARINO, 1995: 77). No entanto, parece claro pelos dados disponíveis para o arrabalde, mas igualmente para as restantes intervenções na cidade, que os produtos de luxo, nomeadamente os cerâmicos, não afluíam a Lisboa, em quantidade semelhante aos observados nos aglomerados urbanos do Sul do Garb. Este facto devia-se talvez à maior dificuldade de navegação da costa atlântica e à quase exclusividade da forma de distribuição marítima deste tipo de produtos (TORRES, 1992: 393).

Por outro lado, demonstram que este arrabalde, apesar da sua posição marginal em relação à parte nobre da cidade, seria igualmente ocupado por grupos de algum poderio económico e social e que habitariam, na zona ribeirinha, devido à actividade económica a que se dedicavam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arrabalde ocidental de Lisboa é um fenómeno urbanístico de formação datável de cerca do século X (ou finais do IX), constituindo expressão de uma tendência de descompartimentação da cidade para o exterior marítimo, sentida na generalidade das cidades mediterrânicas andaluzas. Assim, os contextos de ocupação assentam normalmente sobre depósitos heterogéneos, de formação essencialmente natural, que integram materiais islâmicos, por vezes de cronologia anterior e apresentando normalmente aspecto rolado.

As construções identificadas orientam-se pelo esteiro do Tejo em função da qual existem e funcionam, alicerçando-se frequentemente, em substratos estruturais romanos, que devido à sua solidez e dimensão, seriam ainda neste período perceptíveis.

O arrabalde é entre o final do século IX e a Reconquista da cidade e nomeadamente, nos séculos XI e XII (cronologia para a qual aponta a grande maioria dos materiais identificados), densamente ocupado, embora as construções identificadas aparentem ter características construtivas modestas. De salientar, no entanto, que na cidade islâmica a grandiosidade arquitectónica é normalmente apenas reservada a edifícios religiosos, militares e palacianos. De qualquer forma há a destacar os pavimentos argamassados e de revestimento cerâmico, bem como o esgoto, como elementos de requinte e qualidade construtiva, típicos da casa urbana islâmica.

A intensidade de ocupação humana neste espaço – tempo é ilustrada de uma forma muito evidente pela quantidade e qualidade dos contextos estratigráficos identificados, nomeadamente, se comparada como período subsequente, pós-Reconquista. A rápida reorganização das paróquias do arrabalde ocidental após a Reconquista demonstra contudo, a recuperação urbanística desta parte da cidade (COELHO, 1998: 286).

	NARC	NARC	MC	MC
Contextos	Com misturas	Puros	Com misturas	Puros
Islâmicos	251	56	53	18
Medievias-cristãos	115	16	30	7

O arrabalde terá possuído um conteúdo funcional específico, expresso pela sua localização ribeirinha: as actividades portuárias, artesanais e comerciais seriam predominantes. Aliás esta «especialização funcional» da baixa da cidade, insere-se num processo de longa duração, podendo-se considerar uma constante. Foram identificados nestas duas intervenções exemplos de unidades industrio-artesanais, em todos os contextos históricos aí presentes: olaria ibero-púnica, indústria de transformação e conserva de peixe romana, olarias islâmicas, processamento de frutos islâmica, olaria medieval, ferraria quinhentista, moagem pré-pombalina, oficina de metalurgia pós-pombalina. Aos vestígios estruturais juntam-se abundantes vestígios materiais móveis dessas actividades de transformação pré-industriais.

No que diz respeito à produção artesanal em período islâmico, as olarias revestem-se de especial importância, uma vez que em duas intervenções arqueológicas, foram identificados cinco fornos.

Em primeiro lugar, analisar-se-ão os elementos cronológicos. A data de construção ou início de laboração destas oficinas é de determinação complexa. Os fornos 2, 3, 4 e 5 assentam sobre depósitos heterogéneos romano – islâmicos, ou mesmo sobre estruturas romanas (fornos 2, 3 e 4). Consideramos como hipótese provável que a sua construção se situe durante o século X, uma vez que parece evidente que

estes laboravam já no século XI. Esta cronologia inicial aproxima-se da própria formação do arrabalde. A construção do forno 1, terá sido mais tardia, eventualmente já no século XI, uma vez que o forno 4 é desactivado pela sua construção. A necessidade de diversificação de produções poderá ser a explicação para esta ocorrência, assim como as vantagens de produzir peças de consumo generalizado. Por sua vez, a construção do forno 3, terá desactivado o forno 2.

O forno 1 e alguns dos fornos de barras terão laborado simultaneamente durante os séculos XI e inícios de XII. O forno 1 parece ter persistido aos restantes. Esta afirmação é baseada fundamentalmente nas peças identificadas no interior da sua câmara e que ilustram a última ou uma das últimas produções. Tratam-se de peças em cerâmica comum sem decoração (poderão estar inacabadas), datáveis do século XII, que apresentam características formais de transição para as tipologias da loiça medieval, de que é bom exemplo a fabricada na presumível olaria medieval do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, da qual se identificou apenas uma fossa (GASPAR, et al. 1997).

Em segundo lugar há que caracterizar a amplitude da produção destas olarias em termos do mercado destinatário. Parecem tratar-se de estruturas produtivas de pequena/média dimensão cuja produção quantitativa não deveria abastecer um mercado muito vasto.

Assim, as peças de utilização generalizada (loiça doméstica) destinam-se-iam preferencialmente ao mercado urbano, sendo que as de consumo mais restrito (as vidradas) poder-se-iam destinar a todo o território dominado por Lisboa, cujos habitantes aqui recorriam para se abastecer de artesanato.

Uma cidade da dimensão e importância de Lisboa, neste período, necessitaria de numerosas olarias ou de olarias de maiores dimensões para abastecimento próprio e do seu território. Apesar da localização tão próxima destas estruturas, e da conhecida característica urbana islâmica de agrupamento dos ofícios num mesmo bairro ou rua, julgamos que a cidade poderia já possuir uma outra área especializada na produção oleira na encosta NE – actuais Anjos – zona tradicional (juntamente com Santos) de localização das olarias de Lisboa até aos nossos dias (FARINHA, 1932: 10). Aliás é conhecida, após a Reconquista, a autorização de permanência de alguns «mouros» na cidade, sendo que a sua actividade era precisamente a produção oleira (FARINHA, 1932: 13). A localização de um conjunto de oleiros junto ao esteiro (que aliás poderia atingir os Anjos) oferecia a vantagem da facilidade de abastecimento de lenha, argilas e escoamento de produção, por via fluvial.

A produção oleira na cidade prolongou-se após a reconquista afigurando-se como muito provável a continuidade dos locais especializados de produção já existentes na cidade islâmica (ARAÚJO, 1983: 265; CATARINO, 1995: 76), não se verificando rupturas fortes a nível da produção e, logo, da cultura material.

Na observação histórico-arqueológica deste arrabalde islâmico antevê-se uma cidade que floresce virada para o estuário e para o mar, características bem enraizadas nas origens da cidade. Se nos primeiros tempos de dominação cristã esta tendência se atenua, devido a diferenças de modelos civilizacionais, por um lado, e às condições

de instabilidade político-militares, por outro, é passageiramente (COELHO, 1994: 83). O sentido do que iria ser o desígnio desta cidade já se adivinhava de forma irreversível nos séculos XI e XII.

Na conclusão deste estudo gostaríamos de agradecer a colaboração de Cláudio Torres, Susana Gomes (na classificação e descrição das cerâmicas) e a Maria João Sousa e Sofia Gomes (na elaboração do Catálogo). Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente, à Fundação Banco Comercial Português, pelas facilidades concedidas no acesso às peças expostas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. O restauro de peças foi da responsabilidade de Antónia Gonzalez. Os desenhos de peças são da autoria de Armando Sabrosa, Sofia Gomes, Maria João Sousa, Marta Matos, António José Cruz e José António Marono. As fotografias de peças são da autoria de Pedro Barros e Deolinda Folgado.

NOTAS

- 1 Os trabalhos decorreram em três campanhas: Junho – Outubro de 1991; Dezembro – Março de 1994; Abril de 1994 – Junho de 1995.
- 2 Os trabalhos decorreram em duas campanhas: Outubro de 1992 – Janeiro de 1993; Março – Junho de 1996.
- 3 Encontra-se em curso, em colaboração com o CIPAIPA, o projecto de investigação em Paleobotânica «Testemunhos alimentares do período islâmico, em Lisboa».
- 4 THIRIOT, 1992:143.
- 5 De acordo com análises elaboradas pelo Departamento de Cerâmica da Universidade de Aveiro estes fornos poderiam atingir temperaturas até cerca de 900 graus.
- 6 BAZZANA, 1979: 173-174; indica um quadro demonstrativo dos vários tipos de cozedura e sua conjugação com as pós-cozeduras.
- 7 Afirmar que o forno 1 tem características técnicas que possibilitam apenas a produção de cerâmica redutora é muito controverso, porque tudo dependia da quantidade de oxigénio que o oleiro deixasse circular durante uma cozedura ou então com os

- condicionalismos da pós-cozedura. Numa mesma fornada podem existir peças com características mais oxidantes ou mais reductoras, muitas vezes dependia da própria colocação da cerâmica no forno, se estava mais em contacto com o fogo ou se se encontrava mais distanciada. Está por realizar, em Portugal, todo um trabalho de experimentação em que fosse possível reconstituir os fornos, de modo a fazer-se algumas produções que possibilitassem o estabelecimento de paralelos, tanto a nível das características técnicas dos fornos como das condições de produção (temperatura alcançada, quantidade de oxigénio que circulava, condições necessárias para se desenvolverem ambientes de sub-cozedura ou sobre-cozedura etc.).
- 8 De acordo com o Engenheiro João Labrincha, presidente do Conselho Directivo do Departamento de Cerâmica e Vidro da Universidade de Aveiro, só existe uma cozedura oxidante quando durante a laboração do forno existe a mesma percentagem de oxigénio que existe na atmosfera, ou seja com valores próximos a 21%.
 - 9 Para o estudo de fornos de barras ver o catálogo Le Vert et le Brun,... 1995; MARCHESI, *et al.*, 1997.
 - 10 Para além destes fornos poderem ser utilizados tanto para vidragem como para a cozedura, seria comum numa mesma fornada existirem diferentes categorias de cerâmica (monocozedura, segunda cozedura – vidrado, *biscuit*), à semelhança com o que sucedia nos fornos do século XIII de Marselha (MARCHESI, *et al.*, 1997:175).
 - 11 Para uma correcta identificação dos óxidos utilizados nas peças dever-se-ia recorrer a análises químicas. No entanto, pelas colorações apresentadas nas diversas barras dos fornos ou nas próprias peças, com tonalidades a oscilarem entre o melado e o verde, parece-nos que o óxido de chumbo seria utilizado preferencialmente, como um componente base, ainda que se misturassem outros óxidos, de modo a obter outras cores, como o ferro ou estanho.
 - 12 Associados aos fornos de cozedura das peças existem, geralmente, umas estruturas de fabrico da pasta vítrea ou seja da oxidação do chumbo. Os fornos do Mandarin Chinês que se relacionam com outras evidências de laboração do oleiro, conduzem-nos para a existência de uma olaria onde se faria o processo completo do produto. Portanto, seria provável a existência nesta oficina de um forno de óxido de chumbo. Só que tal evidência não foi detectada. Como revela o conjunto dos fornos esta olaria teria características locais e uma baixa produção face aos fornos conhecidos na bacia Mediterrânica, assim, o forno de chumbo poderia ser igualmente arcaico, escavado no solo, à semelhança com o que sucede ainda hoje em África (MARCHESI, *et al.*, 1997:153-164).
 - 13 Para a identificação deste forno agradece-se a colaboração do especialista Jacques Thiriot. De acordo com a sua experiência é comum assistir-se à desactivação de fornos e à construção de outros no mesmo espaço, afastando-se somente um pouco dos iniciais. Aliás, o mesmo se pode aplicar a outros fornos mais arcaicos, como as soengas. Na maioria das vezes, os enforamentos realizam-se na mesma área, resultando em frequentes sobreposições destas frágeis estruturas.
 - 14 De acordo com dados da Universidade de Aveiro.
 - 15 A presença desta parede enegrecida do forno, levou-nos inicialmente a avançar com a hipótese da sua exposição directa com o fogo, sugerindo a existência de uma câmara mais pequena dentro de outra de maiores dimensões. Assim, a câmara mais pequena receberia o aquecimento indirectamente, sem que as cerâmicas colocadas no seu interior estivessem em contacto com o lume. Esta hipótese indicaria, de uma maneira arcaica, a existência de um primitivo processo de mufla.
 - 16 Como tem revelado os dados de escavações sobre os *ateliers* oleiros da bacia do Mediterrâneo, nomeadamente os do Sul de França, numerosos fornos são abandonados e, muitas vezes, aproveitam-se parte das suas estruturas. Assim, outros se edificam, ocupando parte da área das antigas estruturas de combustão. Situação análoga parece ter ocorrido com os fornos 2 e 3 do Mandarin Chinês. (MARCHESI, *et al.*, 1997).
 - 17 É uma cerâmica que apresenta uma coloração muito clara (rosada) e uma pasta pouco consistente, pois desfaz-se muito rapidamente.
 - 18 Este tipo de achados são comuns nas olarias já estudadas até ao momento. (MARCHESI, *et al.*, 1993; MARCHESI, *et al.*, 1997).
 - 19 Composição próxima do adobe utilizado nos fornos do Mandarin Chinês. Ver as descrições anteriormente feitas.
 - 20 Poderemos inferir que esta área mais rectangular, correspondente ao corredor de acesso à câmara de combustão, poderia assumir a própria função desta câmara. No entanto, não se afasta a hipótese da lenha ser colocada mesmo por debaixo das peças.
 - 21 Não é por acaso que a maioria dos vestígios arqueológicos dos fornos são, geralmente, constituídos pelas câmaras de combustão. E precisamente a sua colocação numa cota mais baixa do que o solo que permite a sua sobrevivência à voragem do tempo (MARCHESI, *et al.*, 1997).
 - 22 As observações elaboradas para os fornos do Mandarin Chinês sobre as atmosferas de cozedura aplicam-se, igualmente, para este forno.
 - 23 Situação análoga à dos fornos do Mandarin Chinês.
 - 24 A caracterização química das pastas produzidas nestas olarias, permitirá tirar mais conclusões acerca da importância relativa destas produções. Este trabalho está em curso no âmbito do projecto *POILIX* – Produção oleira no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica, aprovado em PNTA, da responsabilidade das signatárias.
 - 25 O objectivo deste catálogo é o de divulgar de uma forma que represente quantitativa e qualitativamente o espólio cerâmico, deste contexto cronológico, recolhido nas duas intervenções arqueológicas em estudo. Esta listagem reveste-se contudo, de carácter preliminar, encontrando-se em curso o estudo técnico, formal e laboratorial.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Clementino (dir.), 1995 – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, Lisboa, Fundação Banco Comercial.
1998 – «Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível», *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 61-71.

- AMARO, C., BUGALHÃO, J., SABROSA, A., 1995 – «A Fabrica Romana da Salga de Peixe da Rua Augusta – Notícia Preliminar», *Actas das I Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado*, 1991, Seixal, Câmara Municipal do Seixal.
- ARAÚJO, Luís, 1983 – «Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular», *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, Volume 1, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 245-289.
- BANHA, Carlos Manuel dos Santos, 1998 – «As cerâmicas do Alto do Senhor da Boa Morte (Povos): estudo preliminar», *Cira*, 7, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 75-109.
- BAZZANA, A., 1979 – «Cerámiques Médiévales: les methodes de la discription analytique appliqués aux productions de l’Espagne Orientale», *Melanges de la Casa de Velasquez*, vol. XV, Paris, 1979, pp. 135-185.
- 1980 – «Cerámiques Médiévales: les poteries decoreés. Chronologie des production *medievales*», *Melanges de la Casa de Velasquez*, vol. XVI, Paris, pp. 57-98.
- 1986 – «Typologie et fonction du mobilier céramique d’une alqueria musulmane à Valence aux XI^e et XII^e siècles: Santa Fe de Oliva», *La ceramica medieval nel Mediterraneo Occidentale*, Fireze, Edizioni MI’insegna del Giglio.
- BUGALHÃO, J., SABROSA, MONTEIRO, J.L., 1994 – «BCP – Rua Augusta /Rua dos Correeiros. Campanha de 1993/94», *Al-madan*, 3, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 110.
- CARVALHO, A.R., FARIA, J.C., 1994 – «Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal», *Arqueologia Medieval*, 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 101-111.
- CATARINO, Helena, 1992 – *Cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir*, Catálogo do Museu Municipal de Arqueologia, Loulé, Câmara Municipal de Loulé.
- 1995 – «A ocupação Islâmica», *História de Portugal*, dir. João Medina, Amadora, Ediclube, pp.45-92.
- 1997-1998 – «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica», *Al-Ulya*, nº 6, 3 volumes, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
- CARUSO, Nino, s.d. – *Cerâmica Viva. Manual práctico de la técnica de elaboración cerâmica antigua y moderna de Oriente y Occidente*, Barcelona, Ediciones Omega, S.A.
- Ceramica Preindustrial en la Provincia de Vallodolid*, 1989 – Tomo 1, Vallodolid.
- COELHO, António Borges Coelho, 1994 – «O domínio germânico e muçulmano», *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 75-88.
- 1998 – Lisboa nos primeiros séculos após a «Reconquista», *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 277-287.
- Conquista de Lisboa aos mouros em 1147. Carta de um cruzado inglês*, 1989 – Lisboa, Livros Horizonte.
- CORREIA, Fernando, 1991 – «Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja», *IV Congresso Internacional, a cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 373-385.
- COUTINHO, Hélder M. R., 1993 – «Cerâmica Muçulmana no Montinho das Laranjeiras», *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 39-54.
- CRESPO, J. A. Millán, 1986 – «Un horno de cerámica del siglo X», *Segundo Coloquio Internacional de Cerâmica Medieval*, Ministério de Cultura.
- FARINHA, P.^o António Lourenço, 1932 – *Notícia Histórica do Bairro das Olarias (Lisboa)*, Cucujães, Tipografia do Colégio das Missionários de Cucujães.
- FERNANDES, Hermenegildo, 1986 – «Uma cidade no Imaginário Medieval: Lisboa Medieval nas descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granvilie», *Estudos Medievais*, nº 7, Porto, Centro de Estudos Humanísticos do Ministério da Cultura, pp. 3-27.
- FERNANDES, I.C.F., CARVALHO, A.R., 1997 – «Cerâmicas do Castelo de Palmela», *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du VI^{ème} Congrès l’AIECM2*, Aix-en-Provence, Narration Éditions, pp. 327-335.
- GASPAR, Alexandra, AMARO, Clementino, 1997 – «Cerâmicas dos séculos XII-XV da cidade de Lisboa», *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du VI^{ème} Congrès l’AIECM2*, Aix-en-Provence, Narration Édition, pp. 337-345.
- GARCIA, Mercedes Mesquita, 1995 – «Un pueblo alfarero medieval: Paterna (Valencia) estudio etno – arqueológico y documental», *Actas das primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, pp. 229-243.
- GISBERT SANTONJA, Josep. A., 1990 – «Los hornos del alfar islâmico de la Avda. MontgólCalle Teulada, Casco urbano de Denia (Micante)», *Fours de Potiers et “Testares” médiévaux en Méditerranée Occidentale*, Série Archéologie XIII, Madrid, Publications de la Casa de Velázquez, pp. 75-91.
- GOMES, Mário, 1990 – *Catálogo da Exposição Permanente, Museu Municipal de Arqueologia de Silves*, Silves, Câmara Municipal de Silves.
- GOMES, Rosa Varela, 1988 – «Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves», *Xelb*, 1, Silves: Câmara Municipal de Silves.
- 1991a – «Cerâmicas almoadas do Castelo de Silves», *IV Congresso Internacional, a cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 387-403.
- 1991b – «Cerâmicas muçulmanas orientais e orientalizantes do Castelo de Silves», *Estudos Orientais II. O legado de Judeus e Mouros*, Lisboa, Centro de Estudos Orientais da FCSH da Universidade Nova, pp. 13-39.
- 1995 – «Cerâmicas muçulmanas de Silves, dos séculos VIII^e IX^e», *Actas das I^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 19-32.
- GOMES, Rosa Varela, GOMES, Mário, Lisboa, 1986 – «Cerâmicas estampilhadas muçulmanas e Mudéjares do Poço-Cisterna de Silves», *Trabalhos de Arqueologia*, 3, *I Encontro de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, Lisboa, IPPC, pp. 127-141.
- GOMES, Mário, GOMES, Rosa Varela, 1995 – «Cerâmicas muçulmanas: quais as metodologias arqueológicas?», *Actas das I^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 41-50.
- GÓMEZ MARTTINEZ, Susana, 1994 – «La cerâmica “Verde y Morado” de Mértola (Portugal)», *Arqueologia Medieval*, 3, Porto, Edições Afrontamento, pp.1 13-132.
- 1997a – «Loiça dourada de Mértola», *Arqueologia Medieval*, 5, Porto: Edições Afrontamento, pp. 137-162.
- 1997b – Cerâmica decorada islâmica de Mértola – Portugal (ss. IX-XIII)’, *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du VI^{ème} Congrès l’AIECM2*, Aix-en-Provence, Narration Éditions, pp. 311-325.
- 1998 – «A Cerâmica no Gharb al-Andaluz», *Portugal*

- Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, MNA, pp. 121-131.
- KHAWLI, Abdallah, 1992 – «Lote de Cerâmica epigrafada em estampilhagem de Mértola», *Arqueologia Medieval*, 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 7-25.
- 1993 – «Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento da Mértola Islâmica», *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 63-78.
- MACIAS, Santiago, 1992 – «Os silos 4 e 5 de Mértola – uma proposta de datação de espólio cerâmico», *Arqueologia Medieval*, 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 27-34.
- 1996 – *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da alcáçova*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- 1998 – «Casas Urbanas e quotidiano no Garb al-Andaluz», *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 109-120.
- MARCHESI, H., THIRIOT, J., VALLAURI, L., 1993 – «Le bourg des potiers au XIII^e siècle "l'import"», *Le Temps des Découvertes. Marseille, de Protis à la Reine Jeanne*, Musée d'Histoire de Marseille, pp.37-50.
- MARCHESI, H., THIRIOT, J., VALLAURI, L. (Dir.), 1997 – *Marseille, les ateliers de potiers du XIII^e. et le quartier Sainte-Barbe (VO-X1110 S.)*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1993 – «O "Portugal" islâmico», *Portugal das Invasões Germânicas à «Reconquista»*, Nova História de Portugal, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, pp. 117-249.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, et al., 1990 – «Atlas de cidades medievais portuguesas», *História Medieval*, 1, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MATOS, José Luís de, 1982/3 – «Forno de cerâmica», *Informação Arqueológica*, 5, Lisboa, IPPC, p. 77.
- 1991a – «Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila», *IV Congresso Internacional, a cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 429-372.
- 1991b – «Influências orientais na cerâmica muçulmana do Sul de Portugal», *Estudos Orientais II. O legado de Judeus e Mouros*, Lisboa, Centro de Estudos Orientais da FCSH da Universidade Nova, pp. 75-83.
- 1997 – «O período islâmico no Cerro da Vila», *Noventa séculos entre a serra e o mar*, Lisboa, IPPAR, pp. 459-467.
- 1999 – *Lisboa Islâmica*, Lisboa, Instituto Camões.
- MATTOSO, José, 1985 – *Identificação de um país*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MAZZOLI-OUINTARD, 1996 – *Ville d'al-Andaluz. L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VII^e-XV^e siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- MESQUIDA GARCIA, Mercedes, 1995 – «Un pueblo alfarero medieval: Paterna (Valencia) estudio etno-arqueológico y documental», *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 229-241.
- PAIXÃO. A.C., FARIA, J.C., CARVALHO, A.R., 1994 – «O Castelo de Alcácer do Sal, um projecto de arqueologia urbana», *Bracara Augusta – Actas do Encontro de Arqueologia Urbana*, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, pp. 210-256.
- PASTOR, Moreno, Alfonso, 1992 – «La Cocción de los materiales cerámicos», *Tecnología de la cocción cerámica desde la Antigüedad a nuestros días*, Alicante, Asociación de Ceramología, pp. 19-38.
- RHODES, Daniel, s.d., *Les Fours*, Paris, Dessam et Tolra.
- SEMPERE, Emile, 1982 – *Rutas a los alfares. Espana y Portugal*, Barcelona.
- TEICHNER, Felix, 1994 – «Acerca da villa romana de Milreu/Estói. Continuidade da ocupação na época árabe», *Arqueologia Medieval*, 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 89-100.
- THIRIOT, Jacques, 1986 – «La production de la céramique commune grise du moyen age en Vzège et Bas-Rhône: état de la question», *La Ceramica Médiévale nel Mediterraneo Occidentale*, All'Insegna dei Giglio, pp. 235-250.
- 1990 – «Les Fours de Potiers, problemes de méthode. Table Ronde», *Fours de Potiers et «Testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale*, Série Archéologie XIII, Madrid, Publications de la Casa de Velázquez, pp. 169-200.
- 1992 – «Du four a l'atelier de potier: quelques reflexions pour une meilleure connaissance de cet artisanat medieval», *Tecnología de la cocción cerámica desde la antigüedad a nuestros días*, Alicante, asociación de ceramología, pp. 141-152.
- TORRES, Cláudio, 1987 – *Cerâmica islâmica portuguesa. Catálogo*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- 1992 – «O Garb-Al-Andaluz», *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 361-437.
- 1994 – «Lisboa Muçulmana», *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp.80-85.
- 1995 – «O espaço familiar e formas de habitar no Garb al Andalus», *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 33-40.
- 1998 – «O Islão do Ocidente: fenómenos de permanência e descontinuidade», *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 57-60.
- TORRES, C., GÓMEZ, 5., 1995 – «Le vert et le brun au Portugal», *Le Vert et brun. Catalogue de la exposition*, Marselha, pp. 99-102.
- TORRES, Cláudio, MACÍAS, Santiago, 1998 – *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- TORRES, C., PALMA, M.P., REGO, M., MACIAS, S., 1991 – «Cerâmica islâmica de Mértola – propostas de cronologia e funcionalidade», *IV Congresso Internacional, a cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 497-536.
- 1991 – «Influências orientais na cerâmica muçulmana do Sul de Portugal», *Estudos Orientais II. O legado de Judeus e Mouros*, Centro de Estudos Orientais da FCSH da Universidade Nova Lisboa, pp. 75-83.
- 1996 – «Técnicas e utensílios de conservação de alimentos na Mértola islâmica», *Arqueologia Medieval*, 4, Porto, Edições Afrontamento, pp. 203-218.
- TORRES BALBAS, Leopoldo, s.d. – *Ciudades Hispano-musulmanas*, Tomos I e II, s.l., Ministério de Assuntos Exteriores.
- Le Vert & Le Brun, de Kairoun à Avignon, céramiques du X^e au XV^e siècle*, 1995 – Marseille, Musées de Marseille – Réunion des Musées Nationaux.
- VIEGAS, Catarina, ARRUDA, Ana Margarida, 1999 – «Cerâmicas Islâmicas da Alcáçova de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 2, nº 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 105-186.
- VILLALBALBA, Jose Aguado, 1983 – *La Ceramica Hispanomusulmana de Toledo*, Madrid, Artes y Artistas.

CATÁLOGO²⁵

N^o: Catálogo: 1

N^o: de Inventário: BCP/Lx 93

Tipo: Panela Função: Cozinha

Dimensões: Øboca: 120 mm largura máxima: 206 mm altura: 188 mm Øbase: 117 mm

Descrição: Bordo boleado extrovertido, de secção triangular; colo curto, convexo; bojo globular; duas asas verticais, em fita.

Decoração: Colo: conjuntos de três traços de pintura branca; bojo: conjuntos de três traços, intercalados com motivos bolbolares, de pintura clara e caneluras.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, granulosa e ligeiramente porosa; grandes e abundantes e.n.p.: quartzo, mica e sílica.

Cronologia: Seculo XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: C (?) – Olaria

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 8, Camada 11.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

N^o: Catálogo: 2

N^o: de Inventário: BCP/Lx 233

Tipo: Panela Função: Cozinha

Dimensões: Ø boca: 132mm largura máxima: 223 mm altura: 182 mm Ø base: 130 mm

Descrição: Bordo boleado extrovertido de secção triangular; colo curto e convexo; bojo globular; fundo côncavo; duas asas verticais em fita.

Decoração: Bojo: conjuntos de três traços horizontais intercalados por traço vertical e caneluras.

Técnica: Torno; cozedura redutora/oxidante.

Pasta: Compacta, granulosa e ligeiramente porosa; com presença de chamota e volumosos e abundantes e.n.p.: quartzo, mica e sílica; presença de vacuólos.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Camada 7.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.



N^o: Catálogo: 3

N^o: de Inventário: BCP/Lx 3454

Tipo: Panela Função: Cozedura

Dimensões: Ø boca: 105 mm largura máxima: 184 mm

altura: 161 mm Ø base: 111 mm

Descrição: Bordo boleado extrovertido, de secção rectangular; colo curto; bojo globular, fundo côncavo; duas asas verticais em fita (de uma apenas se conserva o arranque).

Decoração: Bordo: um conjunto de três traços verticais em pintura branca; bojo: conjuntos de três traços verticais e diagonais, por vezes inter cruzados, intercalados com motivos vegetalistas e em zigzague, em pintura branca e dois conjuntos de duas caneluras; asa: três conjuntos de três traços horizontais em pintura branca.

Técnica: Torno; cozedura redutora.

Pasta: Compacta, com presença de chamota e e.n.p.: quartzo, mica, calcário e sílica.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: I Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 18.

N^o: Catálogo: 4

N^o: de Inventário: BCP/Lx 2984

Tipo: Panela Função: Cozinha

Dimensões: Øboca: 100 mm largura máxima: 135 mm

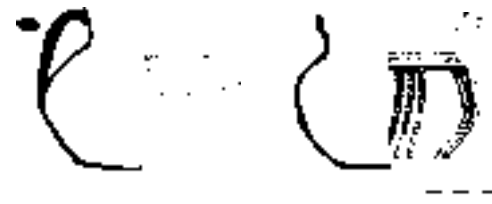
altura: 124 mm Øbase: 70 mm

Descrição: Bordo boleado introvertido de secção rectangular; colo curto, bojo globular; fundo côncavo; arranque de duas asas.

Decoração: Bordo: conjuntos de três traços verticais em pintura branca; arranque do bojo: conjunto de três traços horizontais em pintura branca; bojo: conjuntos de três traços verticais em pintura branca e caneluras; asa: podem observar-se apenas dois traços de pintura branca.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, com abundantes e.n.p.: calcário, mica e quartzo.



Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.
Contexto: D (?) – Estrutura habitacional.
Estratigrafia: 2NE, Q. L13-14/M13-14, Camada 14.

N.º: Catálogo: 5

N.º: de Inventário: BCP/Lx 20

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 152 mm largura máxima: 193 mm
altura: 160 mm Øbase: 110 mm

Descrição: Bordo extrovertido de secção quadrangular; colo curto; bojo carenado, bitroncocónico; base plana; duas asas verticais em fita.

Decoração: Colo: conjuntos de quatro traços horizontais; colo: seis conjuntos de quatro traços de pintura branco e três caneluras; asa: dois conjuntos de quatro traços de pintura branca.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta muito depurada, com presença de chamota e e.n.p.: calcário e mica.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: C – Olaria: forno 5 (interior).

Estratigrafia: 3SE, Camada 10A.

Observações: Marcas de fogo na metade inferior da peça e no bordo.

N.º: Catálogo: 6

N.º: de Inventário: BCP/Lx 2967

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 111 mm largura máxima: 148 mm
altura: 145 mm Øbase: 75 mm

Descrição: Bordo extrovertido de secção triangular; colo curto; bojo bitroncocónico; base plana; uma asa vertical em fita.

Decoração: Bordo: conjuntos de quatro traços verticais; colo: conjuntos de quatro traços oblíquos convergentes e dois conjuntos de caneluras; asa: conjunto de quatro traços horizontais.

Técnica: Torno; cozedura oxidante/reductora.

Pasta: Compacta, depurada, com presença de chamota e e.n.p.: quartzo e mica.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: M – entulheira de olaria.

Estratigrafia: 3NE, Compartimento 6, Camada 14/17.

N.º: Catálogo: 7

N.º: de Inventário: MC 223

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 155 mm largura máxima: 284 mm

Descrição: Bordo boleado recto de secção rectangular; colo curto; bojo bitroncocónico; duas asas verticais em fita.

Decoração: Bojo: vestígios de uma canelura.

Técnica: Tomo; cozedura reductora.

Pasta: Compacta, vitrificada com abundantes e.n.p.: quartos, micas e sílica.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarin Chinês.

Contexto: O – forno 1 (Câmara de combustão).

Estratigrafia: 2, Área 1/2, Plano 11, Camada 37.

Observações: Peça inacabada, abandonada no interior do forno.

N.º: Catálogo: 8

N.º: de Inventário: BCP/Lx 700

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 118 mm largura máxima: 228 mm

Descrição: Bordo boleado recto de secção rectangular; colo curto; bojo globular; duas asas verticais em fita.

Decoração: Pinturas branca por toda a peça, com motivos indeterminados; bojo: caneluras.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

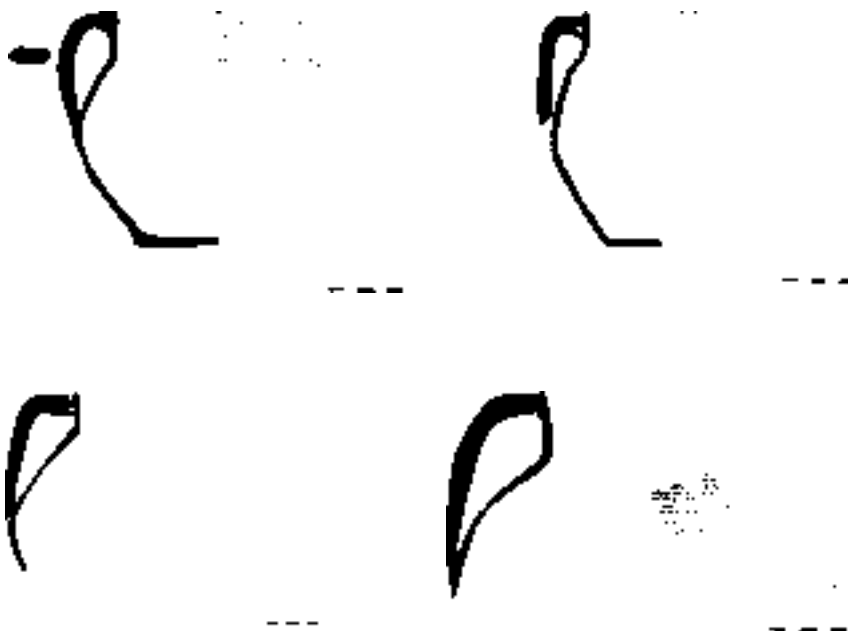
Pasta: Compacta, com presença de chamota e e.n.p.: quartzo, sílica e mica.

Cronologia: Séculos XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Camada 7.



N^o: Catálogo: 9

N^o: de Inventário: MC 212

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 116 mm

Descrição: Bordo boleado recto de secção rectangular; colo curto.

Decoração: Arranque do bojo: vestígios de uma canelura; bojo: vestígios de motivo indefinido de pintura branca.

Técnica: Torno; cozedura redutora.

Pasta: Compacta, laminosa, com escassos e.n.p.: quartzo.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: O – Olaria: forno 1 (câmara de combustão).

Estratigrafia: 2, Área 1/2, Plano 11/12, Camada 42.

N^o: Catálogo: 10

N^o: de Inventário: MC 204

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 133 mm

Descrição: Bordo boleado recto de secção triangular; colo curto; duas asas verticais em fita.

Decoração: Colo: vestígios de pintura branca de motivo indefinido.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

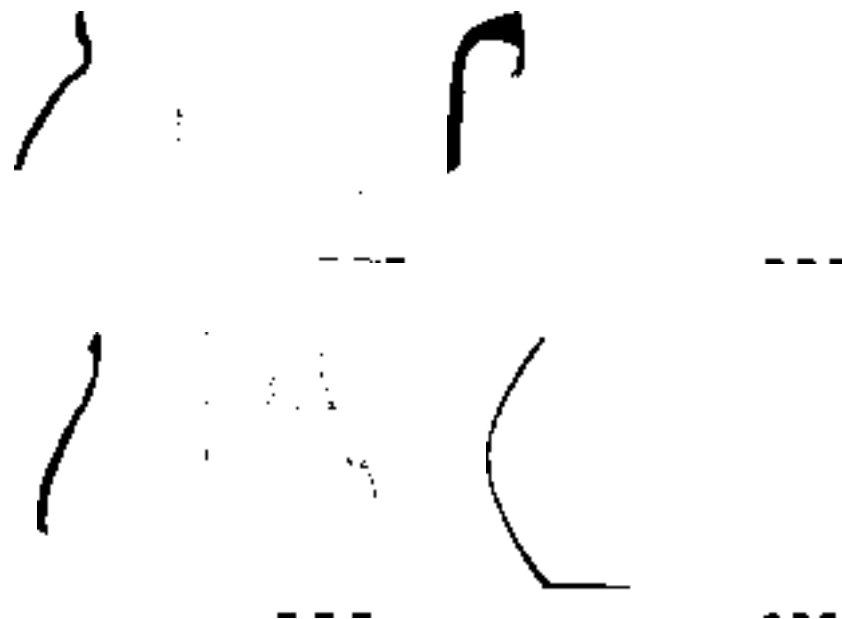
Pasta: Compacta, ligeiramente porosa, com presença de e.n.p.: mica e quartzo.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: O – Olaria: forno 1 (câmara de combustão).

Estratigrafia: 2, Área 1/2, Plano 10/11, Camada 36.



N^o: Catálogo: 11

N^o: de Inventário: BCP/Lx 3244

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 122 mm **largura máxima:** 132mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente extrovertido, de secção triangular; colo oblíquo.

Decoração: Colo: conjuntos de três traços horizontais em pintura branca; bojo: conjuntos de ondas de quatro traços, com ponteados no interior, em pintura branca.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, com presença de e.n.p.: quartzo e mica; presença de vacuólos.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Contexto: M – entulheira de olaria.

Estratigrafia: 3N0, Compartimento 6, Camada 14/17/18.

N^o: Catálogo: 12

N^o: de Inventário: BCP/Lx 3377

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: **largura máxima:** 193 mm

Øbase: 112 mm

Descrição: Bojo bitroncocónico, base plana.

Decoração: Bojo: conjuntos de quatro traços verticais e oblíquos em pintura branca intercalados com pinceladas.

Técnica: Torno cozedura redutora.

Pasta: Muito compacta, vitrificada, com escassos e.n.p.: mica e sílica.

Cronologia: Seculo XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Contexto: M – entulheira de olaria.

Estratigrafia: 3N0, Q. I21-21/20-21/G20-21, Camada 57.

N^o: Catálogo: 13

N^o: de Inventário: BCP/Lx 2971

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 122 mm **largura máxima:** 205 mm

altura: 166 mm **Øbase:** 130 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente introvertido; colo alto ligeiramente curvo; bojo ligeiramente carenado bitroncocónico; fundo côncavo; duas asas verticais de secção oval.

Decoração: Colo: conjuntos de quatro traços horizontais e horizontais ondulados em pintura branca e duas caneluras; bojo: conjuntos de oito traços verticais intercalados com conjuntos de quatro motivos vegetalistas (espiga).

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Muito compacta, com presença de chamota e abundantes e.n.p.: mica e sílica.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 18.

Observações: Vestígios de fogo na parte inferior da peça.

Nº: Catálogo: 14

Nº: de Inventário: BCP/Lx 271

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 120 mm largura máxima: 206 mm
altura: 143 mm Øbase: 85 mm

Descrição: Bordo boleado introvertido; colo alto curvo; bojo bitroncocónico; fundo ligeiramente côncavo; duas asas verticais de secção oval.

Decoração: Colo: conjuntos de três traços horizontais e horizontais ondulados em pintura branca e uma canelura; bojo: conjuntos de três traços horizontais e uma canelura; asa: seis traços horizontais em pintura branca.

Técnica: Torno; cozedura redutora/oxidante.

Pasta: Compacta, homogénea, com abundantes e volumosos e.n.p.: mica, quartzo; presença de vacúolos.

Cronologia: Séculos XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Camada 7.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Presença de vestígios de fogo.

Nº: Catálogo: 15

Nº: de Inventário: BCP/Lx 701

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 125 mm
altura: 149 mm Øbase: 94 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente introvertido; colo alto ligeiramente curvo; bojo carenado, bitroncocónico; fundo plano; arranque de duas asas.

Decoração: Colo: conjuntos de três traços horizontais em pintura branca e duas caneluras; bojo: conjuntos de três traços horizontais intercalados com três traços de motivos vegetalistas (espiga) em pintura branca e duas caneluras.

Técnica: Torno; cozedura oxidante irregular.

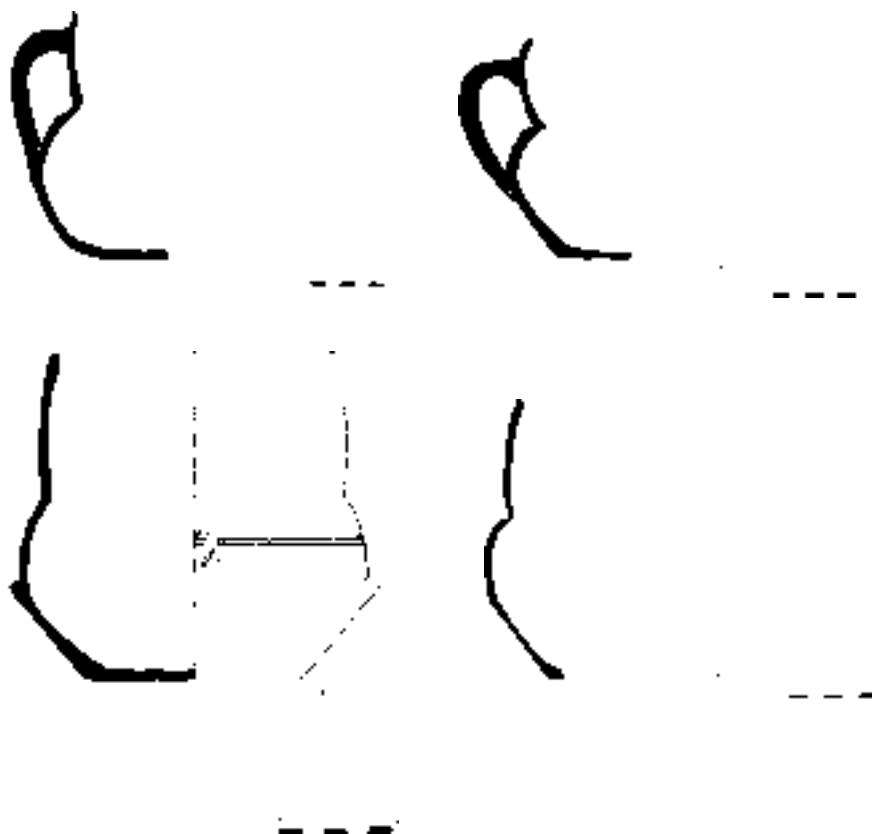
Pasta: Compacta, com e.n.p.: mica, quartzo e calcário.

Cronologia: Séculos XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Camada 7.



Nº: Catálogo: 16

Nº: de Inventário: MC 280

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 110 mm
altura: 145 mm Øbase: 75 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente introvertido; colo alto ligeiramente curvo; bojo carenado, bitroncocónico; fundo plano.

Decoração: Bojo: conjunto de caneluras.

Técnica: Torno cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, com e.n.p.: mica preta, sílica, quartzo.

Cronologia: Século XI-XII.

Sítio: Mandarim Chinês

Contexto: R – Estrutura habitacional (?).

Estratigrafia: 1, Área 6, Plano 13, Camada 10.

Nº: Catálogo: 17

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3241

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 103 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente introvertido de secção circular; colo alto ligeiramente curvo; bojo globular; uma asa de secção oval.

Decoração: Colo: conjuntos de seis traços horizontais em pintura branca e uma canelura junto ao lábio; bojo: conjunto de caneluras.

Técnica: Torno; cozedura oxidante irregular.

Pasta: Compacta, com presença de chamota e e.n.p.: mica, quartzo e calcário.

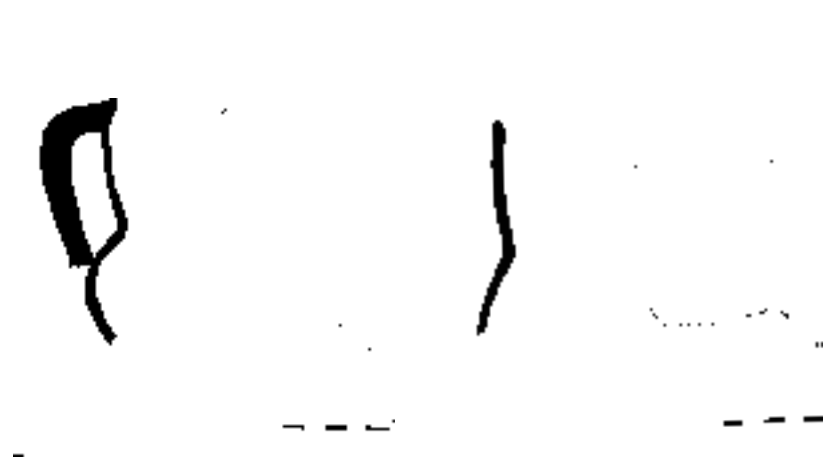
Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3SO, Compartimento 1, Camada 16.

Observações: A pintura encontra-se muito imperceptível. Apresenta vestígios de fogo.



Nº: Catálogo: 18

Nº: de Inventário: BCP/Lx 702

Tipo: Panela **Função:** Cozinha

Dimensões: Øboca: 134 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente introvertido; colo alto ligeiramente curvo.

Decoração: Colo: conjuntos de dois traços horizontais em pintura branca e uma canelura.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, com e.n.p.: mica, quartzo, calcário.

Cronologia: Séculos XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Camada 7.

Nº: Catálogo: 19

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3240

Tipo: Caçoila **Função:** Cozinha

Dimensões: Øbordo: 292 mm largura máxima: 306 mm

Descrição: Bordo ligeiramente introvertido de secção oval; bojo troncocónico ligeiramente curvo.

Decoração: Bordo: uma canelura.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e ligeiramente porosa, com presença de chamota e abundantes e volumosos e.n.p.: mica, quartzo e calcário; presença de vacuólos.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3SO, Compartimento, Camada 16.

Nº: Catálogo: 20

Nº: de Inventário: BCP/Lx 2969

Tipo: Caçoila **Função:** Cozinha

Dimensões: Øbordo: 264 mm largura máxima: 270 mm

altura: 78 mm Øbase: 124 mm

Descrição: Bordo ligeiramente introvertido de secção quadrangular; pequena carena recta; bojo troncocónico ligeiramente recto; base plana.

Decoração: Bordo: duas caneluras.

Técnica: Torno; cozedura redutora.

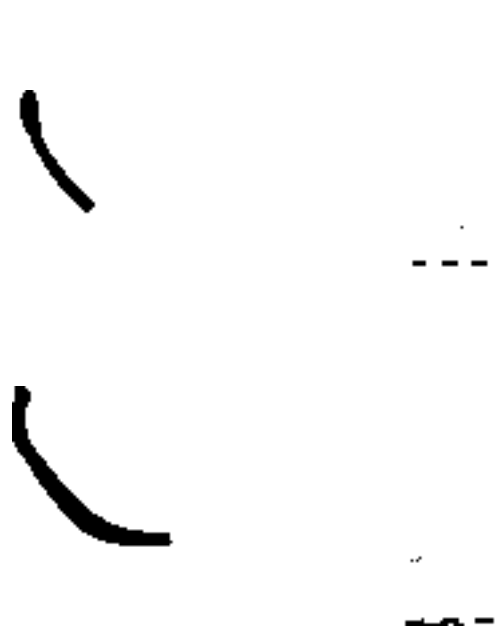
Pasta: Compacta, com abundantes e.n.p.: mica, quartzo e calcário.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Contexto: M – Entulheira de olaria.

Estratigrafia: 3NO, compartimento 6, camada 14.



Nº: Catálogo: 21

Nº: de Inventário: MC 263

Tipo: Tampa **Função:** Cozinha

Dimensões: Øbordo: 189 mm largura máxima: 198 mm

altura: 38 mm Øbase: 55 mm

Descrição: Bordo ligeiramente introvertido de secção triangular; bojo troncocónico recto, com pequeno ressalto parte superior interna; base convexa; arranque de pega central.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, com abundantes e.n.p.: mica e quartzo.

Cronologia:

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: R – Estrutura habitacional (?).

Estratigrafia: 1, Área 6; Plano 10, Camada 10.



Nº: Catálogo: 22

Nº: de Inventário: MC 249

Tipo: Tampa **Função:** Cozinha

Dimensões: Øbordo: 135 mm largura máxima: 147 mm
altura: 30 mm Øbase: 75 mm

Descrição: Bordo extrovertido; bojo troncocónico ligeiramente curvo, com dois pequenos ressaltos na parte inferior externa; base plana.

Técnica: Torno; cozedura incompleta (pasta clara tipo “biscoito”).

Pasta: Friável e depurada, com e.n.p.: mica e sílica.

Cronologia: Século XII

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: P – Olaria.

Estratigrafia: 2, Área 3, Plano 10, Camada 11.

Observações: Peça inacabada.

Nº: Catálogo: 23

Nº: de Inventário: MC 243

Tipo: Alguidar **Função:** Cozinha (?)

Dimensões: Øbordo: 224 mm largura máxima: 225 mm

Descrição: Bordo extrovertido de secção rectangular; bojo recto e oblíquo.

Decoração: Arranque do bojo: duas caneluras e ressaltos.

Técnica: Torno; cozedura redutora.

Pasta: Compacta e porosa, com de e.n.p.: sílica, micas e quartzo; presença de vacuólos.

Cronologia: Século XII

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: P – olaria.

Estratigrafia: 2, Área 4, Plano 11, Camada 14.

Observações: Apresenta vestígios de barro verde nas paredes internas, o que indica a sua utilização na cadeia de produção da olaria.

Nº: Catálogo: 24

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3243

Tipo: Pote **Função:** Armazenamento

Dimensões: Øboca: 182 mm largura máxima: 290 mm
altura: 275 mm Øbase: 152 mm

Descrição: Bordo introvertido de secção triangular; colo curto; bojo bitroncocónico; base plana e ligeiramente convexa; arranque de duas asas

Decoração: Colo: conjuntos de quatro traços horizontais em pintura branca; bojo: conjuntos de quatro traços em onda intercalados com ténues vestígios de traços verticais em pintura branca e uma canelura junto ao colo.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, depurada, com e.n.p. volumosos: mica, quartzo, calcário.

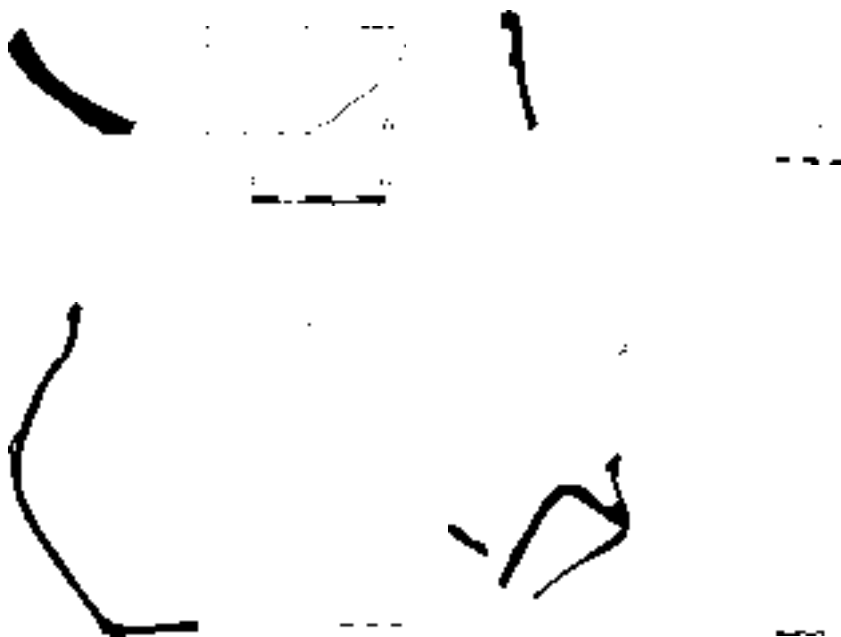
Cronologia: Século XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: M – entulheira da olaria.

Estratigrafia: 3NO, Compartimento 6, Camada 14/17/18.

Observações: Apresenta vestígios de fogo.



Nº: Catálogo: 25

Nº: de Inventário: BCP/Lx 2938

Tipo: Cântaro **Função:** Armazenamento

Dimensões: Øboca: 122 mm

Descrição: Bordo introvertido de secção oval; colo ligeiramente curvo e estrangulado da base; arranque de bojo ligeiramente curvo; duas asas diagonais de cordão duplo.

Decoração: Bordo: seis conjuntos de quatro traços verticais em pintura branca; colo: conjuntos de quatro traços horizontais em pintura branca e uma candura; bojo: conjuntos de quatro traços verticais e ondulados alternados em pintura branca; asa: conjuntos de quatro traços horizontais em pintura branca.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e homogénea, com escassos e.n.p.: mica, quartzo e sílica.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros

Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 18.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Nº:Catálogo: 26

Nº: de Inventário: MC – 274

Tipo: Cântaro **Função:** Armazenamento

Dimensões: Øboca: 110 mm

Descrição: Bordo introvertido de secção rectangular; colo troncocónico recto; arranque de duas asas de cordão duplo.

Decoração: Bordo: vestígios indefinidos de pintura branca; colo: vestígios de conjunto de quatro traços horizontais em pintura branca.

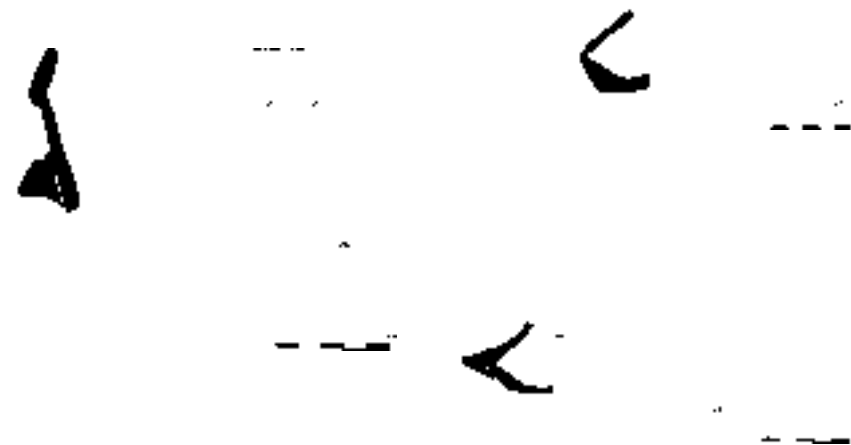
Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Semi-compacta, com e.n.p.: mica, quartzo e sílica; presença de vacuólos.

Sítio: Mandarim Chinês

Contexto: R – Estrutura habitacional (?).

Estratigrafia: 1, Área 6, Plano 12, Camada 10.



Nº: Catálogo: 27

Nº: de Inventário: BCP/Lx 2985

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Dimensões: Comprimento máximo: 162 mm Comprimento do bico: 78 mm

Descrição: Arranque inferior de colo; depósito carenado bitroncocónico; bico de secção quadrangular e topo oblíquo e achatado.

Decoração: Bojo: canelura abaixo da carena.

Técnica: Torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e porosa, com presença de chamota e abundantes e volumosos e.n.p.: quartzo e sílica; presença de vacuólos.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 16.

Observações: Vestígios de fogo no bico.

Nº: Catálogo: 28

Nº: de Inventário: BCP/Lx 18

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Dimensões: Comprimento do bico: 78 mm

Descrição: Arranque inferior do colo; depósito carenado bitroncocónico; bico de secção quadrangular e topo oblíquo e achatado; arranque inferior de asa.

Técnica: Torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e homogénea, com finos e.n.p.: quartzo, sílica e nuca.

Cronologia: Séculos XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: A – Estrutura habitacional.

Estratigrafia: 3NE, Q. N21, Camada 10.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Nº: Catálogo: 29

Nº: de Inventário: BCP/Lx 2932

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Dimensões: Comprimento do bico: 74 mm

Descrição: Colo troncocónico; depósito bitroncocónico achatado; bico de secção oval e topo afunilado; arranque inferior de asa.

Técnica: Torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, granulosa e porosa, com abundantes e.n.p.: quartzo, sílica e mica; presença de vacuólos.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: Indeterminado.

Estratigrafia: 3W, Escadas, Camada 19.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Vestígios de fogo no bico.



Nº: Catálogo: 30

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3279

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Dimensões: Comprimento do bico: 74 mm

Descrição: Colo cilíndrico; depósito carenado bitroncocónico, de base plana; arranque de bico; arranques inferior e superior de asa.

Técnica: Torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, depurada, com presença de chamota e e.n.p.: calcário e mica.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: Indeterminado

Estratigrafia: 3S0, Área 15, Camada 136.

Nº: Catálogo: 31

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3270

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Descrição: Arranque inferior do colo; depósito carenado bitroncocónico achatado de base plana; arranque de bico de secção hexagonal; arranques inferior e superior de asa.

Técnica: Torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, depurada, com e.n.p.: mica.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: F – fossa estruturada.

Estratigrafia: 2S0, Área 12, Plano 10, Camada 78.

Nº: Catálogo: 32

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3271

Tipo: Catidil **Função:** Iluminação

Dimensões: Comprimento do bico: 80 mm

Descrição: Bico de secção oval, de ponta arredondada.

Decoração: Bico: conjuntos de oito traços verticais de pintura branca, nos dois bordos.

Técnica: Torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, depurada, com presença de chamota e e.n.p.: mica e quartzo.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: F – fossa estruturada.

Estratigrafia: 2S0, Área 12, Plano 12, Camada 78.

Nº: Catálogo: 33

Nº: de Inventário: BCP/Lx 85

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Descrição: Depósito globular.

Técnica: Cerâmica vidrada melada; torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e homogénea, com presença de chamota e e.n.p.: mica e quartzo; presença de vacuólos.

Cronologia: Século X.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: A - Estrutura habitacional.

Estratigrafia: 3NE, Q. N20, Camada 14.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Vestígios de barras do forno, no vidrado.

Nº: Catálogo: 34

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3275

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Descrição: Colo cilíndrico; depósito bitroncocónico carenado de fundo plano; arranque de bico de secção hexagonal; arranques inferior e superior de asa.

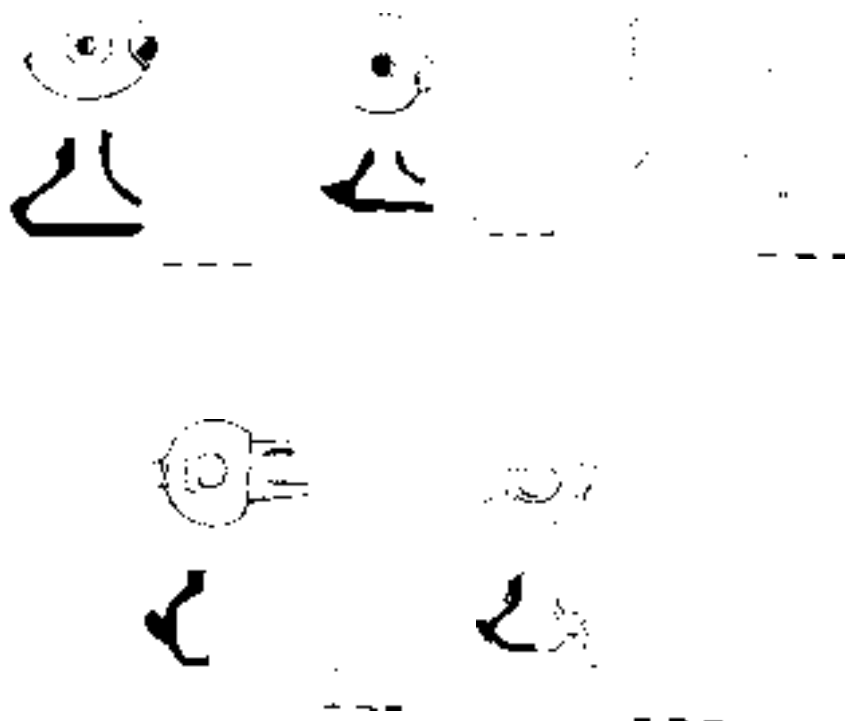
Técnica: Cerâmica vidrada melada; torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Muito compacta e homogénea, com presença de chamota e e.n.p.: mica.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: F - fossa estruturada.

Estratigrafia: 2S0, Área 12, Plano 9, Camada 78.



Nº: Catálogo: 35

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3278

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Descrição: Arranque de colo cilíndrico; depósito bitroncocónico de fundo plano; arranque de bico de secção octogonal.

Técnica: Cerâmica vidrada melada; torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Muito compacta e homogénea, com presença de chamota e e.n.p.: mica.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: N – Lixeira.

Estratigrafia: 3SO, Entre-muros, Camada 7.

Observações: Vestígios de barras do forno, no vidrado.

Nº: Catálogo: 36

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3272

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Descrição: Colo cilíndrico; depósito bitroncocónico de fundo plano; arranque de bico; arranques inferior e superior de asa.

Técnica: Cerâmica vidrada verde; torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Muito compacta e homogénea, com presença de chamota; com e.n.p.: mafico, mica e calcário; presença de vacuólos.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: C – olaria.

Estratigrafia: 3SE, Camada 14A.

Nº: Catálogo: 37

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3273

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Descrição: Colo troncocónico; depósito com arranque de bico.

Decoração: Depósito: dois sulcos junto ao colo.

Técnica: Cerâmica vidrada verde; torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, com presença de chamota; com e.n.p.: mafico, mica e calcário; presença de vacuólos.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: C – olaria.

Estratigrafia: 3SE, Ligação SE-Compartimento 8, Camada 7.

Nº: Catálogo: 38

Nº: de Inventário: BCP/Lx 327

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Descrição: Colo cilíndrico; depósito bitroncocónico carenado; arranque de bico de secção hexagonal; arranques inferior e superior de asa.

Decoração: Depósito: vidrado parcial melado com motivos abstractos.

Técnica: Torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e homogénea, com presença de chamota; com e.n.p.: quartzo e mica; presença de vacuólos.

Cronologia: Séculos X-XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: D – estrutura habitacional.

Estratigrafia: 2NE, M14, Camada 7.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Nº: Catálogo: 39

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3452

Tipo: Candil **Função:** Iluminação

Descrição: Depósito bitroncocónico carenado; arranque de bico de secção hexagonal; arranques inferior e superior de asa.

Decoração: Depósito: Verde e manganês (?) com motivos abstractos.

Técnica: Torno e manual; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e homogénea, com presença de chamota e e.n.p.: mica, calcário, mafico.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: G – Lixeira (?).

Estratigrafia: 2N0, Compartimento 2, Camada 18.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Nº: Catálogo: 40

Nº: de Inventário: MC 283

Tipo: Taça **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 144 mm largura máxima: 144 mm
altura: 51 mm Øbase: 68 mm

Descrição: Bordo boleado recto; bojo troncocónico ligeiramente curvo; fundo plano.

Decoração: Bojo: caneluras.

Técnica: Torno; cozedura incompleta (pasta clara tipo “biscoito”).

Pasta: Friável e depurada, com e.n.p.: mica e sílica.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarin Chinês.

Contexto: P – olaria.

Estratigrafia: 1, Área 9, Plano 11, Camada 19.

Observações: Peça inacabada.

Nº: Catálogo: 41

Nº: de Inventário: BCP/Lx 522

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 256 mm largura máxima: 256 mm
altura: 60 mm Øbase: 122 mm

Descrição: Bordo boleado introvertido de secção oval; bojo troncocónico ligeiramente curvo; fundo plano.

Decoração: Bordo: conjuntos de seis (?) traços verticais em pintura branca.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta com presença de chamota e abundantes e.n.p.: mica, quartzo, calcário e mafico; presença de vacuólos.

Cronologia: Século XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Q. 018-19, Camada 7.

Observações: Pintura pouco perceptível.

Nº: Catálogo: 42

Nº: de Inventário: MC 250

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 298 mm largura máxima: 320 mm

Descrição: Bordo introvertido de secção triangular; bojo troncocónico curvo.

Técnica: Torno; cozedura incompleta (pasta clara tipo “biscoito”).

Pasta: Friável e depurada, com e.n.p.: mica e sílica.

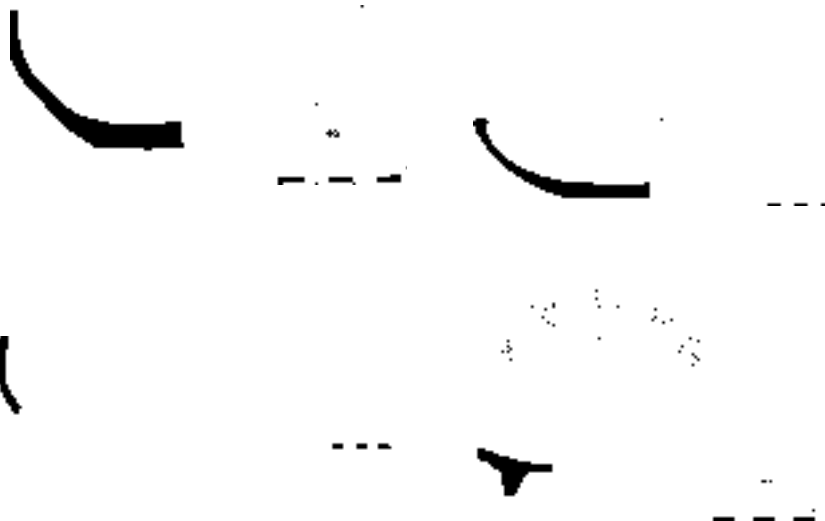
Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarin Chinês.

Contexto: P – olaria.

Estratigrafia: 2, Área 3, Plano 10, Camada 11.

Observações: Peça inacabada.



Nº: Catálogo: 43

Nº: de Inventário: MC 235

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbase: 108 mm

Descrição: Fundo em anel de secção quadrangular.

Decoração: Bojo exterior, junto ao fundo: dois sulcos; fundo interno: estampilhado com motivo geométrico.

Técnica: Torno; cozedura incompleta (pasta clara tipo “biscoito”).

Pasta: Friável e depurada, com e.n.p.: mica e sílica.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarin Chinês.

Contexto: P – olaria.

Estratigrafia: 2, Área 4, Plano 10, Camada 14.

Observações: Peça inacabada.

Nº: Catálogo: 44

Nº: de Inventário: MC 234

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

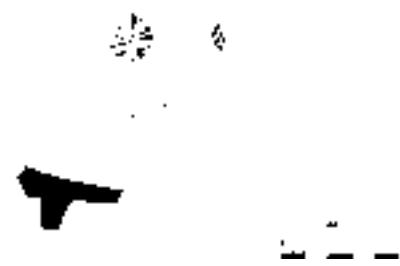
Dimensões: Øbase: 102 mm

Descrição: Fundo em anel de secção quadrangular.

Decoração: Bojo exterior, junto ao fundo: um sulco; fundo interno: estampilhado com motivo geométrico.

Técnica: Torno; cozedura incompleta (pasta clara tipo “biscoito”).

Pasta: Friável e depurada, com e.n.p.: mica e sílica.



Cronologia: Século XII.
Sítio: Mandarim Chinês.
Contexto: P – olaria.
Estratigrafia: 2, Área 4, Plano 10, Camada 14.
Observações: Peça inacabada.

Nº: Catálogo: 45
Nº: de Inventário: MC 236
Tipo: Tigela **Função:** Mesa
Descrição: Bordo introvertido de secção triangular; carena ligeiramente oblíqua.
Decoração: Carena interna: estampilhada (eventualmente aperfeiçoada com punção) com motivos arquitectónicos.
Técnica: Torno; cozedura incompleta (pasta clara tipo “biscoito”).
Pasta: Friável e depurada, com e.n.p.: mica e sílica.
Cronologia: Século XII.
Sítio: Mandarim Chinês.
Contexto: P – olaria.
Estratigrafia: 2, Área 4, Plano 10, Camada 14.
Observações: Peça inacabada.



Nº: Catálogo: 46
Nº: de Inventário: MC 233
Tipo: Tigela **Função:** Mesa
Descrição: Bordo ligeiramente extrovertido de secção triangular; carena ligeiramente oblíqua.
Decoração: Carena externa: traços verticais de vidro parcial verde.
Técnica: Torno; cozedura incompleta (pasta clara tipo “biscoito”).
Pasta: Friável e depurada, com e.n.p.: mica e sílica.
Cronologia: Século XII.
Sítio: Mandarim Chinês
Contexto: P – olaria.
Estratigrafia: 2, Área 4, Plano 10, Camada 14.
Observações: Peça inacabada.



Nº: Catálogo: 47
Nº: de Inventário: BCP/Lx 521
Tipo: Tigela **Função:** Mesa
Dimensões: Øbordo: 320 mm largura máxima: 324 mm
altura: 103 mm Øbase: 130 mm

Descrição: Bordo ligeiramente introvertido de secção rectangular; carena ligeiramente recta; bojo troncocónico recto; fundo em anel de secção quadrangular; base ligeiramente convexa.

Decoração: Carena externa: dois conjuntos de pequenas caneluras; bojo externo: conjunto de caneluras.

Técnica: Cerâmica vidrada verde; torno; cozedura oxidante

Pasta: Compacta e homogénea.

Cronologia: Séculos XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Camada 7.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Nº: Catálogo: 48
Nº: de Inventário: BCP/Lx 2973
Tipo: Tigela **Função:** Mesa
Dimensões: Øbordo: 214 mm largura máxima: 244 mm
altura: 86 mm Øbase: 105 mm

Descrição: Bordo introvertido de secção oval; bojo bitroncocónico de paredes curvas; fundo em anel de secção quadrangular; base convexa.

Decoração: Bojo externo: um conjunto de caneluras.

Técnica: Cerâmica vidrada verde; torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta depurada e homogénea, com e.n.p.: mica e quartzo.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

Contexto: Indeterminado.

Estratigrafia: 3NE, N18-191018-19, Camada 4.

Nº: Catálogo: 49
Nº: de Inventário: BCP/Lx 163
Tipo: Tigela **Função:** Mesa
Dimensões: Øbordo: 290 mm largura máxima: 290 mm
altura: 103 mm Øbase: 115 mm

Descrição: Bordo ligeiramente extrovertido de fina secção rectangular; carena recta; bojo troncocónico recto; fundo em anel de secção quadrangular; base convexa.

Decoração: Bordo: conjunto de quatro traços verticais pintados a manganês; carena externa: uma canelura na base; no interior: pintura a manganês com motivo vegetalista: bolbo e flor de lotus.

Técnica: Cerâmica vidrada verde, pouco homogéneo; torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta depurada e homogénea, com e.n.p: quartzo e sílica; presença de vacuólos.

Cronologia: Séculos XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Camada 7.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Presença de orifícios de um “gato” de restauro.

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbase: 94 mm

Descrição: Arranque inferior de carena; bojo troncocónico recto; fundo em anel de secção quadrangular; base convexa.

Técnica: Cerâmica vidrada verde, no interior e melada irregular no exterior; no exterior observam-se algumas manchas de óxido de manganês; torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, depurada, com presença de chamota e volumosos e.n.p: mafico e mica.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 18.

Observações: Presença de um orifício de “gato” de restauro. Vestígios no interior de trempe de olaria.



Nº: Catálogo: 50

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3448

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 218 mm largura máxima: 218 mm
altura: 84 mm Øbase: 107 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente extrovertido; carena recta pouco marcada; bojo troncocónico curvo; fundo em anel de secção triangular.

Decoração: Interior: pintura a manganês de cor castanha, com motivos geométricos.

Técnica: Cerâmica vidrada verde; torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, depurada, com presença de chamota e volumosos e.n.p: quartzo, calcário e mica.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: N – Lixeira.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 2, Camada 7.

Nº: Catálogo: 52

Nº: de Inventário: MC 231

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 286 mm largura máxima: 316 mm

Descrição: Bordo introvertido de secção oval; carena introvertida recta; bojo troncocónico recto.

Decoração: Ressalto na base externa da carena.

Técnica: Cerâmica vidrada melada; torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, depurada, com presença de chamota e e.n.p: quartzo e mica.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: P – olaria.

Estratigrafia: 2, Área 3, Plano 11, Camada 15.

Nº: Catálogo: 51

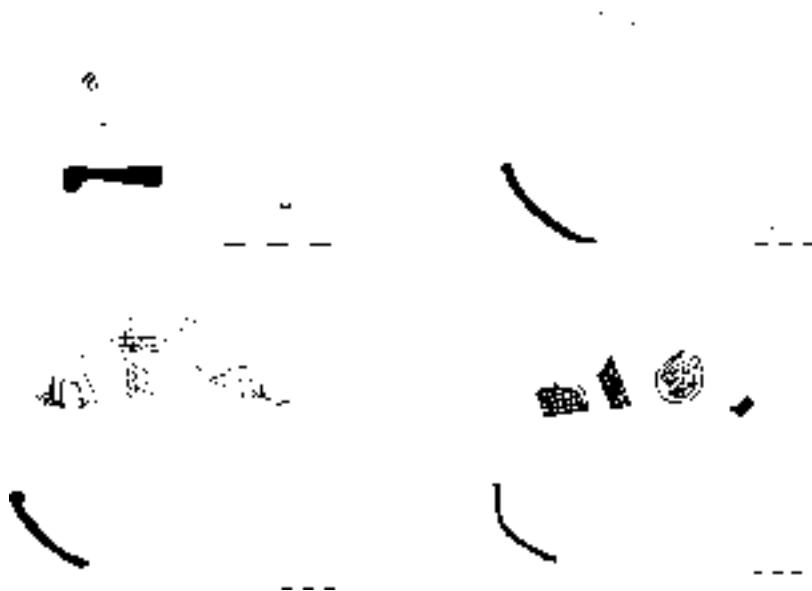
Nº: de Inventário: BCP/Lx 3242

Nº: Catálogo: 53

Nº: de Inventário: MC/ 229

Tipo: Tigela **Função:** Mesa
Dimensões: Øbordo: 304 mm largura máxima: 318 mm
Descrição: Bordo boleado introvertido de secção triangular; carena curva e pouco demarcada; bojo troncocónico recto.
Técnica: Cerâmica vidrada melada; torno; cozedura oxidante.
Pasta: Compacta, depurada, com presença de chamota e escassos e.n.p: quartzo.
Cronologia: Século XII.
Sítio: Mandarin Chinês.
Contexto: P – olaria.
Estratigrafia: 2, Área 3, Plano 11, Camada 14.

Nº: Catálogo: 54
Nº: de Inventário: BCP/Lx 3380
Tipo: Tigela **Função:** Mesa
Dimensões: Øbase: 86 mm
Descrição: Fundo em anel de secção quadrangular, convexo.
Decoração: Fundo interno: vestígios de estampilha de motivos geométricos.
Técnica: Cerâmica vidrada melada; torno; cozedura oxidante.
Pasta: Compacta e depurada, com presença de chamota e e.n.p: quartzo e mica.
Cronologia: Século XII.
Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.
Contexto: C – Olaria.
Estratigrafia: 3SE, Camada 9(SE).



Nº: Catálogo: 55
Nº: de Inventário: BCP/Lx 3249
Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 112 mm largura máxima: 117 mm
Descrição: Bordo boleado ligeiramente introvertido de secção circular; bojo troncocónico ligeiramente curvo; fundo plano.
Decoração: Bordo: vestígios indefinidos de pintura vermelha; canelura no bojo externo, junto ao bordo; bojo interno: banda vertical, com traços reticulados intercalada com motivos indefinidos em pintura vermelha.
Técnica: Torno; cozedura oxidante.
Pasta: Compacta e depurada, com abundantes e.n.p: quartzo, calcário e mica.
Cronologia: Século XI.
Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.
Contexto: I – Lixeira estruturada.
Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 16.

Nº: Catálogo: 56
Nº: de Inventário: BCPILx 3248
Tipo: Tigela **Função:** Mesa
Dimensões: Øbordo: 254 mm largura máxima: 264mm
Descrição: Bordo boleado introvertido de secção quadrangular; bojo troncocónico ligeiramente curvo.
Decoração: Bordo: conjuntos de traços verticais de pintura vermelha; bojo intemo: conjuntos de três traços curvos, cortados por banda de três traços ondulados ladeada por ponteados e intercalados por três traços em forma de pinha.
Técnica: Tomo; cozedura oxidante.
Pasta: Compacta, com presença de chamota e abundantes e.n.p: quartzo, calcário e mica.
Cronologia: Século XI.
Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.
Contexto: I – Lixeira estruturada.
Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 16.
Observações: Vestígios residuais de pintura vermelha no exterior da peça.

Nº: Catálogo: 57
Nº: de Inventário: BCP/Lx 3250
Tipo: Tigela **Função:** Mesa
Dimensões: Øbordo: 292 mm largura máxima: 296 mm
Descrição: Bordo boleado introvertido de secção rectangular; carena alta pouco demarcada, ligeiramente curva; bojo troncocónico curvo.
Decoração: Decorada a verde e manganês; bojo interno: composição radial com pinhas intercaladas com bandas verticais com traços reticulados; bojo externo: canelura no arranque do bojo e moldura de dois sulcos junto ao fundo.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, com presença de chamota e e.n.p: quartzo, calcário, mafico e mica.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 16.

Observações: Presença de dois orifícios e respectivo “gato” metálico de restauro.

Nº: Catálogo: 58

Nº: de Inventário: BCP17Lx 3453

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 240 mm largura máxima: 246 mm

Descrição: Bordo boleado extrovertido de secção oval; bojo troncocónico curvo.

Decoração: Decorada a verde e manganês; bojo interno: composição radial com palmetas e flores de lotus intercaladas, com bandas verticais; bojo externo: canelura no arranque do bojo.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e depurada, com presença de chamota e e.n.p: quartzo, mafico e mica.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: Indeterminado.

Estratigrafia: 3Este, Q. 0/N18, Camada 16.

Nº: Catálogo: 59

Nº: de Inventário: BCP/Lx 196

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 256 mm largura máxima: 264 mm

Descrição: Bordo extrovertido em aba de secção oval; bojo troncocónico curvo.

Decoração: Corda seca total; bojo interno: motivos vegetalistas, sendo visíveis várias tonalidades de verde e castanho; de salientar a utilização de pintura sobre o fundo branco, sem se verificar a separação total dos vidrados como é característica da corda seca clássica.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e depurada, com presença de e.n.p: quartzo e mafico.

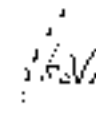
Cronologia: Século XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: D – Estrutura habitacional.

Estratigrafia: 2NE, Q. L13-1417M13-14, Camada 8.

Observações: Exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.



Nº: Catálogo: 60

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3449

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 264 mm largura máxima: 284 mm

Descrição: Bordo extrovertido em aba de secção oval; bojo troncocónico curvo.

Decoração: Corda seca total; sendo visíveis tonalidades de verde e castanho; de salientar a utilização de pintura sobre o fundo branco, sem se verificar a separação total dos vidrados como é característica da corda seca clássica.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e depurada, com presença de e.n.p: quartzo e mafico.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: E – estrutura habitacional (?).

Estratigrafia: 2S0, Área 15, Plano: 150-200, Camada 137.

Nº: Catálogo: 61

Nº: de Inventário: BCP/Lx 699

Tipo: Tigela **Função:** Mesa

Dimensões: Øbase: 115 mm

Descrição: Fundo plano.

Decoração: Bojo interno: profundas incisões e punções, formando motivos vegetais, nomeadamente pinhas; fundo interno: motivo circular geométrico.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e granulosa, com presença de chamota e abundantes e volumosos e.n.p.: calcário, mica, quartzo e mafico.

Cronologia: Séculos XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Camada 7.

Observações: A integração desta peça na categoria de loiça de mesa deveu-se à sua profusa decoração. Contudo, considerando precisamente a técnica decorativa e igualmente o tipo de pasta, poderá tratar-se de um recipiente de cozinha em que os elementos decorativos em relevo desempenhassem uma função de forma.

Nº: Catálogo: 62

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3221

Tipo: Jarrinha **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 66 mm largura máxima: 123 mm

Descrição: Bordo boleado, ligeiramente extrovertido; colo ligeiramente troncocónico; bojo bitroncocónico curvo; asas verticais com pequenos mamilos.

Decoração: Esmaltado a verde e manganês; bordo: traço horizontal em manganês e pintura verde; colo: conjuntos de traços a manganês: quatro horizontais e um vertical na base, emoldurados por traços curvos e ligeiramente oblíquos; bojo: conjunto de vários traços a manganês horizontais e curvos; asa: traço vertical a manganês.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e depurada, com presença de chamota e e.n.p.: mica e mafico.

Cronologia: Séculos XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 16.

Nº: Catálogo: 63

Nº: de Inventário: BCP/Lx 714

Tipo: Jarrinha **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 98 mm

Descrição: Bordo ligeiramente extrovertido, de secção triangular; colo ligeiramente troncocónico curvo.

Decoração: Bordo: conjunto de quatro traços oblíquos de pintura a manganês; topo do colo: um traço horizontal de pintura a manganês; colo: diversos traços verticais de pintura a manganês.

Técnica: Vidrado melado; torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, com presença de chamota e e.n.p.: mafico e calcário.

Cronologia: Séculos XI-XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: J – Lixeira.

Estratigrafia: 3W, Q. G 18-19, Camada 10.



Nº: Catálogo: 64

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3447

Tipo: Jarrinha **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 90 mm

Descrição: Bordo recto, de secção oval; colo ligeiramente troncocónico ligeiramente curvo.

Decoração: Bordo: conjunto de quatro traços verticais e um horizontal a pintura vermelha; colo: conjuntos de traços horizontais e ondulados a pintura vermelha; moldura exterior.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, depurada e homogénea, com presença de chamota e escassos e.n.p.: nuca.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: E – estrutura habitacional (?).

Estratigrafia: 2S0, Area 15, Plano 200-250, Camada 136.

Nº: Catálogo: 65

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3245

Tipo: Púcaro **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 95 mm largura máxima: 158 mm altura: 128 mm Øbase: 61mm

Descrição: Bordo boleado introvertido; colo troncocónico com uma canelura na base; bojo bitroncocónico carenado; fundo plano; uma asa vertical de secção oval.

Decoração: Bordo: conjunto de quatro traços horizontais a pintura branca; colo: conjunto de quatro traços horizontais a pintura branca e uma canelura na base; dois conjuntos de quatro traços horizontais a pintura branca (parte deles prolongando-se para o bojo).

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta, com presença de chamota e abundantes e.n.p.: mica, quartzo e calcário.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: M – entulheira de olaria.

Estratigrafia: 3N0, Compartimento 6; Camada 14/17/18.



Nº: Catálogo: 66

Nº: de Inventário: MC/ 111

Tipo: Púcaro **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 69 mm largura máxima: 117 mm
altura: 99 mm Øbase: 66 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente introvertido; colo troncocônico com uma canelura na base bojo bitroncocônico carenado; fundo convexo; uma asa vertical de secção oval.

Decoração: Canelura na base do colo.

Técnica: Torno; cozedura redutora/oxidante.

Pasta: Compacta com abundantes e.n.p.: mica, quartzo, mafico e calcário; presença de vacuólos.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: O – Olaria: forno 1 (câmara de combustão).

Estratigrafia: 2, Área 1/2, Plano 11, Camada 37.



Nº: Catálogo: 67

Nº: de Inventário: MC 110

Tipo: Púcaro **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 69 mm largura máxima: 105 mm
altura: 90 mm Øbase: 54 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente introvertido e oblíquo; colo troncocônico com uma canelura na base; bojo bitroncocônico carenado; fundo convexo; uma asa vertical de secção oval.

Decoração: Canelura na base do colo.

Técnica: Torno; cozedura redutora/oxidante.

Pasta: Compacta com abundantes e.n.p.: mica, quartzo, mafico e calcário; presença de vacuólos.

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: O – Olaria: forno 1 (câmara de combustão).

Estratigrafia: 2, Área 1/2, Plano 11, Camada 37.

Nº: Catálogo: 68

Nº: de Inventário: MC 109

Tipo: Púcaro **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 69 mm largura máxima: 130 mm
altura: 84 mm Øbase: 69 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente extrovertido de secção triangular; colo troncocônico; bojo globular; fundo convexo; uma asa vertical de secção oval.

Técnica: Torno; cozedura redutora/oxidante.

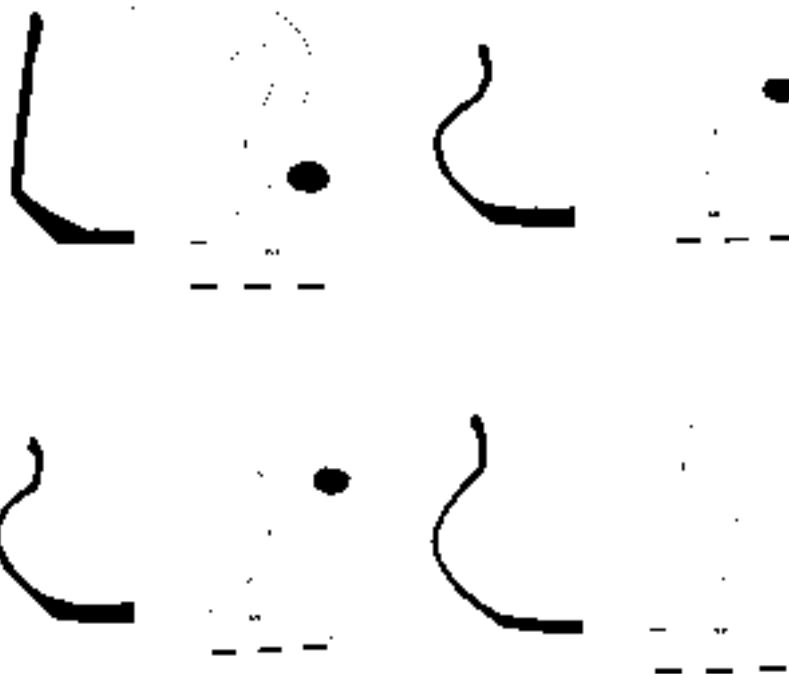
Pasta: Compacta com abundantes e.n.p.: mica, quartzo, mafico e calcário; presença de vacuólos

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: O – Olaria: forno 1 (câmara de combustão).

Estratigrafia: 2, Área 1/2, Plano 11, Camada 37.



Nº: Catálogo: 69

Nº: de Inventário: MC 113

Tipo: Púcaro **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 80 mm largura máxima: 128 mm
altura: 78 mm Øbase: 65 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente extrovertido e oblíquo, de secção triangular; colo troncocônico; bojo globular; fundo convexo; uma asa vertical de secção oval.

Técnica: Torno; cozedura redutora/oxidante.

Pasta: Compacta com abundantes e.n.p.: mica, quartzo, mafico e calcário; presença de vacuólos

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: O – Olaria: forno 1 (câmara de combustão).

Estratigrafia: 2, Área 1/2, Plano 11, Camada 37.

Nº: Catálogo: 70

Nº: de Inventário: MC 112

Tipo: Púcaro **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 80 mm
altura: 87 mm Øbase: 62 mm

Descrição: Bordo boleado ligeiramente extrovertido de secção triangular; colo troncocónico; bojo globular; fundo convexo; arranque de uma asa vertical.

Técnica: Torno; cozedura redutora/oxidante.

Pasta: Compacta com abundantes e.n.p.: mica, quartzo, mafico e calcário; presença de vacuólos

Cronologia: Século XII.

Sítio: Mandarim Chinês.

Contexto: O – Olaria: forno 1 (câmara de combustão).

Estratigrafia: 2, Área 1/2, Plano 11, Camada 37.

Nº: Catálogo: 71

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3246

Tipo: Bilha **Função:** Mesa

Descrição: Bordo boleado recto; gargalo troncocónico, ligeiramente curvo.

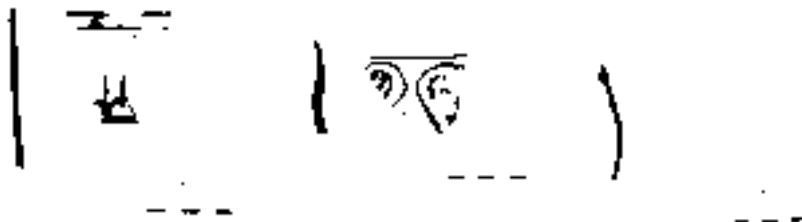
Decoração: Corda seca parcial a verde; gargalo: no topo, uma barra horizontal; na parte inferior: barra (?) com motivos circulares e traços verticais em manganês.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e depurada, com presença de chamota e e.n.p.: mica, quartzo e calcário.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.



Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 16.

Nº: Catálogo: 72

Nº: de Inventário: BCP/Lx 3247

Tipo: Bilha (?) **Função:** Mesa

Decoração: Corda seca parcial a verde; bojo: pinhas com ponteados internos e caneluras.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e depurada, com presença de chamota e e.n.p.: mica e quartzo.

Cronologia: Século XI.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: I – Lixeira estruturada.

Estratigrafia: 3S0, Compartimento 1, Camada 16.

Nº: Catálogo: 73

Nº: de Inventário: MC 273

Tipo: Jarro **Função:** Mesa

Dimensões: Øbordo: 98 mm

Descrição: Bordo boleado extrovertido de secção triangular; colo bitroncocónico invertido curvo; arranque de vertedouro.

Decoração: Bordo: um traço vertical a pintura branca; colo com moldura, canelura e conjunto de quatro traços horizontais a pintura branca.

Técnica: Torno; cozedura oxidante.

Pasta: Compacta e depurada, com presença de chamota e e.n.p.: mica, quartzo e calcário.

Sítio: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Contexto: R – estrutura habitacional (?).

Estratigrafia: 1, Área 6, Plano 12, Camada 10

VESTÍGIOS DA SANTARÉM ISLÂMICA – UM SILO NO CONVENTO DE S. FRANCISCO

MARIA M. RAMALHO*

CARLA LOPES*

JORGE CUSTÓDIO**

M^a JOÃO VALENTE***



Fig. 1 – Vista geral do Convento de S. Francisco de Santarém

* Arqueóloga do Departamento de Estudos do Instituto Português do Património Arquitectónico.

** IPPAR – Câmara Municipal de Santarém

*** Arqueozoóloga – Universidade do Algarve

INTRODUÇÃO

As intervenções arqueológicas no Convento de S. Francisco de Santarém, inseridas no projecto de reabilitação, promovido desde 1992, pelo então Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, revelaram importantes testemunhos de época islâmica até então inéditos nesta zona da cidade.

No decurso dos trabalhos desenvolvidos no interior da igreja conventual, foram descobertos quatro silos que, aparentemente, não se encontravam associados a estruturas habitacionais. Este facto parece relacionar-se não só com alterações urbanas ocorridas no local no último período de domínio islâmico, como, também com o início da construção do cenóbio no século XIII, factores que terão contribuído para uma grande transformação dos espaços. Só com a continuação dos trabalhos arque-

lógicos, nomeadamente, com o alargamento da área intervencionada, se poderá confirmar as hipóteses agora avançadas.

Não descurando a problemática da construção e utilização destas estruturas em época islâmica, como locais de armazenamento, dedicámos especial atenção ao seu aproveitamento secundário como lixeira.

Apesar de bastante destruídos pelas sucessivas inunicações efectuadas na igreja, foi possível recolher do interior dos silos um importante conjunto de objectos, bem como restos faunísticos que caracterizam o quotidiano das populações que ocuparam este espaço antes da chegada dos franciscanos. O estudo destes materiais arqueológicos encontra-se em curso, pelo que iremos apresentar, apenas, uma primeira abordagem circunscrita a um dos silos que designámos por Silo 1.

De forma a contextualizar a problemática das estruturas descobertas, procurou-se ainda desenvolver uma investigação histórica centrada nas alterações urbanísticas ocorridas na cidade de Santarém, durante o período de ocupação islâmica até à segunda metade do século XIII, data de fundação do Convento de S. Francisco.

1. ASPECTOS DA EXPANSÃO URBANA (SÉC. X-XIII)

A evolução recente dos estudos históricos sobre a sociedade islâmica na Península Ibérica e concomitantemente da arqueologia e história local, permitiram rever a ideia que se fazia de Santarém islâmica e desenvolver novas hipóteses para a compreensão da sua estrutura, organização defensiva e administrativa, cultura e composição social¹.

Textos de autores árabes² e cristãos³, documentos medievais⁴, cartografia, toponímia e vestígios arqueológicos quando se conjugam

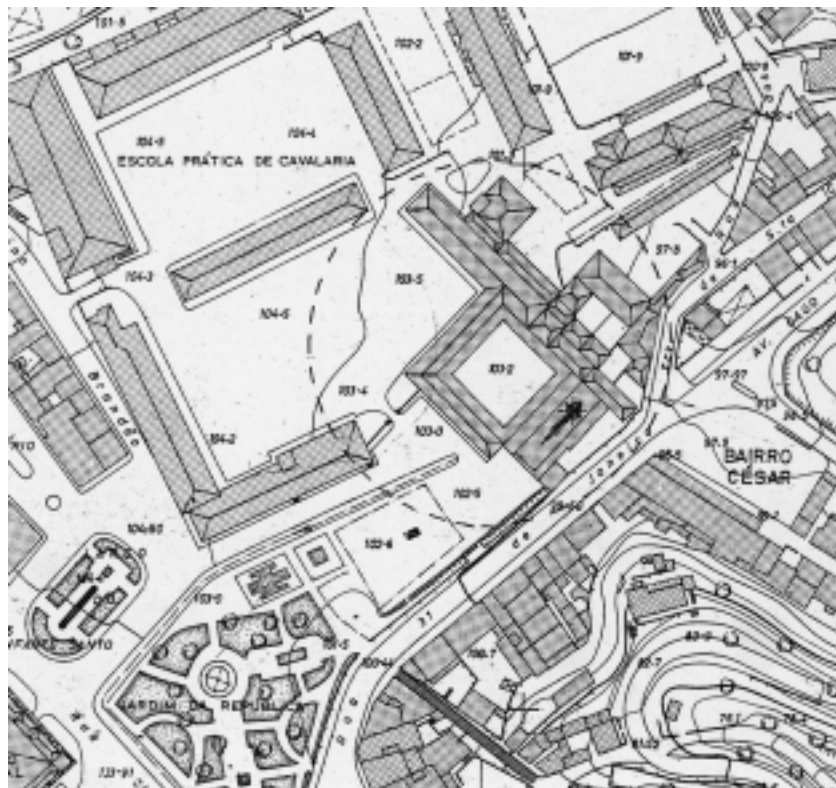


Fig. 2 – Implantação do Convento de S. Francisco na planta topográfica da cidade

podem permitir organizar o conhecimento, mesmo quando as fontes são escassas, para uma cidade do *Garb al-Andalus*.

A publicação de um texto anónimo sobre *Shantarin*⁵, de autor tardio, contribuiu para refazer toda a ideia da cidade, que os textos de Al Razi e de Idrici não permitiam descodificar. Para o anónimo do séc. XIV a cidade era grande e antiga e, entre as suas mesquitas, possuía uma aljama ou principal, sugestivos zocos bem ordenados, banhos esplêndidos e importantes muralhas que a tornavam difícil de conquistar. No seu alfoz existiam «mil aldeias», o que não é de estranhar face à multiplicidade de topónimos de origem islâmica, latinos arabizados e moçárabes que ainda subsistem. A própria designação da cidade – o hagiopónimo de Santa Irene ou Iria – é um testemunho eloquente da força das correntes cristãs e da convivência secular de etnias e culturas mediterrânicas, cujas origens devem remontar ao pacto entre vencedores e vencidos do tempo da conquista islâmica em 714-715, por Abd al Aziz.

Estas notas sintéticas são mais que suficientes para se reformularem os conhecimentos de *Shantarin*, enquanto urbe e território, enquanto sociedade e cultura. Mas a investigação produzida no âmbito da Candidatura de Santarém a Património Mundial permitiu, por outro lado, sistematizar todas as informações disponíveis e enquadrá-las numa perspectiva de evolução histórico-urbanística, relacionando a cidade com o seu passado tardo-romano e o seu futuro medieval.

Esses estudos contribuíram para esboçar uma cartografia sintética da cidade islâmica, suas muralhas e as alterações ocorridas após a conquista cristã de 15 de Março de 1147.

Como se tem reconhecido, amiudadas vezes, o assalto de surpresa dos cavaleiros de Afonso Henriques, naquela madrugada de 1147, foram mais do que uma conquista, representou o controle de uma posição estratégica no Tejo que, em Outubro de 1147, viabilizou os acontecimentos de Lisboa.

A localização geográfica da cidade⁶, – bem como de outras cidades do *al-Gharb* a norte do Tejo, constituindo uma periferia ou melhor ainda uma «fronteira» real do Ocidente – ao contrário do que parece inferir-se de alguns autores⁷, não inviabilizou um determinado protagonismo histórico, quer do ponto de vista político e cultural, quer mesmo geográfico, como recentes estudos têm demonstrado cabalmente, sobretudo a partir dos séculos X e XI⁸. Exceptua-se, é claro, a cidade do tempo almorávida e almóada, no contexto das transformações urbanas dos finais do séc. XI e do séc. XII. Aliás, foi sobretudo nesses períodos, que se acentuou o seu papel de charneira, assumindo entre a reconquista de Coimbra de 1064 e a tomada definitiva de Alcácer do Sal (1217), o carácter de um limite territorial e militar, entre o norte cristão e o sul muçulmano, independentemente dos ciclos de conquistas de ambos os campos durante esses cento e cinquenta anos.

Por outro lado, um conjunto de intervenções arqueológicas, de carácter científico, efectuadas entre 1979 e 1997 contribuíram para uma outra noção territorial do espaço urbano da cidade. Estruturas *in situ*, uma tinturaria de pelames, vestígios de uma atafona, cerâmica de importação e comum, situada nos horizontes culturais dos sécs. X a XII, são os dados arqueológicos que mais recentemente vieram chamar a atenção para uma cidade de grande relevo económico e social, político-militar e cultural, muitas vezes esquecida na investigação científica de ponta.

Muito trabalho encontra-se ainda por realizar na aproximação necessária a uma realidade que hoje começa a desvendar-se. É essa a razão porque chamamos a este pequeno estudo *Vestígios de Santarém Islâmica*, pois efectivamente não deixa de ser apenas uma tampa que se destapa da grande caixa de Pandora, que será no futuro o conhecimento da cidade ribatejana entre o séc. VIII e o séc. XII. Vestígios escavados com maior rigor do que aqueles que constituem o primitivo acervo do Museu Municipal de Santarém, resultado de achados ocasionais. Vestígios esparsos, mas coerentes, integrados num estudo arqueológico que os viabiliza, por indução e dedução.

Entre os finais do séc. X e os meados do séc. XII, *Shantarin* é uma cidade em afirmação e crescimento. Em afirmação, porque o interesse social e económico aumenta, inserido nos horizontes da presença islâmica ocidental. Em crescimento visto que todos os indicadores apontam para uma ocupação do território urbano aproximadamente semelhante ao espaço habitado dos inícios do séc. XIII, aquele que melhor se conhece por mediação da documentação cristã.

As referências a *Shantarin* na documentação árabe datam do séc. X e acentuam-se nos textos de geógrafos e historiadores dos sécs. XI e XII. A notação da povoação no mapa da Península Ibérica de Ibn Hawqāl de meados do séc. X é, por outro lado, a consagração da sua importância política e económica, ainda governavam os califas de Córdoba⁹. No período califal, o urbanismo da cidade deveria ter mudado, pois há notícia da construção da mesquita aljama ou maior por iniciativa de Al-Hakam ibn Hisam, al-Rabadi, 3º omíada do Andaluz (976-1009), no 3º quartel do séc. X. Ibn Hawqāl refere *Shantarin* como sendo uma «cidade nova», talvez numa referência às mudanças urbanísticas desse período, nomeadamente, ao crescimento do arrabalde ribeirinho de Sesirigo (actual Ribeira de Santarém). É desta época a descrição da cidade de Al-Razi¹⁰.

Aliás *Shantarin* fora conotada, durante a segunda metade do séc. X, pela sublevação do alcaide ou governador islâmico contra Córdoba. Data dessa altura uma interessante listagem dos seus governadores.

Desconhecem-se pormenores acerca dos últimos anos da época califal na cidade, mas tempos depois apresenta-se integrada no Reino de Taifas de Badajoz, situação que se prolongará até à conquista de Afonso VI de Leão, em 1093.

O reino de Taifas de Badajoz representa uma época áurea da cidade, com frequentes visitas da corte Aftássida à «princesa do Tejo» (entre as quais figura o próprio rei Al-Mutawakil), documentada por elos fortes com alguns habitantes influentes, certames poéticos, descrições da paisagem, com o Tejo ocupando relevo na poesia¹¹. Nos finais do séc. XI, a projecção atingida pela cidade, constituiu uma razão por excelência, para a conquista pela força dos exércitos de Afonso VI de Leão, situação que levou à fuga de influentes personalidades islâmicas locais, entre as quais o poeta Ibn Bassam (†1147).

A importância estratégica da urbe era dado assente na concepção política de Afonso VI. O rei confere-lhe uma importante carta de foral (1095), onde uma deliberada política de tolerância étnica, social e religiosa corre a par de novas fórmulas políticas, militares e administrativas, reforçando o poder do cristianismo europeu. Nota-se igualmente uma alteração das medidas sociais, contando-se com o apoio da comunidade moçárabe.

Não se entende, de forma consequente, a razão pela qual os almorávidas não a conquistaram desde logo, sabendo-se que só em 1111 cai nas suas mãos, enquanto Lisboa já havia sido ocupada uns anos antes. Uma carta trocada entre Abou Moh'ammed 'Abd el-Medjid ibn 'Abdoūn (secretário de Ali ibn Yussuf e de Abou Bekr ibn Tāshfin) e o emir Tāshfin, conquistador de Sevilha, permite-nos confirmar a importância estratégica da cidade e entender o seu significado como recinto acastelado e autosuficiência económica.

Ibn 'Abdoūn participou na conquista de Santarém de 1111 e o entusiasmo e o fervor religioso levou a afirmar que «a fortaleza de Santarém – possa Deus permitir durar o império do Príncipe dos muçulmanos – era uma das muralhas melhor fortificada dos politeístas, um dos mais sólidos fortes dirigidos contra os muçulmanos. A fortaleza no sólido local no qual nós chegámos e a qual nós conquistámos, constitui uma cidade da maior extensão e duma fertilidade estabelecida há muito tempo, constante e regular; ela ignora a fome, nem nada que com ela se pareça. Ela eleva os seus cumes mais alto que as Pleíades e mergulha os seus sólidos fundamentos no subsolo; as suas flores rivalizam de brilho com os astros celestes, penetra os seus segredos na própria orelha de Orion (...)»¹². O secretário do emir dá pormenores das dificuldades da conquista, do prolongado cerco, do modo como a população caiu em desgraça, da violência das lutas, da

valentia dos cavaleiros da cidade, da prisão da maioria dos habitantes e sua transformação em escravos, da paz que se seguiu, com a reintegração social de alguns dos cristãos.

A documentação árabe não refere o papel desempenhado por um alcaide local, Abzecri ou Abu Zakariyya, a quem a *De Expugnatione Scallabis* confere um papel de enorme relevância no reforço da fortificação da cidade a ocidente. Mas, em 1144, a crise do império almorávida atinge a urbe e leva-a a aderir, de novo, aos potentados locais da nova vaga de reinos de taifas. É um período complexo, pois, para além do governo local estar entregue a um tal Labid ibn Abd-Allah, sabe-se que *Shantarín* pendeu para uma ligação mais estreita com Lisboa e talvez com Évora. Foi durante esta crise que o franco ibn Erik a tomou por assalto, cativando-a para o poder cristão do Norte¹³. Muitos muçulmanos e arabizados fugiram para Lisboa, embora haja notícia de alguma contenção social que viabilizou a tolerância relativa entre cristãos, judeus e muçulmanos no território, evidenciada na criação de duas mourarias, na manutenção de mesquitas e na consulta política à comunidade islâmica por parte dos reis portugueses durante os períodos de crise¹⁴.

A imagem urbana da cidade torna-se bastante precisa através das fontes islâmicas e cristãs referentes ao cerco almóada de 1184, na qual participou o próprio califa Abū Ya'qūb Yūsuf. O cerco foi estabelecido entre o Mont'Iraz, o rossio de Mansos e o Monte Abade, na área extramuros de Marvila, entre o Norte e o Sul, prolongando-se até ao extremo das colinas do lado de Valada. Os cristãos beneficiaram das obras militares dos almorávidas, deixando confinado aos almóadas a reconquista de cidade pelo arrabalde ribeirão e a entrada da Alcáçova, pelos vales da Atamarma e de Gaião, zonas agrícolas. O arrabalde foi semi-destruído e duas igrejas arrasadas.

Se a documentação escrita árabe é um indicador da relevância urbana e política-económica de *Shantarín*, não se pode afirmar o mesmo acerca da documentação arqueológica. Até há bem pouco tempo os achados islâmicos eram ocasionais, sem contextualização, tendo-se perdido informação consequente.

No entanto, nos últimos dezoito anos, a arqueologia revelou a presença islâmica no território depois de diversas intervenções preventivas de carácter urbano¹⁵, ou escavações integradas em projectos científicos¹⁶. Curiosamente grande parte dos achados islâmicos anda associado à presença de silos ou «covas de pão», os quais serviram, a maior parte das vezes, de lixeira, visto que a ocupação sistemática do mesmo território e a relativa pequena possança arqueológica de muitos espaços, fez com que desaparecessem os vestígios construtivos mais consagrados¹⁷.

Define-se por «silo», na Idade Média, um reservatório aberto no solo com a finalidade de aí serem armazenados bens alimentares secos, tais como cereais e frutos. A ensilagem constitui uma técnica relacionada com a economia e a alimentação. Do ponto de vista arqueológico é uma estrutura escavada que revela

uma cota negativa em relação ao nível do solo e concomitantemente ao nível de ocupação. Geralmente tapados por pedras, como por exemplo o silo 1 do Castelo de Salir¹⁸, além de pouco dispendiosos, tornavam-se impenetráveis aos roedores, mantendo simultaneamente uma temperatura estável necessária à boa conservação dos víveres.

Na Lisboa dos séculos XII e XIII era vulgar que a maioria das casas possuísse, no piso térreo, várias covas onde se guardavam certos alimentos. Refira-se como exemplo o caso de Ausenda Joanes que, em 1261, vendeu uma casa, na paróquia de Santo Estevão, com sobrado e seis covas no interior e outras três defronte da porta, na praça pública¹⁹. Tal como parece demonstrar o relato, uma casa poderia ter várias silos, verificando-se inclusivamente o facto, certamente não muito vulgar, de um particular poder ocupar o espaço público com as suas covas.

No caso de Santarém, a presença de grandes quantidades de «covas de pão» no planalto evidencia uma solução otimizada para dar resposta não só à fertilidade agrícola da região, como também à autonomia dos seus habitantes em período de assédio militar, garantindo a inexpugnabilidade, através da existência constante de bens alimentares.

Assim a existência de silos pode passar a ser um importante indicador da localização da cidade medieval, islâmica ou cristã, mesmo que se encontre selado por uma lixeira subsequente.

A nível arqueológico encontram-se identificados, no território urbano de Santarém, doze silos resultado de achados ocasionais e dos quais não conhecemos artefactos contextualizados e quarenta e um silos resultantes de intervenções arqueológicas modernas, dos quais uma vintena apresentam materiais do período islâmico²⁰.

É também importante saber qual a densidade de silos por m². Esse facto é um indicador da ocupação sincrónica e diacrónica do espaço, conforme a natureza epocal dos resultados arqueológicos obtidos. De forma absoluta pode revelar situações de interesse arqueológico até para cálculo dos problemas que a intervenção arqueológica enfrenta. Durante a escavação de 1984, Ana Arruda encontrou nas quadrículas J9 e I8 e I9 nada mais nada menos que dez silos para uma área de 27m² ²¹, isto é, uma densidade média de 2,7 silos/m².

Refira-se, a propósito, que no inventário do Paço Real da Alcáçova Velha, mandado realizar pelo Rei Venturoso, em 1497²², foram calculados para a área do antigo palácio real (cerca de 8.400 m²) trezentos e noventa e três silos, com uma capacidade de cerca de três mil moios de pão (2.359.800 litros de cereal, cálculo a partir do moio moderno de Santarém – 786,6 litros)²³.

Tamanha capacidade de armazenamento e abastecimento era garantia de auto-suficiência e independência alimentar em épocas de carência, fome ou crise. Pela extensão já hoje conhecida da ensilagem medieval no planalto de Santarém, referida em documentos e vestígios arqueológicos, é de pressupor uma organização adaptada às condições de exploração agrícola do «Nilo português» e ao controle dos bens alimentares mais essenciais. Todavia a utilização dos silos não parece

ter sempre a mesma conotação política e social. Para além das casas de habitação no subsolo dispõem das suas «covas de pão» (uma ou mais), que é também um indicador de exploração agrícola da família, em propriedade ou renda há que atender ao próprio comércio do cereal que também exigia ensilagem. A concentração de silos numa área mais restrita, quer seja palatina ou eclesiástica (o caso da Colegiada da Alcáçova), quer municipal, evidencia um controle político sobre os bens alimentares, que sobre o «pão» lançava impostos.

O fenómeno de abandono dos silos, no final do período de ocupação islâmica, parece generalizar-se, não só no território actualmente português, como noutras regiões da Península Ibérica, desde os finais do século XI, abarcando a maior parte do século XII, com exemplos na Alcáçova de Mértola, em Salir ou ainda em Lérida e Toledo²⁴. Julga-se, de uma forma genérica, que esta alteração possa estar relacionada com diversas transformações socio-económicas e culturais ocorridas durante o processo de Reconquista.

Apesar deste abandono ser uma realidade inequívoca, como acabámos de ver, não foi no entanto um movimento radical, permanecendo, em alguns casos este tipo de estruturas até épocas mais tardias. Em Santarém, durante a invasão de Massena (Outubro de 1810 – Março de 1811), os silos de subsolo continuavam a persistir como lugar de armazenamento tradicional, nas lojas das casas sobradadas e mesmo nas térreas. Dentro de alguns deles, descobertos muitas vezes ocasionalmente, encontraram-se cereais, que permitiram alimentar as tropas francesas e mantiveram a ocupação do território por mais alguns dias²⁵.

O aparecimento de silos com material islâmico, fora dos recintos muralhados da cidade – como os do Convento de S. Francisco –, vem colocar um interessante problema na história do urbanismo de Santarém.

Os historiadores, em geral, têm admitido que *Shantarin* era uma pequena cidade do Garb al-Andalus, cujos principais centros eram a Alcáçova (com sua cintura de muralhas) e um arrabalde ribeirinho. Outros autores admitiram que, numa época mais tardia se urbanizou a zona de Marvila, a Ocidente da Alcáçova. Em data posterior Marvila teria sido envolvida de muralhas. Quanto a Alfange, núcleo portuário e piscatório a Sul, junto ao rio, não existia ainda em época islâmica²⁶. Por outro lado, tendo em conta as descrições dos textos árabes, a cidade confinava-se a estas realidades.

Mais recentemente uma nova ideia da urbe nasceu, hipótese baseada não só na morfologia do território de Santarém, na sua evolução histórico-urbanística e na identificação sistemática do seu recinto muralhado, mas também apoiada na documentação escrita e arqueológica, árabe e cristã.

Todas as informações disponíveis foram integradas e cartografadas numa planta da cidade, que veio a revelar uma urbe polinucleada e organizada em dois planos altimétricos distintos, cujos núcleos sobreviventes até aos meados do séc. XIX, eram resultantes da sua origem urbana islâmica e cristã medieval. Assim, para além da cidadela – a antiga *Scallabis* ou a provável *Saqalab* islâmica – existiam ainda dois bairros ribeirinhos: *Sesirigo* o arrabalde de *Shantarin*, onde o culto a Santa Irene ou Iria se estabelecera, pelo menos desde o séc. X, e *Alfange*. Recentes escavações na Igreja de São João Evangelista²⁷, revelaram materiais romanos (restos de ânforas), em níveis profundos do areal. Tornou-se já célebre a cancela de altar do séc. VIII-IX, aí encontrada nos meados da década de 60, actualmente no Museu Municipal de Santarém.

Para além destes núcleos, mais dois existiam no planalto e suspeitava-se ainda de um terceiro. O primeiro, designado por *Pereiro*, sofrera uma longa degenerescência desde o

período tardo-romano. Neste bairro foi identificada uma malha ortogonal e quarteirões com uma transposição de centuriacões, admitindo-se a hipótese de nele ter sido instalada, durante a época romana, a cidade civil. Aí, na muralha militar que protegia o lado setentrional da cidade, rasgava-se a Porta de Valada, que estabelecia a ligação com os Campos de Valada, a *Belata* islâmica. O nome de *Pereiro*, topónimo já fixado em meados do séc. XIII, advém da presença de uma congregação religiosa, S. Gião ou S. Julião do *Pereiro*, ordem militar de origem castelhana, que provavelmente andou associada à conquista da cidade, por Afonso VI de Leão e cuja memória se perdeu nas épocas posteriores, com excepção da igreja e do nome do lugar.

Marvila era um outro núcleo, talvez mais recente, muito provavelmente um arrabalde da cidadela da Alcáçova, com a qual nunca esteve ligada por recintos muralhados. O seu crescimento nos fins do séc. X, motivara as considerações de modernidade que alguns escritores do fim do milénio atribuíram à cidade²⁸. Estes dois núcleos (*Marvila* e *Pereiro*) foram no séc. X-XI protegidos por muralhas, não as fechando na parte meridional, como muito bem referiu al-Idrisi, embora, seja conhecida uma muralha com frente para o rio, no bairro ribeirinho de *Alfange*.

A morfologia do território permitia, por outro lado, a coexistência entre áreas urbanizadas de grande e de menor densidade, onde o mundo rural dos vales e encostas penetrava nos espaços livres para se ligar aos bairros e sítios mais povoados. A rede de comunicações facilitava a relação entre o campo e a urbe e a dinâmica das actividades rurais de origem mediterrânica. Próximo das moradias dos habitantes existiam as hortas, as searas, os jardins e os pomares que os autores árabes referem e que mantêm uma presença fundamental na paisagem das descrições da tomada de Santarém de 1147 e do cerco almóada de 1184.

O estudo que irá ser desenvolvido seguidamente, revela a existência de áreas urbanizadas ou semi-urbanizadas num outro novo arrabalde exterior ao recinto muralhado de *Marvila* e do *Pereiro*. Na Idade Média cristã, a esse espaço veio a chamar-se *extramuros* e nele se instalou uma importante feira, aproveitando a largueza do seu chão.

O facto de ser uma área fora das muralhas, isso não significa que, entre o séc. X a XII, se encontrasse próximo dos dois primeiros bairros, pois também 4se admite, na falta de comprovação arqueológica segura, que ali a muralha fosse mais recente (almorávida e afonsina). Nesse caso, os pólos urbanos que eventualmente foram edificados nesse espaço, entre a Igreja do Salvador e a Ermida de Santa Maria do Monte, seriam outras tantas expressões da expansão da cidade a Ocidente, onde passava um eixo viário importante (Santarém – Leiria).

Até há bem pouco tempo, admitia-se a urbanização desse espaço em época posterior à reconquista afonsina. A descoberta do primeiro silo com materiais islâmicos no Convento de S. Francisco veio a catapultar uma nova hipótese, que

outra documentação deixava induzir. A presença de uma igreja – com o orago do Salvador – nessa área nada tem de extraordinário, quer pela importância da população moçárabe da cidade, quer pela natureza do culto que aí se praticava. A primitiva igreja, apeada no séc. XIII para dar origem a um novo programa construtivo gótico, revelava uma grande ancestralidade, que não passou despercebida aos historiógrafos de setecentos²⁹.

A Ermida de Santa Maria do Monte, por seu lado, começa a ser interpretada como local de uma *kubba* islâmica³⁰, com ligação umbilical com o recinto onde, desde os inícios do séc. XIII, se instalarão os conventos mendicantes da Trindade e de S. Francisco.

Conhecem-se os nomes de algumas ermidas, com seus adros próprios, nesse espaço chão de Fora de Vila. Santa Maria da Abóbada já existia nos inícios do séc. XIII e perto dela havia uma pedreira. É no seu espaço que se instalam os trinitários. Não longe dali conhecem-se casas. Perto dela ficavam os leprosos e estamos em crer que o seu bairro já existia no espaço da actual Câmara Municipal no séc. XII, atendendo às disposições escritas do primeiro regulamento conhecido dos gafos (1223) e que remete para uma organização consuetudinária pré-existente. Será possível reconhecer nesse espaço o bairro de *bad al-Marda* islâmico, que se situava geralmente extramuros das cidades do al-Ândalus? Em Granada, na época islâmica, o bairro dos leprosos situava-se no exterior da cidade, junto à Porta dos Leprosos, perto do qual se instalaram também os trinitários³¹.

A constatação de uma situação semelhante na cidade de Santarém, faz-nos reflectir. De facto, os mendicantes da Trindade estabeleceram-se na proximidade dos leprosos, ainda nos fins do séc. XII, e usaram para seu benefício da Ermida de Santa Maria do Monte e da Igreja de S. João das Pratas agregadas à gafaria. Ainda hoje existe uma relação viária entre o chão denominado do Espírito Santo e a colina da Senhora do Monte, através da Rua do Convento da Trindade, que desce até à Calçada do Monte (hoje Rua Alexandre Herculano) para depois voltar a subir até à ermida.

Maria Ângela Beirante situa nesta área a Ermida de S. João das Pratas ou da Gafaria, onde no séc. XVII se estabeleceram casas apalaçadas da família Meneses³². Foi no mesmo espaço que se edificou a Ermida do Espírito Santo, uma importante confraria com hospital. Ambas – S. João da Gafaria e Hospital do Espírito Santo – já existiam no séc. XIII e não foram impedimento da construção dos primeiros conventos mendicantes. Apenas a gafaria passou a estar a mais, pois afectava os novos moradores religiosos e seculares que vieram mais tarde a solicitar a D. Dinis, a transferência dos leprosos para local mais ermo.

Mais a ocidente ficava a Ermida de Santa Maria da Oliveira de origem templária (fundada em 1159), onde depois nasceu o convento dominicano de 1225³³. Neste e noutros espaços sagrados existiam adros e cemitérios extramuros, um dos quais – o mais mal conhecido por vandálica destruição – era o cemitério dos judeus. Conhecem-se interessantes vestígios materiais desses cemitérios, estelas de várias formas, características e simbologia que se conservam no Museu Municipal e na colecção de S. Francisco (afecta ao IPPAR).

Uma rede viária estabelecia a ligação entre estes pólos cujas persistências ainda podem ser observadas na documentação que subsistiu e no espaço urbano remanescente. Áreas abertas e livres são outros tantos espaços de articulação com as hortas e regueiras, com o olival das colinas e dos vales e com os espaços de sociabilidade, como a carreira de cavalos, uma potencial *al-muzara*.

Quer tenham existido pequenos pólos urbanos – os sítios – ou ermidas em colinas sagradas, ou bairros isolados de leprosos, a área extramuros anterior ao século XIII foi habitada por uma população que viu crescer a cidade, muito embora a sua situação pudesse ser ainda pautada pela «rusticidade» das condições de vida e das relações sociais.

Mas essa urbanização ou semiurbanização não significa estabilidade. Os tempos eram difíceis e os cavaleiros e exércitos dos protagonistas da história da reconquista (cristã ou islâmica) estavam constantemente à porta das muralhas da cidade. Quando, nos finais do séc. XII, princípios do séc. XIII, o poder islâmico foi afastado da velha *Shantarin*, assistiu-se, isso sim, a uma remodelação urbana de todo o espaço de Fora de Vila.

A fundação de cinco conventos mendicantes, entre 1211 e 1300, marcará a presença de cinco novos espaços sagrados de influência europeia, com todos os seus estaleiros góticos, a nova linguagem da expansão religiosa da *Europa Christiana*. A destruição do quarteirão das emparedadas de Santa Maria da Abóbada, coincidiu com desaparecimento de um dos mais perenes pólos de habitações de características semiurbanas (2^a metade do séc. XIII). Os frades, na afirmação da sua imagem e poder, não podiam conviver com situações urbanas pré-mendicantes (mesmo que fossem eremíticas ou ascéticas), mesmo que a reocupação dessas casas e quintais tivesse ocorrido por iniciativa de movimentos de espirituali-

dade cristã antiga. Também não estavam para tolerar a convivência com leprosos ali às sua portas. Exigem a transferência dos gafos de S. João das Pratas para o cerco de S. Lázaro. E no Rossio da Vila ou Sítio veio a nasceu um espaço moderno com uma grande ermida gótica – Santa Maria Madalena (1ª metade do séc. XIII).

A remodelação urbana de duzentos foi a nosso ver responsável pelo apagamento dos traços do urbanismo islâmico e afonsino da grande área de Fora de Vila. Cabe à arqueologia investigar a partir dos parques vestígios ainda conhecidos e reconstituir um aspecto ignorado da história de *Shantarin* pré-afonsina.



Fig. 3 – Planta geral do Convento

2. INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Além dos estudos efectuados sobre vários aspectos relacionados com a história do edifício, as diversas campanhas arqueológicas, da responsabilidade do IPPAR³⁴ tiveram também como objectivo a limpeza e o reconhecimento dos diferentes espaços conventuais. O monumento, no seu todo, encontra-se hoje

profundamente alterado pelas obras de restauro iniciadas nos anos 50, da responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

No decurso das acções desenvolvidas pela equipa de arqueologia, em 1992, efectuou-se, também, a inventariação e ordenação de centenas de elementos arquitectónicos que se encontravam dispersos pelo edifício. Simultaneamente, procedeu-se à definição das diversas estruturas existentes nas capelas da igreja, caso da capela de Stª Ana. Neste local, verificou-se a existência de dois silos³⁵, bem como de um conjunto de sepulturas já parcialmente destruídas pelas obras de restauro.

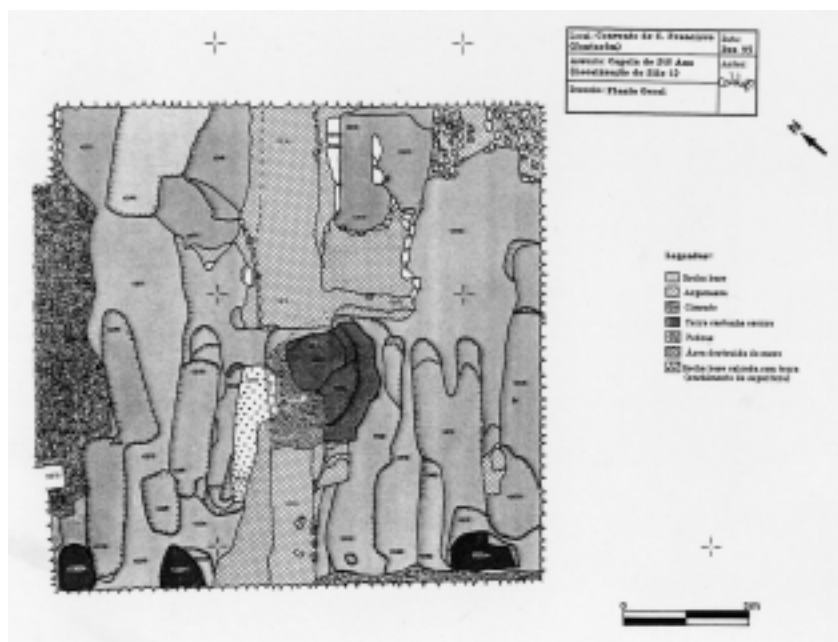


Fig. 4 – Planta geral da Capela de Stª Ana com a implantação do Silo 1

2.1. Capela de Sta. Ana

A Capela de Sta. Ana deverá ter sido construída em época muito próxima da fundação da igreja (1242). No entanto, algumas das sepulturas aí existentes, escavadas na rocha, parecem ser anteriores à própria construção da capela, dado encontrarem-se cortadas pelas fundações das paredes.

Na primeira metade do século XVI, a família Coutinho passa a utilizar a capela de Stª Ana para deposição das suas sepulturas, das quais ainda restam alguns fragmentos das lajes que as cobriam. O portal manuelino que irá substituir o anterior é geralmente classificado como um dos melhores exemplares da arte deste período³⁶, ostentando ainda o brasão da família responsável pela alteração do espaço.

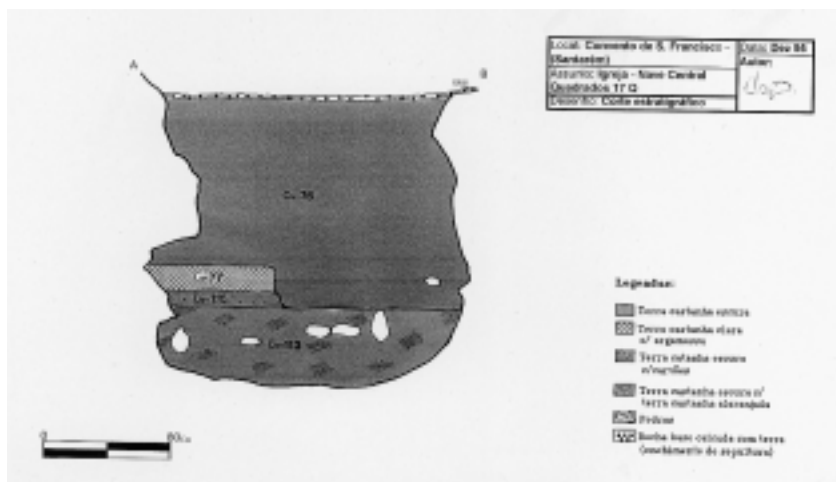


Fig. 5 – Corte estratigráfico do Silo 1

2.2. O Silo 1

Quando se procedia à definição dos contornos de uma sepultura escavada na rocha (quadrado 17Q), de forma a concluir o levantamento em planta da capela de St^a Ana, detectou-se uma mancha de terras escuras formando um pequeno círculo. Nestas primeiras camadas que se desenvolviam até à face sul das fundações de um antigo muro, do qual voltaremos a falar, foi possível constatar a presença de cinzas, pequenos ossos e alguns fragmentos de cerâmica que, desde logo, identificámos como pertencentes a uma lixeira do período medieval.

De modo a possibilitar o levantamento integral da lixeira, foi necessário desmontar parte de um muro que o cortava. Através da investigação efectuada, pudemos concluir que este muro estaria associado à reconstrução da capela de St^a Ana após o terremoto de 1755³⁷. Ao reedificar este espaço, pretendeu-se reduzir a sua área, destruindo-se parcialmente o pequeno túmulo de D. Jorge de Melo, localizado na parede Sul, único testemunho *in situ* das sepulturas dos Coutinhos³⁸.

Quando se procedia à desmontagem do referido muro, verificou-se que este apresentava uma fundação arqueada em tijolo, precisamente na zona do interior da lixeira que se verificou ter vindo ocupar um antigo silo (silo 1). Este expediente construtivo deverá ter sido utilizado como reforço numa área onde não existia rocha e a terra era muito solta. Por esta razão, e até determinado nível, verificou-se que a vala de implantação do muro revolveu parcialmente os sedimentos do interior do silo, detectando-se (contexto 77), bastante cerâmica de construção e argamassa associada a essa alteração. Deste modo, é natural que alguns fragmentos das peças estudadas, tenham desaparecido definitivamente. No entanto, a partir de determinada cota, os níveis de lixeira, encontravam-se devidamente selados.

O Silo 1, talhado no afloramento de calcário margoso, encontrava-se preenchido por terras castanhas escuras com muitas cinzas, alterando com algumas bolsas de terra mais clara constituídas essencialmente por restos de rocha calcária alterada. A escavação foi realizada por planos artificiais de 10 cm, não descuidando a definição de camadas naturais o que nos permitiu reconstituir a estratigrafia.

Apesar da individualização dos contextos, verificou-se, mais tarde, que as variações nas cores e composição das terras não eram significativas. Quando se procedeu ao estudo e tratamento dos materiais, a existência de colagens entre fragmentos provenientes de contextos distintos, nomeadamente de cotas bastante diferenciadas veio comprovar as primeiras observações efectuadas no terreno. Os detritos domésticos, que preenchiam o interior do silo seriam certamente transportados para o local em contentores de fraca capacidade, num período de tempo bastante curto, originando, assim, um acumular de estratos diferenciados e pouco espessos, se bem que de composição idêntica.

Definido o silo, verificou-se que o actual bocal seria originalmente de menores dimensões. A sua alteração deveu-se, certamente, às posteriores utilizações da capela como cemitério. De perfil cilíndrico, esta estrutura teria uma configuração ovóide alongada. Com uma altura máxima de cerca 190 cm e largura de 170 cm, a sua capacidade rondaria os cerca de 6 m³. Em termos de capacidade, este silo poderia facilmente alimentar uma família de 8 a 10 pessoas durante 2 anos o que, apesar de ser considerado de razoáveis dimensões, é inferior a alguns silos encontrados na Alcáçova de Santarém.

Os materiais exumados no Silo 1, particularmente as peças de cerâmica, destacam-se, de uma maneira geral, pela sua aparência algo grosseira em comparação com outros materiais

surgidos nos últimos anos em Santarém, nomeadamente nas escavações da Alcáçova³⁹.

Em Santarém, como em muitas outras localidades, o fabrico regional de artefactos cerâmicos, o que parece ser o caso das peças do Convento de S. Francisco, deverá ter permanecido nas mãos dos mesmos artesãos que continuaram, em época cristã, uma tradição velha de séculos.

A freguesia do Salvador, onde se localiza o Convento, integrou, em tempos, a Mouraria localizada na zona Norte. Neste bairro, sabe-se da existência de oleiros mouros, tendo inclusivamente subsistido os topónimos de olarias, «Rua dos Oleiros» e «Calçada dos Oleiros»⁴⁰.

2.3. Os Materiais

A análise dos vestígios encontrados teve, não só, como objectivo principal o conhecimento dos hábitos quotidianos das populações que utilizaram este espaço, como também, datar o momento da sua deposição ou seja, o abandono desta estrutura como local de armazenamento.

A maior parte dos materiais encontrados no Silo 1 apresentam marcas de terem sido queimados numa fase posterior à sua utilização. De facto, é do conhecimento geral que muitas vezes se deitava fogo às lixeiras, com o objectivo de conseguir uma certa higienização do espaço. Por outro lado, é também provável que as peças pudessem quebrar-se ao lume, permanecendo depois misturadas com as cinzas, até serem deitadas na lixeira.

2.3.1. Objectos cerâmicos

A cerâmica exumada apresenta, de uma forma geral, uma certa rusticidade, atestada pela sua pobreza decorativa, pela pouca variabilidade formal e pelo fabrico algo grosseiro.

Predominam as peças de uso comum destinadas a servir à mesa, confeccionar, armazenar e conservar alimentos.

Ao todo, foram encontrados 1.181 fragmentos – contabilizados após colagem – dos quais, apenas 197 foi possível reconstituir a forma original (ver gráfico 1).

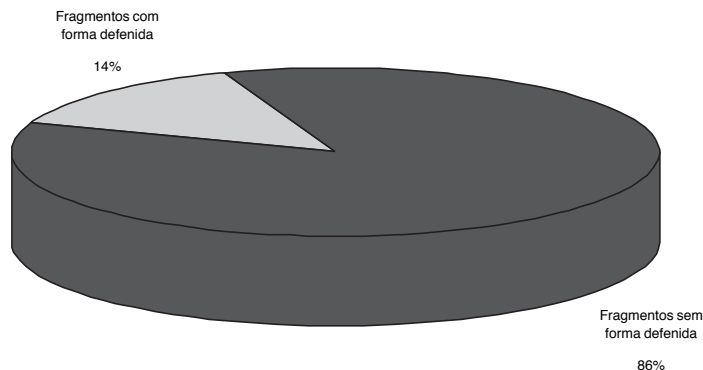


Gráfico 1 – Total dos fragmentos encontrados no Silo 1

Seguindo os esquemas tradicionais neste tipo de estudos, distinguimos pela sua funcionalidade quatro grupos de peças: louça de cozinha, louça de mesa, vasilhas de armazenamento e contentores de fogo⁴¹. Apesar desta distinção temos consciência que determinadas formas cerâmicas poderiam ser multifuncionais, ou seja, uma peça habitualmente utilizada na confecção de alimentos poderia servir directamente à mesa ou vice-versa. Outro exemplo será o dos recipientes considerados de mesa poderem, eventualmente, servir para armazenar ou guardar alimentos.

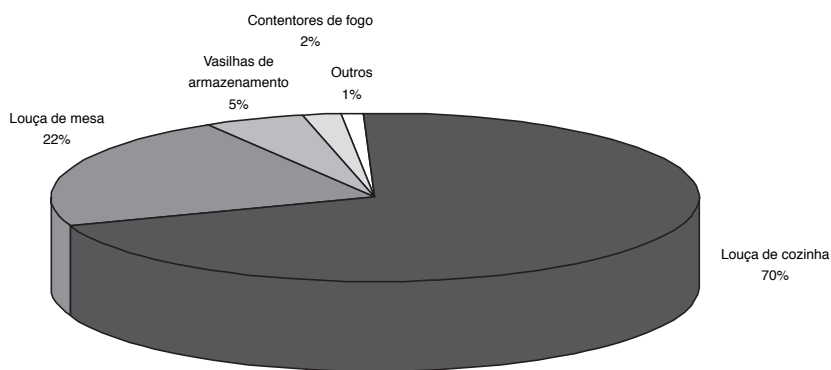


Gráfico 2 – Total dos fragmentos segundo a sua funcionalidade

O grupo mais numeroso revelou ser a louça de cozinha (139 frags. – 70%), no qual se destacam as panelas (122 frags.), com uma morfologia muito semelhante. Os bordos são extrovertidos e espessados, de secção semicircular e lábios muitas vezes em bisel, os colos são estrangulados entroncando em corpos de

tendência globular que terminam em fundos planos ou ligeiramente convexos. Têm geralmente uma ou duas asas opostas, de secção em fita que arrancam do bordo e terminam sobre o bojo na vertical. A maioria das panelas estudadas são de médias dimensões (n.º inv. 179), sendo mais pequenas as que apresentam apenas uma asa (n.º inv. 181). Estes recipientes teriam uma função exclusivamente culinária, destinando-se, sobretudo, à confecção de sopas, cozidos e ensopados.

Os púcaros (13 frags.), dos quais não conseguimos reconstituir nenhuma forma completa, são panelas de dimensões mais reduzidas e que teriam, na maioria dos casos, apenas uma asa. Pelos fragmentos exumados apresentarem vestígios de queimado aderente, julgamos que estas peças estariam em contacto directo com o fogo, não descurando, uma vez mais, a hipótese de poderem servir à mesa.

As caçoilas (4 frags.), que em termos formais se parecem bastante com as tigelas, sugerem, no entanto, outra funcionalidade. Estas peças, pelos restos de queimado observados nas paredes exteriores, serviriam para ir ao lume. Correspondem a formas abertas com fundos planos ou ligeiramente convexos e paredes de perfil curvo-convexo. Os bordos variam entre perfis direitos com lábios arredondados e biespessados com lábios aplanados (n.º inv. 140 e 163). Não apresentam asas.

Dentro deste grupo de cerâmicas, gostaríamos de destacar um bule de corpo globular e bordo extrovertido, com uma asa de secção circular oposta ao vertedor de forma cilíndrica (n.º inv. 145). Esta peça encontra-se quase completa à excepção de uma parte do bordo. As superfícies exteriores apresentam marcas de queimado, o que sugere uma exposição ao lume. Todavia, dadas a suas características formais, julga-se que poderia igualmente servir à mesa.

A percentagem de peças com decoração é bastante reduzida comparativamente com o número de recipientes não decorados. O tipo de decoração mais vulgar neste grupo de peças é a pintura a branco sobre os bojões ou colos. Nas panelas, as pinturas foram feitas por meio de dedadas arrastadas sobre a superfície, por vezes alisada e/ou engobada, de forma a realçá-las. Os engobes aplicados eram, normalmente, de cor bege ou cinzenta. Outro tipo de decoração são as caneluras que nas panelas surgem em todo o bojo junto ao colo.

Nas asas de uma panela, surgiu, também, outro tipo decorativo por impressão. Trata-se de incisões dispostas em linha ao longo da parte central das asas (n.º inv. 147)⁴².

Um fragmento de bojo, de forma globular, apresenta ainda outras decorações incisivas com motivos ondulantes, conjugados com uma linha de cordão plástico fina e com digitações.

A ausência de qualquer vestígio de acessórios habitualmente utilizados como suporte para este tipo de peças leva-nos a pensar que as mesmas apoiaram-se directamente sobre o fogo lento ou mesmo sobre as cinzas. Refira-se, no entanto, que se exumaram dois seixos rolados com vestígios de terem sido sujeitos a temperaturas elevadas podendo tratar-se das denominadas pedras de lareira.

No segundo grupo de cerâmicas, incluímos a louça de mesa, de características mais cuidadas, tendo em conta o fim a que se destinava. A quantidade de fragmentos encontrados é muito menor (19% – 38 frags.). As peças mais significativas deste conjunto, foram designadas por jarrinhas (22 frags.) e destinavam-se a servir líquidos. Caracterizam-se por serem peças de colo alto e estreito com paredes levemente convexas. Os bordos ligeiramente espessados internamente ou externamente, têm lábios em bisel ou boleados. Os corpos, invariavelmente bitroncocónicos terminam em fundos planos. Estes recipientes possuem ainda uma ou duas asas opostas, de secção ovalada ou circular (n.º inv. 120, 150).

As tigelas (4 frags.), de médias dimensões, assemelham-se em tudo às caçoilas, com a excepção dos vestígios de queimado que estas últimas apresentam (n.º inv. 139). Destinavam-se sobretudo ao serviço de mesa.

As taças, peças de pequenas dimensões, teriam como função levar à boca alimentos líquidos ou quase líquidos, possuindo, por essa razão, uma ou duas asas opostas, normalmente, de secção circular. Do total de fragmentos, conseguimos apenas reconstituir duas peças de colo cilíndrico, assente num bojo bitroncocónico levemente carenado e terminando num fundo plano (n.º inv. 132, 143).

Surgiram ainda alguns fragmentos pertencentes a bilhas ou garrafas, dos quais não foi possível reconstituir um perfil completo. Estes recipientes possuem um colo alto e fino que partiria de um bojo globular ou bitroncocónico (n.º inv. 119).

Outros três fragmentos de bordo sem reconstituição foram incluídos no grupo das jarras, cujos colos são de perfil troncocónico e bordos esvertidos ou invertidos com lábios boleados.

As pastas destas peças são mais finas que as do conjunto anterior designado por louça

de cozinha. De texturas mais homogêneas e compactas, apresentam elementos não plásticos de menor calibre, apesar de possuírem, aparentemente, os mesmos componentes. As tonalidades variam novamente entre os alaranjados e os castanhos resultantes de uma cozedura oxidante, surgindo em maior quantidade os tons cinzentos de cozedura redutora.

Os poucos motivos decorativos presentes na louça de mesa oferecem linhas pintadas a branco, com distintas orientações, sobre os colos ou bojos das jarrinhas, taças e bilhas. As superfícies, por seu lado, apresentam um melhor acabamento, apesar deste se limitar a um alisamento exterior, nas peças fechadas e interior nas abertas.

O terceiro grupo de cerâmicas que diz respeito às vasilhas de armazenamento (5% – 11 frags.) destinava-se, sobretudo, a conservar e/ou transportar líquidos ou frutos secos e cereais de consumo corrente. Incluímos neste conjunto os cântaros – recipientes de grandes dimensões, com colos altos e cilíndricos que partiam de bordos geralmente extrovertidos de secção triangular. Da totalidade dos fragmentos foi possível reconstituir apenas uma peça que, embora sem bordo, apresenta uma asa grande, de secção em fita, assente num corpo bitroncocónico (n.º inv. 185).

As talhas estão também representadas por alguns fragmentos bastante espessos e decorados com uma cinta plástica digitada. Neste tipo de contentores, é comum a aplicação de cordões que além de terem um carácter decorativo, serviam, também, como reforço do bordo ou do bojo (n.º inv. 153, 155, 156)⁴³. Estes fragmentos, caracterizam-se ainda pelas pastas algo depuradas e compactas de cores claras e superfícies alisadas exteriormente.

Dentro do grupo dos contentores de lume, foram encontrados três fragmentos pertencentes a um mesmo candil (n.º inv. 124). Apesar

de não ter sido possível restaurar a forma completa, julgamos que este teria um receptáculo cilíndrico, com fundo plano, colo estreito e alto de perfil ligeiramente troncocónico e bico fusiforme que, embora partido, mostra na ponta, marcas de fogo. A pasta é de cor esbranquiçada e com elementos não plásticos de grão finíssimo. Apresenta ainda as superfícies alisadas da mesma cor da pasta.

Das peças que não foi possível reconstituir a forma, destacamos, pela sua originalidade dentro do contexto em causa, um fragmento de bojo de pasta branca muito depurada, com superfícies polidas e engobadas num tom beje. Sobre o engobe, observa-se uma pintura com linhas cruzadas vermelhas feitas com óxido de ferro (n.º inv. 173).

Finalmente, gostaríamos de apresentar uma peça para a qual não encontrámos paralelo (n.º inv. 178)⁴⁴. Este objecto, bastante pesado e de forma circular, apresenta paredes muito espessas. Do lado mais convexo, denota-se apenas o alisamento feito pelo oleiro. A outra superfície apresenta inúmeras marcas de corte originadas, provavelmente, por um objecto metálico afiado. Inicialmente, colocou-se a hipótese de se tratar de uma peça utilizada em época islâmica para cozer pão – o *t□baq*⁴⁵, muito semelhante às placas para fabrico de biscoito encontradas na Mata da Machada⁴⁶, ou aos grelhadores de barro que ainda hoje são utilizados nos Açores⁴⁷. Apesar da semelhança, falta-lhe o rebordo exterior, característico das peças anteriormente referidas, bem como as respectivas marcas de fogo. Poderia tratar-se, também, da tampa de uma grande vasilha de armazenamento, silo ou mesmo de um poço ou fossa, não apresentando porém quaisquer marcas de desgaste. Por fim, a hipótese considerada mais provável foi a de se tratar de uma placa para cortar alimentos que assentaria num pavimento de terra ou areia, justificando, dessa forma, o seu lado convexo⁴⁸.

No conjunto da cerâmica de construção detectada, foi possível recolher diversos fragmentos de telhas (49 Kg). Na generalidade, todas elas apresentam uma superfície lisa, exceptuando alguns exemplares de decoração com duas ou três linhas digitadas onduladas, comum neste tipo de contextos.

A totalidade das cerâmicas exumadas mostram, na maioria dos casos, fabricos grosseiros, sem grandes preocupações estéticas.

A análise da totalidade das pastas revelou, de uma forma geral, uma textura compacta e homogênea, constituída essencialmente por elementos micácios, quartzíticos e calcários de grão médio e fino. Este facto pode assim revelar-nos que a matéria prima utilizada no fabrico dos artefactos deveria ser originária de uma mesma zona⁴⁹.

No que diz respeito às superfícies das cerâmicas, não encontrámos grande variedade de tratamento. Algumas oferecem paredes exteriores alisadas e por vezes engobadas, como aliás já foi referido. No entanto, a maioria das peças não sofreu este processo, apresentando superfícies sem qualquer acabamento. As cores variam consoante o tipo de cozedura e o tratamento dado às superfícies

Predominam as tonalidades laranja e castanha, resultantes de cozedura oxidante em detrimento das cinzentas e negras, de cozedura redutora. Surgem ainda variantes de cores nas pastas cujos núcleos são cinzentos ou negros, e as superfícies avermelhadas, ou vice-versa, o que pressupõe alterações ao longo do processo de cozedura.

No respeitante à decoração, e em termos gerais, podemos concluir que existem essencialmente três tipos decorativos:

- engobes, que funcionam como complemento das pinturas, de cores beje ou cinzenta;
- pinturas a branco que surgem, normalmente, em conjuntos de três traços feitos por dedadas arrastadas sobre a superfície ou, predominantemente por pincladas finas com orientações na vertical ou na diagonal;
- incisões;
- aplicações plásticas digitadas.

Foram ainda identificados uns parcos e pequenos testemunhos de cerâmica vidrada, não tendo sido possível, a partir deles, reconstituir qualquer forma. Num total de nove fragmentos, seis apresentam um tom manganês, dois melados e um verde e branco. As pastas são claras e muito depuradas.

2.3.2. Materiais em pedra

Dos materiais em pedra identificados no silo, gostaríamos de destacar um fragmento de mó manuéria em granito e um pedaço de cantaria onde assentava o gonzo de porta ou janela. Semelhante a este fragmento, foi encontrado um outro em tijolo com a mesma marca circular de desgaste (n.º inv. 118).

Recolheram-se também dois seixos rolados com marcas de fogo, já referidos anteriormente, que deverão ter servido para, na lareira, amparar as panelas ao lume. Outros três seixos paralelipédicos e com desgaste nas faces levaram-nos a considerar tratem-se de pedras de afiar (n.º inv. 149, 150, 164).

2.3.3. Utensílios metálicos

De entre os materiais metálicos detectados, saliente-se o que parece ser um fundo de bainha de espada feita em ferro e coberto de cobre (n.º inv. 181). Igualmente em ferro recolheu-se um gume de faca com o apêndice ou espigão de encabamento conservado (n.º inv. 180). Exumou-se também um espevitador de candil em bronze que se encontra partido no orifício que seguraria uma pequena corrente (n.º inv. 92), muito semelhante aos que foram encontrados em Mértola⁵⁰.

Detectaram-se ainda três fragmentos de pregos, todos eles incompletos.

2.3.4. Materiais em osso

Do conjunto de elementos em osso, destacamos, pela sua originalidade, aquilo que julgamos ser uma noz de besta (n.º inv. 176)⁵¹. Para esta interessante peça, encontramos até ao momento dois paralelos; um proveniente de Castillo de Arcos (Ciudad Real)⁵² e outro de Montségur (Ariège)⁵³. Esta peça cilíndrica, destinava-se a ser colocada dentro da besta, de forma a actuar como disparador. Nela fixava-se a corda (daí o desgaste que apresenta) que deveria ficar em tensão. Julga-se que o uso da besta poderá remontar, na Península Ibérica, à segunda metade do século X, apesar de, sobre ela, não existir, qualquer representação até pelo menos ao século XI (1086, em Burgo de Osma – Espanha)⁵⁴. Em Portugal, no conhecido vaso de Tavira, datado igualmente do século XI, verificamos que uma das figurinhas parece segurar uma besta⁵⁵. No entanto, parece que a verdadeira difusão desta arma afirma-se sobretudo ao longo do século XII, sendo o seu uso conhecido pela infantaria do exército almóada, especialmente no âmbito de grandes expedições militares⁵⁶.

Outro dos elementos em osso por nós detectados, é um pequeno fragmento de torre de roca trabalhada com incisões circulares (n.º inv. 174) bastante semelhante aos encontrados em Mértola⁵⁷. Este pequeno elemento, colocado na parte superior da roca, tinha aparentemente apenas uma função decorativa.

Resta-nos ainda apresentar uma peça para qual, até ao momento, não encontramos paralelo. Trata-se de um objecto rectangular de perfil curvo, com dois orifícios, um em cada extremidade (n.º inv. 175). Como hipótese, julgamos tratar-se de um elemento de vestuário ou cabo de faca, dado verificar-se em redor dos orifícios pequenas marcas de ferrugem, o que o associa a um elemento metálico.

3. A FAUNA MAMALÓGICA

A fauna recolhida foi analisada num só bloco de agregação, pois, como foi referido anteriormente, não obstante a individualização de diversos contextos, estes não correspondem a deposições realmente diversas existindo remontagens cerâmicas entre restos pertencentes a contextos distintos. Foi-nos, aliás, possível confirmar esta uniformidade deposicional durante o estudo dos restos faunísticos, havendo igualmente restos ósseos provenientes de diversas camadas correspondentes a um mesmo elemento anatómico. Acrescenta-se que, na realidade, o material não varia de qualidade, ou mesmo quantidade, de um contexto para o outro.

O estudo sumário aqui apresentado visa, numa primeira instância, a determinação taxonómica dos restos, procedendo de seguida ao cálculo das abundâncias faunísticas⁵⁸. No entanto, porque estamos perante uma verdadeira «lixreira», o estudo traceológico dos restos osteológicos pode igualmente fornecer importantes elementos sobre a alimentação da população humana em questão. Assim sendo, procurámos, também, verificar os traços antrópicos sobre a fauna, nomeadamente estrias e cortes de descarnamento, acções de cozedura e carbonização. No geral, os restos faunísticos do Silo 1 encontram-se muito fragmentados, o que dificulta o seu estudo taxonómico, resultando esta fragmentação, ou da acumulação deposicional (seja esta primária ou secundária) ou de fracturação quando ainda frescos (causada intencionalmente pelo homem).

Na quantificação das abundâncias taxonómicas de um dado conjunto osteológico podem utilizar-se diversas unidades. Escolhemos empregar o NTR («Número Total de Restos») que equivale à soma de todos os espécimes recolhidos, sejam eles determinados ou inde-

terminados, o NRDt («Número de Restos Determinados Taxonomicamente») e o NMI («Número Mínimo de Indivíduos»). Este último, tem logicamente em conta a paridade ou não dos elementos esqueléticos presentes (existem ossos similares no lado esquerdo e direito do corpo), bem como a idade do espécime (se estamos perante um juvenil ou adulto)⁵⁹.

Optámos por utilizar estas três unidades em conjunto para prevenir o elevado nível de fragmentação da colecção osteológica presente, facto que inflaciona o NTR e o NRDt. O NMI é um razoável controlador desta inflação, não sendo, no entanto, mais que o menor número de animais necessários para contabilizar todos os restos determinados da colecção.

3.1. Lista Taxonómica

Foram determinadas as seguintes espécies mamalógicas:

- *Ovis aries* L. 1758 (= ovelha) e/ou *Capra hircus* L. 1758 (= cabra doméstica);
 - *Bos taurus* L. 1758 (= boi doméstico);
 - *Equus caballus* L. 1758 (= cavalo);
 - *Oryctolagus cuniculus* L. 1758 (= coelho);
 - roedores [*Rattus* sp.] (= ratazana ou rato preto)
Recolheram-se ainda, alguns exemplares de:
 - aves (pelo menos duas espécies, não determinadas);
 - peixes (não determinados);
 - moluscos: *Easthonia rugosa* (= ameijoia) e *Pecten maximus* (= vieira);
 - gastrópodos terrestres (não determinados)
- Número Total de Restos (NTR) = 1423
Número Restos Determinados (NRDt) = 766 (53,70%)

3.2. Estudo Arqueozoológico

3.2.1. Ovinos e/ou Caprinos (*ovis aries* e/ou *capra hircus*)

Observando a Tabela 1 e o Gráfico 3, a grande maioria dos restos pertence a ovelha e/ou cabra doméstica, num total de quatrocentos e trinta e quatro restos (56,6% do total dos restos determinados). De igual modo, com excepção do coelho, também os restos de «ovino-caprinos» proporcionam o maior número mínimo de indivíduos (3 juvenis e 3 adultos).

A distinção entre estas duas espécies é problemática uma vez que a sua osteomorfologia é muito semelhante. No entanto, pela dimensão dos metapodos (metacárpicos e metatársicos), pela análise morfológica dos dentes e das calotes craniais a presença da ovelha é certa.

Na alimentação islâmica medieval, estão sobejamente documentados os pratos e as receitas que utilizam a ovelha como carne principal, inclusive sobre os espécimes juvenis (cordeiro, que aqui aparece atestado em, pelo menos, três indivíduos)⁶⁰. Desta forma, aos contextos alimentares islâmicos surge estreitamente associada a pecuária de ovinos e caprinos, principalmente dos primeiros⁶¹, sendo provável que estejamos perante restos de guisados ou assados. As próprias marcas de corte, particularmente evidentes nas costelas e ossos longos (26% dos restos identificados – V. Tabela 2), o parecem demonstrar. Não deixa de ser, igualmente, interessante verificar que, com excepção das falanges e ossos cárpicos ou társicos, em si elementos relativamente pequenos, não surge nenhum osso inteiro, o que pode evidenciar o talhamento para culinária. Paralelamente, cerca de trinta e dois restos apresentam fracturas em espiral (feitas em osso fresco) ou de corte.

Os restos carbonizados são, mais uma vez, maioritariamente costelas e vértebras (22 restos, ou seja mais de 50%). Se esta acção pelo fogo é fruto de grelhados ou simples deposição de restos alimentares sob o fogo (após consumo) foi impossível determinar. No entanto, devem existir as duas variantes pois a pátina exibida pelos ossos não é sempre a mesma (alguns apresentam-se totalmente carbonizados, enquanto outros têm uma carbonização pouco homogénea).

Os restos que apresentam pátina de tipo vidrado, poderão ter estado sob acção de cozedura e são, na sua totalidade, restos de ossos indeterminados (muitos de osso longo) ou costelas.

3.2.2. *Bos taurus*

O restos de boi doméstico e cavalo põe-nos alguns problemas uma vez que o material ósseo, muito fragmentado, dificilmente permite atribuição específica a uma destas espécies. Isto acontece com cento e seis restos, quase na sua totalidade fragmentos de diáfise de ossos longos ou costelas.

Também a bovinicultura está bem atestada em contextos islâmicos, sendo de esperar que este animal fosse particularmente utilizado como fornecedor de produtos secundários (leite, força motriz). No caso do Silo 1, apesar de o número de restos determinados ser menor que o dos «ovinocaprinos» (65 restos ou 8,4% dos restos determinados), é certo que a quantidade de carne obtida com o abatimento de um animal deste porte é bastante mais elevada que a fornecida pelos restantes animais, o que evidencia os bovídeos como um recurso de primeira escolha, tanto com animais adultos (pelo menos 2), como com borregos (atesta-se aqui 1). Dos restos são bastantes aqueles que demonstram marcas de corte (em particular os ossos longos, nas zonas articulares ou áreas de inserção muscular), o que parece indicar a sua utilização directa como recurso alimentar. A quantidade de restos cozidos é bastante diminuta quando comparada

à dos ovinos ou caprinos, indicando um procedimento diverso do utilizado nestes; possivelmente os bovinos não seriam alvo de cozidos, mas antes de grelhados. Os ossos carbonizados são, mais uma vez, como nos ovinos ou caprinos, cerca de 10%, patenteando o mesmo padrão heterogéneo na superfície.

3.2.3. *Equus caballus*

A presença do cavalo não é inédita em contexto alimentar islâmico⁶². Neste caso, os restos atribuídos a esta espécie não são mais que dez, não deixando de ser notável pertencerem a três indivíduos diferentes, com a particularidade de um ser juvenil. A desigualdade entre o NRDt e o NMI pode significar uma escolha determinante de alguns segmentos anatómicos (2 fragmentos de rádio, 2 fragmentos de tíbia, 1 fragmento de metapodo, 5 fragmentos de elementos axiais). Dos restos determinados só dois evidenciam marcas de corte, sendo inexistentes os carbonizados ou cozidos.

A hipótese proposta para Alcaria Longa e Casa II da Alcáçova de Mértola por Telles Antunes⁶³, em que apenas nos tempos de penúria alimentar a população islâmica recorria à carne de cavalo parece aqui afastada, uma vez que o consumo de juvenis (com carne mais macia e apreciada) indica exactamente o contrário.

3.2.4. *Oryctolagus cuniculus*

Os restos de coelho são bastante frequentes e estão bem conservados, apresentando um índice de fragmentação bastante baixo, especialmente quando comparado com as macrofaunas presentes. Isto poderá indicar a preparação deste animal por inteiro ou por grandes

blocos anatómicos (sem necessidade de fracturação). Apenas 7% dos restos apresentam o vidrado evidente do cozido, reduzindo-se os restos carbonizados a 4%.

Não foi possível estabelecer se se tratam de animais criados em cativeiro ou produto de caça.

3.2.5. Outros⁶⁴

Os restantes espécimes osteológicos de mamíferos pertencem a roedores (na sua maioria restos inteiros), ratazana ou rato preto, provavelmente intrusivo no silo como comensal do homem. A presença deste animal em contexto urbano não é de estranhar.

Permanecem por estudar os restos de ave que pela osteomorfologia e dimensão pertencerão a, pelo menos, duas espécies diferentes, possivelmente galináceas.

Quanto às espécies marinhas pouco podemos adiantar, excepto em relação aos moluscos, a vieira e a amêijoia, ambas de ambiente salgado, testemunhando o comércio que se fazia então entre Santarém e o litoral, possivelmente ao longo do Rio Tejo.

Os restos de gastrópodos terrestres (por determinar taxonomicamente) deverão ser intrusivos, uma vez que muitas das suas espécies são carnívoras. Outro aspecto que parece corroborar esta intrusão é o bom estado dos espécimes, pouco fragmentados, indicando uma deposição diferente da fauna mamalógica. Não fica, no entanto, totalmente afastada a possibilidade de também aqui estarmos em presença de restos alimentares.

O que foi exposto anteriormente sugere-nos as seguintes conclusões:

– A abundância faunística é essencialmente composta por (ordem decrescente): ovelha (e/

/ou cabra doméstica), boi doméstico e coelho. Mais subsidiariamente o cavalo. Se exceptuarmos o coelho, onde não é possível determinar a sua domesticidade, todas estas espécies se apresentam como domésticas, não havendo qualquer espécie selvagem, situação natural em contexto urbano islâmico.

– A grande maioria dos espécimes parece ser de restos de alimentação, sendo um dos seus principais indícios as marcas de corte e as fracturas; no entanto, outras utilizações secundárias, como para lacticínios e força motriz, não estão naturalmente excluídas em espécies como o boi e, principalmente, o cavalo.

– A comunidade humana presente deveria ser relativamente excedentária, pois no consumo alimentar existe uma componente bastante elevada de juvenis.

– Paralelamente aos mamíferos outros recursos eram aproveitados para a alimentação: caso das aves, dos peixes e dos moluscos, estes últimos de ambiente salgado, indiciando comércio com as zonas costeiras.

– Detectou-se, de igual modo, a presença de espécies intrusivas como os roedores (rato preto?) e, provavelmente, espécies de gastrópodos terrestres.

	NRDt		NMI	
	N	%	Juvenil	Adulto
<i>Bos taurus</i>	65	8,5	1	2
<i>Equus caballus</i>	10	1,3	1	2
<i>Bos taurus / Equus caballus</i>	106	13,8	-	-
<i>Ovis aries / Capra hircus</i>	434	56,7	3	3
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	97	12,7	1	8
Roedores	17	2,2	-	5
Aves	14	1,8	-	-
Peixes	2	0,3	-	-
Micromamíferos ã determinados	6	0,8	-	-
Microfauna ã determinada	15	2,0	-	-
TOTAL	766		6	20

Tabela 1 – Número de restos determinados (NRDt) e Número mínimo de indivíduos (NMI) por taxon.

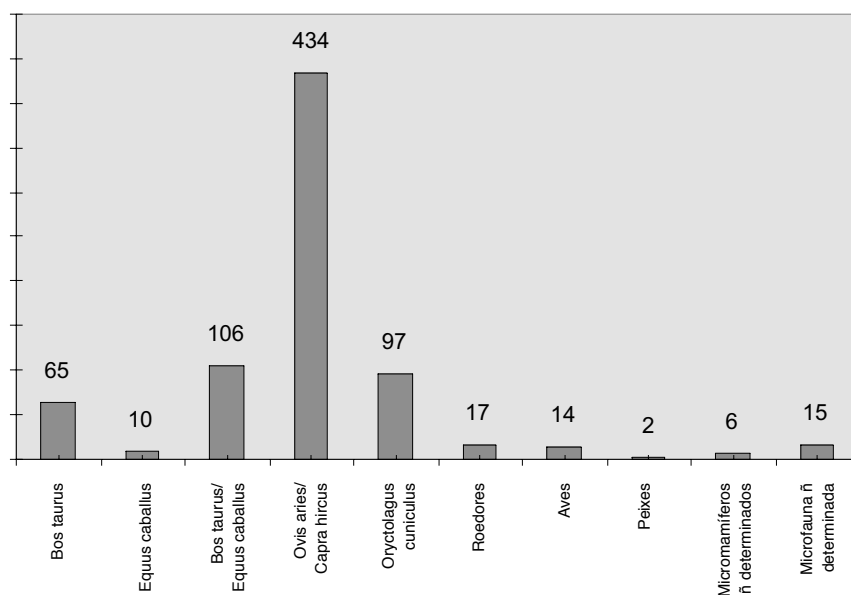


Gráfico 3 – Abundância faunística (NRDt por taxon)

	Marcas de Corte		Carbonizados		Cozidos		NRDt
	% NRDt	NRDt	NRDt%	NRDt	NRDt%	NRDt	
<i>Bos taurus</i>	16	24,6	7	10,8	1	1,5	65
<i>Equus caballus</i>	2	20,0	-	-	-	-	10
<i>Bos taurus / Equus caballus</i>	23	21,7	5	4,7	4	3,8	106
<i>Ovis aries / Capra hircus</i>	113	26,0	40	9,2	26	6,0	434
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	1	1,0	4	4,1	7	7,2	97
Outros	122	-	44	-	26	-	-
TOTAL	277	-	100	-	64	-	-

Tabela 2 – Modificações ósseas (NRDt e respectiva percentagem dentro de cada taxon)

CONCLUSÃO

As escavações arqueológicas realizadas no Convento de S. Francisco no âmbito do projecto de valorização deste imóvel, acabaram por revelar, pela primeira vez, testemunhos inesperados de uma ocupação urbana ou periurbana até então desconhecida naquela área da cidade.

Apesar do trabalho apresentado se circunscrever a apenas um silo dos quatro detectados, julgamos ter sido possível, dentro das limitações existentes, chegar ao quotidiano de populações do período islâmico, até ao momento ignoradas, comprovando-se assim que a presença de silos no território da cidade é um indicador precioso para o estudo de aspectos urbanos, económicos e culturais.

A actual inexistência de outro tipo de estruturas associadas aos silos poderá estar relacionada não só com o nivelamento que terá sido necessário efectuar no terreno, aquando da construção do convento, como com a abertura de sepulturas no interior da igreja. Desta forma, apenas terão subsistido os elementos que se encontravam a cotas negativas, situação esta bastante comum noutras áreas da cidade devido, em grande parte, ao tipo de afloramento rochoso que se encontra praticamente à superfície.

Por outro lado, as datações propostas – finais do século X e inícios do século XI – não permitem, definitivamente, corroborar o facto de ter sido a construção do convento o motivo de desafecção das estruturas habitacionais ou rurais pré-existentes, mediando entre os séculos XI e os meados do século XIII uma incógnita sobre a ocupação deste espaço. A análise sistemática dos outros silos existentes no convento e a continuação dos trabalhos arqueológicos, poderá, eventualmente, esclarecer as dúvidas sobre o sentido da urbanização da área Extramuros, entre a conquista dos

almorávidas e a chegada dos mendicantes às portas da cidade.

O conjunto de artefactos cerâmicos exumados do interior do Silo 1, caracterizam-se, de uma forma genérica, pelo fabrico algo grosseiro com pastas homogéneas, pouco depuradas e de superfícies com acabamentos rudimentares. Os tipos decorativos encontrados cingem-se a engobes, algumas pinturas a branco de fraca aderência e incisões. No respeitante às formas, predominam, como é vulgar neste tipo de contextos, os recipientes destinados à confecção de alimentos, sendo que as panelas se destacam em número. Como foi referido anteriormente, julgamos depreender, pela análise de algumas formas cerâmicas presentes no Silo 1, que determinadas peças, para além da função específica para a qual tinham sido concebidas, deveriam, frequentemente, adaptar-se às diferentes necessidades sentidas pelos seus utilizadores.

Da análise dos restos alimentares, refira-se a abundância de ovinos e/ou caprinos, em detrimento de outras espécies, realçando-se a presença, ainda que residual, do cavalo com marcas que evidenciam o seu consumo. As marcas de corte e fracturas em espiral feitas em osso fresco, resultando em pequenos fragmentos, sugerem, igualmente, a confecção de guisados ou estufados que a predominância das panelas parece confirmar.

Para terminar, consideramos que, apesar dos esforços desenvolvidos nos últimos tempos, o conhecimento que possuímos sobre Santarém islâmica é, ainda, demasiado parcelar, aguardando-se que nos tempos mais próximos esta fascinante realidade vá ocupando o lugar há muito merecido na história da cidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Emanuel Carvalho, Teresa Julião, Rui Boaventura e Henrique Mendes pela colaboração nos trabalhos arqueológicos.

À Ivone Tavares pelos desenhos efectuados.

Aos Drs. Cláudio Torres, Santiago Macias e Susana Gómez pelo auxílio prestado na classificação das peças.

Ao Dr. Rui Sousa Martins da Universidade dos Açores pela disponibilização da bibliografia sobre as técnicas tradicionais de cozedura de pão no arquipélago.

NOTAS

- 1 Cf., Cláudio Torres – «O Garb-Al-Andaluz». In *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, 1992; A H. Oliveira Marques – «Portugal Islâmico». In *Nova História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, vol. II – *Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, Lisboa: Editorial Presença, 1993; Christophe Picard – *Histoire du Portugal et d'Espagne occidentale à l'époque musulmane (debut VII^{ème} – milieu XII^{ème} siècle)*, Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, S. A., 1996 (no original policopiado, sobretudo, pp. 195-200); Jorge Custódio – «Santarém Islâmica». In *Santarém. Cidade do Mundo*, vol. I, Santarém: CMS, 1996, pp. 68-72 e ainda vol. II, pp. 190-192; José Augusto Rodrigues e Jorge Custódio – «3.3.5. Hipótese de ocupação durante a Época Islâmica (714-1147) – Shantarin». In *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 189-196; Adel Sidarus – «Shantarin». In *Encyclopedie d'Islam*, Tomo IX, Leiden, 1997, pp. 317 (col. 2) a 319 (col. 1).
- 2 Ver, José Henriques Barata – *Santarém nos Escritores Árabes*. Separata da Revista «Ribatejo», Lisboa, 1954, José Henrique Barata; *Da Tomada de Santarém aos Mouros (1147) e o Cerco de 1184*, [Santarém], 1956, ms. dactilografado, BMS (esperando edição há mais de quarenta anos); José Garcia Domingues – «Descrições de Santarém nos Historiadores e Geógrafos Árabes (1964)». In *Portugal e o Al-Andalus*, Lisboa: Hugin, 1997, pp. 133-140 e *passim*; António Borges Coelho – *Portugal na Espanha Árabe*, 4 vols., Lisboa: Seara Nova, 1972-75.
- 3 Sobre o «De Expugnatione Scallabis», cuja redacção se atribui hoje, devido às investigações de José Mattoso, aos crúcios de Coimbra. Cf. José Henriques Barata – *Fastos de Santarém. I – De Expugnatione Scalabis* (Prefácio, tradução e Notas); *Idem; II – O Cerco de 1184*, Coimbra, 1947.
- 4 Em especial o tratamento urbano que Maria Ângela Beirante Ihes deu, em *Santarém Medieval*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1980.
- 5 *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*, edição de Luís de Molina, 2 vols., Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel Asín, 1983, pp. 18, 58-59.
- 6 Os documentos referem ser esta uma das «comarcas do norte».
- 7 A. H. Oliveira Marques, nega às zonas de fronteira do al-Andalus, um papel activo na vida política e cultural. É evidente que o protagonismo histórico de uma cidade de fronteira no al-Garb precisa de se analisar no quadro geral da civilização andaluz. Aliás, o caso de Santarém, para além de poder ser uma excepção, deve ser observado à luz de outros vectores, como a localização na convergência de importantes vias de comunicação, o

- significado urbano, militar e, sobretudo, económico. Cf. A H. Oliveira Marques, (1993), *op. cit.*, p. 128. Ver também Jorge Custódio – *Shantarin islâmica, andaluza e cristã (séc. VIII-XII)*, (em vias de publicação).
- 8 Ver sobre este assunto Manuel Terrón Albarrán – *El Solar de los Aftásidas*, Badajoz, 1971, pp. 67-70, 650-652; Cristophe Picard, *op. cit.*, sobretudo, pp. 195-200 e Elena Koroleva-Kaypirina, – *Acerca dos problemas de investigação de um Monumento da Literatura Luso-Árabe: a Antologia de Ibn Bassam Al-Shantarini (fal. em 542/1147) Al-Dhakhira Fi Mahasin Ahli L-Djazira*. Separata dos Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, (Paris, 1996), Braga, 1997.
 - 9 Cf., Ibn Hawqāl – *Configuración del Mundo (Fragmentos alusivos al Magreb y España)*, Tradução e índices de Maria José Romani Suay, Valência, 1971.
 - 10 Levi-Provençal – «La description de l’Espagne d’Ahmad Al-Rāzi». In *Al-Andalus*, Fasc. I, 1953.
 - 11 Terrón Albarrán, *op. cit.*, pp. 650-652.
 - 12 O estudo histórico sobre os Almorávidas, onde a carta foi inicialmente publicada, deve-se a Al-Marraqushi, ‘Abd al-Wahid, cf. carta completa em francês in E. Fagnan – *Histoire des Almoravides*. D□Abd El-W□h□id Merr□kiçAlger, 1893, pp. 139-143.
 - 13 Ver Jorge Custódio – «Santarém nos Sécs. XI e XII». In *Santarém. A História e as Comemorações. 850 Anos da Reconquista*, Suplemento de Ribatejo de 13 de Março de 1997, pp. 9-17.
 - 14 Ver os interessantes documentos publicados por R.Dozy, *O Cerco de Santarém. 1184. Segundo os Documentos Árabes* (Tradução de Luciano Cordeiro), Lisboa: Imprensa Nacional, 1895. BMS – Gav. 3 nº 21.
 - 15 O início de intervenções de arqueologia urbana em Santarém datam de 1991, através da contratação de arqueóloga para o Gabinete Técnico Local. Com a institucionalização do GTL e a criação da Divisão de Núcleos Históricos abriu-se um lugar de arqueólogo na Câmara de Santarém, responsável pelas diferentes escavações preventivas, cujos relatórios existem arquivados na CMS. Ver bibliografia e nota 20.
 - 16 Projecto da Alcáçova de Santarém (1979-1980), Projecto da UNIARCH (1983-1990), Projecto de estudo arqueológico de S. Francisco (1992-1997).
 - 17 Situação semelhante passa-se com as cisternas, igualmente escavadas na rocha, revelando algumas delas antiguidade que pode reportar à época islâmica e medieval.
 - 18 H. Catarino «O Castelo de Salir – Resultados da escavação dos silos.» In *Al-Uly*□ Revista dos Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 4, 1995.
 - 19 Marques A. Henrique de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, cap. III, Lisboa: Edit. Sá da Costa, 1971, p. 66.
 - 20 Depois da apresentação desta comunicação foram encontrados muitos mais silos do mesmo tipo ou com características aproximadas, em diferentes intervenções de arqueologia urbana e cujos relatórios de escavação se encontram arquivados em Santarém e no Instituto Português de Arqueologia. Cf., Maria José Almeida – *Intervenção Arqueológica na Rua Miguel Bombarda, nº 33-35 (Santarém): Relatório de Trabalhos Arqueológicos*, Santarém, CMS, Outubro de 1997 e *Intervenção Arqueológica na Rua Miguel Bombarda, nº 33-35 (Santarém): Relatório de Trabalhos Arqueológicos. 2ª fase – Acompanhamento de obra e Intervenção de Emergência*, Santarém, CMS, Junho de 1998; Maria José Almeida e Henrique Calé – *Intervenção Arqueológica na Rua Tenente Valadim, nº 14 (Santarém): Relatório de Trabalhos Arqueológicos*, Santarém, CMS, Fevereiro de 1999; Henrique Calé – *Intervenção Arqueológica no Largo Mem Ramires, nº 13-15 (Santarém): Relatório de Intervenção Arqueológica e Acompanhamento de Obra*, Santarém, CMS, Janeiro de 1999.
 - 21 A. M. Arruda – «Alcáçova de Santarém: relatório dos trabalhos arqueológicos – 1984». In *Clio/Arqueologia*, Revista da UNIARCH, vol. 1, Lisboa: FLUN, 1983/1984, pp. 217-223.
 - 22 Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Estremadura, fol. 51-52 v. Sobre a problemática arqueológica dos silos, ver Aurora de la Cruz Pérez e Carlos Lamalfa Díaz – «Monzón de Campos: la transformación del sistema de almacenamiento como consecuencia del cambio en las estructuras sociales». In *Sociedades en transición. IV Congreso de Arqueología Medieval Española. Actas*, Tomo III, Alicante, 1994, pp. 605-610; Antonio Fernández Ugalde – «El fenómeno del relleno de silos y la implantación del feudalismo en Madrid y en el reino de Toledo», *idem, ibidem*, pp. 611-618 e Helena Catarino, – «O Castelo de Salir: Resultados da Escavação dos silos». In *al□-uly*□*Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 4, Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1995, pp. 9-30.
 - 23 Se atendermos à capacidade média de 6000 litros por silo (cálculo efectuado a partir de um silo encontrado em escavações arqueológicas). Cf. Jorge Custódio e Luís Mata – «Os palácios reais de Santarém (séc. XII-XVII)», (no prelo).
 - 24 Antonio Fernández Ugalde, *op. cit.*
 - 25 Jorge Custódio – «A Vila de Santarém no Tempo de Massena». In *Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal (1795-1910)*, Actas do Colóquio, Santarém, CMS, 1996, p. 183.
 - 26 Não concordamos com Adel Sidarus neste ponto, pelo que revelamos mais à frente.
 - 27 Esta escavação decorreu entre Janeiro e Março de 1997 e foi coordenada por uma das autoras do presente texto – Maria de Magalhães Ramalho.
 - 28 O topónimo «Marvila» pré-afonsino e que alguns interpretam como sendo de origem islâmica, anda associado a áreas rurais, como o caso de *Marvila* de Lisboa e outras *Marvilas* do nosso território, nomeadamente, nos concelhos de Almeirim e da Chamusca (freguesia do Chouto).
 - 29 Cf. Padre Inácio de Vasconcelos – *História de Santarém Edificada*, Vol. I, Lisboa, 1740, pp. 1-5. Um dos capitéis islâmicos de Santarém proveio da demolição da Igreja do Salvador, em 1911-1914.
 - 30 Artur Goulart de Melo Borges – «As *kubbas* alentejanas. Monumentos de origem ou influência muçulmana no distrito de Évora». In *I Congresso sobre o Alentejo*. Vol. I, *Semeando Novos Rumos*, Beja: Associação dos Municípios do Distrito de Beja, 1985.
 - 31 Leopoldo Torres Balbas – *Ciudades Hispano-Musulmanas*, Tomo I, s. I., s. d., pp. 192-193.
 - 32 Ângela Beirante – *Santarém Medieval*, Lisboa, 1980, pp. 129, 133, 136.
 - 33 Cf. Jorge Custódio – «O Convento de S. Domingos de Santarém: Memória, Espaço e Arquitectura». In *S. Frei Gil de Santarém e sua época*, Santarém, CMS, 1997, pp. 117-137.

- 34 Estas intervenções desenrolaram-se nos anos de 1992, 1995 e 1996.
- 35 O segundo silo referido encontrava-se parcialmente destruído pelas obras realizadas, ao longo dos anos, neste espaço.
- 36 Gérard Pradalié – *O Convento de S. Francisco de Santarém*, Câmara Municipal de Santarém, 1992, p.93.
- 37 *Memórias Sepulchraes do Padre Luís Montez Matoso e outros*. Cópia manuscrita de Anselmo Braamcamp Freire, BMS 33/6/70, fol. 26 [s. dat.].
- 38 António Joaquim Moreira – *Colecção de Epitaphios, Incrições e Letreiros*. Manuscritos Azuis, nº 229, Lisboa, 1864, fol. 66 vs; Padre Inácio da Piedade Vasconcelos – *História de Santarém Edificada, que dá Notícia da sua fundação e das Cousas Mais Notáveis Nella Sucédida*. Lisboa: Tipografia Ocidental, 1740, p. 202; Ronald Bishop Smith – *The Sepulchral urn of Martim Afonso de Melo in Santarém*. Lisboa: [s.n.], [s. dat.].
- 39 Escavações coordenadas pelas arqueólogas Catarina Viegas e Ana Arruda.
- 40 M. A. Beirante – *Santarém Medieval (...)*, p. 93.
- 41 Optámos por utilizar neste trabalho a terminologia adoptada pela equipa de investigadores do Campo Arqueológico de Mértola, a quem muito agradecemos o apoio prestado.
- 42 P. Matesanz Vera – «La ceramica medieval cristiana (s. XI a XIII) en el norte de Palencia: aspectos técnicos». In *Actas das 1^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995, p. 67-76.
- 43 H. M. R. Coutinho, «Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras». In *Arqueologia Medieval*, nº 2, Santa Maria da Feira: Ed. Afrontamento, 1993, p. 39-54.
- 44 Na última intervenção arqueológica efectuada no interior da igreja do Convento de S. Francisco, foram detectados, no silo 2, novos fragmentos deste tipo de peça.
- 45 André Bazzana – «Foyers et fours domestiques dans l'architecture rurale d'al-Andalus». In *Arqueologia Medieval*, nº 4, Santa Maria da Feira: Ed. Afrontamento, 1996, p. 156; Guillermo Rosselló Bordoy – *El nombre de las cosas en al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*. Palma de Mallorca: Museu de Mallorca, 1991, p. 170.
- 46 Claudio Torres – *Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa – Mata da Machada – Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, [s.d.].
- 47 Rui Sousa Martins – «O pão no arquipélago dos Açores – mudança e articulação das técnicas de cozedura». In *Arquipélago – História*, 2^a série, II, 1997, 136. R. S. Martins – «A cerâmica de produção doméstica na ilha das Flores». In *Separata do Colóquio O Faial e a periferia açoreana nos séculos XV a XIX*. Horta: Núcleo Cultural, 1995, p. 504.
- 48 Agradecemos o apoio e sugestões de Cláudio Torres e Susana Gomez na interpretação desta peça.
- 49 Futuramente, pretende-se avançar com um estudo físico/químico dos componentes das pastas.
- 50 Santiago Macias – *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcáçova (sécs. XII-XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996, p. 92.
- 51 Executado no que parece ser um astrágalo de boi. Posteriormente à presente publicação, esta peça foi apresentada na exposição «*Pera guerrejar – Armamento Medieval no espaço Português*» e publicada no respectivo catálogo na pág. 383.
- 52 *Alarcos el fiel de la balanza*. Dir. Juan Zozaya, Alarcos: Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La-Mancha, 1995, p. 187.
- 53 *Archeologie et vie quotidienne aus XIII^e siecles en Midi-Pyrénées*. Toulouse: Association pour la Promotion de l' Archéologie et des Musées Archéologiques en Midi-Pyrénées, 1990.
- 54 *Alarcos el fiel de la balanza*, p. 187.
- 55 *Portugal islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1998.
- 56 *Alarcos el fiel de la balanza*, p. 187.
- 57 Santiago Macias, *op.cit.*, p. 89.
- 58 Para este estudo foi utilizada a colecção osteológica comparativa existente no Museu Nacional de Arqueologia. Algumas dúvidas que nos surgiram foram debatidas e, por vezes resolvidas, com o Doutor Jean-Philippe Brugal do URA 164 do CNRS – Aix-en-Provence, a quem agradecemos, bem como ao Dr. Carlos Tavares da Silva que determinou os restos de fauna malacológica.
- 59 Maria João Valente – «A quantificação faunística: principais unidades, alguns parâmetros, regras e problemas». In *Estudos do Quaternário*, 1, 1997, p. 83-96.
- 60 Expiración García Sánchez – «La alimentación popular urbana en al-Andaluz». In *Arqueologia Medieval*, nº 4, Santa Maria da Feira: Ed. Afrontamento, 1996, p. 219-236.
- 61 Miguel Telles Antunes – «Alimentação de origem animal em regime islâmico. Alcaria Longa e Casa II da Alcáçova de Mértola». In *Arqueologia Medieval*, nº 5, Santa Maria da Feira: Ed. Afrontamento, 1996, p. 267-276; João Luís Cardoso – «A fauna de mamíferos da época muçulmana das Mesas do Castelinho (Almodovar). Materiais das campanhas de 1989 a 1992». In *Arqueologia Medieval*, nº 3, Santa Maria da Feira: Ed. Afrontamento, 1994, p. 201-220; A. Morales Muñoz, R. Moreno Nuno, M. A. Cereijo Pecharrmán – «Calatrava La Vieja: primer informe sobre la fauna de vertebrados recuperada en el yacimiento Almohade. Primera parte: mamíferos». In *Buletin de Arqueologia Medieval*, nº 2, 1988, p. 7-48; José A. Riquelme Cantal – «Estudio faunístico del yacimiento medieval de El Maraute (Torrenueva, Montril, Granada)». In *Buletin de Arqueologia Medieval*, nº 5, 1991, p. 93-111; J. A. Riquelme Cantal – «La fauna de época Califal procedente de la Catedral de Granada». In *Buletin de Arqueologia Medieval*, nº 6, 1992, p. 193-207.
- 62 A. Morales Muñoz, R. Moreno Nuno, M. A. Cereijo Pecharrmán *op. cit.*; J. A. Riquelme Cantal – «La fauna de época Califal (...)».
- 63 M. T. Antunes – *op. cit.*
- 64 O estudo destes espécimes (aves e peixes) não foi ainda possível efectuar dada a carência de especialistas nestes domínios.

Bibliografia

- Alarcos. el fiel de la balanza*. Dir. Juan Zozaya, Alarcos: Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1995, p.187.
- ANTUNES, M. T. – «Alimentação de origem animal em regime islâmico. Alcaria Longa e Casa II

- da Alcáçova de Mértola». In *Arqueologia Medieval*, nº 5, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1996, p. 267-276.
- Archeologie et vie quotidienne aus XIII^e siècles en Midi-Pyrénées*. Toulouse: Association pour la Promotion de l' Archéologie et des Musées Archéologiques en Midi-Pyrénées, 1990.
- ARRUDA, A. M. – «Alcáçova de Santarém: relatório dos trabalhos arqueológicos – 1984». In *Clio/Arqueologia*, Revista da UNIARCH, Vol. 1, Lisboa: FLUN, 1983/1984, p. 217-223.
- BALFET, H.; BERTHELOT, M.F.F., MONZON, S. – *Lexique et typologie des poteries: pour la normalisation de la description des poteries*. Paris: Presses du CNRS, 1983.
- BARATA, J. H. – *Da tomada de Santarém aos Mouros (1147) e o cerco de 1184*. Ms. dactilografado, B. M. S., 1956.
- BARATA, J. H. – *Fastos de Santarém. I – De Expugnatione Scalabis*, Coimbra, 1947.
- BAZZANA, A. – «Cerâmiques medievals: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne Orientale». In *Melanges de la Casa de Velasquez*, vol. XV, Paris, 1979, p.135-185.
- BAZZANA, A. – «Cerâmiques medievals: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne Orientale. II. Les poteries décorées. Chronologie des productions medievals». *Melanges de la Casa de Velasquez*, vol. XV, Paris, 1980, p.57-95.
- BAZZANA, A. – «Foyers et fours domestiques dans l'architecture rurale d'al-Andalus». In *Arqueologia Medieval*, nº 4, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1996, p. 139-164.
- BEIRANTE, M. A. V. R. – *Santarém medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980.
- BORGES, A. G. M. – «As *kubbas* alentejanas, monumentos de influência islâmica». In *Congresso do Alentejo*, Beja: Associação dos Municípios, 1985
- CARDOSO, J. L. – «A fauna de mamíferos da época muçulmana das Mesas do Castelhino (Almodôvar). Materiais das campanhas de 1989-1992». In *Arqueologia Medieval*, nº 3, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1994, p. 201-220.
- CATARINO, H. – «Objectos de osso e de metal recolhidos nas escavações do Castelo de Salir». In *Al-Uly* Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 2, Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1993, p.17-31.
- CATARINO, H. – O Castelo de Salir: «Resultados da Escavação dos Silos». In *Al-Uly*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 4, Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1995, p.9-30.
- CATARINO, H., – *Catálogo de cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir*. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia, 1992.
- CONGRESSO INTERNACIONAL, IV, Lisboa, 1987, *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Actas, Santa Maria da Feira: Campo Arqueológico de Mértola, 1991.
- COELHO, A. B. – *Portugal na Espanha Árabe*. Col. Paralelos, Lisboa: Seara Nova, 1962.
- COLLOQUE ORGANISÉ PAR LA CASA DE VELÁZQUEZ, Madrid, 1987, *Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale – méthodes et résultats*. Actas. Série Archeologie XIII, Madrid: Casa de Velázquez, 1990.
- COUTINHO, H. M. R. – «Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras». In *Arqueologia Medieval*, nº 2, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1993, p. 39-54.
- CRUZ PÉREZ, A.; LAMALFA DÍAZ, C., «Monzón de Campos – La transformación del sistema de almacenamiento como consecuencia del cambio en las estructuras sociales». In *IV Congreso de Arqueología Medieval Española, Sociedades en transición*, Actas, T. III, Alicante: Asociación Española de Arqueologia Medieval, 1993, p. 605-610.
- CUELLO, A. M., ed. Lit. – *La cerámica altomedieval en el sur de al-Andalus, Primer Encuentro de Arqueologia y Patrimonio*. Granada: Universidad de Granada, 1993.
- CUSTÓDIO, J. – «A Vila de Santarém no tempo de Massena». In *Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal (1795-1910)*. Actas do Colóquio, Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1996, p. 159-239.
- CUSTÓDIO, J. – «O Convento de S. Domingos de Santarém: memória, espaço e arquitetura». In *S. Frei Gil de Santarém e sua época*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1997, p. 117-137.
- DOMINGUES, J. G. – *Portugal e o al-Andalus*. Lisboa: Hugin, 1997.
- DOZY, R. – *O cerco de Santarém. 1184. Segundo os documentos Árabes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.
- Encyclopedie d'Islam*, Leiden, 1997
- ECHALLIER, J.-C., – «Éléments de technologie céramique et d'analyse des terres cuites archéologiques». In *Série Méthodes et Techniques 3*. Salon: Documents de Archéologie Méridionale, 1984.
- FAGNAN, E. – *Histoire des Almoravides. D'Abd El-Wahid Marrakichi* Alger, 1893.
- FERNÁNDEZ UGALDE, A. – «El fenómeno del relleno de silos y la implantación del feudalismo en Madrid y en el reino de Toledo». In *IV Congreso de Arqueologia Medieval Española, Sociedades en transición*, T. III, Alicante: Asociación Española de Arqueologia Medieval, 1993, p. 611-618.
- GARCÍA SANCHEZ, E. – «La alimentación popular urbana en Al-Andalus». In *Arqueologia Medieval*, nº 4, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1994, p.219- 235.
- GARDIN, J.-C. [et al.] – *Code pour l'analyse des formes de poteries*. Paris: Ed.CNRS, 1985.
- GOMES, R. V. – «Cerâmicas muçulmanas do castelo de Salir». In *Xelb*, Revista de arqueologia, arte, etnologia e história, 1, Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves, 1988.
- GOMES, R. V. – «Cerâmicas muçulmanas, de Silves, dos séculos VIII e IX». In *Actas das 1^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995, 19- 32.
- GOMES, R. V. – «Cerâmicas muçulmanas: quais as metodologias arqueológicas?». In *Actas das 1^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995, p.41-50.
- GONÇALVES, A. – «Intervenção arqueológica no Convento do Espírito Santo (Março de 1990)». In *Al-uly* nº 4, Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1995, p. 51-67.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. – «Uma fortificação omíada em Mesas do Castelhino (Almodôvar)». In *Arqueologia Medieval*, nº 2, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1993, p. 85-102
- GUTIÉRREZ LLORET, S. – «La producción de pan y aceite en ambientes domésticos. Límites y posibilidades de una aproximación etnoarqueológica». In *Arqueologia Medieval*, nº 4, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1996, p.237-254.
- KHAWLI, A. – «Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento de Mértola islâmica». In *Arqueo-*

- logia Medieval*, nº 2, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1993, p. 63-68.
- História de Portugal*, Dir. José Mattoso, vol. 1, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- HAWQĀL, I. – *Configuración del Mundo (fragmentos alusivos al Magreb y España)*. Dir. María José Romani Suay, Valência, 1971.
- LAFUENTE IBÁÑEZ, P. – «La cocción de los alimentos. Aproximación al menaje de cocina en una casa islámica (s.XIII)». In *Arqueologia Medieval*, nº 4, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1996, p.175-182.
- LEROI-GOURHAN, A. – *Milieu et techniques*. Col. sciences d'aujourd'hui, Paris: Éditions Albin Michel, 1973.
- LEVI-PROVENÇAL – «La description de l' Espagne d' Ahmad Al-Rāzi». In *Al Andalus*, fasc. I, 1953.
- MACIAS, S. – «Silos 4 e 5 de Mértola: uma proposta de datação do espólio cerâmico». In *Arqueologia Medieval*, nº 1, Santa Maria da Feira: Afrontamento, 1992, p.27-33.
- MACIAS S. – *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996.
- MARÍN, M. – «Ollas y fuego: los procesos de cocción en los recetarios de al-Andalus y el Magreb». In *Arqueologia Medieval*, nº 4, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1996, p.165-174.
- MARTINS, R. S. – «O pão no arquipélago dos Açores – mudança e articulação das técnicas de cozedura». In *Arquipélago – História*, 2ª série, II, 1997, 119-170.
- MARTINS, R. S. – «A produção de cerâmica modelada na ilha Graciosa – Açores». In *Boletim do Museu da ilha Graciosa*, nº 6, Vila de Santa Cruz da Graciosa: Museu da ilha Graciosa, 1996, p. 13-54.
- MARTINS, R. S. – «A cerâmica de produção doméstica na ilha das Flores». In *Separata do Colóquio O Faial e a periferia açoreana nos séculos XV a XIX*. Horta: Núcleo Cultural, 1995, p. 491-503.
- MATESANZ VERA P. – «La ceramica medieval cristiana (s. XI a XIII) en el norte de Palencia: aspectos técnicos». In *Actas das 1ª Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995, p. 67-76.
- MATESANZ VERA, P. – «La cerâmica medieval cristiana en el Norte (ss. IX-XIII): nuevos datos para su estudio». In *II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, T. I, Madrid: Asociación Española de Arqueologia Medieval, 1997, p. 246-260.
- Memórias Sepulchraes do padre Luís Montez Matoso e outros. Cópia manuscrita de Anselmo Braamcamp Freire, BMS 33/6/70, [s. dat.].
- MORALES MUÑIZ, A.; MORENO NUNO, R.; CEREIJO PECHARROMÁN, M. A. – «Calatrava La Vieja: Primer informe sobre la fauna de vertebrados recuperada en el yacimiento Almohade. Primera parte: mamíferos». In *Buletin de Arqueologia Medieval*, nº 2, 1988, p. 7-48.
- MOREIRA, António Joaquim – *Colecção de Epitaphios, Inscrições e Letreiros*. Manuscritos Azuis, nº 229, Lisboa, 1864.
- MORO I GARCIA, A.; ROI I BRUXÓ, J. – «El conjunt de sitges alt-medievals de Sta. Maria d' Egara per a l' emmagatzematge de cereal». In *IV Congreso de Arqueologia Medieval Espanhola*, Tomo III, Alicante: Asociación Española de Arqueologia Medieval, 1993, p. 205-211.
- Nova História de Portugal*, Dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- PÉREZ MACIAS, J.A.; BEDIA – «Un lote de cerámica islámica de Niebla». In *Arqueologia Medieval*, nº 2, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1993, p. 55-62.
- PICARD, Christophe – *Histoire du Portugal et d' Espagne occidentale à l'époque Musulmane (début VII^{ème} – milieu XIII^{ème} siècle)*, Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuther, S. A., 1996.
- POUSTHOMIS-DALLE, N. – «La collegiale Saint-Nicolas de Nogaro (GERS). Sondages d'évaluation dans le cloître». In *Archeologie du Midi Medieval*, t. XI, CNRS, 1993.
- RIQUELME CANTAL, J. A. – «Estudio faunístico del yacimiento medievalde “El Maraute” (Torrenueva, Montril, Granada)». In *Buletin de Arqueologia Medieval*, nº 5, 1991, p. 93-111.
- RIQUELME CANTAL, J. A. – «La fauna de época califal procedente de la Catedral de Granada». In *Buletin de Arqueologia Medieval*, nº 6, 1992, p. 193-207.
- RODRIGUES, M. REBANDA, N. – «Cerâmicas medievais do Baldoeiro Adeganha – Torre de Moncorvo». In *Actas das 1ª Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1995, p. 51-66.
- ROSSELLÓ BORDOY – *El nombre de las cosas en al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*. Palma de Mallorca: Museu de Mallorca, 1991.
- SÁNCHEZ, E. G. – «La alimentación popular urbana en al-Andalus». In *Arqueologia Medieval*, nº 4, 1996, p. 219-236.
- Santarém. Cidade do Mundo*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1996.
- SEMPERE FERRÁNDIZ, E. – «Catalogacion de los hornos de España y Portugal». In *Tecnologia de la coccion cerâmica desde de la antiguedad a nuestros dias*. Alicante, 1992, p. 185-237.
- SIDARUS, A. – «Santarém marche islamo-chrétienne (XI^e-XII^e siècles)». In *Simpósio Internacional – O al-Ándalus e a formação do reino de Portugal*. Universidade de Lisboa 16-17 Fevereiro de 1996, (no prelo).
- SMITH, Ronald Bishop – The Sepulchral urn of Martim Afonso de Melo in Santarém. Lisboa: [s. n.], [s. dat.].
- TERRÓN, M. A. – *El solar de los Aftásidas*. Badajoz, 1971.
- TORRES BALBÁS, L. – *Ciudades hispanomusulmanas*, 2ª ed. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1985.
- TORRES, C. – *Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa – Mata da Machada – Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, [s.d].
- TORRES, C. – *Cerâmica islâmica portuguesa – Catálogo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1987
- TORRES C. [et al] – «Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica». In *Arqueologia Medieval*, nº 4, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1996, p. 203-217.
- VALENTE, M. J. – «A quantificação faunística: principais unidades, alguns parâmetros, regras e problemas». In *Estudos do Quaternário*, nº 1, 1997, p.83-96.
- Una Descripción anónima de al-Andalus*. Dir. Luís Molina, 2 vols, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto Miguel Asín, 1983.
- VASCONCELOS, Padre Inácio da Piedade – *História de Santarém Edificada que dá Notícia da sua fundação e das Cousas Mais Notáveis Nella Sucédida*. Lisboa: Tipografia Ocidental, 1740.
- Vivir en al-Andalus-Exposicion de ceramica (s. IX-XV)*. Granada: Instituto de Estudios Almerienses, 1993.

PANELAS

Nº: de Catálogo: 1

Sector: C.^{Sta} Ana

Quadrado: 17Q

Contexto: 76

Tipo: Panela

Função: Louça de cozinha

Descrição: Bordo espessado e extrovertido, lábio aplanado e biselado. Corpo ovóide e fundo plano. Possui duas asas opostas, de secção rectangular, que arrancam do bojo para cair, na vertical, sobre o colo. Pasta de textura compacta e homogénea, de cor branca no interior e alaranjada nos bordos. Componentes não plásticos de grão médio a fino. Superfície rugosas com ligeiro alisamento no exterior. Cor alaranjada no interior e bege no exterior. A parte superior de bojo apresenta caneluras. As asas são decoradas por meio de incisões na vertical.

Conservação: Desgaste da superfície exterior. Restaurada

Cronologia: Séc. XI



Nº: de Catálogo: 2

Sector: C.^{Sta} Ana

Quadrado: 17Q

Contexto: 76,113,115

Tipo: Panela

Função: Louça de cozinha

Descrição: Bordo extrovertido e espessado de secção semicircular e lábio biselado. Colo estrangulado que alarga para um bojo globular. Apresenta duas asas opostas, de secção em fita, que arrancam do bordo para cair sobre o bojo. Pasta de textura homogénea e compacta de cor alaranjada. As superfícies externas são alisadas, de tom acinzentado e com vestígios de queimado. As internas são rugosas e de um tom alaranjado vivo.

Conservação: Fragmentada e restaurada

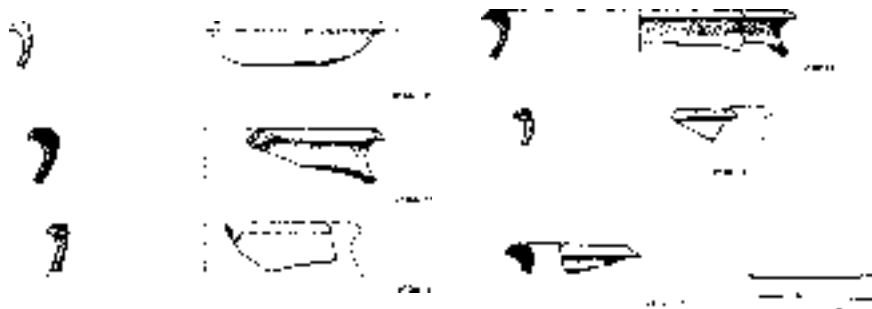
Cronologia: Séc. XI



Nº: de Catálogo: 3
Sector: C. Sta Ana **Nº: de Inventário:** 146
Quadrado: 17Q **Silo:** 1
Contexto: 76 **Plano:** 1
Tipo: Panela
Função: Louça de cozinha
Descrição: Bordo espessado e extrovertido, lábio arredondado e ligeiramente biselado. Corpo ovóide e fundo plano. Tem apenas uma asa de duas prováveis. Pasta de textura homogénea e compacta de cor alaranjada, com componentes não plásticos de grão médio a fino. A superfícies são alisadas de cor alaranjada com vestígios de queimado aderente, no exterior. Apresenta ligeiras caneluras no bojo e vestígios de pintura a negro feitas por meio de dedadas arrastadas sobre o bojo



Nº: de Catálogo: 4
Sector: C. Sta Ana **Nº: de Inventário:** 181
Quadrado: 17Q **Silo:** 1
Contexto: 76 **Plano:** 1
Tipo: Panela
Função: Louça de cozinha
Descrição: Bordo espessado e extrovertido, lábio arredondado e biselado para o exterior. Corpo ovóide e fundo plano. Tem uma asa de secção em fita que arranca do bordo para assentar no bojo. Pasta de textura homogénea e compacta de cor acastanhada no exterior e alaranjada no interior. Apresenta, no exterior, vestígios de queimado aderente.
Conservação: Restaurada.
Cronologia: Séc. XI



CAÇOILAS

Nº. de Catálogo: 5

Sector: C. ^{Sta} Ana

Quadrado: 17Q

Contexto: 76,114,115

Tipo: Caçoila

Função: Louça de cozinha

Descrição: Forma aberta de fundo ligeiramente convexo. Bordo biespessado e aplanado. As paredes são de perfil curvo/convexo. Não apresenta asas. Pasta de textura homogênea e compacta de cor alaranjada com componentes não plásticos. de grão grosseiro a fino. Superfícies rugosas de cor alaranjada, com vestígios de queimado aderente nas paredes exteriores.

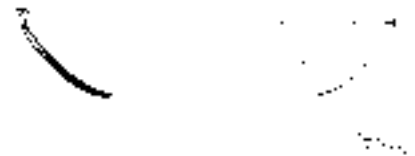
Conservação: Fragmentada e colada.

Cronologia: Séc. XI

Nº. de Inventário: 163

Silo: 1

Plano: 4-5



Nº. de Catálogo: 6

Sector: C. sta Ana

Quadrado: 17Q

Contexto: 76

Tipo: Caçoila

Função: Louça de cozinha

Descrição: Forma aberta de fundo ligeiramente convexo. Bordo introvertido com lábio biselado. As paredes são de perfil curvo/convexo. Não apresenta asas. Pasta de textura homogênea e compacta de cor negra e acastanhada. Superfícies alisadas com ligeiro polimento de cor negra e acastanhada no fundo. Vestígios de queimado nas paredes interior e exterior. Apresenta caneluras horizontais no interior.

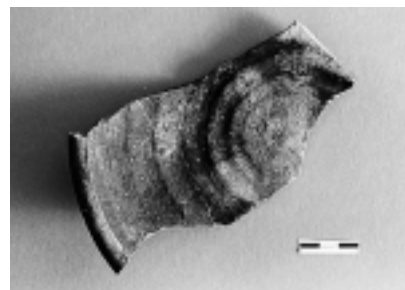
Conservação: Fragmentada e colada.

Cronologia: Séc. XI

Nº. de Inventário: 140

Silo: 1

Plano: 4



BULE

Nº. de Catálogo: 7

Sector: C.ª Ana

Quadrado: 17Q

Contexto: 76

Tipo: Bule

Função: Louça de cozinha

Descrição: Bordo extrovertido e espessado, lábio de secção semicircular algo biselado no exterior. Colo curto e estrangulado. O corpo, globular, evidencia um arranque de asa. O vertedor é de secção circular. O fundo é plano. Pasta de textura homogénea de cor alaranjada. Componentes não plásticos de grão grosseiro a fino. Superfícies rugosas de cor igual à pasta, com vestígios de cor beije no interior (engobe?)

Conservação: Conservada.

Cronologia: Séc. XI

Nº. de Inventário: 145

Silo: 1

Plano: 2



JARRINHAS

Nº. de Catálogo: 8

Sector: C.ª Ana

Quadrado: 17Q

Contexto: 76,113

Tipo: Jarrinha

Função: Louça de mesa

Descrição: Bordo direito com lábio em bisel. Colo alto e cilíndrico. bojo de perfil ligeiramente bitronco- cónico. Tem apenas uma asa de secção circular. Fundo plano. Peça imperfeita resultado provável de uma cozedura mal sucedida Apresenta no colo bandas de pintura a branco horizontais. No bojo surgem o mesmo tipo de pinturas, mas dispostas na vertical.

Conservação: Fragmentada e colada

Cronologia: Séc. XI

Nº. de Inventário: 150

Silo: 1

Plano: 4,6,8



Nº de Catálogo: 9

Sector: C. sta Ana

Nº de Inventário: 120

Quadrado: 17Q

Silo: 1

Contexto: 113

Plano: 6-7

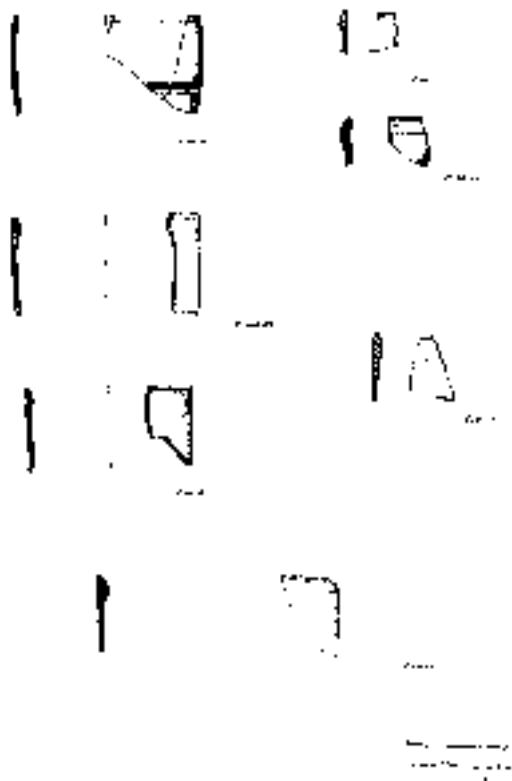
Tipo: Jarrinha

Função: Louça de mesa

Descrição: Bordo boleado ligeiramente extrovertido e lábio em bisel. Colo alto e estreito de paredes levemente convexas. O corpo parece apontar para um perfil bitroncocónico. Não conserva fundo. Apresenta uma asa, de duas prováveis, de secção hemiesférica, que partem do bordo. Pasta de textura homogénea e compacta de cor alaranjada. Superfícies alisadas. Vestígios de pinceladas a branco na junção do colo com o bojo.

Conservação: Fragmentada, colada.

Cronologia: Séc. XI



TIGELAS

Nº. de Catálogo: 10

Sector: C.^{Sta} Ana

Quadrado: 17Q

Contexto: 76,109,115

Tipo: Tigela

Função: Louça de mesa

Descrição: Forma aberta de fundo plano. Bordo boleado e ligeiramente introvertido, com lábio de secção semicircular. Paredes de perfil curvo/convexo. Pasta de textura homogénea com desengordurantes de grão médio. Decoração com pinceladas a branco na parte interior do bordo.

Conservação: Fragmentada e colada

Cronologia: Séc. XI

Nº. de Inventário: 121

Silo: 1

Plano: 3-5



174

Nº. de Catálogo: 11

Sector: C.^{Sta} Ana

Quadrado: 17Q

Contexto: 76

Tipo: Tigela

Função: Louça de mesa

Descrição: Peça de bordo extrovertido e espessado e lábio de secção semicircular. As paredes são de perfil curvo/convexo e terminam num fundo plano. Pasta de textura homogénea e compacta de cor cinzenta no interior e alaranjada nos bordos. Componentes não plásticos de grão grosseiro a fino. Superfícies alisadas de cor alaranjada.

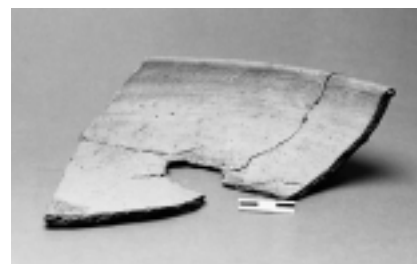
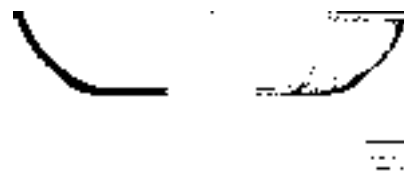
Conservação: Fragmentada e colada

Cronologia: Séc. XI

Nº. de Inventário: 139

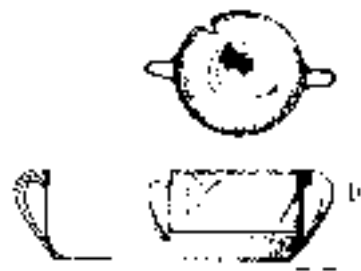
Silo: 1

Plano: 4

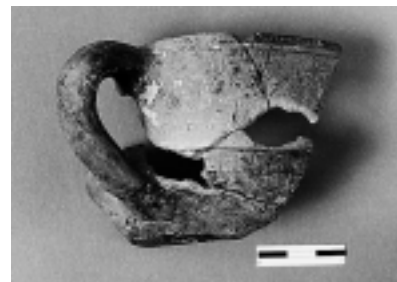


TAÇAS

Nº de Catálogo:	12	Nº de Inventário:	132
Sector:	C. ^{Sta} Ana	Silo:	1
Quadrado:	17Q	Plano:	1
Contexto:	76		
Tipo:	Taça		
Função:	Louça de mesa		
Descrição:	Bordo espessado internamente com lábio em bisel, ligeiramente extrovertido. Colo cilíndrico e alto que termina num bojo troncocónico ligeiramente carenado. Fundo plano. Apresenta duas asas opostas de secção triangular. Pasta de textura homogénea e compacta de cor alaranjada com elementos não plásticos de grão grosseiro a fino. Superfícies de cor alaranjada alisadas no exterior e rugosas no interior. Tem vestígios de decoração no bojo em bandas a branco, dispostas na diagonal.		
Conservação:	Relativamente conservada		
Cronologia:	Séc. XI		



Nº de Catálogo:	13	Nº de Inventário:	143
Sector:	C. ^{Sta} Ana	Silo:	1
Quadrado:	17Q	Plano:	1
Contexto:	76		
Tipo:	Taça		
Função:	Louça de mesa		
Descrição:	Peça de colo cilíndrico que assenta num bojo bitroncocónico, ligeiramente carenado. Base plana. Apresenta uma asa, de duas prováveis, de perfil triangular. Pasta de textura homogénea e compacta de cor acastanhada no interior e alaranjada no exterior.		
Conservação:	Fragmentada.		
Cronologia:	Séc. XI		

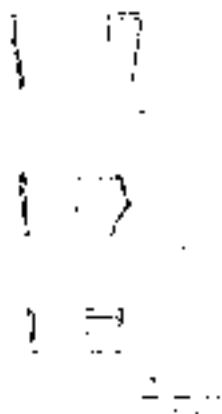
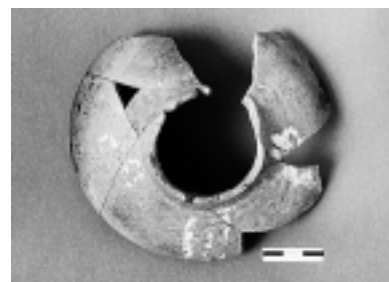


BILHAS OU GARRAFAS

Nº. de Catálogo: 14
Sector: C.^{Stá} Ana
Quadrado: 17Q
Contexto: 76
Tipo: Bilha ou garrafa
Função: Louça de mesa
Descrição: Peça de formato bitroncocónico de base plana. Teria um colo estrangulado alto. Pasta alaranjada nos bordos e branca no interior. Textura homogénea e compacta. As superfícies são rugosas de cor alaranjada.
Conservação: Fragmentada
Cronologia: Séc. XI



Nº. de Catálogo: 15
Sector: C.^{Stá} Ana
Quadrado: 17Q
Contexto: 76
Tipo: Bilha ou garrafa
Função: Louça de mesa
Descrição: Peça bastante mal conservada da qual apenas restam parte do colo estrangulado e arranque do bojo de tendência globular. Pasta de textura homogénea. As superfícies são de cor bege. Tem vestígios de decoração que se distribui ao longo do bojo em conjuntos de três pinceladas a branco orientadas na vertical.
Conservação: Fragmentada e colada
Cronologia: Séc. XI



CÂNTAROS OU TALHAS

Nº. de Catálogo: 16

Sector: C.ª Ana

Quadrado: 17Q

Contexto: 76

Tipo: Cântaro

Função: Vasilha de armazenamento

Descrição: Não apresenta bordo. Colo cilíndrico e alto. Corpo de perfil ovóide. Tem apenas uma asa de secção fitiforme, com depressão central, que arranca do colo e assenta sobre o bojo. O fundo é plano. Pasta de textura homogénea e compacta de cor alaranjada nos bordos e cinzenta no centro. Superfícies alisadas com vestígios de aguada beje, no exterior, e rugosas de cor laranja, no interior.

Conservação: Fragmentada e colada

Cronologia: Séc. XI

Nº. de Inventário: 185

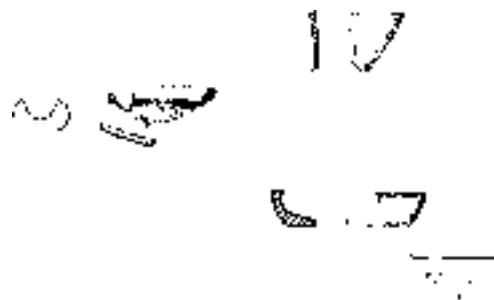
Silo: 1

Plano: 4



CANDIL

Nº de Catálogo: 17
Sector: C. ^{Sta} Ana **Nº de Inventário:** 124
Quadrado: 7Q **Silo:** 1
Contexto: 76 **Plano:** 4
Tipo: Candil
Função: Contentor de fogo
Descrição: Três elementos, provavelmente, de um mesmo candi. Fragmentos do bico fusiforme, do qual falta a ponta; parte do tronco, bitroncocónico, com paredes levemente exvertidas de bordo boleado e fragmentos do receptáculo cilíndrico, baixo, que termina num fundo plano. Não conserva asa. Pasta bem depurada de cor esbranquiçada. Componentes não plásticos de pequeno calibre. Apresenta vestígios de combustão no bico.
Conservação: Fragmentada e colada
Cronologia: Séc. XI



178

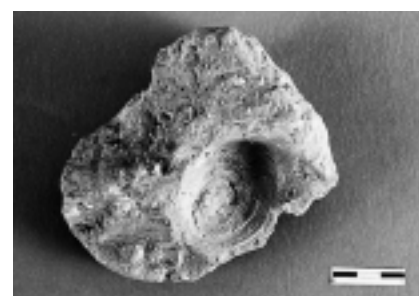
Nº de Catálogo: 18
Sector: C. ^{Sta} Ana **Nº de Inventário:** 173
Quadrado: 17Q **Silo:** 1
Contexto: 76 **Plano:** 4
Tipo: Fragmento de bojo de recipiente
Função: Louça de mesa
Descrição: Fragmento decorado, com pasta de textura homogénea e muito depurada, de cor esbranquiçada. Componentes não plásticos de grão finíssimo. Ambas as superfícies são muito alisadas ou mesmo polidas, de cor branca no interior e com um engobe bege no exterior. Apresenta na superfície exterior pinturas a óxido de ferro, que consistem em duas bandas horizontais, delimitando linhas de motivos reticulados.
Conservação: Fragmento.
Cronologia: Séc. XI



Nº: de Catálogo: 19
Sector: C.^{sta} Ana
Quadrado: 17Q
Contexto: 76
Tipo: Placa em cerâmica
Função: Indeterminada.
Descrição: Peça de fabrico manual, de forma oval achatada, bastante espessa e pesada. Um dos lados, ligeiramente convexo, não apresenta marcas de utilização aparente. No outro lado, mais cóncavo, surgem inúmeras marcas de corte muito finas. Pasta de textura homogênea e compacta com componentes não plásticos de grão médio e fino, de cor rosada.
Conservação: Fragmentada e colada.
Cronologia: Séc. XI



Nº: de Catálogo: 20
Sector: C.^{sta} Ana
Quadrado: 17Q
Contexto: 113
Tipo: Gonzo de porta ou janela
Função:
Descrição: Fragmento de cerâmica de construção (tijolo) reutilizada como gonzo de porta ou janela. O lugar onde assentaria o eixo de rotação do referido elemento apresenta um grande desgaste.
Conservação: Fragmentada



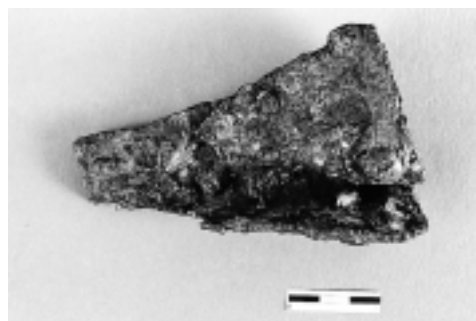
ELEMENTOS PÉTREOS



ELEMENTOS METÁLICOS

Nº: de Catálogo: 21
Sector: C.ªta Ana
Quadrado: 17Q
Contexto: 76
Tipo: Fundo de bainha de espada
Função: Arma
Descrição: Elemento troncocónico em ferro coberto de cobre.
Conservação: Degradado.
Cronologia: Séc. XI

Nº: de Inventário: 186
Silo: 1
Plano: 3



Nº: de Catálogo: 22
Sector: C.^{sta} Ana
Quadrado: 17Q
Contexto: 76
Tipo: Faca
Função: Utilização doméstica
Descrição: Gume de faca em ferro, de média dimensão que ainda conserva o apêndice ou espigão de encabamento.
Conservação: Fracturada.
Cronologia: Séc. XI



Nº: de Catálogo: 23
Sector: C.^{sta} Ana
Quadrado: 17Q
Contexto: 76
Tipo: Espevitador de candil
Função: Avivar a chama
Descrição: Elemento em bronze que se encontra partido no orifício que segurava uma pequena corrente.
Conservação: Fracturado.
Cronologia: Séc. XI



ELEMENTOS EM OSSO

Nº. de Catálogo: 24

Sector: C.ª Ana

Nº. de Inventário: 176

Quadrado: 17Q

Silo: 1

Contexto: 76

Plano: 2

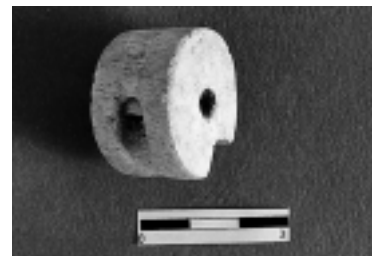
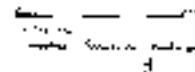
Tipo: Noz de besta em osso

Função: Elemento que se colocava no meio da coronha da besta onde se segurava a corda até ao momento do disparo do projectil.

Descrição: Objecto em osso, de corpo cilíndrico, com uma perfuração central. Superfícies, inferior e superior alisadas e lateral desgastada.

Conservação: Fragmentada.

Cronologia: Séc. XI



Nº. de Catálogo: 25

Sector: C.ª Ana

Nº. de Inventário: 174

Quadrado: 17Q

Silo: 1

Contexto: 76

Plano: 2

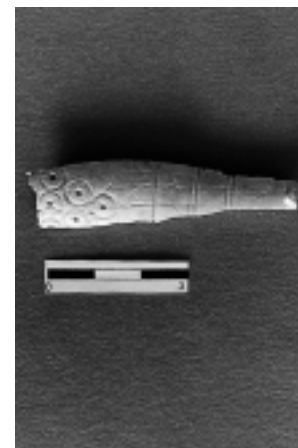
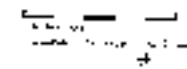
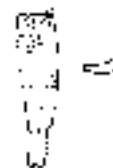
Tipo: Cabo ou torre de roca em osso

Função: Fiação

Descrição: Fragmento de forma alongada com decoração no exterior em traços finos horizontais e incisos na parte central e numa das extremidades. Apresenta, ainda, círculos concêntricos feitos por incisão na parte superior.

Conservação: Fragmentada

Cronologia: Séc. XI



Nº: de Catálogo: 26

Sector: C.ª Ana

Nº: de Inventário: 175

Quadrado: 17Q

Silo: 1

Contexto: 76

Plano: 4

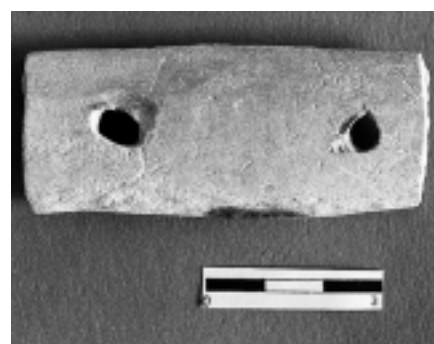
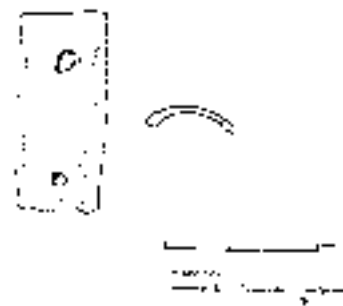
Tipo: Cabo de faca ou elemento de vestuário(?)

Função: Indeterminada

Descrição: Fragmento em osso de forma rectangular e secção semicircular, com uma perfuração central nas duas extremidades. Parece ter estado associado a um elemento metálico, pois apresenta corrosão nos bordos e limites exteriores. Superfície alisada nos extremos e polida no centro.

Conservação: Regular.

Cronologia: Séc. XI



A PENÍNSULA DE SETÚBAL EM ÉPOCA ISLÂMICA

ISABEL CRISTINA FERREIRA FERNANDES

A PENÍNSULA DE SETÚBAL: O ESPAÇO, OS RECURSOS, O POVOAMENTO

A península de Setúbal, de configuração retangularada, define um espaço territorial delimitado pelo Atlântico e pelos estuários de Tejo e do Sado (Fig. 1). Se a estas características juntarmos a amenidade climática e a fertilidade dos

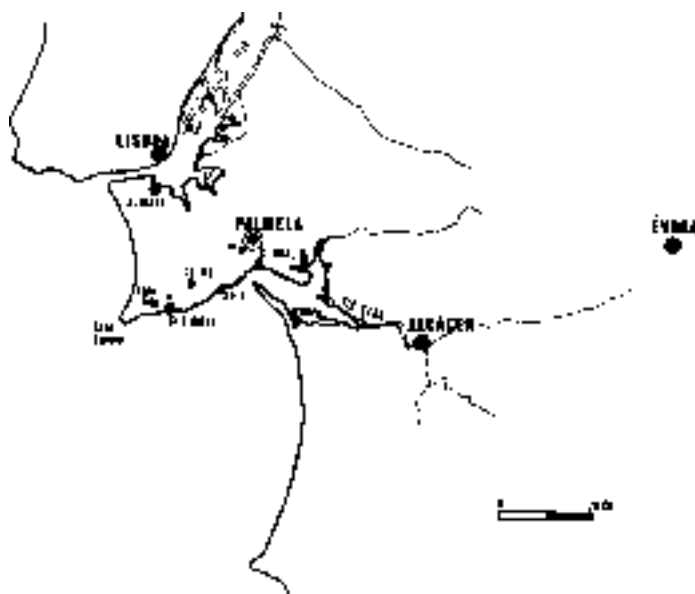


Fig. 1 – Localização de sítios com ocupação islâmica comprovada, na península de Setúbal

solos, dispomos dos ingredientes favoráveis à sedentarização humana, longamente referenciada na região. Ela demonstrou-se de vital importância para a circulação económica, o domínio político-militar dos vastos espaços circundantes e a acessibilidade mais fácil e segura, pelo sul, a Lisboa.

As hipóteses viárias romanas apresentadas para a região não diferem dos caminhos tradicionais que as populações utilizavam até há algumas décadas, na ligação entre as principais povoações. Almada, Palmela e Alcácer seriam servidas por um eixo que, de Salácia, se desdobrava para Ebora, Pax Iulia e daí para o litoral Algarvio (Alarcão, 1988, p.98-101). Sobre os itinerários secundários e os pequenos troços rurais neste espaço subsistem poucos registos dos períodos romano e islâmico. No entanto, é admissível a sua existência entre os povoados dispersos ao longo das planícies inter-estuarinas e dos vales que ladeiam a cordilheira da Arrábida.

O mapa de percursos na península de Setúbal parece manter-se durante a presença muçul-

mana. Centros urbanos como Lisboa, Almada e Alcácer conservam um papel determinante que exige artérias de ligação para a fluência comercial e o controle estratégico do poder. As vias terrestres e fluviais, numa complexa teia, permitiram estabelecer e manter elos de união eficazes para as transacções mercantis e adequados para as movimentações militares.

No séc. XII as bacias do Tejo e do Sado, com a crescente importância de Lisboa, de Almada e de Palmela – esta última por via da sua influência estratégico-militar na reconquista e do poderio administrativo – vêem adensar as suas populações e afirmar-se em pleno o potencial económico criado das riquezas agrícolas e minerais, da vocação marítima e das facilidades de comunicação.

O centro das atenções, sobretudo para os finais do séc. XII e séc. XIII, é ocupado por Lisboa, pelo atractivo de comércio distantes, de ininterruptas ligações ao Mediterrâneo, de confluência de rotas internas, de concentração de riquezas marítimas, mineiras, agrícolas. O cenário descrito na carta do cruzado inglês (Alves, 1989, p. 33-34) apresenta uma urbe ligada ao mar e aos recursos marinhos, à abundância dos produtos da terra e ao comércio, com uma concentração populacional relevante no contexto do Garb al-Andalus. Sabemos que essa dinâmica não foi sempre regular, desempenhando um papel periférico e menos relevante nas fases omíada e califal. Sede de kura no séc. X, domina então um vasto território a sul, no qual se incluía Palmela. O progresso da cidade acentua-se nos séc. XI e XII, a extensão do seu domínio alarga-se e só o espartilhamento pós-reconquista alterará a situação (Torres, 1994, p. 81-86; Coelho, 1994, p. 80-84).

A relação com a outra margem fazia-se pelo Tejo, o responsável por boa parte da riqueza da cidade e dos centros populacionais que ao longo dele se criaram ou se desenvolveram. A paisagem era a de um rio intensa-

mente activo, pululando de embarcações e de vida (Alves, 1989, p. 33 e 57; Domingues, 1997, p. 100-101).

A escassos quilómetros, Almada abria a primeira entrada para sul, terra das cobiçadas explorações auríferas. As pesquisas do metal precioso e a navegação no estuário, bem defronte a Lisboa, assegurando o transporte de pessoas e o escoamento de mercadorias, garantiam ao aglomerado uma prosperidade que os autores árabes não deixaram de registar¹.

A ligação com a desembocadura do Sado estabelecia-se por terra ou por via fluvial, ao longo dos sapais de Coima ou da Moita. O porto de Coima, muito activo ainda no séc. XIV, constituía um importante pólo interior neste itinerário interior, a meio caminho entre Almada, Sesimbra e Palmela. Os restos da fortaleza que controlava esta actividade portuária, já na fase islâmica, permanecem semi-incógnitos e arruinados, numa elevação da pré-Arrábida, de propriedade particular. Subsistem pequenos troços de muralha e uma cisterna abobadada. No sopé da colina do castelo, a povoação era servida pela ribeira de Alambre, que afluía à ribeira de Coima. Ao longo desta ribeira, actualmente a Vala Real, existiam ainda, no início do século passado, vários termos elucidativos da navegabilidade e da funcionalidade mercantil desta linha de água: Casal do Mareante, Porto do Bogalho, Porto, Portela.

Numa planta topográfica militar de 1816 (Fig. 2), recolhemos uma toponímia sugestiva, reveladora de uma gestão calculada dos recursos hídricos e de uma memória etimológica de influência provavelmente islâmica.



Fig. 2 – Carta Militar... (ver legenda na própria figura)

Entre o Cerro dos Anjos, actualmente Serra do Louro e o Cerro dos Gaiteiros, um pouco mais a sul, desenha-se o fértil Vale dos Barris, atravessado pela ribeira de Corva, antes designada de Córdova. A ribeira de Alcube desenvolve-se entre as

serras de S. Francisco, de S. Luis e de S. Barnabé. Hoje, a partir da Aldeia Grande, assume a designação de ribeira da Ajuda, que se prolonga pela ribeira da Comenda, até à praia do mesmo nome.

Qta. do Alcube, Alame, Vale de Alcube, Algodeia aparecem na nomenclatura de oitocentos, assim como os topónimos alusivos ao aproveitamento das abundantes águas do Vale dos Barris: Fonte do Juncal, Fonte Seca, Açude. A ribeira do Pai Mouro, entre a Serra dos Gaiteiros e a de S. Luis, corria perto dos campos de Alferrara, na direcção de Setúbal. Na serra de S. Luis subsiste o Cabeço do Pai Mouro e, perto, a Qta. do Mouro (ou da Moura), topónimos sugestivos mas de duvidosa associação à ocupação islâmica. Algeruz e Alfacanhas são outras designações de sítios que subsistem no concelho de Palmela.

Por toda a região da Arrábida são frequentes as referências toponímicas a azenhas, regos de água, lagares e fornos de cal, conhecendo-se para muitos deles referências documentais da baixa idade média e do período moderno, nomeadamente nos arquivos da ordem de Santiago. Nos espaços agrícolas dos citados vales e da chamada Baixa de Palmela, até às portas da cidade de Setúbal, espalhavam-se, ainda há poucas décadas, poços e noras, facilitando a distribuição de água para o regadio e que, aliados à gestão adequada dos cursos fluviais, garantiam a intensa fertilidade dos solos nas produções hortícolas e frutícolas. O extenso cultivo da laranjeira marcava, ainda em meados deste século, a economia local.

Os registos de aforamento de propriedades da ordem de Santiago ao longo deste território, patentes nas visitas de 1510, mostram uma terra povoada de casais, herdades e courelas, que era de pão, de pomares, de vinha, de oliveira, de sobreiro, de mato (Santos, 1972).

O Castelo de Sesimbra, situado a sudoeste da península, era um posto de vigia sobre o Atlântico, com visibilidade para a Arrábida e para o Castelo de Palmela. A fiscalização da navegação oceânica entre Lisboa e Alcácer conferia-lhe, decerto, uma razoável importância militar, acentuada no período dos ataques vikings dos séc. IX e X.

Entre Sesimbra e o Cabo Espichel, a 200 m de altitude, abre-se na encosta escarpada a Lapa do Fumo. Além das ocupações anteriores, a gruta é conhecida pelo achado de um tesouro de moedas islâmicas de meados do séc. XII, algumas das quais cunhadas em Silves e em Beja (Marinho, 1968). O estudo de quatro peças fragmentadas, presumivelmente recolhidas em silos, na gruta, revelou uma cronologia entre os séc. X e XII, que deve corresponder aos limites da presença muçulmana no local (Carvalho e Fernandes, 1996, p. 21-23). Habitat temporário, abrigo ou espaço com funções religioso-culturais, são interpretações possíveis para a Lapa do Fumo.

A curta distância situa-se Azoia, Casais de Azoia em 1816, topónimo interpretado como ermida ou lugar de recolhimento. Para norte da Lagoa de Albufeira e a poente da zona de Poço dos Mouros, nos areais de Medos de Albufeira, a planta do séc. XIX refere: *Escavações de áreas em que se acha ouro.*

A vocação fluvial e marítima da região e a intensa relação entre os dois estuários compreendem-se pela importância comercial de Lisboa e de Alcácer, aliada às riquezas naturais proporcionadas, como vimos, pelas águas e pelos solos. Nesta perspectiva, não são descarráveis as actividades pesqueira e salineira, que mantiveram as florescentes indústrias de salga e de conserva em época romana, na península de Troia, em Setúbal e noutros povoados do estuário do Sado, como o Creiro e a Comenda (Ferreira et al., 1993, p. 272 e 286).

Nas fases conturbadas do baixo império, dos ataques godos e muçulmanos, muitas vezes as planuras terão sido substituídas pelos sítios de cumeada, a recato dos desmandos militares e a subsistência das populações assegurada pelas práticas agrícola, do pastoreio e de alguma pesca.

A vulnerabilidade de Setúbal, situada na planície à beira Sado, condicionou-lhe a expansão em períodos conflituais. Em época islâmica parece não ter tido grande expressão urbana. Deve ter-se limitado a uma aldeia ligada às actividades do mar, que só verá o seu recrudescimento depois de terminado o processo da reconquista. Mas, em períodos de paz, o abrigado ancoradouro de Setúbal não pode ter deixado de constituir um refúgio para o tráfego marítimo fomentado por Alcácer, tendo como referência estratégico-militar o castelo de Palmela, que dominava toda a baía. Escavações da iniciativa do Museu de Arqueologia de Setúbal registaram níveis islâmicos na Pç. do Bocage e na Av. Luisa Todí². No Creiro – Portinho da Arrábida, foi exumado um conjunto de cerâmicas islâmicas atribuído ao séc. XII (Silva e Coelho-Soares, 1987, p.221-237).

Alcácer, a partir de Abd Al-Rahman III, reforçou o seu poder e a sua relevância defensiva, particularmente no controle da costa Atlântica ocidental. Em finais do séc. X dispunha de um verdadeiro arsenal, suficiente para fazer

face às investidas normandas e para equipar a frota que atacará Santiago de Compostela. Na visão de Picard (1997 a, p.56,82; 1997 b, p. 142), as condições vantajosas do *Shatubar*, as suas riquezas económicas ligadas ao âmbar, à pesca, as reservas de madeira da região, os recursos minerais das serras circundantes, explicam o porquê da escolha de Alcácer para estaleiro naval.

O CASTELO DE PALMELA

Referências históricas

É neste contexto geográfico que Palmela se insere. A localização do castelo, numa alta escarpa de difícil acesso, permitia a visualização e comunicação entre os diversos sítios fortificados, nomeadamente nas linhas Coima-Sesimbra e Almada-Lisboa, garantindo assim o controle do acesso a Lisboa e, simultaneamente, tornando-se um importante reduto na abertura para sul, propício a surtidas regulares contra Alcácer (Fig. 3).



Fig. 3 – Aspecto da muralha norte do castelo de Palmela

Nos séculos XI-XII a comunidade muçulmana existente em Palmela era suficientemente eminente para merecer referências do já citado cruzado inglês participante na conquista de Lisboa, que se refere a uma casta nobre de Palmela refugiada em Lisboa e relata um pedido de reforços aí enviado, da parte dos muçul-

manos sitiados e o abandono do castelo pela sua guarnição, logo que soube da queda de Lisboa a favor da cristandade (Alves, 1989, p. 35, 55 e 79). Contudo, depois da conquista, uma boa parte da população muçulmana permaneceu na urbe e justificou a concessão de carta de alforria por Afonso Henriques, em 1170, antes mesmo da atribuição de foral à vila, o que só ocorrerá em 1185. À semelhança dos outros núcleos da região, Palmela é marcada por fortes combates e destruições nos ataques almoadas de 1184 e 1191. A partir de finais do séc. XII, quando o castelo passa definitivamente para as mãos dos cristãos, os freires de Santiago da Espada fazem de Palmela um dos seus quartéis militares fundamentais. Daí partirá importante grupo de apoio à conquista de Alcácer do Sal. Depois desta data, a carta dos mouros forros é confirmada, ilustrando a sua permanência na povoação, que se irá prolongar até ao séc. XV.

O termo de Palmela estendia-se então por uma vasta área, que incluía os actuais concelhos de Setúbal, Palmela, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Canha e Samora Correia, atingindo o Castelo de Belmonte – Benavente (Azevedo, 1938, p. 61).

O *hisn* de Palmela deve relacionar-se forçosamente com Lisboa e Alcácer, participando das vicissitudes político-militares que caracterizaram a história do Garb al-Andalus e integrando uma realidade económica semelhante. A interligação, aos vários níveis, de núcleos populacionais-castelos desta micro-região, começa hoje a encontrar comprovativo nos registos arqueológicos.

Uma das hipóteses de relacionamento e de convergência política, durante emirato, entre Alcácer e Palmela, pode procurar-se na localização que as fontes muçulmanas fazem de um *ribat* na Arrábida. Segundo investigações de C. Picard (1997a, p. 85; 1997b, p. 148) sobre escritos de Ibn Hayyān e sobre a crónica de *al-Nāsiri*; o califa, em 929, confirmaria Yahyā b. Abī Dānis como governador de Alcácer do Sal e o seu sobrinho Abd Allāh b. Umar b. Abī Dānis como governador das dependências montanhosas da fortaleza. Trata-se por certo dos montes de Banū Benamocer que al-Razī diz serem chamados de *Arrábida* pelos habitantes (Idem, 1997a, p. 85). Estas constatações conduzem Picard a admitir que os Banū Dānis se terão instalado em 870 em dois *ribats*: o de Alcácer e o da Arrábida, com a finalidade de travar o acesso viking aos estuários do Tejo e do Sado.

A identificação actual com o conjunto montanhoso da Arrábida é óbvia. Mais difícil torna-se a localização do referido *ribat* que, na nossa opinião, poderá situar-se em Sesimbra ou em Palmela, dado o interesse defensivo dos dois postos para os Banū Dānis. Para a possibilidade de existir uma edificação deste tipo em plena montanha, na primeira linha de elevações, não dispomos de particulares indícios.

Se analisarmos a geografia da região de Palmela – Setúbal neste período verificamos que muito próximo do sopé da colina do castelo de Palmela se situava um porto, servido pela ribeira do Livramento. Referências documentais do séc. XIV, dos direitos da ordem de Santiago sobre o pescado, citam também os pescadores de Palmela³. O acesso ao Sado e ao Atlântico era portanto mais evidente do que hoje. Acrescenta-se o argumento da inegável posição estratégica do castelo,

com uma imensa visibilidade até Sintra, Almada, Lisboa, Povos, Montemor e dominando a sul a actual cidade de Setúbal, a península de Troia e todo o estuário do Sado. Protegido por detrás da serra de S. Luis e da serra dos Gaiteiros não se tornava visível de imediato por quem entrasse no estuário navegando junto à costa.

Sobre o carácter religioso dos *ribat*, realça o mesmo autor (1997a, 85-89) a prevalência deste simbolismo sagrado, muitas vezes, em época cristã. Lembramos, para Palmela, a instalação da ordem de Santiago no castelo, com sucessivas construções dos seus conventos e igreja e, mais próxima da alcáçova, a igreja de Sta. Maria do Castelo. As campanhas arqueológicas mais recentes (Fig. 4) revelaram enterramentos cristãos de freires da ordem, da fase da reconquista, em plena alcáçova, aumentando as probabilidades de comprovação da existência de um recinto sagrado, primeira sede-quartel da ordem no espaço citado. Outros dados que a arqueologia nos tem fornecido, de uma presença muçulmana em Palmela desde o emirato omíada, com registos de ocupações anteriores, comprovados pela estratigrafia, pelos materiais e pelas datações de radiocarbono, convergem para sustentar a hipótese da adaptação de antigas estruturas a uma função defensiva com forte componente religiosa, o *ribat*. Não excluimos, portanto, a possibilidade de se situar no castelo de Palmela o *ribat* da península de Setúbal a que se referem as fontes.

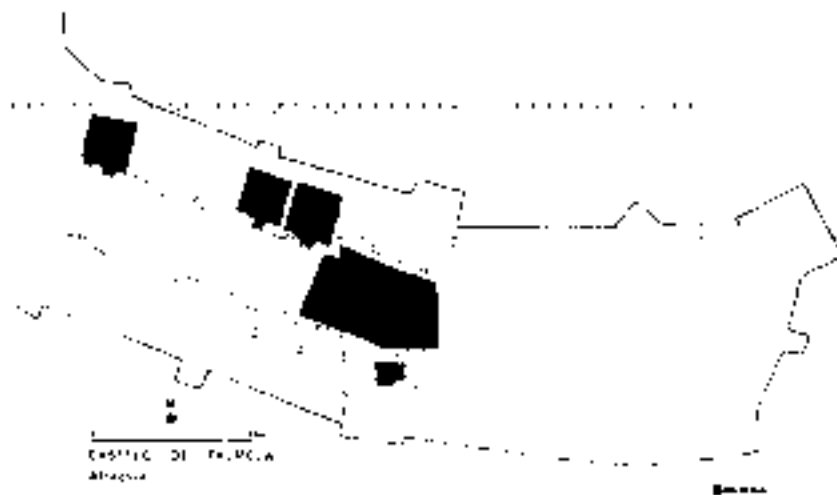


Fig. 4 – Planta parcial do castelo com indicação das áreas interveniadas

A FORTIFICAÇÃO E A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

A estrutura fortificada que constitui o castelo de Palmela é de difícil análise devido às sucessivas transformações e adaptações de que foi alvo ao longo dos tempos. A prolongada ocupação de Palmela pelos espatários, que a escolhem como sede a partir do séc. XV, implicará sempre várias obras intra-

muros para a construção de conventos nas diversas épocas, da igreja de Santiago e da casa do prior-mor.

A leitura preliminar das muralhas e das torres que constituem actualmente a primeira linha da fortificação, conduz-nos à colocação de algumas hipóteses que carecem de maior sustentação, através da realização de sondagens. Numa fase inicial, o castelo deveria limitar-se a uma área de tendência rectangular em torno da crista rochosa. Junto à base, as muralhas norte-nascente mostram um tipo de construção com grandes cantarias, seguindo-se um aparelho em pedra de menores dimensões, de arenito local. Na parte superior observam-se reconstruções e recuperações posteriores ocorridas fundamentalmente até aos séc. XIV-XV e depois no séc. XVII. No período entre os séc. X e inícios do XII a área da alcáçova deveria corresponder sensivelmente à actual Praça de Armas. Para a cerca adjacente, que se estrutura para poente, apontamos uma função inicial de possível *albacar* que evoluiria para um pano defensivo consistente (Fig. 5). A localização, dentro desta cerca, da igreja de Sta. Maria do Castelo, agora arruinada, poderá corresponder a um anterior local de culto muçulmano. No sítio onde, no séc. XIV, se construiu a torre de menagem, poderia situar-se uma das entradas para o castelo, em cotovelo. As sondagens realizadas na base interna da torre de menagem mostraram alguns indicadores da existência de um sistema de drenagem de águas escavado grosseiramente na rocha que conduz ao exterior.

As investigações arqueológicas que estamos a desenvolver no castelo desde 1992 puderam já permitir, como se disse, constatações interessantes acerca da permanência muçulmana no sítio. Escavaram-se alguns compartimentos que pertenciam a quartéis militares do séc. XVII, as denominadas *galerias* e, numa segunda fase, os trabalhos alargaram-

-se ao corpo central da alcáçova e ao piso térreo da torre dos telegrafistas. De facto, pudemos constatar uma sequência crono-estratigráfica coerente para a fase islâmica, entre os séc. VIII-IX e XII. Alguns registos de época tardo-romana e de cerâmicas de tradição autóctone nas camadas mais profundas e junto à base rochosa, testemunhavam ocupações anteriores.

As estruturas postas a descoberto sobrepõem-se numa sequência que acompanha a história do castelo até aos séc. XVII/XVIII. Além dos vários silos e fossas encontrados, correspondentes à 1ª fase de ocupação (Galeria 4), observam-se estruturas habitacionais, por vezes adossadas à muralha, onde se definem pátios, condutas de água, lareiras e pisos de argila ou argamassados. No séc. XI são reaproveitadas algumas das estruturas e anexadas outras, formando um conjunto de compartimentos, pátios e corredores. Nas duas centúrias seguintes assiste-se à redefinição dos espaços e da circulação na alcáçova. Constrói-se e reconstrói-se, por alteração de gostos mas também e essencialmente pelas necessidades impostas pelos momentos de conflito e pelas oscilações políticas. Episódios de incêndio e de destruição violenta estão patentes nalguns dos níveis estudados.

As investigações arqueológicas mais recentes, ainda em curso, permitiram constatar outro tipo de estruturas, comum em jazidas islâmicas: um conjunto de silos, na parte sul da alcáçova, de diversas dimensões, com perfil piriforme ou semiesférico, que se encontravam entulhados com material muçulmano de várias épocas. Exceptua-se o silo 7, o de maior capacidade, que continha também cerâmicas dos séc. XIII-XIV. Pudemos ainda comprovar que a área da pequena necrópole cristã, presumivelmente da fase da reconquista, que havíamos assinalado nos níveis superiores da galeria 4, se prolonga para sul e leste.



Fig. 5 – Planta hipotética do castelo entre os séc. X e XII

AS CERÂMICAS DA FASE ISLÂMICA

Os materiais cerâmicos provêm, maioritariamente, de contextos arqueológicos bastante seguros. Para as camadas 10B e 16 da galeria 5 foram obtidas datações por radiocarbono, cujos resultados coincidem com as propostas fornecidas pela leitura estratigráfica. Os estratos mais antigos revelaram fragmentos de peças autóctones ou de tradição tardo romana/visigótica como é o caso da bilha e das panelas da (Fig. 6)⁴. Denotam o uso de torno lento, pastas grosseiras, acastanhadas, cozedura redutora. Peça de Recopolis, Milreu e Silves apresentam largas afinidades tipológicas e idênticas propostas de inserção cultural (C.E.V.P.P., 1991, 57; Teichner, 1995, 95; Gomes, 1988, 294).



CASTELO DE PALMELA

Para o período islâmico propriamente dito estudámos já alguns conjuntos cerâmicos (Fernandes e Carvalho, 1993, 45-56; 1997, 327-334) mas não podem considerar-se suficientemente representativos do vasto espólio recolhido para arriscarmos a apresentação de uma evolução tipológica coerente. De qualquer modo, para fornecermos uma primeira perspectiva global da cerâmica islâmica do castelo de Palmela, apresentaremos, em sequência cronológica, as principais formas estudadas, deixando para um momento posterior uma sistematização mais abrangente e rigorosa.

O grupo das panelas (Fig. 7) inclui peças ainda de tradição autóctone, algumas apresentando já bandas pintadas. As asas, invariavelmente, fazem corpo com a boca. Os

Fig. 6 – Cerâmicas do castelo de Palmela: a fase de transição

exemplares F, G e H, de pastas vermelhas-alaranjadas, com carena no ombro, tipologicamente comparáveis a peças da Marca Media na região de Toledo, datadas de finais do séc. X – inícios do XI (Lillo,1990, 57-59), mostram revestimentos externos distintos, como sejam os vidrados laranja-esverdeados, castanhos ou os engobes avermelhados.

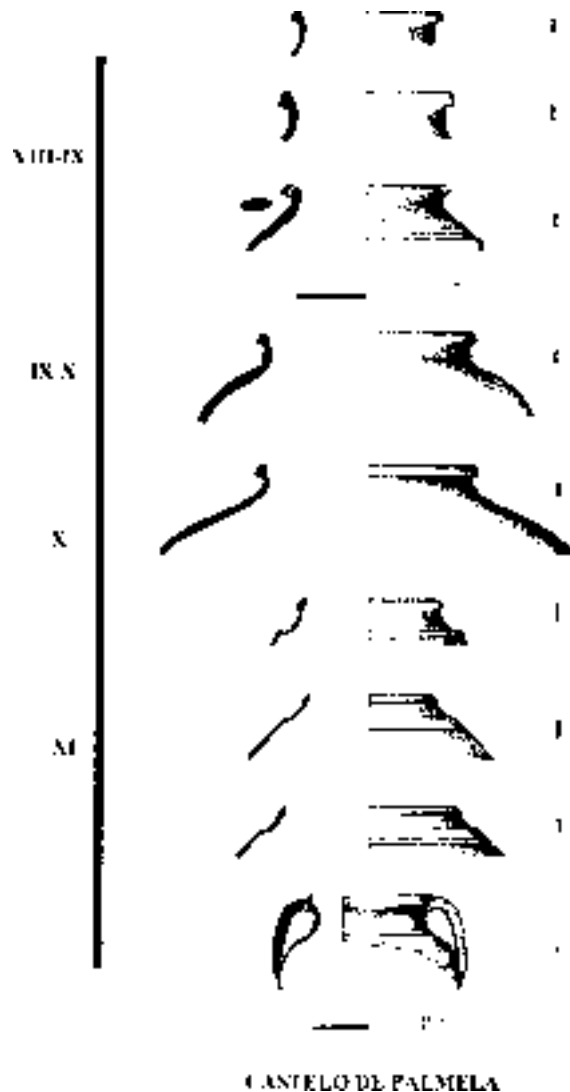


Fig. 7 – Cerâmica islâmica do castelo de Palmela: painéis

Um dos tipos de bilha ou jarro mais comuns em Palmela, entre os séc. VIII e X, apresenta um colo direito ou ligeiramente troncocónico, um bordo de tendência triangular, exvasado, o lábio destacando-se do colo, por vezes delimitado exteriormente com linhas incisadas (Fig. 8). O perfil do lábio vai mantendo as particularidades mas, nos exemplares da primeira fase, o bordo é espessado internamente, conferindo um maior fechamento à boca. As peças mais tardias

são de pasta depurada, contrastando com a A, de textura e de fabrico rudimentares. No jarro D o bordo é amendoado, de novo espessado internamente e o colo quase direito.



Fig. 8 – Cerâmica islâmica do castelo de Palmela: jarros e bilhas

As taças, caçarolas e frigideiras, juntamente com as painéis, são as formas predominantes na loiça de mesa e de cozinha dos habitat escavados. Uma das formas de grande perduração é identificada na Fig. 9 pelos exemplares A, H e I e na Fig. 10 pelos N e Q. Apresenta o bordo flectido para o interior, acomodando a peça aos preparados alimentares mais

líquidos e evitando os vazamentos. Reconhecemos formas idênticas em contextos romanos da região e, com algumas evoluções e adaptações, este perfil subsistirá até aos séc. XI-XII. As taças de carena acusada do tipo das peças E e F oferecem igualmente uma continuidade e podem encontrar paralelos no Cerro da Vila e em Silves. Na fase mais tardia usam, frequentemente, cobertura vidrada ou esmaltada. A variante de lábio pendente desenvolveu-se mais nos períodos almorávida e almoada, aliada, por vezes, à aplicação externa de linhas incisadas no bojo (O, P).



Fig. 9 – Cerâmica islâmica do castelo de Palmela: taças, caçarolas, frigideiras

A caçarola da Fig. 11, com paralelos na região e noutros povoados do sul do Garb al-Andalus, mantém-se, com variantes, até ao período almoada.

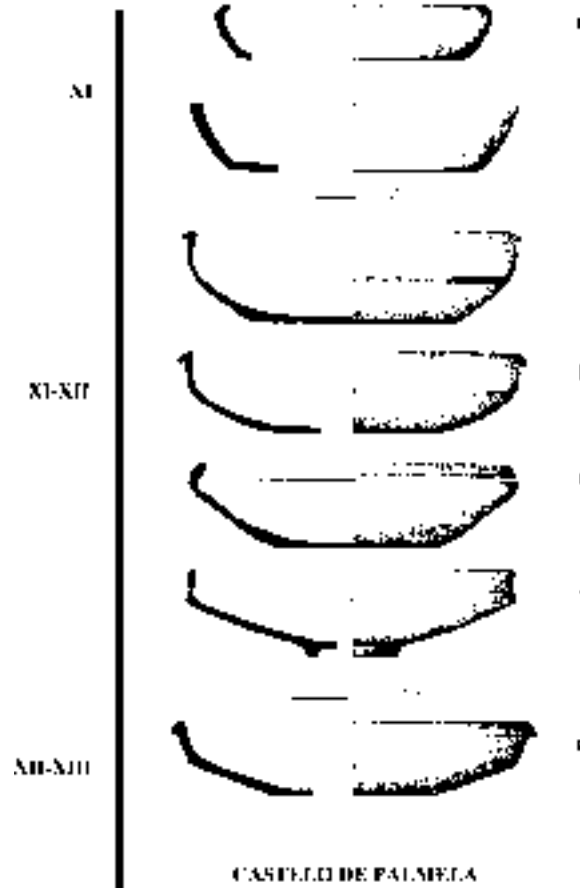


Fig. 10 – Cerâmica islâmica do castelo de Palmela: taças, caçarolas, frigideiras

Os estratos do emirato estão sempre documentados em Palmela pelas cerâmicas de pasta creme ou rosada clara com pintura geométrica a vermelho. Durante o califado continuam a fabricar-se mas começa a proliferar a pintura a branco sobre pastas menos depuradas, avermelhadas ou castanhas. Esta técnica decorativa de linhas geometrizes a branco, encontrará larga aplicação durante todo o período islâmico e sobreviverá além dele, em cerâmicas medievais cristãs (Fig. 12).

Comparativamente às peças de cerâmica comum, as que utilizam revestimento vidrado são escassas. Recolhemos alguns fragmentos de taças com cobertura vítrea monócroma, amarelada ou esverdeada e outras esmaltadas, fragmentos decorados com a técnica da *corda seca* e fragmentos com decoração a *verde e manganés*. Dentre estes últimos destacaremos uma taça datada de finais do séc. X, inícios do XI, com um repertório iconográfico antropomórfico bastante original.

Da última campanha de trabalhos arqueológicos no castelo resultaram recolhas de abundante espólio do período almorávida e das primeiras ocupações cristãs pós-reconquista, que se encontra ainda em fase de tratamento.

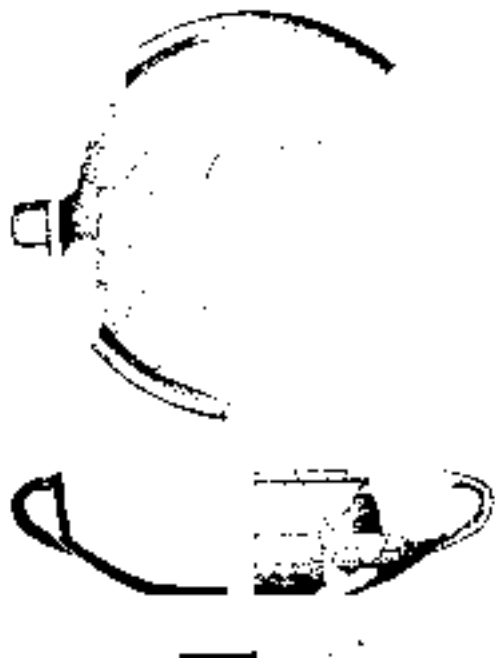


Fig. 11 – Cerâmica islâmica do castelo de Palmela: frigideira (séc. X-XI)

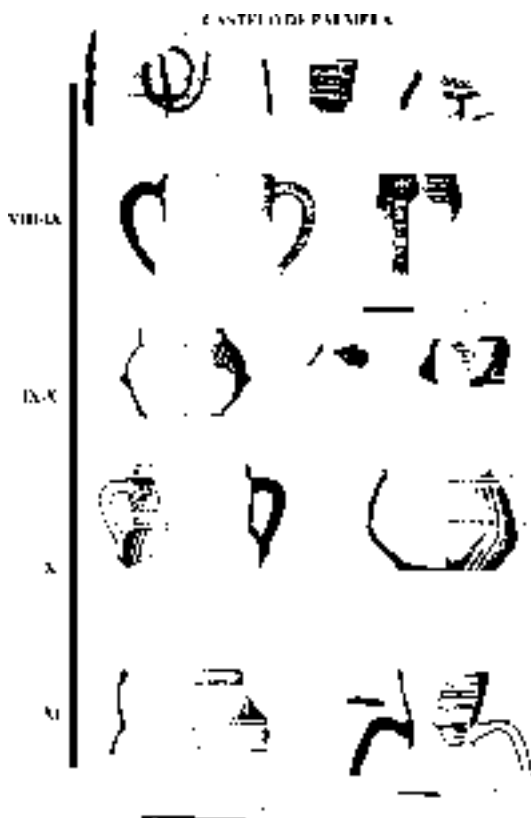


Fig. 12 – Cerâmica islâmica do castelo de Palmela: decoração pintada a almagre e a branco

A ENVOLVÊNCIA RURAL DO CASTELO

Se bem que tenhamos já descrito sumariamente o cenário rural envolvente do castelo, parece-nos importante acrescentar alguns dados e reflexões sobre essa matéria.

O *hisn* de Palmela, como sede do poder local, à semelhança de outros castelos do al-Andalus, seria o receptor dos impostos do seu alfoz, seja das pequenas comunidades rurais, seja das quintas que se espalhavam pelas várzeas periféricas e, principalmente, pelo Vale dos Barris, encostas e cumeadas da pré-Arrábida. Incluem-se ainda as propriedades urbanas, certamente com uma feição igualmente ruralizada. A produção hortícola em espaço urbano persiste até tarde em Palmela, favorecida pela abundância de nascentes. Sobre a extensão e a forma de pagamento das prestações tributárias há discrepâncias na interpretação das fontes e dos dados arqueológicos. São reconhecidas variantes nas práticas fiscais regionais, favorecidas pelo cariz autonomista de algumas comunidades.

Como se tem vindo a salientar, as frequentes conflitualidades durante a permanência islâmica no território nem sempre permitiram a pacífica exploração da terra, levando ao abandono temporário dos espaços cultivados. A preferência de uma franja da população, ligada às actividades agro-pastoris, pelos habitats de cumeada, encontra significado nesta situação de instabilidade. Povoados e abrigos até agora claramente identificados ao longo das cristas das Serras do Louro e de S. Francisco – Alto da Queimada, Abrigos da Serra do Louro e das Torres Altas, Cumeada das Vacas, Alcalinha, Portela, revelam alguma continuidade ocupacional até, pelo menos, às fases califal / 1^ª taifas.

A única campanha arqueológica levada a efeito na alcaria do Alto da Queimada, a escasos metros do povoado da Idade do Ferro de

Chibanes, demonstra isso mesmo: uma clara permanência nos séc. IV-V, que marca uma renovação da exploração do solo, sem descuidar a possível função de refúgio garantida pela localização do *vicus*, provavelmente associado a uma pequena construção defensiva. A estratigrafia, de fraca potência, indica depois radicações pré-islâmicas, do emirato e do califado. Esta constatação de uma sequência ocupacional não significa a adaptação socio-estrutural dos sistemas de habitat tardo-romanos pelos novos residentes. O caráter tribal destes estabelecimentos pressupõe hábitos de coletivismo e de autonomia dificilmente compatíveis com os antigos modelos.

A partir das primeiras taifas parece atenuar-se a presença humana no núcleo habitacional.

A primeira fase de escavação dos espaços de habitat da alcária, em grande parte cortados no afloramento rochoso (Fig. 13), forneceu um mobiliário necessariamente rural, onde se destacam as mós em rocha sedimentar e fragmentos de recipientes em cerâmica, alguns com grandes analogias aos exumados no castelo (Fernandes e Carvalho, 1996). Os restos faunísticos apontam para uma dieta predominantemente dirigida para o consumo do coelho, dos ovinos e da ameijoia. O aparecimento de uma ossada de baleia ou cachalote corrobora o interesse pelas virtualidades dos grandes cetáceos, presentes nesta área da costa Atlântica.

Na ausência de uma leitura estratigráfica segura, algumas das cerâmicas recolhidas foram enquadradas cronologicamente através de um estudo comparativo com peças provenientes do castelo de Palmela e de outros arqueossítios do al-Andalus. É o caso das peças de transição da 1ª fase: painéis modelados ou elaborados a torno lento, de feição local, por vezes decoradas com sulcos na face externa ou grosseiramente alisadas; peças com deco-

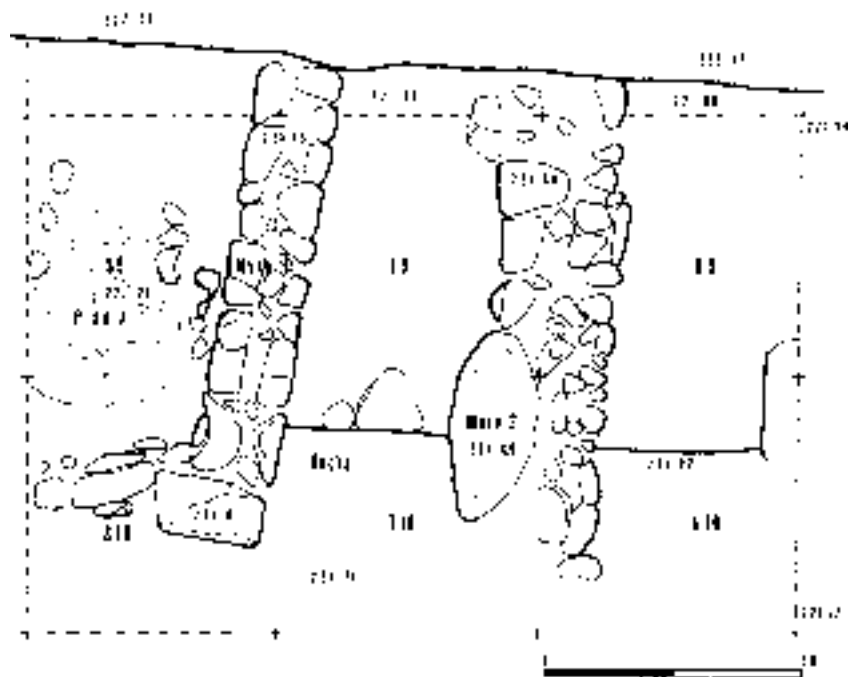


Fig. 13 – Aspecto parcial das estruturas do povoado rural do Alto da Queimada

ração de ondulado inciso (Fig. 14-A), que nos aparecem também em recolhas de superfície da Cumeada das Vacas e da Serra das Torres Altas. Os exemplares atribuídos ao emirato incluem as painéis de bojo globular e bordo extravasado, mais ou menos saliente, por vezes com caneluras e pintura a almagre (Fig. 14-B). Os motivos geométricos a vermelho ou alaranjado, sobre pastas creme, estão também presentes. As çaçarolas, as taças e os jarros califais encontram amplas afinidades em exemplares do castelo datados contextualmente (Fig. 14-C).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel dos castelos e das comunidades que acompanhavam nesta região os férteis vales até Sesimbra não é de somenos importância. Na verdade, a distribuição e a organização da propriedade rural deveria estar-lhes confiada e, nalguns casos, associada a pequenos centros defensivos, cuja necessidade se acentuava com a *fitna* do séc. IX e as ameaças normandas. O território da península de Setúbal, propriamente dita, manteria um sistema de alcárias e aldeias ligadas a *hus...ique*, segundo os dados arqueológicos disponíveis e a análise geográfica da região, se repartiria entre os castelos de Palmela, de Coina e de Sesimbra. O número de pequenos povoados sob o controle fiscal de cada castelo, segundo alguns autores (Glick, 1995, 18) oscilava entre sete e dez. O problema está na precisa identificação desses povoados, para se poder estabelecer, dum modo mais coerente, essa repartição.

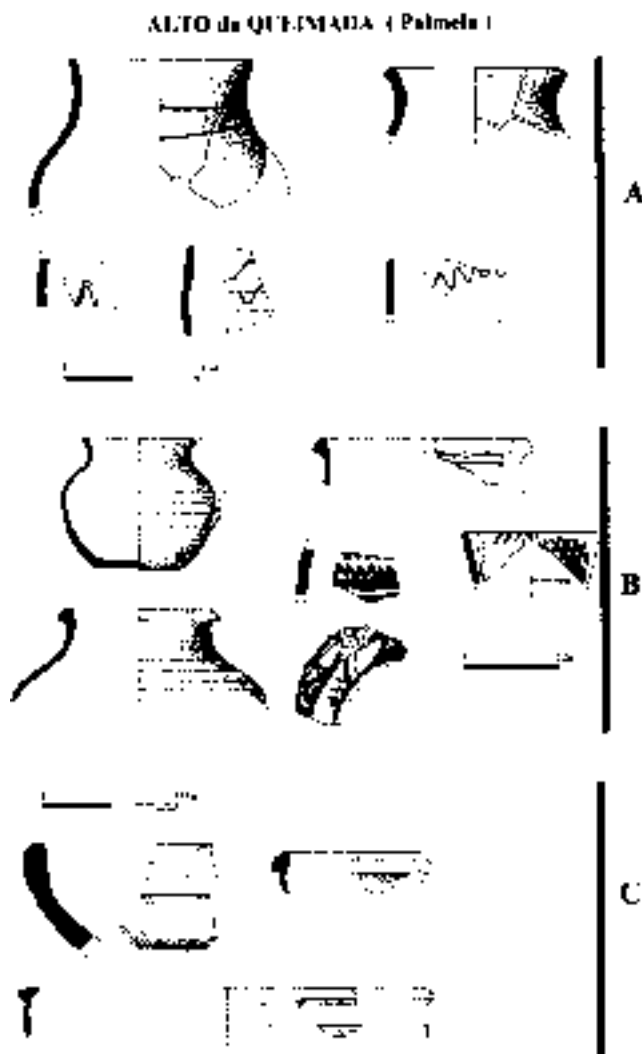


Fig. 14 – Cerâmicas do Alto da Queimada

No território do *hisn* de Palmela estes núcleos camponeses deviam ser numerosos e de vários tipos, se levarmos em conta a disposição favorável das cumeadas, a extensão de solo cultivável, as boas condições de pastoreio e as facilidades de exploração da água.

Em síntese, a visão global da faixa sul da península de Setúbal entre os séc. IV-V e XII reporta-nos a uma permanência humana sequencial no território, deixando visíveis as marcas da singularidade cultural de cada civilização e de cada momento determinante em termos político-militares. A persistência de características morfológicas romanas e tardo-romanas nalgumas cerâmicas, as particularidades daquelas que denominámos de cerâmicas de transição, feitas a torno lento ou manuais, traduzindo práticas autóctones, desenha, para determinados momentos na região, uma paisagem ocupacional aparentada a outras regiões litorais do al-Andalus.

A interpenetração dos valores civilizacionais árabes, berberes e indígenas, num processo de aculturação recíproca que, gradualmente, acusa a prevalência da componente islâmica, produziu na península de Setúbal uma cultura material que, não se isolando das clássicas referências do al-Andalus, com as quais tem abundantes afinidades, assume uma expressão regional de que a produção oleira oferece exemplos de facto.

As disponibilidades hidráulicas ao serviço de uma forte apetência agrícola, decerto com raízes no período romano e mesmo anteriores, exigem uma leitura desta área através do estudo da organização dos sistemas de irrigação e das formas de captação e de aproveitamento eficaz da água a partir das nascentes e dos ribeiros que a povoam. A proximidade marítima acrescenta-lhe as vertentes da navegação mercantil e da necessidade costeira de defesa, avolumadas pelo protagonismo crescente de Alcácer e de Lisboa.

É nesta multiplicidade de parâmetros e de estímulos que procuramos, para a época islâmica na região, o entendimento da estruturação dos núcleos habitacionais, do sistema agrário, do papel político, militar e social do castelo de Palmela e das demais fortificações dos *Montes Ban... Benamoceç* de que aqui esboçámos alguns caminhos.

NOTAS

- 1 Vide Lévi-Provençal, E., 1953, *Description de l'Espagne d'Ahmad al-Razi...* e José Garcia Domingues, *Portugal e o Al-Andalus...*
- 2 Escavações dirigidas por Carlos Tavares da Silva. Veja-se breve referência aos níveis medievais em: Carlos Tavares da Silva e Antónia Coelho-Soares, *A praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações arqueológicas de 1980*, in *Setúbal Arqueológica*, vol. VI-VII, 1980-81, ADS, Setúbal, pp. 249-284.
- 3 Vide IAN/TT – Livro dos Mestrados, fl.189.
- 4 Desenhos de A. Rafael Carvalho.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*, Pub. Europa-América, Mem Martins.
- ALVES, José da Felicidade (Apresentação e notas) (1989) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147 – Carta de um cruzado Inglês*, Livros Horizonte, Lisboa.
- CARVALHO, A.; FERNANDES, Isabel Cristina F. (1996) – «*Algumas cerâmicas muçulmanas da Lapa do Fumo (Sesimbra)*», *Sesimbra Cultural* 5, Maio 1996, pp. 21-23.
- C.E.V.P.P. (1991) – «*Cerâmicas de Época Visigoda na Península Ibérica – Precedentes e Perduraciones*», in *Actas do IV Congresso Internacional A Cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, C. Arq. Mértola, Mértola, 1991, pp. 49-68.
- COELHO, António Borges (1994) – «*O Domínio Germânico e Muçulmano*», in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Lisboa, pp.75-88.
- DOMINGUES, José Garcia (1997) – *Portugal e o Al-Andalus*, Ed. Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes – 2, Lisboa.
- FERNANDES, Isabel Cristina F., 1992-1994 e 1997, *Relatórios dos trabalhos arqueológicos no Castelo de Palmela*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela (policopiado).
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael (1993) – *Arqueologia em Palmela, 1988-92*, Catálogo da exposição no Castelo de Palmela, 28 Agosto a 19 de Dezembro de 1993, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 1993.
- FERNANDES, Isabel Cristina F. e CARVALHO, A. Rafael (1997) – «*Cerâmicas muçulmanas do castelo de Palmela*», in *La céramique médiévale en Méditerranée*. Actes du VI^e Congrès de l’AIECM2, 13-18 Nov. 1995, Narration Éditions, Aix-en-Provence, pp. 327-335.
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael (1996) «*Elementos Para o Estudo da Ruralidade Muçulmana na Região de Palmela*», in *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular*, Setembro, Zamora (no prelo).
- FERREIRA, Carlos Jorge et. al. (1993) – *O património arqueológico do Distrito de Setúbal – Subsídios para uma carta arqueológica*, Ass. Mun. Dist. Setúbal, Setúbal.
- GLICK, Thomas F., (1995) – *From muslim fortress to christian castle – social and cultural change in medieval Spain*, Manchester University Press, Manchester.
- GOMES, Rosa Varela (1988) – *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*, Xelb 1, Câmara Municipal de Silves, Silves.
- LILLO, Sergio Martinez (1990) – «*Hornos Califales de Toledo*», *Actas do Coloquio Fours de Potiers et Testares Médiévaux en Méditerranée Occidentale*, Madrid,1990, pp. 45-61.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1953) – «*Description de l’Espagne d’ahmad al-Razi*», in *Al-Andalus*, vol. XVIII, Madrid-Granada.
- MARINHO, J. R., 1968, *Moedas muçulmanas de Beja e de Silves (um achado monetário no concelho de Sesimbra)*, Sesimbra.
- PICARD, Christophe (1997a) – *L’océan Atlantique musulman – de la conquête arabe à l’époque almohade*, Maisonneuve & Larose, Éditions Unesco, Paris.
- PICARD, Christophe (1997b) – *La mer et les musulmans d’Occident au Moyen Age – VIII^e – XIII^e siècles*, Presses Universitaires de France, Col. Islamique, Paris.
- SANTOS, Vítor Pavão dos (Organização de) (1972) – «*Visitações de Palmela e Panoias (Ordem de São Tiago)*» in *Documentos para a História de Portugal*, nº 11, A.N.T.T.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SILVA, Carlos Tavares da; COELHO-SOARES, Antónia (1987) – «*Escavações arqueológicas no Creiro (Arrábida), Campanha de 1987*», in *Setúbal Arqueológica*, 8, 1987, pp. 228-237.
- TEICHNER, Felix (1993) – «*Acerca da Vila Romana de Milreu / Estói. Continuidade da Ocupação na Época Árabe*», in *Arqueologia Medieval* 3, 1993, pp. 89-100.
- TORRES, Cláudio (1994) – «*Lisboa Muçulmana e o seu Território*», in *Lisboa Subterrânea*, Catálogo da exposição, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, Lisboa, pp. 81-86.

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA OCUPAÇÃO MULÇUMANA NO CASTELO DE ALCÁCER DO SAL: O CONVENTO DE ARACOELLI

ANTÓNIO CAVALEIRO PAIXÃO*

JOÃO CARLOS FARIA**

A RAFAEL CARVALHO***

1. INTRODUÇÃO

Importante cidade Islâmica do *al-Andalus*, com o nome de *al-Qasr Abu Danis*, Alcácer do Sal tem sido objecto nos últimos anos de pequenas abordagens, privilegiando-se geralmente a análise de textos históricos e geográficos de autores Medievais¹.

A recente intervenção arqueológica no interior do recinto amuralhado, no espaço do Convento de Aracoelli, com início em 1993, permitiu a obtenção de um conjunto importante de documentação arqueológica, ainda em análise, que a partir de agora renova o estudo da Islamização desta *Medina* do *Nahr Satubar*².

A complexidade dos dados obtidos, dos quais já foram publicados alguns estudos³, levou-nos a encarar o estudo de Alcácer no seu espaço específico de influência, num projecto de investigação interdisciplinar de longa duração. Deste modo, adoptamos uma metodologia de pesquisa que inclui entre outro, os seguintes aspectos:

- Delimitação dos limites do território de Alcácer, o seu enquadramento administrativo e político ao longo deste período.
- Reconhecimento cartográfico e no terreno, das principais vias de comercio entre as cidades da região, Beja-Alcácer-Lisboa e Évora-Alcácer.

– Prospecção arqueológica, privilegiando alguns espaços específicos, nomeadamente, a região peri-urbana de Alcácer, o vale do Sado e as regiões montanhosas⁴.

– A recolha e tratamento de toda a documentação Medieval referente a este espaço geocultural.

O trabalho agora apresentado, deve ser encarado como uma breve introdução ao estudo da Islamização desta região do *Garb al-Andalus*.

2. DE IMPERATÓRIA SALACIA A AL-QASR ABI DANIS (FIG. 1)

Se por um lado os textos Medievais são lacónicos em relação a Alcácer, a intervenção arqueológica no Convento de Aracoelli/Castelo permitiu exumar espólios cerâmicos elucidativos do quotidiano das populações muçulmanas desta *Medina*. Deste modo nunca é de mais referir que a intervenção arqueológica no referido Convento foi fundamental para o início

* Arqueólogo do IPPAR.

** Arqueólogo da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

*** Arqueólogo. Colaborador permanente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

consistente do estudo da Islamização de *al-Qasr Abi Danis* e do seu território.

Em termos documentais não sabemos como foi processado a inserção da urbe Tardo Romana de *Imperatória Salacia/Alcácer do Sal* no Império Omíada de Damasco, durante a primeira metade do século VIII.

A análise de outras campanhas militares e anexações no *al-Andalus* permitem supor que o início dessa presença tenha ocorrido por acção de *Abd al-Aziz* em 713/14, na sequência das conquistas de Lisboa e Coimbra.

Nesse contexto de reorganização do novo território, *Abd al-Aziz*, nomeia um governador/*Wali*, para *Pax Yulia/Beja*⁵, até então sede administrativa do Convento Pacensis.

Apesar de serem inicialmente poucos os Árabes e Berberes que se fixaram nesta região, o prestígio da sua civilização e da nova revelação religiosa, associados a uma tolerância e imposição de uma carga fiscal menos pesada⁶, parecem ter contribuído para que alguns dignatários e nobres Tardo Romanos se convertessem ao Islão e se unissem por relações de clientela e familiares á nova elite Islâmica, tornando assim possível a reprodução de uma sociedade Muçulmana.

Contudo este modelo não seria uniforme, contribuindo para tal diferentes interesses políticos, Tribais e clânicos, desigual impacto demográfico e criação de novas componentes artesanais e de reabilitação de vias comerciais terrestres e fluviais, de incentivo ao desenvolvimento económico.

Assim, se algumas sedes de *Civitas* tardo antigas mantiveram o seu retrocesso urbano, outras houve que se desenvolveram, talvez como reflexo da instalação em meados dos séc. VIII/IX, de guarnições islâmicas, como parece ser o caso entre outros, de *Salacia* ou *Pax Yulia*.

Os dados disponíveis não nos permitem saber se essas tropas Árabes/Berberes estacio-

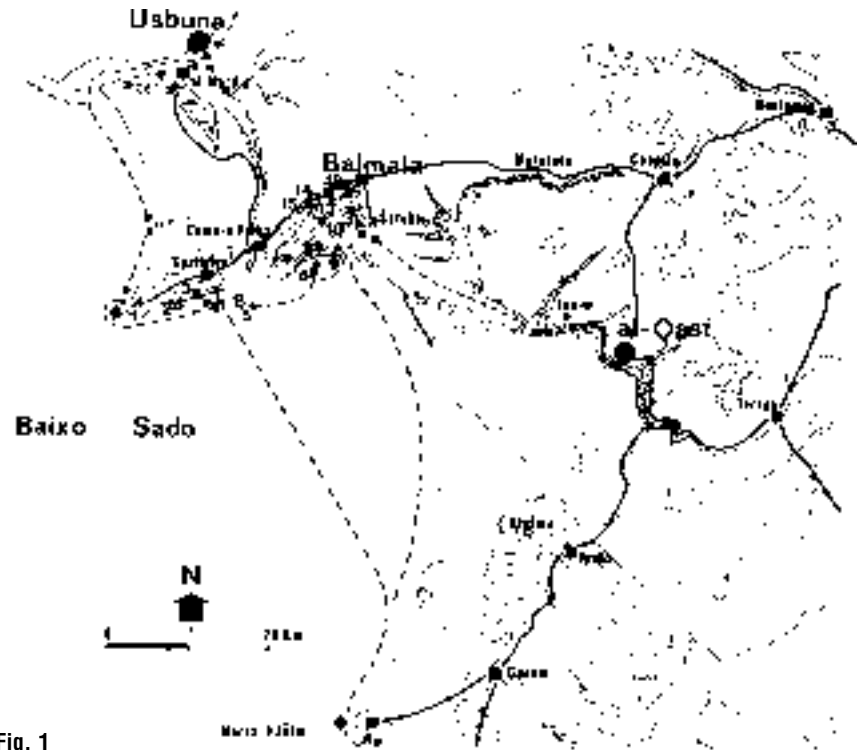


Fig. 1

nadas em *Salacia/al-Qasr*, seriam provenientes do primeiro contingente da conquista do *Conventus Pacensis*, ou seja, elementos dispensados do exército de *Abd al-Aziz*, ou então Árabes, Muçulmanos e Muladis clientes, provenientes do Contingente Árabe instalado em *Pax Yulia/Beja*, após a nomeação de um governador por *Abd al-Aziz*, de nome, *Abd al-Jabbar Ibn Awf Ibn abi-Salama al-Zuhri*, que era general do exército de *Musa Ibn Nusayr*⁷.

A chegada de contingentes armados árabes do general *Balj* em 742, oriundos dos *Yund* do Oriente⁸, para ajudarem as tropas muçulmanas leais ao governador Omíada do *al-Andalus* contra a revolta Berbere, provocará após a recusa destes voltarem para o Oriente, um conflito bélico entre os muçulmanos instalados no período da conquista, os *Baladiyyún* / autóctones e os recém chegados *Shamiyyín* / sírios.

Após meses de luta, o problema resolveu-se utilizando uma prática Tardo Romana; deste modo o governador Omíada *Abu-«l-Khattar* viu-se obrigado a ceder territórios vastos aos diferentes *Yund* Sírios, ficando estes encarregues de cobrarem para si uma percentagem dos impostos pagos pelos autóctones Hispano Romanos⁹.

Respeitando a organização administrativa Tardo Antiga encontrada no período da conquista, de forma a conservarem as estruturas económicas e de comércio já consolidados, havia também o interesse claro em respeitar os circuitos de cobrança de impostos. Deste modo assiste-se á valorização de algumas sedes de

Civitas e da capital de *Conventus*, transformada desde logo em sede do novo poder militar, onde como vimos foi instalado o primeiro governador regional no *Garb*.

É deste modo plausível que o território atribuído ao *Yund Egípcio* corresponda em grosso modo ao território do *Conventus Pacensis*¹⁰, subdividido em *Civitas*, onde seriam instalados elementos de confiança e tropas.

Salacia/al-Qasr, ficou inserida, nesse território pelas razões atrás referidas, sendo natural a instalação de uma nova guarnição militar e das respectivas famílias e clientes, que irão substituir ou criar ligações de interesse com elementos da elite muçulmana (*Baladiyyin*) anteriormente instalada.

A consolidação do poder deste *Yund* neste vasto território do sul de Portugal, é comprovado pela capacidade que o chefe militar tem em recrutar tropas em seu benefício, como por exemplo no tempo do Governador do *al-Andalus*, *Abu-l-Khattar*. (743-745)¹¹.

Y...suf al-Fihri último governador Omieda, tem que fazer frente a *Urwa Ibn al-Wallid* que se revolta em Beja, recebendo o apoio de Moçarabes.

Em 755/6, *Abd al Rahman I*, neto do Califa Omieda *Hisham* (724-743) instala o Emirato independente de Cordova.

Durante a sua fase de consolidação como emir, surge uma revolta no *Garb al-Andalus* com origem na cidade de Beja, chefiada por *al-Allah Ibn Mughith al-Y□hsubi* o provável comandante do *Yund Egípcio*, que se proclama o representante do novo Califado Abássida no *al-Andalus*, possuindo para isso um diploma de investidura¹².

Derrotado pelo novo Emir, os reflectos desta guerra contra o novo poder central tiveram reflexos em Alcácer, sendo natural a substituição das tropas do *Yund*, por novos elementos fieis ao poder central.

Esta constatação depreende-se do facto deste Emir ter anulado e dispersado os elementos do referido *Yund*, cuja consequência foi uma diminuição significativa da população Árabe nesta região, resultando deste modo a emergência de uma nova elite muçulmana Muladi, de origem Tardo Romanos¹³.

Por outro lado, o silêncio das fontes poderá significar que as referidas tropas, inicialmente fieis ao Emir Abd al-Rahman I, ganhem com o tempo um certo grau de autonomia política e administrativa em relação ao poder central instalado em Cordova, nunca o hostilizando, reflexo do desenvolvimento de *al-Qasr* no Baixo Sado, traduzindo á escala local a tendência da consolidação dos vários poderes regionais muçulmanos e muladis no *al-Andalus*, sempre dispostos a contestarem o poder Omieda.

Na sequência do exposto, conclui-se que Alcácer ao herdar parte das estruturas administrativas e território que vinham do Período Tardo Romano, possuindo um óptimo porto oceânico e constituindo encruzilhada natural de vias de comunicação entre diferentes regiões do *Garb* e o *Dar al-Islam*, transforma-se ela própria em polo de irradiação dos novos valores da Islamização, ganhando consistência política e administrativa como sede natural do Baixo Sado Atlântico, possuindo á semelhança de Lisboa um Amil/Governador ou Chefe Militar.

Esta valorização política e militar de *al-Qasr* perante o poder Omieda ganha mais consistência após o ano de 844, data do primeiro ataque Viking ao *al-Andalus*.

Deste ataque possuímos relatos de *al-Udrie* e de *Ibn Idari*. Segundo eles, *Wahb Allah b. Hazm*, Amil/Governador ou chefe militar de Lisboa, teria defendido a sua cidade a quando do ataque supra citado.

Apesar dos textos serem lacónicos, é provável que Palmela e Alcácer do Sal tenham sofrido alguns ataques.

O primeiro ataque Viking a esta região, anteriormente referido, leva o poder central a encarar esta região como um espaço de fronteira activa.

Por iniciativa do poder central ou por necessidade das populações locais, os *Husun* transformam-se em *Rubut* e assiste-se á reorganização militar deste sector da costa do *al-Andalus*, permitindo deste modo a anexação do território a sul, até ao rio Mira onde confinava com o território de Silves (Fig. 3).

Deste modo, como base naval militar do Atlântico, o seu espaço directo de administração incluía a norte a Lagoa de Albufeira (Sesimbra) e a sul a foz do rio Mira. (Odemira).

A instalação de Berberes Masmudas (*Banu Danis*) provenientes da cidade de Coimbra em finais do século IX, contribuem para o desenvolvimento económico da cidade.

Após um período de relativa independência política, inserida no Reino Marwanida de Badajoz, será conquistada pelo Califa *Abd al-Rahman III*, que confirma o domínio dos *Banu Danis* na região

Deste modo, em 929, o Califa nomeia *Yahya b. Abi Danis* para *al-Qasr* e *Abd Allah b. Umar b. Abi Danis* para as regiões montanhosas do território de Alcácer¹⁴.

Segundo os elementos disponíveis é provável que a região montanhosa referida corresponda ás Serras da Arrábida, Grândola e Cercal,

correspondendo á região costeira da *Kura* de Alcácer, cuja sede provável seria em Palmela (*Balmalla*).

Em 966, al-Mustansir recebe uma mensagem do governador de Alcácer, que lhe comunica o aparecimento no litoral de uma frota de Vikings¹⁵.

Em 997, *Ibn Abi Amir al-Mansur* ordena em Alcácer o equipamento de uma grande frota naval para ir atacar a Galiza.

Durante o Período Taifa, Alcácer torna-se um dos principais portos do Reino Aftásida de Badajoz.

Anexado posteriormente ao Império Almorávida, servirá de base, em conjunto com os castelos da Arrábida, para a recuperação de Lisboa e Santarém cedidas pelo ultimo rei Aftásida ao rei Afonso VI de Leão e Castela.

Em 1107, será pilhada pelo Viking Sigurd a caminho da Terra Santa.

Conquistada por D. Afonso Henriques no período de crise e desmoronamento do Império Almorávida e advento dos Reinos de II Taifas, será recuperado pelos muçulmanos no decurso da campanha do Califa Almoade *Abu Ya «qub al-Mansur*, em 1191.

Após a conquista, o Califa nomeia *Muhammad n. Sidray n. Wazir* como governador.

O curto período Almoade em Alcácer foi importante. Transformada em cidade de fronteira e de certa forma sede de uma região militar, a sua guarnição e população recebiam alguns apoios de Sevilha e Ceuta¹⁶.

No verão de 1217, no reinado do Califa Almoade, *Yusuf II*, uma frota de cruzados a caminho da Terra Santa aceita participar na conquista da praça forte. O ataque começou a 30 de Julho.

A defesa muçulmana foi dirigida por *Abd Allah Ibn Wazir*, que procurou auxilio dos governadores de Badajoz, Sevilha e Jaen. Estes enviaram algumas tropas e uma pequena frota que procurou bloquear a foz do rio Sado.

Após alguns meses de cerco, Alcácer seria conquistada definitivamente nesse ano, consolidando-se como praça forte para a conquista do Alentejo.

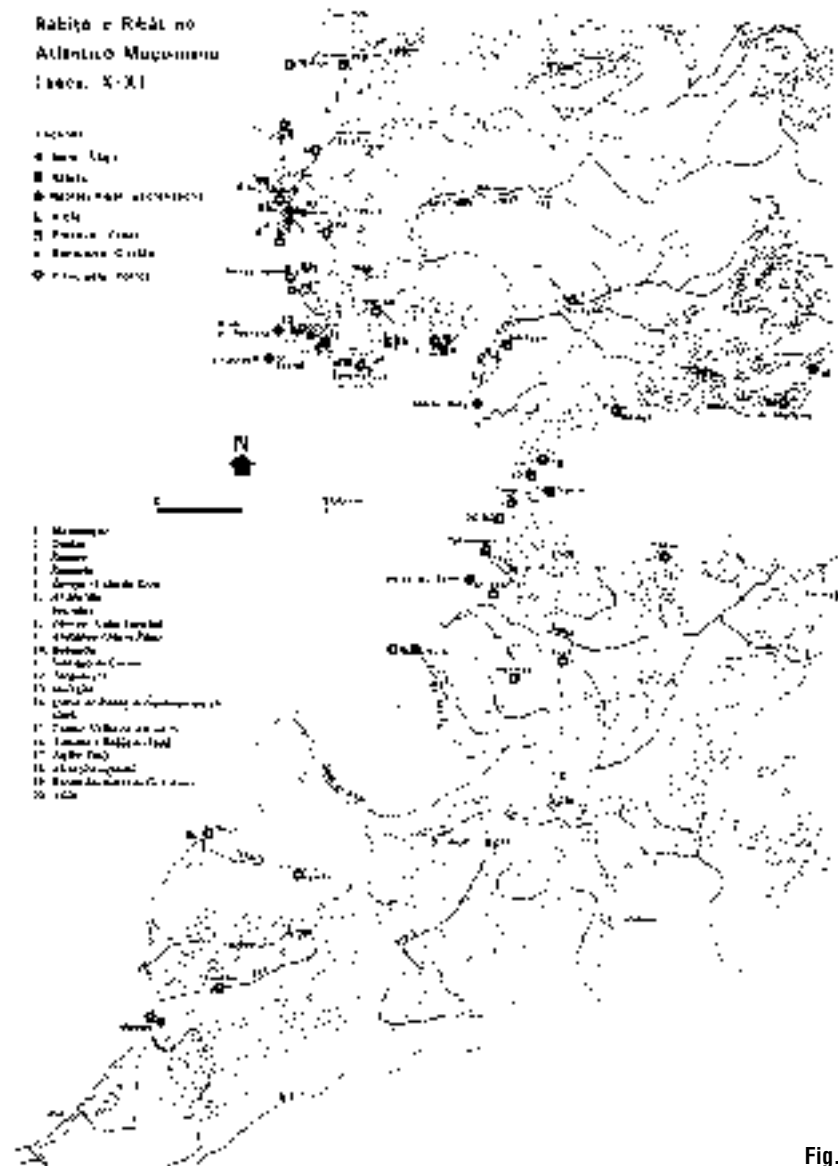


Fig. 2

3. O TERRITÓRIO (FIG. 1 e 3)

Qualquer delimitação da evolução do território administrativo ou sobre a influência de *al-Qasr*, segundo os dados disponíveis terá que ter um carácter provisório.

Importante cidade romana durante a Romanização com o nome de *Imperatória Salacia*, esta geria um vasto território que incluía a norte a Serra da Arrábida, foz e estuário do rio *Callipos*¹⁷, estendendo-se a sul até aos contrafortes da Serra de

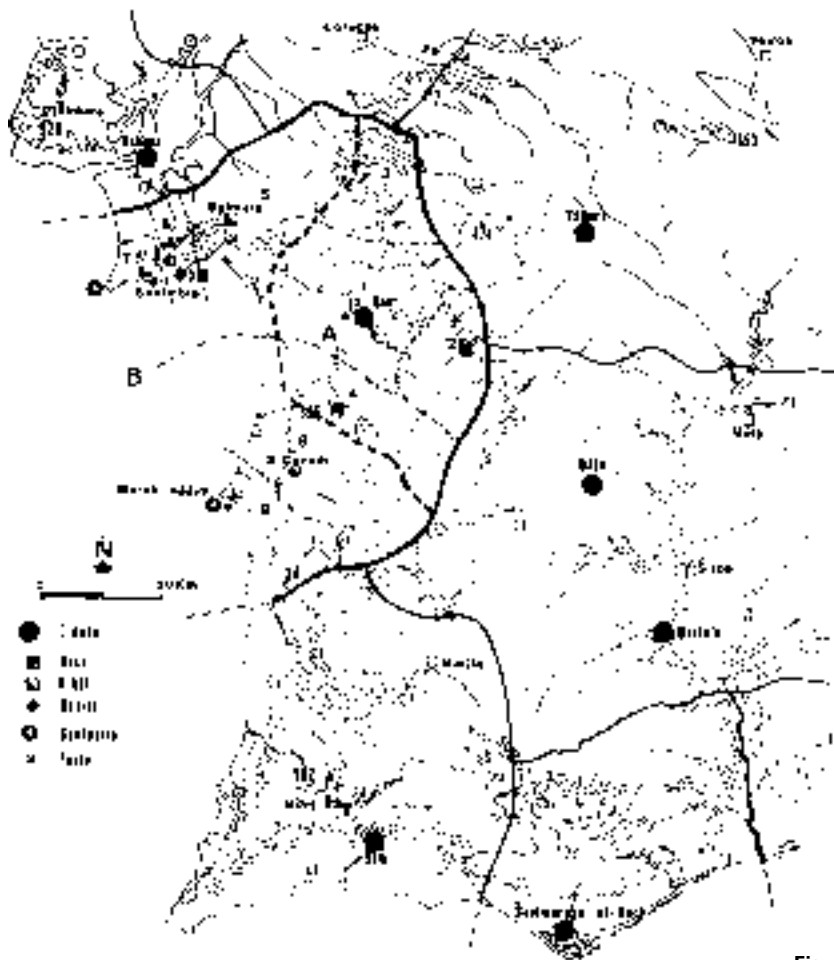


Fig. 3

Grândola onde confinava com o território de Mirobriga. No interior, na área do Médio Sado, confinava com os territórios de Eborá e de Pax Yulia.

Durante a Antiguidade Tardia até meados dos séculos VI-VII, concluímos que apesar de um aparente dinamismo económico da área da foz do rio Sado, com as urbes de *Caetobriga*/Setúbal e Tróia, a urbe de *Salacia* mantinha-se como sede de município, mas ia decaindo em área construída e poder de aquisição de produtos exógenos.

Sobre o núcleo monumental de *Salacia*, erguem-se estruturas públicas orientadas para a religião cristã, rodeadas por uma cintura de muralhas, criando-se uma diferenciação marcante entre a área urbana e o agri envolvente.

As elites romanizadas mantêm-se espalhadas pelo curso do Médio Sado e principais afluentes, concentrando-se nos eixos de ligação entre *Salacia* e as cidades de *Eborá* e *Pax Yulia*.

Na cidade subsiste provavelmente uma elite militar e uma aristocracia religiosa e civil, com interesses no comércio oceânico.

Nos séculos VII-VIII o panorama encontrado neste território parece ser a emergência de poderes locais na Serra da Arrábida, que ao absorverem o poderio económico de *Caetobriga*/Tróia, tinham o máximo interesse em adquirir protagonismo político, procurando desvincularem-se de *Salacia*, ou tentarem absorver o seu prestígio administrativo.

É esta a nossa leitura dos achados Tardo Romanos no Castelo de Palmela¹⁸, que aliado a uma localização estratégica de vigilância de dois mares interiores¹⁹ e costa oceânica até Sines, permite suportar a hipótese da existência de um *Castellum* Tardo Antigo, onde residiria uma aristocracia Tardo Antiga/Visigótica de vigilância da entrada do rio Sado, de *Caetobriga* e da Arrábida.

Será neste cenário de instabilidade e de tentativa de afirmação de novos poderes regionais na Arrábida em detrimento com o estabelecido, mostrando dinâmicas ainda mal compreendidas que se dá a entrada das tropas Muçulmanas.

Apanhados de surpresa e perplexos perante uma cultura e língua completamente estranha, é provável que a sua resistência tenha sido pouco significativa, optando antes por uma submissão em troca da manutenção de contrapartidas de ordem económica e liberdade religiosa.

Militares profissionais e com espírito de missão, as tropas Árabes/Berberes procuram antes de mais rentabilizar as suas conquistas. Deste modo ao respeitarem a administração Tardo Antiga, terão todo o interesse em manterem a coesão territorial da *Civitas Salacia*, transpondo para os *Castellum* da Arrábida²⁰ tropas leais muçulmanas de forma a aproveitarem esta mais valia estratégica, substituindo ou expulsando as aristocracias Tardo Romanas.

O ataque Viking de 844 fornece um pretexto para que o poder central possa intervir neste espaço.

A uma actividade de recuperação de muralhas e sistemas defensivos, é provável que seja atribuído a *Al-Qasr* outras funções mais abrangentes referentes á defesa costeira.

Deste modo é de aceitar que o território a sul, até á foz do Rio Mira tenha sido anexado.

Em suma, será este vasto espaço geográfico aberto ao Atlântico pela profunda reentrância e pequeno mar interior que é o Estuário do Rio Sado, protegido a norte pela parede de escarpas da Arrábida, que se vai manter sem grandes alterações desde o final do Emirato até ao final do Califado.

A fragmentação do *al-Andalus* em vários Reinos Taifas, permite dar uma maior visibilidade aos vários poderes regionais que se foram formando anteriormente.

Inserido no Reino Taifa de Badajoz, irá após a subida ao poder dos Aftásidas assistir á formação de uma Sub-Taifa a norte do Rio Sado, com sede em Lisboa.

Os autores muçulmanos nada nos dizem das cidades e castelos inseridos nessa realidade política que durou pouco tempo. A noção da existência de vários castelos dependentes de Lisboa e de nenhuma cidade, assim como a tendência que a região da Arrábida tinha para sofrer maior influencia de Lisboa ou de Alcácer conforme as épocas, permite supor face aos elementos disponíveis que a Serra da Arrábida talvez ficasse inserida nesse reino

A pedido da população de Lisboa, os Aftásidas recompõem novamente a unidade política herdada de *Sabur*.

Será este o primeiro indicio da passagem da região da Arrábida para uma crescente autonomia entre as duas cidades Atlânticas, que justificará a sua fragmentação em Concelhos cristãos plenos de autonomia entre eles após a conquista definitiva no início do século XIII, cortando definitivamente com Alcácer ou com Lisboa algumas obrigações de vária ordem.

4. A CIDADE MUÇULMANA

Verdadeiro nó de comunicações no vale do Sado, á entrada do estuário, *al-Qasr* ocupa uma das escassas colinas de arenitos miocénicos consolidados, que dominam do seu alto uma vársea fértil.

Durante a Islamização, a cidade desdobrava-se em dois núcleos:

– A Alcáçova no alto da colina, implantada sobre parte do núcleo monumental da urbe romana de *Imperatoria Salacia*, onde desde cedo foi consistente a instalação das elites e guarnições muçulmanas desde meados do séc. VIII/IX.

– Junto ao rio e sobrepondo-se a uma zona portuária cujos antecedentes podemos remontar á Idade do Ferro, foi desenvolvendo um arrabalde portuário.

4.1. A Alcáçova e a Medina (Fig. 4)

A intervenção Arqueológica no recinto do Convento de Aracoelli veio a demonstrar de forma clara que este edificio religioso de meados do séc. XVI/XVII acentava sobre outro, de cronologia Islâmica.

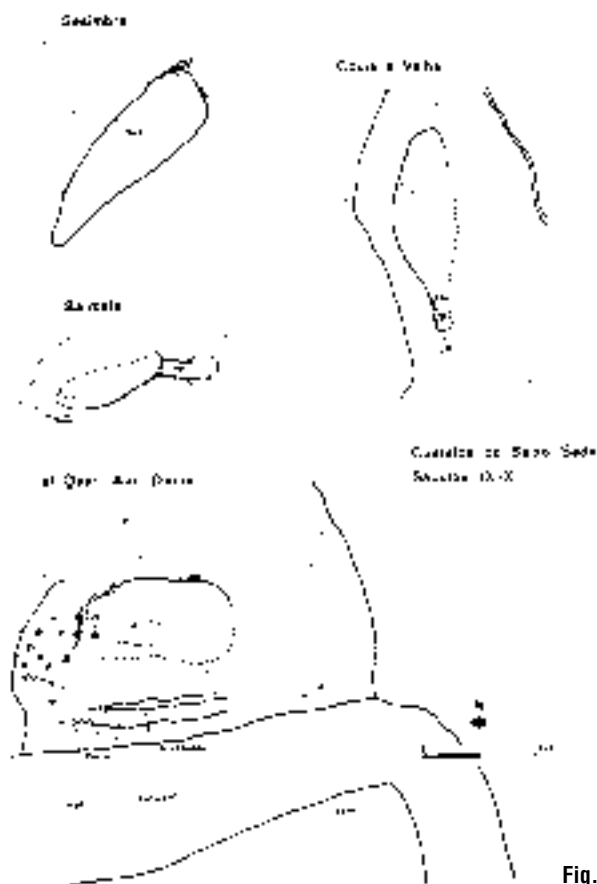


Fig. 4

Como já tinha sido sugerido por Torres e Macias²¹, tratam-se dos vestígios arqueológicos do *al-Qasr* (Palácio) Islâmico, onde foram identificados compartimentos e silos de diferentes épocas, desde o século VIII até ao final do Islão, com testemunhos claros da conquista de 1217.

As estruturas mais recuadas, antecedendo um pouco a conquista Árabe/Berbere, correspondem a um troço de muralha em alvenaria simples, com pouca espessura inserida num claro contexto Tardo Antigo, identificado um pouco a norte do Convento e um pouco afastado da actual muralha em Taipa Militar de cronologia islâmica tardia (Almorávida/Almoade).

Seria aproveitada no sec. VIII, contudo em meados do Século IX procede-se ao desmontar de alguns troços, visando um alargamento e reforço do recinto amuralhado.

No interior do edifício Conventual identificamos a existência de duas torres, de boa alvenaria, reutilizando vários materiais de construção romano²² construídas provavelmente em finais do século VIII/inícios do século IX.

O espaço assim definido, a que se junta a existência de outra possível torre no espaço bastante alterado do Altar da Igreja Conventual e a inexistência comprovada arqueologicamente de uma grande torre no canto nordeste do Convento, desenham na perfeição um *Qasr* de planta quadrada, isolado dentro do recinto amuralhado. Alguns paralelos interessantes podemos identificar em *qusur* do norte de África²³ e da região Síria, para meados dos séculos VIII/IX, nomeadamente o *Jabal Says/Síria*²⁴ edificado no séc. VIII.

Somos tentados a identificar este edifício fortificado (*Qasr*) com o topónimo que parece acompanhar esta *Madina* ao longo da islamização.

Esta Alcáçova irá manter-se sem grandes modificações até meados do Séc. XII.

Como tivemos ocasião de referir assiste-se em meados do século IX a um reforço e alargamento do recinto amuralhado. Algumas torres poderão datar do século X.

A anexação de Alcácer pelos Almorávidas e a sua transformação em importante base militar para a recuperação das cidades de Lisboa e Santarém, poderá ter implicado a reformulação e reparação de troços do sistema defensivo da cidade.

Pelo *Bayan* de *Ibn «Idari*, sabemos da existência de um imposto denominado *Ta«tib* no ano de 1125 (519 H)²⁵ ordenado por *Tamim*²⁶, destinado à construção ou reparação de muralhas nas principais cidades.

Por outro lado *al-Idrisi* refere a grande importância de Alcácer nesta fase Almorávida.

A chegada dos Almoades e a recuperação da cidade para a esfera do Islão, por acção do Califa *Abu Ya «qub al-Mansur*, em 1191, irá transformar a cidade num elemento chave de defesa do Império Almoade neste sector, o mais ao norte da costa Atlântica.

Esta nova função militar e estratégica implicará por outro lado um claro investimento na reforma e implementação da cerca amuralhada, implementando inovações de ordem militar, como por exemplo a torre albarrã (muralha sul) e

uma torre de planta hexagonal (lado nascente) ainda existente.

A Alcáçova foi reformulada em termos de arquitectura, adoçando-se uma potente muralha em Taipa Militar que foi posta a descoberto durante a intervenção arqueológica. Parece tratar-se de isolar de uma forma clara o núcleo habitacional do governador e de parte da guarnição militar, do resto da Medina.

A quase totalidade da documentação arqueológica provem deste espaço.

4.1.1. As cerâmicas (Fig. 1 a 12)

Como já foi referido, a intervenção arqueológica no interior do recinto conventual permitiu a recolha de um elevado número de fragmentos cerâmicos, desde a pré-história até ao século passado.

No âmbito do Islão, seleccionamos algumas peças, elucidativas de algumas das fases da ocupação neste sector do Castelo, que correspondia ao *al-Qasr* Islâmico, que serão analisadas de uma forma sintética. O seu estudo será apresentado noutro trabalho de momento em preparação.

A peça nº 1, corresponde a um púcaro. Fabricado em pasta bege, muito bem depurada, apresenta uma decoração a vermelho. Encontramos bons paralelos com peças semelhantes do Castelo de Palmela, Alcaria do Alto da Queimada/Palmela, Mértola e Silves, para os séculos IX-X.

A cerâmica nº 2 possui uma fina e elaborada decoração em corda seca parcial, sobre uma superfície de tonalidade bege torrado. Não encontramos paralelos, contudo pela posição estratigráfica onde foi exumada, permite uma atribuição cronológica no Século IX-X.

As duas painelas (peças nºs 3 e 4), inseridas nos séculos X-XI, apresentam características que julgamos específicas desta região do Baixo

Sado. Apresentam um corpo atarracado, com duas asas laterais que arrancam do bordo. Peças semelhantes foram exumadas em diferentes locais da Arrábida, nomeadamente na Lapa do Fumo/Sesimbra²⁷, no Castelo de Palmela e no Alto da Queimada/Palmela²⁸.

Uma elevada percentagem de espolio recolhido durante a intervenção arqueológica, insere-se no Período Almoade, que em Alcácer teve uma pequena duração (1191 a 1217), mas legou-nos um espolio cerâmico de grande beleza e complexidade técnica.

Até á pouco tempo, Mértola e Silves eram as únicas cidades em Portugal onde tinham sido exumadas em contexto Almoade, fragmentos de cerâmicas esgrafitadas. Estreitamente raras no contexto Almoade de Alcácer, os fragmentos identificados (Figs. 5 a 8) testemunham por um lado o acesso da elite islâmica da Alcáçova a estas produções exógenas do *al-Andalus*, contribuindo por outro lado para inserir com precisão cronológica, a presença destas cerâmicas neste sector do *Garb al-Andalus*. Também identificamos um raro fragmento com a técnica mista de esgrafitado associada a corda seca parcial, de provável origem nas Ilhas Baleares.

O conjunto dado a conhecer resume-se a um pequeno conjunto de jarrinhas, de pasta fina de cor branca, apresentando a superfície externa coberta por faixas de aguada espessa de cor preta, onde foi gravado um elaborado programa decorativo, intercalando por vezes mensagens religiosas (peças n.º 5 e 8), com outros temas de carácter geométrico e fitomorfo.

As cerâmicas n.º 9 e 10 correspondem a jarras com decoração moldada, apresentando a superfície externa coberta por espesso esmalte de cor branca com reflexos metálicos. Bons paralelos podemos encontrar em Silves e Mértola²⁹.

As talhas profusamente decoradas com motivos estampilhados, muito característicos deste período estão representadas nas peças n.º 11 e 12.

Na parede exterior da talha n.º 11, podemos observar a associação de uma sequência de motivos arquitectónicos (arcos), com outros de natureza fitomorfo.

No fragmento seguinte (peça n.º 12), assistimos a um elaborado programa decorativo. A uma faixa superior profundamente geométrica, sucede uma outra de natureza epigráfica. Na faixa inferior apercebe-se a representação provável de borboletas.

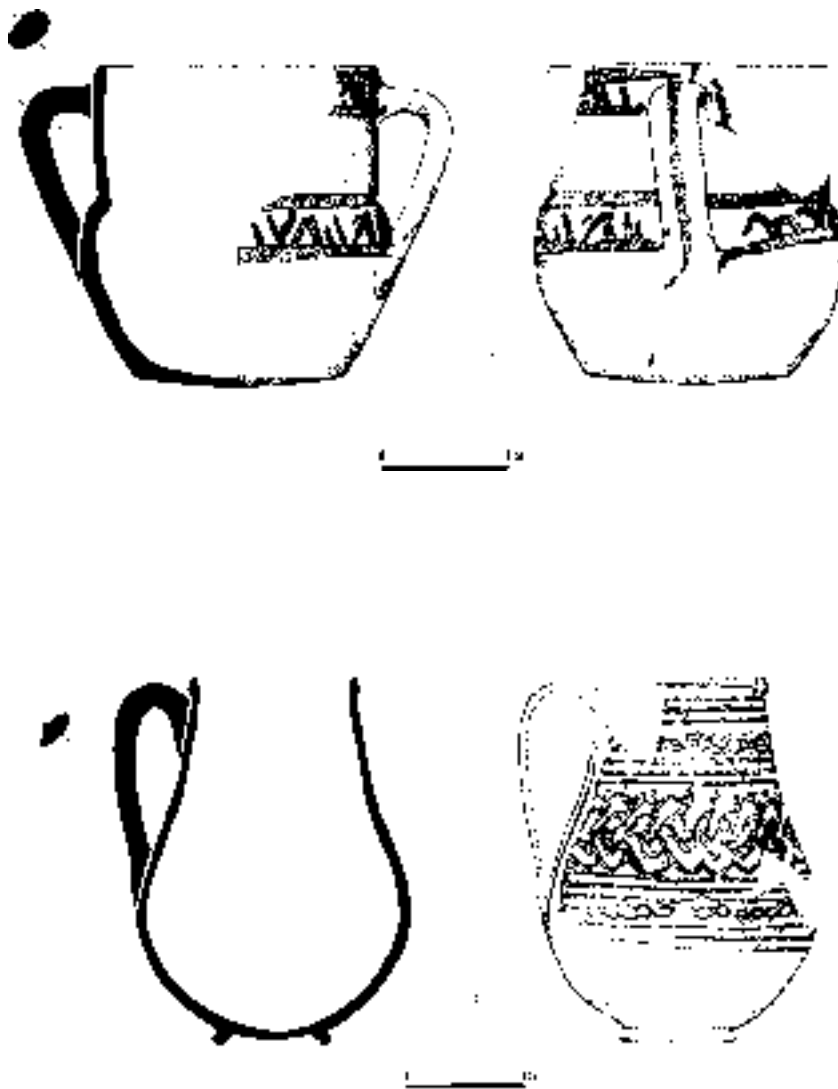


Fig. 5



1 10cm



2 10cm



3



5



7

3cm

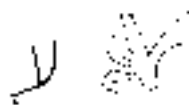


Fig. 6

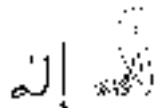


B

NÃO



ILAH - Deus



Não há Deus (senão ALLAH)

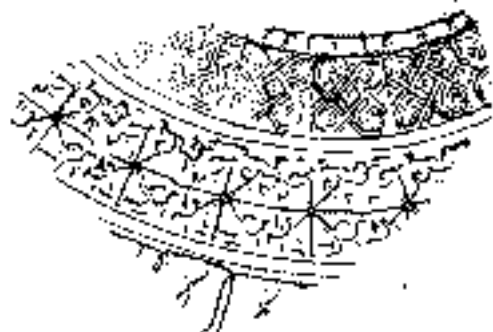
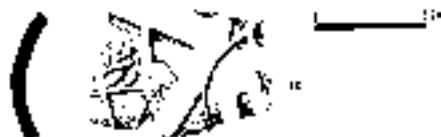
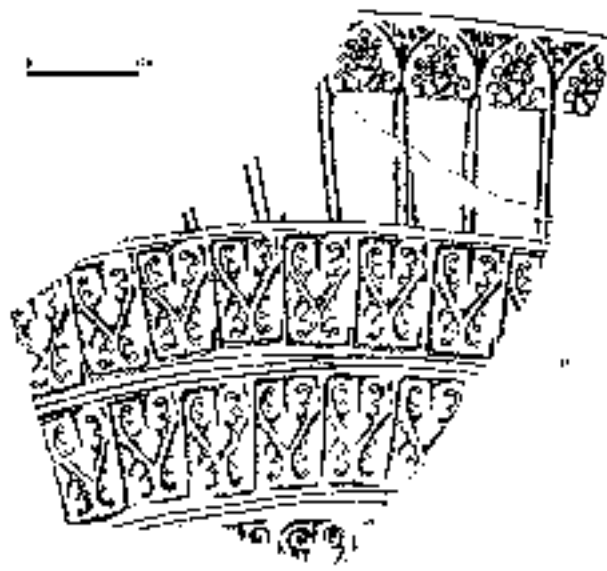


Fig. 7

4.2. O arrabalde e Área Portuária (Fig. 4)

No espaço que corresponde à região ribeirinha da *Madina*, são infelizmente escassos os elementos disponíveis.

Por outro lado os textos coevos da islamização são bastante lacónicos, dando a perceber que muito não foi descrito por se tratar de situações obvias e comuns a outros portos oceânicos do *al-Andalus*.

Sabemos contudo que em meados do sec. IX teria sido instalado um arsenal e base naval de policiamento deste sector do oceano Atlântico, e que nos finais do século X, em 997, *Ibn Abi Amir al-Mansur* utiliza a base naval de Alcácer para equipar a sua armada, que irá em seguida rumar para norte para o ataque da Galiza.

Deste modo resta-nos a documentação arqueológica.

Na década de 80, Fernando Gomes³⁰, funcionário do Museu Municipal de Alcácer efectuou o acompanhamento da construção de uma moradia, situada junto á margem do rio e do edifício da actual Autarquia. As condições não foram as melhores, contudo o escasso espólio que foi possível recolher revelou-se da máxima importância. Sem sombra de dúvidas, identificou-se um compartimento, de uma habitação pertencente ao Arrabalde portuário da *Madina al-Qasr*.

O conjunto cerâmico recolhido insere-se cronologicamente entre os sécs. IX/X (peças nº 1 e 2), e os sécs. X/XI (as restantes cerâmicas), que apresenta bons paralelos para contextos estratigráfico bem definidos dentro do Castelo, assim como nos Castelos e Alcarias da região da Arrábida.

Em suma, a documentação arqueológica apesar de pouco numerosa pelas condições atrás expostas, autorizam-nos a supor da existência de um conjunto de casas, provavelmente

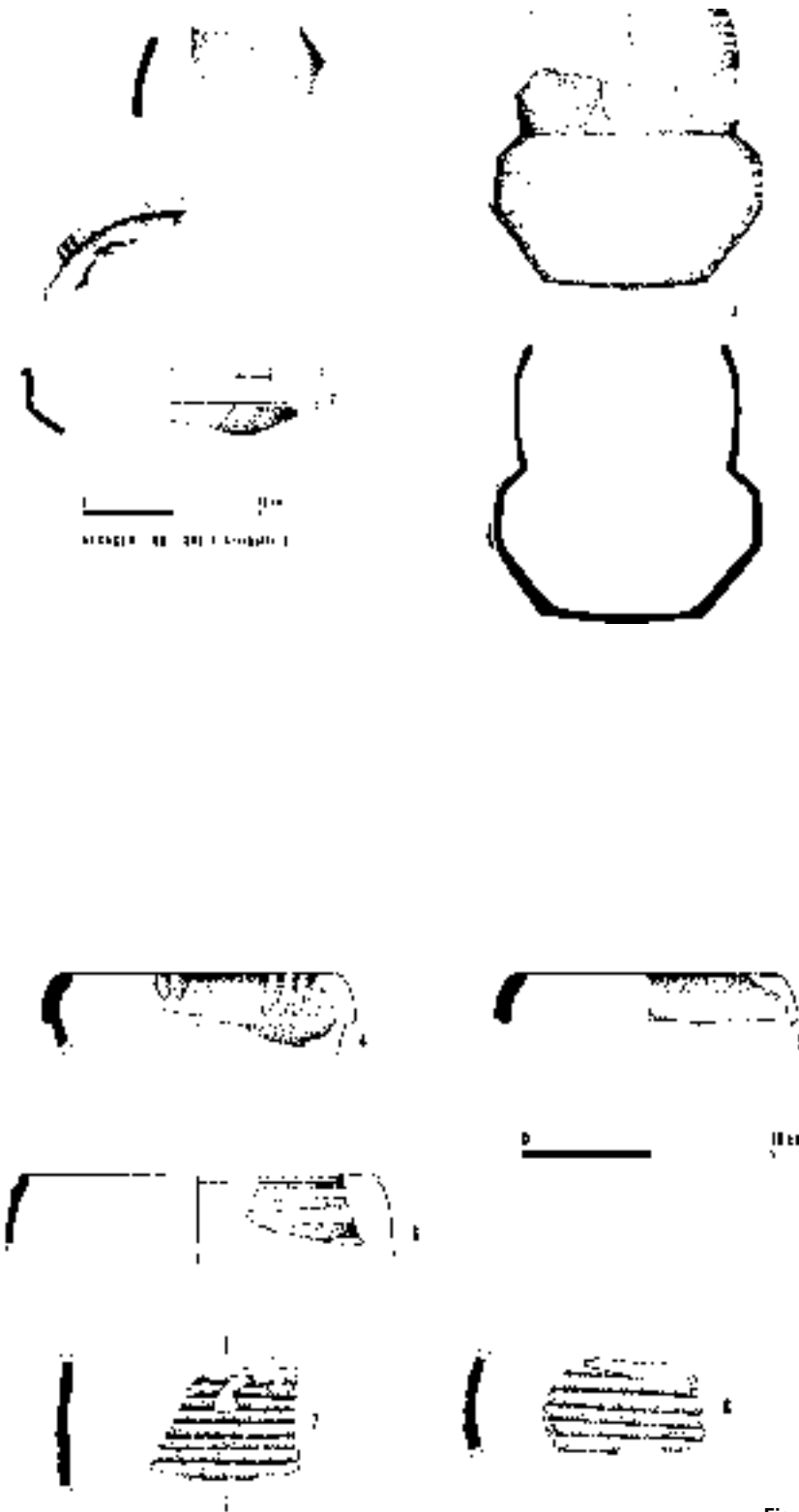


Fig. 8

um arrabalde portuário, localizado fora do recinto amuralhado do Castelo e junto ao rio, com início no século IX³¹. É provável que se encontrasse abandonado a partir do século XII. A conquista de Alcácer em 1217 omite a existência de um núcleo habitacional junto ao rio, o que parece concordar com a documentação arqueológica até ao momento exumada, e justifica em parte a intensa ocupação de cronologia Almoade dentro de muralhas.

5. CONCLUSÃO

O estudo Arqueológico desta Madina do Atlântico, possível após a intervenção arqueológica que decorreu no interior da antiga Alcáçova Islâmica, permitiu obter um conjunto de novos elementos e confirmar outros.

Ao contrário de outras Civitas tardo antigas, que foram abandonadas ao longo dos séculos VIII/IX, Alcácer foi recuperada em meados do século VIII, numa provável aliança entre a Aristocracia Tardo Antiga e a nova de origem Islâmica.

Não nos parece correcto falar em urbe de *Salacia* na altura da conquista Arabe/Berbera, mas sim de um núcleo habitacional com relativo peso no âmbito de transmissão de poder, cobrança de impostos e difusor de alguma cultura, nomeadamente a religiosa, em confronto directo com uma clara ruralização envolvente.

Hà semelhança de outras urbes da Antiguidade Tardia, parece existir em Alcácer a associação da Igreja Paleocristã (a actual Igreja de S. Maria do Castelo), sobre o *Fórum*, e próximo do Palácio do Governador da cidade.

Após a conquista ou capitulação, a Mesquita será posteriormente instalada na Igreja Paleocristã e a Alcáçova será erguida sobre o referido Palácio³² Tardo-Antigo.

A islamização será uma constante e o incremento populacional do núcleo permitirá que em meados do século IX se fale em pequena cidade portuária.

São muitas as questões ainda não clarificadas, nomeadamente o porque de mudança de topónimo de *Salacia* para *al-Qasr*?

Será que *al-Qasr* quererá dizer palácio do governador Tardo Romano ou Islamico, ou simplesmente quererá transmitir-nos outra função ainda não totalmente clarificada?

Em suma, Alcácer será uma importante cidade portuária do Atlântico Islâmico, que durante bastante tempo irá influenciar e governar um espaço próprio, desde a Arrábida até ao Rio Mira.

Só a sua conquista definitiva em 1217 permitirá aos Portugueses a conquista consistente do Alentejo e posteriormente do Algarve.

NOTAS

- 1 Nomeadamente; Oliveira Marques, 1993, Catarino, 1994,1997/98, Sidarus, 1994, Torres e Macias, 1997 e Picard, 1997. Algumas Lapidés Muçulmanas foram estudadas por Barceló e Labarda, 1987.
- 2 Nome do rio Sado no Período Islâmico.
- 3 Paixão, Faria e Carvalho, 1994, Carvalho e Faria, 1994 e 2000.
- 4 Serrinha e as Serras, Alta, das Alcáçovas e de Grândola/Cercal.
- 5 Sidarus, 1996, pp. 33.
- 6 Nomeadamente o *Kharṣefe* o *Jizya*.
- 7 Sidarus, 1996, pp. 28.
- 8 Região Síria-Egípcia.
- 9 Sidarus, ibidem, pp. 30. Kennedy, pp. 45.
- 10 Os autores muçulmanos referem textualmente que se tratava do território de *Pax Yulia* e *Ossonoba*.
- 11 Taha, 1989, pp. 218-223, citado por Sidarus, ibidem, pp. 32.
- 12 Sidarus, ibidem, pp. 33.
- 13 Sidarus, ibidem, pp. 33.
- 14 Ibn Hayyan, Muqtabis V, 1979-81, tx (167) tr. pp. 193.
- 15 Ibn Idari, II, tx. pp. 238-39, tr. p. 394.
- 16 Kennedy, 1999, pp. 271.
- 17 Nome do rio Sado em época romana.
- 18 Fernandes e Carvalho, 1993 e 1997.
- 19 Estuários dos Rios Tejo e Sado.
- 20 Castelos de Palmela, Sesimbra e Coia a Velha.
- 21 Torres e Macias, O Garb Al-Andalus. 1995, PP 169.
- 22 Nomeadamente uma coluna, que ficou visível no aproveitamento do espaço museológico do Convento.
- 23 Agradecemos a Martínez Salvador a gentileza de nos ter facultado dois trabalhos ainda inéditos, (El ribat en al-Andalus: enclaves militares y centros de transmisión mística/s. IX-XI dc, e Arquitectura del ribat en Ifriqiya: modelo y evolución en el Sahel.) que permitiram uma melhor análise da região de Alcácer e da sua relação com a região da Arrábida.
- 24 Creswell, 1989, pp. 118-120.

- 25 Higuera, 1997, pp. 643.
- 26 Governador do al-Andalus, designado por seu pai, o Emir Almorávida, *‘Ali ibn Yusuf*, ibidem, pp. 643.
- 27 Carvalho e Fernandes, 1996, pp. 23, fig. 2.
- 28 Fernandes e Carvalho, ver bibliografia.
- 29 Gomes, Torres et al e Gomez. Ver bibliografia.
- 30 Queremos agradecer a oportunidade que nos deu ao dar-nos para estudo o referido conjunto cerâmico, até ao momento inédito.
- 31 Já Torres e Macias, 1996, ibidem, tinham sugerido a existência de um arrabalde portuário em Alcácer, fora do recinto amuralhado e junto ao rio, á semelhança do existente noutras cidades do *al-Andalus*.
- 32 Este Palácio Tardo Antigo deve ser entendido como o espaço de habitação dos responsáveis da governação do núcleo habitacional (militar e religioso), e de alguma guarnição militar.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, A. R. e Faria, J. C., 1994 – «*Cerâmicas Muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal*». *Arqueologia Medieval* 3. pp. 101-111.
- CARVALHO, A. R. e Fernandes, I. C., 1996 – «*Algumas Cerâmicas Muçulmanas da Lapa do Fumo*». *Sesimbra Cultural*, nº 5, pp. 21-23.
- CRESWELL, K., 1989 – *A Short account of early muslim architecture*. Scholar Press.
- Fernandes, I. C. e Carvalho, A. R., 1993 – *Arqueologia em Palmela, 1988/93. Catálogo da Exposição*. Palmela.
- FERNANDES, I. C. e Carvalho, A. R. – *Elementos para o estudo da ruralidade Muçulmana na Região de Palmela*. Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular, Zamora (no prelo).
- FERNANDES, I. C.; e Carvalho, A. R., 1997 – *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Palmela*. Actas do 6º Congresso de Cerâmicas Medievais no Mediterrâneo, Aix-en-Provence, pp. 327-335.
- GOMES, R. V., 1988 – «*Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*». *Xelb* nº 1, Silves.
- GOMEZ, S., 1997 – «*Loiça dourada de Mértola*». *Arqueologia Medieval*, nº 5, pp. 137-162.
- KENNEDY, H., 1999 – *Os Muçulmanos na Península Ibérica*. Lisboa.
- MARTÍNEZ SALVADOR, C. – *Arquitectura del ribat en Ifriqiya: modelo y evolución en el Sahel*. Monografía sobre la Rábita de Guardamar, Alicante. Dirección R. Azuar. Alicante (no prelo).
- MARTÍNEZ SALVADOR, C. – *El ribat en al-Andalus: enclaves militares y centros de transmisión mística (s. IX-XI dc)*. Actes del II Congrès de les Ràpites Islàmiques. Sant Carles de la Ràpita, Tarragona (no prelo).
- PAIXÃO, A C; Faria, J. C. e Carvalho, A. R., 1994 – *O Castelo de Alcácer do Sal: Um projecto de Arqueologia Urbana*. Actas do II Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, pp. 215-264.
- PICARD, C., 1997 – *L’océan Atlantique musulman. De la conquête arabe á l’époque almohade*. Paris.
- SIDARUS, A., 1996 – *Assentamento Árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (712-788)*. Arquivo de Beja, Vol. II/III Série III, pp. 27-39.
- TORRES, C. e Macias, S. 1995. – *A arte Islâmica no Ocidente Andaluz*. História da Arte Portuguesa. Direcção de Paulo Pereira. Vol. I, pp. 151-177.
- VIGUERA MOLINS (et al.) 1997 – *El Retroceso Territorial de al-Andalus. Almorávidas y Almohades siglos XI al XIII*. Historia de España, Menéndez Pidal, Vol. VIII-II. Madrid.

A CONQUISTA DE LISBOA REVISITADA (*)

MARIA JOÃO BRANCO

1. A QUESTÃO

A presença do relato da conquista de Lisboa nas descrições de testemunhas presenciais que chegaram até hoje¹, no *Indiculum Foundationis* de S. Vicente de Fora², nos *Anais* de D. Afonso Henriques e na sua alegada *Gesta*³ é suficientemente eloquente quanto ao cuidado posto, talvez mesmo desde 1147, na fixação em memória *escrita* desse acontecimento. Tal preocupação, numa época conturbada e de mudança como foi a segunda metade do século XII, alerta-nos, por si só, para o facto de estamos em presença de um acontecimento que se quis prenhe de consequências e significados, muito para lá do imediatismo característico do domínio militar de uma cidade importante. Esta constatação parece ainda sair reforçada pelos inumeráveis ecos desse feito presentes nas posteriores crónicas e anais, hispânicos, ingleses, franceses e alemães ao longo da Idade Média, bem como em toda a posterior historiografia dos séculos XIV a XVIII, que em múltiplas e eloquentes manipulações foram refundindo e alterando os elementos primitivos⁴. A referência à conquista pode ser breve e fugaz, mas está lá, como se se tratasse de um trabalho de propaganda bem conseguido, que tivesse instalado uma reacção mecânica nos analistas e cronistas da época. Contudo, ao contrário do que geralmente acontece nestes casos, poder-se-ia dizer que a conquista de Lisboa foi perdendo importância à medida que o seu relato foi sendo refundido e repassado, podendo verificar-se como os textos mais tardios a valorizam menos, no conjunto do reinado de Afonso Henriques. A tomada de Lisboa só parece ganhar novo fôlego, com o advento dos autores românticos (historiadores ou não) do século XIX e dos inícios do XX, como um Alexandre Herculano, um Júlio de Castilho, ou um Oliveira Martins⁵.

O «cerco de Lisboa» nunca deixou, apesar disso, de ser um instante de referência, embora só muito tardiamente tivesse sido projectado para a categoria de «acontecimento fundante» ao nível de S. Mamede ou Ourique, porventura menos exaltados nas suas próprias épocas⁶.

Este trabalho pretende ser um conjunto de reflexões sobre algumas das questões que a conquista de Lisboa põe, e que se relacionam, não só com a conquista, em si, e seu aproveitamento, mas sobretudo com a ocupação imediata da Lisboa do pós-1147 e com o seu ordenamento posterior, até 1185.

Os trabalhos feitos em torno desse episódio do reinado de Afonso Henriques são múltiplos e frequentemente muito pormenorizados, mas têm sempre procurado analisar ou os aspectos da conquista militar, ou os aspectos da tomada da cidade *à la longue*. Mesmo Gérard Pradalié, que enveredou por caminhos até aí só tocados por «não historiadores»⁷, tais como a definição dos territórios paroquiais ou a análise da evolução fiscal, perspectivou-as no contexto global dos séculos XII e XIII, evitando o período imediatamente posterior à conquista.

Existem razões palpáveis para tal procedimento. Em termos de documentação, o estudo da Lisboa cristã nas suas três primeiras décadas após a conquista, coloca graves escolhos. A uma invulgar riqueza em testemunhos narrativos, numa época em que costumam rarear⁸, corresponde uma desanimadora escassez de documentação «corrente» das instituições que nela se instalaram, bem como de documentação régia ou pontifícia que directamente a ela se refira.

O não despreciando efeito devastador e selectivo do terramoto de 1755 sobre a documentação da Sé de Lisboa dos séculos XII e XIII piora a situação, e obriga-nos a ter de «confiar» em materiais que desde logo nos deveriam fazer desconfiar, como as cópias seiscentistas ou setecentistas da documentação⁹, para já não mencionar os cuidados críticos que os próprios originais muitas vezes nos inspiram. A opção por «saltar» estes anos ou não se pronunciar muito sobre eles, é, evidentemente, uma escolha lógica, embora não necessária. Com efeito, apesar de escassíssima, existe documentação dos anos consequentes à conquista. Existe ainda documentação datada da década de 70 que permite recuar no tempo pelo menos uma geração, assim como documentação régia directa e indirecta, documentação papal, os forais conferidos a Lisboa em 1170 e 1179, a documentação patrimonial de S. Vicente de Fora, e de Chelas das décadas de 70 e 80, da Ordem do Templo e de Santiago. Estes elementos ajudam a elucidar alguns aspectos da dinâmica da transferência de propriedade na cidade, e (embora numa escala e proporção modestas) o seu tratamento permite tirar algumas conclusões, como as veiculadas pelo cruzamento dos dados destas fontes com os das fontes narrativas e com elementos retirados de testemunhos indirectos como os Livros de Linhagens ou o Livro das Calendas da Sé. Apesar de todas as limitações e condicio-

nantes, o cruzamento de diversas tradições documentais revela-se por vezes esclarecedor na sondagem de questões tão importantes e bizantinas como as razões e a utilidade da conquista e sua utilização a nível da imagem externa, os modos e processos da ocupação do espaço e a devastação da cidade após o cerco, o papel desempenhado pelas ordens e pelos bispos bem como pelos nobres portugueses e estrangeiros na estruturação da cidade. Vejamos, pois, quais as respostas da documentação.

2. CONQUISTA E MEMÓRIA

Em primeiro lugar, a conquista em si.

Apesar do que os geógrafos árabes e os cronistas cristãos disseram da Lisboa árabe da pré-conquista¹⁰, como aliás o disseram, respectivamente, de quase todas as cidades árabes do Andaluz, e das metrópoles que conquistaram¹¹, Lisboa não parece ter desempenhado um papel económico ou estratégico-militar tão extraordinário como as nossas fontes nos quiseram fazer crer por longos anos. Estudos sobre as principais cidades do Sul do actual Portugal e respectiva rede viária¹², parecem corroborar a visão de que Lisboa era um entreposto demasiado excêntrico e afastado das principais redes de comércio para poder desempenhar um papel comercial tão central como se tem querido ver. Não se põe em causa a fertilidade dos seus campos, atestada pelos celeiros cheios de víveres que os cruzados encontraram¹³, nem a aludida impressionante beleza do seu estuário (ainda mais aberto do que actualmente), ou a ligação privilegiada ao Atlântico que os seus habitantes decerto teriam, como a própria lenda dos sete aventureiros, tão celebradamente propagada¹⁴, bem ilustra. Nem se deve pôr em causa que albergasse uma população muitíssimo numerosa, na altura da conquista, até porque Santarém fora tomada há uns escassos três meses, quando começou o cerco de Lisboa e tem sido aceite que parte dos seus ocupantes em 1147¹⁵ poderiam ser justamente escalabitanos fugidos da cidade cristã. A inegável fortitude das muralhas de Lisboa, e os esforços que exigiu aos sitiados até à sua final rendição, não iludem sobre o interesse que os seus ocupantes tinham posto na valorização da defesa do escarpado monte sobre o qual haviam assente, também eles, a sua cidade, havia três séculos. Mas Lisboa não era tudo aquilo que se quis dela fazer. Para os muçulmanos, talvez ela não representasse um local-chave na estratégia do domínio militar, como parece evidenciar a resposta do senhor de Évora e Beja¹⁶ ao pedido desesperado de auxílio que nessa altura recebera do alcaide de Lisboa. Fosse por falta de recursos para acorrer ao cerco, fosse por ele próprio estar a braços com problemas internos, ou por a política militar islâmica não ser coesa, a sua soberba nesse episódio pode também justificar-se pelo facto de Lisboa não constituir um ponto vital para a defesa das linhas muçulmanas, o que quer que isso significasse para um muçulmano em 1147¹⁷.

Já outro tanto não podiam dizer os portugueses, para quem a conquista de Lisboa tinha um valor estratégico que ficava muito para lá dos aspectos meramente militares. Lisboa era um excelente ponto para preparar o ataque do restante Sul, e o seu domínio garantia o acesso ao controle sobre a zona circunvizinha, isto é, Sintra, Palmela, Almada e a sempre tentada, mas quase sempre falhada conquista de Alcácer do Sal. Para além disso, abrigava Tomar e Santarém do acesso que, pelo rio e partindo de Lisboa, se poderia facilmente conseguir¹⁸. Lisboa significaria a consolidação das conquistas dos anos anteriores, e a translação definitiva do esforço de conquista do eixo do vale do Mondego para o do vale do Tejo. Já José Mattoso realçou como a construção da linha defensiva dos castelos Templários em torno a Coimbra pretendia consolidar sistematicamente o esforço de expansão territorial para Sul¹⁹. Sistemática parece ainda ter sido a ocupação consequente, Leiria para dominar Santarém e Lisboa, e depois estas duas para dominar o Sul. E os forais a regiões mais inóspitas que poderiam servir de apoio e garantir uma presença humana real na ocupação de regiões menos apetecíveis, deveria dar o toque final neste quadro tão bem estruturado²⁰. Mais tarde, Ceras, Zêzere e Coruche viriam a surgir para proteger a linha do Tejo dos ataques pelo Leste.

Todo este esforço parece ter sido planeado e traçado a esquadro, como se todo pré-concebido. Afonso Henriques não parece ter agido pelo impulso do momento em nenhuma altura desta primeira fase, até ao momento em que, quer o mundo muçulmano quer os reinos hispânicos, se começaram a recompor das crises internas em que tinham estado imersos e as empresas do autodenominado rei português começaram a não corresponder aos seus planos. Favorecido pelos conhecidos problemas que os seus vizinhos atravessavam, e apaziguados os problemas com a fronteira galega, o esforço de conquista fora, desde 1139, o seu maior aliado na busca da legitimação do trono. No fundo, tratava-se do recurso ao argumento da sua valia militar, da reputada *strenuitas* posta ao serviço do Cristo, sinal do apoio de Deus à sua causa, que desde 1143 servira de justificação para os reiterados pedidos de reconhecimento do seu direito ao governo do reino, como rei de Portugal e vassalo de Pedro, o *miles Petri* que finalmente a *Manifestis Probatum*, 36 anos mais tarde, premiaria²¹.

Tudo isto são dados por demais repassados e sobejamente conhecidos. Mas não deve ser esquecido que a conquista de Lisboa já ocupara os planos de Afonso Henriques em 1140 ou 1142, antes mesmo de ter sido reconhecido como rei por Afonso VII e antes mesmo de ter pedido idêntico reconhecimento à Santa Sé através do mesmo cardeal que mediara a conferência de Zamora²² durante o ano de 1143. O domínio da linha do Tejo não era um argumento de pouco peso para alguém, como Afonso Henriques, cujos planos parecem sempre ter sido tão bem traçados, e cujas negociações diplomáticas com a Santa Sé, pelo intermédio do arcebispo João Peculiar, antigo regrante de Santa Cruz, companheiro do fundador e altamente influente na vida política do reino²³, apesar de frequentemente serem motivados por problemas de jurisdição eclesiástica, nunca deixaram, também essas, de obedecer a um padrão demasiado regular para ser considerado

inocente. A progressos territoriais corresponderiam quase sempre viagens do arcebispo a Roma, mesmo se aparentemente delas só resultavam negociações sobre as relações entre Braga e Compostela ou entre Braga e Toledo, questões que aliás se prendiam estreitamente com a consolidação da autonomia territorial e jurisdicional do nascente reino²⁴. A projecção da imagem do «rei» e do «reino» na Cúria poderia decerto ter sido utilizada pelo arcebispo de Braga quando, logo em 1148, se deslocou a Roma por causa do problema do primado, mas onde, como parece evidente pela cronologia dessa viagem e pelos posteriores desenvolvimentos do processo, a conquista e domínio de um território tão mais alargado não pode ter deixado de constar na agenda dos encontros com Eugénio III²⁵. Para mais, a conquista de Lisboa, que fechava o primeiro ciclo de conquistas de Afonso Henriques, tinha sido conseguida pelo esforço conjunto do rei, aliado aos homens que seguiam para a 2ª Cruzada, numa significativa e subtil associação simbólica do rei à Cruzada no sentido mais lato, àqueles que, como ele, lutavam como *milites Christi*, gosando das indulgências de cruzada, que o favor papal concedia aos que se propunham defender com a vida a fé do Cristo. Depois da tomada de Lisboa, um deles seria mesmo elevado à dignidade de bispo da diocese restaurada. Aproximava-se assim, agora a outro nível, a missão conquistadora do rei dos desígnios papais de expansão do território cristão.

A utilização das forças militares dos cruzados em 1147, que o rei tão pragmática e insistentemente fez questão em aliciar com a promessa do saque e de recompensas bem pouco espirituais²⁶, foi apenas o primeiro (bem sucedido)²⁷ de uma série de outros episódios da conquista do território nos quais, quer Afonso Henriques, quer os seus sucessores integrariam nas suas hostes, sistematicamente, contingentes de cruzados. Este recurso era, sem

qualquer sombra de dúvida, motivado em primeiro lugar pela escassez de gentes de guerra para prover a um esforço tão alargado e continuado como o que a expansão territorial afonsina exigia, mas não deixa de ser também significativo que, nesta altura como mais tarde, sempre se tenha procurado, nos textos narrativos como nos relatórios para Roma, evidenciar o facto de esta guerra ser em prol da fé e de o serviço dos Cruzados aqui servir a Deus tão bem como se fossem à Terra Santa. E este elemento é tão óbvio no discurso de Pedro Pitões aos Cruzados em 1147 no Porto²⁸, como na narrativa da conquista de Silves em 1189 ou como no relatório dos bispos portugueses enviados a Honório III após a conquista de Alcácer, em 1217, onde se relembra ao papa que em Latrão IV se concedera que a luta na Hispânia fosse equiparada à Cruzada na Terra Santa²⁹.

Também a entrega do espiritual de Santa-rém aos Templários, prometida já desde antes da tomada de Lisboa, e de facto efectivada após essa conquista, continuava uma política de nítido favorecimento de Afonso Henriques a essa Ordem, preferência que o rei certamente supunha poder ser ainda outro argumento a seu favor junto da Cúria³⁰. O recurso ao auxílio das Ordens na conquista e povoamento do Sul do território seria recorrentemente utilizado como forma de colmatar a endémica escassez populacional, embora o equilíbrio entre as Ordens e o espaço ocupado viesse a ser reequacionado no decurso das décadas seguintes pelo aparecimento da Ordem de Santiago em posição de influência junto aos monarcas, em desfavor dos Templários, que ficaram mais confinados às suas possessões tradicionais no Centro do País. Mas esta é ainda uma história muito por fazer³¹.

Assim, a imagem imaculada do rei que era veiculada para Roma pelo arcebispo e seus acompanhantes, fundia os elementos de uma

construção conceptual que o apresentava como o muito nobre rei que ganhara o direito ao seu título e à fidelidade dos seus súbditos por ser o melhor entre os guerreiros e por pôr o seu esforço ao serviço da missão de acrescentar territórios ao seu reino, e, por isso, à Cristandade em geral³². Movido pelos designios divinos, e colaborando estreitamente com os eclesiásticos, para a glória de Deus, obedecendo ao único verdadeiro Monarca³³, esta era iniludivelmente uma imagem demasiado perfeita para ser verdade, mas não deixou de ser a que se procurou passar para o Papado, que astutamente atrasou o processo quase quarenta anos e só legitimou o rei com tais qualidades quando isso serviu também os seus próprios interesses.

No entanto, a recusa pontifícia em reconhecer o título de rei a Afonso Henriques não impediu o monarca de governar o reino sem uma verdadeira oposição, interna ou externa, e de ser aceite pelos seus congéneres durante os mesmos quase quarenta anos...

No continuado desejo de veicular semelhante imagem do rei pode residir uma das explicações para a abundante produção de material narrativo apologético tão exuberantemente representado pela produção datável da segunda metade do século XII.

Numa fase em que a luta diplomática continuava a ser necessária, mesmo depois da concessão da *Manifestis Probatum* de 1179, a multiplicação dos testemunhos historiográficos deve ser analisada com cuidado e atenção. O papel de João Peculiar junto a Santa Cruz, como mentor de uma escola historiográfica cujo labor obedece a um programa de exaltação do primeiro rei, dentro da linha que serviria de argumentação para a sua posterior legitimação, e dos seus sucessores, está por esclarecer³⁴, mas é uma hipótese que não se pode abandonar, se tivermos em vista as relações existentes entre Santa Cruz, o rei, o arcebispo e as posteriores contribuições que esse mosteiro deu aos monarcas subsequentes em termos de apoio teórico e suporte ideológico e diplomático do próprio poder real.

Ainda dentro desta linha poderíamos enquadrar também o próprio *Indiculum foundationis Sancti Vincentii*, elaborado de igual modo num ambiente de filiação directa em Santa Cruz de Coimbra, o qual projecta mais uma vez uma imagem favorável do rei exaltado como o monarca muito cristão que não se poupa a esforços para salvaguardar as relíquias do santo, nem para as defender contra tudo e todos.

O relato do cruzado que participou na conquista de Lisboa talvez também pudesse ser inserido nesse grupo de narrativas apologéticas que de uma forma ou de outra re-contam a tomada de Lisboa e a mitificam como um momento-chave da luta entre o Cristianismo e o Islão. Narrativa longa e pormenorizada, onde as forças «portuguesas» não são muito louvadas³⁵, mas onde o rei sempre aparece com um papel apaziguador, sábio e complacente, a carta-relatório do cruzado evidencia sobretudo uma familiaridade com os acontecimentos e um trabalho de compilação e citação de alguns documentos escritos nesses mesmos anos³⁶ que nos obriga a aceitar a autoria do texto por alguém que consultou

esses mesmos materiais. Por que processos e sob que influência agia o cruzado, para ter acesso à documentação? Ao longo do relato, ele aparece sempre junto aos centros decisores e descreve a sagração da Sé e do bispo Gilberto quase como se pretendesse legitimar uma atitude menos legítima. Parece, em tudo, estar de acordo com as facções colaboradoras e bem integrado nos acontecimentos. A figura de João Peculiar é também por ele exaltada, como um dos mais fiéis na sua permanência na cidade, durante o cerco. Seria também esta narrativa influenciada pela escola historiográfica que produziu os outros textos? Embora a inexistente circulação do manuscrito do *De Expugnatione* e a intencionalidade da sua elaboração pareçam desaconselhar tal hipótese, há, no entanto que reconhecer que existem alguns indícios, na sua estrutura interna, de que esta narrativa poderia ter servido desígnios similares aos da historiografia crúzia.

Um documento de 1148, no qual um presbítero Raul doa a Santa Cruz a igreja e bens que instituiu durante o cerco, veio trazer uma luz diferente a este problema, na medida em que permitiu a formulação da hipótese segundo a qual o cruzado R. do *De Expugnatione* seria o Raúl do documento de 1148³⁷. A confirmar-se a hipótese de Livermore³⁸, e sobretudo tendo em vista o argumento de que o mesmo Raúl que doou os bens a Santa Cruz era o cruzado que mantinha uma estreita ligação aos Glanvilles, intimamente ligados aos meios premonstratenses de uma outra casa monástica, a abadia de Leyston no Suffolk, a ideia de uma ligação privilegiada com Santa Cruz sairia reforçada e seria interessante explorar as relações que a narrativa poderia ter com as ligações que **esse** Raul teria a Santa Cruz e ao próprio rei, Afonso Henriques, que aparece como o primeiro confirmante dessa mesma doação. Mas a verdade é que, apesar da sedução dos argumentos de Livermore, eles indicam todos uma grande coerência em todas as coincidências, talvez mesmo demasiada coerência³⁹. E essas podem, por seu lado, não ser, de facto, fortuitas, mas indicar uma outra intencionalidade: a construção do documento de 1148, muito interessante, mas talvez não autêntico⁴⁰.

Se optássemos pela hipótese de uma falsificação, contudo, a força argumentativa da tentativa de assimilar as acções do monarca a uma concomitante montagem historiográfica e programática de Santa Cruz e ao cruzado que supostamente teria ficado em Lisboa, potencial autor do relato da conquista, não perderia em nada a sua força como apoiante da teoria de uma construção planeada da imagem do rei e seus apoios teóricos. Pelo contrário, ela saíria fortalecida. Parece, assim, que teremos de esperar por pesquisas mais aprofundadas aos manuscritos, para que se possa afirmar de forma mais segura, aquilo que a lógica parece indicar.

3. OCUPAÇÃO E ORDENAMENTO

Mas a tantos cuidados em deixar memória escrita, não correspondeu nenhum cuidado em preservar, nos cartórios das usualmente tão ciosas instituições monás-

licas, os testemunhos destes primeiros anos. A ausência quase total de documentação entre 1147 e a década de setenta do mesmo século, tem dado origem a teorias que tomam essa ausência como sinal de erradicação de todas as estruturas de produção e de devastação para lá do imaginável, assumindo a Lisboa de 1147 como uma cidade desertificada, despovoada e desmornada por cinco meses de cerco destruidor. Cinco meses de cerco que, a acreditar na narrativa do cruzado, teriam feito alguns danos nos arrabaldes, mas não tinham conseguido senão derruir um pano de muralha importante e tinham apenas levado a que a empresa terminasse, não numa vitória estrondosa, mas numa rendição com condições...

No entanto, a tese da ruptura total não parece resistir face a uma análise mais aturada da escassa documentação, e do que sabemos da reestruturação da cidade logo após a sua conquista. Desde logo as fontes narrativas e alguns documentos que até nós chegaram nos elucidam sobre o papel do rei, e dos diversos eclesiásticos nas suas funções de mentores de conquista e ordenadores do espaço económico e usufrutuários de benefícios. As primeiras acções vão no sentido de restaurar a diocese, definir as paróquias e fundar o mosteiro de S. Vicente⁴¹. Estes processos não são claros, mas certificam-nos, sem grande margem para dúvidas, da existência de um aglomerado humano onde se estabeleceu rapidamente uma estrutura de funcionamento. As abundantes compras de propriedades, especialmente vinhas, que S. Vicente leva a cabo durante a década de 70 e 80⁴², bem como o conjunto de doações e vendas que Santa Cruz recebe nas décadas de 60 e 70⁴³ permitem-nos recuar pelo menos uma geração e presenciar vários casos de herdades e casas, fora e dentro de Lisboa, que os seus vendedores tinham recebido de seus pais, como é o caso flagrante de Lourenço Viegas que refere explicitamente na escritura de venda

que as casas que vendia a Santa Cruz, em 1160, as recebera de sua mãe, com o consentimento de seus irmãos, tal como a ela lhas tinha dado Afonso Henriques⁴⁴.

As marcas de ocupação do espaço, verificáveis por processos indirectos como este, se não constituem uma evidência imediata, não falam menos de uma ocupação prolongada e continuada, que não sofre rotura durante trinta anos e que contraria a noção de que só o foral de 1179 viria a reactivar a vida económica. O foral limita-se a corroborar elementos que a própria documentação já nos veicula, como a existência de mordomos, atestada logo em 1158⁴⁵ ou a de *prefecti*, desde 1153⁴⁶. Nem faria sentido considerar um foral como o de Lisboa como se fosse um documento criado para reactivar uma localidade, exarado para um aglomerado incipiente. Devemos ter em conta a proximidade deste foral com o de Coimbra e Santarém, concedidos no mesmo mês e ano, e lembrar-nos como qualquer desses aglomerados já recebera semelhantes documentos e estavam longe de apresentar qualquer quadro de desolação, populacional ou económica⁴⁷. A questão do foral de Lisboa não deve ser vista como um caso isolado, que não é. Conforme já foi referido⁴⁸, as suas disposições não encerram os sinais de uma ordenação específica, mas sim os de uma região, em conjunto com Santarém e Coimbra, que reflecte as necessidades e ordenamento social específico de territórios cuja organização obedece predominantemente a critérios militares. A regulamentação da vida económica nos três forais evidencia uma economia de troca com desenvolvimento semelhante, mas não determina, por isso, que Coimbra estivesse despovoada ou que Santarém necessitasse de estímulo ao seu desenvolvimento. Os forais de 1179 são documentos com uma tecitura que espelha os meios económicos para o qual nasceram e essa imagem reflecte comunidades fortemente

belicosas, onde o ordenamento beneficia os que se dedicam às artes da guerra, e a cavalaria vilã, onde o concelho tem inegavelmente poder⁴⁹, mas onde o rei ainda reserva para si as prerrogativas mais importantes, como a nomeação dos oficiais superiores⁵⁰, e onde as cláusulas fiscais não parecem poupar os seus habitantes⁵¹, indicando, implicitamente, que os circuitos económicos se desenvolviam saudavelmente.

É inegável que, de acordo com a *frequência* daquilo que até nós chegou da documentação, o dinamismo da vida económica só se teria acelerado a partir dos anos de 70⁵², mas aceitar isso como uma evidência inquestionável parece-me simplista, sobretudo pelos testemunhos de ocupação anterior bem cimentada. Também não pretendo defender a Lisboa de 1147 como um entreposto de frenética vida comercial como viria a ser mais tarde. A documentação evidencia um núcleo onde as lojas e os artesãos existem⁵³ e onde os mercados e trocas se realizam, como os forais também corroboram, mas a uma escala humilde e adequada às funções que Lisboa era chamada a desempenhar nos finais do século XII, porventura mais importante pelo seu valor simbólico que pelo seu valor real. Mas também já verificámos que era isso mesmo que nos tempos de domínio muçulmano se sentia. Tal constatação não permite, contudo, que se possa daí inferir uma implícita quebra de todos os circuitos económicos e de aproveitamento do espaço, com base apenas em falhas documentais cuja justificação desconhecemos.

As *elites urbanas*, são, para esta época, muito difíceis de reconhecer e delinear. Por toda a documentação régia, de 1149 a 1186 podemos detectar a presença de cidadãos que decerto pertenciam a essas elites, como testemunhas de documentos ou, noutra tipo de documentação, como protagonistas de actos de venda ou de doações a instituições religiosas. O estatuto privilegiado que o foral concede aos *milites* da cidade pode levar-nos a considerar que a cavalaria-vilã seria o estrato social mais influente, mas esse é um tipo de generalização algo arriscado, tendo em vista a natureza desse documento⁵⁴. O facto de sabermos os cargos que desempenhavam alguns deles no concelho de Lisboa e na cidade, mordomos, pretores ou alcaides, numa terminologia multiforme e prenhe de miscigenação entre a tradição latina e árabe⁵⁵, não nos permite tirar conclusões definitivas ou sequer parcelares. Não nos é possível verificar se alguns deles seriam nobres, pois, na sua grande maioria, não aparecem nos livros de linhagens⁵⁶. Mas aparecem inúmeras vezes no Livro de Contas de S. Vicente e nos documentos de Santa Cruz, quer como detentores de terras e casas, quer em confrontações, quer como vendedores ou compradores. Eles e suas famílias, nomeadamente irmãos, pais e mães, que por seu lado se reproduzem noutros documentos com o mesmo estatuto. É deste modo que podemos com alguma frequência estabelecer traços de fixação de famílias ao solo, como quando duas mães que aparecem como cabeças da família, sem referências aos seus maridos, pais ou irmãos, mencionam como elas e a sua numerosa prole doam as suas vinhas de Alvalade ao mosteiro de S. Vicente⁵⁷ ou quando Lourenço Viegas doa

a sua herança a Sta. Cruz⁵⁸. Parece haver provas de que algumas famílias ganharam raízes, o que é atestado pelo facto de seus nomes aparecerem em muitos dos documentos compulsados. É o caso dos familiares do arcediogo Arnulfo (que em 1150 aparecia referido como cónego mas em 1168 era já arcediogo)⁵⁹, cujos sobrinhos compram uma propriedade em 1180⁶⁰. Um deles, Pedro Inflado aparece em muitos outros documentos, sempre como detentor de bens fundiários. Dos nomes dos que participam desta movimentação de terras, quase invariavelmente sempre referenciadas em relação à paróquia em que se inserem, ressalta a variedade de gentes que em Lisboa nestes anos devia viver e conviver. Gilbertos, Ricardos e Rogérios ladeiam com Mendos Zepos, Paios Mouros, Mouros Mancos, Fagundos, filhos de Bolizenos, Paios Davides, Ferbeloths, Joões Zalemas e tantos dos mais tradicionais Joões Anes ou Pedros Pais⁶¹. As referências à judiaria desde 1175⁶² e o foral concedido aos mouros forros de 1170⁶³ reportam-nos a um horizonte que nos escapa para além do que fica no traiçoeiro mundo do recurso às conclusões derivadas dos estudos meramente antroponímicos. Como acontece, ainda, com a comunidade moçárabe, de quem, estranhamente, após tantos meses de cerco, o cruzado não fala, e que nos escapa por completo, excepto no episódio do assassinio do «*episcopum civitatis antiquissimum*»⁶⁴.

Dos nobres que ficaram na cidade, só o cavaleiro Ligel parece ter tido uma história interessante. Este cruzado, que no Livro de Linhagens nos é referido como Ligel da Flandres⁶⁵ foi casado (ainda segundo a mesma fonte) *por* Afonso Henriques com uma filha do primeiro alcaide de Lisboa, Pedro Viegas. A documentação existente confirma não só a existência de Pedro Viegas como ainda a de Ligel, e de algumas de suas propriedades e filhos. Os Livros de Linhagem só mencionam um Bartolomeu como fruto do seu casamento com Dórdia, mas numa venda de casas em Alfama em 1182 referem-se outros filhos de D. Ligel, como Gilberto, Maior e Domingos⁶⁶. Este Ligel deve ter permanecido na cidade e criado o seu próprio mundo alfacinha como a referência dos Livros de Linhagem ao casamento de um seu trisneto, Rui Gonçalves Franco (de notar como preserva o elemento «*Franco*» no nome) com uma Maria Pires, filha de Pedro Martins *de Alfama*, parece indicar⁶⁷.

Quanto a outros nobres, e ao papel que representariam na sociedade lisboeta do século XII, só podemos saber algo de Gonçalo Viegas de Lanhoso, que a documentação apresenta como *tenens* de Lisboa em 1179⁶⁸, mas sem que se possa apreender a sua acção na vila. Já o Afonso Mendes que em 1153 é referido como *prefectus*⁶⁹ e em 1154 como *princeps ulixbonensis*⁷⁰, escapa-se-nos totalmente nos contornos das suas funções e do seu estatuto social.

A Lisboa de 1147 a 1185 aparece assim, decerto, como outros aglomerados urbanos da sua época, com um crescente movimento de reanimação, e com as suas instituições religiosas a promoverem e a alargarem os seus patrimónios em áreas preferenciais. Para Lisboa, truncada da sua documentação patriarcal, não é possível reconstituir esse quadro, mas o precioso livro de compras de S.

Vicente fala-nos abundantemente dos interesses dessa instituição na cidade e fora dela, especialmente na aquisição de casas nas freguesias intra muros, e de vinhas em Alvalade, onde já então as confrontações de vinha com vinha nos permitem entrever o embrião da monocultura que nessa região se iria verificar⁷¹, assim como no Tojal, e em breve em Alpriate e Sintra.

Quanto às Ordens, no futuro proprietárias tão importantes na cidade⁷², por enquanto só são referidas em relação a problemas jurisdicionais relativos a terras do bispado, mas não directamente relacionadas com a cidade⁷³. Em 1172 o «hospital» confronta com uma herdade junto a S. Vicente⁷⁴. É impossível não duvidar sobre se este «hospital» será a Ordem do Hospital, o que seria muito extraordinário, ou antes o «hospital novo de Lisboa» a cuja obra Afonso Henriques deixaria uma avultada soma de dinheiro no seu testamento de Fevereiro de 1179⁷⁵. De Templários, Avis e Santiago, não parece haver traço, na cidade. Só em 1194 se poderá identificar a presença de uma Ordem Militar na cidade, e tratar-se-á de Santiago⁷⁶.

4. REI E BISPADO: A «OUTRA» OCUPAÇÃO

Resta averiguar, no meio de todo este fervilhar, que papel desempenharam o rei e os bispos dos primeiros 40 anos de domínio, no sentido de promoverem o enquadramento político-religioso e a fixação destas gentes.

Logo na descrição do primeiro acto régio se entende que estamos face a um processo complexo. O primeiro acto da cidade foi a restauração da diocese, levada a cabo pelo rei, pelo arcebispo de Braga e pelos seus quatro bispos, do Porto, de Coimbra, de Viseu e de Lamego (estes últimos recém-sagrados também), na Sé que tinham acabado de reconsagrar⁷⁷. No dia de Todos os Santos, Gilberto de Hastings, referido como inglês, cruzado e homem culto⁷⁸

(como podiam as fontes dizer outra coisa?) foi eleito bispo de entre os seus pares, na presença de uma assembleia alargada que englobava, como R. nos quis transmitir, o rei, e todos os clérigos e leigos, nobres e não nobres, os quais assentiram na eleição com agrado⁷⁹. Eleito desta forma e sagrado pelo arcebispo de Braga, a quem prestou juramento de obediência apesar de não poder pertencer à sua jurisdição⁸⁰ este foi bem um momento característico, no qual o rei muito cristão, que queria imaculada a sua imagem face à Cúria papal, ignorando totalmente as recomendações que um procedimento legalista faria observar e, de acordo com o seu arcebispo, que em todos os momentos da conquista esteve presente e a quem tal procedimento também não causava qualquer repugnância, iniciou um processo que levaria a longas e demoradas negociações com Roma e Santiago de Compostela, na tentativa sempre renovada mas frustrada, ao longo de décadas, de moldar a geografia eclesial à geografia política do nascente reino⁸¹.

Ainda segundo o cruzado, logo nessa altura se definiram quais os limites da diocese, que deveriam ir do castelo de Alcácer ao de Leiria e da orla ocidental à cidade de Évora. Os aglomerados urbanos (*castrum et vici*) que a integrariam seriam, acima do Tejo, Sintra, Santarém e Leiria, e abaixo Alcácer, Palmela e Almada⁸². Rodrigo da Cunha, afirma, sem qualquer base documental, que seria também desta altura a instauração das três paróquias de Lisboa, Sta Justa, S. Vicente e N^a Sr^a dos Mártires⁸³. Mas a documentação atesta⁸⁴ mais doze paróquias até 1180, seis intramuros e seis nos bairros periféricos, o que também fala do crescimento do núcleo populacional e da atenção posta no seu desenvolvimento enquadrado.

Estabelecido o bispado, foi ainda o rei quem, no ano imediatamente a seguir, o dotou dos bens que lhe serviriam para o sustento do cabido, doando-lhe trinta e duas casas em

Lisboa e metade do rendimento de Marvila, anteriormente pertencentes às mesquitas, que o bispo Gilberto aproveitaria, acrescentando-lhes ainda o dízimo de igrejas da diocese, para a criação das 31 porções que distribuiria por entre os cónegos e dignidades do seu cabido⁸⁵. Pelo menos 32 casas tinham permanecido incólumes após a conquista...⁸⁶.

A composição do cabido e a naturalidade dos seus representantes, que se pode estudar pelo documento que o ordena logo em 1150, definindo as 31 *portiones* que deveriam ser distribuídas por 6 dignidades (deão, chantre tesoureiro e chanceler, mais dois arcediagos) e 18 cónegos⁸⁷ assim como a aludida organização do mesmo «*ad usum et morum francorum*»⁸⁸, a propósito do refeitório que instituiu, falamos do peso do elemento «normando» na organização da diocese e na sua administração. Sobre a afirmação de Rodrigo da Cunha de que o bispo teria introduzido o rito de Salisbúria não parece possível concordar com ele, por falta de provas⁸⁹. Mas não deixa de haver indícios da aludida influência «normanda» de que o bispo Gilberto era certamente o veículo, na própria organização das dignidades do cabido segundo moldes comuns na pátria de origem de Gilberto, como a própria terminologia que designa a dignidade do chantre e a presença de um chanceler como mestre-escola, *praecentor* e *cancellarius*, tão invulgares nas restantes dioceses do território de então, parece indicar⁹⁰. As dignidades foram todas concedidas a estrangeiros (Roberto, Bartolomeu, Mateus, Adam, Durandus, Menelaus) e dos dezoito cónegos que confirmam o documento referido, quatro são indiscutivelmente francos ou ingleses, como o seu nome atesta (de Bal, de Kent, de Douai, de Rumenel)⁹¹, quatro são indiscutivelmente portugueses (de Évora, de Coimbra, de Panoias e Petrus Portugal) e dos restantes, alguns poderiam ser uma coisa ou outra e outros usam nomes muito pouco comuns na antropónimo portuguesa medieval, como Odorius ou Nicolaus, Gualterius ou Rosardus. Há ainda o Raul do testamento de Abril de 1148 a Santa Cruz, presbítero e assumidamente «franco», que veio com os cruzados e aí fundou o seu «*heremitarium tabernaculum*» onde fez o cemitério no qual sepultava os *anglic*⁹². Na cidade detectam-se múltiplos⁹³ nomes de francos e ingleses que são também clérigos, presbíteros, cónegos ou regrantes, em vendas, compras e aforamentos e que continuam a ser a maioria no documento de 1168 pelo qual o bispo Álvaro confirma o documento de 1150 de Gilberto sobre a disposição do cabido⁹⁴. São também eles quem povoa o Livro das Calendas da Sé de Lisboa, onde surge Heringus, o pai do primeiro deão, ou Roberto, o irmão do bispo Gilberto, também ele cónego, que deixou à Sé um leccionário⁹⁵, e ombreiam com muitos outros.

Mas o impressionante número de francos, ingleses e outros estrangeiros que se radicaram em Lisboa ou nos seus arredores com privilégios especiais no caso dos povoadores leigos e integrando as instituições religiosas no caso dos eclesialísticos – facto que corrobora a asserção de que o rei cumpriu as promessas assinadas nos pactos com os cruzados que o ajudaram na conquista – não parece ter granjeado ao bispo Gilberto nenhum ascendente especial sobre o rei, a quem, ao longo dos vinte anos do seu episcopado, sempre acabou por obede-

cer. Seria por delegação régia que no ano de 1151, segundo algumas notícias⁹⁶, se deslocou a Inglaterra para recrutar mais cruzados para a guerra peninsular?

Gilberto, foi bem o bispo que Afonso Henriques tinha em mente quando prometera aos Templários a concessão do eclesiástico de Santarém, se conseguisse conquistar Lisboa, assegurando-lhes que convenceria o prelado a aceitar tal propósito⁹⁷. O bispo de Lisboa aparentemente começou por aceitar, depois rebelou-se contra a decisão régia, mas acabou por aceder a um compromisso⁹⁸. Em 1159, concordava em escambar vastas propriedades na diocese a troco da manutenção do eclesiástico de Santarém excepto no que respeitava à igreja de Santiago, compromisso que, expressamente o afirma, fez em atenção ao rei. O mesmo argumento é utilizado quando o bispo doa o eclesiástico de Leiria a Santa Cruz, também expressamente a pedido do rei. Idêntico padrão de comportamento se pode constatar no que se relaciona com a sua política de alinhamento pela pauta do arcebispo de Braga, a quem, afinal, na prática, também sempre obedeceu. Não há vestígios de Gilberto ter alguma vez jurado obedecer a Santiago, embora se possa inferir isso mesmo da sua deslocação a Roma em 1156 acompanhando João Peculiar⁹⁹ e por o ter do mesmo modo acompanhado quando este foi a Santiago em 1158¹⁰⁰, alegadamente para prestar obediência a Compostela. Em tudo isto parece haver uma sincronização de atitudes e procedimentos.

Não há, pois, grandes indícios de desentendimentos entre o rei e este primeiro bispo, como não os parece haver com o segundo, Álvaro, de cujo percurso até à sua eleição para a Sé nada sabemos¹⁰¹. De novo seguindo o testemunho de Rodrigo da Cunha¹⁰² ele teria sido indigitado pelo seu antecessor e essa ascensão ter-lhe-ia granjeado as más graças do cabido que teria recorrido a Roma para pedir uma eleição legítima, que de imediato conseguiu¹⁰³.

Uma carta de protecção do cardeal Jacinto ao prelado de Lisboa em 1173¹⁰⁴, ano em que Álvaro, bispo desde 1164, não aparece na narrativa da translação do corpo de S. Vicente, aparentando não estar na cidade¹⁰⁵, parece, de facto, indicar a existência e continuação de problemas desse tipo, mas no estado actual dos nossos conhecimentos pouco mais podemos acrescentar.

Este período, embora sem muita documentação, parece apresentar-nos um bispo mais actuante e mais palaciano também, mas ao mesmo tempo mais preocupado com a gestão do bispado. É, certamente, por isso, que está presente num número significativo de documentos régios como confirmante¹⁰⁶, que confirma a repartição do cabido¹⁰⁷, que se envolve em querelas territoriais pelos direitos jurisdicionais (como o episódio que tem com dois proprietários de uma herdade no termo que julgava ser de St^a Cruz)¹⁰⁸, e que vai assistir no seu bispado ao agravamento dos problemas com S. Vicente¹⁰⁹ (que o papa isenta do pagamento do dízimo em 1184) bem como ao avolumar dos problemas com a ordem de Santiago, embora só num destes documentos se refira a acção do bispo de Lisboa, quanto aos bens dos cavaleiros dessa Ordem¹¹⁰.

Quanto à gestão patrimonial dos bens das diversas instituições religiosas, pouco nos é dado saber. Sobre as questões entre o bispo de Lisboa e o mosteiro

de S. Vicente de Fora, tão sensíveis logo durante a chegada das relíquias¹¹¹, e continuamente atestadas por documentação posterior, quase nada podemos conhecer, quanto ao que respeita às bases concretas de tais aproveitamentos. Sabemos que o bispo tinha as suas propriedades, como atestam expressões como «*figueiredu du Bispu*»¹¹² em documentos sobre transacções de propriedade, e conhecemos casos isolados de concessão de terras com privilégios, nos arredores de Lisboa, por parte do mosteiro de S. Vicente, a grupos de povoadores, «*ad plantandum*»¹¹³. Também não podemos, por falta de elementos, comentar as razões pelas quais o bispo de Lisboa não confirma a doação que Afonso Henriques fez a um dos cónegos de Lisboa, das igrejas do castelo de Coima, entre Palmela e Almada, como retribuição do trabalho de povoamento dessa região que o alegado cónego lhe fizera¹¹⁴.

Apesar destes múltiplos indícios, não há como elaborar um quadro verdadeiramente coerente de ocupação do espaço e sua repartição, durante um episcopado que presenciou factos tão relevantes como a concessão da *Manifestis probatum* e as guerras com Leão, para já não mencionar o crescimento económico da Lisboa dos finais do século XII e a atribuição dos forais aos Mouros forros e à cidade. O bispo de Lisboa continuou a ter de responder pela sua submissão a Braga, ao invés de a Compostela, exigência repetidamente instada (1177, 80 e 82) pelo papa¹¹⁵ e repetidamente repelida com astúcia pelos bispos, neste caso Álvaro. Mas, justamente, também não há provas concretas de que Álvaro tenha alguma vez obedecido às ordens da Cúria, apesar de Erdmann afirmar que decerto o fez quando acompanhou o cardeal Jacinto a Santiago e aí ladeava o arcebispo¹¹⁶.

Quanto a Afonso Henriques, ele assume, sem estar muito presente nestes anos, uma postura de ordenador geral: nomeia e faz eleger

bispos, nomeia governadores para a cidade, delega em clérigos o povoamento de regiões circundantes, doa terras a nobres, para povoar, doa herdades a cavaleiros vilãos para desenvolver, dota o cabido de bens para seu sustento, deixa dinheiro às obras da Sé e do hospital novo, concede o foral à cidade, determina as zonas de influência das Ordens, dentro da diocese, gere conflitos entre o mosteiro de S. Vicente, a ordem do Templo e/ou de Santiago e os bispos de Lisboa ao nível da diocese e ainda preside à trasladação de relíquias e à promoção do culto a S. Vicente, que arranca nestes anos, acrescentando ainda mais uns pós ao prestígio e valia da cidade e de si próprio. Assume assim, mais uma vez, o papel este-reotipado de rei fundador com desígnios sistematicamente traçados e de acção irrepreensivelmente concordante com os seus planos.

De proprietário patrimonial a fonte de ordem e lei, de senhor dos senhores a guerreiro e chefe de milícia, de piedoso fiel a protector da Igreja, ao longo destes anos o rei apareceu-nos a gerir todas as facetas desta cidade em permanente desenvolvimento, com uma plasticidade, adaptabilidade e omnipresença bastante consideráveis. A coerência da sua imagem e acções serão sempre, contudo, fonte de perplexidades e dúvidas para quantos se habituaram a duvidar de imagens demasiado certas e sem falhas em épocas onde a regra costuma ser a falta dela.

NOTAS

* Uma anterior versão deste trabalho foi já publicada nas *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, v. II – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Univ. Minho, 1998, pp. 121-137. Embora as alterações agora levadas a cabo não sejam muito sensíveis, o texto aqui apresentado corresponde a essa versão, revista e actualizada. Desejo agradecer, de novo, à Hermínia Vilar, ao Professor Doutor José Mattoso e ao Professor Doutor

Peter Linehan o cuidado crítico com que tiveram a paciência de ler o meu texto e as utilíssimas sugestões e informações que deles recebi, e sem as quais este trabalho teria ficado muito mais pobre.

- 1 Trata-se das bem conhecidas cartas-relatos de testemunhas alegadamente presenciais na própria conquista, escritas logo após o acontecimento, de dimensões e fôlego narrativo muito diverso. As breves cartas de cruzados germânicos, Arnulfo (in P.M.H., *Scriptores*, I, 406-7), Vinando (in E. Dümmler, *Brief des kölnischen Priesters Winand an Arzbischof Arnold I von Köln, nebst dem Fragmente eines Briefs kölnischer Peregrini an denselben aus einer Wiener Handschrift XVI saec.*, Viena, 1851) e Duodequino (in M.G.H., *Scriptores*, XVII, p. 27-28), apresentam tal semelhança entre si que se tem concluído serem todas cópias pertencentes a uma tradição comum. Já em 1936, Charles Wendell David, no seu trabalho *De Expugnatione Lyxbonensi: The conquest of Lisbon*, New York, Columbia University Press, 1936, pp. 48-49 (de aqui em diante referida como David, *De Expugnatione*) propunha que as três cartas mais breves onde se relatava a conquista de Lisboa pareciam reflectir uma tradição «teutónica», que se distinguia da narrativa mais longa, tal como a podíamos receber na carta do cruzado R. a Osb. Esta perspectiva foi recentemente confirmada por Susan B. Edginton, «The Lisbon Letter of the Second Crusade», *Historical Research*, 170 (1996) p. 328-339, onde a autora fez a edição crítica da carta do cruzado Vinando, utilizando na sua colação dos mss. as versões acima descritas e acrescentando-lhes mais três testemunhos do mesmo texto que, entretanto, foram descobertos, quer nos anais de Colónia e Magdeburgo, quer na *Historia I* de Alberto de Aachen. Com base nessa abordagem a autora pôde concluir que a carta matriz deve ter sido a do cruzado Vinando, assim consubstanciando a tradição renana. Para todos os mss. destas diversas cartas e para as diversas edições destes textos cf. esse mesmo trabalho. Quanto à carta do cruzado R. para Osb., ela teve já diversas edições e traduções. A edição utilizada neste trabalho é a de David, *De Expugnatione*. Nessa mesma edição e estudo pode ainda encontrar-se, a pp. 48-51, um elenco de outras edições destes textos e seus problemas, bem como em *Fontes Medievais da História de Portugal: I – Anais e Crónicas*, sel. pref. e notas de Alfredo Pimenta, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1982, pp. 107-109, 124-125, 131, 133-132. Sobre o texto, data e autor, vejam-se, ainda, os artigos de Pierre David, «Sur la relation de Lisbonne (1147) rédigée par un clerc anglo-normand», in *Bulletin des Études Portugaises*, NS 2 (1947) 241-254, e de Ruy de Azevedo, «A Carta ou Memória do Cruzado Inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147», in *Revista Portuguesa de História*, 7 (1957) 343-370, bem como Joshiah Cox Russel, «Ranulf de Glanville», in *Speculum*, 45 (1970), pp. 69-79 e Harold Livermore, «The 'Conquest of Lisbon' and its Author», in *Portuguese Studies*, 6 (1990) 1-16. Ainda tocando o tópico da autoria do relato, mas sobretudo com elementos inovadores e clarificadores sobre a tão discutida intervenção de S. Bernardo neste episódio, cf. J. Phillips, «St. Bernard of Clairvaux, the Low Countries and the Lisbon Letter of the Second Crusade», *Journal of Ecclesiastical History*, 48 (1997) 485-497.
- 2 P.M.H., *Scriptores*, I, pp. 91-93. O texto editado por Herculano tem sido aceite como uma cópia dos inícios do século XIII (já do reinado de Afonso II) da narrativa que deveria ter sido composta durante o último quartel do século anterior, ainda durante o reinado de Sancho I, de acordo com o texto do próprio *Indiculum*. Para tudo isto consultar ainda A. Herculano, *História de Portugal*, (pref. e notas de José Mattoso), t. I, Lisboa, Liv. Bertrand, 1980, nota XXII de fim de v., pp. 677-678 e respectivas notas críticas, p. 694 (de aqui em diante, Herculano, *História de Portugal*).
- 3 Elaborados em Santa Cruz de Coimbra, os chamados *Anais de D. Afonso Henriques*, provavelmente redigidos a seguir à morte do rei, são um dos textos mais expressivos dessa historiografia de exaltação do primeiro rei e reflectem a estreita ligação de Santa Cruz à dinastia reinante e seu esforço de legitimação. Para o texto e seu estudo crítico, v. *Annales D. Alfonsi Portugalensium Regis* (ed. por Monica Blöcker-Walter), in *Alfons I von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der portugiesischen Unabhängigkeiten*,

- Zürich, Fretz und Wasmuth Verlag, 1966. Quanto à *Gesta*, cujo texto primitivo está hoje perdido, teria também sido composta em finais do século XII. Para os problemas que ela põe, v., por todos, A. J. Saraiva, *A épica medieval portuguesa*, Lisboa, ILCP, 1979, e J. Mattoso, «*Gesta de Afonso Henriques*» in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, (coord. Giulia e Giuseppe Tavani), Lisboa, Caminho, 1993, pp. 293-294.
- 4 Para o elenco de fontes relativas à tomada de Lisboa, ver, *supra*, as notas 1 e 2 e respectivas referências. Complementar com a lista de fontes e autores compilada por Luis Saavedra Machado, «Os ingleses em Portugal», *Biblos*, 9 (1933) 559-563. É necessário actualizar a consulta de algumas das fontes aí mencionadas, por haver já à disposição edições mais recentes a preferir, como é o caso da produção de Santa Cruz de Coimbra, nas edições já citadas de Monica Blöcker-Walter ou de A. Cruz, (*Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, BPM, 1968) ou da de Rodrigo de Toledo, (*Historia de Rebus Hispaniae sive historia Gothica*, ed. J. Fernandez Valverde, CCCM 72, Turnhout, Brepols, 1987). Deverá ainda ter-se presente que a conquista de Lisboa foi, além disso, referida por outras crónicas hispânicas não mencionadas por Saavedra Machado, por diversas ordens de factores. Para referir apenas as mais antigas, vejam-se os elementos aduzidos pela *Chronica Adefonsi Imperatoris*, ed. A. Maya Sánchez, CCCM, 71. I, Turnhout, Brepols, 1990, pp. 186-187 (de aqui em diante *CAI*), e por Lucas de Tuy, *Chronicon Mundi*, ed. A. Schottus, *Hispania Illustrata*, iv, Frankfurt, 1608, pp. 104-106.
 - 5 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, 2ª ed., v. II, Lisboa, CML, 1935. Júlio de Castilho é sempre um clássico e um prazer de ler; contudo, as graves faltas científicas e os juízos de valor que no corpo do texto insere impedem absolutamente a sua utilização como fonte fiável, como alguns, infelizmente, ainda fazem. Oliveira Martins, por exemplo, na *História de Portugal*, 8ª ed., Lisboa, Livraria Editora, 1913, pp.83-84, é outro excelente exemplo desse romantismo. Relembre-se o passo citado, no qual, numa impressionante concentração de mitificações e intuições refere: «A tomada de Lisboa lavra a acta do nascimento da nação portuguesa, até ahi envolvida nos limbos da geração. O cerco affigura-se-nos como o concilio internacional, uma especie de congresso guerreiro, em que a Europa baptisa o recém-vindo á luz da historia. Creado pelos actos geradores da vontade de um homem, abrigado pela égide da Igreja, Portugal tem a existência confirmada pela sanção dos exercitos cruzados da Europa». Sobre a questão de Ourique e sua mitificação, cf. Ana Isabel Buescu, «Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique» in *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, pp. 49-69, e também «A profecia que nos deu pátria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII)», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, v. 3 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Univ. Minho, 1998, pp.197-210. Uma secção desse Congresso, realizado em 1996, sobre Afonso Henriques, foi inteiramente dedicada à historiografia. As análises aí dedicadas à imagem do rei e em torno da mística do rei, trazem elementos bastante elucidativos sobre a questão acima mencionada. Nesse contexto, cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, «D. Afonso Henriques nas primeiras crónicas portuguesas» in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, v. 3 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Univ. Minho, 1998, pp. 23-31; Carla Serapicos Silvério, «A imagem da realeza na analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, v. 3 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Univ. Minho, 1998, pp. 35-40; Lurdes Rosa, «O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média» in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, v. 3 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Univ. Minho, 1998, pp. 85-123; Aurélio Barradas, Fernando Nabais, «A Gesta de D. Afonso Henriques/Épica e Ética», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, v. 3 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Univ. Minho, 1998, pp. 57-80.
 - 7 *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas editores, 1975 (de aqui em diante Pradalié, *Lisboa*).
 - 8 No prefácio à sua edição, David (*De Expugnatione*, p. vii-viii) também faz este reparo. Para uma visão integrada, P. Linehan, *History and the Historians of Medieval Spain*, Oxford, Clarendon Press, 1993, pp. 245-249.
 - 9 Obras como a de Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho*, Lisboa, 1668, ou a de Tomás da Encarnação, *Historia Ecclesiae Lusitanae*, v. III-IV, Coimbra, 1759-62, para já não referir Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, v. III, ed. A Silva Rego, Lisboa, INCM, 1973 ou Rodrigo da Cunha, *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida e acçoens de seus prelados e varoes eminentes em santidade, que nella florecerão. Offerecida ao duque de Aveiro Dom Raymundo de Lencastre*, Lisboa, 1642, são todos exemplos de trabalhos com vastos extractos de documentos ou com transcrições completas de documentos cujos originais se perderam, mas em cuja fiabilidade não podemos confiar por completo.
 - 10 As mais famosas descrições são as de Al-Himyari, *La Péninsule Ibérique au Moyen Age de Ibn. Al-Himyari* (trad. Levi-Provençal), Leiden, 1938, pp. 22-24, e as de Edrisi, *Geografia* (ed. J. Garcia de Mercadal) in *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, Madrid, 1952. Para uma antologia de textos árabes sobre as cidades portuguesas e nomeadamente Lisboa, ver A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha árabe*, v. I, Lisboa, Seara Nova, 1970.
 - 11 O mesmo tipo de discurso caracteriza a descrição de Santarém, Silves e Alcácer, nas fontes árabes referidas na nota anterior. Para estas cidades também temos relatos de cruzados, nos quais o discurso utilizado de igual modo se aproxima dos exageros do autor do *De Expugnatione*. Para estes relatos cf. P.M.H., *Scriptores*, I, 93-95 (para o *De Expugnatione Scallabis*), *Narratio de itinere navali peregrinorum Hierosolymam tendentium et Silviam capientium a.D. 1189*, (ed. Charles Wendell David), in *Proceedings of the American Philosophical Society*, 82, (1939) 591-678 (para Silves), e Demetrio Mansilla, *La Documentación Pontificia de Honorio III (1216-1227)*, Roma, IEHE, 1965, docs. 95-96, pp.76-78 (onde se publicam as duas cartas dos cruzados que descrevem a tomada de Alcácer em 1217).
 - 12 Cf., por todos, Pradalié, *Lisboa*, pp. 16-20.
 - 13 «*Inventum est (...) in fossis in proclivo montis ad centum fere millia summarum tritici et hordei et milii et leguminum, subsidia scilicet maxime partis urbe*» (*De Expugnatione*, p. 130).

- 14 Trata-se das aventuras de sete marinheiros que se tinham feito ao mar em busca de riquezas e novas terras, e tinham encontrado um reino muito especial, de onde os reenviaram de volta, sem que soubessem dizer como lá se chegava ou de lá se regressava. Decerto a tradição do trabalho do mar e a pirataria faziam parte da vida deste aglomerado populacional. Para as narrativas dos sete aventureiros, v. Edrisi, *loc. cit.*, p. 190-191, e ainda Borges Coelho, *op. cit.*, pp. 71-75. Sobre essa forte ligação ao atlântico, cf. ainda Christophe Picard, *La mer et les musulmans d'Occident au Moyen Age, VIII^e-XIII^e siècle.*, Paris PUF, 1997.
- 15 Este elemento é aceite por quase todos os que à conquista de Lisboa se têm dedicado e radica na própria afirmação do Cruzado: «*Constitit sub nostro adventu civitas LX.M. familiarum aurum redentium, (...) id est habuit hec civitas centum quinquaginta quatuor milia hominum, exceptis parvulis et mulieribus: annumeratis castris Scalaphii civibus, qui in hoc anno a castro suo expulsi, novi hospitesque morabantur...*» (*De Expugnatione*, p. 94). Cf. ainda com os elementos aduzidos por Pradalié, *Lisboa*, pp. 73-78.
- 16 Trata-se da famosa resposta dada por esse senhor ao alcaide de Lisboa, alegando que, por ter feito uma trégua com Afonso Henriques, não podia acorrer em auxílio de Lisboa. (*De Expugnatione*, p. 138)
- 17 As razzias de Yacub al Mansur, nas suas campanhas de 1190 e 1191 viriam a negligenciar Lisboa, parecendo poder interpretar-se tal «desprezo» como um indício de que o controle dessa cidade não era fundamental para o progresso bélico do Crescente pelo *hinterland* português. O argumento poderia resultar ainda mais evidente quando comparado com a atitude face à tomada de uma outra praça, Alcácer, em 1217, essa sim de interesse estratégico fundamental. Quando se colocou tal ameaça, a entreajuda nunca foi negada nem regateada. Contudo, não pode negar-se que, apesar das frequentes escaramuças, a reconquista de Lisboa pelos mouros nunca foi verdadeiramente tentada (ao contrário do que se passa noutros locais na Península, como com a conquista de Almeria, quase imediatamente recuperada), e a guerra das campanhas de 1190-91 foi mais uma guerra de razzias do que de verdadeira ocupação sistemática. Tal constatação pode, em certa medida relativizar um pouco o que é afirmado. Cf., sobre as campanhas do Almansor em 1190-91, Huici de Miranda, «Los Almohades en Portugal», in *Anais da Academia Portuguesa de História*, s. 2, 5 (1954) 53-74.
- 18 Na verdade, esse domínio era ilusório, como os acontecimentos posteriores viriam a demonstrar. Quando as forças do Almansor avançaram pelo território para Norte, passaram ao lado de Lisboa, menosprezando totalmente o pretense valor estratégico que alguns autores recentes lhe quiseram conferir. A construção dos castelos de Ceras e Coruche, teriam muito mais efeito na defesa dessas linhas que o domínio sobre Lisboa, absolutamente ignorado pelos homens dos finais do século XII, que utilizavam esse domínio com fins bem diferentes do estratégico-militar. Para as campanhas militares de 1190-91, cf. Huici de Miranda, *op. cit.*
- 19 Para todo este processo, v. José Mattoso, «D. Sancho I, o Povoador», in *História de Portugal* (dir. José Hermano Saraiva), v. II, Lisboa, Alfa, 1984, pp. 521-523.
- 20 Cf., por todos, Ruy Pinto de Azevedo, «Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores» in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, v. I, Lisboa, Ática, 1937, pp. 7-64. Sobre o papel de Leiria e de toda a região circundante neste processo ver Saúl Gomes, *Introdução à História do castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal, 1995, pp. 27-40.
- 21 Cf., por todos, Luis Ribeiro Soares, «A bula “*manifestis probatum*” e a legitimidade portuguesa», in *8^o Centenário do reconhecimento de Portugal pela Santa Sé*, Lisboa, 1979, pp. 145-149 e M^a João Branco Silva, «Portugal no Reino de León: etapas de uma relação (866-1179)» in *El Reino de León en la Alta Edad Média. IV. La Monarquía (1109-1230)*, León, 1993, pp. 611-621.
- 22 Carl Erdmann, *O papado e Portugal no primeiro século da História Portuguesa*, Coimbra, 1935 (de aqui em diante Erdmann, *O Papado*), p. 44-47 e respectivas notas. O autor defende a mediação do cardeal Guido de Vico no encontro de Zamora, referido na *CAI*, I, 85-86, e em dois docs. de Afonso VII, no mesmo ano em que, pouco depois, é ele mesmo quem leva a *Claves Regni* (D.M.P., *Docs. Reg.*, v. I, t. 1, n^o 202, e *Mon. Henr.*, n^o 1, p. 1) com o juramento de vassalagem de Afonso Henriques ao Papado e o respectivo pedido de reconhecimento do título e do reino. Este factor, no contexto do que se tem estado a dizer sobre as interrelações das negociações político-militares a par de uma estratégia de promoção de interesses político-religiosos parece agora assumir um valor acrescentado.
- 23 A biografia detalhada e integrada de João Peculiar ainda está por fazer, sendo decerto o seu percurso um dos mais relevantes desta fase. Até que novos aprofundamentos possam esclarecer melhor algumas facetas menos claras destas relações e negociações com Roma, v. A. Jesus da Costa, «D. João Peculiar co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga» in *Santa Cruz de Coimbra, do século XI ao século XX – Estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio (1082-1982)*, Coimbra, 1984, pp.59 - 83.
- 24 Isto resulta muito evidente nos trabalhos de Peter Feige, quer «Die Anfänge des portugiesischen Königiums und seiner Landeskirche», in *Spanische Forschungen der Gorresgesellschaft*, 1Reihe, 29 (1978) pp. 85-436, (especialmente o que se diz a pp.313-365) quer «La Primacia de Toledo y la libertad de las demás metropolis de España. El exemplo de Braga», in *La introduccion del Cister en España y Portugal*, Burgos, La Olmeda, 1991, pp. 61-132, (especialmente pp. 83-132).
- 25 Assim o assumiu também explicitamente Carl Erdmann, *O Papado*, pp. 52-54, ao analisar as missivas levadas por João Peculiar em 1148 ao Papa, os cuidados e ofertas que leva em cada missão à Cúria e os resultados diplomáticos dessa viagem específica. O mesmo comentário se poderá verificar pelo estudo atento das suas restantes três viagens a Roma, em 1156, 1163 e 1168, nas quais a conjuntura política e as querelas sobre as divisões e direitos primaciais e episcopais nunca andam muito afastadas, como já não andavam nas suas deslocações anteriores.
- 26 Trata-se do repassadíssimo encontro do rei com os cruzados na entrada do Tejo, no qual só os teria persuadido a prestar auxílio na tomada de Lisboa mediante a assinatura prévia de um pacto semelhante ao que já firmara com os francos. Este passo do *De Expugnatione* (pp. 110-112), parece evidenciar como este deveria ser um expediente usado com alguma frequência pelo rei.

- 27 Esta não foi a primeira tentativa de conquistar Lisboa, nem de para isso recorrer ao auxílio dos cruzados, como se viu. A *Historia Compostellana* (ed. Emma Falque Rey, *CCCM*, 70, Turnhout, Brepols, 1988, L^o I, 53,1) também relata mal sucedidas investidas (c. 1095) do conde Raimundo e seus próceres galegos contra Lisboa, em cuja comitiva estava o jovem Diego Gelmirez. As tentativas mais próximas de 1140 ou 1142 tinham redundado em fracassos e, tinham terminado pela hostilização do rei com as forças dos cruzados. Para estas últimas investidas, cf. J. Mattoso, *História de Portugal*, v. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 68-77.
- 28 *De Expugnacione*, pp. 70-84. Para o estudo da carga de direito canônico que impregnou a alocução do bispo do Porto, v. Ernst-Dieter Hehl, *Kirche und Krieg im 12. Jahrhundert, Studien zu Kanonischem Recht und Politischer Wirklichkeit*, Stuttgart, Anton Hiersemann, 1980, pp. 259-261.
- 29 Cf. Mansilla, *Documentación pontificia de Honório III*, doc. 95, p. 76. Sobre os cruzados na nossa «Reconquista», ver Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, onde se analisa o processo pelo qual se tentava assimilar a luta contra os mouros peninsulares à luta contra o infiel na Terra Santa.
- 30 D.M.P., *DR*. 221 e *Mon. Henr.*, doc. 2, pp. 3-4, onde Afonso Henriques doa o eclesiástico de Santarém aos Templários e lhes garante que, se tomar Lisboa, os irá pôr de acordo com o bispo da diocese («*ita ut nullus clericus in eis vel laicus aliquid interrogare possit. Sed, si forte evenerit ut in aliquo tempore mihi Deus sua pietate daret illam civitatem que dicitur Ulixbona, illi concordarentur cum episcopo ad meum consilium*»). Este documento, que só chegou até nós por cópias (de Viterbo sobre o original e em três outras do século XVI, duas exaradas no *Livro dos Mestrados* e outra no *Tombo da Igreja de Santa Maria do Olival*) sempre foi tomado como um documento autêntico, apesar de parecer quase demasiado premonitório da parte do rei prever que iria haver problemas entre o bispo da diocese que ainda nem podia restaurar e os Templários, numa região que, por então, se mantinha terra de infiéis. O papel dos Templários no esforço de conquista e povoamento, a quem os governantes da terra portugalense desde os tempos de D. Teresa, sempre privilegiaram com extensos e alargados privilégios, poderia jogar favoravelmente para o lado das intenções reais se coordenado com o favor que por então o Papa dispensava a essa mesma ordem. Essa é, aliás, a teoria expressa pelo próprio Erdmann, *O Papado*, pp. 53-54. Sobre os Templários, e na falta de um estudo aprofundado que bem necessário é, cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, «Tempreiros» in *Elucidário das palavras, termos e frases...*, v. 2, ed. crítica de Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização, 1984, pp. 582-602.
- 31 O papel dos Templários viria a ser inexoravelmente confinado às suas fronteiras centro e leste, porquanto se começaria a partir de Sancho I a sentir o crescimento e predominância dos cavaleiros de Avis e Santiago. Sobre estes momentos cf. A. J. Forey, «The Emergence of the Military Order in the Twelfth Century», *Journal of Ecclesiastical History*, 36 (1985) 175-195, e ainda, pelo mesmo autor, «The military Orders and the Spanish Reconquest in the Twelfth and Thirteenth Centuries», *Traditio*, 40 (1984) 197-234. Apesar destes trabalhos e das teses de mestrado que têm vindo à luz, os aspectos não institucionais da sua existência têm sido muito negligenciados pela nossa historiografia, havendo ainda muito por fazer no campo do estudo do papel das ordens militares junto dos reis e na ocupação efectiva das regiões conquistadas. Para uma bibliografia bastante completa cf. D. W. Lomax, «Las órdenes militares en la Peninsula Iberica durante la Edad Media» in *Repertorio de Historia de las Ciencias Ecclesiasticas en España*, 6 (1976) 9-110, e ainda Carlos de Ayala Martínez *et alii*, «Las órdenes militares en la Edad Media Peninsular (historiografia 1976-1992) – II – Corona de Aragón, Navarra y Portugal» in *Medievalismo*, 3 (1993) pp. 87-144.
- 32 Cf. com o próprio texto da bula *Manifestis Probatum est* (*Mon. Henr.*, doc. 9, pp. 18-21).
- 33 Na *Claves Regni* (D.M.P., *DR*. 202) diz-se textualmente: «*Et ego, tanquam proprius miles beati Petri et romani pontificis, tam in me ipso quam in terra mea uel in his etiam que ad dignitatem et honorem mee terre attinent, defensionem et solacium apostolice sedis habeam et nullam potestatem alicuius ecclesiastici secularisue dominij, nisi tantum apostolice sedis a latere ipsius missi, unquam in terra mea recipiam*».
- 34 Um primeiro tratamento foi tentado por José Mattoso, em alguns artigos ou excertos da sua obra onde se debruça sobre o papel de Santa Cruz como o promotor do suporte ideológico da Monarquia. Cf. desse autor, *Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, vol II-Composição*, Lisboa, Estampa, 1985, pp. 203-208 (de aqui em diante Mattoso, *Identificação*), e «Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal», in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, INCM, 1985, pp. 101-122, assim como «As três faces de Afonso Henriques», in *Penélope, fazer e desfazer História*, 8 (1992) pp. 25-42.
- 35 Embora não se possa dizer que o rei aparece na narrativa como um modelo a exaltar e a seguir, como o encontramos nos outros textos de tradição crúzia, também me parece ser injusto afirmar, como se tem feito, que a imagem do rei veiculada pelo cruzado é negativa. Temos de reconhecer que a figura do rei, em si, nunca é criticada. Existe uma tentativa, por parte daqueles cruzados que ao longo da narrativa são descritos como desempenhando papeis vis (pelo narrador, que é da facção oposta) de denegrir a imagem do rei, aludindo a contratos prévios que o monarca supostamente não honrara. Mas, na verdade, o cruzado retrata o rei sempre quer como uma figura conciliadora, quer como veículo de uma mensagem de propagação da fé, quer tentando acalmar ânimos e canalizar energias para o combate ao infiel, quer como um modelo de tolerância cristã quando pretende negociar uma rendição digna que sal guarde as vidas dos vencidos. Só num episódio o rei se enfurece verdadeiramente, quando se estabelece o motim no acampamento dos cruzados, e quando faz um excuro sobre quão errado é o combate de cavaleiros da mesma religião entre si, mas essa é uma «fúria justa», e é, por isso, apresentada pelo narrador como um factor nobilitante. Já quando descreve os cavaleiros portugueses, o narrador não é tão favorável, apresentando-os muitas vezes como negligentes, preguiçosos e ausentes. Mas esta última imagem, também se enquadra relativamente bem nos moldes da historiografia de tradição crúzia, que tende a denegrir o papel que a nobreza tradicional tendia a desempenhar, estereotipicamente encarada, claro, junto do monarca.
- 36 David, *De Expugnacione*, pp. 39-40 já reparara como

- o texto evidencia o recurso e utilização dos documentos que cita no corpo do texto e que utiliza como um copista. Esta função não tem sido questionada, como se fosse normal a um cruzado poder compulsar documentação tão variada e importante como a que R. utiliza. O problema que se põe centra-se na questão do local onde o autor do texto trabalhava e respectivo meio intelectual e tradição cultural que espelhava, bem como na intencionalidade da elaboração de semelhante peça narrativa.
- 37 A.N.T.T. *Sta Cruz de Coimbra*, maço III, doc. 18, conforme pub. por Jorge Hugo Pires de Lima, «Propriedades de Santa Cruz de Coimbra em Lisboa no século XII» in *Arquivo Histórico de Portugal*, 2 (1941) pp. 340-348 (de aqui em diante Lima, *Propriedades...*)
- 38 Harold Livermore, «The 'Conquest of Lisbon' and its Author», in *Portuguese Studies*, 6 (1990) 1-16.
- 39 «The coincidences are too many», como refere o próprio Livermore. *op. cit.*, p. 7, sem se questionar se esse facto é fortuito ou deliberado.
- 40 Não é comum o facto de o rei ser o primeiro confirmante de um documento de doação de um eclesiástico a um mosteiro, ou aliás, de qualquer documento. Ou o rei queria dar grande força e impacto a este documento, mas não é claro porque razão específica, ou queria credenciar o documento com uma autoridade inquestionável. Também não é comum aparecer semelhante discurso autobiográfico e narrativo no início de uma doação deste tipo, demasiado rico e abundante, deslumbrante para quem está habituado às doações por alma de meados do século XII, factor que também parece indicar uma intencionalidade específica na sua construção. É também uma verdade que este é o único documento de 1148 que possuímos, começando a restante documentação apenas duas décadas mais tarde, elemento que parece obrigar-nos a reforçar as cautelas quanto à autenticidade do documento. Embora não se possa, com base apenas nestes elementos, alegar uma falsificação indiscutível, mesmo coetânea, há ainda outros argumentos a favor da teoria da não autenticidade desta carta. As razões da falsificação poderiam perfeitamente radicar-se nas questões que logo na década de 80 e 90 viriam a opor os bispos de Lisboa aos priores de Santa Cruz e de S. Vicente (duas casas de filiação regante) sobre as propriedades direitos e bens que estes detinham ou geriam em Lisboa (Erdmann, *Papsturkunden*, docs. 100, 112, 127, 131), questões que se arrastariam ainda por algum tempo. Não nos esqueçamos, também, que esse documento, alegadamente de 1148, pertence ao famosíssimo cartório de Santa Cruz de Coimbra, cujo *scriptorium* ficou justamente conhecido pelas suas falsificações (cf. Ruy de Azevedo, *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra (secs. XII e XIII)*, Lisboa, J. Fernandes, 1935 e Gérard Pradalié, «Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbra au début du XII^e siècle» in *Mélanges de la Casa Velasquez*, Paris, 1974) e que não se pode aceitar sem questionar um testemunho tão complexo e tão diferente da maioria dos seus congêneres, só porque o seu texto é muito conveniente. Aliás, já Francisco da Gama Caeiro, em 1966, no seu trabalho *As Escolas Capitulares no primeiro século da Nacionalidade*, v. I/2, Arquivos de História da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1966, pp. 26-28 chegara às mesmas perplexidades com que eu própria me defrontei, embora para ele tenha mais peso a incongruência do direito de um cruzado a apossar-se de território régio, do que os outros elementos aduzidos, nomeadamente a estranha dignidade das testemunhas e confirmantes. No entanto, como eu própria, também ele estranha o facto de os maiores especialistas em paleografia dessa época e em falsificações de Santa Cruz, não terem nunca aventado a hipótese de este ser um falso, e remete o caso para uma necessária averiguação das características materiais do documento.
- 41 *De Expugnatione*, pp.174, 178-180 e *Indiculum Fundationis*, p. 91. Sobre o mosteiro de S. Vicente neste primeiro momento, veja-se o excelente artigo de Manuel Luís Real, «O Convento Românico de S. Vicente de Fora» in, *Monumentos, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, 2 (1995) 14-23.
- 42 Atestadas à saciedade no Livro de compras publicado por M^a Teresa Acabado, «Inventário de compras de S. Vicente de Fora» ed. por Maria Teresa Acabado, in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 14 (1969) pp. 36-108 (de aqui em diante *LCSVF*), e na restante documentação de S. Vicente, A.N.T.T., *S. Vicente de Fora*, 1^a incorporação, Maços 1 e 2.
- 43 Lima, *Propriedades*, pp. 342-348.
- 44 Lima, *Propriedades...*, doc. III, pp. 343-344, retirado do livro de D. João Teotónio.
- 45 D.M.P., *D.P.*, 273.
- 46 D.M.P., *D.P.*, 243.
- 47 Aliás, a concessão de foral não implica que por esse simples documento possamos ficar seguros da organização administrativa e fiscal de qualquer aglomerado. Não só o foral consigna cargos que já existiam anteriormente, como omite outros que por documentação paralela podemos identificar, como fez Marcelo Caetano ao verificar como em cartas de Sancho I se podem imediatamente reconhecer ordenamentos municipais não considerados no texto do foral de 1179 e na definição do papel dos alvazis, por exemplo. Cf. Marcelo Caetano, *A Administração Municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179-1383)*, 3^a ed, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 10-25, onde considera as determinações do foral de Lisboa de 1179. Há ainda a considerar a hipótese aventada por alguns, com base na análise do foral de Sintra de 1154, de que Lisboa tivesse tido uma carta de privilégios anterior à de 1179, que se tivesse perdido. Para esta hipótese v., por todos, António Matos Reis, *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp.205-221.
- 48 António Matos Reis, *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 205-206.
- 49 Ver o que a este respeito diz M^a Helena Coelho, «A propósito do foral de Coimbra de 1179» in *Homens, Espaços e Poderes; I – Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 105-120.
- 50 Marcelo Caetano, *A Administração Municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179-1383)*, 3^a ed, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp.14-15.
- 51 António Matos Reis, *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 216 repara como estes forais são mais pesados (em termos de exacção fiscal) que, por exemplo, o de Évora e como é muito mais importante a quantidade de actividades económicas aludidas nos forais de 1179 do que no de Évora. Seria concebível, sobrecarregar fiscalmente uma população que se quer fixar num território inóspito? E porquê tantas actividades contempladas numa região teoricamente devastada?

- 52 Como, aliás, também se passava com o restante território onde a aceleração dos mecanismos económicos também começa a ser mais sensível a partir de 1160. Cf. Mattoso, *Identificação*, II, pp. 34-35.
- 53 Bastará percorreremos os documentos de Santa Cruz, pub. por Lima, *Propriedades...*, e os do *LCSVF* para depararmos com muitas confrontações protagonizadas por proprietários ou foreiros que são alfaiates, sapateiros, ou carpinteiros, ou ainda com referências a lojas e mercados, desde os inícios da década de 70.
- 54 Sobre a concessão de extensos privilégios aos cavaleiros da cidade e sobre como todos os estatutos são, de alguma forma, referenciados no de cavaleiro, a ponto de se conceder os privilégios dos cavaleiros a outros estratos, ver o que diz Pradalié, *Lisboa*, pp. 86-89. Convém no entanto nunca perder de vista que estas determinações deveriam afectar três núcleos urbanos e aquilo que se disse na nota 47, mais acima, para não esquecer a subjectividade de algumas destas conclusões.
- 55 Já Mattoso, *Identificação-I*, pp. 326-327 também reconheceu esta terminologia mista em outros territórios do País que analisou.
- 56 No cartório de S. Vicente de Fora (A.N.T.T., *S. Vicente de Fora*, 1ª incorporação, maço 1, doc. 29) aparece-nos uma venda feita pelo conde D. Vasco Mendes que em 1206 tem propriedades em Alverca com sua irmã e era filho do conde D. Mendo, o Sousão. Embora este exemplo illustre a presença de interesses nobres nos arredores de Lisboa, lembrando-nos que há elementos que nos escapam totalmente, este caso em nada nos auxilia no conhecimento da fixação destes nobres na cidade. O estatuto de cavaleiro, tão difícil de definir nestas épocas, (cf. Mattoso, *Identificação*, I, 114-122) e a fronteira entre a cavalaria vilã e a cavalaria nobre, tão confundida, trazem problemas acrescidos à apreciação desta documentação.
- 57 Embora este comentário possa parecer à margem do tema central deste artigo, não deve deixar de reparar-se como, de novo, a documentação nos apresenta mulheres que dispõem de seus bens sem recurso a qualquer intervenção de membros masculinos das suas famílias. Estes três casos, muito prematuros, vêm mais uma vez chamar a atenção para a presença regular de mulheres honestas como cabeça de casal, proprietárias de propriedade alodial, ao contrário do que durante muitos anos se quis acreditar. Cf. *LCSVF*. docs 3,5, 10, 38.
- 58 «...quam habui de matre mea domna Tarasia Alfonsi per complacentiam de omnibus germanis...» Lima, *Propriedades*, doc. III, p. 343.
- 59 Cf. Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccle.* fl. 72, 78.
- 60 *LCSVF*, doc. 10a), p. 48.
- 61 Toda a documentação é pródiga em nos conceder vasta e variada antroponímia com forte marca de convivência entre etnias. Já Pradalié, *Lisboa*, pp. 33-43 e 73-82 também deparou com essa evidência.
- 62 Doc. do cartório de Chelas, cit. e pub. in Pradalié, *Lisboa*, pp. 40, 147.
- 63 D.M.P., *DR*, doc.304
- 64 *De Expugnatione*, p. 176. Este passo, e os episódios que o relator da conquista a seguir narra, foram vistos por Herculano, *História de Portugal*, pp. 525-526, como tendo por protagonistas os moçárabes da cidade. A comunidade de mouros que o cruzado descreve como atacados pela peste e redimidos pela morte e conversão milagrosa, porque, segundo ele, chamavam pela virgem Maria quando morriam (*De Expugnatione*, pp. 180-182) tem sido aceite, desde Herculano, como a referência aos moçárabes, aceitando com facilidade, que o cruzado ignorava o que seria um moçárabe... Parece-me difícil de aceitar, não que *um* cruzado desconhecesse a realidade moçárabe, o que me parece evidente, mas que *este* cruzado, alguém que acabara de passar cinco meses face a uma cidade muçulmana, que estivera de tal forma próximo dos centros decisores a ponto de entrar na cidade a parlamentar com os responsáveis muçulmanos, que reflecte, com sabedoria, no seu texto, o discurso e a filosofia árabe, e a quem foi dado acesso à documentação portuguesa, durante a sua redacção do relato, pudesse ignorar o que era uma comunidade moçárabe. O que me parece de questionar são, antes, as razões do silêncio que faz sobre os moçárabes, bem como a sua afirmação de que Lisboa era um local onde não havia culto obrigatório, sendo cada um a sua própria lei (*De Expugnatione*, p. 94). Essa é tomada por ele como a razão de Lisboa ser tão populosa e de albergar todos os vícios, pela mistura de gentes e modos que proporcionava, e do que ele chama a confluência de tudo o que é mais imundo. Haveria uma censura implícita sobre o papel dos moçárabes em qualquer cidade ocupada pelo Islão, ou seria o seu laconismo motivado por algum papel menos claro que estes moçárabes tivessem tomado durante esta conquista? É sabido como as comunidades moçárabes desempenharam diferentes papeis nas conquistas cristãs do mundo islâmico e como de colaborantes a inimigas, podiam, conforme as conjunturas, agir. Porque não supor antes algum problema com estas gentes, que determinaram uma omissão tão flagrante neste relato e um castigo tão exemplar?
- 65 LL 69A1.
- 66 *LCSVF*, doc. 7, p. 46.
- 67 LL 69 A5 e C6.
- 68 Gonçalo Viegas de Lanhoso, personagem de importância capital no quadro da nobreza que ladeia Afonso Henriques, tem um percurso bem conhecido (cf. Mattoso, *Identificação*, 151-2,164 e *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães ed., 1982, pp. 230-235) de mordomo da infanta D. Teresa a mestre da Ordem de Évora, mas não se conhece quase nada da sua acção como *tenens* de Lisboa, cargo que sabemos deter pelo menos quando confirma os forais de 1179 e quando aparece envolvido nos motins que rodearam a chegada do corpo de S. Vicente a Lisboa (Cf. Aires Nascimento e Saúl Gomes, *S. Vicente de Fora e seus milagres medievais*, Lisboa, Didaskalia,1988, pp. 34). Provavelmente jogava o seu jogo ao nível mais elevado da corte régia, como parecem indicar as doações e incumbências de que é alvo no testamento do rei de 1176 ou 1179 (D.M.P., *DR*, 330).
- 69 D.M.P., *DR*, 243.
- 70 D.M.P., *DR*, 246 (foral de Sintra de 1154).
- 71 Mª José Lagos Trindade e Jorge Gaspar, «A utilização do solo em torno de Lisboa, na Idade Média», in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, S2, 39-40 (1974), pp.3-10; Iria Gonçalves, «Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV», in *Estudos Medievais* 4 (1987) 73-97.
- 72 Pradalié, *Lisboa*, p. 25.
- 73 Toda a querela que opõe Gilberto aos Templários sobre o eclesiástico de Santarém, é bem exemplo de que já havia diferentes ambições na posse terri-

- torial, entre as ordens militares e o bispo. A renovação dos problemas com a Ordem de Santiago em 1181, sobre bens na diocese de Lisboa vem no mesmo sentido. Para estes processos, v. *Mon. Henr.*, 3, 4, 5, 6, 8 e Carl Erdmann, *Papsturkunden* 59, 67, 88, 89.
- 74 «...*In oriente hereditas de hospitali. (...) Versus affricum hereditas hospita...*» *LCSVF*, doc. 2, pp. 42-43.
- 75 D.M.P., *DR*, 334
- 76 B.N.L., Reservados, *Ordem de Santiago*, Caixa 90, nº 2, conforme citado por Pradalié, *Lisboa*, p. 25.
- 77 *De Expugnatione*, p. 178-180, *Indiculum Fundationis*, p. 91.
- 78 *Indiculum Fundationis*, p. 92
- 79 *Electus est subinde ad sedem pontificatus ex nostris Gislebertus Hastigiensis, rege, archiepiscopo, coepiscopis, clericis, laicis omnibus electioni eius assensium prebentius.*, in *De Expugnatione*, pp. 178-179
- 80 Embora seja comum o rei eleger os bispos das dioceses cujo território (re-)conquistou, tal procedimento não é legítimo e deveria ser considerado irregular. Tanto mais que a eleição do bispo seguinte também foi contestada, desta vez já pelo cabido, organizado. Talvez que a arenga do cruzado que descreve a cerimónia quase como uma aclamação, por ter congregado o assentimento consensual de todos, pretenda validar essa eleição (*De Expugnatione*, p.178). Contudo, o papa nunca parece ter reclamado da eleição do bispo inglês, sendo o seu único objecto de preocupação a sujeição a Compostela ou a Braga. Para o juramento de fidelidade a Braga, cf. *Liber Fidei*, doc. 217, onde está exarado o juramento de Gilberto a João Peculiar. O facto de Lisboa dever ficar obedecendo a Compostela, que herdara as dioceses sufragâneas da Mérida dos tempos visigóticos, mas, ao invés disso, ser imediatamente assimilada a Braga, suscitaria a reacção de Compostela, que arrastaria a querela até 1199. Para todo este processo, v. Erdmann, *O Papado*, pp. 48-78. Sobre o procedimento de Afonso Henriques ao nomear os bispos de Lisboa, Lamego e Viseu, cf. Mattoso, *Identificação*, II, pp. 152-153.
- 81 Cf. as diferenças existentes entre este modelo e os padrões de restauração de dioceses que, para o século XIII definiram M. González Jimenes e I. Montes Romero-Camacho, «Reconquista y restauración eclesiástica en la España Medieval. El modelo andaluz», in *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, v. II/1, Braga, 1990, pp. 47-88.
- 82 *De Expugnatione*, p. 180.
- 83 R. da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 72v.
- 84 Cf. Pradalié, *Lisboa*, pp.38-40 e 143. Segundo ele em 1148, em vez de Santa Justa, teríamos St^a M^a Maior e St^a Justa apareceria só em 1173. Quanto às outras, a cronologia seria a seguinte: S. Tiago em 1160, S. Martinho em 1168, St^a Maria Madalena em 1164 e St^a Cruz do Castelo, S. Bartolomeu e S. Jorge em 1168, Sto Estevão e Santa Justa em 1173, S. Pedro em 1175 e S. João da Praça em 1178, S. Miguel em 1180. Da documentação compulsada resultou que os dados de Pradalié estavam todos concordantes com os obtidos, excepto na paróquia de S. Martinho, que já é atestável em 1162 (*LCSVF.*, doc. 1, p.42). Com base neste trabalho de Pradalié elaborou Mattoso (*Identificação*, II, p. 243) um gráfico sobre o crescimento populacional da Lisboa de 1147 a 1260 onde se verifica um crescimento espantoso durante as décadas de 60, 70 e 80 do século XII.
- 85 Documento de 1150, pub. por Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 71-72 e por Tomás da Encarnação, *Historiae Ecclesiae Lusitanae*, pp. 39-41.
- 86 D.M.P., *D.P.* 232.
- 87 O deão, o tesoureiro e o chantre deveriam receber porções duplas, pela conezia e pela dignidade, o mesmo acontecendo aos arcediagos, quanto às dízimas de Marvila. Ao deão seria ainda concedida mais uma fonte de rendimentos numa herdade do bispo.
- 88 Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 71v. Este problema da tradição seguida na ordenação do cabido tem levantado algumas reservas. Se é verdade que nesse documento se exaram as palavras acima transcritas, também não deixa de ser verdade que duas linhas acima, no mesmo documento, se alude à repartição dos bens entre os arcediagos como sendo feita «*iuxta constitutionem Colimbriensis sedis*», pelo que me parece abusivo generalizar os argumentos a favor da adopção da tradição «inglesa», só com base neste documento.
- 89 Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 72v. Para uma iniludível lista de argumentos contra esta asserção cf. Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal...*, Coimbra, 1947, pp. 560-61.
- 90 Rodrigo da Cunha já afirmara como, por vezes, o termo *cancellarius*, quando aplicado a uma dignidade de uma Sé episcopal, correspondia ao que posteriormente se denominaria de mestre escola. Embora nas dioceses sobre as quais foi possível recolher elementos, esta denominação não se verificasse, na verdade, a tradição em França e mesmo em Inglaterra revela *cancellarius* nas Sés, exactamente com estas funções. Sobre esta discussão, ver Gama Caeiro, *As escolas Capitulares no primeiro século da Nacionalidade Portuguesa*, Lisboa, 1966, pp. 30-31, e a bibliografia apresentada nas notas 64 e 65, e o trabalho de Jackes Picke, *Le Chapitre de la Cathédrale Notre Dame de Tournai de la fin du XI^e à la fin du XIII^e siècle: son organization, sa vie, ses membres*. Louvain-Brusselles, Nauwellaerts, 1986, pp. 169-171, onde descreve as funções do chanceler do cabido logo em 1146, como sendo exactamente as que aqui consideramos. Também no estudo de David Lepine, *Brotherhood of Canons serving God, English Secular Cathedrals in the later middle Ages*, Bury St. Edmunds, Boydell, 1995, pp. 2-3, esse autor refere como nos meados do século XIII todas as igrejas catedrais de Inglaterra tinham adoptado aquilo que chama a constituição «em quadrado» das dignidades do cabido: deão, precentor, chanceler e tesoureiro, aos quais se juntavam muitas vezes arcediagos e subdiáconos, considerados como uma dignidade. Esta afirmação parece reavivar as conclusões aduzidas quanto às dignidades capitulares em Inglaterra por Kate Edwards, *The English Secular Cathedrals in the Middle Ages, a constitutional study with special reference to the fourteenth century*, Manchester, Manchester University Press, 1967, onde se identificou e definiu as funções do *precentor* e do chanceler (pp. 159-167; 176-185 respectivamente). Esta autora, ainda na mesma obra (p. 160) refere a existência da dignidade de *precentor* em Chichester, em cuja diocese fica Hastings, desde meados do século XII, o que pode indicar que o futuro bispo Gilberto teria sido de facto educado num meio eclesiástico cuja tradição era essa. Ora a terminologia pela qual se nomeiam as dignidades do cabido de Lisboa, logo em 1150, é exactamente esta e a estrutura das dignidades,

- é também de quatro dignidades, às quais são acrescentados os arcebispos, parecendo assim corresponder à transposição da estrutura que Gilberto teria conhecido na sua pátria de origem. Devo agradecer à Professora Hermínia Vilar e ao Professor Peter Linehan preciosas informações sobre este ponto.
- 91 Parece-me poder atribuir-se a este *Martinus de Rumenel* a inscrição sepulcral que se preserva na Sé e que é descrita por J. Cordeiro de Sousa, *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p.12-13. Na verdade, este autor propõe *Magister Romanel Canonicus* como leitura para o letrado «*Mtr: Romanel: Canonicvs*», que data do século XII, mas tendo em vista a semelhança da forma «*Rumanel*» com o «*Rumenel*» presente no doc. transcrito por Rodrigo da Cunha e o facto de ambos serem cônegos da Sé de Lisboa no século XII, para além da forma «*MTR*» estar geminada como o autor indica e, por isso, poder servir também o nome *Martinus*, preferi a hipótese desta identificação.
- 92 Lima, *Propriedades...* doc. I, pp. 342- 343. Mesmo que se trate de uma falsificação, não deixa de indicar como o peso do elemento normando era forte. Existe a confirmação de um cemitério de cruzados, mas em S. Vicente de Fora, onde os trabalhos de arqueologia continuam a revelar as marcas de uma ocupação prolongada e contínua, e onde se localizaram as sepulturas de indivíduos mortos como resultado de morte violenta (cf. Fernando Ferreira, «O Cemitério dos Cruzados de São Vicente de Fora» in *Monumentos, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, 2 (1995) 8-13).
- 93 Lima, *Propriedades*, e *LCSVF*.
- 94 Cf. R. da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 78-78v, onde transcreve documento do cartório da Sé de que não dá mais referências. Contudo, o documento também aparece nos resumos publicados pela C.M.Lisboa do antigo fundo do *Cabido da Sé*, com elementos concordantes. Cf. «*De Benefícios, Lº 1º*» in *Documentos para a História da Cidade de Lisboa, Cabido da Sé, Sumários de Lousada, Apontamentos dos Brandões, Livros dos bens próprios dos Reis e Rainhas*, Lisboa, CML, 1949, p.103, 110. Aí se refere o mesmo número de dignidades, seis, mas agora já aparece o mestre-escola. Assim, os seus nomes são Norberto, deão, Pedro, arcebispo, Arnulfo, arcebispo, Bento chantre, Menelau, tesoureiro e Estevão, mestre escola. Quanto aos restantes 16, Hilberto de Bals, Martinho de Bonens, Mestre Raymundo, Mestre Pedro do Porto, Payo de Coimbra, Diogo Nilo, Cipriano, Gualtero, Nicolau, Bertolameu, Mendo, Paio, Gilberto, Paio Gomes, Soeiro, Samuel, os nomes repetem o quadro do documento de 1150. Existe discrepância no número de cônegos mencionado por Rodrigo da Cunha (16) e na cópia dos documentos para a História da Cidade de Lisboa (17), mas talvez esse pormenor não seja demasiado relevante.
- 95 «*Livro das Calendas da Sé*», in *op. cit.* na nota anterior, p. 313 (De aqui em diante *Livro das Calendas*).
- 96 John of Hexham, *apud Symeonis Monachi Opera Omnia. Historia Regum*, ed. T. Arnold, v. II, London, Rolls Series, 1885, p.354. O texto refere explicitamente que Gilberto estava em Inglaterra para pregar a ida de gente dessas partes para a Hispânia, para cercar e conquistar Sevilha. Sendo ele bispo de Lisboa, como aí é referido, podemos ver nesta viagem a intenção por parte de Afonso Henriques de prosseguir até Sevilha, ou estaria o bispo em Inglaterra por delegação de outros poderes?
- 97 *Mon. Henric.*, doc 2. Em 2 de Abril de 1147 o rei exara um documento no qual concede aos Templários o eclesiástico de Santarém, *jure perpetuo*, conforme ao voto que formulara a Deus, caso tomasse Santarém,mas prevendo já a reacção antagonista do futuro bispo de Lisboa. Parece-me estarmos, de novo, como mais acima o referi, perante um documento onde o rei prevê já a hipótese de vir a ter problemas, de forma anómala. Que razões teria para prever tal desenlace?
- 98 Cf. *Mon. Henric.* docs 3, 4, 5, 6, 7; Erdmann, *Papsturk.* 58, onde se podem consultar os documentos que respeitam a esta querela, terminada por um contrato de compromisso, de acordo com o qual o bispo preservava o eclesiástico de Santarém excepto na Igreja de San-
- tiago, mas em contrapartida concedia aos Templários uma quantidade considerável de terras em regiões estrategicamente muito apetecíveis para a Ordem Militar, todas as propriedades em Tomar, Ourém e Beselga e o castelo de Ceras, numa área que, *grosso modo*, correspondia à região que fica entre Tomar e Santarém. Dos meandros dessa questão, resultam algumas nebulosas insondáveis tais como a questão de saber que papel desempenharam os Templários na conquista de Lisboa, ou porque não estão na cidade, logo após a sua rendição, factores sobre os quais reina um silêncio que talvez pudesse ajudar a clarificar melhor o sucedido. Mas por enquanto, nada sabemos a esse respeito.
- 99 É essa a interpretação dada por Erdmann, *O Papado*, p. 61, nota 7, com base em doc. citado por Kehr, *Papsturk.*, I, 93.
- 100 Erdmann, *O Papado*, p. 63.
- 101 Não podemos aceitar o testemunho de Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 78, quando refere que Alvaro fora chanceler da Sé antes de Gilberto o ter associado como bispo, baseado num documento que leu mal. Trata-se da doação ao mosteiro de Bouro de 1162 onde R. da Cunha quer ver Alvaro, como chanceler, assimilando o alegado «chanceler» da Sé ao posterior mestre-escola Álvaro, e resolvendo, desta forma, os insolúveis problemas que tal menção decerto lhe teria causado. Mas, felizmente, dessa carta possuímos «o original», na forma da cópia feita para a chancelaria de Afonso II (D.M.P., *DR*, 283), pelo que podemos verificar que o chanceler que aí aparece não é uma dignidade da Sé, muito menos Alvaro, mas antes, como seria lógico de esperar, o conhecidíssimo chanceler de Afonso Henriques, **Alberto**. Este é mais um caso em que a *História Ecclesiástica* de R. da Cunha evidencia a cautela com que temos de usar os documentos que D. Rodrigo aí transcreve.
- 102 Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 78.
- 103 Erdmann, *O Papado*, p. 66 e *Papsturkunden*, p. 124.
- 104 De facto, nessa data, uma carta do cardeal Jacinto protege Álvaro e suas igrejas e confirma a disposição de Gilberto de 1150. Cf. Erdmann, *Papsturkunden* 70.
- 105 Cf. o relato da translação, em 1173, quando quem recebe o corpo do Santo, em nome da Sé, é o seu deão, Roberto (Cf. Aires Nascimento e Saúl Gomes, *op. cit.*, pp. 34-43), no que pode ser um indício dos conflitos entre o cabido e o bispo. Onde estaria Álvaro nestes anos de 1164 a 1179 em que também desaparece da documentação régia, mais tarde tão povoada pela sua presença?

- 106 D.M.P., DR. 287, 288, 289, 292, 296, 335, 336, 338, 342. Depois disso, entre Setembro de 1180 e Novembro de 1185 não aparece nunca nenhum bispo de Lisboa em qualquer documento régio, mesmo naqueles que são confirmados por todos os outros bispos do reino, sem que possamos saber o que aconteceu nesses anos com Álvaro, sob o ponto de vista da sua presença na corte, visto que sabemos, por outras fontes, que estava em funções e que se defrontava com problemas de outra ordem.
- 107 R. da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 78-78v, e «*De Benefícios, L.^o 1.^o*» in *op. cit.*, na nota 92, p.103, 110.
- 108 Trata-se de um documento muito interessante que tem sido utilizado para provar a existência de juízes e de processos em funcionamento em datas tão remotas como o ano de 1180, quando o bispo reclama os direitos que deveria receber de uma terra em Bucelas, por pensar que pertencia a Santa Cruz. Mas o inquérito então feito provou que a herdade em causa pertencia aos seus dois donos legítimos, e o bispo recuou e invalidou a sua petição. *LCSVF*, doc 57, p. 88.
- 109 Erdmann, *Papsturkunden*, 100.
- 110 Erdmann, *Papsturkunden*, 88, 89.
- 111 Ver o trabalho de Aires Nascimento e Saúl Gomes, *S. Vicente de Fora e seus milagres medievais*, Lisboa, Didaskalia, 1988 , pp. 11-12 e 34-37, onde se percebem e se relatam as lutas surdas e motins que houve entre os regrantes de S. Vicente e a Sé sobre o local onde as relíquias deveriam ficar guardadas, com base no que o próprio texto refere.
- 112 Lima, *Propriedades*, doc. VI, pp. 345-346.
- 113 *LCSVF*, doc. 17 a), pp. 53-54.
- 114 D.M.P., *DR*, 355.
- 115 Erdmann, *Papsturkunden*, docs. 72, 79, 80, 96.
- 116 Erdmann, *O Papado*, pp. 72-73.

LISBOA NOS DOIS PRIMEIROS SÉCULOS APÓS A «RECONQUISTA»

ANTÓNIO BORGES COELHO

A conquista de Lisboa em 1147, que hoje na Mouraria comemoramos, constituiu uma catástrofe para a cidade, uma das maiores senão a maior, se exceptuarmos o terramoto de 1755. Na verdade, foram numerosas as vítimas nos combates ou abocanhados pela fome e pela peste. E a quase totalidade dos habitantes perdeu a casa e os haveres. Demoraram quatro a cinco dias a saírem pelas portas mouriscas, passados a pente fino pelos conquistadores. O termo e as culturas foram devastadas. Os laços milenares que prendiam Lisboa ao Mediterrâneo eram abruptamente cortados e barrado o acesso directo ao ouro africano dos almorávidas e dos almóadas.

Os cruzados mantiveram-se no terreno até Fevereiro de 1148. Perdida a passagem do Tejo e sob a vigilância de um exército de ocupação, os vencidos só com muita dificuldade podiam alcançar as povoações mouriscas. Espalhados pelos campos, morriam a granel nas vinhas, nas aldeias, nos escombros das casas. Cadáveres vivos abraçavam o sinal da cruz e exclamavam: «Maria boa! Maria boa!»

Os comentadores da Carta a Osberno identificam estes murmurantes com a comunidade moçárabe mas inclino-me para a ideia de que uma boa parte eram muçulmanos de conversão não muito antiga, falantes de língua árabe, e que partilhavam ou pelo menos usavam expressões da língua galaico-portuguesa. Arrastados pela necessidade extrema, inclinavam-se, como sempre acontece, perante o gládio do vencedor. Não haveriam de passar muitos anos e, durante o cerco de Santarém de 1184, o próprio imã do califa almóada Iúçufe, ao ver o caso mal parado, passaria a cavalo para o campo dos cristãos que, desconfiados, lhe cortaram a cabeça. Pelo seu lado, os costumes de Beja sujeitavam a penas os

que chamassem aos mouros, tornados cristãos, tornadiços.

Mas uma parte substancial dos vencidos persistiu na sua fé e vieram viver para o espaço onde hoje nos encontramos. Uma Crónica do Mosteiro de S. Vicente confirma à sua maneira isto mesmo: «mataram na entrada tantas campanhas de mouros que os rios de sangue corriam pelas praças... ficaram uns poucos... e eram cavaleiros e pediram por mercê a el-rei que os não mandasse matar e que lhes desse um lugar apartado em que podessem lavar e criar e que ficassem por seus servos para sempre.» Para lá da hipérbole do sangue que corre pelas praças e do peso da palavra servo, contraditada pelo foral dos Mouros Forros de 1170, o cronista vem justificar indirectamente a aceitação por parte do vencedor da religião dos vencidos. Pelo seu lado, a Carta a Osberno informa que o alcaide, a quem foram poupados os bens menos uma égua prenhe objecto de incontrolável cobiça, continuava na cidade depois da sua conquista e colaborava informando os vencedores.

LISBOA NO CONTEXTO INICIAL DO ESTADO AFONSINO

Terão de passar longas décadas antes de Lisboa recuperar a grandeza perdida. A mudança na comunidade dominante, onde se integraram alguns cruzados, trazia ainda problemas de segurança, mas agora de sinal contrário, devido ao domínio e ascensão almóada no Ândalus. Em 1179, ano do foral afonsino de Lisboa, e em 1180, navios muçulmanos assolaram o estuário do Tejo e, no último ano, em batalha naval, junto ao porto, mataram Fuas Roupinho. Em 1190 os almóadas estabelecem-se em Almada, em 1191 caem em seu poder Alcácer do Sal e Palmela. A segurança da Lisboa cristã só ficará desafogada com a conquista definitiva de Alcácer do Sal em 1217 e finalmente após a conquista do Algarve em 1249.

Quando, em 1191, os novos cruzados, que submetem Silves, exaltam esta cidade em detrimento de Lisboa, para lá dos exageros laudatórios de quem conquista, documentam indiretamente as dificuldades que atravessava a antiga Alusbuna.

No entanto, do ponto de vista da história do Estado português, a conquista de Lisboa constituiu um passo decisivo. Ao anexar o principado de que esta cidade era a cabeça e as ricas povoações das duas margens do Tejo, o Estado de D. Afonso Henriques marcava no terreno o rumo territorial na direcção dos mares do Sul, ganhava credibilidade, poderio e riqueza. Esta ideia está, aliás, na mente dos conquistadores. Assim, numa manobra religiosa e simultaneamente política, purificada a 1 de Novembro de 1147 a mesquita maior, o arcebispo de Braga sagrava na nova sé, ainda quente das vítimas muçulmanas, os novos bispos portugueses que, sem o beneplácito papal, colocava sob a sua autoridade: os bispos de Lamego, de Viseu e também o de Lisboa, na

pessoa do cruzado inglês Gilberto de Hastings. O território político coincidia, por um acto de vontade, com o território religioso.

À data da conquista, Lisboa ou Alusbuna era o principal agregado urbano do território que é hoje Portugal. E como ocupava uma posição periférica em relação às principais estradas terrestres, a sua riqueza e desenvolvimento só pode compreender-se pela riqueza piscícola dos seus mares e a fertilidade do termo, pela excelência do porto, pelo comércio rico com os portos do Mediterrâneo muçulmano e também com os portos dos cristãos, pelo afluxo do ouro africano dos almorávidas e pela autonomia e a liberdade de crença das religiões do Livro.

Mas, ao integrar-se no Estado cristão, Lisboa chega profundamente ferida e perde importância política face às ex-cidades muçulmanas da Estremadura: Coimbra e, de algum modo, Santarém. Braga, sede do arcebispado, constituía a capital religiosa mas estava longe de rivalizar com os novos centros urbanos e mesmo com Guimarães ou o Porto.

Coimbra era então e manter-se-ia, ao longo dos séculos XII e boa parte do XIII, como o principal centro político de Portugal. Em Santa Cruz se sepultaram os dois primeiros monarcas e aí guardavam os seus pergaminhos com uma boa parte do seu tesouro. De Santa Cruz provinham importantes quadros para a incipiente administração e para a coluna religiosa e política da Igreja portuguesa. Mesmo quando Afonso II e Afonso III escolhem o mosteiro de Alcobaça para sua última morada, Coimbra estava ainda muito próxima.

Santarém era outra rival de Lisboa que disputaria a primazia até aos finais do século XIV. Fernão Lopes chamou-lhe a capital do pão destes reinos. Mas, nos primeiros tempos surge como a capital militar, ocupando Évora, desde 1166, o lugar de fortaleza mais avançada. Santarém dominava, do alto, os largos espaços da planície e cortava ou assegurava a travessia do Tejo e as ligações Norte-Sul. Do seu interior partiram os guerreiros que conquistaram Beja em 1162 e a abandonaram. É contra Santarém que se dirige em 1183/4 o grande exército do califa almóada lúcufo, abatido na retirada por um tiro de besta já na estrada de Évora.

Na segunda metade do século XIII e durante o século XIV, a Estremadura, particularmente o eixo Lisboa, Santarém e Coimbra, constituía o centro propulsor do desenvolvimento do novo reino. Mas no tempo de D. Dinis, de D. Afonso IV e de D. Pedro, Lisboa e Santarém ultrapassam nitidamente Coimbra como local de residência e passagem régia. Por outro lado, até 1415 as Cortes do Reino reuniram-se pelo menos 61 vezes mas em nenhuma cidade ou vila a sul de Évora nem em Trás-os-Montes. Lisboa vem à cabeça, seguida por Coimbra e logo Santarém. É na Estremadura que mais tempo permanecem os monarcas e a Corte.

O FAVOR RÉGIO NO DESPERTAR DA CIDADE

Em 1173, a recolha dos chamados restos mortais de S. Vicente, transportados do cabo extremo do sudoeste para a sé de Lisboa, constituem um primeiro e

ténue sinal de despertar. D. Afonso Henriques e os outros dirigentes faziam da cidade um local de peregrinação, dotando-a dum precioso capital religioso e político.

O segundo sinal ressoa em 1179 quando Lisboa recebe o seu foral, de características portuguesas, que compartilha com Coimbra e Santarém. O foral é atribuído quando o estuário do Tejo está bloqueado por navios muçulmanos. O monarca tem necessidade das tropas vilãs, o novo Estado não tem qualquer futuro sem o desenvolvimento dos centros urbanos arrebatados ao mundo muçulmano e também moçárabe e judaico.

Nas suas linhas gerais, o foral equiparava Lisboa em direitos sociais e políticos a Coimbra e a Santarém. No texto, o diálogo é entre o rei e o concelho preexistente cuja legalidade automaticamente reconhece. E o concelho o que é? A assembleia de vizinhos e simultaneamente os órgãos municipais dirigidos pelos alvazis. Os vizinhos eram os moradores que possuíam terra, casa e mulher. Viviam e serviam com as armas, distribuindo-se, segundo o poder económico e os privilégios, em cavaleiros e peões. As mulheres, os assalariados, os mancebos, os míseros, os mesquinhos e noutra plano os escravos não tinham direitos políticos e quase não gozavam de direitos civis. Mouros e judeus viviam sob a protecção do rei mas os alvazis consideravam-nos sob a sua jurisdição.

Do ponto de vista produtivo, a agricultura e a criação de gado constituíam o modo primário de vida, ficando as terras dos cavaleiros isentas de tributo. Os peões, que representavam a massa dos contribuintes, adubavam a terra com o seu suor, o da sua família, o dos seus parceiros e o dos trabalhadores e mancebos. Os produtos da agricultura e da criação de gado ultrapassavam o nível da subsistência e animavam pouco a pouco o comércio interno e externo da cidade. O foral refere expressamente como produtos comerciáveis o gado maior (equídeos e bovinos) e o menor (lanígero e caprino), o zebro e o cervo, os coelhos, o vinho e o azeite, o pão, os couros, o bragal. Outros produtos do comércio são trabalhados pelos artífices: as alfaias agrícolas e as armas, os arreios, as cintas, o calçado, os vestidos de peles, a telha, os vasos de cerâmica, os vasos de madeira. Sapateiros, ferreiros e oleiros parecem destacar-se entre os artífices.

Mas Lisboa continuava plantada sobre o rio e o mar e não se tinham extinguido inteiramente as ligações com o Mediterrâneo porquanto a pimenta continuava a chegar à cidade. Por outro lado, os pescadores avultavam como poderoso grupo social cujo produto se destinava ao mercado enquanto os marinheiros profissionais, alcaides, arraizes, petintais, eram equiparados a cavaleiros. Esta equiparação confessa indirectamente, em primeiro lugar, que faltavam marinheiros e, em segundo lugar, que os monarcas favoreciam o caminho natural de Lisboa para o mar.

Sancho I, o rei poeta, enaltece Lisboa. Mesmo descontando alguma demagogia, em 1204 escreve ao bispo Soeiro, ao alcaide, aos alvazis e concelho de Lisboa, agradecendo os serviços militares das tropas concelhias em vários palcos de guerra, a última das quais ao serviço do rei de Leão: «Sabei que não é rei nem príncipe no mundo que mais possa amar algum concelho que eu vos amo»¹.

Este ditado é repetido por seu neto D. Sancho II em 1227 em carta dirigida aos pretores de terra e mar, aos alvazis e concelho de Lisboa: *non est Concilium in meo regno quod ego magis amem quam vos nec cuius servitium magis gradescam*. Nela garante aos alvazis que se queixavam de não ousar fazer justiça nem emendar as rancuras dos pobres, que julguem segundo a sua carta e quem os embargar os terá por inimigos. «E mando que os marinheiros e pescadores e os mouros e os judeus respondam perante os alvazis das demandas que lhes fizerem»². Nestes quatro grupos sociais, a que devemos acrescentar os proprietários mercadores, assentava principalmente a diferença e a riqueza da cidade.

Em 1246, no início da guerra civil, D. Afonso III confirma à cidade os seus privilégios e, durante o seu governo, faz dela uma residência frequente. Mas, apesar do apoio dispensado, são tensas as relações que a cidade mantém com o rei e o alcaide Martim Anes, irmão do chanceler Estêvão Anes. O rei apropriava-se indevidamente de terrenos urbanos e neles construía casas suas, tendas, estaleiros navais e forjas, coagindo os lisboetas a ocuparem essas instalações comerciais e industriais. Tentou também, contra a corrente que empurrava a cidade para o rio, fixar o mercado semanal nas casas régias junto da Alcáçova. Mas as próprias razões da tensão mostram que Lisboa crescia despertando a cobiça régia.

Mas será D. Dinis a marcar duradouramente a fisionomia da cidade. Melhorou a sua residência no Paço da Alcáçova. O Estudo Geral foi inicialmente estabelecido em Lisboa. Na comuna de mercadores, constituída em 1293, Lisboa ocupava com o Porto um lugar de liderança. Decidiu fazer a Rua Nova. Mandou vir de Génova o almirante Manuel Pezagno e é em Lisboa que este vai assentar arraiais no novo bairro da Pedreira. Em 1298 equiparava os alcaides das galés a infanções. O estabele-

cimento do almirante na cidade indica que esta era a principal base naval do reino na guerra secular e de curso voltada para o Estreito de Gibraltar e as suas ricas presas. Em 1321 seis mouros de Salé pagariam pelo seu resgate pelo menos 7 000 dobras.

Ainda um pormenor cheio de significado para os tempos que correm. Entre Almada e Lisboa existia uma aliança de «irmandade e vizinhança». De comum acordo estabeleceram em 1284 o preço que deveriam pagar pela travessia do rio os homens, as bestas e as coisas, proibindo a passagem de mouros e escravos sem autorização dos donos. Seguidamente D. Dinis achou por bem que os habitantes de Almada que viessem a Lisboa vender os seus produtos não pagassem portagem porquanto eram vizinhos da cidade.

À sua morte, o grande rei e poeta magnífico quis ser sepultado não em Coimbra ou Alcobaça mas no mosteiro de donas que fundara em Odivelas.

Também seu filho D. Afonso IV se deixou enredar pelo feitiço da velha cidade. Reservou aos seus moradores um espaço amplo à beira rio para passearem e folgarem. E justificando a transferência do Estudo Geral para Lisboa, considerou que ela era a melhor e mais conveniente para o efeito entre todas as do seu senhorio. E se preferia Coimbra para residência de inverno pela posição central que ocupava no território (era a mais «comarcada» a todos os do meu senhorio, dizia), quis ser sepultado não em Coimbra ou Alcobaça mas na sé de Lisboa, que grandemente valorizara, e muito perto do túmulo e capela do rico mercador Bartolomeu Joanes.

A RUA NOVA, OS ESPAÇOS DE ANDAR E DE FOLGAR

Demograficamente a cidade recuperava da catástrofe de 1147. Em 1191 contavam-se nove

freguesias, sete das quais intra-muros, mas desde 1180 que estavam já organizadas as três freguesias do arrabalde de Alfama, S. Estêvão, S. Pedro e S. Miguel³. Nos novos fregueses contavam-se certamente muitos ex-muçulmanos e seus filhos e netos que continuavam a dedicar-se à pesca e outras fainas marítimas.

A cidade continuou a estender-se principalmente para sudoeste, ganhando terreno ao rio e ao esteiro, saltando por cima da ponte da Galonha, e edificando e povoando as novas freguesias da Madalena, de S. Julião e de S. Nicolau. Este avanço demográfico e topográfico significa que Lisboa recuperava o seu papel milenar de centro marítimo, voltado para o rio e o mar, aberto às mercadorias caras provenientes do Norte Europeu, do Mediterrâneo cristão e directa ou indirectamente do Mediterrâneo muçulmano. Este comércio transmutava-se como no passado em actividade de curso.

O pulmão da cidade era a ribeira. Em 4 de Junho de 1294, o rei D. Dinis escreveu a todos quantos «esta carta lerem ou ler ouvirem» relatando o acordo a que chegara com concelho no sentido de melhorar a defesa e a beleza da cidade.

O problema da defesa da cidade nova era premente não só face à guerra naval contra os muçulmanos como contra os cristãos. Em 1297, mestres, mercadores, marinheiros e gentes das naves, baixéis e cocas e alacocas de Laredo, Fonte Rabia, Crasto, S. Sebastian, Santander, Corunha e outros portos do Norte de Espanha envolveram-se em peleja com os vizinhos de Lisboa. Houve mortos e feridos, depois dos primeiros terem aprisionado um baixel carregado de trigo e outro com sardinhas. Tudo acabou em acordo de amizade celebrado no terreiro a par do convento de S. Francisco⁴.

Para melhorar a defesa, D. Dinis e o concelho decidem construir um muro desde a minha Torre da Escrivantina às minhas casas das galés contra o mar. Por não haver muro (o concelho recebia por esse lado muito mal e muito dano. O documento refere os principais edifícios que então afrontavam o rio: Torre da Escrivantina, Casa dos Pesos, ferrarias, Ponte de Galonha sobre o Esteiro, o início da Rua Nova. Da Casa dos Pesos até à Rua Nova a construção caberia ao rei, da Torre da Escrivantina à Casa dos Pesos a construção pertencia ao concelho. Ambas as entidades podiam construir casas adossadas à nova muralha desde que não impedissem a ronda do muro que protegia no seu flanco as freguesias da Madalena, onde começava a Rua Nova, a freguesia de S. Julião onde esta ia terminar e a freguesia de S. Nicolau. A Rua Nova não deveria ter uma largura inferior a 15 metros e no seu muro rasgava-se uma porta para a Ribeira.

Durante os governos de D. Dinis e D. Afonso IV, a cidade continuou a alargar-se para ocidente ao longo do rio. Em 1317, como verificámos pelo contrato com o almirante Manuel Pezagno, este vai ocupar o lugar da Pedreira já próximo do actual Gais do Sodré, local que estava destinado a bairro dos judeus. Em 1329, rei e concelho decidem nobilitar o campo, onde os pescadores secavam as redes e que ficava para lá do cabo da Oira. As cousas que aí se fazem são mui daninhas a essa vila, aos que nela moram e aos outros que vêm das outras partes por

razão dos pescados que aí secam e por outras cousas que aí lançam. Escolhei um lugar desse concelho que seja mais conveniente para secar o pescado e fezei do campo o que entenderdes para prol da vila. Se fizerdes casarias, sejam as ruas bem espaçosas para que possam as gentes por elas andar e cavalgar. E deixem espaço entre as casas e as taracenas e, à beira rio, um espaço bem grande por onde possam andar as gentes e folgar como cumpre a uma cidade como a vossa.

As obras não ficaram apenas no papel porquanto em 1357, numa reunião pública realizada à porta da Sé, na presença de cidadãos e vizinhos, entre eles um Álvaro Pais escolar, o concelho informava que, devido à carestia, mandara vir duas naves de pão para se vender na cidade. E queixava-se de que esta despendera todo o tesouro nos muros e nas portas que fizeram e renovaram.

À GUIA DE POSTAL ILUSTRADO

O Paço da Alcáçova dominava com as suas torres e varandas o alto do velho morro. E a malha urbana das casas brancas com um e mais sobrados, pintalgada do verde das árvores e dos quintais, brilhava enquadrada pelas muralhas com as suas torres e as suas portas monumentais herdadas da velha Alusbuna como a Porta do Ferro ou a Porta da Alfofa. Adossada à muralha, a norte, o casario da Mouraria. Mas o espaço urbano era agora marcado pelo novo muro da Ribeira, pelas torres das igrejas e dos conventos, em particular pela enorme massa da sé com as duas torres fronteiras e, recuada, a torre lanterna.

Em torno das igrejas, que não eram menos de quatorze, e dos conventos se organizava a vida religiosa e cívica. As negociações que selaram, depois dos combates, a boa amizade entre Lisboa e os mestres e mercadores do Norte de Espanha efectuaram-se a par do convento de S. Francisco. Os conventos principais eram, o convento de S. Francisco, no alto da colina do mesmo nome, o de S. Domingos que dominava o Largo do Rossio, o de Santo Eloi no morro velho, um pouco abaixo ficava o Paço a par de S. Martinho, e o convento dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho já a integrar-se na malha da cidade. Na periferia avançavam os conventos de donas, o de Santos da Ordem de Santiago, o de Chelas, o de Santa Clara e agora, de fundação dionisina, o convento de Odivelas.

Mas o deus Mercúrio marcava profundamente o rosto da cidade. A Torre junto ao rio era a da Escrivantina do rei e nela viveu, no tempo de D. Dinis, o rico mercador Bartolomeu Joanes. Seguidamente, na Ribeira, erguiam-se as Taracenas, a Alfândega, a que se adossavam pelo menos quarenta e três tendas de vendedeiras no Açougue da Carne e no Açougue do Pescado, as Casas da Portagem, as Fangas do Trigo, as Fangas da Farinha, o Paço dos Tabeliães. Por trás ficava a Correeira, a Sapataria da Correia e a Sapataria da Linha, as Carniçarias, as Ferrarias com muro contra o mar. A Rua Nova com o seu poço, a sua porta aberta no muro para a Ribeira, gozando de uma largura mínima de 15 metros e casas de sótãos e sobrados, corria da Madalena para S. Julião numa linha torta paralela ao rio. Era

a grande montra da cidade com as suas tendas e as suas lojas. Os alugueres chegavam a atingirem a quantia de 140 libras anuais. Envolvida nas freguesias da Madalena de S. Julião, de S. Nicolau, a Judiaria Nova já se fechava por trás das suas portas. Nalguns momentos poderíamos dar de caras com um ou mais enforcados pendurados pela corda nos ferros do Pelourinho Velho, à Madalena. E certamente já em Santa Justa poderíamos defrontar as mulheres da Putaria, na expressão das Cortes de Santarém de 1325.

ACTIVIDADE COMERCIAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIV

Um documento de 1336 mostra como se desenvolviam as actividades produtivas e principalmente o comércio de Lisboa. Nesse ano, o rei D. Afonso IV arrendava a Martim de Ratis e a Vasco Gonçalves, «meus» escrivães da Alfândega, e a Vicente Anes, vizinhos de Lisboa, boa parte das rendas que o monarca auferia na cidade. Ficavam de fora pelo menos as rendas das casas e sobretudo o rendimento da Alfândega que Fernão Lopes equiparava, no final do século XIV, a 40 000 dobras, quase um quinto das receitas régias que ascenderiam a 200 000.

O rei arrendava a cobrança das portagens por 4 000 libras. Nesta quantia incluíam-se as portagens a pagar pelo mel, o azeite, os coiros, a cera, a marçaria, a palitaria; a portagem a pagar pelos gados e as bestas que trouxessem a Lisboa para vender e comprar; e a portagem de todos os mouros e servos que traziam a vender. A quantia envolvia ainda a cobrança dos soldos que os vizinhos da cidade deviam ao rei pelo privilégio de os isentar do pagamento da portagem por todo o reino. O documento comprova que continuava a venda de mouros, alguns deles provenientes da guerra marítima, e a venda de escravos.

O monarca arrendava também aos mesmos vizinhos as dízimas de todo o ferro muído e limado que vier por mar e por terra, e de todo o outro ferro que vier do reino de Portugal; a dízima da madeira que tirarem do dito lugar por mar e por terra; a dízima dos tonéis, fundas, arcos e vimes; a dízima na compra de naus e de baixéis ou barcas, salvo o direito que hei no almoxarifado da madeira; as dízimas de coiros e outro haver que vier pela foz; todo o meu direito da lenha que aí trazem pela foz e pelo rio; a dízima das astes de lança e dardos que chegam pela foz ou que tirarem do lugar por mar ou terra. Em suma, tudo isto por 3 000 libras anuais. Este segundo item noticia alguma produção artesanal do ferro e sugere que não seria inteiramente desprezível a construção naval.

Por 5 000 libras anuais, o rei arrendava ainda aos mesmos vizinhos a dízima de todo o pão que, do reino de Portugal, entrava pela foz bem como a dízima do pão que tiram da cidade para onde quer que vá. Incluía-se também o direito sobre o pão que chegava pelo rio. E o direito dos vinhos que vinham vender a Lisboa, menos os que viessem pela foz, que pagavam na Alfândega, e os produzidos no termo da cidade. Não se fala em importação de trigo ou pão de fora parte, embora em 1357 Lisboa tivesse mandado vir duas naves carregadas de trigo. O pão vem regularmente do Alentejo e doutras partes do reino pela foz e das comarcas ribeirinhas do Tejo pelo rio. Outro dado a reter é o da exportação possível e comprovada por outros documentos de pão, embora criticada e condenada em Cortes. Finalmente, o comércio dos alimentos detinha um lugar importante no movimento da cidade.

A arrematação das rendas incluía ainda a dízima da fruta que não fosse produzida no termo e a dízima do carvão, pelas quais pagariam 2 500 libras cada ano. Pela dízima dos panos de linho que vinham pela foz, 1300 libras. A dízima da telha e das barcaças das esteiras,

que tiram ou trazem do reino ao dito lugar, e a dízima do junco, que vem do reino, obrigava os rendeiros em 340 libras.

Mas o dado mais significativo que podemos retirar do documento é o da importância extraordinária da pesca no movimento económico da cidade. A renda pela dízima da pescaria elevava-se a 8 000 libras anuais, cerca de um terço do total do contrato que se elevava a 25 740 libras.

O documento deixa de fora outros rendimentos, em especial o bolo maior da Alfândega. Também não podemos ignorar o contrabando, nomeadamente o comércio proibido para terra de mouros que incluía as armas, o pez, remos, madeira, linho canave, estopa, ferro, trigo, cevada, milho, centeio, farinha ou legumes. Onde há proibição, há com certeza violação.

SOCIEDADE E QUOTIDIANO

Que gente é esta? Quase não lemos nem ouvimos a sua voz, só o eco que nos é devolvido pelas coisas.

Não faltam nomes. Muitos Peros Eanes, muitos Domingos, Domingas, Domingues, muitas Brancas, Mor e mesmo algumas Marias Formosas. Na Madalena, S. Julião, S. Nicolau, S. Cristóvão, como pode ler-se nos documentos de aforamento das casas, habitam mercadores, alguns pagando rendas de 140, 100, 75 libras, judeus e uma longa lista de artífices, esteireiros, cutileiros, correeiros, sapateiros, alfaiates, alfagemes, ourives, batedores de prata, homens do mar e até o mouro da Ferraria. Alguns muçulmanos e também alguns judeus viviam ainda no corpo da cidade em contacto com os cristãos. Há indicações de corretores judeus e mouros e também da actividade prestamista dos primeiros.

O rei é o grande proprietário das casas da cidade nova. Não se lêem arrendamentos de casas dentro da cerca da cidade. Só da Porta do Ferro para fora e no Chão de Alcamim a S. Cristóvão. Tal facto sugere que pelo menos uma boa parte dos moradores intramuros eram proprietários das suas casas. A ser assim, esta situação de propriedade tem que ser relacionada com o povoamento após a Conquista.

O quotidiano parece revestir-se de grande dureza. Os funcionários régios, o alcaide, os mordomos, os almoxarifes, os relegueiros e outros oficiais exorbitavam das suas competências, cometiam abusos e intrometiam-se nas jurisdições do concelho. Pelo seu lado, o concelho procurava aliviar a carga fiscal, impedir que os funcionários régios intervissem nas eleições municipais, na jurisdição sobre judeus e mouros e sustar os abusos e vexames da aposentadoria.

Os nomes dos dirigentes municipais, alcaide, alvazis, almotacés, almoxarifes mostram que uma parte da estrutura provinha sem rotura da época muçulmana. O alcaide representava no concelho o poder do rei mas os assuntos correntes da cidade eram governados pelos alvazis, o alvazil dos feitos civis, os dois alvazis dos feitos crime, o alvazil dos ovençais e dos judeus, a que se juntavam os almotacés, o procurador e o tesoureiro.

Neste tempo os dirigentes municipais não tinham papas na língua como podemos ver pelas actas das Cortes, reunidas em Santarém entre 15 e 30 de Maio de 1325⁸. A «nobre» cidade de Lisboa enviou como procuradores três cidadãos João Vivas e os alvazis João Estevães Pão e Água e Pedro Estevães que apresentaram ao rei e às Cortes Capítulos Especiais da cidade. Regressados a Lisboa, convocaram uma reunião pública para o largo da sé, onde compareceram o alcaide pequeno, os oficiais do concelho, tabeliães, um advogado e muitos cidadãos e vizinhos e leram a resposta aos capítulos gerais especiais, escritos num livro da câmara, considerando que o rei corrigiu muitos agravamentos e fez muitas graças e mercês a todos os da sua terra.

As queixas mais gerais voltam-se contra o alcaide, os mordomos e os relequeiros que exorbitavam na cobrança dos impostos, que prendiam sem levar os presos ante os alvazis e criavam novas cadeias nos montes e em Alfama. O rei promete contrariar os abusos.

Outra queixa é contra o juiz da Alfândega. Intrometia-se nos pleitos dos mercadores que andavam nos caminhos de Flandres ou de Além Mar quando a sua esfera de acção se deveria restringir aos pleitos com os mercadores estrangeiros que, a partir de D. Dinis, se estabeleciam na cidade.

Os acusados de furto eram levados ao lugar da forca com o barão na garganta e a mãos amarradas atrás das costas para aí pagarem a multa das nóveas: o dobro ao senhor da coisa e o sétimo ao senhorio. Mas se o roubo fosse superior a 20 libras, o ladrão morreria na forca. E porque a pena não deve ser tamanha no honrado e no vil, ao honrado seu filho ou neto, não o levem ao pé da forca mas pague em concelho ante os alcaides os alvazis.

Os fidalgos e vassallos do rei pousavam dois, três e quatro meses nas adegas dos lisboetas como em hospitais, nas casas das viúvas, nos fornos e nas lojas dos mercadores, filhando-lhes roupa, palha, lenha e alfaias da casa. Endividavam-se perante os mercadores e agora o rei passava-lhes cartas espaçando o tempo da paga. O mundo do comércio enriquecia os seus homens muito mais rapidamente do que o mundo dos serviços.

Os vizinhos viam também com maus olhos a ascensão, sob a protecção do rei, da comunidade judaica e procuravam insistentemente mantê-la sob a sua jurisdição.

Os homens não são iguais. Os cavaleiros e os cidadãos estão no cume e na base da pirâmide possuidora de direitos os proprietários peões, esmagados pela carga fiscal. Fora deste mundo ficavam os mancebos, os pobres e mesquinhos e no final da escala, vendidos como animais, os escravos.

Não faltam mulheres a assumirem a chefia das casas na Rua Nova. Mas o seu estatuto é cruel e inúmeras as ameaças que pesam sobre o seu corpo. Segundo os procuradores às Cortes de Santarém de 1325, os mordomos britavam de noite as casas das viúvas e das solteiras, que estão em bom preço e boa nomeada, e metiam-nas em má fama. Que lhes peitassem algo ou voltariam todas as noites. E algumas com medo e vergonha têm de haver-se com eles.

Também não poupavam o assédio às mulheres dos mercadores que navegavam para Flandres e outros lugares. E a cidade tinha carta de D. Dinis determinando que quem tivesse mulher ou barregã ateuída em sua casa e esteja de mão de seu marido ou barregão, os oficiais do rei não tinham que britar essas casas, ainda que se saiba que a mulher jaz com clérigo, salvo se for em casa de alcoviteira.

Mais difícil era a vida das mulheres ditas de vida fácil. Os mordomos iam às mancebas que estão na Putaria prendiam-nas, espetavam-nas e cobravam delas. O monarca determinava: Nenhuma mulher, que faça do seu corpo sua vontade com quem quiser e com quantos quiser, não deve ser presa, salvo se for achada com mouro ou com judeu. E se as achardes com estes, prenda-os o mordomo, cobre a multa mas não os leve à justiça. Mas se a mulher for achada torpemente com clérigo, prendam-na e deixem o clérigo em paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias ficaram espalhadas um pouco por todo o texto. Vale a pena sistematizar as principais.

1) A conquista da cidade constituiu indiscutivelmente uma catástrofe para os seus moradores mas ficou desde logo como a jóia da coroa pela posição estratégica alcançada e pela credibilidade e poderio que dispensava ao novo Estado Afonsino.

2) A cidade era, em nossa opinião, maioritariamente povoada por muçulmanos de conversão não muito antiga, boa parte dos quais viria a aceitar a religião dos vencedores. A continuidade significativa das magistraturas, a reorganização rápida de freguesias extra muros, incluídas as freguesias de Alfama, parece confirmar que muitos dos ex-moradores voltaram à cidade.

3) O Mediterrâneo continuava nos homens, nas técnicas, nas culturas. Mas a ligação marítima àquele mar foi, no início, fortemente atingida. O Mediterrâneo cristão só começará a afirmar-se em Lisboa no tempo de D. Dinis e de D. Afonso IV com a fixação de mercadores e banqueiros italianos e de outras nacionalidades. Nos primeiros anos após a conquista, as ligações tradicionais ao Mediterrâneo muçulmano não só se tornavam difíceis como ficava vedado o acesso às fontes do ouro africano, almorávida ou almóada. Os laços tradicionais com esse mundo vão ser reabertos pelos mercadores árabes e judeus de Lisboa, associados aos mercadores cristãos que, já no tempo de D. Dinis, se ufanavam de navegar a fazer sua prola para Flandres, França ou Além Mar. Também o contrabando teve certamente o seu papel na abertura do Mediterrâneo muçulmano. Mas não podemos esquecer que, na primeira bolsa de mercadores, estabelecida em 1293, metade do dinheiro ficava depositado em Bruges, comprovando que o grosso do comércio, exercitado directamente pelos mercadores lisboetas, se dirigia então para o Mar do Norte.

4) Desde D. Afonso Henriques que os reis de Portugal têm consciência da importância estratégica, produtiva, política e militar da cidade de Lisboa e para ela voltam os seus olhos e o seu favor. O casco da cidade era precioso, o seu termo riquíssimo, a sua população industriosa e aguerrida. Por outro lado, embora tradicionalmente voltada para o Mediterrâneo e para o Sul, era o centro urbano de mais fácil acesso a todas as gentes do senhorio do reino de Portugal. A estrada da beira-mar permitia ligações rápidas entre os centros urbanos do Norte e do Sul. O Tejo permitia ligações muito profundas com as comarcas do interior, da Beira, do Alentejo, dos territórios de Espanha. Um documento da época de D. Manuel revela mesmo que produtos de Trás-os-Montes vinham então pela Beira ao alto Tejo para chegar a Lisboa.

5) O porto da cidade vai ser a grande porta de entrada dos têxteis ricos do Norte da Europa e da Itália que vestirão o rei, o clero e os fidalgos. Pelo porto entram também as armaduras e as armas. Pelo seu riquíssimo produto, a Alfândega é a casa régia mais estimada. Mas não faltam outras casas bem prezadas: a Casa da Portagem, as Taracenas das galés da armada de guerra do rei. E em nenhuma outra cidade ou vila possui o monarca tantas casas de aluguer.

Mas o comércio não se limita aos têxteis e às armas. Lisboa comercia largamente produtos alimentares, incluído o pão que exporta. Proibe-se a exportação, logo existe e confirmada, entre outros, pelo documento de 1336, largamente citado.

6) Os números que apontei relativamente às receitas geradas pela faina dos pescadores lisboetas, que se associavam aos pescadores de Setúbal e de outras partes, mostram a importância que, já na primeira metade do século XIV, alcançara este grupo profissional.

São os pescadores em parceria com mestres, mercadores e marinheiros do mar de Espanha e dos mares do Sul que irão pouco a pouco destapando a bruma, não a que encobre ainda o nosso pobre rei D. Sebastião, mas a que cobria com os seus mitos o tenebroso afinal atlântico Mar Oceano.

NOTAS

- 1 Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, Suplemento ao vol. I, p. 6.
- 2 Ibidem, p. 8
- 3 Gerard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao final do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1955, p. 38.
- 4 Silva Marques, ob-cit, p. 21.
- 5 Ibidem, p. 18.
- 6 Ibidem, p. 28.
- 7 *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, Lisboa, Centro de Estudos da Universidade Nova, 1982, vo. 11, p. 80.
- 8 *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1327)*, Lisboa, Centro de Estudos da Universidade Nova, 1982, p. 63.

BIBLIOGRAFIA

- MARQUES, Silva (1944) – *Descobrimientos portugueses*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Suplemento ao vol. 1.
- PRADALIÉ, Gerard (1955) – *Lisboa da reconquista ao final do século XIII*. Lisboa: Palas Ed.
- CHANCELARIAS Portuguesas. D. Afonso IV. Lisboa: Centro de Estudos da Universidade Nova, 1982. vol. 11.
- CORTES Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1327). Lisboa: Centro de Estudos da Universidade Nova, 1982.

A COMUNA MUÇULMANA DE LISBOA: PARADIGMA INSTITUCIONAL

MARIA FILOMENA LOPES DE BARROS

Em Março de 1170, D. Afonso Henriques outorga carta de foral aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, diploma que se constitui como um ponto de viragem decisivo no movimento de conquista, ao perspectivar uma nova relação entre vencedores e vencidos e, concomitantemente, um outro modelo de dinâmica social.

De facto, não apenas o poder central reconhece, pela primeira vez, o direito de permanência em território português da população islamizada livre, como ainda a contempla com condições de autonomia jurídica, respeitando a sua organização interna e perspectivando um modelo funcional de expressão da sua identidade religiosa e cultural, que se consubstanciará na comuna. Assim, o foral prevê, para além da protecção régia («que em minha terra nenhum mal, e sem razom nom recebades¹»), que nem cristão nem judeu aja poder sobre estas comunidades, «mais aquelle, que vós da gente, e fe vossa sobre vós por Alquaide enlegerdes, esse mêdes vos julgue»².

Em troca, os muçulmanos transferem para o erário régio a carga tributária em que anteriormente eram onerados, que se plasma, por isso, numa terminologia árabe: *al-zaka* ou esmola legal, preceituada no Alcorão e entendida como a décima de todos os bens móveis e de raiz, *al-fitra*, capitação que incidia sobre toda a população, independentemente do seu sexo ou idade. Para além destes tributos, aparece outra imposição, também decorrente da lei islâmica e devida ao seu estatuto de vencidos, a capitação para todo o muçulmano varão que atingisse a idade em que pudesse subsistir («dês aquelle tempo, que o mantimento necessario gaançar poderdes»), correspondente à *jizya*, contribuição pessoal que impedia sobre os não-muçulmanos integrados no *dār al-Islām* (território islâmico), como símbolo da sua submissão, convertendo-os em *ahl al-dhimma* (gente

da protecção). Consignam-se, ainda, a dízima do trabalho e o adubo das vinhas do rei, assim como a venda dos seus figos e azeite «como venderem os moradores da Villa a terça parte dos meus moyos»³.

Todo o discurso do diploma veicula uma ideia de legitimidade do papel do soberano, que se assume como natural sucessor dos dirigentes islâmicos, a quem, por isso, cabe a protecção dos, doravante, «seus mouros» e, implicitamente, o reconhecimento, por parte destes, da nova situação política, que se materializa no próprio feito tributário. É de referir, aliás, que esta preocupação legalista nunca deixará de ser uma constante do poder central português, expressando-se de forma bem mais explícita em diplomas posteriores. Refira-se apenas, como exemplo, que D. Dinis quando isenta os mouros de Lisboa da dízima do trabalho, o faz invocando «que em terra de mouros nom pagom os mouros ao Senhor da terra algum direito per razom do trabalho de sas mãos», ao que aduz, é certo, a verdadeira preocupação que presidiu ao seu acto, «E por que Entendo que o Ralualde (sic) melhor se probara por ende»⁴.

Legitimidade que não pode ser entendida senão como um pacto entre duas partes, a que é legitimada (neste caso o soberano) e a que legitima (as comunidades muçulmanas), realidade que efectivamente traduz a carta de foral, para a qual, portanto, devem ter contribuído os intérpretes da lei muçulmana, (*fuqah*□, que os cristãos traduzem como «licenciados» ou «letrados» em «direiro de mouros»), pelo menos na definição da tributação legal, à semelhança do que em épocas posteriores se verifica noutros contextos que envolvem o direito islâmico.

O diploma surge cerca de uma década após a conquista de Alcácer do Sal e vinte e três anos depois da de Lisboa, sendo pertinente questionar as razões que levam a esta preocupação original da coroa portuguesa, tanto mais premente quanto a ordenação da população islâmica se revela prioritária em relação à cristã, cujos forais são outorgados mais tardiamente.

Significativo é o facto de ter contemplado um conjunto de comunidades (o que se verifica, apenas, mais uma vez, para a região do Algarve), testemunhando que o interesse do rei se centra no que, por ele, é entendido como uma unidade, talvez política mas, seguramente económica, cujos circuitos de produção pretende incorporar no novo reino. Por outro lado, o foral contempla povoações de um e de outro lado do Tejo, bem como a bacia do Sado, zonas recentemente conquistadas e cujo domínio se encontra ainda mal consolidado. Razões defensivas, envolvendo o empenhamento da própria população autóctone islâmica, não são de excluir, dadas as divisões políticas de Al-Andalus e a emergência do poder norte-africano almóada. Finalmente, a problemática da bacia do Tejo parece constituir um factor primordial nesta questão já que, mais do que um barreira natural, constituiu-se como uma fronteira entre dois mundos, o cristão e o muçulmano de paisagens físicas e humanas contrastantes. Ao ultra-

passar esta linha, D. Afonso Henriques penetrou numa realidade nova, a que os contingentes humanos do norte cristão já não podem responder, havendo, pois, que perspectivar em moldes diferentes a ocupação do território.

Mas, se as razões do poder central se podem escudar na necessidade de continuidade demográfica e económica, e nas, sem dúvida bem-vindas, contribuições tributárias da população islâmica, haverá que considerar, por parte desta, os condicionaisismos que a levam a participar na elaboração deste modelo de convivência. Modelo que não é inédito na Península Ibérica, embora o seja em território português, o que talvez constitua um factor persuasório para a sua aceitação. Sem dúvida, mais relevante é o facto de o diploma preencher um vazio de poder, garantindo a protecção efectiva a pessoas e bens, a liberdade religiosa e a autonomia de comunidades locais, que se viram completamente abandonadas pelos seus congéneres islâmicos, aquando dos trâmites da conquista cristã, e para as quais se perfila um futuro incerto com o ascendente do poderio almóada.

Será, aliás, a concretização deste mesmo ascendente que irá interromper a aplicação do diploma ao conjunto das localidades a que fora destinado. A ofensiva almóada de 1190-91 recupera Almada, Palmela e Alcácer do Sal, não se verificando posteriormente, qualquer referência documental a uma hipotética permanência muçulmana nas duas primeiras fortalezas (cuja população se terá transferido para o espaço abrangido pela comuna de Setúbal) e tendo Alcácer recuperado o seu estatuto de comuna islâmica, num período bastante mais tardio. Deste modo justifica-se que o foral dos mouros forros de 1170, que inicia o ciclo do mudejarismo português, ou seja, dos muçulmanos que, por mercê régia, permanecem no reino, seja conhecido, para a posteridade como «o foro de Lisboa», já que esta cidade conhece, por um período dilatado de tempo, uma experiência isolada da aplicação prática dos termos nele prescritos.

Vivência não isenta de viscissitudes, como o provam os acontecimentos de 1190, despoletados pela chegada à cidade de cruzados ingleses, já depois da conquista de Silves por Sancho I. Segundo Fr. António Brandão, estes eram «gente peruersa e mal disciplinada», que, mal saíram das naus, «começarão a tratar com arrogancia os Portugueses cometendo forças e insultos, fazendo mal aos Mouros e Iudeus, que estauão sogeitos a el Rey, e viuião nos arrabaldes, e tanto os perseguirão que os vierão a lançar fora das suas casas tomando lhe a fazenda e destruindo lhe as vinhas, e herdades que possuem»⁵. Os incidentes, que se repetiram dias mais tarde, apenas foram sanados pela intervenção do soberano português, mas de facto, não é de estranhar esta reacção dos homens do Norte da Europa. Industriados no espírito de cruzada, e portanto, de confronto religioso, depara-se-lhes uma realidade multicultural, que lhes é perfeitamente estranha, e em que o inimigo, que vinham combater se encontra literalmente instalado junto aos muros da cidade. Ora, que melhor oportunidade para iniciar, logo ali, a Guerra Santa e colher os frutos do saque entre os «infiéis» muçulmanos e mesmo judeus?

Pese a estas circunstâncias adversas, a comunidade mudéjar, instalada num espaço extramuros, a mouraria, estrategicamente situada de costas para o Tejo

e para o sul muçulmano, não deixa de consolidar a sua posição, sempre sob a égide do monarca, desenvolvendo e adaptando à realidade do reino as estruturas da sua organização comunal. Modelo que revela a sua funcionalidade na óptica do poder central, e que, por isso mesmo, irá ser sucessivamente reproduzida durante o séc. XIII: em 1269, para os mouros de Faro, Silves, Tavira e Loulé, em 1273, para os de Évora, e em 1296, para os de Moura.

Extraviadas as demais cartas de foral a documentação permite, no entanto, esboçar um quadro das comunas portuguesas no que ao séc. XIV refere: a sul do Tejo, Avis, Elvas, Estremoz, Setúbal, Alcácer do Sal, Évora, Moura, Beja, Silves, Loulé, Tavira e Faro; a Norte, apenas Leiria, Santarém, Alenquer e Lisboa⁶. Regista-se, pois, não apenas uma predominância esmagadora destas entidades na zona mais islamizada do país, como seria natural, como ainda a sua estruturação apenas em centros urbanos. Será isto razão para identificarmos a permanência muçulmana em território português tão somente com o desenvolvimento das cidades? As referências documentais constantes aos trabalhos de lavoura, assim como a existência comprovada de comunidades rurais, como as de Sintra e Colares, desmentem esta abordagem. Uma hipótese explicativa seria a da continuidade da dependência do *alfoz*, relativamente ao centro urbano a que estava adscrito, subordinando os muçulmanos do termo à autoridade do alcaide da comuna e dando, assim, continuidade a uma estrutura anterior.

Com o seu conjunto de órgãos administrativos, religiosos e legais, as comunas permitem a expressão da identidade própria da minoria muçulmana, numa sociedade maioritariamente cristã. Há no entanto que definir este conceito: de facto, minoria ou maioria, definem-se, a meu ver, mais em termo de estatuto do que de real contingente demográfico. Consideremos, por exemplo, o caso do Algarve, após a conquista: isolado do resto do país pela barreira natural da serra algarvia, será pouco crível que a colonização cristã se processe a um ritmo tal, que, logo no séc. XIII, se traduza numa superioridade numérica face à população islâmica. Esta, no entanto, não pode deixar de ser considerada «menor» em termos do poder político, religioso e social que, então, se perfila.

É de referir, ainda, que nem todas as comunas têm a mesma origem. Se, os casos dos forais mencionados parecem indicar que uma maioria é devida à iniciativa régia, algumas resultariam da acção de outros senhores, como é o caso de Avis, institucionalizada pelo Mestre da Ordem do mesmo nome. Parece radicar aqui, uma diferenciação fundamental entre as instituições que seguem o «foro de Lisboa», às quais é facultada a eleição do respectivo alcaide (acrescentando-se, a partir do foral de Moura a necessária ratificação do soberano) e aquelas em que esse funcionário seria imposto pelo senhor local. Os termos variam, pois, em termos de autonomia, parecendo evoluir para uma uniformidade nos restantes aspectos, nomeadamente no que respeita à questão tributária, matizada, não obstante, pelas diferenciações decorrentes dos costumes locais.

A comuna de Lisboa, no entanto, devido à sua precocidade institucional, nunca deixou, ao longo dos tempos, de se constituir como o parceiro preferencial

do rei e o seu instrumento de consulta e decisão, quando se tratava de definir ou estabelecer as normas legais a aplicar ao conjunto da minoria islâmica. Assim, quando no reinado de D. João I se procede à compilação e sistematização de todos os direitos régios pagos pelos muçulmanos portugueses (que se encontravam dispersos, tendo mesmo alguns, já caído em desuso), a tarefa recaiu apenas sobre um homem, o tabelião da comuna de Lisboa, Jufez, «leccenciado em direito dos mouros», único responsável pela veracidade das declarações, que validou apondo a sua assinatura «em linguagem (...) E assy per arauigo»⁷.

Do mesmo período surge também a questão das heranças que, em alguns casos, competiriam ao soberano, como dirigente temporal da minoria muçulmana. As divergências surgidas neste aspecto, levam, uma vez mais, D. João I a ordenar um levantamento de todos os casos previstos pela lei islâmica, de que foram responsáveis mestre Bucar, o capelão Brafome, Mafamede de Avis e Faras, todos mouros de Lisboa⁸. D. Afonso V, considerando «imperfeita e muy escusa» esta legislação, encarrega o alcaide dessa comuna de «outra vez ajuntar certos Mouros Leterados» da cidade, para proceder à sua remodelação⁹.

Preponderância que não é apenas assumida pelo poder central, mas também reconhecida pelas demais comunidades muçulmanas. No último quartel do séc. XV, Brafome Alquinine e Mafamede Baboso, de Loulé, entraram em contenda sobre o cargo de escrivão da comuna daquela localidade. A disputa apenas foi resolvida em Lisboa, aonde os dois se deslocaram, depois de terem aceite o arbítrio de alguns notáveis da comuna (o capelão Mafamede Láparo, em casa do qual se reuniram, Mafamede Abranteiro Ali Láparo e o capelão Brafome, coadjuvados por Çaide Alfacim, cavaleiro de Azamor), que actuaram como juizes alvedrios, numa decisão posteriormente ratificada pelo soberano¹⁰.

Mas, para além do carácter institucional, a influência desta comuna parece ainda escudar-se em personalidades da confiança do soberano, nas quais ele delega um papel que transcende a mera organização local ou mesmo, nacional. É o que acontece com o já citado Mafamede de Avis, servidor do rei, encarregue, em 1397, do destino de quatro cativos mouros do soberano, dos seis que, por tempo indeterminado, estiveram à guarda da comuna lisboeta. O muçulmano tinha, como missão, levar Ali, «o qual era branco» e Afya, «o qual era preto», a terra de mouros, para aí os trocar por outros tantos cristãos aprisionados. Os restantes, Mafamede Alfaie e Azmede, seriam entregues, como prova de boa-vontade do rei português, ao dirigente de Granada, de onde ambos eram naturais.

Exemplifiquemos, ainda, dois casos: o de Çaide Caciz, também ele morador em Lisboa e servidor do rei, e, talvez por isso mesmo, nomeado, em 1451, para um cargo, até aí inexistente, e que posteriormente não será mais referenciado, o de «requeredor sobliçitador e procurador jerall» dos direitos régios, a quem competia a respectiva fiscalização em todo o país¹¹, retirando, pois, competências aos procuradores comunais, até então, responsáveis por essa tarefa. Finalmente, o também já referido Mafamede Láparo, que foi o último capelão dos mouros da cidade, e ao qual, ainda em 1505, ou seja 9 anos após a promulgação do édito de expulsão, D. Manuel confirma uma tença anual de 2 móios de trigo¹², concedida em Janeiro de 1491, por ter «bem servido e fielmente nas cousas que lhe encarregamos e que asi o fara ao diante»¹³. O ex-capelão deve ter continuado a cumprir bem esses serviços, infelizmente não especificados, já que em 1508, consta ainda do tombo dos bens do rei em Lisboa, como usufrutuário, em conjunto com sua mulher Doaira (ou Zoaira), de uma vinha no termo da cidade, de que fora isento, em sua vida, do foro anual de cem reais¹⁴.

Mas, projectar-se-á este protagonismo da comuna lisboeta na sua própria organização interna? De facto, ela não deixa nunca de se constituir como o modelo das restantes entidades comunais ao longo dos sécs. XIV e XV, veiculando as decisões do poder central ao conjunto da minoria islâmica ou, como já foi referido, participando mesmo na elaboração desse mesmo ordenamento jurídico, através dos seus especialistas em direito muçulmano. A progressiva afirmação da maioria irá restringir, gradualmente, as liberdades comunais, reduzindo ou transferindo mesmo competências para funcionários cristãos. Esta realidade aplica-se, também, a Lisboa. Mas o que é certo é que esta comunidade manifestou uma maior resistência à infiltração desses poderes, arvorando, ainda no séc. XV, o símbolo da sua autonomia judicial, a cadeia da mouraria, e o domínio da sua organização militar, através de um coudel próprio, aspectos que, nas demais comunas do reino, haviam já sido assimilados pelas autoridades cristãs¹⁵.

Paradigmática quanto à permanência muçulmana, Lisboa também o é quanto à expulsão. A transferência dos edifícios públicos, símbolo visível da jurisdição comunal, para o foro privado, a dessacralização dos espaços hieráticos, em que mesmo, as pedras do cemitério (almocavar) são objecto de doação, por parte do rei, perfilam o modelo de uma nova sociedade, que se pretende homogénea, mas que, incapaz de as extirpar, apenas silencia as manifestações exteriores de outras vivências religiosas. Subversão de valores, que constitui o epílogo do mudejarismo português, mas que inicia um outro ciclo, o do islamismo subterrâneo e clandestino dos mouriscos, cristãos-novos, cujas convicções religiosas serão, doravante, interiorizadas e remetidas para a privacidade do espaço doméstico.

NOTAS

- 1 *Ordenações Afonsina*, livro 2, tit. LXXXXVIII, p. 529
- 2 *Ibidem*
- 3 *Ibidem*, p. 530
- 4 I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 32
- 5 Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana (Parte Quarta)*, Lisboa, ed. facsimilada, Pedro Craesbeeck, 1632, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974
- 6 A problemática das comunas muçulmanas não é consentânea entre os vários autores. Cf. M^ª Filomena Lopes de Barros, «As comunas muçulmanas em Portugal – subsídios para o seu estudo», in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VII, (1990), Porto, pp. 85 – 100; Saul António Gomes, «Grupos Étnico-Religiosos e Estrangeiros», in *Portugal em Definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à Crise do Séc. XIV*, coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (= *Nova História de Portugal*, vol. III, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1996, pp. 309-336; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV-XV*, (= *Nova História de Portugal*, vol. IV, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1987, pp. 32-35; Stéphane Boissellier, *Naissance d'une Identité Portugaise: La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, mapa 29, p. 690; Joaquim Chorão Lavajo, «Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa», in *História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa,

- Círculo de Leitores, 2000, p. 109. Nesta última obra é incluída no quadro, certamente por lapso, a comuna de Leiria nos reinados de D. Pedro a D. João II, quando, de facto, ela aparece numa única vez referenciada em 1303 – cf. Saul António Gomes, «A mouraria de Leiria. Problemas sobre a presença moura no centro do país». In *Estudos Orientais II – O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, (1991), Lisboa, pp. 155-177.
- 7 I.A.N./T.T., *Gaveta 10, Maço 12, doc. 17, fl. 11 v.*; *Leges I*, p. 100
- 8 I.A.N./T.T., *Gaveta 10, Maço 12, Doc. 17, fl. 11 v*
- 9 *Ordenações Afonsina*, livro 2, tit. XXVIII. Sobre esta problemática ver M^a Filomena Lopes de Barros, *A comuna muçulmana de Lisboa (sécs. XIV-XV)*, Lisboa, Ed. Hughin, 1998, pp. 63-69.
- 10 I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 15, fls. 86-86 v.
- 11 I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 17, fl. 46
- 12 VITERBO, Sousa, «Ocorrências da vida mourisca», in *Arquivo Histórico Português*, vol. V (1907) p. 165
- 13 I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 5, fl. 58 v.
- 14 I.A.N./T.T., *Tombo de Lisboa (1508)*, Núcleo Antigo, nº 333
- 15 Cf. M^a. Filomena Lopes de Barros, *A comuna muçulmana de Lisboa (sécs. XIV-XV)*, p. 164.

